

PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

25 ANOS

República Federativa do Brasil

Presidente da República

Luís Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Santana

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Capes

Presidente

Denise Pires de Carvalho

Portal de Periódicos da Capes

Coordenadora: Andrea Carvalho Vieira

Fundação Getulio Vargas

Presidente

Carlos Ivan Simonsen Leal

Diretora executiva FGV Editora

Marieta de Moraes Ferreira



PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

25 ANOS

Marieta de Moraes Ferreira (org.)

 FGV EDITORA



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Copyright © 2025 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Capes

Direitos desta edição reservados à

FGV EDITORA

Rua Jornalista Orlando Dantas, 9
22231-010 | Rio de Janeiro, RJ | Brasil
Tel.: 21-3799-4427
editora@fgv.br | www.editora.fgv.br

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

1ª edição: 2025

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Edição de texto: Sergio Lamarão e Suzana Ribeiro

Preparação de originais: Ronald Polito

Revisão de provas: Michele Mitie Sudoh

Projeto gráfico e diagramação: Ilustrarte Design

Capa: Estúdio 513

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

25 anos do Portal de Periódicos da CAPES / Marieta de Moraes Ferreira (org.). - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2025.
480 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5652-443-6

1. Brasil. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2. Ensino superior – Brasil – História. 3. Pós-graduação – Brasil – História. I. Ferreira, Marieta de Moraes. II. Fundação Getúlio Vargas.

CDD - 378.15530981

Elaborada por Mariane Pantana Alabarce – CRB-7/6992

Sumário

Prefácio	7
<i>Denise Pires de Carvalho</i>	
Introdução: 25 anos do Portal de Periódicos da Capes: em depoimentos	9
<i>Marieta de Moraes Ferreira</i>	

Uma história de muitas etapas: dirigentes da Capes

Maria Andrea Loyola	17
Abílio Afonso Baeta Neves	31
Jorge Almeida Guimarães	57
Denise Pires de Carvalho	97

Os desafios para a construção do Portal de Periódicos da Capes

Luiz Valcov Loureiro	123
Zena Martins	139
José Henrique Paim Fernandes	163

As coordenadoras do Portal

Elenara Chaves Edler de Almeida	179
Patrícia de Almeida Silva	201
Andrea Carvalho Vieira	219

O suporte da Rede Nacional de Pesquisa (RNP)

Claudio Fabrício de Assis Loureiro da Silva	237
---	-----

O suporte das bibliotecárias

Norma Helena Pinheiro de Almeida	259
Rosaly Favero Krzyzanowski	277
Rejane Raffo Klaes	289

Uma parceria fundamental: a comunidade acadêmica

Maria José Lima da Silva	307
Adalberto José Val	323
Emídio Cantídio de Oliveira Filho	337
Cristovam Wanderley Picanço	353
Luiz Antonio Pessan	371
Helena Bonciani Nader	383

A contribuição dos técnicos da Capes

João Tibúrcio	403
Elaine Pereira de Souza	419
Lista de personalidades	433
Lista de instituições, empresas e bases de dados	453
Lista de ministros da Educação	477
Lista de presidentes da Capes	479

Prefácio

Em 2025, comemoramos 25 anos de criação do Portal de Periódicos da Capes, uma das iniciativas mais importantes para o avanço da ciência brasileira. O portal foi uma solução estratégica que tem permitido acesso contínuo e democrático dos pesquisadores e pós-graduandos à literatura científica, reduzindo as reconhecidas assimetrias regionais no acesso às publicações nacionais e internacionais.

A inovação do portal reside justamente na proposta da Capes de democratizar o acesso, ao implantar essa plataforma digital disponível em todo o território nacional, rompendo barreiras geográficas e financeiras que historicamente restringiam a difusão do conhecimento. Ao reunir e oferecer, gratuitamente, milhares de periódicos, artigos e bases de dados nacionais e internacionais, a iniciativa não apenas atualizou o modo de acesso à ciência, mas também o tornou mais inclusivo e eficiente.

A criação do portal reduziu custos operacionais para as instituições, ampliou a agilidade na disseminação do conhecimento e conectou a ciência brasileira às redes globais de produção científica, tornando possível o uso em tempo real de publicações de alto impacto. O Portal tornou-se, assim, instrumento indispensável para pesquisadores, professores e estudantes, contribuindo para a formação acadêmica de excelência e para a elevação do padrão da produção científica nacional.

A ampliação do acesso a conteúdos científicos qualificou a pesquisa brasileira, estimulou a colaboração internacional, fortaleceu a formação de recursos humanos e elevou a visibilidade do Brasil no cenário científico global. Além disso, representa um marco no compromisso com a ética acadêmica, ao garantir a propagação oficial e legal a materiais antes inacessí-

veis, combatendo a informalidade e promovendo o respeito à propriedade intelectual.

O Portal de Periódicos da Capes exemplifica o papel estratégico do Estado na promoção do conhecimento como bem público. Por meio dele, o governo federal reafirma seu compromisso com a ciência e a educação como fundamentos de um projeto nacional de desenvolvimento soberano e sustentável.

A expansão do escopo do Portal, no contexto de recomposição orçamentária da Capes, representa esforço concreto voltado à democratização do saber e à redução das desigualdades regionais no sistema nacional de pós-graduação.

Este livro comemorativo registra a trajetória exemplar dos 25 anos do Portal de Periódicos da Capes e projeta o futuro desta importante política pública. Ao longo do livro, o leitor encontrará não apenas um relato da história do portal, mas também um testemunho do poder transformador do acesso à informação e do investimento na ciência como motor do desenvolvimento.

Boa leitura!

Denise Pires de Carvalho
Presidente da Capes

INTRODUÇÃO

25 anos do Portal de Periódicos da Capes: em depoimentos

Em 2025, o Portal de Periódicos da Capes está completando 25 anos de atuação. Aniversários e comemorações são momentos importantes da vida de indivíduos, grupos e instituições. Comemorar é um ato destinado a trazer de volta a lembrança de uma pessoa ou de um evento, algo que indica uma ligação entre os homens, fundada sobre a memória, e que também pode ser chamada de identidade. É exatamente porque permitem legitimar e atualizar identidades que as comemorações públicas ocupam um lugar central no universo político.

Os 25 anos do Portal de Periódicos da Capes oferecem uma ocasião privilegiada para essa dupla tarefa: evocar o passado, mas também refletir sobre os desafios que a instituição enfrenta hoje e enfrentará no futuro. Mas o que é o Portal de Periódicos da Capes? Qual a sua importância para a ciência brasileira? O Portal de Periódicos foi formalmente criado no ano 2000 com o objetivo de promover o acesso equitativo à informação científica de qualidade, destinada ao fortalecimento da pós-graduação e ao avanço do conhecimento em todas as áreas, por meio do estímulo à produção científica de excelência e ao diálogo com a comunidade internacional. Reunindo um conjunto expressivo dos mais destacados periódicos e bases de dados de todo o mundo, o Portal disponibiliza para a comunidade científica brasileira em acesso aberto, mediante aquisição, as ferramentas necessárias para o desenvolvimento da ciência como um bem público e essencial para o progresso do país.

O projeto 25 anos do Portal de Periódicos da Capes visa a recuperar a história da sua criação, desde seus primórdios até a atualidade, por meio da coleta de depoimentos de atores que desempenharam papel destacado na trajetória da instituição. A Fundação Getúlio Vargas, detentora de reconhecida experiência nesse campo de trabalho, foi incumbida dessa tarefa e da preparação deste livro.

A importância da Capes, sua capacidade de aglutinar figuras destacadas — sejam funcionários, dirigentes ou colaboradores da comunidade científica e educacional — e a trajetória do Portal de Periódicos nos possibilitariam arrolar um elenco considerável de possíveis depoentes. No entanto, a exiguidade do tempo e os próprios limites impostos pelo formato de um livro nos levaram, com o auxílio inestimável da direção atual da Capes, a definir uma lista mais restrita de entrevistados, grande o suficiente, porém, para nos assegurar uma visão ampla e plural da instituição.

Foram registrados, no total, 22 depoimentos em 40 horas de gravação, que contemplaram dirigentes da Capes que tiveram uma relação mais próxima com o portal: as suas três coordenadoras, o responsável pelo suporte da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), quatro bibliotecárias, integrantes das equipes de universidades parceiras — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal do Rio de Janeiro — que atuaram de forma destacada no momento inicial do planejamento do portal, pesquisadores de diferentes campos de trabalho e regiões do Brasil que mantêm um diálogo permanente com a comunidade científica, além dos funcionários do corpo técnico da Capes que desempenham um papel crucial para a manutenção e o desenvolvimento do projeto. Acreditamos que esse conjunto de trajetórias nos permitirá acompanhar os passos do Portal da Capes na história do ensino superior do país e, em especial, das políticas públicas de pós-graduação.¹

O método escolhido para obter esses registros foi a história oral. Já se comprovou que a recuperação de histórias de vida é um caminho fértil

¹ Para um maior aprofundamento sobre a metodologia de história oral, ver FERREIRA, Marieta de Moraes; SANTIAGO, Ricardo (Org.). *O desafio do diálogo*. Rio de Janeiro: FGV Ed.; Letra e Voz, 2024.

INTRODUÇÃO

para a compreensão de processos sociais e da ação dos grupos sociais que os conduziram.²

A recuperação das trajetórias dos depoentes pode parecer, à primeira vista, excessiva e sem conexão direta com o portal, mas esse procedimento nos permite situar o lugar de fala dos mesmos, além de mapear os diferentes campos de trabalho, como os das bibliotecárias e dos quadros técnicos da Capes, o perfil dos cientistas de áreas de ponta, bem como questões de gênero. Assim, o que pode parecer desnecessário, nos abre perspectiva para conhecer o funcionamento da Capes e, num sentido mais amplo, aspectos do próprio campo científico brasileiro. Desse modo, a estratégia de abordar, muitas vezes de forma mais detalhada, a trajetória educacional e acadêmica dos depoentes, permite-nos não só fornecer elementos para entender a criação e o desenvolvimento do portal, mas também compreender a evolução do percurso da Capes, os diferentes momentos e desafios enfrentados e até eventos políticos da história contemporânea brasileira.

O cotejo dos depoimentos faculta-nos conhecer diferentes versões sobre os acontecimentos e captar um conjunto representativo de visões que nos conduz a aproximações múltiplas da verdade possível. Muitas vezes somadas, convergentes ou divergentes, ajudam-nos a reconstituir, mediante informações cruzadas e versões superpostas, a visão de uma época.

A história oral é também uma metodologia que implica um diálogo entre pesquisadores e depoentes, baseado num estudo prévio por parte dos primeiros, que servirá de instrumento de acesso à memória dos últimos. Diferentemente dos relatos espontâneos, os depoimentos se desenvolvem a partir de perguntas que compõem um roteiro previamente elaborado, construído após a consulta à bibliografia e à documentação existentes. Esses depoimentos provocados, por um lado, possibilitam recolher informações que não estão disponíveis na documentação escrita; por outro, otimizam sua coleta, em comparação com o que acontece nos relatos autobiográficos. Aí, o depoente está sozinho. Na entrevista, ele

² ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do Cpdoc*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1990; FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1996.

está diante de um entrevistador ativo, que argumenta, reage, confirma, contesta. Para que isso seja possível, o entrevistador precisa conhecer os personagens, os cenários e os roteiros. A reconstituição das trajetórias de personagens ligados à Capes e ao portal abre, assim, novas perspectivas para o aprofundamento dos estudos sobre a pós-graduação no Brasil. Afinal, o portal deu uma imensa contribuição ao desenvolvimento da pós-graduação do país.

As entrevistas realizadas foram organizadas seguindo duas diretrizes, por ordem cronológica e por blocos de atividades dos grupos.

O primeiro bloco reúne ex-dirigentes da Capes: Maria Andrea Loyola, Abílio Afonso Baeta Neves, Jorge Guimarães e a atual diretora, Denise Pires de Carvalho.

Na segunda parte, relatamos os desafios para a construção do portal com Luiz Valcov Loureiro, Zena Martins e José Henrique Paim Fernandes.

Em seguida, há os depoimentos das ex-coordenadoras do portal Elenara Chaves Edler de Almeida e Patrícia Almeida Silva, e da atual coordenadora, Andrea Carvalho Vieira.

Contamos, ainda, com o depoimento de Claudio Fabrício de Assis Loureiro da Silva, da RNP, que descreve o suporte tecnológico que foi necessário para a implantação do portal. As bibliotecárias Norma Helena Pinheiro de Almeida, Rosaly Favero Krzyzanowski e Rejane Raffo Klaes também contaram sobre o suporte prestado na implantação do portal.

Há ainda os depoimentos de outros representantes da comunidade científica: Maria José Lima da Silva, Adalberto José Val, Emídio Cantídio de Oliveira Filho, Cristovam Wanderley Picanço, Luiz Antonio Pessan e Helena Bonciani Nader; e dos técnicos da Capes: João Tibúrcio e Elaine Pereira de Souza.

Para facilitar a leitura dos depoimentos e evitar repetições estamos incluindo como anexos quatro listas (personalidades citadas, instituições, empresas e bases de dados, ministros da Educação e presidentes da Capes) de maneira que o leitor possa identificar o papel desses personagens nas narrativas.

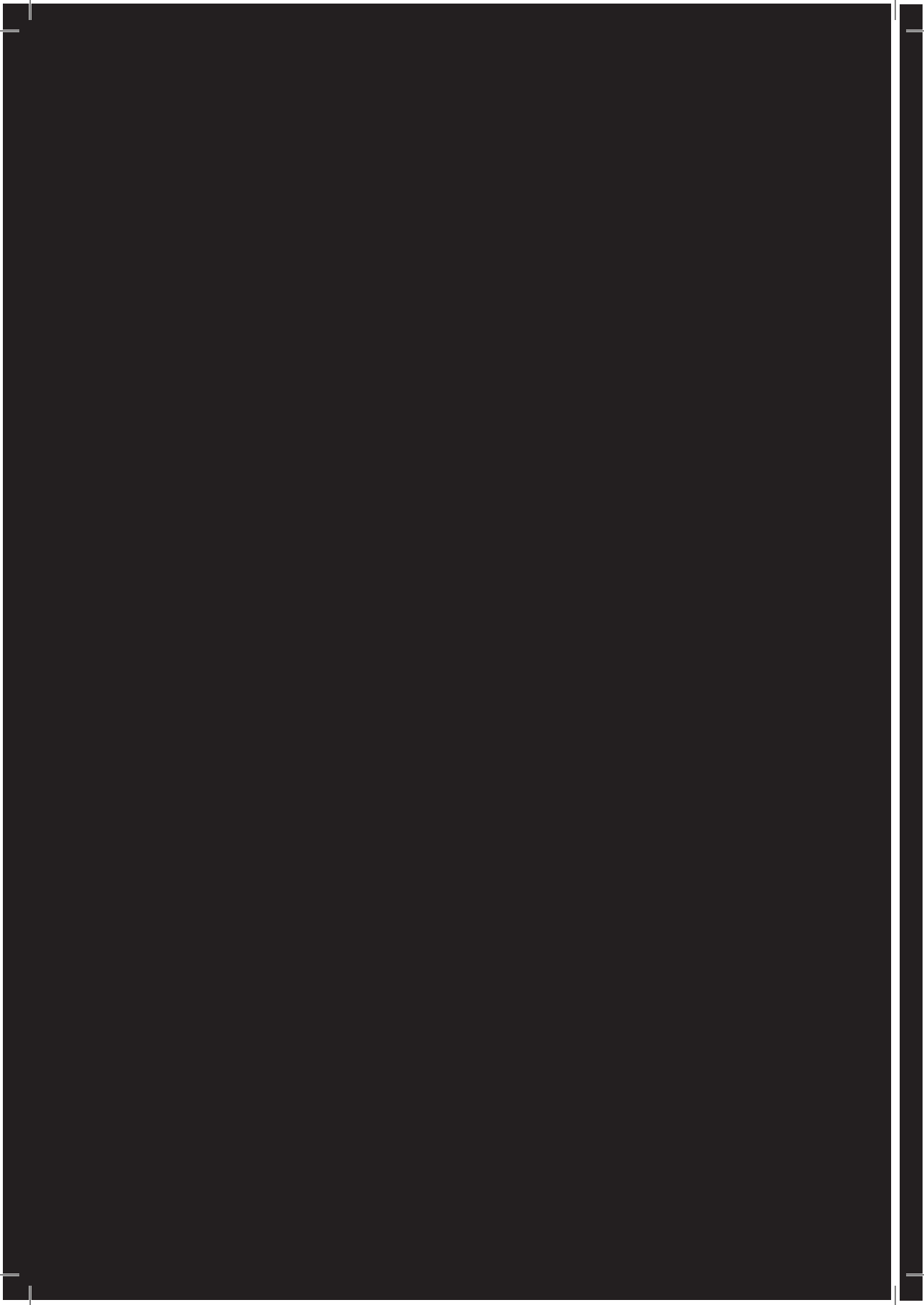
INTRODUÇÃO

A realização desta pesquisa, destinada à constituição de um banco de depoimentos gravados no formato remoto e à publicação deste livro, contou com a colaboração e o empenho de muitas pessoas. Além dos depoentes já mencionados, que disponibilizaram seu tempo e suas memórias para nos relatar suas experiências, gostaríamos de destacar a participação fundamental de Angela Santana, parte ativa da história da Capes e da montagem do Portal e nossa interlocutora constante na implementação deste projeto. Nossos agradecimentos pelo seu comprometimento e dedicação.

Gostaria de destacar, igualmente, a colaboração de Isabel de Moraes Ferreira, assistente de pesquisa, de João Pedro Nassar, que transcreveu os depoimentos, e de Sergio Niemeyer Lamarão e Suzana Veríssimo, que trabalharam na árdua tarefa de editar os depoimentos, transformando os relatos orais em textos escritos compreensíveis e de leitura agradável. Merecem ser mencionados ainda o ministro José Henrique Paim, pelo seu incentivo, e Jaana Fernandes Nogueira, pela leitura atenta e contribuições. A equipe da Editora FGV, pelo seu inestimável trabalho.

Marieta de Moraes Ferreira

Organizadora, professora emérita da UFRJ e diretora da FGV Editora



**Uma história de
muitas etapas:
dirigentes da Capes**

Entrevistadoras: Marieta de Moraes Ferreira e Jaana Fernandes Nogueira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 28/01/2025

Maria Andrea Loyola

Gostaria que a senhora começasse falando sobre suas origens familiares, onde a senhora nasceu e os primeiros anos da sua formação.

É um prazer estar aqui falando com vocês.

Eu nasci em Pouso Alegre, no sul de Minas, mas nunca morei lá. Morei em Natal, Juiz de Fora, onde fiz primário, ginásio, científico, e estudei ciências sociais na Faculdade de Filosofia, que depois virou Universidade Federal de Juiz de Fora. Depois vim para o Rio de Janeiro, fiz um curso de especialização em antropologia social no Museu Nacional. Voltei para Juiz de Fora, onde fiz, enfim, o curso de licenciatura em ciências sociais, que ainda não tinha feito. E na faculdade, fui convidada pelo meu antigo professor de sociologia para dar aulas, junto com outro professor, Alexis Stepanenko. A gente começou a fazer muito sucesso, porque a universidade era católica, a maior parte dos professores não era nem formada. Isso acabou resultando num processo contra a gente, que misturou também com a política.

Eu e o Alexis fizemos a primeira pesquisa de opinião política, eu acho, realizada no Brasil, em 1966. O Itamar [Augusto Cautiero] Franco era candidato a prefeito pelo MDB [Movimento Democrático Brasileiro]. Juiz de Fora, durante todo esse período, foi governada pelos conservadores. A 4ª

Região Militar¹ estava instalada na cidade, estávamos em plena ditadura. Como se tratava de uma cidade universitária (tinha faculdade em quase todas as áreas), os universitários nos ajudaram muito. Nós percorremos num caminhão todos os bairros, e o Itamar perdia fragorosamente. Na dúvida, um amigo nos perguntou se deveríamos ou não publicar o resultado. Nós publicamos, porque dessa forma já saberíamos onde atuar para virar o jogo. E não deu outra. Todos nós, jovens universitários animadíssimos, superentusiasmados, corremos todas essas áreas em que o Itamar perdia e o resultado foi que o Itamar ganhou a eleição. E com quem governar? Ele convocou uma equipe que era totalmente fora da política, de pessoas jovens. O Alexis participou, o Murílio [de Avellar] Hingel — que depois veio ser ministro da Educação — foi convocado para ser secretário de Educação, e eu, contra a minha vontade, chefe de gabinete. Mas como não tinha ninguém de confiança para ocupar esse cargo, fiquei lá, mas pedi demissão várias vezes. Até que abriu o mestrado no Museu Nacional em antropologia, e eu pedi demissão em definitivo, para poder fazer o curso. Neste meio-tempo — eu não vou nem explicar as razões — fui aposentada pelo AI-5.² Claro que isso virou notícia nos jornais, no rádio. Em Juiz de Fora, tinha um alto-falante na principal rua da cidade que falava o tempo todo da minha aposentadoria. Coincidiu com o caso do [Fernando] Gabeira, que também era de Juiz de Fora e meu amigo — a gente morava no mesmo prédio, quando ele participou do sequestro do embaixador americano. Então isso realmente causou um auê. O Roberto Cardoso de Oliveira — que era o coordenador do curso de mestrado que eu estava fazendo, financiado pela Fundação Ford — me chamou e disse: “Andrea, você tem direito a uma bolsa de estudos, porque os três primeiros colocados têm esse direito. Você resolve: ou vai para o interior do Nordeste” — estávamos começando um estudo lá — “ou para os Estados Unidos”. Eu falei: “Não vou nem para um nem para outro. Se você quiser que eu saia daqui, vou para a França”. Nessa época eu falava

¹ A 4ª Região Militar (4ª RM) é uma das 12 regiões militares do Exército Brasileiro, atualmente sediada em Belo Horizonte (MG).

² O Ato Institucional nº 5 foi implementado em 13 de dezembro de 1968 pela ditadura e retirou os poucos direitos constitucionais que restavam depois do golpe de 1964, aprofundando a repressão no Brasil.

inglês, e nenhuma palavra de francês, mas me desanimava a perspectiva de viver eternamente nos Estados Unidos. O americano que me veio à cabeça, naquele momento, não foi aquele de Nova York — que, aliás, é, na maioria, migrante —, foi aquele americano do interior, gordo, reacionário, comendo aquelas comidas, batata frita com cachorro-quente... Não me imaginava passando o resto da vida num lugar daqueles. Eu não falava francês, mas tinha muita informação sobre a França. Tínhamos muito contato com a cultura francesa naquela época, através da literatura, do cinema. Posso dizer que isso foi uma coisa muito positiva na minha vida.

Fui fazer o meu doutorado, mas para explicar como foi isso tenho que voltar um pouquinho atrás. Quando estava em Juiz de Fora, eu e a mulher do Stepanenko, a antropóloga Rosa Stepanenko, fizemos uma pesquisa numa indústria de lá. Juiz de Fora era uma cidade industrial, conhecida como a Manchester Mineira. Tinha um grupo enorme de operários que estavam com problema de modernização e conflitos com os supervisores. Fizemos uma pesquisa enorme sobre as atitudes operárias; estudamos as relações entre os operários, com o trabalho, família, política etc. Quando fui para a França, fui fazer o doutorado com o [Alain] Touraine, conhecido e amigo das pessoas aqui no Brasil. Lá, a primeira pessoa que conheci foi a Aspásia [Camargo], que estava casada com Sergio Camargo, e não queria continuar morando com ele. A gente passou a dividir um apartamento. Dei muita sorte, porque além de fazer o doutorado, pude frequentar seminários de pessoas como [Claude] Lévi-Strauss, [Louis] Althusser, [Nicos] Poulantzas, entre outras. Foi um período riquíssimo para mim, sem contar que entrei em contato com pessoas e colegas do mundo inteiro, e como a França também está no centro do mundo, comecei a viajar muito, a conhecer outros países.

Nesse meio-tempo, recebi um ofício do Museu Nacional determinando que eu tinha de fazer a tese de mestrado, senão não conseguiria o título. Fiquei receosa e consegui voltar ao Brasil, e como a minha tese era sobre as atitudes operárias e a modernização da indústria têxtil, fui orientada pelo Leôncio Martins Rodrigues, em São Paulo. Fizeram parte da minha banca o Leôncio, a Eunice [Ribeiro] Durham e o Roberto da Matta.

Voltei para Paris, já com o mestrado, terminei meu doutorado e, quando retornei para o Brasil, pelo fato de ter sido aposentada, eu não podia trabalhar em uma instituição pública. O Leôncio chegou a me chamar para fazer um concurso para a Departamento de Ciência Política da USP [Universidade de São Paulo], onde estava a Eunice, a Ruth [Correia Leite] Cardoso e o [Francisco Correia] Weffort, mas eu não podia. Acabei sendo contratada pela PUC-SP [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo], que estava aproveitando todos os aposentados. Tive o privilégio de ser colega do Octavio Ianni, Florestan Fernandes, Bolívar Lamounier e do Vilmar Faria. Além de lecionar na PUC, fui trabalhar no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, outra grande oportunidade na minha vida profissional. Lá convivi diretamente e proximamente com o Fernando Henrique Cardoso, Weffort, [José Arthur] Gianotti, Chico de Oliveira [Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira], e principalmente com a Elza [Salvatori] Berquó, com quem participei de uma pesquisa maravilhosa. Aliás, todo o Cebrap foi envolvido nessa pesquisa sobre a reprodução humana, cuja hipótese principal era que as relações de produção — na época a influência marxista era muito forte — determinavam o comportamento reprodutivo. A Elza, como demógrafa, estava interessada em estudar a chamada transição demográfica, quando o número de filhos das mulheres diminui significativamente.

Foi uma pesquisa muito bem-feita. Primeiro os economistas, entre os quais, acho que o Juarez [Rubens] Brandão [Lopes] e o Paul Singer, fizeram um levantamento econômico de várias localidades do Brasil para descobrir quais eram os locais em que as relações de produção se diferenciavam — a gente chamava de “ponto”. Uma, por exemplo, dominava a indústria, outra ainda era do tipo campesinato — e, de fato, a hipótese [se] comprovou. Uma pesquisa riquíssima, com um questionário maravilhoso, com entrevistas qualitativas — algo que, infelizmente, não se faz mais como antigamente.

E como você se tornou presidente da Capes?

Nesse meio-tempo, voltei para a França e tive realmente muita sorte. A minha aposentadoria foi uma coisa positiva para mim. Fui trabalhar com o

[Pierre] Bourdieu e sua equipe. A Elza e o pessoal da demografia me convidaram para participar de um Núcleo de Estudos de População que eles estavam criando na Unicamp [Universidade Estadual de Campinas].

Por sua vez, o pessoal do Instituto de Medicina Social da Uerj [Universidade do Estado do Rio de Janeiro], no qual eu já tinha trabalhado antes de voltar para a França, fazendo uma pesquisa sobre medicina popular, me convidou para me fixar na universidade, fazer concurso. Eu fui, porque o Cebrap vivia de projeto; acabava o projeto, a gente ia para a rua. Tinha que fazer outro projeto, ser recontratada. A PUC, com salários sempre atrasados... Era uma situação econômica muito ruim e acabei aceitando essas propostas.

Eu me estabeleci no Rio, no IMS [Instituto de Medicina Social], mas mantive laços com o Cebrap e sobretudo com a Unicamp, nesse momento. E o que aconteceu? O [Fernando] Collor [de Mello] foi eleito, o Itamar foi de vice. Quando o *impeachment* do Collor estava certíssimo e definido, o Itamar mandou me chamar — a mim, ao Alexis Stepanenko e o pessoal que tinha trabalhado com ele na prefeitura — para ajudá-lo. Chamei a Aspásia, a Elisa [Maria da Conceição] Reis e outros amigos, e nós começamos a pensar num projeto para o governo Itamar Franco. Quem tomou a frente disso foi, na verdade, o Alexis Stepanenko. E quando finalmente o *impeachment* aconteceu, o Itamar tomou posse, chamou essas pessoas. Chamou também o Murílio Hingel, que tinha sido secretário de Educação dele na prefeitura, para assumir o Ministério da Educação; o Alexis para assumir o Planejamento, e depois a Aspásia, para trabalhar no Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada].

Eu estava em Campinas quando recebi um telefonema do Hingel me convocando para ir a Brasília. Quando cheguei, ele me pediu para assumir a presidência da Capes. Ele me disse assim: “Andrea, queria deixar bem claro que nós estamos aqui em uma missão”. A Capes tinha sido extinta pelo Collor.³ Conseguiram restaurar a Capes, mas a instituição ainda estava completamente desmontada, quando a assumi. A Eunice [Durham] já

³ Com a chegada de Collor ao poder, em 1990, a Capes foi extinta. A vitoriosa luta por sua restauração implicou sua transformação em fundação, em janeiro de 1992, pela Lei nº 8.405.

tinha saído, o Sandoval tinha ficado pouco tempo. Após o *impeachment*, a Capes ficou acéfala, quem ficou dirigindo foi a Ângela [Maria] Santana [Carvalho], também por um curto período. Na verdade, eu pude aceitar a Capes porque, quando vim para o Rio e trabalhei no IMS, assumi a coordenação da pós-graduação, onde adquiri alguma experiência na área, embora fosse basicamente uma instituição de médicos.

Na Capes, fui conhecer a equipe, e falei: “Só vou aceitar se vocês concordarem em continuar trabalhando comigo”. Como eu não conhecia nada de lá, não tinha a menor noção, tinha de usar os funcionários presentes que conheciam as atividades da instituição e como ela funcionava. A gente formou uma equipe maravilhosa, trabalhamos demais. Quando eu cheguei, a Capes não estava ainda informatizada.

No momento em que você entrou, a Capes havia se transformado em fundação. O que isso significava?

Quando cheguei, a Eunice tinha transformado a Capes em fundação e colocado como presidente o secretário de Ensino Superior do MEC [Ministério da Educação]. Ela achava que a instituição tinha que ser controlada de alguma maneira, não podia ficar muito solta. Uma das primeiras coisas que eu fiz foi justamente anular isso e colocar o presidente da Capes como presidente da fundação.

O primeiro problema que enfrentei foi o atraso das bolsas. Com o apoio do Itamar Franco e do tesoureiro do MEC, o Márcio, de quem me tornei amiga, consegui equiparar as bolsas a salário, ou seja, não podia atrasar. Então imediatamente as bolsas foram todas acertadas e esse problema nunca mais se colocou. Mas tinha outro problema, que eram as bolsas no exterior. Aliás, as relações do exterior estavam totalmente destruídas. Eu tive que as reconstruir totalmente. Viajei feito uma louca, mas consegui — e foi uma coisa muito positiva. Naquela época, o Capes-Cofecub [Comité Français d’Évaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil, Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil] era o único acordo de cooperação bilateral que tínhamos. Bilateral em termos, porque não vinha aluno fazer doutorado no Brasil. Mas pelo menos a gen-

te pagava a passagem, eles pagavam a permanência do aluno brasileiro lá, o que também não era muito complicado, porque o ensino na França era gratuito. As críticas eram muitas, as pessoas diziam que o pessoal ia para a França fazer turismo etc. Então nós resolvemos fazer uma avaliação do projeto para saber se isso era verdade ou não. Fizemos a avaliação, o Programa Capes/Cofecub também resolveu avaliar, e acertamos os ponteiros. Esse acordo começou a funcionar superbem e passou a servir de modelo para as outras cooperações — ou seja, todas passaram a ser bilaterais.

Você tinha um problema grave na Capes, que era a questão dos recursos. Como você regularizou essa situação?

Devo dizer que tive um grande apoio do ministro Hingel, e também diretamente do Itamar. Eu trabalhei com os recursos que eu dispunha. Quando saí, tinha triplicado esses recursos. O ministro me apoiava em tudo: ele ia a uma reunião, por exemplo, do pessoal do Conselho Técnico Científico da Capes, e falava: “A Capes só me dá prazer”. A gente realmente começou a resolver a maioria dos problemas que estavam se colocando.

Como diz o Weber, o poder é como quando você está no topo da árvore. Quando você está no galho, você só tem uma perspectiva limitada. Quando você está no topo, você consegue enxergar o todo. E o todo deixou muito claro que a pós-graduação no Brasil era heterogênea, tanto dentro das universidades como das áreas, das regiões, do país. Ela é totalmente concentrada no Sul/Sudeste e em algumas universidades; por exemplo, USP, UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais], Minas Gerais, UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul], Rio Grande do Sul, que a gente conhece — que até hoje são as mais importantes.

A Eunice tinha criado um programa pelo qual os professores do Sudeste iam para o Norte e Nordeste, dar aula na pós-graduação dessas regiões. Havia também uma bolsa que chamavam de “pé na cova”, porque os professores se aposentavam com 25 anos de trabalho e essa bolsa permitia que eles permanecessem mais tempo na universidade.⁴ Resolvi

⁴ Conhecido popularmente como “pé na cova”, tratava-se de um abono permanência para professores aposentados.

acabar com ela e transformá-la no que me pareceu muito importante; uma bolsa que ajudasse o professor que completasse 25 anos de trabalho, se aposentasse e se transferisse para o Norte e Nordeste (a Eunice já tinha iniciado o Programa Norte de Pós-Graduação; eu criei também o Programa Nordeste). A ideia era criar centros de pós-graduação de excelência nas duas regiões e não mais mandar professores do Sul para dar aula lá.

O que fixa o aluno e o professor — o mesmo acontece na saúde — é o fato de você encontrar condições de trabalho adequadas. Então, dei uma bolsa no valor do salário do professor titular, e o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] contribuiu com cinco bolsas de iniciação científica. A gente conseguiu recursos para comprar computadores etc. As universidades locais entraram com as instalações, com recursos também etc. A ideia era levar esses professores aposentados para o Norte e o Nordeste, para eles criarem pós-graduações, e os alunos poderem se fixar nas suas regiões e estudarem problemas relacionados às suas próprias regiões. Era preciso que as condições fossem interessantes para eles e, dessa forma, contribuíssem para o desenvolvimento regional — coisa que São Paulo faz muito bem. Morei em São Paulo; São Paulo só estuda São Paulo, por isso São Paulo é São Paulo. Nesse tipo de curso, as pessoas passavam lá 15 dias, não entendiam nada do que estava acontecendo — isso para falar que demorou um pouco para ser instalado, houve várias viagens. Mesmo assim, eu consegui triplicar o orçamento da Capes, porque o ministro se convenceu totalmente que essa política era fundamental: a gente precisava acabar com essa bola de neve que era a pós-graduação no Brasil. Trabalhávamos com mérito, essas universidades recebiam maiores recursos, formavam um maior número de doutores, e por aí ia aumentando a eficiência.

Outra iniciativa importante da sua gestão foi a compra dos periódicos. Com as modificações que você estava implementando na Capes, inclusive obtendo mais recursos, havia uma carência, uma dificuldade com a bibliografia, com o acervo bibliográfico para essas pós-

-graduações. Qual era a situação que existia na época e quais foram as iniciativas que você implementou?

A situação na Capes era muito precária. Por exemplo, você fala em portal dos periódicos, mas era impossível na minha época criar um portal. Quando assumi, a Capes tinha dois computadores, vocês acreditam nisso? Dois computadores, e a Eunice já tinha contratado uma empresa para iniciar o processo de informatização. Mas isso só avançou praticamente no final da minha gestão, que foi só de dois anos e meio. Eu já estava no finalzinho, quando os computadores começaram a chegar, porque a gente comprou com recursos que haviam sobrado. Mas não deu tempo, absolutamente, de criar um portal dos periódicos. Na verdade, nem tinha essa ideia.

O portal dos periódicos foi criado da seguinte maneira. No final de um ano, José Roberto Alves Correia, que era o diretor de Finanças, me disse: “Andrea, o orçamento está com uma sobra. O que a gente faz com esses recursos?”. Eu falei: “Vamos comprar periódicos”. E ele: “Isso não é possível, porque teríamos de fazer licitação. O recurso não vem diretamente do MEC, entendeu?”. Eu me lembro que eu passei um dia inteiro ao telefone, ligando para os reitores de todas as universidades, explicando a situação. “Olha, precisamos de uma relação assim, assinalando as prioridades, começando prioridade um, dois, três, dos periódicos que interessam para a universidade.” Alguns reitores diziam: “Andrea, mas isso é impossível, está muito em cima da hora”. E eu falei que se eles quisessem comprar periódicos, teriam de fazer um mutirão, teriam de dar um jeito. Eles deram um jeito, a gente mandou esses recursos para nossa conta em Nova York. E, através de lá, compramos esses periódicos. Logo no ano seguinte, foi possível informatizar, formalizar e comprar com os recursos que eu tinha conseguido. No ano seguinte, acho que o Abílio [Baeta Neves] criou o Portal de Periódicos.

Também é bom lembrar que economizamos muito dinheiro, quando, ao invés de termos um valor fixo para as bolsas no exterior, começamos a pagar as bolsas de acordo com o custo de vida do país para onde o aluno ia. Vou dar um exemplo para vocês. Quando estive na China para negociar

um acordo de cooperação, um professor universitário ia para a universidade de bicicleta, ganhando 150 dólares por mês. Os nossos bolsistas ganhavam 700 dólares por mês e fechavam hotéis para darem festas. Eram milionários.

Fui lá e reduzi as bolsas. Vocês imaginam como a minha reputação ficou, não é? Na maior parte eram alunos que faziam o curso de acupuntura. E aí, se o país tinha muito desperdício de recursos — havia países em que os alunos, digamos assim, viviam apertados, porque as bolsas eram curtas, e outros [em] que viviam folgados —, nós acabamos com essa homogeneidade, e passamos a pagar de acordo com o custo de vida de cada país. Isso gerou uma grande quantidade de recursos disponíveis.

Vamos falar mais um pouco da compra dos periódicos, porque as pessoas destacam muito o seu papel nos primórdios, antes da criação do portal.

Como disse, foi numa reunião em que o José Roberto chegou e falou que tinha sobra de orçamento. Você imagina, sobra de orçamento! Você viu que nós administramos bem os recursos. Disse para ele que não iríamos devolver dinheiro de jeito algum. Disse que iríamos gastar, comprando basicamente periódicos.

Havia uma demanda das universidades em relação a esses títulos? Como foi a escolha desse acervo?

Na verdade, não existia uma demanda dirigida à Capes, porque isso não era uma função dela, era papel das universidades comprar os periódicos. Fui eu que tive a ideia de comprar periódicos. Como a gente não podia comprar diretamente, precisava de licitação, comecei a telefonar para os reitores. E depois que as universidades me mandaram a lista, a gente também teve que selecionar, cruzar as demandas de uma universidade com a outra, dos cursos, que eram diferentes. Cada curso pedia um tipo de periódico, de modo a atender todo mundo. Foi um grande trabalho interno que tivemos para realizar essa seleção, de modo que atendesse às áreas de todas as universidades.

Quando você tomou essa decisão de comprar, quem se ocupou do corpo administrativo? Como foi operacionalizado?

Todas as pessoas que estavam lá ajudaram. O próprio José Roberto, a Ângela Santana, a Zena [Martins], a Denise [Pires de Carvalho], quem eu mais me lembro. Acho que a Abigail [Lisboa de Oliveira Carvalho] e todos os funcionários que estavam lá também. A gente era, de fato, uma equipe. Não mudei ninguém do grupo inicial. Trabalhamos muito, porque ninguém esperava que isso viesse da Capes. Os professores esperavam que isso fosse uma função das universidades por meio das suas bibliotecas. E isso só foi possível porque sobrou esse dinheiro e eu inventei esse negócio. Depois o Abílio deu continuidade e com a informatização terminada, criou o portal e depois, se não me engano, a Zena passou a se ocupar disso.

E como você avalia a importância do portal, agora com 25 anos de vida?

Eu acho que foi uma das grandes ideias que tive na minha vida; funciona superbem, é importantíssimo para as universidades, sobretudo com essa nova forma de avaliação dos cursos em que os periódicos têm um peso enorme, muito maior do que, por exemplo, os livros. Na minha época, os livros eram mais importantes do que os periódicos. Agora os periódicos são, sem dúvidas, muito mais importantes. Atualmente, toda avaliação é baseada nos periódicos — do que, aliás, sou uma crítica sistemática, já escrevi artigos a respeito etc. Acho um pouco exagerado porque obriga a produção a se encaixar no formato dos periódicos e a pensar assuntos que interessam menos ao Brasil e mais aos editores dessas revistas. Por exemplo, na minha área da saúde, criou uma competitividade interna, limitou a reflexão, prejudicou sobretudo o pensamento dirigido aos nossos problemas de saúde. As pessoas começam a pensar muito em função das demandas dos periódicos, porque são eles que interferem na nota da avaliação. E a nota interfere na distribuição de recursos. Vou dar um exemplo da minha instituição: as pessoas estão muito mais preocupadas com a nota do que, propriamente, com as demandas de conhecimento e pesquisa que a área de saúde necessita.

Outro exemplo é que, assim que cheguei como coordenadora da pós-graduação, numa instituição que tinha ciências sociais, vi que a avaliação era feita por médicos clínicos. Isso era totalmente errado. Consegui autonomizar a área de saúde coletiva. Não foi fácil, foi uma briga política lá dentro com os “cachorrões” da medicina, mas conseguimos. Hoje em dia, eles são avaliados pelas pessoas da saúde coletiva — ou seja, pessoas que têm como avaliar uma produção que não tenha nada a ver com a medicina clínica, entendeu?

E uma das coisas que fico um pouco triste é que o projeto “Norte-Nordeste” se desenvolveu bastante, mas não nos termos que a gente concebeu na época. Quando os novos diretores e o presidente da Capes assumiram, infelizmente, enviaram esses recursos exatamente para onde não deveriam ir. Voltou tudo para o Sudeste. E o “Norte-Nordeste” continua naquele esqueminha que o pessoal do sul vai lá dar uma aulinha. Apesar disso, a pós-graduação no Nordeste [se] desenvolveu bastante. No Norte houve uma certa continuidade.

E como você vê essa transformação, do impresso para o digital?

Eu acho que foi positivo, porque o acesso é muito mais fácil do que ao periódico físico. Não resta mais dúvida alguma. Vou abrir um pequeno parêntese: fui encarregada de organizar o Centro de Memória do IMS. Estou querendo doar minha biblioteca e não consigo, porque tudo agora é digitalizado. Mas eu, particularmente, queria criar lá no Instituto um centro de memória físico que guardasse pelo menos um exemplar da produção de cada professor e aluno da instituição, de modo que possibilitasse aos alunos terem acesso a essa produção e se inspirarem nelas para poder imaginar pesquisas novas. E tem muitos livros. É uma produção totalmente diferente. Não seriam todos os livros, apenas a produção do pessoal da casa. Mas realmente existe um problema sério de espaço. Claro que a pessoa pode pesquisar, mas é muito diferente do que ter acesso direto a um livro, a um artigo publicado em uma revista. Estou encontrando muita dificuldade para fazer isso, porque a ideia da informatização é algo que pegou. Agora tem até a inteligência artificial. E também não estou certa de que a

informatização é absolutamente segura. Já tivemos alguns indícios de que apagões, invasões e outros problemas podem ocorrer pondo em risco todo o conhecimento impresso acumulado.

Tem alguma mensagem que você gostaria de deixar aqui na sua entrevista?

Posso dizer que o meu período na Capes foi um período, para mim e para a instituição, muito positivo. Eu devo muito à minha equipe, aos funcionários da Capes; a gente trabalhava com pouquíssima gente. Outra coisa que eu vivia fazendo ao telefone era garimpar funcionários de outras instituições. Tivemos de criar, por exemplo, uma sessão de informática, e nem me lembro como isso tomou forma. Como a gente ia informatizar um novo setor quando não tínhamos sequer um técnico, um funcionário que pudesse cuidar disso? Então, todos esses recursos, consegui através de outras entidades de Brasília que eu telefonava, negociava, e ia pessoalmente nos lugares. Também me tornei muito amiga do tesoureiro do MEC, que me ajudava muito, dava dicas, facilitava a minha vida. O ministro me deu muito apoio. Acho que fiz um trabalho legal, do qual me orgulho. Eu aprendi muito, recebi muito nesse período. E, sobretudo, devo muito à minha equipe. A gente conseguiu formar, com pouca gente, uma equipe superdedicada. A gente trabalhava 12 horas por dia, não tinha horário de trabalho. O José Roberto, que era nosso diretor, tinha que almoçar em casa — porque em Brasília as pessoas almoçavam em casa, e saíam às oito horas da noite. Ele e a diretora de avaliação diziam que eram normais, porque iam embora mais cedo. A gente, eu e a Ângela, ficávamos até tarde lá trabalhando. Mas eu acho que valeu muito a pena, foi muito legal, foi um período muito bom e fiquei feliz com isso. Quero ressaltar o apoio que eu tive, muito importante, do ministro da Educação e também do próprio Itamar Franco, presidente da República.

Andrea, foi um prazer. Obrigada.

Entrevistadoras: Marieta de Moraes Ferreira e Olívia Silveira (em 17/01/2025)

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 17/01/2025 e 21/01/2025

Abílio Afonso Baeta Neves

Nós vamos iniciar perguntando sobre as suas origens familiares e também sobre seus primeiros anos escolares.

Nasci em São Paulo, filho de pais mineiros. Curiosamente, todo mundo sempre achou que eu era gaúcho, mas vim para o Rio Grande do Sul com quatro anos. Sobre os meus irmãos, uma nasceu em Minas e os outros dois também nasceram em São Paulo. A minha vida toda, a partir dos quatro anos, foi no Rio Grande do Sul.

Estudei em colégio público, depois passei para o colégio de jesuítas, o Colégio Anchieta, de Porto Alegre. Depois, fiz ciências sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na época, se fazia licenciatura e bacharelado para aumentar as oportunidades futuras de emprego. Posteriormente, comecei a pós-graduação na primeira turma do mestrado em ciências políticas, também na UFRGS.

Quando estava terminando os créditos do mestrado, ganhei uma bolsa de doutorado para a Alemanha. Então, viajei para lá sem concluir o mestrado. Terminei os créditos, mas não fiz a dissertação. Defendi meu doutorado na Alemanha em 1981. Voltei como pesquisador CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] na UFRGS. Depois fui contratado, virei professor adjunto, professor associado, e fiz minha carreira acadêmica, intercalando com gestão de ciências e tecnologia.

Você teve uma experiência na Fapergs [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul]?

Fui presidente da Fapergs de 1987 a 1990, durante o governo Pedro [Jorge] Simon. Fiquei três anos, ajudei um pouco a recuperar a situação financeira e brigar por aquelas vinculações orçamentárias, aquela história do 1%,¹ que conseguimos aqui no Rio Grande do Sul depois da Constituição de 1988, mas que nunca foi respeitado.

Nesse período, você teve militância política, seja no movimento estudantil ou mesmo depois?

No movimento estudantil, não. Mas depois que voltei da Alemanha, foi criado o Iepes [Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais], ligado ao MDB [Movimento Democrático Brasileiro] no Rio Grande do Sul,² e aí me envolvi. A presidência era do sociólogo André Forster e, naquela época, o Iepes fazia um papel importante de aproximar um certo conjunto de intelectuais mais ativos, digamos, à discussão política partidária. O ápice da minha movimentação foi me envolver com a construção do plano de governo do futuro governador Pedro Simon, na qual incluímos a criação de uma Secretaria de Ciência e Tecnologia. Nunca tive vinculação partidária, mas a partir desse momento tive algumas oportunidades e assumi cargos na administração pública. No mesmo período em que fui diretor-presidente e diretor científico da Fapergs, fui também pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da UFRGS.

Na década de 1990, me engajei bastante no movimento dos pró-reitores. Era um grupo muito qualificado: o Reinaldo [Felippe Nery] Guimarães, pela Uerj [Universidade do Estado do Rio de Janeiro]; o Gilberto de

¹ As Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) são constituídas de regimento próprio e seus orçamentos estão vinculados à receita estadual. O repasse do percentual varia conforme a legislação de cada estado, e pode ficar entre 0,5% a até 2%, sendo a média, normalmente adotada, de 1% da receita líquida estadual.

² Em 1970, durante a ditadura militar, o MDB havia sofrido uma grande derrota eleitoral, e discutia-se a possibilidade da autodissolução do partido. Nesse contexto de dificuldade política foi criado, no Rio Grande do Sul, sob presidência do deputado estadual Lidovino Fanton e secretariado pelo sociólogo André Forster, o Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (Iepes), que foi o primeiro dos institutos partidários a reunir intelectuais, parlamentares, estudantes, mulheres, profissionais liberais, professores e militantes de base para discutir e pensar o Brasil, apontando caminhos para a reconstrução da democracia.

Oliveira Castro, pela UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro]; o Francisco César de Sá Barreto, pela UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais]. Valia a pena conviver com eles. Aprendia-se muito.

Na Fapergs, eu convivi muito com o pessoal da Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], porque nessa luta para conseguir as vinculações orçamentárias houve a liderança incontestável do Alberto Carvalho da Silva, que era seu presidente e circulava nacionalmente nos estimulando e provocando. Luiz Fernando Salgado Candiota, da Faperj [Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro] e o Waldimir Pirró e Longo, que foi vice-presidente da Finep [Financiadora de Estudos e Projetos], e pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, eram outros que se movimentavam bastante nesse contexto.³

Após sair da Fapergs, concluí meu período na UFRGS como pró-reitor em 1992. Voltei para o departamento e fiquei um período trabalhando no Departamento de Ciência Política, na pós-graduação. E, com a eleição do Fernando Henrique Cardoso, no final de 1994 fui convidado para assumir a Capes.

Como foi sua articulação com o grupo do Fernando Henrique, que tinha, por exemplo, o Paulo Renato [Souza], ministro da Educação?

Eu conhecia o Paulo Renato de Porto Alegre, pois ele também tinha estudado no colégio dos jesuítas. Ele era um pouco mais velho do que eu, mas para um adolescente isso conta muito, um ano de diferença é uma eternidade. Depois descobrimos que não tem essa eternidade toda. Ele terminou o colégio antes, foi para São Paulo, estudou na Fundação Getulio Vargas, depois foi para o Chile. Seguiu uma trajetória que perdi de vista, mas eu era muito ligado aos irmãos dele, porque fui professor de um irmão, fui colega de outro e tal. Mas não fui necessariamente convidado para ir à Capes por conta dessa relação. A minha vinculação foi outra, foi com o Vilmar Faria e a Ruth [Correia Leite] Cardoso.

³ Os nomes mencionados nos dois parágrafos fazem parte de um extenso grupo de professores e pesquisadores brasileiros com carreira acadêmica consolidada que ocuparam cargos de gestão em universidades e centros de pesquisa entre as décadas de 1980 e 1990, protagonizando diferentes lutas políticas pela melhoria nos investimentos no campo da educação superior.

Houve um período em que eu fui membro do Conselho do Clacso, o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, representando o Brasil juntamente com a Ruth. O Luiz Werneck Vianna também foi membro nesse momento. Naquela época, o Clacso era muito ativo, tinha reunião que não acabava mais. Tinha três, quatro reuniões por ano em diferentes países da América Latina. Então nós circulávamos e eu me encontrava com frequência com a Ruth.

Eu tive, por conta da Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais], muita relação com o Vilmar, quando ele foi presidente. E a Alice [Rangel de Paiva] Abreu era secretária executiva da Anpocs. Eu fui convidado para coordenar dois grupos, um de pós-graduação e o outro para conseguir dinheiro para a Anpocs. E aí desenvolvi uma relação muito boa com o Vilmar, gostava muito dele. O Vilmar tornou-se um assessor privilegiado do Fernando Henrique. E ele, tanto quanto a Ruth e a Eunice [Ribeiro] Durham, referendaram o convite que me foi feito. Então fui para a Capes no começo de 1995, e fiquei até o final do segundo governo do Fernando Henrique. Somente três pessoas ficaram com o Paulo Renato o tempo todo: a Maria Helena [Guimarães de] Castro, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, eu e a Iara [Glória Areias] Prado, que era secretária de Educação Fundamental. Só nós três ficamos junto com o Paulo Renato nos dois períodos, nos dois governos.

E como foi essa sua experiência de chegar à Capes? O que você encontrou? Quais foram as mudanças que vocês implementaram?

A Capes vinha de um período muito turbulento, porque tinha sido extinta no início do governo do [Fernando] Collor [de Mello].⁴ Houve então um movimento muito forte para a recriação da Capes. A Eunice Durham teve um papel muito forte, e outros tantos pró-reitores também. Ela foi recriada, e veio o *impeachment* do Collor — o que salvou muitas coisas no Brasil, inclusive a Capes. O Itamar [Augusto Cautiero Franco] levou o Murílio [de Avellar Hingel] para o Ministério da Educação, e ele levou a Maria Andrea [Loyola], da Uerj, para a Capes. Juntamente com Eunice Durham, que

⁴ Com a chegada de Collor ao poder, em 1990, a Capes foi extinta. A vitoriosa luta por sua restauração implicou sua transformação em fundação, em janeiro de 1992, sob a Lei nº 8.405.

durante um período estive na Secretaria de Educação Superior, ajudou a recuperar de fato a Capes. Naquela época, ela era uma instituição relativamente pequena, menos importante, inclusive para a pós-graduação, do que o CNPq.⁵

É verdade. O CNPq oferecia um número de bolsas muito maior do que a Capes.

No meu período, o CNPq começou a mudar de perfil também, e a Capes teve que começar a assumir mais responsabilidades e mais compromissos, embora o orçamento tenha crescido muito lentamente. Lembro que, quando terminei minha gestão da Capes, o orçamento era de cerca de R\$ 500 milhões, R\$ 550 milhões, e tinha crescido. Hoje ele está em R\$ 5 bilhões. Então, eu posso dizer que a trajetória da Capes ao longo desses anos foi espantosa, foi um crescimento contínuo muito forte.

Nesse sentido, o governo Fernando Henrique foi um sopro de esperança, inclusive para a comunidade acadêmica, porque, de uma hora para outra, um grande intelectual assumia a presidência. À sua volta, nós tínhamos colegas da Anpocs que a gente via e com quem conversávamos. Era fácil, digamos assim, lidar com esse pessoal. Esse pessoal entendia o problema da universidade e da pós-graduação, o que não quer dizer que se tenha conseguido fazer todas as coisas que nós achávamos importantes. Só para ter uma ideia, o primeiro conselho superior da Capes que montei tinha a Ruth, o Vilmar, e o Eduardo [Moacyr] Krieger, que era presidente da Academia Brasileira de Ciências. Era um superconselho. O [José Arthur] Gianotti fazia parte desse superconselho também.

Nomes muito conhecidos, com prestígio acadêmico, e com enorme peso dentro do governo. A Ruth era a primeira-dama, e ela defendeu mui-

⁵ Embora ambas concedam bolsas para pesquisadores, a Capes tem uma função um pouco mais ampla, relacionada à área da educação. Além de formar recursos humanos de alto nível em todas as áreas do conhecimento, ela também é responsável pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação, que avalia os cursos de mestrado e doutorado no Brasil. O intercâmbio de professores universitários também é competência da Capes. Além disso, desde 2007 também investe na formação de professores da Educação Básica. O CNPq, por outro lado, é mais direcionado para a pesquisa científica e tecnológica. Ele investe na formação específica de pesquisadores que poderão contribuir para o progresso e a inovação no país.

to, ajudou muito. Então, eu me sentia muito apoiado, muito respaldado, e nós fizemos algumas coisas. O entendimento com o Paulo Renato era bom, ele era um excelente administrador, com uma enorme capacidade de lidar com equipes, de descentralizar responsabilidades. Era ótimo trabalhar com ele. Muito franco. A equipe dele era muito boa. A Maria Helena Castro, a Gilda [Figueiredo] Portugal Gouvêa era excelente como assessora, como tudo. Tinha o Pedro Paulo Poppovic, um intelectual de grande gabarito, e foi para lá ajudar. A qualidade, portanto, dos debates internos era altíssima. Era muito estimulante trabalhar neste grupo.

Nesse período, houve algum tipo de embate entre o MEC e as universidades?

Duas greves enormes. É importante lembrar que, nesse contexto, a organização das greves era meio natural. Vocês lembram que o segundo governo não tinha nem bem começado e o Tarso [Fernando Herz] Genro já defendia o *impeachment* do Fernando Henrique, por conta daquele negócio da Petrobras?⁶

Tinha o problema das privatizações, que gerava muita polêmica.

Mesmo quando não havia privatização, gerava polêmica e o pessoal se antecipava. Isso, de fato, criou um caldo de cultura também na universidade. Por outro lado, houve dificuldades muito grandes mesmo, a tal ponto que foi posta na mesa a discussão da autonomia universitária, para que houvesse previsibilidade no orçamento. Mas nunca se conseguiu fazer isso, porque mesmo com várias propostas nesse sentido, havia o entendimento de que não deveria ser responsabilidade do Estado. Essa história que hoje se discute de desregulamento, de desvinculação orçamentária... Tudo que era tomado como vinculação era visto como um problema de cerceamento da capacidade do Estado de usar os recursos orçamentários em função das suas políticas prioritárias. Tirava a discricionariedade da execução or-

⁶ Em meio à crise econômica e de acusações sobre corrupção na privatização das empresas de telecomunicações, o ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores (PT), protagonizou um movimento que ficou conhecido como “Fora, FHC!”. Em janeiro daquele ano, defendeu que o presidente deveria reconhecer sua incapacidade de dirigir o país e encaminhar ao Congresso emenda constitucional convocando novas eleições.

çamentária. Então, a questão do reajuste dos professores foi muito difícil. Vocês lembram que durante um tempo o aumento foi vinculado àquela gratificação, a GAI⁷ — a gratificação pública?

É verdade. Lembro que na UFRJ tinha um formulário em que os professores deveriam preencher o que tinham feito.

Na verdade, a GAI suscitou muitas polêmicas, mas tinha muita gente que apoiava porque ela foi responsável por um mínimo de redirecionamento da força de trabalho da universidade.

Colocava uma certa transparência no que os professores produziam.

Mas deu muita confusão. Fui enterrado duas vezes: os movimentos sindicais levavam um caixãozinho com o nome das pessoas para enterrar. Até tenho uma foto no YouTube com um caixãozinho, com um Abílio. Por que eu estava lá? Porque fui, de 1995 a 2002, presidente da Capes; mas entre 1996 e 2000, fui secretário da Sesu [Secretaria de Ensino Superior] também. Eu acumulei a Capes com a Sesu, a Secretaria de Educação Superior, que na época era tanto responsável pelas universidades públicas, federais, como pelo sistema de universidades privadas. Então, eu tinha que resolver a questão das greves, não pela Capes, mas pelo meu cargo na Sesu. Era muito trabalho. E com uma amplitude, digamos assim, muito grande de campos de operação.

Nessa perspectiva, tive que me envolver com as greves, que foram muito fortes, muito pesadas. Teve uma greve de três meses. Foi horrível. Tudo isso realmente prejudicou bastante. Muitas coisas que deveriam ter sido feitas não puderam ser feitas. Houve algumas mudanças interessantes que foram efetivas, mesmo que polêmicas. O Provão foi uma medida importante.⁸ Trouxe, pela primeira vez, a ideia de avaliar o desempenho do en-

⁷ O entrevistado refere-se, na verdade, à Gratificação de Estímulo à Docência (GED), instituída em julho de 1998, benefício pago aos professores do ensino superior, que era calculada por meio da atribuição de pontos às atividades realizadas pelos professores, de acordo com as classes, a titulação e a jornada de trabalho.

⁸ O Exame Nacional de Cursos (ENC), que ficou conhecido como “Provão”, foi um exame implementado pelo Ministério da Educação, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, para ser aplicado a formandos de graduação com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino superior no Brasil.

sino superior, de um modo geral. A Capes tinha uma experiência de 20 e poucos anos de avaliação da pós-graduação. Mas o sistema de ensino superior, de graduação, por exemplo, não tinha nada. O Provão quebrou essa inércia. Hoje, acho até que o Provão durou demais, e o exame que existe hoje, o Enade [Exame Nacional de Desempenho de Estudantes], também está durando demais. É muito limitado para fazer, para cumprir o papel que se espera dele. De qualquer modo, foi importante.

Na Capes, especificamente, houve mudanças na questão da avaliação?

A Capes passou por três mudanças importantes: uma na prática da avaliação, porque o modelo ficou mais ou menos o mesmo. Era feito pelos pares, coordenado por indivíduos escolhidos dentro de listas que a comunidade oferecia. Isso ficou. A primeira mudança foi na escala de avaliação. Saiu-se daquelas A, B, C, D, E e, a partir da nota 5, a expectativa nos níveis superiores era que os programas mostrassem desempenho, que atestassem maior inserção internacional e compromisso com parâmetros internacionais. Portanto, houve um estímulo à internacionalização da pós-graduação nesse sentido.⁹ Uma segunda mudança importante foi, pela primeira vez, a aceitação de uma possível pós-graduação profissional e não acadêmica.

Os mestrados profissionais também criaram muita polêmica na época.

Ainda há alguma polêmica em torno disso, o que, para mim, é absolutamente velho. Hoje, o que se impõe é reconhecer, por exemplo, que fizemos ao longo da nossa trajetória de construção da pós-graduação, uma “jabuticaba”, que é o mestrado acadêmico. O mestrado não é acadêmico em qualquer lugar do mundo. Só no Brasil ele é acadêmico. Isso foi uma criação no Brasil — não arbitrária — porque a nossa carreira acadêmica nas

⁹ De todas as alterações promovidas no período, a mais significativa foi a do sistema de avaliação, implementada a partir de 1998, após discussões internas que se estenderam por muito tempo, com o objetivo de criar novo estímulo para que os programas de pós-graduação buscassem maior qualidade, em níveis internacionais. Nesse sentido, foram introduzidas novidades como a escala numérica de 1 a 7, de modo a permitir uma maior diferenciação entre os programas — alteração consolidada já na rodada realizada em 2001 —, e a medição da qualidade dos programas segundo sua inserção internacional.

universidades públicas durante algum tempo aceitava o ingresso só com o mestrado para assistente de ensino.

Quando entrei na UFRJ, tinha apenas o mestrado, não tinha concluído o doutorado. Se era assim na UFRJ, nas universidades mais distantes, no interior, tinha pouca gente com doutorado.

No Norte, em alguns lugares, o ingresso é para o mestrado. E isso criou a ideia de que o mestrado era uma formação acadêmica, uma espécie de antessala do doutorado. Só no Brasil isso existe, porque em qualquer lugar mais consolidado, ninguém entra na carreira acadêmica só com o mestrado, a menos que seja uma carreira sem vocação para pesquisa. Se houver vocação para pesquisa, você começa com o doutorado. Escrevi um artigo há uns quatro anos sobre isso: aceitou-se a ideia do mestrado profissional, mas houve uma vingança dos acadêmicos, porque, se olhar a avaliação dos mestrados profissionais, é basicamente idêntica à avaliação dos acadêmicos. As exigências são basicamente iguais. A gente fez uma análise da última ficha de avaliação geral da Capes, usada em 2021: 85% é a mesma coisa da avaliação que é realizada no mestrado acadêmico.

Agora, tem havido alguma mudança? Eu fui coordenadora nacional do Mestrado Profissional em Ensino de História e participei da criação dos mestrados na área de ensino que, quando começou, em 2012, sofreu também uma oposição enorme. Hoje, a Capes criou um setor de avaliação específico, pelo menos para os mestrados profissionais, na área de ensino. E se começou a fazer um tipo de avaliação mais específica para esse tipo de trabalho.

Na área de ensino, mas outras áreas, como por exemplo, a de administração, lidam com os mestrados profissionais da mesma forma como com os acadêmicos. Ainda assim, foi uma mudança importante.

Outra transformação relevante que começou naquela época, junto com a avaliação, foi a intensificação do esforço de internacionalização da pós-graduação. Tanto que foi criada uma coordenação de cooperação internacional na Capes, que depois virou uma diretoria — algo que não

havia antes. A Capes era muito doméstica, tinha um olhar muito voltado para dentro. E isso começou a mudar.

Por fim, outra ação significativa foi enfrentar o problema do acesso à informação científica, que, ao longo do período — sobretudo a partir da crise orçamentária de 1999 —, começou a ficar insustentável. O modelo vigente pelo qual se tentava garantir um acesso razoável à informação científica — as revistas e periódicos científicos — começou a mostrar todos os seus limites e a crise era iminente.

Quando ocorreu a formalização do Portal de Periódicos da Capes? E como era anteriormente?

Foi em 2000, por isso comemoramos 25 anos agora. O debate anterior era como se assegurava acesso pelas universidades às revistas científicas, e para isso havia o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias. Esse plano, naquela época, funcionava da seguinte forma: havia a assinatura física de revista; ela tinha que ser comprada, assinada e entregue fisicamente, o papel, número a número, tinha que ser enviado. E o número de revistas científicas que importavam vinha crescendo, evidentemente, e a demanda das áreas no Brasil vinha crescendo também. À medida que a pós-graduação foi se consolidando, institucionalizando e diversificando, era natural o incremento da demanda por acesso a cada vez mais novas revistas.

Era, portanto, uma construção híbrida e pendular, porque esse momento de assinatura de revista física era delicado. Primeiro, estimava-se que o quantitativo das revistas consideradas importantes para manter um acesso minimamente qualificado do pesquisador brasileiro à informação científica fosse, no total, para o Brasil, cerca de 1.600 títulos. De qualquer forma, era um número determinado e que tinha muita dificuldade de crescer, embora houvesse uma demanda da comunidade — principalmente da saúde, até hoje. De modo geral, a medicina é muito forte, os médicos usam muito o portal e são seus maiores defensores.

O PNBu [Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias] era, financeiramente, sustentado pela Finep [Financiadora de Estudos e Projetos], pelo CNPq e pela Capes. À medida que os anos 1990 avançaram, a Finep saiu do programa e o CNPq logo em seguida também saiu e sobrou somen-

te a Capes, em meados de 1997, 1998. Portanto, as condições de manter o programa na sua integridade prévia já ficaram muito comprometidas.

Outro problema era a operação. Além da questão orçamentária — que, de uma hora para a outra, se transforma num pesadelo, para manter aquele número de assinaturas que estavam lá no rol de assinaturas a serem feitas anualmente —, surgiu o problema da execução do programa. A revista tinha que ser assinada e tinha que ser entregue nas diferentes universidades. A UFRJ, que era a maior universidade pública federal e tinha a comunidade mais diversificada, com uma pós-graduação que já estava razoavelmente consolidada, era a que mais ganhava títulos — acho que ela ganhava uns mil e poucos títulos. Em contrapartida, ia diminuindo para as outras universidades, e algumas ganhavam apenas 10 títulos. Ainda assim, tinha um grande número de universidades que tinham o direito de receber títulos.

Logo, na execução havia vários problemas, porque esse programa começou centralizadamente, ainda quando a Finep, o CNPq e a Capes estavam juntos. Tinha um comitê que fazia a seleção das revistas, fazia a alocação dos títulos para a universidade, assinava, pagava, e aí tinha que conseguir que os indivíduos, os editores ou seus representantes, entregassem as revistas — e muitas delas eram ligadas às grandes editoras internacionais. Porém, algumas não tinham operação aqui no Brasil, então não tinham representantes. Logo, entregar a revista já era uma dificuldade. Ela era publicada em março, e provavelmente seria entregue somente em outubro ou novembro nas universidades, sempre com atraso. Muitas vezes, já tinha outro número saindo quando ela era entregue, porque era uma operação que dependia dos Correios. Dependia também da boa vontade dos agentes que tinham que fazer essa distribuição e, em vários casos — não eram pouquinhos —, as revistas acabavam não sendo entregues. Então, se pensou, num determinado momento: “Vamos fazer o seguinte, vamos passar o dinheiro e as universidades comprem. E elas, então, se responsabilizam também por fazer com que os caras entreguem”. Em vez de fazer a operação centralizada, se tentou descentralizar a operação, achando que isso resolveria o problema da logística, digamos, da operação. Não resolveu muito. Inclusive porque entravam outros fatores. Por exemplo, as

universidades se atrapalhavam nas assinaturas. Ou seja, o programa funcionou, ele servia de algum modo, mas era bem problemático.

As grandes universidades federais também têm uma burocracia muito complicada para essa parte de compra de serviços.

É, bibliotecas centrais contra bibliotecas setoriais. Por exemplo, a física sempre quis fazer por conta própria. A física, sobretudo os melhores grupos, foi a grande área financiada de peso durante muito tempo no Brasil. Hoje já não é mais tanto.

Mas era uma área muito organizada politicamente e muito competente academicamente.

Sim, e que dava uma prioridade seríssima para o acesso às revistas, tanto que vários lugares do Brasil sempre tiveram, mesmo quando esse programa de aquisição de periódicos entrou em crise, as assinaturas de praticamente todas as revistas, porque eles conseguiam outros meios de fazê-las. Algumas áreas conseguiram outras formas de assinar, além das revistas previstas nesse pacote do Programa Nacional. Mas o programa era limitado no número, crescia muito lentamente. Quando houve a crise orçamentária, teve um problema de execução grave que chegou a suscitar a intervenção do Tribunal de Contas. E tinha muita coisa errada, para ser bem objetivo. Tinha muito editor que não era o editor responsável, era um agente aqui, um intermediário, e que não entregava a revista. E também demorava tanto que o sujeito nem lembrava que estava pensando no outro número. Esse é um lado da história.

O outro lado é o seguinte. Havia o Comut [Comutação Bibliográfica], que funcionava assim: estou aqui em Porto Alegre e sei, por exemplo, que na UFRJ tinha a revista, sei lá, da área de ciência política, um *journal* americano qualquer, uma *political science review*, alguma coisa desse tipo. Então eu queria, e eu consegui — não sei como, porque era muito difícil — saber por um colega que saía um artigo. Então eu mandava uma carta para a bibliotecária, para o sistema do Comut da UFRJ, da Biblioteca Central, pedindo o artigo. Eu tinha que depositar um dinheirinho, eles xerocavam o artigo e mandavam pelos Correios. Eu fiz vários cursos que tive que or-

ganizar pedindo artigos, só que isso demorava quatro, cinco meses para chegar. Se o curso ia começar em março, eu tinha que pedir em agosto do ano anterior. Então tinha que ter essa clareza. O cara ficava preocupado com o curso do ano que vem, do próximo ano, porque senão não chegava. Se demorasse um pouquinho para pedir, se pedisse em novembro, não chegaria. Às vezes, dependendo de quem fazia o xerox, não vinha a página inteira. Era xerox. Vinha um pedaço da foto. Era uma confusão desgraçada. Mas era o que tinha. Aí chegava aqui e a gente tinha que xerocar para os alunos. Esse sistema tinha muita deficiência, porque as universidades públicas não tinham uma profissionalização.

Eu me lembro, por exemplo, que quando a gente começou a pensar em alternativas, eu fui em dois lugares na Alemanha: no Instituto Max Planck, que tinha uma rede de informação científica do Instituto Max Planck, e na Universidade de Göttingen, que tinha um centro regional de informação para universidades próximas. Eles tinham um sistema parecido com o Comut, que era o que todo mundo fazia. Não tinha eletrônico ainda. Mas na Universidade de Göttingen, por exemplo, o serviço de cópia funcionava 24 horas por dia. Eles botavam estagiários e não sei o quê. Um exército de xerox. Então, aquilo de algum modo atendia melhor a demanda. Max Planck também tinha um sistema diferente.

Mas isso jamais aconteceria aqui. Na universidade pública, o expediente começava às nove e terminava às quatro da tarde. Então, o cara entrava numa lista terrível. Dessa forma, havia vários problemas, sendo o mais grave, como eu já havia mencionado, a saída do programa, na época, da Finep e do CNPq. A Capes ficou sozinha, e seu orçamento não dava mais conta.

Como se resolveu o problema do orçamento, já que no governo de Fernando Henrique houve um controle de gastos muito grande?

O problema de orçamento foi resolvido mudando a perspectiva, que foi a criação do portal. Ele tinha uma grande vantagem que ajudou politicamente na adesão à sua ideia; se desse minimamente certo, se as condições mínimas fossem garantidas, teria um impacto democratizador brutal do acesso à informação. Porque, de uma hora para a outra, o acesso que a UFRJ teria seria o mesmo acesso que o Amapá teria. Diversificava muito o acesso. Isso ajudou

muito na argumentação. Com o mesmo dinheiro que eu tinha para botar no papel e que não estava mais chegando direito e que ficava restrito a parcelas muito específicas da comunidade, eu superava isso tudo com o mesmo dinheiro e fazia um sistema que permitiria o acesso a um número maior.

A ideia do portal já trazia embutida a ideia do material digital?

Sim. Nesse contexto, houve dois avanços que precisam ser entendidos. A crise estava instaurada no plano de várias bibliotecas universitárias. Teve um ano em que poucas assinaturas puderam ser feitas, porque o orçamento tinha acabado. Tudo foi muito pela metade. A UFRJ ganhou um pouco. Teve um ano que foi muito crítico, acho que em 1998 ou 1999, por aí. Então tivemos de procurar alternativas. A Fapesp já tinha isso em operação; as editoras estavam começando a fornecer as revistas, não online, mas em CDs. Eu podia comprar um arquivo das revistas em CD. E já tinha começado a Rede Nacional de Pesquisa [RNP]. Sobretudo em alguns estados que tomavam para si a responsabilidade, como São Paulo, e aceleravam essa rede, que permitia o acesso a esses arquivos em CD.

O que significava a RNP? O que ela trouxe de novo para o meio acadêmico?

Ela trouxe a interligação por cabos — só depois que veio o *wi-fi* — em uma certa velocidade, que foi aumentando em algumas trilhas da rede com velocidades mais altas. Portanto, o cabeamento ligava universidades entre si via Embratel, que bancou essa tecnologia durante um tempo. Isso permitia a comunicação acadêmica entre os pesquisadores, entre as universidades, e começou a permitir o acesso à informação científica. No primeiro momento, no formato dos arquivos em CDs. A Fapesp tinha uma coluna de CDs que era operada por um servidor, que era de boa velocidade, então a comunidade acadêmica de São Paulo, via a Rede Nacional de Pesquisa, tinha acesso. Facilitou bastante, melhorou o tempo de chegada da informação e o acesso a ela, mas com um *delay* enorme, com um atraso grande ainda, porque tinha que vir os arquivos e o CD era físico. Tinha que ser gravado, disponibilizado pelas editoras e armazenado. Era meio ano de atraso com

relação à informação, no mínimo, para São Paulo, que era o estado que tinha acesso. Isso servia, mas como o resto do Brasil ia fazer isso e de que jeito?

Em paralelo, ocorreram dois movimentos importantes: a entrada do Ministério da Educação na RNP. O MEC tornou-se parceiro da RNP e passou a investir nela, para viabilizar uma rede maior, mais capilarizada, que permitisse a possibilidade de, via essa rede, facilitar o acesso dos pesquisadores das universidades à informação científica.

Quando cheguei na diretoria, me entrosei bastante com a Elenara [Claves Edler de Almeida]. Ela é uma moça muito competente e a gente tinha a capacidade de gerar coisas novas. Quando o portal tinha 4, 5 mil revistas, podia-se pesquisar por revista, não tinha nenhum problema. Mas à medida que ele foi crescendo, tracei uma diretriz — ampliar o portal e, ao mesmo tempo, simplificá-lo. Determinei à Elenara que firmássemos um convênio com a RNP, Rede Nacional de Pesquisa, que ia nos dar consultoria. O Nelson Simões gostou muito da ideia.

Mas a rede era vinculada ao CNPq?

A RNP era uma operação vinculada ao CNPq. Hoje é uma organização social, com o mesmo presidente desde aquela época. Então, foi muito importante, porque, principalmente em 1999, já se tinha experiência internacional de acesso remoto, não mais em arquivos em CD, e sim diretamente à base de dados das editoras, onde a revista estava sendo posta e produzida. Isso ganharia tempo, e o acesso seria imediato. A revista ficava disponível, o sujeito entrava via rede e tinha acesso direto. É o que a gente faz hoje e está bem melhor. Na época havia certas restrições.

Nem todas as revistas estavam online, estavam disponíveis.

Não, isso foi crescendo com o tempo. Naquela época, quem saiu na frente de novo foi a Elsevier. A Academic Press também se destacou. Basicamente, o primeiro grande pacote do portal foi da Elsevier. O que o portal ofereceu no primeiro momento não cobria todo o conjunto de títulos, que era oferecido por aquele programa de assinatura física, mas cobria bastante coisa. Continuamos durante um tempo tendo que fazer compra física na medida

do dinheiro, que estava cada vez menos disponível. Isso foi um motivo de crítica. “Mas e agora? Vai ser só isso?” Bom, tanto não foi só isso que o portal chegou a milhares de títulos e evoluiu, só cresceu nessa direção. Mas a condicionante fundamental, a grande justificativa seria a democratização do acesso, ainda que não com aquele pacote de títulos anterior. Ainda assim, ficou disponível um conjunto importante de revistas. Agora não ficaria mais restrito por conta das limitações do programa anterior e nem ficaria limitado a nichos da comunidade, mesmo que importantes — como o Rio de Janeiro, evidentemente —, mas tendo em vista a perspectiva inclusive da expansão da pós-graduação e da pesquisa em termos nacionais.

Eu me lembro de uma reunião em que a gente anunciou que o portal ia entrar em operação. Só pôde ser anunciado porque a rede nacional de pesquisa viabilizou, foram feitos testes para saber quanto tempo demorava para fazer o *download* de um artigo — porque esse era o problema. Isso dependeria da velocidade da rede. Se demorasse uma hora para fazer o *download*, estava ferrado. Um artigo de 15 páginas, por quê? Se eu ponho 20 pedindo isso, 30 pedindo isso, congestionaria a rede. Então, quando esses testes foram feitos pela RNP e se mostraram viáveis — ou seja, que não seria um absurdo —, fizemos o lançamento. Houve ainda alguns problemas depois, evidentemente, mas isso foi resolvido.

Mas tinha muita resistência, não tinha?

Tinha, de vários tipos, algumas anedóticas, outras românticas e outras clássicas, típicas da comunidade. Uma anedótica foi quando fui anunciar o início do portal na Andifes, na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, e lá estava o reitor da Universidade Federal de Roraima. Bom, mas Roraima, no programa anterior de assinatura física, não recebia revista alguma, estava fora do programa. De uma hora para outra, ele passou a ter acesso a mil revistas. Todas as que todo mundo tinha acesso, ele teria acesso online às revistas. E a velocidade de Roraima estava razoável. Porque tinha de ser realista, ver o tamanho da comunidade, quantos usuários potenciais teria na universidade de Roraima. Então, isso ajudava a ver no que a rede poderia melhorar, ter *upgrades* sucessivos enquanto a

própria comunidade estava crescendo. Aí eu apresentei, mostramos a lista dos títulos, dos periódicos, e ele disse assim: “Só esses títulos?”. Aí eu me incomodei um pouco, a coisa não estava tão simples, e disse: “Vamos fazer o seguinte: quando o senhor terminar de ler esses títulos, eu lhe mando mais”. E ele ficou assim, o cara não tinha um título. De uma hora para outra, ele quer mais títulos. Bom, tudo bem. Mas isso foi mais anedótico.

Nós fizemos um circuito nacional para tentar vender a ideia e conseguir apoio para o portal. Fizemos duas reuniões no Rio de Janeiro, me lembro, patrocinadas pela Academia Brasileira de Ciências, quando o Eduardo [Moacyr] Krieger era o presidente, e houve reação dentro da academia. [Herch] Moysés Nussenzveig foi contra. A reação negativa do Moysés era bem compreensível. A física, de fato, nunca teve um problema de acesso à informação, porque eles tinham recursos e conseguiam manter em dia as assinaturas das revistas principais que eles queriam. Daí veio assim: “Isso para mim não é uma grande vantagem”. Tudo bem, só que a física não era toda a pesquisa no Brasil. Aí veio o outro componente da reação dele, que foi um componente romântico: “Se eu não tiver mais acesso às revistas físicas, vou perder o contato”. E ele falava do contato ser edipiano, com a informação que pulula nas bibliotecas. “Porque não vou mais andar nas bibliotecas... Do tipo, estou andando em um corredor de biblioteca, vejo o título de um livro e me lembro de uma coisa. Então, se não vou mais atrás da revista física, vou perder essa oportunidade”.

Imagino naquela época o que significou isso.

Exatamente. A reunião era importante para a Capes e para o governo, de modo geral, porque, sem o apoio da academia, seria difícil tocar esse projeto. Imagina se a ABC faz uma manifestação pública contra a ideia do portal? E argumenta que isso vai ser um prejuízo para a comunidade ou para o desenvolvimento da ciência brasileira? Seria um desastre. A sorte é que, na verdade, ao lado do Moysés havia outras pessoas um pouquinho mais abertas. O próprio Jorge [Almeida] Guimarães foi um dos interlocutores. Porque antes, quando o Jorge já estava morando em Porto Alegre, a gente conversava muito. Eu dizia: “Jorge, não vai ter mais assinatura de

papel, acabou o dinheiro. A gente tem que fazer outra coisa”. Ele concordou. E na reunião, o Jerson [Lima Silva], da Faperj, foi muito importante. Ele defendeu muito o portal. Além disso, a SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência] também saiu em sua defesa, entendeu que essa assinatura eletrônica das revistas e o acesso via rede às revistas dariam abertura para um impacto democratizador na medida. Bom, aí não tinha mais o que fazer. E o argumento da modernidade, acompanhada desse efeito democratizador, foi muito importante. No final de 2000, foi feito o anúncio e um acesso festivo a mais de um título, baixando na hora, fazendo *downloads* do artigo. E deu certo na hora. Funcionou. Porque às vezes essas coisas parecem que vão sair bonitinhas e na hora não dá certo, não baixa.

Por outro lado, a situação estava se estrangulando completamente no programa anterior. A alternativa seria uma interrupção pura e simples da capacidade de compra das revistas. As universidades não tinham orçamento — com exceção de poucos grupos, que dependiam muito mais de projetos — para bancar suas próprias assinaturas. E a oportunidade que se abriu com esse recém-inaugurado acesso remoto à informação online de revistas foi uma alternativa que tinha que ser abraçada de qualquer jeito. A partir daquele momento, teve uma repercussão imediata muito positiva. Quando começou a usar, houve críticas: “Não consigo baixar, está demorando muito”. Isso tudo apareceu depois. Mas, na verdade, o que aconteceu foi que progressivamente todas as resistências foram sendo desmontadas.

E dentro da estrutura da Capes, como funcionava a organização do portal? Ela tinha autonomia? Era vinculado a um programa?

O portal virou um programa. Ele substituiu o programa de aquisição física, que teve que ser mantido, mas muito pequenininho, porque não havia dois orçamentos. Havia um orçamento, mas foi dada prioridade para o portal. O programa de aquisição periódica foi sendo rapidamente superado e deixado de lado. Então, o portal se transformou em um programa da Capes vinculado diretamente à Diretoria de Programas, que nessa época era gerido pelo Luiz [Valkov] Loureiro, o atual diretor-executivo da Co-

missão Fulbright. Ele foi muito importante porque as negociações foram conduzidas por ele e pela Elenara. Ela era uma funcionária da Capes que se especializou no portal na marra.

E havia uma equipe de bibliotecários?

Tinha uma equipe de bibliotecárias que ajudou muito, um grupo de trabalho que assessorava, inclusive, por causa dos títulos; quais títulos seriam privilegiados, quais não seriam, e como seriam compatibilizados com as demandas das áreas. Uma pessoa muito importante naquela época foi a Heloisa Schreiner, chefe da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por muito tempo, até se mudar para Curitiba. A Roseli da Fapesp também foi muito importante. Mas a Capes efetivamente nunca teve bibliotecários. Isso tudo ficava sob coordenação do Loureiro. Ele conduziu as negociações financeiras dos contratos — o que não foi tão simples, porque, claro, eles queriam morder. E havia alguns pontos a serem esclarecidos na definição dos montantes de financiamento. Por exemplo, qual era a base de cálculo? Como cobrar por acesso remoto? Seria o tamanho da comunidade? Nós não tínhamos uma experiência; seria a experiência prévia de acesso às revistas físicas? Não, isso não existia. Até porque o acesso remoto mudaria completamente essa perspectiva. Então tinha que definir algumas bases de cálculo para chegar a alguns valores que fossem aceitos por ambos os lados. E a Elsevier, por exemplo, como é ambiciosa demais, forçava bastante a barra. A pressão e o poder dessas grandes editoras internacionais são enormes. Outro aspecto era o fato de que, se a gente pagava a assinatura de uma revista, queríamos que aquela revista ficasse permanentemente aberta, ou seja, não podia ser só aquele ano.

Até hoje essas grandes empresas fazem contratos por assinatura e por período. A cada ano você tem que renovar a compra daquele periódico, daquela base de dados, enfim.

Isso sim, mas o que a gente queria é que os números anteriores não fossem zerados da base, entendeu? Porque senão você fica à mercê, fica sem memória. Isso jamais acontecia com a compra física, a revista ficava lá. Então

isso também tinha que ser negociado, qual seria a extensão. Nessa discussão, ajudou bastante a negociação com algumas revistas que são de entidades acadêmicas, como por exemplo, a da American Chemical Society, que é uma sociedade da área de química, que tinha um entendimento mais favorável para a gente. Mas muitos aspectos tiveram que ser negociados, pois tinham impacto na definição do custo dessa operação. O Loureiro conhece bem essa história. E havia momentos de tensão nessa discussão.

Eu me lembro de algumas vezes em que eu entrava e saía da sala brabo, mas depois eles também começaram a perceber que era uma coisa importante para eles, e que teria futuro, ou seja, que ia crescer. A Elsevier, que começou com mil e poucos títulos, hoje sei lá quantos títulos tem. Só pela compra de assinatura, o Brasil ainda paga para a Elsevier cerca de 40, 50 milhões de reais por ano. E agora tem os chamados acordos adaptativos, que envolvem comprar a leitura, o acesso à leitura e à publicação — porque eles estão cobrando pela publicação pesada, o que é um absurdo, mas isso é um outro detalhe.

Uma questão problemática é a discussão do acesso aberto. Existe, inclusive, uma entidade que agrega várias universidades que pressionam e demandam pelo acesso aberto. Na verdade, essas grandes agregadoras usam o material produzido nas universidades. Então você produz o material, ou seja, os artigos, os relatórios científicos, manda para essas publicações e depois elas cobram um trabalho que foi feito pelas universidades.

As revistas normais hoje estão cobrando, em média, US\$ 3.500 para publicar um artigo. *Nature & Science* cobra US\$ 12.000 para publicar um artigo. Às vezes é mais dinheiro do que a pesquisa custou. Eu defendo que deve ser criado um novo modelo, independente deles. É insustentável, porque isso não tem cabimento: as universidades e as agências estão pagando duas vezes. Para a mesma coisa. E para a mesma empresa gananciosa.

Nesse contexto, pisava-se em ovos permanentemente, porque havia a necessidade de conseguir a adesão da comunidade, de convencer o governo, e fazer uma negociação que fosse minimamente honesta e defensável com essas grandes editoras. Como eu disse, a negociação com as editoras vinculadas a entidades científicas ou representantes era bem melhor do

que com as editoras mesmo. E havia a necessidade de uma perspectiva de crescimento do portal. Porque ele não teria se sustentado ao longo do tempo, se tivesse ficado restrito aos títulos originais ou com o incremento de títulos muito marginal. Ele só realmente conseguiu sucesso, legitimidade, porque foi atendendo crescentemente a demanda da comunidade com a incorporação de novos títulos. E, por outro lado, o Portal — não sei quanto ele está hoje, porque tem esses acordos — teve um tempo em que ele chegou a custar 400 e poucos milhões de reais. Digamos que fosse 500 milhões de reais, ou seja, um pouco menos do que 100 milhões de dólares por ano. É muito dinheiro. Mas, se olharmos da perspectiva do uso do portal, quanto custa o *download* de um artigo, tendo em vista a brutalidade de acessos que o portal tem permitido e, de fato, tem acontecido, tudo fica baratinho. Tudo é mais barato do que o acesso ao artigo escrito.

No portal já estávamos conversando sobre o *open access* — que é uma ferramenta que ajuda a calcular ou avaliar o nível de acesso aos diferentes materiais — e esses acordos adaptativos. Isso começou a acontecer fortemente, a Europa estava tomando a frente nessa discussão, os Estados Unidos também estavam se movimentando bastante nesse assunto e a Capes participou de algumas dessas reuniões internacionais. Isso também entrou na agenda de discussão com as editoras.

E tinha essa discussão: paga para ler e paga para publicar, fica pagando duas vezes. Mas não é algo simples de se levar adiante, porque o poder das grandes editoras ainda é imenso. Acho que essa coisa precisa passar por uma ruptura, que vai custar muitos anos e não pode ser isolada. Alguém vai precisar ter a coragem de dizer que está fora desse sistema, porque ele não é mais sustentável. Os valores que eles estão pedindo é uma loucura e não adianta ficar pagando.

Existe o chamado acordo adaptativo, que cobre tanto a publicação quanto a leitura. Por exemplo, a American Chemical Society tem um acordo desse tipo e é com publicação ilimitada de artigos. Mas outros, além da assinatura física para ler, você paga também para publicar e tem quotas pequenas para publicação, ou seja, a revista autoriza 10 artigos, 20 artigos, então em vez de pagar 5 mil dólares por artigo, você vai pagar três, mas só pode publicar 10 artigos por esse preço. Se quiser publicar mais, é impossível.

É difícil, e o reajuste é em dólar. Pega a inflação brasileira e faz um reajuste em dólar. Sei que hoje eles têm um comitê no portal, e esses assuntos estão sendo debatidos. Porém, se Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha têm dificuldade de tocar nesse assunto — e têm —, não será justamente o Brasil que vai liderar. A força da nossa comunidade e o peso da nossa produção científica não nos autorizam a participar e não ser como apoiadores de um processo disruptivo. Mas acredito que daqui a pouco vai se tornar insustentável.

Para pensar em alguma coisa disruptiva, seria necessário voltar ao início dessa história. Essa realidade só existe porque, para a comunidade científica, nacional e internacional, é importante divulgar a sua produção e ter uma reação crítica a essa produção. Isso é importante para a comunidade. A partir daí, isso virou indicador para desempenho e produtividade de distribuição de recursos. Então, como eu consigo fazer essa mesma coisa diferente e sustentável? É isso que a comunidade tem que começar a pensar. Senão, como eu consigo divulgar? Ter suas publicações, ter os seus canais de publicação e de divulgação da sua produção, e não ficar dependente dessas grandes agregadoras? E as agências que põem dinheiro na pesquisa, e que usam esses indicadores de produtividade e de impacto, que comecem a pensar formas alternativas de medir a mesma coisa.

Gostaria que você falasse agora da sua segunda estada na Capes, em 2016. Termina o governo Fernando Henrique [Cardoso], a gestão do Paulo Renato [Souza], você sai. Tem outra fase, com o Jorge Guimarães, depois também ocorre a saída do PT [Partido dos Trabalhadores] do governo. A sua volta à Capes, já muito tempo depois, ocorreu numa conjuntura muito difícil. Houve o *impeachment* da Dilma [Vana Rousseff], o [Michel Miguel Elias] Temer [Lulia] assume a presidência e a gestão de um novo ministro da Educação não propriamente vinculado à universidade pública. Como foi o seu retorno para a Capes na gestão do ministro da Educação [José] Mendonça [Bezerra] Filho? Voltei por convite da Maria Helena [Guimarães de Castro], que convenceu o ministro. “Olha, convida o Abílio, porque ele conhece essa história”. Ela era a secretária executiva dele. Na época, havia várias turbulências. Uma

delas era o *impeachment*, turbulência grande. Havia uma certa insegurança em relação à resposta que o Temer iria dar às pressões que sofria por reformas estruturais — providência que acabou sendo feita por ele, de algum modo. E, no caso da Capes especificamente, havia o fim do Ciência sem Fronteiras, que foi um problema sério. Por quê? Porque o CsF — e isso muita gente teve dificuldade de entender — inchou o orçamento da Capes e do CNPq de um modo brutal até 2014. Até o ponto que o orçamento da Capes chegou a 8 bilhões em 2014.

O que aconteceu? Em 2014 já havia uma parte do problema, porque o orçamento previsto para o programa, que era acrescido ao orçamento das agências, parou de acontecer em 2013. E, em 2014, o CsF estava no auge. Dos 7 bilhões do orçamento da Capes, ele comia 50% no mínimo, sem recursos novos. Ele reduzia muito, na prática, o orçamento da Capes. Quem assumiu, no segundo governo Dilma, foi o Carlos Nobre. E a Mercedes [Maria da Cunha] Bustamante foi diretora de programas dele. Eles tiveram que fazer um corte brutal de bolsas, porque houve uma redução, com o CsF comendo o orçamento da Capes.

O começo do segundo governo Dilma foi péssimo para a Capes, com a impressão sempre fictícia de que qualquer coisa que acontecesse estaria derrubando um orçamento maravilhoso de 7 bilhões de reais que a Capes tinha. Mas não estava; quem estava derrubando era o próprio programa que tinha inchado o orçamento a esse nível. O fim do CsF evidenciou que, sem um orçamento novo, ele tinha que comer o orçamento das agências. E, de fato, comeu. A gente teve que ficar pagando CsF até 2020. Até depois de eu sair, ainda estava pagando alguma coisa do programa.

Foi uma crise muito grande. Havia pessoas que já tinham recebido as bolsas e estavam fora do país, no doutorado pleno no exterior, e não sabiam se as bolsas iriam continuar.

Tinha que manter. As pessoas estavam fora, como vai fazer? Da perspectiva orçamentária, eu entrei na Capes em maio de 2016 e nós conseguimos reverter. Tanto que, no final do ano de 2016, a gente reverteu o corte de bolsas e recuperamos a concessão de bolsas, inclusive auxílios. O orça-

mento da Capes, em 2016, deixa de cair na proporção dos compromissos com o CsF. Ele cresceu um pouquinho. Em 2017, a coisa apertou um pouco, e foi o que permitiu que a gente começasse a pensar em um programa mais ousado de internacionalização da pós-graduação, que em 2018 acabou se materializando no PrInt — o Programa Institucional de Internacionalização Capes. O PrInt usou cerca de R\$ 400 milhões, que, graças a Deus, foram antecipados para as universidades. Então elas puderam operar, mesmo com a turbulência que veio depois com o [Jair Messias] Bolsonaro, que foi um horror — mas foi um outro problema.

No meu retorno, estabelecemos uma condição de trabalho razoável, pedi que pudessemos controlar as diretorias da Capes vinculadas à pós-graduação, relativas à avaliação. No começo, fizemos a avaliação de 17. Foi a Barra-das, de São Paulo, da área da saúde coletiva, que foi a diretora de avaliação, depois ela saiu e entrou a Sônia [Nair] Bão, da UnB [Universidade de Brasília]. Então a gente conseguiu recuperar um pouco as bolsas e abrir um programa de internacionalização mais forte. Foi o que deu para fazer naquele período.

Como ficou o portal nessa nova conjuntura? As universidades não teriam capacidade de gestão para isso também, dependendo do recurso.

Exatamente. Aparentemente fazia sentido, mas na prática era um problema. Toda vez que tem uma ameaça ao portal, é bom acionar os médicos, sobretudo os médicos conhecidos, porque eles são implacáveis na defesa do portal. E, naquele momento, eu me lembro que tive alguns problemas depois por causa disso. Fizemos o movimento pelo Conselho Superior da Capes, entregamos uma carta, mas isso, de algum modo, vazou. A Manuela d'Ávila, deputada estadual pelo Rio Grande do Sul na época, soube e publicou nas redes dela e a coisa teve uma repercussão brutal.¹⁰

¹⁰ Abílio Neves enviou, em 1º de agosto de 2018, ofício ao então ministro da Educação Rosieli Soares [da Silva], alertando-o para as graves consequências que a limitação orçamentária imposta à Capes para 2019 trariam à pesquisa científica brasileira. No dia seguinte, a deputada pelo Partido Comunista do Brasil, Manuela D'Ávila, publicou em seu Twitter: “Para que TODAS as bolsas de pós-graduação não sejam cortadas em agosto de 2019, a Capes precisa de R\$ 300 milhões. Temer gastou R\$ 881,3 milhões em emendas parlamentares pra convencer os deputados aprovarem a PEC do Teto de Gastos. Esse governo é uma tragédia para o país”. A divulgação do documento causou grande repercussão no meio acadêmico, gerando manifestações de cientistas em diferentes regiões do país, posicionando-se contra o corte de gastos na educação superior.

Voltaram atrás, o orçamento ficou igual, as bolsas não foram prejudicadas, mas me custou uma manifestação, um editorial do *Estadão* dizendo que eu estava tentando assumir o papel do presidente da República, que as políticas da Capes deveriam ser submetidas às políticas do governo como um todo, mas que não eram feitas — aquela coisa. Mas aí, azar. O fato é que não diminuíram o orçamento e as bolsas foram concedidas e pronto. E o ministro ficou chateado, mas ele tinha lido a carta, sabia o que nós estávamos fazendo. Ele que se defendesse.

Toda vez que havia alguma ameaça ao orçamento, a primeira coisa que lembravam era o portal. Só que, curiosamente, era fácil combater, porque muitas vezes o portal era visto negativamente, como uma excentricidade, mas ninguém tinha a menor ideia do significado e nem para o que servia. Uma vez fui para uma audiência pública na Câmara Federal para defender o portal e o pessoal achava que era assinatura da revista *Veja*! Então eu disse: “Olha, não é, se quiser posso mostrar aqui”. Ouve-se qualquer coisa na audiência pública da Câmara. Porque os camaradas não são especialistas.

Nesse período, nós também tomamos a iniciativa de fazer, pela Capes, uma discussão sobre um programa de excelência nos moldes de programas da Europa. Chegamos a construir a proposta, mas não foi adiante.

Então, a minha volta teve essa peculiaridade da presença da Maria Helena [Castro]. Fiquei até o final com o segundo ministro, porque primeiro foi o Mendonça Filho, e depois o Rossieli Soares, do Amazonas. Foi uma surpresa! Todo mundo achava que a Maria Helena ficaria de ministra.

Sua atuação foi muito importante, porque foi na sua gestão que se criou o portal. Você é um entrevistado ótimo, porque tem uma capacidade de verbalização e de narrativa que o nosso papel fica muito limitado. Sabe o nome de todo mundo, sabe as datas. Foi muito bom te rever, Abílio.

Igualmente. É bom ser estimado por você.

Obrigada, professor!

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 27/02/2025 e 10/03/2025

Jorge Almeida Guimarães

Vamos iniciar falando sobre suas origens familiares. Onde e quando o senhor nasceu?

Nasci na região rural de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio, no dia 28 de janeiro de 1939, mas o escrivão, como estava acostumado com o ano anterior, na hora de me registrar escreveu 1938. Adotei um ano a mais, que está em todos os meus documentos...

Minha origem é muito humilde. Meu pai tinha uma pequena propriedade, um pequeno armazém. Eu era o sexto filho. No final da Segunda Guerra, viemos para o Rio, porque meu pai tinha recebido um emprego na prefeitura. Mas ele não se acostumou e acabou voltando para o campo. Nessa época, o Getúlio [Vargas] tinha lançado o primeiro programa de reforma agrária no Brasil, destinado inicialmente a ex-pracinhas da Segunda Guerra Mundial.¹ Essa iniciativa do Getúlio teve lugar entre Santa Cruz e Itaguaí, onde foi feita uma reforma agrária profunda, com lotes de 10 hectares. Meu pai conheceu um ex-pracinha e, assim, nós nos mudamos para lá.

¹ O entrevistado pode estar se referindo ao incentivo do governo de Getúlio Vargas dado à formação de núcleos coloniais agrícolas próximos ao Rio de Janeiro, como São Bento, Tinguá e, em especial, a Fazenda Nacional Santa Cruz, antiga fazenda confiscada pelo marquês de Pombal e incorporada ao patrimônio do Estado, em cujos decretos de 1932 e 1938 já havia a estipulação do regime de aproveitamento agrícola na propriedade.

Quem tocava o sítio éramos nós três, meu pai, minha mãe e eu, que, mesmo sendo criança, tinha que trabalhar. Cultivávamos verduras de curto ciclo como maxixe, jiló e quiabo. Conseguimos progredir bastante, mas eu não ia para a escola, porque não tinha nenhuma por perto. Uns dois anos depois, a reforma agrária se expandiu para uma área não muito longe, onde meu pai ganhou um sítio de 10 hectares (até então ele era um sem-terra, um lavrador que trabalhava na terra dos outros). Lá meu pai fez um casarão de madeira — ele trabalhava muito bem com madeira. Em poucos meses, estávamos produzindo os mesmos produtos, e mais laranja, banana, coco, os cultivos que o terreno permitia.

Quando eu já estava com 10 anos, ele me disse que eu tinha de ir à escola. A mais próxima ficava na Ponte dos Jesuítas em Santa Cruz, a uns cinco quilômetros de caminhada, do outro lado do rio que separava o então Distrito Federal do antigo estado do Rio de Janeiro.

Até os 10 anos, o senhor não tinha estudado nada, nem mesmo em casa?

Não, mas trabalhando na lavoura, eu dominava a matemática, pois precisava saber o peso, o tamanho, o volume das coisas. Isso tudo meu pai me ensinou. Aprendi matemática no dia a dia com ele. Meu pai também nunca foi à escola. A minha mãe estudou até o primário, lá na roça, e o alfabetizou.

Concluí o primário na Escola Ponte dos Jesuítas. No novo sítio, meu pai conseguiu guardar dinheiro e voltou para Campos para pagar dívidas que tinha deixado por lá. Eu não quis ir, porque, como tinha sido um dos melhores alunos, ia receber um prêmio na escola. O prêmio foi um dicionário, que guardei durante muitos anos. Nesse meio-tempo, um dos meus irmãos mais velhos se casou e abriu um negócio em Duque de Caxias, e eu fui para lá estudar para o exame de admissão, pois na minha escola não tinha. Matriculado, passei num teste para entrar direto no primeiro ano ginasial, pulando o admissão. Fiquei um ano nesse colégio. Estudava de manhã e ajudava meu irmão no armazém à tarde.

Perto do sítio, trabalhavam uns agrônomos do Ministério da Agricultura que davam assistência aos agricultores instalados no loteamento. Um

deles falou para o meu pai que o governo havia criado a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, não muito longe do sítio, no quilômetro 47 da antiga Rio-São Paulo, e também uma escola técnica, que seria muito importante para mim. Apesar de não ficar tão longe do sítio, chegar na escola técnica implicava passar por Santa Cruz e Campo Grande, usando ônibus, trem e ônibus novamente.

Estudei na escola técnica quatro anos, o equivalente ao ginásio, e mais três anos, o equivalente ao científico. Fiquei sete anos internado nessa escola. Só ia em casa na Semana Santa, na Semana da Pátria e nas férias, se tivesse bom comportamento! Lá era tudo de graça, subsidiado. Livros, material didático, roupa, comida... A gente tinha aula de manhã e trabalhava de tarde no campo, inclusive produzindo a nossa própria alimentação.

Durante o curso técnico, o senhor já se encaminhou para alguma área de interesse?

Sim, no segundo ou terceiro ano do curso técnico mostrei interesse por química. Eu e um colega queríamos fazer química, mas na Rural só tinha agronomia e veterinária. Para fazer química, era preciso ir para o Rio, São Paulo, Belo Horizonte ou o Nordeste, mas meu pai não tinha condição de me manter.

Terminado o curso, fui olhar as opções dentro da própria Rural e comecei a vasculhar os professores. Conhecia alguns que tinham vindo da escola técnica. Alguém me falou do professor Fernando Braga Ubatuba. Ele era um experimentalista de mão-cheia, pesquisador do que hoje é a Fiocruz [Fundação Oswaldo Cruz], e professor de bioquímica na veterinária da Rural. Então, resolvi pela bioquímica.

E o senhor acabou fazendo a graduação em veterinária?

Sim. Fiz o exame vestibular, e olha só que diferença: para entrar, tinha prova de aula e prova oral com professores catedráticos! No meu concurso, eram quatro catedráticos, um deles o Ubatuba. Na prova oral, ele me perguntou por que eu queria fazer veterinária. Respondi: “Porque quero trabalhar com o senhor”.

O curso era ligado à Universidade do Brasil?

Não. As escolas de veterinária e de agronomia começaram na Universidade do Brasil, mas quando a Rural foi criada, foram transferidas para lá. E, com isso, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a antiga Universidade do Brasil, não tem veterinária nem agronomia.

O senhor ficou no curso de veterinária, mas não era bem o seu interesse. Como o senhor conseguiu ingressar na área de pesquisa de bioquímica?

Os dois primeiros anos da veterinária eram muito semelhantes ao curso de medicina. Inclusive, vários professores lecionavam também na Faculdade de Medicina da hoje Uerj [Universidade do Estado do Rio de Janeiro], ou na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Depois, nos dois últimos anos, eram as áreas técnicas. Consegui convencer o professor Ubatuba a me aceitar como estagiário, a ajudá-lo nas aulas práticas. Como eu vinha da escola técnica, tinha conhecimento de muitos assuntos das aulas e isso facilitava continuar ajudando na bioquímica. Ele acabou concordando, mas exigiu que eu passasse as férias de julho no laboratório dele na Fiocruz. Eu e um colega, o Hiroaki Ikemoto, íamos e vínhamos todo dia da Rural para a Fiocruz, e voltávamos à noite, porque morávamos no alojamento da Rural.

Fiquei amicíssimo do professor Ubatuba, uma pessoa muito preparada. Gaúcho, tinha feito escola técnica em química em Pelotas, uma das melhores do Brasil. Depois fez medicina no Rio. Era um endocrinologista famosíssimo, mas dedicou-se à pesquisa em Manguinhos e ao ensino na Rural.

Quando o senhor se formou? Durante o curso, o senhor teve alguma militância política?

Me formei em dezembro de 1963, um período muito quente. Percebíamos que havia uma preparação para a ditadura que se instalou em 1º de abril de 1964. Fui presidente do diretório acadêmico, orador de turma, participei da UNE [União Nacional dos Estudantes], do famoso congresso na

Quitandinha.² Tive uma atuação política bastante séria. Mas o meu gosto mesmo era o laboratório com o professor Ubatuba. Eu e o Ikemoto começamos a trabalhar com ele, ajudando-o, sobretudo, a montar o laboratório de pesquisa na própria Rural. De um lado da Rio-São Paulo era a universidade, do outro o Ministério da Agricultura, com laboratórios nas áreas de agricultura e animal.

E que assunto o senhor estudava na área de bioquímica?

A Johanna [Liesbeth Kubelka] Döbereiner — uma conhecida pesquisadora que descobriu o mecanismo de fixação de nitrogênio, que dá bilhões de lucros para a agricultura brasileira — começou a trabalhar no Ministério da Agricultura. Fui trabalhar com o marido dela, Jürgen Döbereiner, sob a orientação do professor Ubatuba. Foi assim que comecei na química, fazendo análises para a pesquisa deles. O Ubatuba conseguiu adquirir os melhores instrumentos com financiamento do próprio Ministério da Agricultura, equipamentos que no Brasil só havia na Rural, e eu trabalhava com eles. Ajudei muito a Johanna Döbereiner nesse período. Os primeiros artigos com Jürgen Döbereiner e Carlos [Maria Antonio Hubinger] Tokarnia são da área de deficiências minerais em gado, em caprinos, e ovinos no Brasil, principalmente em Minas Gerais, mas também em outros estados.

E depois da sua formatura, para onde o senhor foi?

No último ano, como tinha acabado o meu mandato de presidente do diretório acadêmico, pude me dedicar às disciplinas que gostava mais, como genética animal. Ainda trabalhava no laboratório com Ubatuba. Foi então que um fazendeiro, secretário de Agricultura do Estado do Rio, prometeu premiar com um bezerro da raça Guzerá quem fizesse a melhor monografia sobre uma das raças de gado zebuíno. Fui o vencedor, mas pedi ao fazendeiro o valor do animal em dinheiro. Ele pegou um cheque e me deu na hora!

² O congresso da UNE em Quitandinha, realizado em julho de 1962, foi interrompido de forma violenta pelo Movimento Anticomunista (MAC), que feriu dois estudantes. Essa ação foi um marco na repressão ao movimento estudantil, no contexto de radicalização política no Brasil dos anos 1960.

Com o dinheiro, fiz um curso de especialização de dois meses em fisiologia de microrganismos na Federal do Paraná, montado pelo professor Metry Bacila, que trazia até prêmio Nobel para dar aulas. Quando voltei para a Rural, os dois veterinários do Ministério da Agricultura queriam que eu ficasse no Instituto de Biologia Animal (que hoje faz parte da Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária]), mas não tinha concurso. E o Ubatuba queria que eu ficasse na disciplina. Continuei morando no alojamento, porque o ajudava a dar aulas.

Mas isso durou pouco. Uns colegas pró-ditadura começaram a denunciar a gente. Para fugir da perseguição que se instalou na Rural, me escondi em um alojamento do Ministério da Agricultura, já que eu trabalhava com esses veterinários com um contrato temporário. A ditadura começou forte, embora não tão forte como em 1968. Perdi colegas, torturados e mortos. Eu vinha ajudar o Ubatuba, que dormia em um cantinho dentro do laboratório, numa cama de campanha. Trabalhávamos até tarde preparando aulas. Eu saía no escuro, para ir para onde estava escondido, com muito medo de me pegarem.

Um dia, quando estava na Rural ajudando o Ubatuba, encontrei um ex-professor de química da Escola Agrotécnica, o Laerte Estelita, que me convidou para trabalhar em um laboratório farmacêutico em Resende, onde ele era diretor de análise de qualidade. O salário seria três vezes o que eu ganhava. Estava noivo, queria casar. Expliquei isso para o Ubatuba. Como ele tinha mudado a aula dele para sexta e sábado, me comprometi a ajudá-lo pelo menos na aula de sábado. E fui para a indústria, em Resende.

Qual era a empresa, professor?

A empresa chamava-se Lederle, uma divisão farmacêutica da empresa americana Cyanamid Química do Brasil. Curioso, não é? Eu, trabalhando numa empresa americana e os coronéis brasileiros me procurando na Rural! Fiquei lá uns dois anos, ganhei uma experiência enorme. Saía de lá na sexta de tarde, vinha para a Rural e ajudava o Ubatuba no sábado. Passava o domingo na casa da minha noiva.

A repressão estava temporariamente mais calma. Então, abriu o concurso na Rural. Fiz o concurso, e entrei como professor assistente em 1966, no período em que houve a grande reforma na Rural, em função da reforma universitária do governo militar, quando houve uma expansão dos cursos e do número de alunos. Começamos a estruturar um curso mais amplo na bioquímica para os novos cursos da Rural, que incluíam a química, a engenharia química e outras carreiras, e também a área de humanas. De volta à Rural, continuei o trabalho com Jürgen Döbereiner e o Carlos Tokarnia.

Porém, em 1968, o Ubatuba foi preso. Levaram-no para Paracambi.³ Ele vinha dar aula de bioquímica escoltado por militares armados com metralhadoras. Dava aula, depois voltava para o quartel! Em 1969, ele me disse que a Rural não iria mais atender a gente e que teríamos de sair de lá. Ele tinha um amigo na UnB [Universidade de Brasília], da Academia Brasileira de Ciências como ele, que havia sido um dos criadores do Instituto de Microbiologia na UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Ele convidou o professor Ubatuba a levar a equipe toda para a UnB.

Nesse momento, ele e o grupo de pesquisadores de Manguinhos, dos quais eu havia sido aluno, acharam que era hora de eu fazer uma pós-graduação (a Rural não tinha pós-graduação), e decidiram que eu devia ir para Ribeirão Preto. Lá havia um professor excelente de química de proteínas, que era o que eles achavam que eu devia seguir. O problema é que esse professor, [José] Moura Gonçalves, havia se tornado diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. O Ubatuba e o [Haity] Moussatché, que eram meus mentores, acharam que ele não teria tempo para mim e que eu devia ir para outro lugar. Para onde? Para a Escola Paulista de Medicina, para trabalhar com o casal [José] Leal [Prado de Carvalho] e Eline [Sant'Anna] Prado. Eles adoraram a minha trajetória. Assim, no finalzinho de 1969, o curso de pós-graduação estava começando na EPM e eu era um dos primeiros alunos. Para eles, era um orgulho enorme, porque eu era uma quebra

³ O Quartel do Exército de Paracambi, também conhecido como “Paio”, era o local para onde professores, estudantes e técnicos da Rural eram levados para depoimento e detenção, durante a ditadura militar.

da endogenia. O departamento era muito bom, mas todo o pessoal era de São Paulo mesmo.

A Rural tinha me dado dois anos para fazer o mestrado. Eu já tinha muita experiência: havia me formado em 1963, trabalhado em empresa, trabalhado no projeto com os alemães de deficiências minerais. Tinha experiência de laboratório. Tinha feito o curso de especialização em fisiologia de microrganismos na Universidade Federal do Paraná... Assim, quando fui para o mestrado, mas acabei passando direto para o doutorado na Escola Paulista de Medicina.

Em 1970, eu já era casado, tinha dois filhos. Minha esposa ficou no Rio e eu fui para São Paulo, sem bolsa. Tinha o “salariozinho” básico da Rural, de professor assistente, mas não tinha bolsa. No começo de 1971, me convidaram para me vincular ao Departamento de Bioquímica da EPM. Como tinha vínculo com a Rural, pedi autorização de transferência da Rural para a EPM, também uma instituição federal vinculada ao MEC [Ministério da Educação], mas o reitor negou. Então, a EPM abriu um concurso, fiz e passei. Enquanto aguardava a tramitação da minha nomeação, os dois primeiros anos que a Rural tinha dado estavam encerrando, e eles queriam que eu voltasse. Lembrei que eu havia passado do mestrado para o doutorado, e que eles tinham me mandado só para o mestrado, então precisava de mais um ano, a Rural não aceitou. Tão logo fui nomeado, mostrei o Diário Oficial ao reitor e disse: “Vocês condenaram o Ubatuba. E, com isso, vocês querem descontar na gente o que queriam fazer com ele, mas não vão ter chance”. O Ubatuba havia sido cassado naquele grupo dos maiores pesquisadores de Manguinhos, no começo de abril de 1970.⁴ Foi o último ato de cassação de brasileiros feito pela ditadura. Nosso grupo na Rural se espalhou, muita gente foi para a Universidade Federal Fluminense, outros foram para Vitória, outros foram para a Minas, para a UnB. Eu continuei

⁴ Em 1º de abril de 1970, durante a ditadura militar no Brasil, a Fiocruz foi alvo de uma ação repressiva que ficou conhecida como “Massacre de Manguinhos”. Nesse dia, 10 pesquisadores foram cassados com base no Ato Institucional nº 5 (AI-5) e aposentados compulsoriamente. A cassação foi ordenada pelo ministro da Saúde, Francisco de Paula da Rocha Lagoa. Este episódio é considerado uma das maiores tragédias da ciência brasileira, com a perda de importantes profissionais e a paralisação de pesquisas.

na Rural até fazer o concurso. Depois fiquei na EPM, que me tratou — eu não sendo médico, sendo veterinário — com tapete vermelho.

Gerava algum desconforto o senhor ser da área de veterinária e estar numa escola de medicina?

Eu sempre perguntava isso para eles, que diziam: “Aqui nós não temos isso, Jorge”. Fiz um grupo enorme de amigos na escola, amigos até hoje, quase todos médicos. Apesar de ser veterinário, lidei o tempo todo na escola de medicina, com colegas da área — o que é muito bom, porque os médicos brigam muito entre eles. Como não competia profissionalmente, criava amizade muito facilmente. Fiz vários amigos médicos, especialmente em São Paulo, e depois aqui em Porto Alegre também.

Fiquei 10 anos em São Paulo. Nesse período, passei dois anos fora do Brasil, no NIH [National Institutes of Health], nos Estados Unidos. Fiz um pós-doc propriamente dito, com bolsa do NIH, no maior instituto de pesquisa médica do mundo. Na época, éramos 13 mil pesquisadores no NIH. Fiquei dois anos e meio lá.

Quando voltei dos Estados Unidos, veio o convite para a Unicamp [Universidade de Campinas]. Tirei uma licença na Paulista e fiquei mais de um ano na Unicamp, para montar o primeiro centro de biotecnologia da América Latina, conduzido pelo professor Francisco Lara da USP [Universidade de São Paulo], que me chamou para compor a equipe. Mas o plano não foi à frente porque mudou a reitoria da Unicamp — saiu o Zeferino Vaz, que foi o maior administrador universitário que conheci, e foi responsável pela criação da Unicamp. Quando o Maluf entrou no governo de São Paulo, houve o desmonte desse programa. Dessa forma, fiquei menos tempo na Unicamp. Voltei para a EPM e, nesse período, tive uma experiência muito boa em São José do Rio Preto, também na Faculdade de Medicina, ministrando bioquímica.

Foi então que resolvi atender a um convite dos colegas da Rural, que tinham ido para a UFF [Universidade Federal Fluminense]: “Vem para cá, vamos juntar forças aqui, recompor o grupo do professor Ubatuba”. Ele continuava cassado e exilado na Inglaterra. Em 1979, fiz o concurso na UFF para professor titular de bioquímica.

Meus professores da EPM me desaconselharam a prestar o concurso: “Jorge, não vai para lá, rapaz. Você tem um futuro enorme aqui na Paulista”. Mas eu queria mudar de vida, reencontrar os amigos. A banca era espetacular, tinha professores da EPM e da UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais], mas todos diziam que na UFF era tudo muito amador. E realmente tive muitos problemas. Conseguimos juntar parte do grupo da Rural lá na UFF. Assumi no dia 2 de janeiro de 1980 e me mudei para Niterói. Eu tinha me separado, estava começando vida nova, e morava no Saco de São Francisco. Mas a UFF foi um terror para mim.

Eu estava nas biológicas. Criei muitos amigos ali, mas não conseguíamos mudar o chefe do departamento, porque ele levou o grupo dele; eram 70 professores e 60 estavam pendurados nele. Esse chefe dava aula em outros lugares, mas ganhava sempre a eleição. E, na época, entrou como reitor uma pessoa muito boa, que disse: “Se vocês ganharem a eleição, se botar um nome em terceiro lugar, eu nomeio”. Mas não teve jeito. Ele puniu a gente. Nós fomos para o congresso de bioquímica em Caxambu, em 1981, do qual voltei eleito presidente da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular, que não é um cargo simples, é muito pesado e de muito prestígio. No ano seguinte, assumiria a presidência. Com aquela estrutura da UFF, percebi que não iria aguentar o tranco, que não teria condição de assumir o cargo. O pessoal da Finep [Financiadora de Estudos e Projetos] me ofereceu recursos, caso eu elaborasse um projeto institucional, mas eu não tinha nem telefone nem infraestrutura. Decidi voltar para a EPM para o cargo de professor adjunto do qual estava licenciado atendendo sugestão preventiva dos meus antigos professores.

Foi então que o Leopoldo de Meis, com quem tinha uma boa relação, me chamou para ir para a UFRJ. “Estou apanhando aqui também; passei da biofísica, onde tinha toda uma estrutura, para a bioquímica, que é uma estrutura feudal. Vem para cá apanhar junto na UFRJ.” Um ano antes de eu entrar na UFF, o Leopoldo tinha feito concurso na bioquímica da própria UFRJ e assumiu, mas o grupo que estava lá o rejeitara; era considerado um intruso. Ele me convidou e pedi transferência, mas lhe disse que não era só eu: “Somos cinco do grupo na Fluminense”. Ele disse que faria a trans-

ferência de todos. Um dos cinco era o Eloi [de Souza] Garcia, veterinário, que tinha sido meu aluno desde a Rural, e tinha feito doutorado comigo na EPM. A outra pesquisadora era a minha esposa, Célia [Regina Ribeiro da Silva] Carlini, filha do famoso professor Elisaldo Carlini, que descobriu o uso da maconha medicinal. Ela e mais outros dois colegas seriam transferidos juntos. A congregação aprovou a transferência. O Eloi virou presidente da Fiocruz e não quis mais ir. Outro desses colegas, mais antigo, também decidiu permanecer. Então, só três acabaram se transferindo. Conversei com o Leopoldo: “Como sou titular, a minha transferência é mais complicada. Farei o seguinte: vou reassumir na Paulista, onde sou adjunto, e te garanto que o diretor vai me dar apoio para vir para cá a convite seu”. E assim fiz. Fui para a cadeira de bioquímica médica, vinculada ao Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, que engloba diversas faculdades, entre elas a Medicina, Farmácia, Nutrição, Fisioterapia e Educação Física e os Institutos de Biofísica e de Microbiologia. Curiosamente, depois da Rural sempre atuei na área da saúde.

Poucos meses depois que cheguei, o Leopoldo falou: “O terreno continua muito ruim aqui, porque o pessoal do professor catedrático antigo não quer dar espaço para a gente”. Então, virei chefe do Departamento de Bioquímica Médica, e comecei a fazer uma reestruturação no departamento. Para os professores que não queriam endossar a lógica da pesquisa, junto ao ensino de qualidade, eu dizia: “Podem escolher para onde querem ir, mas não queremos vocês aqui, atrapalhando os planos de qualificar a bioquímica com base na pesquisa. Não bate com o que nós queremos fazer”. Isso está documentado. Foi em 1982. Serviu como exemplo para as universidades brasileiras de como você transforma 50 anos de cátedra, que tinha o antigo professor, num departamento que passou, em apenas dois anos, a disputar com a USP, a UFMG, com as melhores do Brasil na bioquímica.

Mas a mudança não foi fácil. O reitor da UFRJ era o famoso professor Horácio [Cintra de Magalhães] Macedo. Ele e o Bruno Alípio Lobo tinham sido meus professores na Rural. Pedi seu apoio, mas ele foi muito resistente. Um dia encontrei-o num voo de volta de Brasília para o Rio, e disse para ele: “Ou fazemos isso ou eu saio da chefia do departamento e vou embora,

porque mostra que a universidade não quer mudar. Esses professores lecionam em vários lugares, tapeiam o tempo integral e a dedicação exclusiva, não fazem pesquisa, são maus professores e autoritários com os alunos”. Dei chances para eles irem para outros lugares na universidade. Alguns saíram, foram para a farmácia, mas com uns três tive que ser mais direto. Eles decidiram que só ficariam dando aula. Eu concordei, mas deixei claro que só teriam uma sala para preparar as aulas, mas o laboratório seria para o grupo do Leopoldo e outros que estavam chegando. Trouxe mais professores-pesquisadores da UFMG, e da EPM. Rapidamente o departamento cresceu de qualidade, porque antes não tinha foco em pesquisa, não tinha nem pós-graduação. Em dois anos conseguimos tudo isso. E criamos o programa de pós-graduação em bioquímica médica. Fizemos direto mestrado e doutorado. O pessoal já tinha muita experiência. Trouxemos gente do exterior. A Finep foi fundamental no apoio financeiro e, em poucos anos, conseguimos a façanha de ser considerado um dos três melhores departamentos de bioquímica do Brasil. Dois anos antes, nem existia no mapa. O curso de pós-graduação é um sucesso. Já entrou com nota cinco, na época a nota máxima, e há muitos anos recebe nota sete. E não foi só isso. Transformamos o departamento no Instituto de Bioquímica Leopoldo de Meis, ao lado do Instituto de Biofísica, e o de Microbiologia, no CCS [Centro de Ciências da Saúde] da UFRJ.

Esse período foi melhor, porque havia a abertura política, certo?

Sim. A repressão foi reduzida e facilitava a vida no *campus*. Acabou também a vinculação de pessoal nas universidades pelo processo de CLT,⁵ voltando-se ao regime jurídico único, o modelo antigo. Ainda assim, não tendo muita facilidade. Nesse período a Finep estava muito ativa em reforçar as universidades, mas algumas como a Fluminense tinham dificuldade para atender aos compromissos. Hoje tem um grupinho bem bom na bioquímica da UFF, tem curso de pós-graduação, mostrando que a UFF avançou bastante mais recentemente. A química, por exemplo, é muito boa. É uma

⁵ Trata-se de regime de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), legislação federal que regula as relações entre empregadores e empregados.

universidade que tem uma posição estratégica muito importante para o interior do estado do Rio.

Na UFRJ, fizemos essa revolução toda e me tornei diretor do Instituto de Biociências, o que eu não queria, mas, tendo feito um trabalho que era considerado admirável no Departamento de Bioquímica Médica, que chefei por quatro anos, os colegas queriam que eu assumisse a direção do Instituto. Eles praticamente me forçaram a aceitar. Fiquei à frente do Instituto de Ciências Biomédicas de 1986 a 1990.

Sua carreira é marcada pela pesquisa e pela gestão. Como é a articulação desses dois mundos?

Como já disse, tive experiências em várias coisas. O trabalho na indústria foi importante, ser pesquisador numa universidade como a Rural também, pois lá não havia tradição de pesquisa na nossa área, completamente diferente da experiência que vivi na EPM, hoje Unifesp [Universidade Federal de São Paulo]. Circulei muito. Passei por oito ou nove universidades como professor. E fui ganhando experiência. Boa parte do que aprendi na iniciação na pesquisa foi com o professor Ubatuba, uma pessoa extraordinária e que acreditava numa coisa que eu também incorporei: a atração dos jovens! A iniciação científica é, para mim, uma das iniciativas mais ricas que o Brasil criou. É um produto brasileiro. Nenhum país tem isso. Minha trajetória foi sempre começar de novo, com os jovens. Quando fui de São Paulo para a UFF, comecei de novo. Lá não tinha pós-graduação, tinha apenas uma reduzida atividade de pesquisa.

Fui ganhando experiência e quando cheguei para administrar o Departamento de Bioquímica Médica, nós já tínhamos o começo com Leopoldo, que era uma estrela da ciência brasileira e mundial. Eu fazia gestão do departamento e dirigia meu laboratório de pesquisa, dando o meu próprio exemplo, sempre buscando trabalhar com jovens. Foi assim também quando fiquei quatro anos como diretor. Acho que sou uma das poucas pessoas que cumprem o mandato inteiro no Brasil. Tive só duas experiências [em] que não cumpri o mandato, mas o resto todo eu cumpri os mandatos previstos na lei. Então, eu virei diretor do Instituto

de Ciências Biomédicas, que tinha alguns departamentos muito fracos. Percebi que tinha de fazer no Instituto o mesmo que havia feito na Bioquímica. E fiz: fechei o Departamento de Parasitologia, que era um cabide de empregos. De novo, o mesmo modelo de pessoas que não queriam construir.

Como o senhor fazia isso?

Não era fácil. Quando completei 70 anos, minhas ex-alunas criaram esse vídeo, com depoimentos de uma quantidade enorme de amigos e colegas. Um deles, o José Roberto, da Bioquímica Médica, diz que eu conseguia fazer as coisas de uma maneira que até mesmo os funcionários ficavam boquiabertos. Era muita paciência e muita capacidade de convencer as pessoas. Para fechar esse Departamento de Parasitologia, determinei que, antes de fechá-lo, iríamos fazer um concurso para chamar gente competente, para trazer liderança. Ninguém se inscreveu. O departamento não tinha tradição de pesquisa nem capacidade de atração.

Então resolvi entregar toda a parte de ensino e pesquisa em parasitologia ao Wanderley de Souza, que trabalhava no Instituto de Biofísica. As pessoas que quisessem mudar para outro departamento ficaram livres, eu autorizei imediatamente, antes de submeter aos órgãos. Quem eu admirava como pessoa, pesquisador e professor, chamava e dizia: “Se eu fosse você, ia para tal lugar. Mas você escolhe, aqui tem a opção na Microbiologia, tem a opção na Biofísica, e na Bioquímica porque eu vou fechar a Parasitologia, pois lá não tem perspectiva”. Hoje as pessoas agradecem eu ter feito isso, porque, de fato, a Parasitologia é com o Wanderley — a maior estrela nessa área —, uma das maiores competências da área no mundo, Membro da Academia Americana de Ciências. Alguns eram professores na Fluminense, eu orientei: “Gente, vai para lá, fica lá, aqui vocês não vão impor o mesmo modelo lá, eu conheço aquele modelo”. Nesse depoimento, o José Roberto lembrou que, quando eu vou no Instituto, os funcionários vêm me abraçar, agradecer o trabalho que fiz naquele período. O Instituto de Ciências Biomédicas, que também não tinha prestígio algum, passou a ser prestigiado na comunidade científica brasileira.

Ao final desse período, já podia me aposentar. E minha segunda esposa vivia reclamando que não podia fazer pós-doc, porque eu sempre estava com alguma missão e não podia me afastar do país. Falei: “Então tá. Vou me aposentar e vamos”. Ela escolheu ir para a Universidade do Arizona, em Tucson, onde havia um grupo forte na área de pesquisa vegetal. Combinei de ir lá para conhecer primeiro. Nós estávamos criando a biotecnologia no Brasil e seria importante saber o que os americanos estavam fazendo. Eu tenho um filho e uma filha que moram nos Estados Unidos há muitos anos. E a minha filha ia casar-se no dia 5 de abril de 1990. Portanto, eu ia ao Arizona ver onde minha esposa ficaria, e em seguida ao casamento da minha filha. De volta ao Brasil, confirmei com a Célia nossa ida em julho para o Arizona.

Nisso entra o [Fernando] Collor [de Mello] como presidente. Houve uma disputa muito grande para saber quem seria o ministro da Ciência e Tecnologia, que era uma secretaria especial com *status* de ministério. Várias pessoas disputaram, entre eles o Antonio Paes de Carvalho, do Instituto de Biofísica, excelente pesquisador e competente gestor. E o Collor convidou o ex-reitor da USP, José Goldemberg, para o cargo. Ele aceitou, e numa reunião na UFRJ, disse que queria ter um diretor no CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] que fosse da universidade. Me indicaram. No encontro com o Goldemberg em Brasília, ele me disse que o presidente do CNPq seria o professor Gerhard Jacob, da UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul], e que ele me conhecia. Eu não conhecia o Goldemberg, nem ele me conhecia, mas queria que eu assumisse. Voltei para casa, e minha esposa me disse que estava grávida do nosso segundo filho. Suspendemos a viagem para os Estados Unidos e assumi a Diretoria de Pesquisa do CNPq em Brasília.

Avisei ao presidente Gerhard que teria esse compromisso já agendado para estar em abril nos EUA [Estados Unidos da América] para visitar a UoA e para o casamento da minha filha, voltando em seguida para o CNPq.

Dei conhecimento ao pessoal da UoA, que os planos tinham sido adiados, mas que posteriormente eu e minha família nos mudaríamos para lá. Nessa conversa, um diretor me disse que o José Marcos Chaves Ribeiro

estava indo para lá. Fiquei alegre com a notícia e telefonei para ele, que a confirmou. Quando ainda estávamos na UFF, o Zé Marcos foi um dos três que tinham sido transferidos comigo para a UFRJ. Ele foi depois para Harvard e era difícil tirá-lo de lá, mas a UoA ofereceu algo melhor e ele topou. Achei ótimo poder trabalhar com o Zé Marcos no Arizona.

Fui diretor do CNPq por praticamente quatro anos. Primeiro em uma área mais tecnológica, e um colega meu, o [José Roberto] Boisson [de Marca], da PUC-Rio [Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro], mais na básica. Pedi para trocarmos de área porque ele tinha mais inserção na área tecnológica. O Gerhard concordou e assim foi feito. Nesse período, em 1991, criei o Pibic [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica]. Já havia uma tendência de se passar a iniciação científica de individual para institucional, mas era uma experiência ainda muito incipiente. Propus à diretoria que as universidades passassem a ganhar as bolsas e as distribuíssem com os pesquisadores. Isso diminuiu a burocracia no CNPq, porque antes a única possibilidade era o professor solicitar a bolsa de iniciação científica individualmente.

A comunidade aplaudiu minha ideia, porque nas reuniões dos comitês, tinham que julgar tudo: o projeto, a bolsa de pesquisa, a bolsa no exterior, mestrado, doutorado, e a iniciação científica ia para o fim. Nisso, o recurso disponível já estava quase zerado. Mudei isso. As universidades e os institutos que tinham pós-graduação receberam, sem pedir, um pacote de bolsas de iniciação científica proporcional ao número de cursos de mestrado existentes na instituição, porque a iniciação científica alimentava o mestrado. Regras foram criadas. Passou a ter um congresso interno da iniciação científica, que existe até hoje, com gente de fora para julgar o desempenho dos bolsistas. Uma coisa que o pessoal gosta muito é que sou radicalmente antiburocracia. A burocracia é gerada pelo excesso de pessoas para o mesmo trabalho. Determinei que não fossem criadas regras que dessem margem à burocracia. Acredito que assim é que se deve operar a gestão de ciência e tecnologia e também da educação. No CNPq também criei o Programa Casadinho, o programa entre cursos mais qualificados e menos qualificados.

Algo que também gerou muita discussão era a ameaça de greve da Associação dos Servidores do CNPq toda vez que eu marcava a reunião do comitê. Em 1992, avisei ao Gerhard e ao Goldemberg que iria tomar uma providência drástica em relação à avaliação dos comitês daquele ano. Mantive a reunião — porque, quando eles marcavam a greve, a associação suspendia as atividades —, aluguei um anfiteatro na Secretaria de Polícia e pedi sigilo total, inclusive ao Goldemberg. A reunião começava na segunda; no sábado, instruí os assessores a levarem todos os processos para aquele espaço. Mais de 10 mil processos foram julgados lá. Claro que a associação de funcionários fez o maior protesto... Reivindicar é uma coisa, atrapalhar é outra. As greves atrapalharam muito o processo.

O senhor está falando de suas iniciativas quando o ministro de Ciência e Tecnologia era o Goldemberg, durante o governo Collor — período em que a Capes chegou a ser extinta. E no CNPq, qual era a disponibilidade de recursos?

Recursos muito limitados. O programa integrado que criei no CNPq, que englobava tanto o projeto e a bolsa de pesquisa quanto mestrandos, doutores, para simplificar a avaliação, não foi adiante. Os recursos eram tão pouco que não dava para se planejar quase nada. Eu queria dar uma projeção maior para as engenharias e para a química, mas era difícil. Nesse período, acumulei muitas experiências, mais negativas do que positivas. Consegui deixar algumas marcas, como o Pibic, que segue até hoje como projeto de grande sucesso. O clima político era também pesado, especialmente depois de ter frustrado a tentativa de atrapalhar e impedir a reunião do comitê. Quando o Gerhard saiu da presidência, meu nome chegou a ser cogitado para substituí-lo, mas a turma da greve me sabotou.

O senhor participou da luta para evitar a extinção da Capes?

Sim. A gente descobriu o número do fac do gabinete⁶ do Collor e mandávamos mensagens de pesquisadores do Brasil e do exterior, de todas as

⁶ A expressão “fac do gabinete” é uma maneira informal de se referir à função ou à importância do gabinete, que é a caixa que protege os componentes internos de um computador.

sociedades, uma pancadaria em cima... Conseguimos a reversão em cinco, seis dias. Estive na frente do grupo que fez isso, como está registrado no vídeo que mencionei anteriormente.

O senhor se aposentou na UFRJ nesse momento?

Eu estava aposentado desde 1990 como adjunto, porque havia me transferido da EPM como adjunto para a UFRJ. Tinha sido titular na UFF, da qual pedira demissão para reassumir na EPM meu cargo de adjunto. Em 1991, uns colegas da Bioquímica Médica me convenceram a fazer o concurso de titular, porque eu tinha saído como adjunto. Fiz o concurso e, nesse mesmo ano, reassumi na UFRJ como titular, mas liberado para ficar no CNPq. Quando acabou meu período no CNPq, voltei para a UFRJ com o compromisso de ir para os Estados Unidos com a minha esposa Célia, cumprindo o planejado com o pessoal da UoA. Ela ficou lá dois anos e meio, e eu ia e vinha, porque tinha reassumido na UFRJ. Quando voltamos, em definitivo, em 1997, o Rio estava com a violência comendo solta. Nossos dois filhos iam à praia no Leme, onde a gente morava, e tiveram tênis e bicicletas roubados. Eles estavam acostumados com a liberdade nos Estados Unidos. Meu filho mais novo tem síndrome de Down... O ambiente ficou muito pesado. O departamento na UFRJ também já era outro. Eu tinha ficado muito tempo fora. Era hora de mudar.

Eu tinha tido alunos da UFRGS tanto na EPM como na UFRJ, que me diziam para eu mudar para o Rio Grande do Sul. A Célia tinha sido admitida na UFF pelo processo resultante da greve nacional dos docentes das federais, pois um terço dos professores universitários eram precariamente contratados, não eram concursados. O ministro [Luiz Carlos] Bresser-Pereira dizia que iria demitir todos os professores que não eram concursados. Quando me convidaram para a UFRGS, eu disse que iria por transferência, mas que a minha esposa só iria se tivesse concurso. E ia ter concurso para titular na Biofísica. Ela fez e passou. Mudamos para Porto Alegre em agosto de 1997. Eu teria algum tempo na UFRGS antes da aposentadoria, que naquela época ainda era aos 70 anos. Criei o Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular, com nota máxima na Capes. Também ocupei a direção do Centro de Biotecnologia.

Aí fui convidado para presidir a Capes pelo ministro Tarso [Fernando Herz] Genro. Eu já tinha muita experiência, porque atuava nos comitês da Capes desde a época da UFRJ. Cheguei a presidir a comissão de coordenação da área de ciências fisiológicas em dois períodos de quatro anos. Conhecia muito bem a avaliação e muitas pessoas que atuavam nas comissões. Fui membro do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Superior, representando os colegas do CTC. O presidente era o Abílio Baeta Neves, meu amigo desde a época em que ele foi pró-reitor de Pós-Graduação na UFRGS e presidente da Fapergs [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul]. Ele me acionava para várias coisas, entre elas a discussão da importância do Portal de Periódicos, que enfrentava alguma resistência na comunidade.

No primeiro ano do governo Lula, em 2003, a Capes teve três presidentes, porque o Abílio custou a ser substituído. Entrou em campo o ministro da Ciência e Tecnologia, o Roberto [Átila] Amaral [Vieira], que eu não conhecia também. Na verdade, depois descobrimos que tínhamos tido contato no Quitandinha, no Congresso da UNE [União Nacional dos Estudantes]. O secretário-executivo do MCT [Ministério de Ciência e Tecnologia] era o Wanderley de Souza, que me convidou para o ministério. Mas, na verdade, eles queriam mesmo era me pôr na Capes.

O primeiro presidente da Capes depois do Abílio foi o [Carlos Roberto] Jamil Cury, depois de muita briga com o Ministério da Educação (o ministro era o Cristovam [Ricardo Cavalcanti] Buarque) para o aceitarem. Infernizaram a vida dele. Tiraram o carro da Capes, diminuíram o orçamento, perseguiram o Portal de Periódicos. Eu era, então, membro do Conselho Superior da Capes e tivemos brigas imensas para não fecharem o portal. O Cristovam dizia que um acesso ao portal valia três entradas de cinema. Ele perseguiu o portal com o apoio de um diretor da Capes, amigo dele da UnB.

A Capes teve um período complicado durante a gestão do Cristovam na Educação.

O Cristovam é uma pessoa brilhante, mas tem ideias que, no dia seguinte, esquece. Vivia reclamando de falta de dinheiro, e sobrou dinheiro no

MEC em 2003! Deram uma 13ª bolsa para os estudantes, uma coisa que não existia. E continua não existindo. Ele deu a 13ª bolsa porque sobrou dinheiro. No começo do mandato, o Cristovam havia convidado a Esther [Pilar] Grossi para a Secretaria de Educação Básica. A imprensa perguntou o que ela ia fazer e ela respondeu: “A cada 100 dias, tantos mil alfabetizados”. A imprensa tirou o foco do Cristovam e botou em cima dela. Ele foi ficando chateado, e a demitiu por telefone. Depois reclamou que o [Luiz Inácio] Lula [da Silva] o demitiu por telefone também.

Mas o Jamil Cury não foi aprovado pelo Cristovam?

Foi aprovado porque ele ficou sem saída. O meu nome já estava na Casa Civil, indicado pelo MCT. Para me substituir, tinha que ser outra pessoa que se encaixasse no que ele definiu como não sendo do Rio Grande do Sul, nem de São Paulo, nem do Rio e nem de ciências experimentais. Sobrou Minas. E, com isso, ele teve que engolir o Jamil. Engoliu, mas o perseguiu até ele desistir, acho que com seis meses no cargo. O Cristovam manteve o mencionado diretor atrapalhando o trabalho do Jamil.

Depois de um certo tempo, entrou o Marcel Bursztyrn, da UnB, em setembro, outubro de 2003. Em janeiro de 2004, o Lula demitiu o Cristovam, e chamou o Tarso Genro para ser ministro. Ele reuniu um grupo de pessoas da UFRGS e lhes perguntou quem sugeriam para a Capes. Sugeriram o meu nome. Entrei na Capes com carta branca para escolher os diretores, para pôr e tirar pessoas, inclusive esse diretor que queria derrubar o Portal de Periódicos.

E como era a sua posição política nesse momento?

Não tenho filiação partidária, porque, com a minha formação, com a minha independência, reconheço as coisas que são positivas e importantes para o país. Não me vínculo à lógica de partidos. Pela minha origem, sou uma pessoa de esquerda, mas a esquerda, às vezes, não sabe ver, ou não sabe olhar direito, e a direita se aproveita muito disso. Sou brizolista. Uma das razões de eu ter vindo para Porto Alegre é porque sou fã do Brizola por sua convicção sobre o papel da educação. Acho que o Brasil perdeu muito

em o Brizola não ter sido presidente. Pelo menos o setor educacional teria tido uma mudança radical. O Brizola e o Darcy [Ribeiro] formavam uma dupla fantástica. Criaram o Ciep [Centro Integrado de Educação Pública], o Sambódromo e a Uenf [Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro], usando sempre a mão certa do amigo Oscar Niemeyer.

A eleição do Collor não era para ter sido Collor *versus* Lula, mas sim Collor *versus* Brizola. A diferença entre Lula e Brizola no primeiro turno foi de 300 mil votos.⁷ E a quantidade de votos nulos foi muito maior do que 300 mil votos. O sistema sabia que o Brizola tinha mais chance de ganhar do Collor do que Lula. Lula perdeu e deu no que deu! Mas, felizmente, ele veio, mais à frente.

Abrindo um parêntese, acho os dois primeiros mandatos do Lula quase perfeitos. “Ah, porque o mundo foi favorável.” Favorável porque ele tornou favorável. Quem fez a reserva enorme que a gente tem em dólares? O Lula. O Lula pegou o dólar a quatro reais e trouxe para dois. Ninguém fala isso. Falam muito na conjuntura internacional, mas não falam no porto em Pelotas para construir navio, plataformas de petróleo. Saiu muita crítica na imprensa, diziam que ia ficar muito caro. Sim, custaria caro no começo, mas geraria empregos e tecnologia. Não deu outra. Hoje, quem vai a Pelotas não reconhece o que era antes do Lula... Essas coisas têm todo o meu apoio, seja o PT ou outro partido que venha a fazer. Mas não vejo outro partido capaz de ver o país com as suas dificuldades, com as suas desigualdades, nem mesmo o partido do Brizola... Sou um exemplo de como a desigualdade afeta, ou poderia ter me afetado. A minha carreira poderia ter sido destruída naquele sítio, como ocorreu com praticamente todos os colegas da minha idade. Do ponto de vista político, apoio as atitudes da esquerda. Estou preocupadíssimo com o avanço da direita no mundo hoje.

Eu trabalhei em governos mais de direita, como o do [Fernando] Collor [de Mello], o do Fernando Henrique [Cardoso], mas a minha preocupação foi sempre com as medidas pelo lado da esquerda. Felizmente, a educação

⁷ Na realidade, a diferença entre os dois candidatos foi de precisamente 454.445 votos a favor de Lula.

e a ciência têm mais vocação para essa posição por razões óbvias de conhecimento e necessidades identificadas.

Como o senhor montou a estrutura da Capes?

Assumi em 4 de fevereiro de 2004, e naquele ano tinha avaliação da pós-graduação, que na época era trienal. Entrar uma pessoa sem experiência seria um problema para a avaliação. Falei para o ministro Tarso que ia tirar dois diretores da época do Cristovam e que estavam atrapalhando. Uma dessas pessoas dizia ter aval do gabinete do Lula. Essa mulher atrapalhou muito. Havia um processo contra o Abílio sem nenhum fundamento, e ela queria levá-lo avante, e insistia em permanecer no cargo. Chamei o secretário executivo, o Jairo Jorge [da Silva], ligado diretamente ao Tarso, disse que iria tirá-la, e lhe dei os motivos. Ele me deu todo o apoio. Deixei o processo do Abílio passar por uma comissão, que o declarou sem fundamento. Demiti a mulher na hora. Ficou o tal professor da UnB que tentou derrubar o Portal de Periódicos, amigo do Cristovam. Nós tínhamos bom relacionamento antes desse episódio. Eu lhe disse: “Você não pediu demissão, mas devia ter pedido”.

Logo no início da gestão, o Abílio me disse que, por conta do meu perfil, eu teria alguma dificuldade nas ciências humanas e sociais, e me sugeriu chamar alguém da área para a Diretoria de Avaliação. Lembrei-me do Renato Janine [Ribeiro], que aceitou, mas só poderia assumir em maio. Por isso, acumulei a diretoria com a presidência até ele chegar. Em maio, quando ele assumiu, eu estava com a avaliação pronta e correu tudo bem. Para a outra diretoria, convidei o Luiz [Alberto] Horta [Barbosa], meu conhecido desde a época do CNPq e que tinha ajudado muito o Abílio. O Janine trabalhou muito bem com o pessoal de humanas, que aceitou o nome dele sem problemas. Eu tinha um plano na gaveta, mas que só foi revelado após a avaliação. Terminada a avaliação, criei o Proex [Programa de Excelência Acadêmica], um programa de apoio diferencial aos cursos de notas 6 e 7.

O que era a nova Capes, mencionada como parte da sua gestão?

A nova Capes surgiu da necessidade de incluir a Educação Básica no sistema operacional da Capes para buscar ter o apoio e o modelo de sucesso da

pós-graduação, buscando desenvolver ações na área da Educação Básica. Isso gerou o nome de Nova Capes, apelidada pejorativamente de “Capes do B”. Mas tive muito apoio nas ciências humanas e sociais.

Nesse momento, o ministro da Educação já era o Fernando Haddad. A proposta combinava 100% com a lógica do Haddad de que a Educação Básica era o grande desafio do Brasil. O que fizemos? Puxamos a UAB, Universidade Aberta do Brasil, e juntamente com o Ronaldo Mota, que ocupava uma secretaria no MEC, criamos o Pibid [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência], destinado a aprimorar o processo de formação de docentes para a Educação Básica — porque os estudantes das áreas da educação e pedagogia não tinham muita chance no Pibic do CNPq, mais presente nas áreas experimentais.

Antes da minha entrada, a Capes tinha três diretorias. Criei mais quatro, duas delas dedicadas à Educação Básica — a de Educação Básica e a de Educação a Distância, que incorporou a Universidade Aberta do Brasil. Criamos o ProfMat [Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional], talvez o maior curso de mestrado do mundo, para professores de matemática da rede pública. Esse curso de mestrado profissional, com milhares de alunos, foi criado quando o diretor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada me trouxe a ideia. Não só a apoiei, como me comprometi a dar bolsas, independentemente de os alunos-professores terem salário. Foi uma revolução, assim como o Pibid.

Os mestrados profissionais para a Educação Básica também foram muito importantes.

Sim, porque se a educação à distância pode funcionar bem é exatamente nesse formato. No caso do ProfMat, os alunos já são professores daquela disciplina. O que é preciso é dar luzes para essa pessoa crescer mais, sem tirar o salário e com bolsa da Capes. Tenho muito orgulho de ter feito isso em quase todas as áreas da Capes com inserção na Educação Básica. Trazer a Educação Básica para dentro da Capes foi um grande desafio. O ministro [Fernando] Haddad me incumbiu de convencer o Conselho Técnico-Científico e o Conselho Superior. Liguei para as pessoas para explicar qual era o objetivo. Quan-

do chegou no Conselho Superior, ninguém votou contra o apoio à Educação Básica, o que mostra como propostas boas sempre encontram respaldo.

De todo modo, foi difícil, porque os nossos colegas são muito corporativos. Pessoas muito ligadas ao FHC, pessoas que eu respeitava, criticaram a iniciativa. Mas hoje ninguém cogita em acabar com o Pibid. Imagina eu entrar em fevereiro e fazer a avaliação em junho! Imagina o susto que o pessoal tomou ao ser criado o Proex para financiar os cursos de pós-graduação notas seis e sete, tão logo terminou a avaliação!

Com o Proex, os recursos da Capes não iam mais para a pró-reitoria, mas diretamente para a coordenação do curso de pós-graduação. Uma senhora mudança! Tive brigas tremendas, especialmente com o pró-reitor da UFRJ. Quando assumi, todo mês tinha uma matéria dizendo que a Capes atrasava a bolsa, e nós pagávamos! Perguntei como era pago e me disseram que passava para o pró-reitor. Questionei: “Ele paga a água, luz etc. da universidade, os alunos ficam com as bolsas atrasadas, e a culpa é da Capes?!”. Resolvi pagar as bolsas diretamente, uma decisão criticada no começo, mas aplaudida pelos estudantes. Nunca mais falaram em atraso de bolsa. Hoje também ninguém fala em acabar com o Proex. Pelo contrário, a Capes cogita estendê-lo para os cursos nota cinco.

O Proex não era só uma questão das bolsas: eram os próprios recursos que os programas seis e sete dispunham, de compra de computador, de dinheiro para a publicação, para a tradução.

Exatamente. Esse era um dos meus argumentos. “Escuta, camarada, estou num curso em Fortaleza. Para fazer uma banca, trazendo um professor do Rio, de São Paulo, tenho que pedir com três meses de antecedência essa passagem, na pró-reitoria? Isso é burocracia inútil.” Além disso, os recursos cobriam despesas de manutenção do curso nas compras diversas, o que era antes tudo concentrado nas mãos dos pró-reitores. O Proex acabou com isso e, claro, gerou muita reclamação, mas está aí, vivo e eficiente.

Quando me transferi da UFRJ para a UFRGS, o Centro de Biotecnologia tinha alunos de pós-graduação de vários cursos. Os professores eram orientadores na veterinária, na química, na medicina, e não tinham os

curso próprio. Decidi fazer a mesma coisa que tinha feito no Rio para convencer a bioquímica de ter um curso de pós-graduação próprio, até ali com a cobertura da biofísica. Nessa época, o Abílio era o presidente da Capes. Falei pra ele: “Vou montar um curso, com pessoal de altíssimo nível. Não tem justificativa para não ter um curso próprio, inclusive para dar espaço para os professores-pesquisadores jovens”. Ele concordou, e foi feita uma espécie de “contrato de gestão” definindo que esse curso, em tantos anos, formaria tantos mestres, tantos doutores, e publicaria tantos artigos dos alunos. Foi feito um acordo entre o Centro de Biotecnologia e a Capes. E, assim, os recursos da Capes vinham direto para a coordenação do curso. Um procedimento totalmente distinto do que ocorria com os cursos ligados à pró-reitoria. Quando assumi a Capes, o modelo já estava definido na minha cabeça. A ideia era expandir essa modalidade para todo o Brasil, para todos os cursos seis e sete — não incluindo os cursos de todos os níveis para não receber uma crítica exagerada. Porque senão não passava. Assim, os cursos com notas três, quatro e cinco continuariam ainda na mão dos pró-reitores. Depois, decidi pagar as bolsas diretamente da Capes, diminuindo um pouco essa influência que vários pró-reitores tinham sobre o controle dos recursos para pagar as bolsas dos alunos. O aluno mal sabia que era bolsista da agência Capes, pois recebia o pagamento da pró-reitoria da universidade. Então, o anúncio da criação do Proex foi lançado em seguida à avaliação de 2004 com a regra de que o curso deveria ter recebido notas seis ou sete em pelo menos duas avaliações, na época, trienais. Por que duas? Se fosse lançado antes da avaliação, poderia haver uma certa facilitação para conceder mais notas seis e sete. Esperei passar o resultado.

No meu período à frente da Capes, tomamos outras iniciativas, muitas vigentes até hoje. Destaco a consolidação do Portal de Periódicos, criado pouco antes pelo Abílio.

O que norteou o quinto Plano Nacional de Pós-Graduação e quais foram os pontos principais?

A Capes é um dos poucos órgãos de governo que trabalham com um planejamento plurianual. Ao longo da sua história, lá nos anos 1970, come-

çou a fazer os planos nacionais de pós-graduação, PNPG, geralmente por quatro anos. Quando assumi, em fevereiro de 2004, tinha 16 anos que não tinha um plano — então passei a ter esse objetivo. Porém, ainda tinha pela frente a avaliação que ocorreria em junho e julho de 2004. Tinha, portanto, pouco tempo para organizar a Capes para isso (ela ficou bastante desorganizada no primeiro ano do governo Lula — houve três presidentes em 2003). Tão logo acabou a avaliação, decidimos fazer o que seria o quinto Plano Nacional de Pós-Graduação. Convidei o professor Francisco César de Sá Barretto, físico, ex-reitor da UFMG, para montar a comissão responsável pelo plano, que foi feito entre agosto e dezembro de 2004, constituindo o V PNPG 2005-2010. Na sua vigência, foram introduzidas muitas novidades na operação da Capes, a começar pela expansão de sua estrutura, com a criação de mais quatro diretorias, passando a constituir as atuais sete diretorias. Também durante a vigência do V PNPG, foram incluídos o Proex, as ações relativas à presença da Educação Básica na operação da Capes, com a criação do Pibid e a atuação da UAB, o restabelecimento e expansão do Portal de Periódicos, e uma grande ênfase na cooperação internacional, com o aumento das bolsas de doutorado, pós-doutorado e, especialmente, doutorado-sanduiche, a criação do Prêmio Capes de Teses e o estabelecimento de parcerias institucionais e muitos programas induzidos nas engenharias e ciências do mar e nas redes cooperativas.

O professor Sá Barretto utilizou muito o material do que seria o quarto plano, ainda da gestão do professor Abílio, para instituir a proposta do quinto plano — e assim decidimos chamar o plano 2005-2010, de V PNPG, pela primeira vez, um plano de seis anos, que possibilitou alcançar profundas mudanças estruturais na operação e na missão da Capes.

Depois fizemos o sexto plano, VI PNPG 2011-2020. Algumas pessoas, que nem conhecem a história, criticaram a ousadia de fazermos um plano de 10 anos. O ministro Fernando Haddad me disse que teríamos de fazer, a partir de 2011, um Plano Nacional de Educação, a ser aprovado no Congresso. Ele sugeriu que introduzíssemos o plano de pós-graduação dentro desse plano. Portanto, “tem que ser de 10 anos”. Assim foi feito. Nomeei novamente o Sá Barretto para presidir a comissão que iria montar o pro-

grama 2011-2020. Mas agora tínhamos mais tempo, porque eu havia nomeado essa comissão no começo de 2010, e também pela primeira vez um novo PNPG se iniciaria tão logo terminasse a vigência do plano anterior. No VI PNPG foi introduzida a necessidade de criação de uma comissão de acompanhamento do desenvolvimento do plano e da sua execução. Tal missão foi atribuída ao professor Jorge Audi que constituiu e presidiu a Comissão.

Na primeira parte (2011-2015) da execução do VI PNPG, foram muito estimuladas as ações em execução iniciadas no plano anterior, com aumento das parcerias com os ministérios e outras instituições, em especial com o CNPq, e criados programas especiais relativos à operação dos compromissos com a Educação Básica. Ênfase especial foi dada aos programas induzidos,⁸ por exemplo, o Pró-Amazônia, Pró-Engenharias, Pró-Ciências do Mar, os cursos em associação e a expansão dos mestrados profissionais. Tais novidades passaram a fazer parte do plano 2011-2020, que foi aprovado pelo Conselho Superior e pelo ministro. Porém, o PNE só veio a ser aprovado em 2014. Considero uma sorte para a pós-graduação brasileira ter sido feito um plano com duração de 10 anos: desde que saí da Capes, em maio de 2015, passaram sete presidentes na Capes. Estamos, portanto, sem um novo plano desde 2020. Só agora, em maio de 2025, temos a aprovação do VII PNPG 2025-2029, do qual tive a honra de ser relator junto ao Conselho Superior da Capes.

E como surgiu o Ciência sem Fronteiras?

Não há uma linha sobre o Programa Ciência sem Fronteiras no VI PNPG 2011-2020, aprovado em dezembro de 2010, porque ele já estava em vigor quando a presidente Dilma [Vana Rousseff] instituiu o CsF em abril de 2011. A origem desse programa veio de uma visita do [Barack Hussein] Obama ao Brasil em abril, quando ele provocou a presidente Dilma: “A China manda 200 mil estudantes por ano para os EUA. Por que o Brasil

⁸ Programas induzidos são iniciativas específicas lançadas pela Capes para estimular o desenvolvimento de áreas estratégicas da pós-graduação, impulsionando a formação de recursos humanos de alto nível e fortalecendo a pesquisa em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

não manda 100 mil?”. Ela topou e criou o CsF. O programa foi muito criticado, por vezes injustamente. Como muita coisa no Brasil, foi feito sem planejamento, infelizmente, mas a ideia era muito boa — tanto que as melhores universidades aproveitaram muito bem o programa; aliás, todas as universidades públicas e privadas tiveram a oportunidade de enviar estudantes. A imprensa, já querendo derrubar a Dilma, botou fôlego nas críticas. Chegaram a enviar pessoas para Londres só para buscar possíveis coisas erradas feitas pelos estudantes buscando motivos para desqualificar o programa. Como não foi planejado, as universidades participaram muito pouco do plano — tanto na seleção quanto na obrigação de acompanhar o desempenho dos alunos.

Antes do CsF, a Capes já tinha 6 mil bolsistas no exterior. Já o CNPq, que era o parceiro na execução do programa, contava com apenas 500 estudantes. Então, o desafio para o CNPq era muito grande. A Capes teria que crescer cinco vezes, e o CNPq 40 vezes na concessão de bolsas. Felizmente, no CNPq estava o amigo Glaucius Oliva, e nos juntamos para vender a ideia nas melhores universidades mundo afora. Mandamos estudantes para China, Japão, Estados Unidos, para as melhores universidades da Europa. Além disso, ele também trazia pesquisadores para o Brasil. A imprensa não falava nada disso. Em 2013, o Senado resolveu fazer uma comissão para estudar o assunto. O depoimento dos estudantes destruiu o argumento dos senadores e o plano foi considerado ousado. Simples argumentos: quantos dos nossos estudantes no Brasil moram no *campus*, e contam com empresas para fazer estágio e ter cursos formativos ao invés do processo informativo de ensino só em salas de aulas, predominante na maioria das universidades brasileiras?

Tudo isso tinha no CsF, que ensinou ao Brasil como deveria ser o ensino de graduação. Os estudantes tinham apenas 10, 12 horas de aula por semana, e o resto era estudo no laboratório, nas bibliotecas, nos planos de trabalho. Tudo isso a universidade brasileira deveria ter incorporado. O ITA [Instituto Tecnológico de Aeronáutica] chegou a mandar um terço dos seus estudantes para o CsF. Eles preferiram, é claro, a área de aeronáutica. E quem dava apoio e participava do financiamento era a Boeing, que estava

de olho na Embraer [Empresa Brasileira de Aeronáutica], e queria botar o DNA dela nos estudantes brasileiros. As críticas não consideravam isso. E a universidade brasileira deveria ter aprendido com poucas aulas e muitos estudos. Isso não foi feito, infelizmente. Quando saí da Capes, em 2015, deixei um planejamento para execução continuada do programa, porque as universidades queriam participar mais. A lógica era aumentar a participação das instituições na seleção e no acompanhamento, e não apenas às custas do CNPq e Capes. O planejamento também indicava que os parceiros privados queriam manter e aumentar o cofinanciamento no CsF.

O combate à assimetria regional também foi uma bandeira importante na sua gestão?

A questão da desigualdade regional permeou praticamente todos os planos anteriores. No plano 2005-2010, ensaiamos programas para enfrentar esse desafio e no de 2011-2020, isso foi muito expandido. Felizmente, teremos um plano, já que a professora Denise [Pires de Carvalho] está terminando o novo plano, depois de vários anos de vencido o de 2020.

As desigualdades regionais continuam sendo um desafio importante, mas diminuíram bastante. A presença da pós-graduação em Belém é admirável. A mesma coisa em Manaus e no Brasil Central. O plano encontra hoje um substrato importante, porque, para ter pós-graduação, precisa ter universidade. A pós-graduação foi bastante interiorizada, grande parte em função de o presidente Lula ter expandido as universidades pelo interior do Brasil.

Quando o senhor entrou na Capes, o Portal de Periódicos estava bastante ameaçado, depois da gestão do Cristovam. E com o período do professor Jamil Cury na direção houve uma dificuldade de recursos. Como o senhor avalia os primeiros anos do Portal de Periódicos? Quais foram as iniciativas para enfrentar essas dificuldades?

O Portal de Periódicos foi criado pelo professor Abílio em 2002, em função das necessidades orçamentárias e da obviedade de que as revistas em papel logo ficariam obsoletas. Ele teve a ideia e o apoio especialmente da Ruth

[Correia Leite] Cardoso, esposa do presidente, que também apoiava muito a atuação do professor Abílio na Capes. Com isso, foi criado o Portal de Periódicos. Nessa época, eu era membro do Conselho Técnico-Científico e também do Conselho Superior, e dei todo o meu apoio. Houve críticas de pesquisadores de renome: “Vou chegar na biblioteca e não vai ter mais a revista que gosto de ler”. Foi preciso muita discussão com pessoas de altíssimo nível, na SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], na academia, que não estavam entendendo direito o que estava por vir. Eu me envolvi muito com isso. Entrei na Capes com a saída do ministro Cristovam. Retomei a importância do Portal de Periódicos, com o apoio decisivo do ministro Tarso Genro, e depois do ministro Haddad e todos os outros que o substituíram.

Além disso, aumentei muito o portal, em número de instituições, assinaturas, bases de pesquisa — que quase não tinha e eu assinei — como o Web of Science, Scopus, Science Finder do CAS [Chemical Abstracts Service] da American Chemical Society. Todas as áreas de conhecimento passaram a ser cobertas pelo portal. Naquele período, os chineses vinham à Capes aprender como fazer isso. Todo mundo estava discutindo a ciência aberta, e o Brasil já garantia para todos os pesquisadores acesso ao conhecimento do mundo inteiro, graças ao Portal de Periódicos.

Como foi a participação de São Paulo na criação do portal?

O Portal de Periódicos, no começo, não atingiria São Paulo. O Luiz [Valcov] Loureiro, professor da USP e um dos diretores da equipe do Abílio, falou o seguinte comentário sobre o portal: “Se São Paulo entrar, o portal não acaba mais”. E foi o que aconteceu. Só que foi feita uma dívida com a Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo] e era necessário pagá-la.⁹

Havia uma decisão política de retomar e ampliar o portal, mas era preciso fazer muita coisa. O senhor trouxe a Elenara [Chaves Edler

⁹ Sobre a influência da Fapesp no processo de criação do Portal de Periódicos, ver a entrevista de Abílio Baeta Neves.

de] Almeida para coordenar o portal. Como foi esse convite, o trabalho dela e suas principais iniciativas?

Descobrimos a Elenara no período do professor Abílio e eu a mantive. Ela é uma pessoa admirável, competente, capaz de tocar esse enorme desafio. Nós tínhamos assinatura com todas as editoras, tudo comandado pela Elenara, que treinou muitos funcionários. Ela já se aposentou, mas a Capes continua tendo pessoas admiráveis à frente do Portal de Periódicos. Quanto à questão de reconhecer a importância do portal e restabelecer os compromissos de sua manutenção e ampliação, tive sempre o apoio do ministro Tarso no começo e depois do Haddad e dos outros que o seguiram, que não questionaram a importância desse poderoso instrumento.

Se o portal estava em constante ampliação, a própria negociação com essas grandes editoras internacionais gerava mais gastos. Como era a gestão dos recursos?

Quando fui convidado pelo ministro Tarso, pedi carta branca para atuar na montagem da diretoria e na manutenção e no crescimento do Portal de Periódicos. Ele assinou embaixo.

O fato de ter tido o Haddad como ministro da Educação durante um longo período facilitou a vida da Capes?

O Haddad dava total apoio à nossa gestão. Quanto aos demais ministros, nem tanto. Foi nesse período que ameacei pedir demissão várias vezes, até por escrito. Eu tinha a consciência que o CsF não treinava o pessoal em inglês. Havia uma dificuldade enorme de fazer isso, as universidades não ajudavam. Eu contratei um sistema online, com custo baratíssimo, para milhares de pessoas ao mesmo tempo. E o [Aloizio] Mercadante não queria deixar. Ameacei sair, ele voltou atrás e me deu apoio. Não foi sempre fácil, mas sempre com independência e desapego ao cargo. Uso sempre uma frase de um grande amigo, o professor [Marcos Luiz dos] Mares Guia — um bioquímico importante, criador da Biobras — que dizia o seguinte: “Se o cargo acrescenta muito no currículo, é melhor não dar o cargo”. Em casos de ministros, isso acontece com muita frequência.

Depois da saída do Haddad, entrou o Aloizio Mercadante. Houve alguma mudança em relação aos recursos da Capes, ao portal?

O Mercadante tinha muito compromisso com o CsF porque tinha sido criado pela Dilma [Rousseff]. Eu queria saber se iria continuar. E ele: “Você só sai se quiser”. De vez em quando, a gente se desencontrava, e eu falava: “Vou pedir demissão”, aí mudava. Na verdade, acabei saindo pelas mãos do [Renato] Janine [Ribeiro], quando ele estava no MEC. Ele já tinha trabalhado como diretor de avaliação da Capes. Sai no segundo governo da Dilma, quando já estava uma situação complicada, porque o CsF era o instrumento que os jornalistas usavam para buscar desmoralizar a Dilma.

A Capes se envolveu com o Pronatec, o programa de desenvolvimento das escolas técnicas?

Sim, acompanhei isso. Foi um projeto do Haddad e do Lula, quando houve avanços enormes na área de educação técnica e superior. A quantidade de escolas técnicas criadas pelo Lula é impressionante. Chegou aos milhares, considerando a ramificação dos institutos. Cada estado tinha os seus ramos nos vários municípios. Foi um impacto enorme. O problema foi que os institutos federais saíram muito do nível médio. Isso não foi bem monitorado. Eles avançaram bastante no ensino superior e a missão básica da escola técnica era o Ensino Médio. Falo isso muito à vontade, porque estudei sete anos interno em escola técnica. Sei o valor disso. Infelizmente, o modelo fracassou nesse aspecto.

Na sua avaliação como acadêmico, como pesquisador, qual o significado do Portal de Periódicos da Capes?

O portal veio, desde o começo, cobrir uma falha tremenda. Nenhuma biblioteca no Brasil era completa nas suas coleções. Com isso, o Brasil quase não produzia artigos de revisão de assuntos científicos porque, não tendo acesso à bibliografia, os autores corriam o risco de que seus artigos de revisão poderiam omitir pontos importantes sobre o assunto revisado. O portal acabou com isso. Aliás, tenho um trabalho publicado com a Ele-nara, que acabou fazendo o doutorado comigo e que mostra o seguinte: a

produção científica brasileira cresceu tremendamente com a existência do portal, mas os artigos de revisão cresceram muito mais. Os pesquisadores brasileiros tinham medo de fazer esse tipo de artigo, porque as bibliotecas eram falhas. A Fiocruz [Fundação Oswaldo Cruz], por exemplo, criou uma biblioteca fantástica, na época do ministro da Saúde Adib Jatene. Hoje, quase ninguém a frequenta, a não ser para ver publicações muito antigas e livros de referência. Com tudo online no portal, sabe lá o que é ter acesso a toda a literatura internacional em casa, de graça? É fantástico, muito celebrado no mundo inteiro e aparentemente caro: 100 milhões de dólares por ano. Mas quantas besteiras o Brasil faz com bilhões, e não milhões, de dólares? O Portal de Periódicos é um patrimônio.

E o que o senhor acha do acesso aberto?

O Portal de Periódicos veio resolver esse problema, até que alguém teve a péssima ideia de criar o acesso aberto, apoiada por vários ganhadores do Prêmio Nobel. Só que eles esqueceram que é aberto, mas é caríssimo. O Brasil está correndo um risco enorme de não ter mais acesso às publicações, porque não dá para pagar as taxas cobradas pelas editoras. Os auxílios do CNPq cobrem apenas um artigo por ano, pois em uma revista que não é das mais caras, são US\$ 3.000, US\$ 4.000, e até US\$ 20.000 ou mais. O acesso livre virou um comércio. O certo seria fazer o que a Capes fez. O mundo inteiro deveria assinar. A Denise Carvalho está fazendo agora uma coisa interessante, que começamos lá atrás com as assinaturas amarradas. Assina o portal e dá direito aos brasileiros a publicarem ali com valores mais razoáveis. Mas, de fato, virou um comércio. Um comércio sujo.

As editoras estão ganhando burras de dinheiro obrigando os pesquisadores a pagarem uma fortuna para publicar um artigo. O acesso aberto que conheço é o Portal de Periódicos. Aberto a quem? A quem vai usar. É demagogia dizer que o artigo vai ser útil para a população toda.

Antes do acesso aberto, os pesquisadores já não pagavam para publicar?

Sim, mas valores razoáveis, nada parecido com o que há hoje. Surgiram, inclusive, várias editoras falsas, que publicam qualquer coisa desde que

paguem. A Elenara e eu fomos muito críticos ao começo do acesso aberto, pois estava claro que se tornaria um comércio que só atende aos interesses dos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento não têm condições de pagar o que as revistas pedem.

Se o acesso não fosse aberto, as editoras que controlam as publicações mais prestigiosas iriam diminuir o preço para a publicação?

O problema é que elas usam as pesquisas feitas pelas universidades, pelos institutos de pesquisa, e depois vendem a publicação para essas mesmas universidades e instituições de pesquisa. E as mais sérias ainda usam a comunidade para validar o arquivo, como pareceristas. Parei de dar parecer para a maioria das revistas. Eu e Elenara escrevemos artigos sobre isso.

O senhor vê uma solução ou pelo menos um encaminhamento de alternativa?

O caminho é o que a Capes está adotando, de amarrar a assinatura daquela editora com a vantagem de os brasileiros poderem publicar nas próprias revistas, sem pagar ou pagando bem menos do que antes. O mundo inteiro deveria seguir esse caminho, obrigando as empresas a se adaptarem a ele. Do contrário, os pesquisadores correm o risco de não publicarem mais seus artigos, pelo menos nos países subdesenvolvidos. A África, vários países da Ásia e América Latina não têm condição de pagar esse valor. Isso tem sido muito criticado por vários brasileiros, como a professora Alicia [Juliana] Kowaltowski, da USP.

A publicação e a divulgação científica têm uma via dupla. Uma são os pesquisadores pagarem para publicar; e a outra são as editoras, através das suas plataformas, disponibilizarem esse material para a comunidade científica consultar. São dois processos, além do direito de consultar, que também é muito caro.

Exatamente. Isso foi crescendo com a questão do acesso livre, que é muito demagógico. Acesso livre para uma população onde 90% não fazem uso de ciência, para quê? Para isso há outros mecanismos que visam divulgar a

ciência para o conhecimento de todos. O acesso livre é para os cientistas, para quem usa, e não para todos. Portal de periódicos, esse é o modelo. Mas pesquisar no Portal de Periódicos ou numa base de dados é algo bastante complexo. Tem que saber o que quer buscar. E isso não é para o uso genérico do povo, como o acesso livre faz supor. O certo é a ciência livre: abrir as portas das universidades e centros de pesquisa, mostrando à população os processos de produção científica e de geração de novos conhecimentos e seus produtos como as vacinas, por exemplo.

O acesso aberto não é para qualquer pessoa; é aberto para que as instituições acadêmicas ou os governos não tenham que pagar tão caro para essas editoras, a Elsevier e outras.

Como sabem que o acesso livre não vai ser usado pela população, elas aumentaram o preço para quem usa. É por isso que tem revista que cobra 20 mil dólares para publicar um artigo. Pode uma coisa dessas?!

E tem uma outra questão: eu publico um artigo numa revista brasileira, pouca gente lê. Publico um artigo — como publiquei na *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, criada por mim, em 2004 — sobre como a universidade pode se tornar o padrão internacional. Produzo cinco ou seis indicadores. A quantidade de pessoas que lê aquilo é mínima. E qual é o segredo que aponto ali? Classifico as universidades brasileiras em quatro grupos. O primeiro grupo tem um número mínimo. Mas um dos indicadores mais importantes é a internacionalização do seu trabalho em termos de parcerias, artigos de colaboração. Esse é um dos segredos para se tornar uma universidade considerada de qualidade por todo mundo. Quem lê aquilo? O número de citações é ridículo.

A língua e outros fatores também dificultam a inserção internacional. Por que esse artigo, em vez de sair na revista internacional, é publicado na revista brasileira? Porque interessa ao Brasil, deveria interessar às universidades e agências de financiamento. A mesma coisa ocorre com muitos artigos da área de ciências humanas e sociais que focam assuntos de interesse do país, que não deveriam ser publicados em revistas internacionais. Porém, ao mesmo tempo, eles só vão ser lidos se forem publicados nelas.

Escrevi há tempos um artigo numa revista latino-americana, editada na Venezuela, dizendo que boa parte do problema que temos no Brasil e na América Latina é que o pessoal não cita os colegas. Você pega um projeto do CNPq para avaliar em uma área que você sabe que tem outras pessoas trabalhando, e o autor da proposta não cita os colegas! Assim, não vamos elevar o nível de citações no SciELO [Scientific Electronic Library Online], que continua muito baixo. A revista da Academia Brasileira de Ciências é uma publicação aberta, mas infelizmente ninguém lê. É uma pena, mas é verdade. Também, não fazemos estatísticas a respeito disso.

Eu e dois colegas publicamos um artigo sobre manguezais, mostrando que o Brasil é o segundo maior manguezal do mundo e que o assunto recebe pouca atenção como campo de pesquisas. Os mangues são a matriz de renovação dos mares, é onde as espécies se reproduzem e alimentação de muita gente que mora próximo. Fizemos um estudo sobre manguezais no mundo. Verificamos que países que não têm manguezal, como a Alemanha, publicam muito mais sobre o manguezal do que o Brasil, e que o Brasil dá apoio financeiro a pesquisas na Antártica, que está longe da gente! Publicamos o artigo em uma revista internacional, porque o tema é internacional, mas chama muita atenção para o Brasil.

Estive em um evento em Belém, onde alguém projetou dados sobre algum tema amazônico. A mesma coisa: o Brasil só produz 1% daqueles estudos. O resto são países que não têm nada a ver com a Amazônia. O artigo do manguezal tem um número normal de citações, mas mais de 6 mil leituras, porque há interesse mundial no assunto. Se fosse publicado no Brasil, não teria repercussão. Isso tem a ver com o nosso submundo cultural. Está na hora de reforçar as melhores revistas brasileiras!

A situação do Brasil é bem interessante. O portal do SciELO, por exemplo, permite que as pessoas consultem as revistas brasileiras. Há um financiamento, e revistas de diferentes áreas são colocadas lá, com acesso aberto.

Isso mesmo, para valorizar nossas revistas. Aumentei muito o número de revistas brasileiras indexadas. Ia nas editoras e perguntava por que elas não

aumentavam a indexação das revistas brasileiras. Tive muita briga com o SciELO, que, no começo, foi contra o Portal de Periódicos.

Como surgiu a ideia do SciELO?

Foi uma ideia do professor de bioquímica da USP, Rogério Meneghini, e de uma pessoa que cuidava da biblioteca da Opas [Organização Pan-Americana de Saúde], que era sediada na biblioteca da EPM. A EPM garantia a manutenção e o cofinanciamento da biblioteca da Opas. Quando ficou muito caro para a EPM manter a assinatura e a biblioteca da Opas nas suas dependências, surgiu a ideia de levarem o assunto à Fapesp e assim foi criado o SciELO.

Eram só revistas da área de saúde?

No começo, o modelo da Opas era só da saúde, mas depois se consolidou, expandiu e passou a indexar várias revistas brasileiras. No começo, eles queriam fechar o Portal de Periódicos, porque achavam que a Capes devia financiar a iniciativa deles e criticam o Portal de Periódicos, que pagava as revistas internacionais. Queriam que fosse feito através deles. Não concordei e tivemos desavenças pesadas. Como tive também com vários editores de revistas brasileiras, que queriam aumentar a presença das suas revistas, mas fechando o Portal de Periódicos. O que fiz? Obriguei duas plataformas a aumentarem a indexação de várias revistas brasileiras, mais do que tripliquei o número de revistas brasileiras indexadas nas bases da WOS e do Scopus, e também aumentei o financiamento das revistas brasileiras mais qualificadas (o Brasil tem quase 10 mil revistas científicas!). Mas essa situação acabou sendo equacionada, porque o SciELO se concentrou nas revistas brasileiras.

O portal, como a ciência brasileira, tem muitos inimigos. Os primeiros inimigos são os ignorantes. Agora mesmo, um senador, sem nenhuma noção do que é pesquisa científica, quer fechar o portal. Mas não podemos dar-lhes o direito de usar a ignorância. Podemos dar esse direito àqueles, infelizmente, que não tiveram formação para apreciar uma matéria desse tipo.

Para finalizar, que mensagem o senhor deixaria para os jovens pesquisadores que se beneficiam da política científica e do Portal de Periódicos da Capes?

Sou muito ligado à renovação em ciência. Defendo entusiasticamente programas como a iniciação científica do CNPq, criado nos anos 1950, e que eu expandi muito, ao criar o Pibic em 1992, e depois o Pibid, na Capes, para a licenciatura. Temos uma matéria-prima de primeiríssima qualidade. O Brasil ainda é um país dos jovens, com muitas desigualdades, mas se soubermos trabalhar a educação e a ciência com a juventude, poderemos ter avanços consideráveis na área científica, na educação, para fornecer matéria-prima para avançarmos na tecnologia e na inovação.

O grande desafio é a inovação tecnológica. Precisamos de recursos para utilizar bem a educação, favorecendo a formação de cientistas, tecnólogos, inovadores, em parceria com empresas e instituições, públicas e privadas. A Capes, o CNPq, as fundações estaduais, a Finep, o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] têm uma responsabilidade enorme nesse desafio. Estudos como o do professor Alaor [Silvério] Chaves, físico da UFMG, indicam que o Brasil precisa fazer uma escolha importante sobre o futuro. Algumas questões que estão na ordem do dia, como a mudança climática e a transição energética, devem contar com a juventude. A educação de qualidade, a ciência e a tecnologia devem ser financiadas com esse objetivo. O professor Chaves refere-se também à falsa ilusão da classe média como objetivo de desenvolvimento, mas é preciso ultrapassar o estágio de classe média, porque esse nível de padrão de vida ainda mantém muita desigualdade. Esse é o grande desafio do Brasil.

Quero destacar o papel da Capes e, dentro desse conjunto de ações, as bolsas, os programas especiais e, sobretudo, o Portal de Periódicos, que completa 25 anos de muito sucesso, servindo de exemplo para vários países, inclusive mais desenvolvidos do que o Brasil. Encerro aqui, mandando um abraço às pessoas que vão cuidar do evento dos 25 anos do portal.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

Foi um prazer enorme falar com o senhor, pela sua vitalidade, pela sua história de vida.

Obrigado a vocês.

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 07/07/2025

Denise Pires de Carvalho

Professora, vamos começar. Gostaria que a senhora falasse onde nasceu, sua formação escolar, seu ingresso na universidade e, enfim, sua opção pela área médica.

Nasci no Hospital Central da Aeronáutica, no Rio de Janeiro. Meu pai era sargento da Aeronáutica, e minha mãe professora primária, ambos provenientes de famílias de baixa renda. Fui a primeira filha desse casal. Meu pai foi para a Escola de Sargentos para ajudar minha avó, porque ela tinha ficado viúva e não tinha como manter três filhos. Mamãe ficou órfã aos nove anos; meu avô casou de novo. Ela foi criada por uma tia, minha tia-avó, que foi a avó que conheci.

Cresci com mamãe professora e pulei a classe de alfabetização; entrei na escola pública já no segundo ano. Isso era comum, porque as mães ensinavam às crianças em casa. Por isso entrei na universidade com 17 anos.

Em que escolas a senhora estudou?

Estudei na Escola Municipal Conde de Agrolongo, na Penha, onde mamãe dava aula. Com sete anos, no segundo ano, minha família se mudou para a Ilha do Governador. Fui para a Escola Rotary, também municipal, onde fiquei até a terceira série. No final daquele ano escolar, recebi o prêmio de melhor aluna da terceira série.

Depois, fiz concurso para a Escola Brigadeiro Newton Braga, escola para filhos de militares, que fica na entrada da Ilha, na Vila da Aeronáutica. Passei em terceiro lugar. Estudei nessa escola da quarta série até o segundo ano do Ensino Médio. Como no colégio havia o técnico profissionalizante, no segundo ano optei pela área tecnológica porque tinha decidido fazer matemática. Sempre fui apaixonada por física, matemática e química.

Nessa época, eu estava terminando a Cultura Inglesa. Não poderia fazer o profissionalizante na área tecnológica, porque o horário coincidia com o da Cultura. Eu já estava no avançado, ia fazer a prova da Universidade de Cambridge, Inglaterra. Por isso, acabei fazendo o curso de exames laboratoriais, o único que tinha na área da saúde. Quando o professor me perguntou o que eu queria fazer — todo mundo queria fazer medicina ou biologia — e eu disse que queria fazer matemática, ele estranhou. Aí tive de explicar a questão do horário, que era compatível com o do curso de inglês. Eu era muito boa aluna. Montei toda a apresentação da feira de ciências daquele ano, que foi na área de saneamento básico.

Fiz o terceiro ano do Ensino Médio no Colégio Bahiense, no centro da cidade, porque queria entrar na faculdade no primeiro vestibular. Fiquei na turma especial do Bahiense. Ganhei bolsa, porque me saí muito bem na prova de ingresso. Metade da turma especial ia fazer medicina, e a outra metade engenharia. “Quem vai fazer matemática?” Eu levantei a mão.

A senhora pensava em ser professora de matemática?

Eu passava as férias resolvendo problemas matemáticos. Era o meu jeito de passar o tempo. Aí resolvi fazer engenharia e comecei a assistir as aulas na turma da área tecnológica. Eu tinha um amigo, que estava na engenharia química da UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Depois que se formou, foi trabalhar num banco. Mas eu não queria fazer engenharia para depois trabalhar na área de administração. Fiquei na dúvida. Todas as minhas amigas da Cultura iam fazer medicina...

Resolveu fazer medicina?

No meio do ano, fiz o simulado, e fui descansar na Região dos Lagos. Deixei em casa a ficha de inscrição na Fundação Cesgranrio marcada com

um M, porque já tinha decidido que não iria fazer engenharia. Deixei o M marcado e falei para minha mãe: “Vou decidir, e aí você preenche o que eu vou fazer — matemática ou medicina”. E de lá da Região dos Lagos, disse para ela que iria fazer medicina. A partir do meio do ano, comecei a estudar para prestar o vestibular de medicina. E passei logo na primeira vez.

Sua primeira opção foi a UFRJ?

Sim. Passei para o primeiro semestre. Meu pai me deu um talão de cheque, e disse que ia botar dinheiro na minha conta para eu poder comprar os meus livros. Disse para ele não fazer isso porque nunca tinha visto um cadáver na vida, podia até desmaiar. Fiquei dois meses sem comprar livro porque não sabia se ia continuar na medicina. E aí no dia em que eu vi um cadáver, cheguei em casa felicíssima: “Nossa, aquilo ali parece um boneco”.

Comecei o curso médico em março de 1982. Fui sempre uma excelente aluna e fiz tudo que tinha que fazer, plantão, tudo. Adorei fazer medicina. Só que, no segundo ano, em 1983, comecei na iniciação científica, no laboratório de pesquisa da disciplina que tinha gostado mais, endocrinologia. Em 1984 já estava participando de congresso científico, em 1987, publiquei meu primeiro *paper* como primeira autora, em 1989 publiquei mais dois...

A senhora teve uma carreira muito rápida, não é?

Sim. Comecei a fazer as disciplinas do mestrado quando ainda estava no internato. Tinha decidido que não faria prova para residência e que seria professora em dedicação exclusiva. Em dezembro de 1989, defendi o meu mestrado e ingressei no doutorado. Em maio de 1994 defendi o doutorado. Entre o mestrado e o doutorado, em 1990, teve um concurso, surgiu uma vaga... Em junho estava contratada como professor auxiliar, em dedicação exclusiva. Imediatamente passei a assistente, porque já tinha o mestrado.

A senhora nunca teve interesse em ter consultório, esse tipo de coisa?

Nunca atuei na medicina privada. Só fiz ambulatório no Hospital Universitário. Exerci medicina em vários lugares, no Antônio Pedro como acadê-

mica da emergência, no Hospital Central do Exército como acadêmica da UTI [Unidade de Terapia Intensiva], que são os estágios obrigatórios dos cursos. Fui também acadêmica na UFRJ. Depois, como professora, fiz ambulatório até 2007.

Na UFRJ, a senhora ocupou várias posições na administração de coordenadora, depois foi assessora da pró-reitoria de graduação, reitora... Como foi sua opção pela gestão universitária?

Isso tem a ver com a minha personalidade. Na adolescência, sempre me elegiam representante de turma. Quando eu era aluna, fui representante dos alunos no colegiado da pós-graduação. Fui também representante dos professores assistentes, depois dos adjuntos. E sempre me pediam, não era decisão minha... Na biofísica, aprendemos uma coisa chamada liderança consentida, que não é imposta, não é você que busca.

A senhora fez doutorado também na UFRJ? Fez toda a sua carreira na UFRJ?

Tudo na UFRJ e com a mesma orientadora, da iniciação científica ao doutorado, Doris Rosenthal. Fiquei na biofísica a vida toda. Eu estava dentro do laboratório desde o segundo ano, e fui monitora de várias disciplinas...

Mudando um pouco de assunto, a senhora fez militância estudantil, militância universitária?

Eu entrei em 1982, ia a todas as assembleias, sempre fui muito engajada...

Em 1978 veio a anistia, os exilados voltaram, e em 1982 houve a primeira eleição direta para governador.

E em 1985 a primeira para reitor. Eu era aluna de graduação quando elegemos o Horácio [Cintra de Magalhães] Macedo. Estou falando elegemos, porque nunca me vinculei a um grupo, mas sempre me vinculei à política universitária, fazia campanha. Horácio foi o meu candidato e foi eleito por ampla maioria entre os estudantes. Trago comigo a felicidade de ter podido eleger o primeiro reitor pós-ditadura militar.

A universidade como um todo sofreu muito na ditadura... Eu entrei na UFRJ, como professora, na época que o [José Henrique] Vilhena [de Paiva] era o diretor do IFCS [Instituto de Filosofia e Ciências Sociais]. Depois ele assumiu a reitoria.

O Vilhena era um bom gestor, mas não o aceitavam como reitor, porque não tinha sido eleito. Foi escolhido pelo governo Fernando Henrique [Cardoso] sem ter sido o mais votado. Nessa época, eu era uma jovem professora, recém-chegada do pós-doutorado (voltei no início de 1996). Em 1998, quando o Vilhena assumiu, estava no início da carreira, com as minhas primeiras alunas de iniciação científica. O diretor tinha me convidado para assumir a coordenação de graduação do Instituto de Biofísica, o que para mim era tranquilo. Depois, fui assessora do Ricardo Gattass, uma das cabeças mais brilhantes na área de neurociência do país, que acumulou a chefia da PR1 [Pró-Reitoria de Graduação] com a do PR2 [Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa].

Em 2001, o professor Walter [Araújo] Zin tornou-se diretor do Instituto e pediu para eu assumir a coordenação de um curso de pós-graduação da Biofísica, criado em 1996, e cuja coordenadora ia sair. Voltei para o Instituto e fui coordenadora por cinco anos. A Biofísica sempre foi nota A e 7.

A Biofísica é o instituto mais prestigiado da UFRJ... Que curso era esse? Ciências Biológicas e Fisiologia, hoje o curso mais forte do Instituto de Biofísica, e um dos cursos mais fortes da área Ciências Biológicas 2, na Capes. No início, era um curso 5, quando coordenei já tinha passado a 6. Na avaliação trienal seguinte, foi para 7, e agora tem desempenho semelhante ao curso da Biofísica que lhe deu origem.

A coordenação de pós-graduação é um cargo de confiança do diretor. Costumamos dizer que é mais importante do que a própria direção, é o carro-chefe. Mas atuamos também muito na graduação, porque ela fornece estudantes da mais alta qualidade para a pós.

A graduação, na verdade, reúne química, física, matemática...

Temos 5 mil matrículas por semestre na graduação... Todo mundo acha que a Biofísica é como a Coppe [Coordenação dos Programas de Pós-Graduação

e Pesquisa de Engenharia] que atua muito pouco na graduação, mas não é verdade. O professor [Carlos] Chagas Filho sempre fez questão de que todos os professores da Biofísica atuassem na graduação e na pós. Fui forjada nessa cultura. Saí da coordenação da pós, no final de 2005, para fazer um segundo pós-doc. Já tinha ficado tempo demais na administração... Meu laboratório tinha uns 30 alunos, entre graduação, mestrado e doutorado.

Onde a senhora fez o segundo pós-doc?

Na Itália. Fiz o primeiro na França, em 1995. O segundo, que cursei em 2006, foi para trazer para o Brasil uma área muito nova, a biologia molecular, hoje muito importante na área médica, que leva ao diagnóstico diferencial (o pós-doc serve para isso, para oxigenar a nossa ciência).

A minha volta da Itália estava marcada para janeiro de 2007. Na véspera de Natal, um amigo meu, professor da Biofísica, me ligou. Ele ia assumir a direção do Instituto e queria que eu fosse a vice-diretora. Minha intenção era voltar para a UFRJ e ficar na bancada, mas era complicado dizer não para o Olaf [Malm], um amigo meu de 20 anos. Em fevereiro de 2007, assumi a vice-direção do Instituto.

No Instituto, temos três anos de mandato e ninguém faz dois mandatos. Somos cientistas e não queremos nos afastar da pesquisa. Quando o Olaf saiu, em janeiro de 2010, já estava decidido que eu seria a próxima diretora. Assumi em 2010. Fui a primeira mulher a sentar na cadeira do Carlos Chagas Filho.

O Instituto de Biofísica é dominado pelos homens.

Muito, não é? A primeira titular mulher, acho eu, fez concurso em 2008. As primeiras teses são de mulheres, muitas professoras, coordenadoras de curso, coordenadoras de pós-graduação. Mas, na direção e na titularidade, nós não chegávamos. A minha própria orientadora jamais foi titular.

A Biofísica tem uma posição apartada dos embates que acontecem na UFRJ.

A luta da Biofísica é nos editais da Finep [Financiadora de Estudos e Projetos] tipo Proinfra [Pró-Reitoria de Infraestrutura], editais do CNPq [Con-

selho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], Faperj [Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro], pelos recursos de ciência e tecnologia. Se você for ver, há vários professores da Biofísica que são coordenadores dos Programas da Faperj e de Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação — INCTs. Internamente, fazemos o nosso trabalho, e externamente lutamos para conseguir recursos. Tanto que a Biofísica tem excelente rede física de internet, com ótima rede de internet. Os laboratórios são de outro mundo, e o financiamento é basicamente público. Quase não temos financiamento privado, como ocorre na área tecnológica.

A Coppe tem muito recurso privado.

Nós não temos. Nosso financiamento é sobretudo público e somos muito competitivos. É aquela ciência de ponta.

Quantos professores há no Instituto?

Mais ou menos 110. São 50 laboratórios de pesquisa. Entre 70 e 80% dos professores são bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq, e a maioria pesquisador 1. O Instituto é realmente uma potência científica. Temos reconhecimento internacional. Seus laboratórios ganham recursos do National Institutes of Health, dos Estados Unidos, e também da Europa. Se tem um grupo que atua na área biomédica com excelência, é o grupo da Biofísica. Temos dois cursos 7. É difícil uma unidade da universidade ter dois cursos 7. Temos ainda um curso de mestrado profissional 5, nível máximo.

Nesse período, a senhora se tornou coordenadora de pós e começou a ter contato com a Capes. É importante destacar a sua ligação com a Capes, com a própria história do portal.

Meu DNA é por dentro da pós-graduação. Fiz mestrado, doutorado, já era professora durante meu doutorado, depois segui em pós-doutoramento. Meu primeiro pós-doutorado foi com bolsa CNPq. O segundo já foi com bolsa Capes. Quando fui coordenadora de curso, encontrei situações que

foram mais desafiadoras no diálogo com o CNPq e a Capes, porque eu estava com um curso novo. Eu me lembro que no início tínhamos apenas uma bolsa de doutorado. Foi uma loucura chegar onde a gente chegou, partindo de tão pouco.

Eu vinha sempre a Brasília para discutir os nossos dados. Em 2010, participei do comitê técnico-científico, na comissão de área na Ciências Biológicas 2. Foi uma experiência bem interessante. Depois fui do CA de medicina do CNPq... Sou pesquisadora do CNPq há muito tempo, nem sei desde quando, ininterruptamente. Mas, mais do que isso, fui orientadora a vida inteira. As minhas duas primeiras alunas de iniciação científica foram as primeiras doutoras que formei. São hoje professoras, uma na UFF [Universidade Federal Fluminense] e a outra na UFRJ.

Esse trabalho de orientação é muito gratificante, não é?

Com certeza. Meus orientandos tinham bolsa Capes ou CNPq, e muitos conseguiram a nota 10 da Faperj. Formei mais de 30 doutores. Quem hoje chefia o laboratório que eu chefei é o Rodrigo Fortunato, que fez iniciação científica comigo com 18 anos, fez mestrado, doutorado, e depois foi fazer pós-doutorado no laboratório da França, o mesmo onde fiz meu pós-doutorado, no âmbito de um Programa Capes/Cofecub [Comité Français d'Évaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil, Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil] (fui coordenadora de Capes/Cofecub). Sou usuária da Capes desde 1996, 1997... É muito tempo. E, como coordenei a pós entre 2001 e 2005, vi o lançamento do Proex [Programa de Excelência Acadêmica], vi nascer o Qualis Periódicos. Vi nascer tudo isso no início dos anos 2000, que foi realmente uma virada de chave na Capes.

Durante o governo [Luiz Inácio] Lula [da Silva] muita coisa foi feita.

Sem dúvida. Quando o Portal de Periódicos se consolidou, a avaliação se consolidou. A Capes se envolveu com a Educação Básica, com a formação de professores, o que é fundamental para o país. Não adianta termos uma ciência de qualidade se os nossos estudantes chegam malformados na fa-

culdade. Precisamos formar cada vez mais professores da Educação Básica no nível do mestrado, com base na metodologia científica. Caso contrário, vamos continuar enxugando gelo. Os professores serão os primeiros a serem negacionistas. Quando os professores não têm formação científica, é mais fácil se introduzir *fake news*, ideologia... A ideologia vem da falta de conhecimento. Os professores começam a questionar vacina, mas se contam com a metodologia científica, não vão jamais perpetuar essas coisas, que são para uso exclusivamente político.

Como foi a articulação para a sua candidatura a reitora num período tão difícil?

Em 2011, quando eu era diretora do Instituto de Biofísica, fui procurada por um grupo de professores da Faculdade de Medicina que queria que eu apoiasse um candidato contra o candidato do Aloísio Teixeira. Eu era uma voz contrária à segunda gestão do Aloísio à frente da UFRJ. Eu vi o que ele fez com o programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni, ao qual dei todo o meu apoio.

Apoiei Godofredo de Oliveira Neto que saiu candidato pela oposição, concorrendo com o [Carlos Antônio] Levi [da Conceição], candidato do Aloísio. Fui convidada a assumir a Pró-Reitoria de Pesquisa, caso o Godofredo vencesse a eleição para reitor. Como diretora, ia até onde dava. Não poderia entrar na campanha ocupando o cargo.

Eu reuni todos os professores titulares da Biofísica e lhes comuniquei que iria entrar na campanha, e que por isso estava abrindo mão da direção do Instituto. Eles foram unânimes em dizer que eu poderia fazer a campanha, mas que não precisaria deixar o cargo. Acabei assumindo a coordenação da campanha do Godofredo, algo que não imaginava fazer.

Ele perdeu a eleição. Na minha cabeça, ao longo desses quatro anos, o Godofredo sairia candidato de novo. Fui surpreendida quando ele me chamou para almoçar e me disse que eu seria a candidata dele a reitora em 2015.

Enfrentei uma eleição muito difícil, contra toda a máquina da administração central e dos sindicatos, tanto dos técnicos quanto dos professo-

res. Éramos três candidatos. Larguei em primeiro lugar no primeiro turno entre técnicos e professores, mas perdi entre os estudantes. Diziam que eu ia privatizar a universidade. As *fake news* não são uma prática apenas da extrema direita nem da direita!

Claro que não! E nem é uma novidade. A novidade é que hoje, com a internet, essas *fake news* são muito maximizadas.

Não ganhei entre os estudantes, mas fui para o segundo turno na frente entre os técnicos e os professores. Entre os professores, eu tinha mais de 60% dos votos. Todos achavam que eu já estava eleita, porque o voto docente vale mais. O que aconteceu foi que, no segundo turno, eles viraram dentro do Hospital Universitário, dizendo que eu ia assinar com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a EBSEH. Fui candidata a reitora por isso, porque não há saída para os hospitais universitários fora da EBSEH, que é 100% SUS [Sistema Único de Saúde], 100% pública.

Eu não podia dizer que não ia assinar, porque eu ia assinar... e aí eles ganharam. Muitos professores não votaram porque acharam que eu já tinha ganho...

O maior pavor desse grupo político é que eu viesse candidata em 2019. E foi o que aconteceu. Eles colocaram dois candidatos contra mim, mas dessa vez eu ganhei já no primeiro turno. Se não tivéssemos perdido em 2015, seríamos hoje uma outra universidade, apesar do período [Michel Miguel Elias] Temer [Lula]-[Jair Messias] Bolsonaro, porque eu teria assinado com a EBSEH.

O nosso hospital hoje, mesmo com a EBSEH, está muito deteriorado.

Isso é geral. Mesmo as áreas que não demandam laboratórios, nem muito investimento, como a área de humanas, padecem com a degradação física das instalações.

A área da saúde da UFRJ precisa ser recuperada. Na verdade, porém, chegamos num ponto [em] que todas as áreas precisam ser recuperadas. Todas! Quando eu assumi a reitoria, a universidade tinha R\$ 200 milhões de déficit. Sofremos cortes todos os anos durante o governo passado. E, mesmo

com essas dificuldades, entregamos a universidade com menos de R\$ 100 milhões de déficit.

Qual foi o maior desafio que a senhora enfrentou como reitora?

Foi a pandemia, sem dúvida nenhuma, mas as dificuldades que ela trouxe, um gestor atento resolve. Paradoxalmente, a pandemia nos protegeu, porque, sem ela, pode-se bem imaginar o que teria sido lidar com um governo que atacava as universidades o tempo todo. Durante a pandemia, o governo reduziu o ataque às universidades. Percebi isso nos primeiros seis meses. Vim a Brasília uma vez, com o meu pró-reitor de Planejamento, falar da questão financeira da UFRJ. Me senti falando para uma parede. O ministro estava ali para atacar. Não era um ministro de Educação, era alguém que queria acabar com a educação pública brasileira. Decidi não vir mais.

E aí veio a pandemia. Quando a pandemia chegou, foi horrível. A universidade parou por alguns meses, mas tive que colocá-la para funcionar de novo. Coloquei os colegiados superiores para funcionar no mês de maio. A pandemia começou em março. Outras pararam mais de um ano.

Para mim, foi muito desafiador, mas foi uma janela de oportunidade, que serviu para mostrar à sociedade a importância da universidade. Fizemos isso. Foi muito importante para a universidade se aproximar da sociedade. Por outro lado, nos protegeu dos ataques de um governo negacionista.

Não preciso falar tudo o que fizemos durante a pandemia. Foi o que fez com que o ministro Camilo [Sobreira de Santana] me chamasse. Ele deve ter se perguntado sobre quem era a pessoa que estava gerindo a UFRJ e decidido me trazer para a sua equipe. Eu não o conhecia.

Sobre a sua saída da UFRJ, havia uma expectativa de que a senhora se recandidatasse, para poder dirigir a universidade numa situação de normalidade, sem Bolsonaro, sem pandemia.

Em primeiro lugar, segundo mandato não é bom. Não sou assim, mas muitos reitores fazem um primeiro mandato já pensando na reeleição. Isso é ruim para a instituição. Os reitores deveriam ter cinco anos de mandato

e não poder se reeleger. Mas quatro anos é pouco tempo e aí você trabalha mais para se reeleger do que pela universidade. Isso me incomoda. Sou uma pessoa muito institucional.

Eu queria voltar para o meu laboratório, retomar a orientação. Aí começaram a dizer que eu precisava me recandidatar para poder exercer um mandato normal. Em outubro, entreguei a chave do laboratório para o diretor do Instituto de Biofísica e lhe disse que iria abrir mão da chefia do laboratório, porque tinha decidido me recandidatar. Ao mesmo tempo, eu tinha construído, como coordenadora de um projeto da Finep, um prédio que não tem laboratório isolado, um prédio multiusuário. Pensava em me transferir para esse prédio, abrir mão do laboratório. Continuar ali, numa atividade científica, mas sem ser responsável por um laboratório que tem muito produto químico, muita possibilidade de acidente. Em janeiro, me reuni com a equipe para decidir quem iria coordenar a campanha.

Isso foi em janeiro de 2023?

Sim, 2023. Em dezembro, eu tinha aprovado a comissão eleitoral, que nessa época já estava trabalhando. O mês de janeiro é um mês de recesso, trabalhando nos normativos que iam ser aprovados no primeiro colegiado do ano. O primeiro Conselho Universitário seria no dia 9 de fevereiro e iria aprovar as regras da eleição para reitor. Foi aí que eu recebi a ligação do ministro Camilo Santana, me pedindo para indicar nomes para a Secretaria de Educação Superior. Indiquei os nomes de alguns ex-reitores. No dia seguinte, me ligaram dizendo que ele agradecia muito as indicações, mas queria que fosse eu. Quase caí da cadeira. No dia 6 de janeiro, ele me anunciou como a nova secretária de Educação Superior.

Eu não conhecia o novo ministro. Conhecia, obviamente, a linha do presidente Lula, de apoio às universidades, de apoio à pesquisa. Mas o ministro me convidou, que é uma honra, sem me conhecer... Não podia recusar. Eu estava no final do mandato, podia abrir mão. Por outro lado, quando eu era diretora, fizemos uma turma fora da sede, na Universidade Estadual do Ceará, para a formação de doutores. Meu aluno do Ceará de-

fendeu a tese em 2015. Vi o primeiro governo Camilo Santana e vi o segundo. E vi a mudança que ele fez no Ceará.

É, a Educação Básica lá foi muito beneficiada na gestão.

As universidades também. A Uece melhorou muito.

Conheço a Uece. Tive orientandos de mestrado e doutorado lá.

Então você concorda que ele foi importante para a Uece e também para a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ele é uma pessoa com muita capacidade executiva. Eu conhecia o seu trabalho... as obras do Centro de Formação Olímpica, as obras do novo Centro de Convenções. Fortaleza virou um *hub*, com voos diretos para a Europa. Eu considero o ministro Camilo um dos grandes políticos do nosso país.

O convite dele me dava a chance de trabalhar no terceiro governo Lula. O que me manteria na UFRJ? Já não queria um segundo mandato. Nem trabalhei para ser reeleita. Ele achou que eu ia ajudá-lo mais aqui em Brasília. E vim para contribuir para todo o sistema, um sistema que sofreu muito. Quando assumi a Sesu [Secretaria de Ensino Superior], havia oito universidades com reitores *pró-tempore*. Uma universidade que fica com um reitor *pró-tempore* vários anos está, obviamente, instável. Fora as universidades que tinham reitores que eram interventores.

O fato de a senhora ter sido eleita reitora pela comunidade — diferentemente de algumas universidades, onde houve imposição de nomes — foi extremamente positivo. Houve muita resistência à imposição de nomes e muitas das pessoas indicadas não foram boas gestoras.

É verdade. Logo que eu assumi a Sesu, o ministro me perguntou o que eu achava da lista tríplice. Eu lhe disse que era contra, mas independentemente do que pudesse achar em termos ideológicos, havia um dado concreto. O Brasil tinha universidades que elegiam reitores há mais de 30 anos, e essas universidades, com algumas exceções — houve cinco intervenções

na época do Fernando Henrique —, tinham melhorado ao longo dos anos. E se melhoraram é porque os reitores eleitos funcionam. Então, quem foi eleito tem de tomar posse — reitor eleito, reitor empossado. Não tem que ter lista tríplice coisa nenhuma. A comunidade acadêmica deve saber, e sabe, escolher, principalmente nas universidades mais tradicionais do Brasil, que já passaram por muitos problemas, muitas crises, que estão há 30 anos elegendo reitores. E tem dado certo. A pós-graduação avança, a ciência brasileira avança. E os avanços acontecem nessas universidades.

Cheguei no Ministério da Educação para fazer exatamente o que o presidente Lula anunciava: a reconstrução do sistema de universidades federais, que tinha sofrido subfinanciamento, ataques, questionamento sobre a importância de se ter mais ou menos doutores... Precisamos lembrar que a avaliação da Capes foi questionada pelo Ministério Público.

A própria indicação de pessoas para vir para a Capes foi dramática.

Foi um período muito complicado. Apesar de as instituições de Estado serem muito fortes, esse período exemplificou para nós o risco que elas correm. Quem não tem um projeto desenvolvimentista para o país não quer que as instituições desenvolvimentistas permaneçam.

A Capes já passou por muitos reveses. A senhora conhece um livro que eu organizei, chamado *Capes 50 anos*?

Não conheço.

Ele foi feito na época do Abílio [Baeta Neves]. Entrevistei praticamente todos os presidentes da Capes até o Abílio. A Capes tem um lado muito positivo, que é sua capacidade de resistência, que parte dos seus funcionários, seus técnicos, que permanecem mesmo com as trocas das lideranças maiores, e também da comunidade científica, que luta muito por isso.

A Capes é um exemplo da importância de se ter um quadro permanente de servidores públicos, que foram tão atacados no governo passado. As instituições dependem desses servidores, ou melhor, de nós, servidores.

Quanto tempo a senhora ficou à frente da Sesu?

Um ano. Foi uma honra trabalhar com Camilo Santana. Ali eu o conheci mais de perto. O ministro tem uma grande capacidade de execução — ele é um grande político, senador da República —, mas essa característica vem do fato de ele ter sido governador, que é um cargo do Executivo. Eu também sou uma pessoa muito do Executivo. Eu gosto de entrega e ele cobra muito isso da equipe. Ele tem muito orgulho da equipe, mas cobra muita entrega. Não à toa, o Ministério da Educação é um dos mais bem avaliados do governo.

Como foi a sua vinda para a Capes?

O ministro me chamou no final de janeiro à noite. Eu já estava em casa. Voltei ao ministério, o que era uma coisa comum. Primeiramente, elogiou muito a minha equipe. E, depois, me disse que tinha uma missão para mim — assumir a presidência da Capes. Vou repetir para você o que então eu lhe disse: “Ministro, já estou morando em Brasília. Se o senhor acha que vou contribuir mais na Capes do que na Sesu, estou à sua disposição”. Depois que passou o susto, encontrei-o outras vezes e lhe disse que ele tinha me dado um presente.

É muito melhor ser presidente da Capes do que ser secretária da Sesu. O MEC é uma barra muito pesada e a Capes uma das agências mais bem organizadas. As coisas funcionam bem.

Na verdade, eu estava voltando para o meu DNA. Abdiquei da minha carreira médica para ser cientista. Uma vez cientista, podia estar no instituto de pesquisa, na Fiocruz [Fundação Oswaldo Cruz]. Mas não, decidi ser professora, em regime de dedicação exclusiva, desde muito jovem. Completei esse ano 35 anos de magistério na UFRJ. Mais do que ser cientista, decidi ser uma pesquisadora e professora. E a Capes foi importante na minha vida desde o início. Quando entrei na pós-graduação, minha bolsa foi do CNPq por acaso, poderia ter sido da Capes. Depois acabei tendo a da Capes. As duas agências são muito importantes para a pós-graduação. Depois, coordenei a pós-graduação durante cinco anos. Vi a criação do Proex,

vi as avaliações tomarem corpo. Na verdade, eu estava retornando para a atividade para a qual fui forjada. A política universitária foi uma coisa que fiz como reitora e por isso fui convidada para a Sesi, que é um ambiente muito mais político do que a Capes. A Capes também é um ambiente político, mas muito mais acadêmico. Foi por isso que eu disse para o ministro que ele tinha me dado um presente.

Espero estar contribuindo adequadamente... É muito bom estar aqui em Brasília e poder discutir com a comunidade coisas que, às vezes, só conseguiria fazer num universo muito menor, no âmbito da nossa pós-graduação ou da nossa universidade. Como reitora, acho que fiz avançar bastante a pesquisa, a pós-graduação, no âmbito da política de inovação, que nós não tínhamos. Apesar de fazer inovação há mais de 20 anos, não tinha política, não havia plano de desenvolvimento institucional na UFRJ. Aprovamos durante a pandemia. Essa minha experiência foi muito importante aqui na Capes.

Que desafios a senhora encontrou e que iniciativas implementou?

Os desafios internos eram desafios de uma instituição que está — eu não vou dizer que está se consolidando, porque já está consolidada — se modernizando. A Capes é uma instituição que, sob o ponto de vista de funcionamento, e se nenhum governo atrapalhar, voa em céu de brigadeiro, sem turbulências. Quais eram os desafios internos? Colocar em prática, por exemplo, um comitê de integridade. A Capes não fez isso antes porque ninguém fazia. Agora que as universidades têm corregedoria... Esse ambiente da integridade está acontecendo aqui agora, não porque eu cheguei, mas porque está acontecendo no Brasil inteiro. Outro desafio foi ter o planejamento estratégico institucional aprovado assim que eu cheguei, mas que já estava em curso.

Mas o maior desafio foi a retomada do Plano Nacional de Pós-Graduação, que devia ter sido publicado em 2021, e vai ser lançado agora, na sexta-feira, já aprovado pelo Conselho Superior. Trabalhamos um ano nele. Ele estava terminando em 2022, mas em 2022 ainda tinha muito efeito da pandemia nos números. E aí eu pedi para que a comissão do

plano o revisasse para incluir os dados de 2023. E aí fechamos uma década da pós-graduação, de 2013 a 2023. Vamos lançar agora o plano 2025-2029, com capítulos novos, como o de equidade, diversidade e inclusão, e sobre a pós-graduação e Educação Básica. Vou montar uma comissão de acompanhamento. O plano ficou bom, mas poderia ter ficado muito melhor, se tivéssemos tido mais tempo para trabalhar. O restante foi muito salutar: fazer o comitê de integridade, o plano estratégico, o plano de tecnologia da informação, pedir a interoperabilidade entre os sistemas... É uma gestão muito agradável, porque os servidores da Capes são excelentes. Meu maior orgulho até agora foi assinar o primeiro acordo transformativo, que abriu a possibilidade para nós oportunizarmos a publicação em revistas em *open access* para pessoas que não têm como pagar.

A senhora poderia falar agora da sua experiência como usuária do portal, como professora da UFRJ, como coordenadora de pós, e agora como presidente da Capes? A importância do portal é reconhecida, mas volta e meia ele é atacado. Ele não desfruta de uma segurança plena. Depende da conjuntura.

Posso falar, com muita tranquilidade, da importância do portal porque sou da UFRJ e do Instituto de Biofísica. Pergunto: o que aconteceria no instituto se não houvesse o portal? Iríamos assinar, que era o que a gente fazia antes do portal. Só que o mundo no Rio de Janeiro não é a Biofísica. A própria UFRJ não é a Biofísica. Você, no IFCS, não teria o acesso que tem graças ao portal. Há uma diversidade dentro da própria UFRJ.

As unidades são muito diferentes quanto aos recursos.

Exatamente. Você vai para a área médica. A Novartis vai lá e paga os projetos, o pessoal da área clínica pode ter ensaios clínicos pagos. É esse o único modelo de pós-graduação que a gente quer? Isso é elitizado demais. Quem vai ter acesso é quem paga, ou quem capta mais recursos. E o portal é uma possibilidade de democratização. Quem é contra? O mesmo grupo que é contra o atual governo, que quer as cotas, que quer democratizar o acesso, que quer ações afirmativas, esse mesmo grupo é contra o Portal de Periódicos.

cos. Segundo esse grupo, se eu posso pagar, os outros que trabalhem para poder pagar também. Essa lógica é a lógica do privilégio, uma lógica muito inerente às elites. E isso não é uma especificidade do Brasil. Eu tenho, você não tem, problema seu... E isso não pode acontecer.

A UFRJ não teria desenvolvido a sua área de ciências humanas e sociais, nem outras áreas do conhecimento, se não fosse o Portal de Periódicos... Uma unidade que recebe recursos privados pode pagar, mas não sei se outras unidades poderiam pagar. Na verdade, se dentro da própria UFRJ a gente ia ter essa dificuldade de acesso de algumas pós-graduações, como avaliar essas pós-graduações? Como você pode comparar um curso de física de um estado sem recursos com um curso de física que é mantido por uma fundação estadual de amparo à pesquisa, se o do outro estado não tem acesso a esse tipo de verba? Eles vão estar sendo avaliados igualmente. Eles são iguais? Então, se já há um financiamento para pesquisa diferente, e se o acesso ao conteúdo científico também é diferente, isso enfraquece o processo de avaliação. Você está comparando alhos com bugalhos.

Instituições muito diferentes, não é?

Muito diferentes e na mesma área do conhecimento. Dentro da instituição, há áreas do conhecimento com diferentes acessos, e entre as instituições os acessos são muito diferentes. Você vai ter que avaliar aquela área como se o acesso fosse igual para todos. Quando eu era pesquisadora da bancada, tinha que comprar kit diagnóstico, que é caro. Reagente na área da saúde é caro, um kit, 10 mil reais. Só que esse kit, ou dois kits, resolve a tese, a dissertação de um aluno. Aí eu vou publicar um artigo em *open access*, me cobram 20 mil reais. Eu vou comprar o kit para o aluno ter a dissertação, ou vou publicar o artigo para ter mais citações, para o meu programa de pós-graduação ser melhor avaliado? Nenhum pesquisador, mesmo do Rio de Janeiro e São Paulo, vai pagar se não conseguir o recurso para essa finalidade sem afetar os projetos de pesquisa.

Ninguém no Brasil é bem financiado para fazer pesquisa de qualidade, de ponta, ninguém. Quando a gente olha para as instituições do Sul, do Sudeste, a situação é grave, mas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste

é muito pior. Então, estamos financiando a pesquisa no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, colocando esses programas em igualdade de condições com o Sudeste e Sul, mas não estamos dando igualdade de condições para publicação. Dito isso, é muito importante ter o Portal de Periódicos. Ele é estruturante para a ciência brasileira, para reduzir a desigualdade, para promover a igualdade. Ele é uma das maiores políticas de equidade do nosso país.

Então, temos de tratar os diferentes de maneira diferente. Você dá acesso pra quem não tinha nada e você mantém o acesso de quem já tem. Então você iguala todo mundo, mas você promove ali quem não tinha aquele acesso. Isso é muito bonito. E, quando a gente pensa em pagamento das APCs (*Article Processing Charges* — Taxas de Processamento de Artigo), é muito mais importante ainda. Eu não tenho dúvida. Hoje falei para o CEO [Chief Executive Officer] da Clarivate que vamos ter um relatório Clarivate para 2024 e outro daqui a cinco anos. Nós vamos ver luzes se acenderem em termos de citações em locais do Brasil que antes estavam apagados. O Brasil tem menos citação que a média mundial. Não pode ser diferente. A maior parte dos pesquisadores não publica em *open access*, porque ou ele trabalha ou publica, ou ele tem o reagentes ou tem a publicação.

A Capes tem um portal de periódicos e compra o acesso a um conjunto de periódicos, a bases de dados, legislação, uma variedade de documentação científica, das grandes editoras internacionais, como a Elsevier. A Capes define que instituições podem ter acesso ao portal. Na verdade, não se trata de um *open access*, porque a Capes compra e depois libera; não é aberta às instituições brasileiras, ao mundo, a qualquer pessoa. Esse é um lado da história; o outro lado é a publicação. Tem o cientista que usa o portal, acessa as revistas, lê os artigos, faz sua pesquisa, e depois quer publicar seu artigo. Aí, ele se depara com o desafio de publicar nessas revistas... As pessoas que não são da área pensam que pagou, publicou. Não é assim. Primeiro o artigo é avaliado academicamente, e só se paga para publicar se for avaliado positivamente. O que está mudando na sua gestão nesse

aspecto? Qual é a relação da Capes com as agências internacionais e os pesquisadores brasileiros?

O contrato com uma editora pode ser somente de leitura. Por esse contrato, uma editora pode ter revistas que têm artigos em aberto ou não. Os que estão abertos, todo mundo tem acesso, não precisa assinar. Porém, o acesso não é aberto à maioria das publicações. Só lê quem assina a revista. O Portal de Periódicos da Capes evoluiu nesses 25 anos justamente fazendo a assinatura para que pesquisadores tivessem acesso às publicações fechadas, aquelas às quais só se tem acesso mediante pagamento. É quando você clica num artigo e ele diz tantos reais, tantos dólares, para você poder abrir. É isso que a Capes paga, paga apenas para leitura nessas publicações que estariam fechadas. Quem paga, acessa, quem não paga, não acessa. Agora a Capes paga para que todos que estejam vinculados a um programa de pós-graduação tenham acesso. Isso é importante para a pós-graduação, porque democratiza, e faz com que todos, independentemente de poderem pagar ou não, tenham acesso a essas publicações fechadas. Esses são os contratos apenas de leitura.

O que aconteceu mais recentemente foi que as publicações em acesso aberto têm aumentado em quantidade. E publicá-las sai mais caro. Então o pesquisador tem um artigo e vai mandar para determinada revista. Essa revista pode publicar o artigo fechado, ou seja, só vai ler o artigo quem pagar, ou pode publicar o mesmo artigo em acesso aberto. Antes, o artigo passa pela chamada *peer review*, ou seja, é analisado, pelo menos nas revistas sérias, por ao menos dois revisores. Os revisores analisam o artigo, e o editor, dependendo das críticas, manda fazer ajustes, ou aceita, ou recusa. Se o artigo foi aceito para publicação, aí o autor pode querer acesso aberto ou acesso fechado. O acesso aberto é muito mais caro que o acesso fechado. Então eu, pesquisadora, na mesma revista, se escolho que aquele artigo vai ter acesso fechado, esse artigo vai ser menos lido e menos citado do que um artigo em acesso aberto. Não é justo que eu, que sou de um programa pequeno, que não tenho dinheiro para pagar o acesso aberto, esteja competindo com um programa que tem Proex, ou verba da Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], da Faperj, e que

paga o acesso aberto para o pesquisador. Então a revista pode ser A1, igual, falando do periódico do Qualis. A revista pode ser a mesma. Um artigo em acesso aberto tende a ser muito mais citado do que aquele que está fechado.

Agora, a Capes está, além de assinar para que os pesquisadores tenham acesso àquele conteúdo fechado, assinando um novo contrato, que se chama acordo transformativo. Em outras palavras, estamos transformando o contrato, que era de apenas leitura, em leitura e publicação. Qual publicação? De preferência, em acesso aberto, porque assim oferecemos igualdade de condições para que todos os pesquisadores com artigo aprovado possam ter o artigo em acesso aberto, que é mais caro, pago pela Capes. Os pesquisadores escolhem o acesso aberto porque este divulga muito mais o seu trabalho. Além dessas editoras internacionais, a Capes está financiando, desde o ano passado, com a Fapesp, o SciELO [Scientific Electronic Library Online], uma plataforma nacional com publicações em acesso aberto. Então, não é verdade que a Capes só paga as editoras internacionais e só investe em conteúdos do exterior. Estamos investindo também no SciELO, e estamos trabalhando para que ele se fortaleça nos próximos anos.

E como está essa negociação? Muito difícil?

Quem negocia ali na ponta da faca com as editoras é a Andrea [Carvalho] Vieira e sua equipe. Há editoras que publicam um conjunto de revistas muito importantes para os pesquisadores. Um exemplo é a Springer Nature. O sonho dos pesquisadores é publicarem nas revistas da Nature, não é? Como é que a Capes vai dizer que a Springer Nature está cobrando muito caro, e que só vai assinar o que já assinava, que é apenas leitura? Por que o que eu fiz com a área de química e não estou fazendo com a Nature?! Já fizemos com a John Wiley & Sons, com a ACS, com a revista na área de engenharia. Estamos fazendo na medida em que haja negociação e que eles vejam um acréscimo, mas que não seja abusivo.

Nós, periódicos Capes, temos uma marca. E essas editoras têm vendido nossa marca para o mundo. O Portal de Periódicos é um exemplo para o mundo. Essas editoras usam o portal como exemplo de contratos bem-su-

cedidos. Então é óbvio que sempre pedimos que as editoras tenham um olhar diferenciado para o Brasil... O Brasil ainda é um país de renda média. Não somos mais renda baixa, como éramos até 2003, mas não somos um país de alta renda. Os países de alta renda estão no Norte global. Aqui na América do Sul, os países de renda mais alta são Uruguai e Chile. O Brasil é renda média, mas um país de renda média muito grande, e que tem, portanto, um número de acessos enorme, o que é importante para as editoras. Então precisamos negociar com elas que o Brasil é caro porque é grande, mas aumenta o acesso.

E também a visibilidade.

Aumenta a visibilidade da editora. Andrea e a sua equipe têm sido bem-sucedidas em garantir um aumento que não seja abusivo... Se for necessário, vamos ter que tirar algumas das contratações atuais para podermos entrar com acesso aberto, que eu considero as ações mais importantes. Se tivermos que tirar um *software* ou outro, um aplicativo ou outro, para manter o *read and publish*, voto por manter leitura e publicação. A negociação vai ser dura.

O que a senhora está negociando com a Clarivate?

A Clarivate tem um contrato conosco. Eles produzem o Web of Science. Temos o acesso e eles produzem relatórios com relação à ciência brasileira, em associação com a Capes. Propus a criação de uma nova diretoria na Capes, uma diretoria de informação científica, justamente para que possamos produzir os nossos relatórios.

É uma boa iniciativa.

Tomada em conjunto com a Clarivate, mas temos que ter os nossos dados. Não podemos continuar reféns de dados somente internacionais.

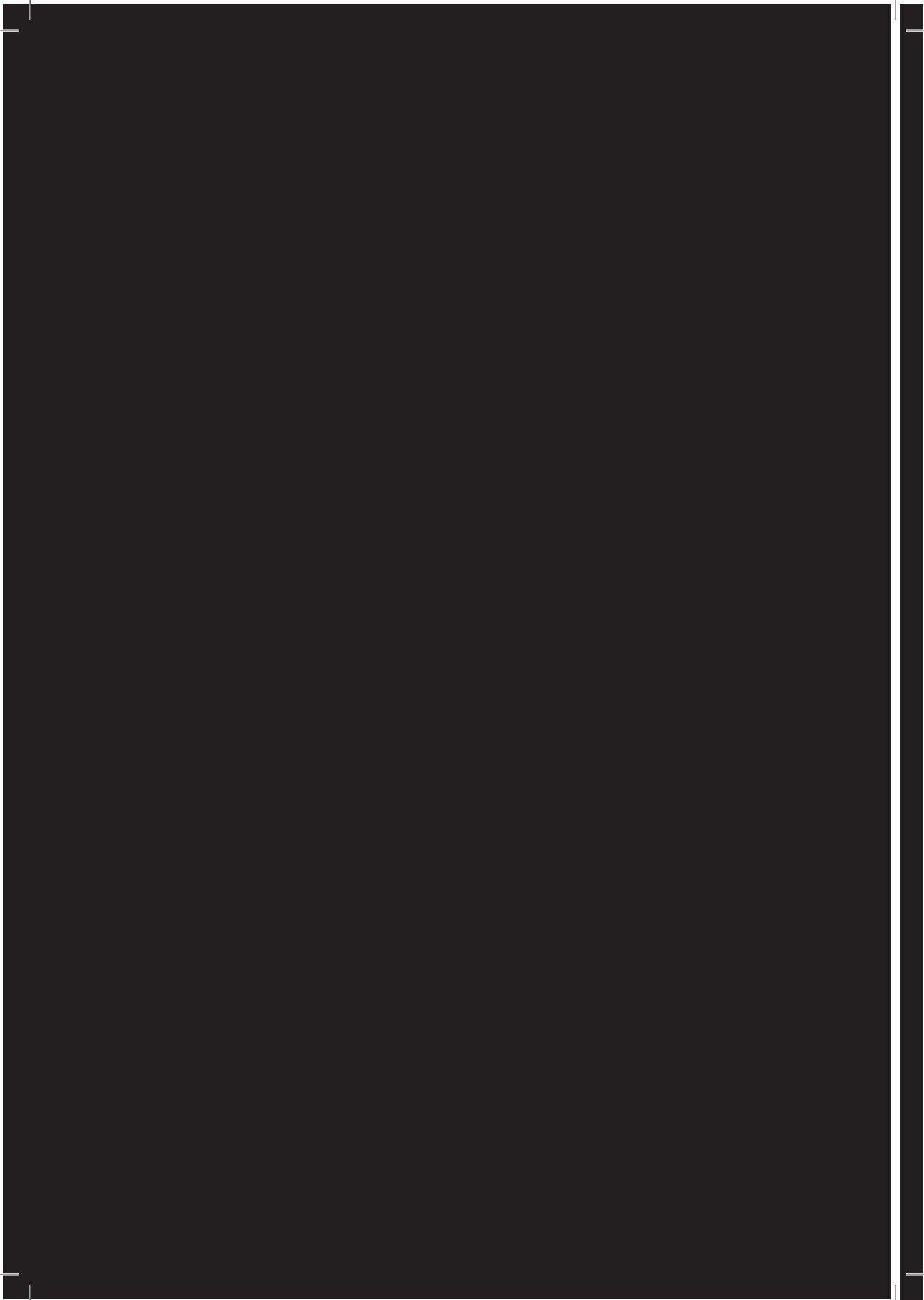
Às vezes, devido ao uso de muitas bases de dados, você recebe uma informação de uma empresa que está te vendendo o acesso, mas a segurança que você tem da fidedignidade desses números é relativa.

Você pode esperar que seu parceiro seja honesto, mas, de toda maneira, é uma forma um pouco desigual.

Ter essa diretoria já vai fazer com que eles, no mínimo, nos olhem com mais respeito.

Acho que podemos encerrar por aqui, professora. Foi um ótimo depoimento.

Foi um prazer falar com você.



Os desafios para a construção do Portal de Periódicos da Capes

Entrevistadoras: Marieta de Moraes Ferreira e Jaana Fernandes

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 30/01/2025

Luiz Valcov Loureiro

Professor, gostaria que o senhor falasse um pouco de sua origem, onde nasceu, onde estudou, qual sua formação e dados sobre sua caminhada profissional.

Nasci na cidade de São Paulo. Meu pai era cearense e minha mãe nasceu em São Paulo. Minha avó veio grávida de um vilarejo na Bessarábia, que hoje integra a Moldávia. Estudei em escolas tradicionais paulistanas, como o Colégio Bandeirantes, e, em 1975, entrei no curso de engenharia mecânica na Universidade de São Paulo. Na sequência, fiz doutorado na França, na área de engenharia mecânica/energia, e me especializei em desenvolvimento de sistemas de energia. De volta ao Brasil, em 1986, trabalhei no projeto do submarino nuclear da Marinha do Brasil, ao mesmo tempo que ingressava como professor no Departamento de Engenharia Química da USP.

Como se deu sua ligação com a Capes?

Em 1995, pedi licença da USP e mudei-me para Brasília, acompanhando minha mulher, Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco, convidada pelo governo FHC [Fernando Henrique Cardoso] a assumir a presidência da Escola Nacional de Administração Pública. Na ocasião, trabalhei como colaborador na Capes, auxiliando o professor Fernando Spagnollo na

Coordenação de Estudos e Análises, e, no final do ano, fui convidado pelo então presidente da Capes, Abílio Afonso Baeta Neves, para ser diretor de Programas da instituição. Fiquei no cargo de 1995 até 2002, quando voltei a São Paulo. Em 2004, entrei na Comissão Fulbright Brasil, onde trabalho até hoje como diretor executivo.

Quais eram as suas principais atribuições como diretor de programas da Capes?

Há quase 30 anos, a Capes era bem menor e tinha menos atribuições do que agora. Houve uma reforma do estatuto, quando o Fernando Haddad era ministro da Educação, que incluiu a formação de professores para a Educação Básica no portfólio da Capes. À época, não existia nada disso. Era só aquilo do tempo do Anísio Teixeira, que era a formação de pessoal em nível de pós-graduação. A estrutura da Capes era bem mais simples: tinha a Presidência, tinha a Diretoria de Programas — que era tudo —, a Diretoria de Avaliação e a Diretoria Financeira e Administrativa. Ou seja, toda a parte executiva, tudo aquilo que não era avaliação, estava dentro da Diretoria de Programas, que pegava tudo: bolsas no país, bolsas no exterior, programas especiais.

Havia uma Coordenação-Geral de Cooperação Internacional, ligada direto à Presidência. O professor Tuiskon Dick, à época, ficava nessa coordenação. Mas as bolsas, por exemplo, as bolsas de formação no exterior, tinham o que a gente chamava de “balcão”. Ou seja, aquelas que você obtém pedindo diretamente para a agência ficavam todas na Diretoria de Programas. Eu brincava que a Diretoria de Programas era aquela que tinha o talão de cheque da Capes, porque é onde estavam, eu diria, 90% dos recursos para a pós-graduação que a Capes tinha à disposição. O resto estava alocado na Diretoria de Avaliação, e um pedaço pequeno, na Cooperação Internacional.

Como surgiu a ideia do Portal de Periódicos da Capes e como o senhor se envolveu com ele?

A Capes tinha um programa de aquisição de periódicos, a compra de revistas internacionais, que era feita de forma centralizada. A Capes comprava

essas revistas e distribuía pelas universidades, e fazia isso de uma forma muito simples e direta. Tinha uma lista de universidades, perguntava para as universidades o que elas precisavam e, a partir daí, consolidava essas listas e fazia a aquisição.

As universidades solicitavam esse material?

Elas eram demandadas. Quando havia disponibilidade de recursos no programa anual, a Capes perguntava às universidades o que elas queriam. É óbvio que a UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], que era uma universidade grande, a USP e outras recebiam. A Capes alocava mais recursos nas instituições grandes do que em universidades menores, havia uma certa proporcionalidade entre o tamanho da instituição e a forma como elas eram atendidas.

Fazíamos uma compra centralizada. Tudo era feito de forma bastante simples e, eu diria, em certa medida, burocrática, sem entrar em nenhum questionamento daquilo que estava sendo comprado pela Diretoria de Administração. Ou seja, não era a Diretoria de Programas quem comprava as revistas. Quem o fazia era quem cuidava da administração dos recursos.

Como essa sistemática mudou?

Foi uma decisão da diretoria, não de uma pessoa específica, fazer isso de uma forma mais inteligente, dar alguma racionalidade à compra dessas revistas. Na época, havia um sistema, o Comut [Comutação Bibliográfica], em que se trocava publicações. Era possível solicitar cópias de artigos que estavam numa revista que outra universidade assinava. Essa era a forma como se compartilhava os conteúdos dessas revistas. Tentamos dar alguma racionalidade para esse conjunto de revistas. A ideia era fortalecer cada uma das universidades para que elas fossem provedoras de serviços para o sistema Comut. E exatamente quando estávamos montando isso veio a crise. O fato é que o dinheiro — estamos falando de dólar, porque estamos falando de assinatura de revistas internacionais — rareou mesmo, ficou muito pouquinho. E aí vimos que o que podíamos atender era muito pouco, e que iríamos criar um problema no sistema. Não havia como resolver

aquilo com os recursos que nós tínhamos. Na época, a Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], em São Paulo, estava assinando uma base de referência que existe até hoje, imagino eu, a WOS, em que era disponibilizado o acesso à base de referência, como Chemical Abstracts Service e outras grandes bases referenciais. A WOS, que consolidava todas as áreas, estava sendo disponibilizada centralizadamente pela Fapesp para as universidades de São Paulo, o Instituto Unesco, enfim, todo o sistema paulista, USP, Unicamp [Universidade de Campinas] e outras instituições de ensino superior de São Paulo. Fomos ver como isso funcionava, porque a base de referência é uma coisa, mas a base de referência sem você ter acesso ao artigo é aquela história: só faz a pessoa passar vontade, porque continua sem ter acesso.

Como foi realizada essa prospecção?

Começamos a analisar a possibilidade de assinar com algumas editoras que já forneciam os seus conteúdos, ou parte dos seus conteúdos, via internet, online, e a maior delas era a Elsevier.

Havia outras especializadas, e que também eram uma demanda, porque tentamos reproduzir aquilo que a gente tinha levantado como sendo o acervo mais racional. A Capes assinava as revistas em papel, e resolvemos ver o que tínhamos em papel e o que conseguíamos comprar online, digital, daquilo que estava em papel. Mas nem tudo estava disponível digitalmente. Tínhamos de fazer uma negociação mais consolidada, porque não dava para ir de editor em editor. Acabamos caindo em algumas editoras grandes, como a Elsevier, em algumas bases de referência, como o WOS, algumas editoras de apresentação, que eram a nossa preferência, tipo Ieee [Institute of Electrical and Electronics Engineers], da área de eletrônica e elétrica. Era isso que conseguíamos fazer, e foi o que botamos de pé.

Na realidade, tinha primeiro o gargalo do acesso na ponta, que passava pela informação chegar até o Brasil. Tínhamos a Rede Nacional de Pesquisa, a RNP, que nós financiamos para aumentar a sua capacidade e conseguir que tivéssemos alguma infraestrutura minimamente adequada para

funcionar no molde digital. Porque não adiantava assinar aqui e não ter infraestrutura de acesso.

Ou seja, como distribuir nas universidades.

Exato. Tinha de haver vias mais largas de acesso para fora e uma capilaridade maior dentro do país. E a capilaridade passa não só pela distribuição por parte da própria RNP dentro do país, mas também pelo computador lá na ponta, que o estudante possa acessar. Então, tudo isso fez parte do pacote. De um lado, o conteúdo; de outro lado, a infraestrutura.

Nesse momento, fizemos um projeto junto com a Sesu, a Secretaria de Ensino Superior do MEC [Ministério da Educação], para que se colocasse nas instituições federais, que eram atendidas pela Sesu, uma infraestrutura melhor. Foi o que conseguimos, aos trancos e barrancos, colocar de pé, por volta de 1999. E tivemos de fazer um trabalho de convencimento também junto aos bibliotecários e bibliotecárias, já que estávamos vivendo uma mudança cultural. Hoje, o digital é algo absolutamente natural, muita gente prescinde da impressora, mas, na época, as pessoas gostavam realmente do papel.

Até hoje tem muita gente que ainda resiste, quer o papel.

Eu também gosto do papel. Eu gosto dos dois, mas, ali, era uma questão do que era possível fazer. Vimos que o digital era uma tendência, estava acontecendo em tudo, em todos os lugares. Então, botamos isso de pé, em 1999, e fizemos um grande trabalho de convencimento junto à comunidade dos bibliotecários e das bibliotecárias e da própria comunidade científica, que resistia, mas não tanto, já que para ela o que importava era ter acesso.

A grande preocupação da comunidade da informação, da ciência da informação, dos bibliotecários, era a questão dos *backfiles* [arquivos em formato físico], da perenidade da informação. Ou seja, se a informação ia ficar com a gente, se a gente comprava o direito de ter acesso a ela, de que forma isso se daria? Indefinidamente, sem prazo, ou por assinatura anual?

Como era feita essa negociação?

Era feita uma assinatura para aquele ano, e aquilo que você assinou naquele ano é como se tivesse comprado a revista. Ou seja, teríamos acesso para sempre, *perene*, àqueles volumes que foram editados naquele ano. Mas aí vem do pensamento estratégico: vamos botar um servidor aqui, fica tudo no mesmo lugar... Um monte de histórias, de conversas desse tipo, com arranjos muito variados, porque as editoras também têm suas práticas e suas políticas. Algumas aceitavam umas coisas de bom grado, outras nem tanto, enfim, era um arranjo.

A negociação com as editoras é bem complexa, não?

Muito complexa. Só sabemos que vai custar caro. É a única coisa que se sabe: que vai custar mais do que a gente pode pagar. Mas a editora tem um produto que é único, é uma coisa de monopólio, mesmo. Acho que, com o *open access*, umas coisas talvez melhorem um pouco, mas de qualquer modo, ainda é muito restrito, porque as grandes corporações, como a Elsevier e outras, continuam tendo um controle principal.

O movimento do *open access*, embora intenso, tem resultados ainda limitados. Ele é recente, acho que deve ganhar ao longo dos anos. Fizemos esse trabalho de convencimento, que durou uns seis meses, e as pessoas, diante dos resultados, acho que se convenceram de que era essa alternativa, que não havia outra coisa a fazer. Isso foi em 2001, já estávamos planejando a saída do governo e tentando garantir a continuidade do programa.

Porque já estava terminando o governo Fernando Henrique.

Então, em 2002, que foi o último ano do governo Fernando Henrique, estávamos tentando fazer o possível para garantir a continuidade do programa, porque é um programa caro.

O senhor falou que a compra dessas bases, dessas assinaturas, era *perene*. Ou variava? Havia algumas que eram *perenes* e outras que eram *anuais*?

Variava. Aquela revista que foi publicada naquele ano, você tinha acesso *perene* a ela. Para sempre. É como se você tivesse comprado a revista e a

colocado na estante, certo? Mas a assinatura acabaria em um ano e você não teria mais acesso às novas bases. A outra questão era como ficaria o acesso às publicações anteriores à sua assinatura, ao histórico da revista, porque várias revistas são centenárias. Cada editora tinha o seu modelo de negócio, de negociação. Uns incluíam, outros transformavam os *backfiles* em outros produtos que você teria de assinar, de comprar o acesso, porque o *backfile* que você comprou é seu. Você não precisa renovar a assinatura. Mas cada negociação é uma. Esse é o grande problema. Cada negociação é uma, com diferentes modelos de negócio. Então, é muito cansativo.

Mas é a regra do jogo.

Exato. Concluindo, sobre a saída do governo, nós começamos a sofrer pressão porque, como tudo custava muito caro e São Paulo já tinha acesso a algumas coisas, fizemos um primeiro modelo — que era mais barato e o que conseguíamos pagar — que dava acesso às instituições federais, o que parecia razoável. Só que começou a ter uma pressão muito grande do conjunto da comunidade acadêmica para que todo mundo fizesse parte do programa. Então, dentro da própria Capes, tinha a resistência da própria comunidade, que não queria expandir demais, que dizia que não era necessário incluir São Paulo porque o estado não precisava. Lembro-me que, conversando com o professor Jorge [Almeida] Guimarães na minha sala, eu disse: “Se a gente não joga São Paulo para dentro, esse programa acaba, porque São Paulo é metade da publicação científica desse país. Se a gente jogar para dentro, não importa quanto custe, nós garantimos que o programa vai continuar, porque vai ter uma pressão enorme e não vão deixar isso cair. Se a gente ficar só apostando nas federais, que ainda dependem do orçamento do MEC, não vai funcionar”. O Jorge concordou. Talvez ele se lembre dessa conversa.

Mas, nessa época, ele ainda não estava na Capes. Qual era a posição dele nesse momento?

Ele era representante da área de ciências biológicas, e tínhamos com ele uma excelente relação. Essa é uma característica muito da Capes. A comu-

nidade acadêmica está dentro da Capes o tempo todo, o que considero uma das grandes virtudes da instituição. O dirigente está sempre ouvindo e está sempre sujeito à pressão da comunidade, o que é muito positivo, principalmente na hora de formular políticas. É essencial.

Então, fizemos isso. Jogamos São Paulo para dentro, acreditando que haveria uma grande pressão para que o programa não fosse desativado porque, se o desativassem, as universidades ficavam sem nada. Tinha uma história, que não sei se é verdadeira ou não, de que o então ministro Cristovam [Ricardo Cavalcanti] Buarque questionava o programa porque achava que era muito caro. Ele falava: “Quanto custa para ter acesso? Mas é mais que uma entrada de cinema, isso não faz sentido”. A comparação era essa. Mas o fato é que o programa sobreviveu e está aí até hoje, porque virou o sangue arterial que alimenta toda a comunidade. Acho que hoje é impensável não ter mais a plataforma. No limite, pode acabar a Capes, mas o portal não acaba.

Quais eram as áreas prioritárias dentro da plataforma, aquelas que exerciam mais poder e que mais demandavam?

Eu diria que as áreas prioritárias eram, predominantemente, as das ciências “duras” e de saúde, e menos as humanidades. E isso acontecia muito mais por conta da disponibilidade que havia à época de conteúdos digitalizados. Vamos classificar assim: o pessoal das ciências da vida e da natureza, as engenharias e outras áreas viam com muita naturalidade o acesso digital. Os pesquisadores das humanidades e das ciências sociais tinham algumas dúvidas com relação a isso. E também havia uma questão muito concreta, que era a de que não havia nas editoras conteúdos expressivos dessas áreas.

A predominância era nas áreas das *hard sciences*. Da saúde, então, nem se fala. A saúde já tinha um histórico, anterior até ao das *hard sciences*, porque na área da saúde nós tínhamos a Bireme [Biblioteca Regional de Medicina], que era um projeto que ficava sediado na Unifesp [Universidade Federal de São Paulo], a então Escola Paulista de Medicina, e que fazia exatamente isso. O diretor era o Abel Parker.

Como funcionava a Bireme?

Por incrível que pareça, ainda que trabalhasse no esquema de capilaridade, tinha gente que resistia porque, no caso da Bireme, eles perdiam receita, porque o portal tirou deles todo o serviço de comutação que gerava recursos para a instituição e levou para a Bireme, que recebia recursos também da Opas, a Organização Pan-Americana de Saúde. Então, tinha esse arranjo, que era uma coisa complicada de ser acertada. Acabamos nos acertando porque todo mundo entendeu que aquilo era melhor para a comunidade, que era o que importava. Inclusive, lembro que deixamos recursos para continuar comprando revistas em papel, que se concentravam todas nas humanidades e nas ciências sociais. Eu me lembro que o Renato Janine Ribeiro passou um tempo na Capes como diretor de avaliação, na época em que o Jorge presidia a instituição. E uma vez ele cruzou comigo e falou: “Loureiro, estou superfeliz, porque a gente assinou a JSTOR [Journal Storage]”.

A base da JSTOR é, tradicionalmente, na área de humanidades e ciências sociais.

E é histórica. Lá tem a revista que a JSTOR publicou, não sei se é o caso, com o artigo que o filósofo alemão, no século XIX, publicou em algum lugar. O Renato Janine estava muito contente e feliz porque tinha conseguido. Mas é isso, é um processo. E, de novo, acho que essa é uma questão que vale a pena ressaltar: o fato de a Capes estar sendo constantemente pressionada. A Capes e a academia são vasos comunicantes. É isso que permite que a gente consiga errar menos do que normalmente a gente erra.

Garantir a continuidade não só desse programa, mas outras iniciativas que são importantes para a ciência, de uma maneira geral, e para a Capes, em particular. O senhor tem ideia de quantos títulos vocês conseguiram assinar naquela época?

Agora você me pegou. Era coisa da ordem de mil. É um número que impressiona, apesar de que, hoje, não significa nada. Mas, na época, a propaganda era grande. E investimos nisso, fizemos uma produção gráfica bonita, moderna, atraente. Pelo menos, tentamos. No primeiro cartaz,

constava coisa da ordem de mil, não chegava a 1.100 títulos e cinco bases de referência. As pessoas nem sabiam muito o que era base de referência, mas, enfim, estava lá. Foi como a gente lançou o portal.

Uma iniciativa superimportante.

Foi ótimo. Eu falo que foi a coisa que fiz de que mais me orgulho, e talvez com que eu tenha mais me divertido fazendo. Era muito prazeroso, porque é aquela coisa que dá resultado e você tem a satisfação de estar fazendo, sabe que está fazendo alguma coisa que é relevante, que é importante. Então, você aguenta qualquer coisa. É dessa satisfação que falo. Eu estava falando a palavra diversão porque eu trabalhava 24 horas por dia e achava ótimo, achava que estava tudo bem porque sentia o resultado, via o resultado concretamente. Eram vários atores, os atores internos, os externos, a infraestrutura, a comunidade. Enfim, uma grande obra que só podia ser feita em lugares como a Capes, porque acho que em outro lugar não aconteceria. Porque um pessoal tão motivado e comprometido com a instituição não tem em muito lugar.

É impressionante. As pessoas abraçam mesmo a ideia. O Sandoval Carneiro [Junior], que já foi presidente da Capes, falava que a Capes é uma cachaça, que você começa a tomar e depois não larga mais. E uma vez que você passou por lá, fica com uma relação para toda a vida.

É porque também tem um corpo técnico muito dedicado, não?

Comprometido, dedicado e estável, que realmente gosta do que faz. Eu acho que isso é muito importante.

O professor Abílio [Baeta Neves] era o presidente da Capes e o senhor era o diretor de programas. E quem tocava o portal? Como eram os funcionários? Como o senhor recrutou a equipe para montar o portal? Como tudo isso funcionava? Era a Elenara [Chaves Edler de Almeida] que foi a primeira coordenadora, quem estava à frente?

Quem coordenava a compra dos periódicos para a Diretoria Financeira era a Zena Martins. A Zena que ficou e foi diretora de Programa. Só que a Zena

tinha um trabalho muito grande, cuidava de toda a parte da demanda social, com a distribuição das bolsas para os cursos de pós-graduação, que é um trabalho gigantesco, enorme. Era muito difícil acomodar numa área só. Então, decidimos montar uma estrutura em separado, porque o portal também ia ter um escopo muito claro, definido, e esperávamos que fosse perene. Daí criamos a Coordenação-Geral de Periódicos, à frente da qual coloquei a Elenara. Ela parecia ter interesse e possuía uma habilidade essencial nesse processo, que era ser fluente em inglês, porque a gente estava falando de negociações e, para isso, era preciso alguém que tivesse fluência na língua inglesa. Ela não era bibliotecária de formação, mas, depois, fez pós-graduação na área de ciência e tecnologia. Nós não tínhamos biblioteca. A gente tentou, à época, ver alguém do Ibict, que é o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, um órgão do MCT [Ministério da Ciência e Tecnologia]. Só que o Ibict se confundia quase com o próprio Comut, o sistema de comutação. Recebemos alguma consultoria deles, que estavam muito apegados a esse formato antigo e não pareciam muito dispostos a passar disso.

O MCT não era uma boa aposta na época. Era melhor estar no MEC para um programa desse tipo, porque a Capes tinha um orçamento razoável, os periódicos eram um pedaço. Dentro do MCT, seria uma coisa muito grande, uma fatia muito grande do Ministério e que, portanto, estava sujeita a ter problemas. Achávamos que esse tipo de iniciativa, como o Portal de Periódicos, tinha de estar blindada e, para isso, era melhor ficar onde estávamos. As pessoas eram inteligentes, espertas, motivadas, estávamos ali, e o que precisávamos naquele momento era de gente que negociasse, que botasse aquilo de pé, porque depois íamos ajustando com o avião voando.

E foi o que aconteceu. Elenara ficou uns bons anos lá. O trabalho precisava muito mais de uma pessoa na coordenação-geral que fosse capaz de conduzir negociações, ver o que estava acontecendo nesse meio e, para isso, podia usar os conhecimentos da própria comunidade. Depois, até trouxemos umas bibliotecárias, mas o problema é que os bibliotecários que arrumávamos eram gente que pensava com a cabeça ainda do papel.

Essa ideia da cabeça do papel durou muito tempo. Mas também porque muitas obras não estavam ainda no formato digital, o que era um elemento que dificultava.

Muito natural e legítima, a preocupação. Num mundo de coisas tão voláteis, a gente fica preocupado. Eu sempre falo: “Gente, se o pergaminho do mar Morto estivesse na nuvem, será que teria sobrevivido dois mil anos?”.

E ainda tem a necessidade de renovação praticamente anual, e tudo isso em dólar. Se não houver dinheiro para adquirir novamente as bases de dados ou os periódicos no ano seguinte, acabou. A não ser esses que são duradouros, que não exigem renovação anual.

Eu acho que tem. Por exemplo, na JSTOR, que é um repositório grande, você paga um prêmio grande para entrar e, depois, você paga uma taxa anual de manutenção, vamos chamar assim, para ter acesso ao conteúdo como um todo, mas que é bem menor do que aquelas das revistas das grandes editoras. É outra lógica, é outro produto.

Acho que a grande discussão que existe hoje — depois que saí da Capes, obviamente acabei me afastando desse assunto, mas ainda o acho muitíssimo interessante —, com o *open access*, que é importante, é que tem de dar acesso àquilo que está sendo produzido a todo mundo. Agora, é aquela história: as editoras ganham muito dinheiro em cima de um trabalho que é desenvolvido com dinheiro de origem pública, na imensa maioria das vezes. Então, é meio desequilibrado, tem uma coisa meio estranha nessa história. Assim: “Eu vou cobrar para você ter acesso a uma pesquisa que é financiada com recurso público”. Não parece fazer sentido, mas é assim, não vi nenhuma mudança significativa nessa política ao longo desses anos. Recentemente aconteceu o *open access*, mas não vi a questão estrutural — que é essa que acabei de colocar — ser tocada. Há interesses muito grandes nesse meio.

Acho que acaba ficando do jeito que está, porque é um negócio maravilhoso para as editoras. Elas têm um produto que é só delas, que todo mundo quer, que a comunidade quer. E ainda chancelam, dão uma chancela de prestígio para a publicação. Acho difícil. Poderia mudar no longo prazo, existe até um movimento para as universidades começarem a não dar tanto

valor a índices de impacto, que são criados pelas próprias editoras. Eles vão inventando umas coisas e dizem: “Olha, isso aqui vale mais do que isso. Se você publicar na revista X, você vai ganhar um monte de pontos”.

No Brasil, criamos o Qualis, as pontuações das revistas.

A gente sabe que isso faz sentido, mas, de certo modo, não deixa de ser um tiro no pé, porque a gente vai lá, depois, brigar com um camarada que está publicando uma coisa que você fez; que, depois, a minha instituição tem de assinar para ler aquilo que eu fiz e eu, como pesquisador, não posso abrir mão desse acesso. Como falei, é o sangue arterial, eu preciso disso. Então não tem solução, é muito complicado, porque eles têm um trabalho, que é respeitável, de organização, de editoração e tudo mais. Estou falando das editoras sérias, porque também tem muitas editoras, em outros países, que fazem coisas estranhas.

Ainda padecemos com essa problemática do dólar. Cada vez que o dólar se eleva, os custos para nós aumentam muito.

Exatamente!

O senhor ficou na Capes até quando?

Até janeiro de 2003. Era fechar as malas e ir embora, porque havia um novo governo.

O senhor não voltou para a Capes em outro momento?

Não. Eu acabei voltando, de certa maneira, via Fulbright, onde estou desde 2004, porque a Capes faz parte do seu Conselho Diretor, pelo acordo bilateral Brasil-Estados Unidos. Continuo em contato permanente com a Capes, mas agora tratando de questões de cooperação internacional entre Brasil e Estados Unidos.

Como funciona a cooperação entre a Fulbright e a Capes?

Temos acordos desde 1984. Tenho uma foto da primeira reunião do Conselho da Fulbright em que está o Anísio Teixeira, representando o então DAU,

o Departamento de Assuntos Universitários do MEC, porque foi em 1957. É uma relação que existe há muito tempo, foram feitos vários acordos ao longo dessas quase sete décadas, e hoje é uma relação profundamente intensa. Eles são o nosso principal parceiro no governo, sentam-se no nosso Conselho Diretor junto com o Itamaraty, representando o MEC, a Capes, e faz o que a Fulbright faz: trazemos americano e mandamos brasileiros.

Intercâmbio acadêmico por meio de concessão de bolsas.

De bolsas. E temos programas especiais. É variado, de acordo com o momento. Então, é um trabalho bastante interessante. Já atuo nele há 21 anos. Eu me dei conta de que fez 21 anos no mesmo dia em que o presidente americano tomou posse, o 20 de janeiro. Mas é um constante aprendizado, e tem essa peculiaridade de quando você trabalha em governo, que vai mudando o chefe da vez. Cada governo tem um chefe da vez. Agora, então, temos um chefe bem peculiar.

Do ponto de vista do Portal de Periódicos, a Fulbright dá algum apoio?

Não, porque a missão da Comissão Fulbright é intercâmbio, é gente para um lado e para o outro. Qualquer coisa fora disso não cabe. Mesmo assim, a Maria Andrea Loyola, que presidiu a Capes de 1992 a 1994, de vez em quando conversa com Elenara, mas é conversa de amigos, como é que estão as coisas, porque eu só tenho a aprender com essas pessoas, porque elas que estão tocando a coisa, já se passaram mais de 20 anos.

O período em que o senhor atuou à frente do Portal da Capes foi muito importante, porque foi um momento de criação, de definição de regras, de metodologias de funcionamento. Um momento de consolidação.

Fora o fato de ter implementado, ter criado o fato, foi o próprio mérito da iniciativa que viabilizou a sua continuidade. Dali para a frente, o portal ganhou vida própria. É uma coisa, como eu digo hoje, que o portal não acaba.

Mas, de vez em quando, tem vozes que querem acabar porque acham que é muito caro, que não vale a pena.

Claro, todos nós concordamos que é caro. Quanto a isso, não há dúvida. E aí tem a ver, talvez, com a avidez das editoras, que são bastante competentes em conseguir criar dinheiro com aquilo que elas têm. Agora, do nosso lado, valer a pena ou não, depende da comunidade, de como ela usa, a que finalidades o portal se presta.

Qual é a grande vantagem, o forte do Portal de Periódicos da Capes?

Acesso à informação, no mundo de hoje, é muito fácil. Temos de considerar, todavia, a qualidade da informação que estamos obtendo. Quando estou lendo uma revista dessas editoras renomadas, sei que aquilo passou por um escrutínio muito rigoroso, que estou lidando com uma informação confiável e tudo o mais. Isso tem muito valor. Agora, o que seria da vida do pesquisador hoje sem aquilo? Eu não consigo imaginar. Temos de avaliar não só a intensidade da utilização, mas a qualidade da utilização. Posso botar um robzinho fazendo acesso, fica um milhão de acessos, vai justificar tudo. Mas o importante é que o pesquisador saiba que ele tem acesso à informação, que ela está lá, que aquele estudante vai chegar com um assunto novo, interessante, também vai ter acesso a informações qualificadas. Então, lembro do ministro Cristovam Buarque, que comparava o acesso ao portal a um artigo ou ao ingresso no cinema. Não é por aí, não é uma coisa contábil-financeira, vai muito além. É difícil avaliar essas duas coisas, mas acho muito pouco provável que uma iniciativa diga: “Ah! Não vale a pena. Vou desligar”. Vai ter muita gente reclamando!

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 03/07/2025

Zena Martins

Gostaria que a senhora falasse um pouco sobre suas origens familiares, onde nasceu, sua formação e vida profissional até chegar à Capes.

É um prazer conversar com vocês e agradeço a honra de participar desse livro comemorativo dos 25 anos do Portal de Periódicos da Capes.

Meu nome é Genoseinia, mas como é um nome difícil, sou conhecida como Zena Martins. Sou pedagoga de formação e tenho doutorado na área de educação em ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sou goianiense, casei-me muito jovem e vim para Brasília. Poucos meses depois, no final de 1983, ingressei na Capes, graças ao professor Hélio Barros, então diretor de Programas. Foi ele quem me proporcionou a oportunidade de integrar a equipe da instituição. Fui à Capes para uma entrevista e, para minha surpresa, fui recebida por ele, que ao final da conversa, me disse: “Vou pedir para Tereza aplicar um teste em você. Sendo aprovada, poderá começar imediatamente”. No dia seguinte, antes do expediente começar, fui submetida ao teste pela dona Tereza, a responsável pelo gabinete do diretor-geral da Capes. Fui aprovada. Na época, eu ainda estava na graduação, que concluí em 1985. Vim para a Capes no segundo semestre de 1983, como estagiária, com 18 para 19 anos.

Quais eram as suas funções neste momento?

Quando comecei a trabalhar na Capes, não recebi as orientações necessárias para o bom desempenho das minhas atividades. O trabalho era repetitivo, mecânico. Eu era uma espécie de datilógrafa e *office girl*. Recebia ordens e as executava, mas não encontrava satisfação no que fazia. Felizmente, essa fase durou pouco tempo, até eu conhecer a Ângela [Maria] Santana [Carvalho], que era assessora do diretor de Programas da Capes. Ela me convidou para entrar na sua equipe, em um programa de cooperação técnica nacional. Se não fosse esse convite, provavelmente eu teria deixado a Capes, pois já havia sido aprovada em outra instituição pública. A partir do momento em que comecei a trabalhar com Ângela, tudo mudou. Passei a entender melhor o papel da Capes, suas atribuições, seu papel na pós-graduação. Movida pela curiosidade, busquei mais informações nos relatórios e boletins de serviço da instituição.

Esse mergulho no passado e nas ações da Capes foi essencial para que eu compreendesse os diversos planos, programas e projetos que compõem a política de pós-graduação do Brasil. Esses documentos reúnem informações valiosas, que não apenas registram a memória da instituição, mas também oferecem subsídios relevantes para a reflexão e a tomada de decisão por parte dos gestores. Só bem mais tarde, ao consultar os relatórios da instituição, compreendi que as minhas primeiras tarefas na Capes — aquelas que, à época, não me agradavam — relacionavam-se a coletas de dados sobre o acervo de periódicos científicos em algumas instituições federais de ensino superior. Esse trabalho inicial, ainda que pouco compreendido por mim à época e que teve continuidade sem a minha participação, foi o embrião do que viria a ser o Programa de Aquisição Planificada, uma das iniciativas do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, o PNBu.

Como foi sua aproximação em relação ao programa de aquisição de periódicos?

Para responder a essa pergunta, é essencial revisitar alguns programas do governo federal e ações da Capes, orientadas pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação, que antecederam essa iniciativa. Isso permite entender

melhor a decisão da criação do portal, muito influenciada por restrições orçamentárias quanto pela inspiração em modelos já existentes, como o Programa de Biblioteca Eletrônica, um consórcio formado por instituições de educação superior paulistas e a Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], por sua vez estruturado com base em modelos internacionais, especialmente os norte-americanos.

A análise dos boletins e relatórios institucionais da Capes revela diversas iniciativas, ao longo dos anos, voltadas ao apoio às bibliotecas universitárias. Esses registros demonstram que, mesmo antes do portal, a Capes já promovia ações de financiamento destinadas ao fortalecimento dos acervos bibliográficos das instituições de ensino superior. Essa atuação também se reflete nos planos nacionais de pós-graduação, sobretudo no I e no III PNPGs, que merecem destaque por antecederem a criação do Portal de Periódicos da Capes.

Esse foi também um período de expansão da pós-graduação. Para se fazer mestrado, doutorado e escrever dissertações e teses, era fundamental que houvesse um acervo significativo disponível.

Sim! O III PNPG, período 1986-1989, vigente à época da minha chegada na Capes, enfatizava, entre suas diretrizes gerais, a necessidade de diversificar as fontes de financiamento para a aquisição de periódicos científicos, visando a assegurar o acesso aos recursos bibliográficos, essenciais para a pós-graduação. Nesse mesmo período, o MEC [Ministério da Educação], por meio da Sesu [Secretaria de Educação Superior], instituiu o PNBu em 1985 e o implantou no ano seguinte, a fim de promover o desenvolvimento e a eficiência da cooperação entre bibliotecas universitárias.

Desde a implantação do PNBu, a Capes assumiu um papel estratégico, ao garantir o acesso dos pesquisadores brasileiros à informação científica internacional por meio do financiamento, em parceria com outras agências nacionais de fomento, de assinatura de periódicos científicos publicados por editoras estrangeiras, os quais passaram a integrar o acervo das bibliotecas universitárias. Entre 1987 e 1991, esse apoio foi operacionalizado pelo PAP [Programa de Aquisição de Periódicos], que repassava os recursos

às instituições federais de ensino superior, responsáveis pela aquisição e renovação dos periódicos. Em fevereiro de 1990, foi instituído o PNBu, o Probib, que pretendia dar continuidade à formalização do PNBu, mas a literatura especializada aponta que essa institucionalização não se concretizou.

Em 1990, no governo Fernando Collor [de Mello], teve início um processo de reestruturação, baseado numa política de cunho neoliberal que levou à extinção do PNBu e ao esvaziamento do Probib. Como consequência desse novo cenário, o Programa de Ação Planificada foi suspenso em 1991, cabendo às instituições federais de ensino superior a renovação das assinaturas dos títulos anteriormente adquiridos. Apesar disso, essa iniciativa não foi imediatamente extinta. Há registros nos relatórios da Capes de financiamento desse programa em 1992, 1993 e 1994. Financiados por uma ação conjunta entre a Capes, o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] e a Finep [Financiadora de Estudos e Projetos], o programa teve suas duas principais atribuições divididas entre os órgãos e a Capes. A ela coube a responsabilidade pela distribuição de periódicos, enquanto a Sesu encarregava-se da distribuição de livros. Porém, a redução dos recursos destinados à aquisição de materiais bibliográficos levou à suspensão do programa em 1994. Com a retirada dos órgãos do MCT [Ministério da Ciência e Tecnologia], hoje MCTI [Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação], do financiamento do programa, a Capes passou, a partir de 1995, a custear integralmente as assinaturas referentes àquele ano, bem como a recompor coleções interrompidas nos períodos anteriores. Para isso, criou o programa de aquisição de periódicos internacionais, agora financiado exclusivamente com recursos do seu próprio orçamento (*Relatório de atividades 1999*, Coordenação de Desenvolvimento Setorial, p. 37).

Outra iniciativa importante anterior à criação do portal foi tomada pela professora Maria Andrea Loyola que, em 1993, diante da disponibilidade de recursos orçamentários, decidiu, estrategicamente, adquirir periódicos científicos para os programas de pós-graduação. Como essa decisão foi tomada no final do ano, não havia mais tempo hábil para a realização de um processo licitatório centralizado. A solução encontrada foi delegar a

responsabilidade da licitação às próprias instituições de ensino superior. Assim, em apenas um mês foi possível adquirir periódicos para todas as universidades do país, à exceção da USP [Universidade de São Paulo], que optou por não assumir a responsabilidade no processo licitatório.

E como foi o clima do governo Collor na Capes? Como a senhora vivenciou os problemas desse momento?

O ambiente institucional tornou-se extremamente adverso, surpreendendo a todos. Em um dia encerramos nossas atividades normalmente; no dia seguinte, a Capes havia sido extinta. Diante desse cenário, teve início um movimento da comunidade acadêmica com o objetivo de reverter a decisão. A Capes foi posteriormente recriada, mas esse período foi marcado por grande tensão, especialmente entre os servidores da instituição.

Retomando o programa de aquisição de periódicos internacionais. A partir de 1995, quando a Capes passou a financiar, com recursos próprios, a aquisição de periódicos científicos, foi mantido um apoio contínuo às bibliotecas universitárias brasileiras. Esse investimento foi significativo e crescente nos primeiros anos. Em 1995, foram destinados aproximadamente US\$ 15 milhões à iniciativa. Em 1996, o valor investido foi de US\$ 21.002.302; em 1997, US\$ 22.087.641; e, em 1998, US\$ 21.918.649. Esse esforço financeiro, no entanto, enfrentaria limitações nos anos seguintes, culminando em uma crise no acesso aos periódicos científicos — cenário que impulsionaria a concepção e posterior criação do Portal de Periódicos da Capes.

Um marco relevante no desenvolvimento do programa foi a adoção do processo centralizado da licitação para a aquisição de periódicos científicos. Em 1997, a Capes passou a centralizar a compra de assinaturas destinadas a cerca de 270 bibliotecas de instituições de ensino superior. Aproximadamente 8 mil títulos foram contratados e distribuídos por meio desse sistema. Estou falando desse sistema porque, mais à frente, vou falar dos entraves que esse tipo de sistema de licitação centralizada trouxe para nós, quando assumimos o programa de periódicos. Esse programa, mesmo com 8 mil títulos e quase 270 bibliotecas, era desigual, uma vez que nenhuma

instituição teve acesso à totalidade dos periódicos simultaneamente. Na prática, um grupo restrito de universidades foi diretamente beneficiado, enquanto as demais podiam acessar o conteúdo por meio do serviço de comutação bibliográfica, o Comut [Comutação Bibliográfica]. Embora a centralização da licitação tenha proporcionado ganhos significativos na escala e fortalecido o poder de negociação junto aos fornecedores, a estratégia também revelou fragilidades.

Isso criava muito problema para fazer a distribuição?

Sim, muitos! Um dos principais desafios foi o controle da distribuição dos fascículos, realizada diretamente pelos fornecedores às bibliotecas, o que dificultava o acompanhamento da entrega e da efetiva disponibilidade dos materiais.

Em 1998, diante da redução de investimentos e da constatação da ineficiência de um modelo que concentrava a maioria dos títulos nas instituições com maior capacidade de comutação bibliográfica, a Capes optou por descentralizar os recursos, transferindo-os diretamente às instituições. Apesar dos esforços empreendidos e dos recursos investidos, o programa mostrou-se insustentável a médio prazo por diversas razões. Não atendia de forma plena e equitativa às demandas das instituições, nem em termos do número de beneficiárias, nem na quantidade de assinaturas disponíveis. Restringia-se à aquisição de periódicos impressos ao momento em que o acesso eletrônico ganhava relevância e a centralização dos processos licitatórios e de compra acarretava atrasos recorrentes ou comprometia a eficiência do sistema.

O ano de 1999 marcou o ápice da crise. O valor disponível para a renovação dos periódicos, US\$ 8 milhões, representava apenas 37% do montante necessário. Foi nessa crise que surgiu a ideia da criação do portal. Participar da criação do Portal de Periódicos foi uma experiência profundamente gratificante e, sem dúvida, única.

Uma experiência vitoriosa.

Sim e por três razões. Em primeiro lugar, tratava-se de um projeto extremamente desafiador, e os desafios sempre me motivaram. Além disso, envol-

via um componente essencial da comunicação científica. Os periódicos acadêmicos são os veículos mais prestigiados de disseminação do conhecimento, reconhecidos pela sua legitimidade e credibilidade, e garantidos pelo rigor do sistema de avaliação por pares. Por fim, o projeto representava uma oportunidade concreta de ampliar o acesso à produção científica de excelência, conferindo mais valor às pesquisas desenvolvidas no país. O programa anterior — o programa de aquisição de periódicos internacionais da Capes — era restrito, privilegiava algumas instituições.

O portal ficava subordinado à Diretoria de Programas e Bolsas?

Naquela época, não se tratava ainda da Diretoria de Programas e Bolsas. A estrutura vigente era a Diretoria de Programas, então liderada pelo professor Luiz Valcov Loureiro. Essa diretoria era responsável não apenas pela concessão de bolsas no país e pelo fomento aos cursos de pós-graduação nacionais, mas também pela gestão das bolsas e programas no exterior, bem como pela cooperação internacional da Capes. Ou seja, reunia as atribuições das áreas nacional e internacional em uma única instância.

Logo identificamos que o programa anterior apresentava uma série de desigualdades, tanto no número de instituições beneficiadas quanto na quantidade e diversidade de títulos assinados, além de dificuldades no seu acompanhamento e gestão. Esse modelo beneficiava diretamente um grupo restrito de universidades, enquanto as demais dependiam da comutação bibliográfica para acessar os periódicos. A Universidade Federal do Rio de Janeiro era a principal beneficiada, com cerca de mil dos 8 mil títulos assinados! As demais instituições recebiam uma quantidade reduzida, o que evidenciava as limitações do modelo e a necessidade urgente de sua reformulação.

Em segundo lugar, havia uma urgência clara. Era preciso minimizar os efeitos da crise orçamentária que atingiu o programa de periódicos. Desde 1998, o governo federal enfrentava sérias restrições financeiras, agravadas pela desvalorização do real. Nesse período, pela primeira vez, a crise atingiu as bolsas no país. Além de minimizar esse impacto — eu considero em terceiro lugar —, eu jamais poderia imaginar a dimensão que o Portal de

Periódicos da Capes alcançaria, transformando-se em uma das políticas públicas mais inovadoras já implementadas pela instituição. O que inicialmente surgiu como uma resposta a uma crise orçamentária e financeira, acabou consolidando uma verdadeira política de Estado, com objetivos claros: democratizar o acesso ao conhecimento científico internacional e estimular a produção científica nacional.

Ao longo de mais de quatro décadas de atuação no serviço público, minha trajetória profissional foi marcada por constantes oportunidades e aprendizados. No referido período, desempenhei diversas funções e assumi responsabilidades de natureza complexa. Essa vivência, aliada ao trabalho colaborativo com profissionais de elevado nível técnico e à liderança de gestores altamente capacitados e comprometidos, contribuiu de forma significativa para o meu desenvolvimento profissional.

Qual era o seu papel na gestão do portal?

O portal foi um projeto de criação coletiva; não foi apenas do professor Abílio Baeta, que idealizou, nem do professor Loureiro. Ele contou com o envolvimento de alguns atores e instituições que eu considero fundamentais que sejam ditas nesse momento. A criação do Portal de Periódicos da Capes foi resultado da visão inovadora do professor Baeta, seu idealizador, aliada à incansável dedicação e competência técnica do professor Loureiro, que conferiu à iniciativa o impulso necessário para que o projeto se tornasse realidade. Tudo que realizei nesse processo foi conduzido com comprometimento e profissionalismo, sob a orientação do professor Loureiro.

O devido crédito também deve ser dado a Elenara [Chaves Edler de Almeida], uma das principais responsáveis pelo êxito desse programa. Mesmo diante de inúmeros desafios, adversidades e da ausência de sensibilidade ou visão estratégica por parte de alguns gestores, ao longo do tempo, ela demonstrou firmeza, competência.

Além disso, o professor Jorge [Almeida] Guimarães, na sua gestão, destacou-se como o mais firme e incansável defensor do portal. Foi sob sua liderança que o portal se consolidou como a maior e mais robusta política pública de acesso à informação científica do país. Diante das ameaças de

descontinuidade, foi ele quem articulou sua preservação, assegurou apoio político e financeiro extraordinário. Além disso, ampliou significativamente o número de periódicos assinados, bem como o alcance institucional da iniciativa, estendendo o acesso a um número cada vez maior de instituições de ensino e pesquisa.

A criação do portal se constituiu como uma construção coletiva, resultado da articulação de diferentes instâncias e atores estratégicos. Além da atuação decisiva da presidência da Capes, da Diretoria de Programas, da Coordenação de Desenvolvimento Setorial, tivemos a participação ativa dos coordenadores de área, da Rosaly Favero [Krzyzanowski], bibliotecária da Fapesp, da Andifes, da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias,¹ do Fórum de Pró-Reitoras e Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa, da Academia Brasileira de Ciência. Em abril de 1999, o programa de periódicos internacional foi oficialmente transferido para a CDS, passando a se denominar Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos, conforme registrado no Relatório de Atividades de 1999 da CDS (p. 37). Naquele mês, o professor Luiz Loureiro me informou que o programa de periódicos seria transferido para a CDS.

Por que ele tomou essa decisão? Qual o significado dessa mudança?

O programa de periódicos estava alocado em uma assessoria, o que limitava sua capacidade de atuação diante dos desafios existentes. Para que fosse possível reestruturá-lo e enfrentar os problemas de forma eficaz, era necessário vinculá-lo a uma coordenação — uma instância hierárquica superior, com maior capacidade de gestão e com uma equipe dedicada exclusivamente ao programa. A gravidade da crise demandava uma estrutura mais robusta; não seria viável que a responsabilidade recaísse apenas sobre um assessor.

Diante da decisão da transferência imediata, avisei que precisaria de algum tempo para organizar o espaço físico necessário à recepção da equipe do programa. Foi quando ele, muito direto, disse que não existia equipe e

¹ Para maiores informações sobre a CBBU, ver depoimento de Norma Helena Pinheiro de Almeida.

que uma servidora da Capes poderia acompanhar o programa, caso houvesse meu aceite para recebê-la. Recebi um programa cheio de problemas e com uma única servidora. Disse a ele que faríamos o possível para enfrentar os desafios que o programa apresentava. Sabia de alguns deles, como as dificuldades relacionadas à sua complexa gestão, e as desigualdades no atendimento às universidades. Meu diálogo com o professor Loureiro foi direto e respeitoso, marcando o início de uma nova fase na gestão do programa.

Eu estava à frente da Coordenação de Desenvolvimento Setorial desde o início da década de 1990, tendo assumido a função no final da gestão da professora Eunice [Ribeiro] Durham. A principal atribuição desse cargo era assessorar a Diretoria de Programas na coordenação e supervisão de processos de concessão de bolsas e auxílios no país. Na época, a CDS [Coordenação de Desenvolvimento Setorial] era responsável pela gestão dos principais programas de bolsas da Capes, como o Programa Demanda Social, o Programa de Fomento à Pós-Graduação e o Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superiores Particulares. Além desses, gerenciava programas de fomento, como o Programa de Apoio à Pós-Graduação e o Programa de Apoio a Eventos no País. A CDS detinha, então, o maior orçamento entre todas as unidades da Agência.

O ano de 1998 foi particularmente desafiador em relação à execução orçamentária e financeira desses programas, e o que se projetava para 1999 era ainda mais difícil, o que demandava um rigoroso planejamento. Diante desse novo desafio e fiel ao nosso compromisso institucional, assumimos a responsabilidade pela gestão do programa desde a sua incorporação à CDS, em abril de 1999, centrando nossos esforços quase exclusivamente na sua reestruturação, dada a complexidade e variedade de problemas que apresentava. Um dos principais pontos dizia respeito às críticas da comunidade acadêmica quanto à sistemática adotada para a renovação dos títulos no exercício de 1999.

Quais eram as principais críticas veiculadas pela comunidade acadêmica?

O programa não havia atendido à demanda por títulos das instituições. Como já mencionei, ele concentrava os periódicos em um número re-

duzido de instituições, que já possuíam acervo, privilegiando a comutação bibliográfica. Caso alguém necessitasse de um artigo, era preciso solicitá-lo por meio do Comut, requisitando o material à instituição que detinha a revista. Alguns títulos, que anteriormente eram distribuídos por diversas instituições, passaram a ser destinados apenas àquelas que tinham capacidade de operar o serviço de comutação. Esses e outros desafios foram enfrentados com seriedade, permitindo senão a superação, ao menos a mitigação das dificuldades que afetavam o pleno funcionamento do programa.

Como a CDS era voltada para as instituições, o atendimento era realizado de forma institucional, o que nos proporcionava uma experiência de diálogo com as pró-reitorias. Uma mudança significativa na gestão do programa de periódicos foi exatamente na relação com as instituições. Considerando o papel estratégico das pró-reitorias de pós-graduação na formulação e execução das políticas de pós-graduação, o gerenciamento do programa de aquisição de periódicos passou a ser oficialmente transferido para elas. A medida visava fortalecer a articulação entre as ações de fomento e as estruturas acadêmicas responsáveis pela gestão da pós-graduação nas universidades. Desde o início, sob a coordenação da CDS, tornou-se evidente que o programa apresentava diversas inconsistências, além das conhecidas limitações orçamentárias, pois ficamos só com 37% do orçamento para 1999, conforme já mencionado.

Quais eram as principais limitações enfrentadas?

Desde os primeiros meses, ficou evidente que o programa apresentava uma acentuada heterogeneidade no atendimento às instituições, refletida na distribuição desigual de periódicos. Outra fragilidade operacional dizia respeito ao acompanhamento da entrega dos periódicos nas bibliotecas das instituições participantes. O processo licitatório centralizado pela Capes, o controle sobre a efetiva entrega dos fascículos, era complexo e demandava atenção constante. As irregularidades identificadas incluíam fascículos não entregues, esgotados, aguardando publicação e não publicados e que eram reclamados, suspensos ou mesmo indicados para

restituição por parte dos fornecedores. Criamos um banco de dados para acompanhar essa sistemática de entrega para as bibliotecas.

Com base nessas informações, era possível identificar os fascículos não entregues e demandar a restituição dos valores aos fornecedores e a responsabilização pela não entrega. Começamos, assim, a ter um controle sobre a gestão do processo licitatório. Além disso, a CDS recebeu diversas manifestações das instituições de ensino superior quanto à sistemática adotada, também no final de 1998, para a renovação dos títulos referentes a 1999.

A Capes promoveu uma consulta sobre essas demandas ao diretório do Fórum Nacional de Pró-Reitores, aos presidentes de importantes sociedades científicas, como a Sociedade Brasileira de Química, Sociedade Brasileira de Matemática, Sociedade Brasileira de Física, Federação de Sociedades de Biologia Experimental, a FeSBE. Como resultado desse diálogo, a Capes se empenhou na articulação de recursos orçamentários adicionais, com o objetivo de possibilitar a recomposição parcial dos títulos anteriormente adquiridos para cada instituição de ensino superior. Diante das restrições orçamentárias, somadas à valorização do dólar, considerando que as publicações científicas internacionais são cotadas nessa moeda, a Capes reconheceu o agravamento das dificuldades de acesso à informação científica. O Paap mostrava-se de limitado alcance institucional e na abrangência do seu acesso disponibilizado. Iniciou-se, então, um processo de reestruturação, com o objetivo de ampliar significativamente o acesso à informação científica, beneficiando um número maior de instituições e oferecendo um acervo mais abrangente e atualizado. Para tal, a Capes passou a investir no desenvolvimento de um projeto inspirado na experiência bem-sucedida do ProBE [Programa Biblioteca Eletrônica], da Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], baseado, por sua vez, em modelos internacionais, principalmente norte-americanos. A Capes também direcionou esforços para consolidar a Rede Nacional de Pesquisa.

Foi nesse momento que a Rede Nacional de Pesquisa entrou como suporte tecnológico para que o portal pudesse ser implementado?

Sim. Em outubro de 1999, foi criado um programa interministerial de implantação e manutenção da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, com investi-

mentos conjuntos do MCT e do MEC, totalizando R\$ 215 milhões. O seu propósito era financiar a implementação e sustentação de uma rede acadêmica avançada de internet no país. Além disso, contamos com apoio de importantes entidades do meio acadêmico, como a Andifes [Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior], a CBBU [Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias], a própria SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], e de renomados pesquisadores que se engajaram na defesa do projeto, fundamental para o avanço do projeto do portal.

A Rosaly [Favero Krzyzanowski], bibliotecária da Fapesp, teve uma atuação importantíssima com os editores para o andamento das negociações. Também foi essencial a colaboração dos representantes de área da Capes, que validaram as listas de periódicos eletrônicos, conforme os critérios e as demandas específicos de cada área de avaliação. O professor Jorge Guimarães, à época representante da área de Ciências Biológicas 2, foi um dos mais firmes defensores do projeto de suporte eletrônico. Também relevante foi o apoio da superintendente de programas, professora Jacira [Felipe] Beltrão, da Universidade Federal do Pará. Em 2000, durante o processo de formulação e criação do Portal de Periódicos, ela coordenou os demais programas, liderando a equipe com comprometimento e profissionalismo. Sou muito grata por sua dedicação em um momento tão decisivo.

Apesar dos avanços e das perspectivas promissoras, o projeto de implementação do acesso eletrônico enfrentou forte resistência de alguns setores da comunidade acadêmica. As críticas, por vezes contundentes e até hostis, evidenciaram o quanto a mudança de paradigma do impresso para o digital não foi aceita inicialmente. Posso afirmar, sem exagero, que “apanhei muito” nesse processo.

Todo esse processo que a senhora está relatando diz respeito à pré-história do portal?

Sim. Muitos pesquisadores demonstraram desconfiança. Hoje entendo que a rejeição à proposta era em grande parte associada à limitada familiaridade com o uso da internet naquele período. Essas limitações dificultavam outros aspectos. A leitura de texto em tela de computador tornava

a transição do impresso para o digital um desafio não apenas tecnológico, mas também comportamental. Havia ainda a dimensão subjetiva, de forte carga simbólica e afetiva, associada ao impresso. O formato, a textura e até o cheiro do papel faziam parte do ritual acadêmico de muitos docentes e pesquisadores. Um professor chegou a me dizer que nada se comparava à sensação visual e olfativa a cada virada de página de um periódico impresso. Essas reações revelavam não apenas um desafio tecnológico, mas também gerencial e cultural que precisou ser enfrentado com diálogo e perseverança. Com a consolidação do modelo eletrônico, o acesso à informação científica foi ampliado e democratizado, representando um marco na construção de uma política pública estratégica para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no país.

Outra dificuldade foi a negociação com as editoras, porque, a partir do eletrônico, começamos a negociar diretamente com elas e não mais com os fornecedores. A Elsevier, por exemplo, impôs, por cláusula contratual, a manutenção das assinaturas impressas como condição para a celebração do acordo, o que contrariava os princípios de modernização que norteavam a nova proposta. A reformulação do programa foi pensada a partir do pressuposto de que seria necessário atender não apenas à aquisição de periódicos pelas instituições de ensino superior, mas sobretudo à ampliação do acesso universal à produção científica e tecnológica internacional por parte da comunidade acadêmica. Estruturamos o novo modelo para responder às demandas que a configuração anterior não conseguia atender de forma satisfatória, superando a limitação em aquisição exclusiva de periódicos impressos.

Como o programa se organizou nesse contexto?

Em três linhas de ação integradas: a primeira foi a concessão de recursos financeiros diretamente às IES [Instituições de Ensino Superior], com vistas a fortalecer suas políticas institucionais no âmbito da pós-graduação e acesso à informação científica; a segunda foi a disponibilização universal do acesso ao conteúdo de periódicos internacionais e bases de dados referenciais por meio da criação do Portal de Periódicos; e a terceira foi a implantação de ilhas de acesso ao portal nas instituições federais de ensino superior, garan-

tindo infraestrutura necessária para sua efetiva utilização. Mesmo resolvendo a questão da RNP, da internet, nas instituições, nas bibliotecas, ainda era grande a dificuldade de se ter computador e de se ter acesso à rede. Criamos o que chamávamos de ilhas de acesso ao portal, com recursos disponibilizados pela Capes, e as negociações passaram a ser realizadas diretamente com as editoras e não mais por intermediários ou fornecedores. O novo arranjo trouxe maior transparência e controle, mas também impôs desafios, sobretudo para nós, que estávamos elaborando os contratos. As editoras internacionais não entendiam as exigências das normas brasileiras para a elaboração dos contratos, o que dificultava essa formalização.

Fazer compras considerando as diretrizes governamentais é algo muito complexo, não é?

É mais do que complexo, é difícilimo. Imagina o estrangeiro que não conhece a nossa legislação. Isso foi um capítulo à parte. Foi aos poucos, um editor aqui, outro ali, uma revista aqui, outra ali. Como a Elsevier tinha o maior número de periódicos, foi com ela que concentramos os contratos.

Essa nova estrutura permitiu que o programa fosse lançado oficialmente em 11 de novembro de 2000, quando surgiam as primeiras bibliotecas virtuais e os periódicos em formato eletrônico eram cada vez mais disponibilizados pelas editoras internacionais. O acervo inicial do portal incluía 1.419 periódicos científicos e nove bases de dados referenciais, com o apoio das CBBU, abrangendo as grandes áreas do conhecimento. Essa iniciativa foi um marco na democratização do acesso à informação científica no Brasil. Como o professor Cristovam [Wanderley] Picanço disse: “Hoje vou ter acesso a um artigo na Federal do Pará ao mesmo tempo que o meu par na Federal de São Paulo”. Foi uma fala emocionada, que jamais vou esquecer.

Tanto o professor Adalberto [José Val] quanto o professor Picanço falam muito do impacto dessa possibilidade de acesso para as universidades fora do eixo Rio-São Paulo.

O professor Adalberto foi pioneiro no Inpa [Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia]. E o professor Cristovam sempre trabalhou com a questão da assimetria regional, almejando o desenvolvimento do país como todo.

O portal foi lançado com essa perspectiva de democratização, e, diferentemente de outros programas, não previa transferência de recursos às instituições de ensino. A Capes realizava a aquisição direta dos direitos de acesso junto aos editores, garantindo acesso gratuito e universal via internet para todas as instituições participantes. No que se refere à manutenção dos acervos impressos de períodos científicos internacionais, a Capes continuou repassando recursos às instituições federais para apoiar o financiamento de suas ações voltadas à preservação e complementação desses acervos.

O Portal foi lançado em novembro de 2000 e, no primeiro semestre de 2001, ele foi transferido. Novamente, o professor Loureiro me informou que a gestão do Paap seria transferida para uma nova unidade administrativa, visando assegurar uma estrutura dedicada exclusivamente a ele. Assim, foi criada a Coordenação de Acesso à Informação Científica e Tecnológica, com a atribuição de fazer a gestão do programa, e a manutenção e atualização da expansão do portal. Essa reestruturação visava garantir maior foco e especialização na administração de um programa daquele tamanho, complexidade e importância para o sistema nacional de pós-graduação, diferentemente da CDS, que acumulava a gestão de diversos programas de grande porte e impacto. O portal deixou a coordenação em que eu estava e passou para uma nova coordenação, assumida, a convite do professor Loureiro, pela servidora de carreira da Capes, Elenara Chaves de Almeida.

Depois da transferência, o que aconteceu com a senhora dentro da Capes?

Continuei onde estava até abril de 2003. Em seguida, fui para a Sesu, onde participei da implantação do Programa de Extensão Universitária, ao lado do professor Mário Pederneiras, da UFPR [Universidade Federal do Paraná]. Em 2004, retornei à Capes, na gestão do professor Jorge, e assumi a Coordenação de Candidaturas a Bolsas no Exterior. Permaneci nessa função até 2007, quando passei a ocupar a Coordenação Geral de Programas no País. Acompanhei à distância o sucesso e as dificuldades que o portal e a Elenara passavam. Às vezes apreensiva, especialmente no início do governo Lula, em que o programa foi ameaçado de extinção.

Na gestão do ministro [Cristovam Ricardo Cavalcanti] Buarque o portal enfrentou muitas dificuldades.

A equipe dele decidiu extinguir o portal. Depois, porém, sob a liderança do professor Jorge e a coordenação da Elenara, o êxito do portal foi notável. Com o ministro Fernando Haddad, o programa recebeu um apoio financeiro extraordinário, que ampliou muito o número de periódicos científicos assinados e o de instituições com acesso gratuito ao acervo. Ainda mais importante foi o crescimento do número de usuários. O programa consolidou-se como a principal fonte de acesso à literatura científica internacional no Brasil, e um dos mais relevantes repositórios eletrônicos do mundo em sua área.

Como foi a sua reaproximação com o Portal de Periódicos?

Tive uma nova experiência com o portal em 2016, quando eu estava em outra área. O professor Abílio [Baeta Neves], que tinha retornado à presidência da Capes (já havia trabalhado com ele de 1995 a 2003, período em que fui coordenadora da CDS), me convidou para chefiar a assessoria da presidência. Ao assumir o cargo, verificamos que a Capes se encontrava em uma situação orçamentária bem delicada. Todas as diretorias enfrentavam déficit financeiro significativo.

Como o portal se situava nesse contexto?

O Portal de Periódicos, por sua vez, acumulava um déficit de R\$ 23 milhões, o que comprometeu a quitação de contratos com editoras internacionais, ameaçando a continuidade de alguns serviços.

A senhora chegou a ter algum cargo direcionado diretamente com o portal?

Sim, em 2019. A convite do professor Anderson Ribeiro [Correia], ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, assumi a Diretoria de Programas e Bolsas no País, responsável pela supervisão e coordenação do processo de concessão de bolsas de estudo, auxílios no país, ações de fomento voltadas à manutenção e expansão do ensino de pós-graduação. Suas competências incluíam ainda o apoio à criação de cursos de pós-graduação em

regiões e áreas de conhecimento consideradas estratégicas, e a promoção da inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico por meio da implementação de programas especiais, o planejamento e coordenação e supervisão do Portal de Periódicos. A partir de 2019, a Diretoria de Programas e Bolsas no País reorientou suas ações estratégicas em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Pós-Graduação e o Plano Nacional de Educação, com o objetivo central de reduzir as assimetrias regionais, consolidar parcerias institucionais no âmbito nacional e induzir políticas voltadas para as áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país.

Em 2020, ano muito desafiador em razão da pandemia, a diretoria adotou medidas emergenciais para mitigar os impactos da Covid-19 no sistema de pós-graduação. Essas ações buscaram dar continuidade às atividades acadêmico-científicas, preservar a qualidade da formação de recursos humanos e atender às demandas impostas pelo contexto pandêmico. Uma das principais medidas, tomada ainda em março, foi articular junto às editoras científicas parceiras do Portal de Periódicos a viabilização do acesso aberto a conteúdos científicos relevantes. A intenção era ampliar, de forma imediata, o acesso da comunidade acadêmica e do público em geral a artigos científicos, documentos técnicos e materiais audiovisuais relacionados à crise sanitária e social global causada pelo novo coronavírus. A proposta foi logo acolhida pelas editoras, que liberaram gratuitamente os conteúdos que difundiam conhecimento para o enfrentamento da emergência. Em 2021, a interface do Portal de Periódicos foi atualizada. Ficou mais moderna, intuitiva e funcional. Além da reformulação visual, a nova versão também trouxe melhorias nos mecanismos de busca e na organização dos menus.

Pesquisar no portal não é fácil. Embora tenha havido muitas iniciativas de treinamento para pesquisadores e alunos, ainda assim é bastante difícil.

Ao longo de seus 25 anos de existência, o Portal de Periódicos da Capes tem se dedicado continuamente a atender às demandas e expectativas de seus usuários, incorporando novas competências e promovendo um processo

constante de aprimoramento. Essa evolução abrange tanto a amplitude e a qualidade do acervo disponibilizado quanto a usabilidade da interface de acesso, refletindo o compromisso institucional com a excelência na prestação de serviços à comunidade acadêmica. Nesse contexto, o Portal tem promovido melhorias sucessivas em seus produtos, serviços e processos, visando à inovação e à expansão do acesso à informação científica de qualidade. A atualização de 2021 otimizou a experiência de navegação e simplificou o acesso ao vasto acervo de conteúdo, contratos e catálogos disponíveis. Entre as inovações implementadas, destaca-se o aprimoramento da área dedicada a treinamentos, que passou a oferecer filtros por área do conhecimento e período, além de um sistema de inscrição direta via calendário de atividades. Essas modificações proporcionaram maior autonomia, agilidade e praticidade aos usuários interessados em capacitação

O buscador da Ebsco teve uma presença muito grande em várias bibliotecas.

O novo sistema de busca atualmente disponível no Portal de Periódicos foi desenvolvido pelas equipes da RNP e da área de Tecnologia da Informação da Capes, sem privilegiar nenhuma editora específica, configurando-se como uma ferramenta institucional da própria Capes. Essa reformulação, de grande relevância para a melhoria da experiência do usuário, foi implementada em 2021. Nesse ano, tivemos um outro problema financeiro.

A senhora sempre aparece em momentos críticos.

É verdade. Em 2021, a valorização do dólar, no auge da pandemia, frente ao real agravou significativamente o déficit orçamentário. Como o orçamento é em real, mas a compra de periódicos em dólar, tivemos de lidar com um déficit orçamentário no Portal de Periódicos. Diante desse cenário, empreendemos um esforço coordenado para garantir a sustentabilidade do portal sem comprometer o acesso ao conhecimento científico. Como resultado imediato, foram excluídas do rol de instituições participantes aquelas que não registraram acesso significativo ao conteúdo contratado, o que permitiu a preservação do acervo básico à comunidade no atendi-

mento às instituições ativas, assegurando suporte à pesquisa de ponta, incluindo as que enfrentaram a Covid.

O que fizemos? Estabelecemos quatro grandes frentes de ação, que foram implementadas para reestruturar e equilibrar os contratos vigentes.

Isso deve ter gerado muita resistência também. Porque mesmo quem não usa, quando você cancela, todo mundo vai dizer: “Não, mas eu vou usar, fui excluído”.

Não houve impacto significativo para algumas instituições excluídas, uma vez que sequer faziam uso efetivo do portal — em certos casos, essas instituições nem chegaram a perceber que haviam sido descredenciadas, dada a baixa ou inexistente utilização da plataforma.

A primeira das quatro ações foi a renegociação de valores contratuais, visando ao reequilíbrio econômico. Fizemos negociações diretas com os editores, resultando em uma economia aproximada de US\$ 10 milhões entre 2020 e 2021. Outra ação foi a eliminação de contratos sobrepostos, a partir da identificação de contratos com conteúdo redundantes, racionalizando assim os recursos investidos. Uma terceira ação foi centrar o foco na pós-graduação. Foram excluídos dos contratos itens que não atendiam diretamente às demandas da pós-graduação. E finalmente estabelecemos novos critérios para as contratações futuras, que incluía a manutenção dos valores renegociados. Também estabelecemos a continuidade dos títulos previamente contratados, desde que tivessem registrado mais de 100 acessos no ano anterior. E mantivemos as instituições de ensino superior que demonstraram uso efetivo da plataforma em 2020. Essas medidas garantiram a sustentabilidade orçamentária do portal, preservando sua relevância para a formação acadêmica e o desenvolvimento. Essas ações implementadas em 2021 resultaram em uma economia estimada em R\$ 66,5 milhões para o portal.

Um resultado incrível.

Com essas medidas de ajuste, fortalecimento orçamentário, foi possível honrar integralmente todos os compromissos financeiros assumidos com

as editoras ao longo do ano, assegurando a continuidade do acesso à produção científica por parte da comunidade acadêmica.

Em 2022, enquanto diretora, instituí um grupo de trabalho com a missão de revisar e propor um novo regulamento para o programa de aquisição de periódicos. Nesse mesmo ano, o Portal de Periódicos completou 22 anos, consolidando-se como uma das plataformas mais importantes de acesso à informação científica no país. Para celebrar essa trajetória, realizamos o seminário “A Comunicação Científica e os Acordos Transformativos”.

Esses acordos são fundamentais. A senhora poderia explicar o que são eles?

Trata-se de um tema de grande relevância no cenário internacional e de interesse crescente por parte da Capes, por representar uma tendência estratégica no contexto do acesso aberto à produção científica. Os chamados acordos transformativos — denominados na Capes como acordos de leitura e publicação — representam uma inovação nos modelos de contratação firmados entre instituições e editoras científicas. Esses acordos têm como objetivo facilitar a transição do modelo tradicional de acesso por assinatura para o modelo de acesso aberto (*open access*), ao integrar os custos de leitura e de publicação em um único contrato.

Em 2022, o investimento do portal foi de R\$ 496,5 milhões. Deixamos o portal com 430 instituições participantes. O acesso do portal foi ampliado. No início do portal, havia 1.400 títulos; ao deixar a diretoria em 2022, eram 40.541 títulos, 70 bases referenciais com resumo, 41 bases de obras de referência, 10 bases de patentes, 27 bases de livros eletrônicos, 66 bases de tese e dissertações.

Entre 2019 e 2022, a diretoria enfrentou inúmeros desafios, especialmente em razão da pandemia. Ainda assim, o período foi marcado por iniciativas positivas. Participamos da reestruturação da Capes, ocorrida em 2022, que trouxe avanços significativos para a Diretoria de Programas, ao conferir-lhe uma nova estrutura organizacional, mais coerente e funcional com as suas competências estatutárias.

A Coordenação Geral de Portal de Periódicos e Informação Científica, antes Coordenação Geral de Portal, também saiu fortalecida Suas

competências foram reorganizadas em duas coordenações específicas: uma voltada à gestão da informação científica e a outra dedicada à supervisão e ao acompanhamento dos contratos científicos. Com isso, a coordenação passou a atuar de forma mais estratégica e eficaz na coordenação e no monitoramento das políticas de disseminação da informação científica.

No final de 2022, deixei a diretoria e, em 2023, optei por atuar na Coordenação Geral de Portal de Periódicos e Informação Científica, motivada pelos desafios que essa política pública enfrentará nos próximos anos. Meu compromisso é com a busca contínua por soluções sustentáveis e viáveis, sobretudo no que tange à redução de custos e ao desenvolvimento de modelos alternativos de financiamento para o acesso e para as publicações. Atualmente, desempenho minhas atividades sob a supervisão da doutora Andrea [Carvalho] Vieira, coordenadora-geral da CGPIC.

Esse escoamento da produção científica brasileira no cenário internacional é fundamental.

Sim, e a Capes está atenta a esse processo de circulação, disseminação e inserção da produção científica brasileira em veículos e espaços de alcance internacional.

Na verdade, esses acordos são um tipo de casamento no qual você compra das grandes editoras internacionais o acesso a um volume de periódicos, bases de dados e patentes que você vai disponibilizar para o público brasileiro; em contrapartida, você tem direito a um determinado número de licenças, como também torna-se possível que pesquisadores brasileiros consigam publicar seus artigos, uma vez aceitos pelos pareceristas de revistas como a *Nature* e outras, de relevância internacional. Certo?

De fato, tais esclarecimentos têm sido apresentados pela coordenadora-geral do Portal de Periódicos, em articulação com sua equipe, durante as diversas palestras e ações de capacitação promovidas.

Quais são os novos desafios de portal?

Os gestores da Capes enfrentam o desafio de identificar e implementar alternativas viáveis para a leitura e a publicação científica, aspectos centrais e decisivos na disseminação do conhecimento na contemporaneidade.

Esse debate é complicado, porque se negocia com gigantes do mundo editorial internacional.

Sim, trata-se de uma missão complexa, especialmente diante da persistente hegemonia de modelos de negócio tradicionais, consolidados ao longo de décadas e controlados por grandes editoras científicas. Esses modelos representam um obstáculo significativo à inovação e à democratização do acesso à informação acadêmica.

Gostaríamos que a senhora deixasse uma mensagem para os nossos jovens cientistas. Nesse momento em que nos defrontamos com um questionamento do conhecimento científico, o portal tem, mais do que nunca, um papel crucial. É muito importante que eles tenham consciência disso. O livro dos 25 anos vai chamar a atenção para o portal e para a sua importância no desenvolvimento da ciência.

Gostaria de dizer aos jovens cientistas que o Portal de Periódicos da Capes é uma das principais ferramentas de apoio à pesquisa no Brasil, e seu papel tem se mostrado essencial na promoção do acesso equitativo à informação científica de qualidade. Mais do que um acervo digital, o portal representa um compromisso coletivo com a formação acadêmica, o fortalecimento da pós-graduação e o avanço do conhecimento em todas as áreas. É fundamental que nossos jovens pesquisadores reconheçam o valor desse recurso e o utilizem como uma ponte para a produção científica de excelência e para o diálogo com a comunidade internacional. Ao celebrar os 25 anos do portal, este livro reafirma sua relevância histórica e estratégica no desenvolvimento da ciência brasileira. Que essa trajetória inspire novas gerações a defender e fortalecer a ciência como um bem público, essencial para o progresso do país.

Concordo integralmente. Foi ótima a nossa conversa. Obrigada.

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 04/04/2025

José Henrique Paim Fernandes

Para começar, gostaríamos que o senhor falasse de suas origens familiares, sua formação educacional.

Venho de uma família gaúcha bastante humilde. Meu avô era lustrador de móveis, minha avó trabalhava numa farmácia, e tinham sete filhos. Meu pai começou trabalhando muito cedo, com 13 anos de idade, numa companhia de seguros, depois teve uma carreira com atividades comerciais. Minha mãe não tem registro do pai na identidade porque minha avó era filha de descendentes de escravos e foi, como várias mulheres na época, vítima de abuso do filho do patrão. Portanto, minha mãe nasceu sem ter um reconhecimento de paternidade. Muito jovem, com nove anos de idade, ela foi levada para o Rio de Janeiro para ser babá. Com muito esforço, voltou para Porto Alegre, conheceu o meu pai e os dois, com pouca instrução, foram atrás, fizeram supletivo. Ela conseguiu emprego na Caixa Econômica Estadual, no Rio Grande do Sul, e foi avançando. Nesse meio-tempo, conseguimos ter uma vida um pouquinho melhor.

O senhor nasceu em que ano?

Nasci em 1966, em Porto Alegre. Estudei em escola pública, no grupo escolar Osório Duque Estrada, responsável pelos anos iniciais, hoje Ensino Fundamental I, e depois no Ensino Fundamental II. Em razão da melhoria de

vida dos meus pais, fui estudar em uma escola particular, a Cruzeiro do Sul, muito boa, onde estudou o Érico Veríssimo. Só fiquei até o primeiro ano do Ensino Médio, porque meu pai entrou numa crise financeira e tive de ir para uma escola pública de novo, para estudar à noite e poder trabalhar. Estudei na Escola Técnica Parobé. Trabalhava de dia numa loja e, depois, meu pai conseguiu abrir um barzinho, onde fui trabalhar no balcão. Foi uma experiência muito boa, porque a Escola Técnica tinha uma carga muito forte de matemática e física. O curso técnico que eu fazia era o eletrotécnico, mas não gostava muito da parte prática nas aulas. Concluí o Ensino Médio nessa escola, mas não terminei o curso técnico. Depois fiz vestibular para economia e ingressei na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, a Unisinos. Consegui o crédito estudantil na época e com ele custeei minha faculdade.

Como começou sua vida profissional?

Em 1987, entrei no BRDE, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Na sequência, quando estava me formando na faculdade, fiz concurso para o Banrisul, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, para trabalhar como economista num programa do banco com o governo do estado que financiava municípios. Como era um programa com o Banco Mundial, tínhamos muita formação na área de gestão pública, análise de finanças, análise de desenvolvimento institucional, o que me deu uma experiência muito grande em gestão pública.

O senhor tinha militância política quando era estudante?

Comecei a militar no movimento secundarista. Num primeiro momento, me liguei à Convergência Socialista, uma corrente de ultraesquerda, depois, ao MR-8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro, que fazia parte do MDB [Movimento Democrático Brasileiro], que era uma grande frente de luta pela democracia.

Nessa fase o senhor não se aproximou do PT?

No início, estava na Convergência Socialista, que tinha alguma ligação com o PT [Partido dos Trabalhadores], mas eu não tinha relação com o PT.

Depois, fui para a Juventude Estadual do PSDB, da qual fui presidente até 1990. Quando o PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira] começou a absorver algumas lideranças políticas de direita, saí do partido.

Isso foi após o *impeachment* do [Fernando] Collor [de Mello]?

Particpei de todos os protestos pelo *impeachment*, do Movimento pelas Diretas Já. Mas como estava trabalhando no Badesul [Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A.], uma agência de desenvolvimento ligada ao governo do Rio Grande do Sul, resolvi deixar a militância política e me concentrar no trabalho. Em 1994, entrei no mestrado em economia na UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul], quando um colega me informou que tinha uma vaga na prefeitura de Porto Alegre, no governo do Tarso [Fernando Herz] Genro, para alguém que conhecesse financiamentos internacionais. Então fui para a secretaria, onde começamos a conduzir o processo para que a prefeitura de Porto Alegre tivesse um grande financiamento com o BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] para a construção de uma Terceira Perimetral¹ na cidade. E passei a coordenar toda a captação de recursos em Porto Alegre.

O segundo mandato do Tarso Genro na prefeitura de Porto Alegre começou em 2001, eu sendo seu assessor econômico e também coordenando várias ações do governo. Com isso, acabei criando uma relação muito próxima com ele e virei, de fato, seu braço direito. Em abril de 2002, o Tarso abandonou a prefeitura para concorrer ao governo estadual, mas foi derrotado. Posteriormente, ele foi chamado pelo [Luiz Inácio] Lula [da Silva] para ir para o Conselhão, que é o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável. E o Tarso me convidou para ir para Brasília, em 2003. Quando ocorre a primeira reforma ministerial do Lula, em 2004, o Tarso se torna o ministro da Educação. Vem daí minha aproximação com a educação. Na verdade, a aproximação é de antes, porque fui professor de introdução à economia da Universidade La Salle, enquanto trabalhava na

¹ A Terceira Perimetral de Porto Alegre (também conhecida como III Perimetral ou simplesmente Perimetral) é uma via arterial que liga as zonas Norte e Sul da cidade, contornando o Centro.

prefeitura. Quando o Tarso montou o time do MEC [Ministério da Educação], fui chamado e virei presidente da FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação]. E o Jorge [Almeida] Guimarães foi chamado para ser presidente da Capes.

Foi na mesma ocasião, então?

Sim. O Jorge já era uma figura muito expressiva na ciência brasileira. Já tinha um reconhecimento muito grande dos cientistas brasileiros e teve indicações muito fortes para assumir a Capes. Nós entramos juntos e imediatamente tivemos uma empatia muito grande. Terminei tendo uma relação forte com ele, mesmo sendo presidente do FNDE, que é voltado para a Educação Básica. E quando chega 2005, com aquela crise² que o PT enfrentou, o Tarso sai do MEC para assumir a presidência do PT e indica para o Lula o nome do Fernando Haddad para ser ministro da Educação. E com o Fernando Haddad, que eu não conhecia, tinha uma relação apenas por ser presidente da FNDE...

O Fernando Haddad estava como secretário executivo do MEC na gestão do Tarso, não é?

Sim. Eu não o conhecia direito, mas acabamos nos acertando na gestão do MEC, porque o FNDE, como era a autarquia com o maior orçamento do ministério, nos fez participar da Junta Financeira Orçamentária. Embora eu cuidasse só da Educação Básica, pelo FNDE, na junta eu tinha conhecimento de tudo o que acontecia no MEC, tanto na Educação Superior, na Capes, tudo isso. Porque as decisões orçamentárias passavam por essa junta, que era, na verdade, conduzida por ele e por mim.

Aí o senhor sai do FNDE e vai para a secretaria executiva.

No início de 2006, assumi a secretaria executiva do MEC num momento de algumas dificuldades, porque em 2004, 2005, tínhamos passado por um

² O Mensalão foi um escândalo revelado em 2005, que consistiu em um esquema de pagamentos mensais a parlamentares para garantir apoio político ao governo federal, envolvendo figuras importantes do PT e aliados. O esquema desviava recursos públicos para pagamentos a deputados em troca de votos favoráveis em projetos de interesse governamental.

processo de recuperação econômica e o orçamento do MEC foi muito reduzido. Na Junta Financeira, tive de apoiar o MEC para melhorar os recursos para a Educação Superior, especialmente para as universidades federais, que estavam muito depauperadas, e para a própria Capes, que também estava com bolsas atrasadas, bolsas em ajuste, uma série de questões. Então tive de viabilizar, dentro do FNDE, um conjunto de recursos para ajudar a Educação Superior. Pude assumir a secretaria executiva do MEC, tendo um conhecimento geral do Ministério, porque passei pela Junta Financeira.

Quantos anos o senhor ficou na secretaria executiva do MEC?

Entrei em março de 2006 e saí em janeiro de 2014, foram quase oito anos. Nesse período, tivemos uma circunstância importante, que foi o segundo mandato do presidente Lula. A economia já estava melhor, a situação fiscal do Brasil também, e o Lula encomenda para o MEC um plano de desenvolvimento da educação. E aí nós construímos o plano, que se chamava PDE, Plano de Desenvolvimento da Educação, que tinha um lema importante: da creche à pós-graduação. Tínhamos propostas desde a educação infantil até a pós-graduação.

O Jorge contribuiu para a nova política para a pós-graduação?

Ele montou uma estratégia nacional para a pós-graduação do Brasil, através do Plano Nacional de Pós-graduação, o PNPG, que tinha como elemento-chave o fortalecimento do Portal da Capes. O objetivo era democratizar a pós-graduação no Brasil, especialmente reduzindo a desigualdade regional, que existiu na época e existe até hoje.

Na época, chamava-se até de “Nova Capes”.

Tudo isso foi fruto do PDE, que tinha um conjunto de ações em todas as etapas e níveis da educação. Na pós-graduação, o Jorge trabalhou fortemente no fortalecimento do portal. Preocupado em ampliar o portal, fazer com que tivesse mais publicações, com que chegasse a um número maior de programas de pós-graduação, com ênfase muito forte no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, onde, em alguns estados, faltavam doutores. O Brasil tinha muita falta de doutores.

Qual a importância do Portal de Periódicos da Capes nessa ocasião?

Estávamos expandindo as universidades públicas, criando novos *campus*, novas universidades. Todo esse processo precisava ser fortalecido com novos cursos de pós-graduação e a disseminação das publicações para o conjunto dos novos professores que estavam sendo contratados para esses novos *campus* e novas universidades. Imagina abrir um *campus* em uma universidade no interior do Nordeste e do Norte do país, em alguns rincões do Centro-Oeste? Se não tivesse a estrutura do Portal de Periódicos, tudo isso não seria possível. Como atrair um doutor recém-formado, que queria dar aula e fazer pesquisa, sem as condições mínimas para ele trabalhar naquela região? O portal da Capes viabilizava a entrada desses novos professores com doutorado nessas regiões, porque não ia ter diferenciação, em termos de pesquisa, se ele estivesse em São Paulo, no Rio Grande do Sul ou no interior do Norte ou do Nordeste, porque ele ia ter acesso às mesmas publicações que os cientistas das outras regiões.

Como era a relação com o Jorge Guimarães nesse momento?

O Jorge sempre foi um lutador. Em 2004, 2005, 2006, a escassez de recursos do MEC era muito grande. Tínhamos de fazer um ajuste orçamentário para tentar colocar todas as ações que eram prioritárias. E o Jorge sempre foi um guerreiro, um batalhador por recursos, e brigava muito para manter os recursos do Portal de Periódicos. Como é um volume muito grande de recursos, na Junta Financeira sempre era um motivo de questionamento.

O Jorge é um carioca gaúcho. Ele lutava muito, mas eu, pelo meu temperamento, não discutia, não brigava com ele. Pelo contrário, eu usava ele nas discussões no governo. Quando ia discutir com o Ministério do Planejamento as questões dos orçamentos na pós-graduação ou, eventualmente, o reforço da estrutura da Capes, levava o professor Jorge junto. Quando via que a coisa ia apertar, levava ele junto, porque sabia que ele ainda ia brigar.

Quando o Tarso o convidou para ser presidente da Capes, teve uma conversa com ele e disse: “Olha, professor Jorge, estou lhe convidando porque o senhor é uma pessoa muito reconhecida no meio acadêmico, científico. Mas sua fama também é de ser um homem de pavio muito cur-

to. Então o senhor tem de se controlar um pouquinho aqui”. Aí o Jorge aceitou, mas não mudou em nada o comportamento. Aí eu o levava nas reuniões e quando a coisa apertava muito, eu perguntava a ele: “O que o senhor acha?”. E o Jorge gritava com todo mundo. As pessoas ficavam meio assustadas, diziam “Tudo bem, então vamos manter esse recurso da Capes”. Nós fizemos uma parceria muito forte em função disso. Claro que eu entendia a importância do portal, a importância das ações que ele desenvolvia na pós-graduação. E acredito até hoje.

Havia uma pressão contra o portal, não é?

Não era contra o portal. Na verdade, era para reduzir seus gastos. Imagina o seguinte: o portal começou, eu acho, com 1.800 periódicos e foi crescendo, chegando a 20 mil. Hoje são 45 mil periódicos. Depois foram incluídas todas as teses, as dissertações, as patentes. Tudo isso foi incluído na época do Jorge. Então, o portal, que tinha, lá no início, um orçamento em termos nominais de 20 milhões, 30 milhões, 40 milhões, foi subindo para a faixa de 100 milhões, 200 milhões. Foi um crescimento muito importante, do ponto de vista orçamentário, mas muito justificável, defendido pelo Jorge em função da preocupação dele com o fortalecimento dos programas de pós-graduação e da pesquisa.

E o que era o portal?

A Capes é uma instituição muito reconhecida nacional e internacionalmente. Quando comparamos a regulação e o fomento da educação superior, quando falamos de graduação no Brasil, temos muitos desafios do ponto de vista institucional. Quando analisamos a questão da pós-graduação, vemos que temos uma maturidade institucional maior. E a Capes tem uma responsabilidade muito grande sobre isso porque, ao longo dos anos, ela sustentou um processo de avaliação que consolidou a pós-graduação. É uma linha que foi desenhada em 1965, no parecer Newton Sucupira,³ de

³ A escolha do nome da Plataforma é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977, de 1965. O documento, hoje conhecido como Parecer Sucupira, conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes como é até os dias de hoje.

como seria o processo de avaliação que levou à qualidade do programa de pós-graduação no Brasil, e que se manteve durante todos os anos. O portal da Capes se insere nesse processo e, na verdade, é uma complementação importante, porque garante o acesso a um conjunto de informações que seriam impossíveis de ser fornecidas de uma forma ampla e democrática como o portal faz. Porque, além de ser um portal que coloca à disposição dos pesquisadores um conjunto muito grande e variado de publicações nacionais e internacionais de ponta, ele possibilita que um conjunto maior de instituições, tanto as instituições de ponta quanto as que estão ainda se desenvolvendo, tenha acesso às informações.

O portal é uma ferramenta muito importante contra a assimetria do acesso à pós-graduação.

Exatamente. Acho que o portal complementa a política de consolidação da pós-graduação no país e permitiu que o Brasil avançasse, sendo hoje o 13º em citações no mundo. Faz 10 anos que saí do MEC, mas hoje, numa instituição como a FGV [Fundação Getulio Vargas], quando faço as minhas orientações das dissertações do mestrado de administração pública, o mestrado profissional da Ebape [Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas], vejo os alunos utilizando o portal, fazendo pesquisas e tendo acesso a muitas informações de forma muito rápida e com muita segurança. É indescritível a importância do portal da Capes para a evolução da pesquisa da pós-graduação no Brasil. E eu fico feliz porque, muitas vezes, as políticas educacionais não têm continuidade, mas tem sido mantido um volume significativo de investimentos no portal.

Quando o Haddad saiu e o Aloizio Mercadante entrou, em 2012, o senhor continuou ainda como secretário executivo do MEC. Houve uma mudança grande?

Se traçarmos uma linha do tempo, veremos que o Fernando Haddad foi fundamental para as grandes transformações estruturantes da educação brasileira, seja na Educação Básica, seja na Educação Superior. Com ele, tivemos um conjunto de normativos, seja em termos de legislação, seja em

termos de emendas constitucionais, que estruturaram a educação do Brasil. Tivemos mudanças significativas na LDB [Lei de Diretrizes e Bases], tivemos mudanças significativas na Constituição, que garantiram que tivéssemos o padrão de financiamento que, hoje, está estruturado e avançou nos últimos anos. Quando o Mercadante entra, é um outro momento, porque o Brasil já começava a viver situações mais complexas, do ponto de vista político.

O Mercadante entrou para o MEC vindo de uma experiência no Ministério de Ciência e Tecnologia e, por valorizar a pesquisa científica, valorizava muito o trabalho da Capes. Então, não fez qualquer ação no sentido de reduzir recursos da Capes ou do Portal de Periódicos. E a presidenta Dilma [Vana Rousseff] também. Ela tinha uma visão educacional, assim como o presidente Lula. O presidente Lula tinha uma visão muito interessante do ponto de vista de expansão da educação superior porque, como não teve a oportunidade de fazer universidade, trabalhou muito para a democratização desse nível de ensino. A presidenta Dilma manteve essa preocupação, implantando a Lei de Cota nas federais, que foi fundamental do ponto de vista da redução da desigualdade. E ela tinha uma preocupação com a excelência da pesquisa da pós-graduação. Daí a criação do Ciência sem Fronteiras, a preocupação em fortalecer a Capes. Também fortaleceu muito a proposta dos mestrados profissionais, que enfrentavam muitas dificuldades.

Muitas resistências. Eu diria até que o professor Jorge Guimarães, neste aspecto, teve um papel fundamental, porque a resistência de algumas áreas à criação dos mestrados profissionais era muito grande nas áreas de educação e do direito.

Jorge Guimarães tinha autoridade para bancar essa discussão. Ele ia para as reuniões, inclusive das comissões, fazia um debate e convencia as pessoas a aprovarem as propostas, com a força que ele tinha. Ele foi muito importante também, no governo Lula, na gestão do Haddad, para colocar na Capes a missão de formação de professores para a Educação Básica. E usar o portal da Capes para disponibilizar conteúdo também para a Edu-

cação Básica. Incluiu ali uma série de publicações, enciclopédias, questões que foram importantes inclusive para a preparação para o Enem.

O período em que o senhor esteve à frente do Ministério, em 2014, foi bem difícil, não?

Eu diria que foi um período de dificuldade, mas em que ocorreram algumas coisas importantes. Como o professor Jorge estava muito fortalecido por conta dessas questões todas, colhemos os frutos do crescimento, a melhoria da Capes. Conseguimos levar a Capes para um prédio novo. Porque quando o Jorge assumiu a Capes, ela ficava meio em anexo do prédio do MEC.

Acabamos levando a Capes para um prédio grande, em acordo com a Confederação Nacional do Comércio. Isso mudou a autoestima dos funcionários, dos próprios pesquisadores que participam dos processos de avaliação, porque os processos de avaliação tinham uma estrutura muito precária. Com o prédio novo, criou-se uma estrutura muito melhor. Isso foi se consolidando no período em que eu estava como ministro, com o professor Jorge, pelo reconhecimento ao trabalho que ele fez. Na gestão do Jorge na Capes, ele aumentou em 11 vezes o volume de recursos do orçamento. E o Portal de Periódicos deve ter aumentado pelo menos 10 vezes o volume de recursos disponíveis.

Apesar das dificuldades, a luta pela educação continuou.

Embora enfrentássemos uma série de dificuldades, eu diria que a agenda que tivemos com o presidente Lula e no período inicial do governo da presidenta Dilma ainda era uma agenda muito forte. Nós tivemos a construção de bases para o funcionamento dos sistemas educacionais, seja na Educação Básica, seja na Educação Superior, organização da parte regulatória, da parte de avaliação e da parte de financiamento. Tivemos uma preocupação muito grande com inclusão e expansão, acesso, alguma preocupação com a questão de qualidade, com os processos de avaliação. Porque, no âmbito da Educação Básica, nós não tínhamos ainda aprofundado a discussão sobre a questão curricular, sobre a questão de aprendizagem. Nós tínhamos o processo de avaliação, nós tínhamos discussões sobre material didático, mas

a Base Nacional Comum Curricular e a formação inicial de professores são temas que começaram a se aprofundar a partir de 2020.

Essa discussão começou ainda na gestão do Haddad.

Começou, mas, em 2014, nós começamos a envolver os estados e municípios nessa discussão, de modo a que, depois, nós preparássemos as bases para a construção da BNCC. E todas as alterações que foram feitas no Ensino Médio provocaram uma série de polêmicas porque, com a ruptura no segundo governo Dilma, a forma de fazer essas mudanças, por meio de medidas provisórias, gerou uma reação muito grande. Em função disso, criou-se uma resistência muito grande em vários setores, o que atrapalhou muito. Ao mesmo tempo, também começou ali, 2015 e 2016, um processo de redução do orçamento do Ministério da Educação, o que, inclusive, começou a afetar o orçamento da Capes.

Na sua gestão no MEC, o senhor conseguiu garantir os recursos que vinha obtendo anteriormente?

Sim. Garantir e até ampliar. Mantivemos a ampliação do orçamento do MEC e do da Capes, mantendo a execução de todos os programas. Em 2015, com o acirramento da questão fiscal, começamos a ter reflexo na redução dos recursos da educação, especialmente a partir do governo [Michel Miguel Elias] Temer [Lulia]. Até que veio a Emenda Constitucional 108, que instituiu o teto de gastos, o que afetou muito os recursos da educação.

Nos dois governos Lula e no primeiro Dilma, uma coisa muito positiva foi uma certa constância e longevidade dos ocupantes dos principais postos, seja à frente do Ministério da Educação, seja na secretaria executiva, seja na Capes. Isso permitiu que as ações implementadas tivessem continuidade e, conseqüentemente, mais eficácia. A partir do segundo governo Dilma, as coisas desmancharam, porque só de janeiro de 2015 até o *impeachment*, em agosto de 2016, foi uma sucessão de ministros: Cid Gomes, Renato Janine [Ribeiro]...

Aí o Mercadante voltou e ficou até o final. Com a crise política, ele saiu da Casa Civil e voltou para o MEC. Foi um período curto e muito difícil.

E quem foi para a Capes foi o Carlos [Afonso] Nobre. Foi um período de muitas dificuldades.

Que mensagem o senhor gostaria de deixar para as novas gerações que estão ingressando na vida acadêmica?

Os jovens têm um papel fundamental para o novo desenvolvimento do Brasil, mas não só do Brasil, do próprio mundo. Hoje estamos vivendo uma mudança geopolítica importante. Não sabemos onde vai parar tudo isso. As decisões tomadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald [John] Trump, inclusive na área das universidades americanas, são decisões muito impactantes e que mudam de forma importante o cenário em que vivemos até pouco tempo atrás. Na minha opinião, o processo de globalização que vivemos durante muito tempo praticamente se encerra nesse período.

Como essas mudanças vão impactar o próprio portal, que compra conhecimento, em última instância, das grandes potências internacionais através das editoras estrangeiras?

Não sei se tem taxaço sobre elas. Eu diria que, do ponto de vista geopolítico, vamos ter uma transformação grande. Você, que é uma historiadora, talvez no futuro vá registrar uma coisa muito forte. Acho que vai ser o mundo antes do Trump e pós-Trump. O grande desafio que vivemos nesse momento, em termos de formação dos jovens, é um desafio que está associado às novas tecnologias, à transformação digital. As mudanças trazidas pela inteligência artificial, o próprio mundo produtivo, a integração entre indústrias e serviços, e, do ponto de vista do ensino, o fato de as tecnologias e a inteligência artificial influenciarem diretamente a forma como se dá aula e a forma de obter conhecimento.

O desafio que temos pela frente é fazer com que esses jovens consigam desenvolver competências e habilidades relacionadas à cooperação e ao respeito à diversidade e ao pensamento diferente. Isso é que vai fazer com que haja algum tipo de transformação. Porque quando a gente olha os desafios que a gente já enfrentou, por exemplo, com a pandemia, os desafios que a gente precisa enfrentar em termos de crise climática, as soluções vão ter de se dar de forma coletiva, como aconteceu na pandemia da Covid.

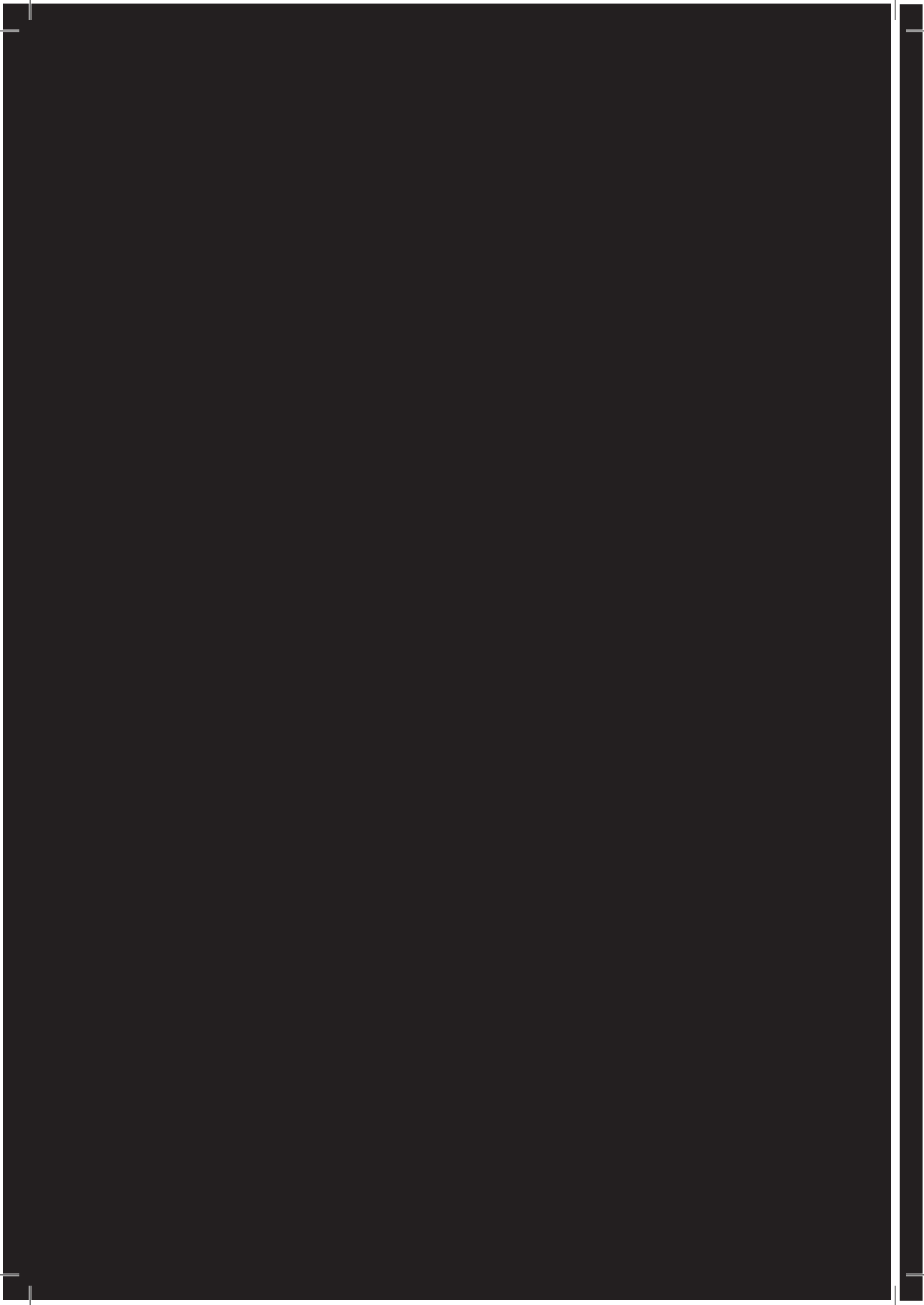
As soluções para chegarmos às vacinas só foram rápidas porque elas foram construídas coletivamente, com a cooperação entre os países, entre os pesquisadores. Se a formação desse jovem não contiver esse elemento de colaboração, fica muito difícil avançarmos. Aquele cenário de há alguns anos, em que um pesquisador ficava 10, 20 anos no laboratório buscando o tratamento do câncer, o tratamento de determinada doença ou, eventualmente, o desenvolvimento de um produto revolucionário, não existe mais. Ninguém espera mais todo esse tempo para uma solução. Tem uma velocidade muito grande, em que existe colaboração. O pesquisador no Brasil está desenvolvendo parte de uma solução, junto com outra pesquisa que está sendo feita na China, outra desenvolvida nos Estados Unidos, e outra na Índia. Aí se encontra a solução.

Isso, de uma certa forma, é resultado da globalização.

Sim e também resultado da colaboração, porque se o sujeito que está sendo formado não se conscientizar de que precisa cooperar, de que precisa conversar com pessoas que pensam diferente dele, não vamos ter soluções para os problemas do mundo. A própria OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] está trabalhando com essa perspectiva, quando discute as avaliações e o futuro da educação. A Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] também vem trabalhando nisso, que considera um elemento-chave. A questão da democracia, dos direitos humanos, do respeito é fundamental não só para a convivência e para a construção da paz no mundo, mas também para o desenvolvimento científico e tecnológico. Imagina uma situação de guerra, de crise. A cooperação vai diminuir também entre os cientistas, as instituições de pesquisa e as próprias empresas.

E essa mudança geral de política promovida pelo [Donald John] Trump é um impeditivo. E mesmo que não impedir, cria muitas limitações para a cooperação internacional.

Com certeza. E esse é um debate que tem de ser feito!



As coordenadoras do Portal

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 10/02/2025

Elenara Chaves Edler de Almeida

Vamos começar com algumas questões relativas às suas origens familiares e à sua formação educacional e profissional.

Nasci em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Quando eu tinha 15 anos, meu pai veio assumir uma função aqui em Brasília, no governo federal, e a família toda o acompanhou nessa nova fase da sua vida. O que era para ser dois anos acabou sendo até hoje. Viemos para Brasília e nunca mais retornamos para o Rio Grande do Sul.

Como era o nome do seu pai e qual cargo ele veio ocupar em Brasília? Em que ano?

Paulo Soares Edler. Ele veio assumir uma diretoria de formação na Escola Nacional de Administração Pública. Fiz dois anos de Ensino Médio em Brasília. Viemos em 1983, e comecei a faculdade em 1985. Fiz administração no Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal, a UDF. Comecei a trabalhar no serviço público em 1985, no Ministério da Cultura, onde fiquei três anos. Depois fui trabalhar na Enap [Escola Nacional de Administração Pública], sempre na área de gestão de Recursos Humanos, na área de capacitação, treinamento, desenvolvimento de pessoal. Em seguida, passei dois anos na Advocacia-Geral da União, também fazendo a área de treinamento deles. Em 1997, fui redistribuída para a Capes, que tinha

se transformado em fundação,¹ e precisava de mais pessoal. Fui com mais duas pessoas.

A sua origem era onde?

Ministério da Cultura.

Porque todos esses postos que você teve foram cessões, você foi cedida, não é?

Sim, isso mesmo. Fui redistribuída para a Capes, e passei a fazer parte do quadro funcional de lá. Naquela época, era uma modalidade que podia ser feita. Hoje eu não sei mais se isso é possível, mas naquela época era possível. Eu comecei trabalhando com bolsistas no exterior, em especial dos Estados Unidos. Era uma equipe de duas ou três pessoas e nós cuidávamos dos bolsistas que iam fazer doutorado nesse país. Foi dessa forma que conheci o diretor de programas, o professor [Luiz Valcov] Loureiro. Havia uma secretaria-geral entre o diretor e a superintendência geral de bolsas no exterior e eu reportava para uma coordenadora ligada à superintendente. O nosso diretor era o professor Loureiro. Foi assim que eu cheguei à Capes.

A Capes era uma instituição muito pequena, ligada ao Ministério da Educação, e tinha acabado de ser transformada em fundação. Estava buscando colaboradores que tivessem interesse em ser redistribuídos para lá.

Como surgiu a ideia de fazer o portal? Antes mesmo, já havia uma discussão sobre o problema da aquisição de periódicos, não é?

Inicialmente, os periódicos eram comprados na forma impressa. A Capes era responsável pela aquisição dos periódicos nesse formato para as instituições federais de ensino superior. Havia um setor que ficava responsável por fazer essa aquisição. Inicialmente, repassava os recursos para as instituições federais e as próprias instituições federais compravam. Depois, a Capes passou a centralizar essa aquisição no formato impresso e

¹ Com a chegada de Fernando Collor de Mello ao poder, em 1990, a Capes foi extinta. A vitoriosa luta por sua restauração implicou sua transformação em fundação, em janeiro de 1992, sob a Lei nº 8.405.

a entrega era feita nas universidades federais diretamente pelos editores. A Capes fazia o acompanhamento e o controle, verificando se todos os periódicos, fascículos, volumes, haviam sido entregues nas instituições de ensino. Era assim que funcionava antes do Portal de Periódicos. Eu trabalhava na área de bolsas no exterior; não trabalhava com o setor dos periódicos impressos.

Cheguei em 2001, o Portal de Periódicos tinha sido lançado em novembro de 2000 e em abril de 2001 o professor Loureiro me convidou para assumir a Coordenação de Acesso à Informação Científica — na época o nome era esse. Eu tinha uma coordenadora acima de mim, acima da coordenadora tinha uma superintendente e o professor Loureiro era o diretor na época, estava acima da superintendente. Só que eventualmente ele queria tratar algumas coisas diretamente com quem cuidava do bolsista A, B ou C. Era comum que nos chamasse para despachar diretamente com ele para tirar alguma dúvida, para dar algum tipo de esclarecimento sobre o processo de acompanhamento dos bolsistas. Então nós começamos a nos conhecer melhor, ter uma proximidade maior e acho que foi isso que fez com que ele me convidasse. Eu não o conhecia antes. Acho que o que fez ele me convidar para ir para essa área foi o fato de eu falar inglês e estar disposta a trabalhar nesse programa, que ainda era muito incipiente. Aceitei o desafio de iniciar uma coisa começando do zero mesmo.

Você tinha contato com as bibliotecárias?

Não tinha, nunca tive contato com as bibliotecárias. Na época houve até um pouco de resistência por parte delas, que achavam que essa função tinha que ser ocupada por uma profissional da área. No início, tínhamos uma bibliotecária na equipe do Portal de Periódicos, mas eu não tinha nenhum contato com ela.

Vamos voltar à sua chegada no portal. Já havia uma discussão sobre como seria esse processo e suas possíveis dificuldades?

Sim, porque o lançamento oficial do portal já havia sido feito, em novembro de 2000. Foi uma outra coordenação da Capes que fez esse lan-

çamento, as primeiras contratações, o primeiro dos periódicos em texto completo, das bases referenciais. Esse processo foi comandado, antes de novembro, pela professora Zena [Martins] e sua equipe.

O professor Loureiro me fez o convite em março ou abril. A ideia era fazer a portaria da regulamentação do programa, como seria o funcionamento, a criação de um órgão consultivo, os grupos de trabalho... Dessa forma, a minha preparação foi feita pelo professor Loureiro. Ele começou a apontar os eventos que eu teria de ir, me ensinou como eram feitos os contratos... Ele me colocou em contato com o ProBE [Programa Biblioteca Eletrônica], que era um consórcio das bibliotecas eletrônicas do Estado de São Paulo, na Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo]. Quando a gente foi iniciar o Portal de Periódicos, baseamos nossas contratações em três coisas. A primeira era o que o ProBE comprava para as três instituições paulistas; nós passamos a assinar em bloco, inicialmente, para 72 instituições vinculadas à Capes. A segunda coisa eram justamente os periódicos impressos que as instituições assinavam antes do Portal de Periódicos. Buscamos os representantes das editoras e, nisso, a professora Rosaly Favero [Krzyzanowski] nos ajudou muito, porque ela já fazia esse trabalho para o estado de São Paulo. E, em terceiro lugar, foi a CBBU, a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias, que indicou para a Capes as bases referenciais que nós deveríamos adquirir para incluir no Portal de Periódicos. No lançamento do portal, adquirimos dois tipos de materiais diferentes: periódicos em texto completo e as bases referenciais ou de resumo que traziam tudo que era publicado no mundo sobre determinado assunto. Muitas vezes não tinha o texto completo no portal, mas o pesquisador sabia quem estava pesquisando, os grupos de pesquisa, onde estava o assunto que ele tinha interesse.

As bases a que você está se referindo tinham conteúdos mais ou menos parecidos?

Eram bases nas áreas de ciências biológicas, física e química. Mas a grande base do portal era a saúde, que, até mesmo pela oferta de material, sem-

pre se destacou. Acho que as áreas das ciências médicas, exatas e da terra sempre foram culturalmente muito representativas na área. Começamos a incluir material significativo das humanidades e das ciências sociais no portal em 2004, mais ou menos. O início foi muito mais das áreas que já eram mais representativas.

Você fazia os contratos que diziam respeito às coleções de periódicos físicos e essas bases de dados. E como funcionava? Como foi a negociação com as escolas e universidades? No momento que se cria o portal, já implicava que haveria mudança para o digital?

Sim, já implicava. Já estava inserido na ideia de criação do portal de ser no formato eletrônico. Eram duas coisas que o professor Loureiro dava muita ênfase: o mesmo conteúdo deveria ser oferecido para todas as instituições ao mesmo tempo. Existia uma democratização do acesso à informação, uma vez que, antes do portal, quando você tinha o modelo impresso, determinados títulos iam para uma instituição, outros títulos iam para outra. Nenhuma instituição recebia tudo. E, com o Portal de Periódicos, isso passa a ser diferente. Você passa a oferecer todo o conteúdo para todas as instituições que fazem parte do *hall* de atendimento do portal — que, inicialmente, foram as federais, começando com 70 e poucas instituições.

Depois que a regulamentação do programa se abriu mais, passou a ser não só para as federais, mas também para os cursos de pós-graduação — já que era responsabilidade da Capes. Ela passou a atender também as instituições estaduais, privadas, institutos de pesquisa, todo mundo. Foram definidos alguns critérios de acesso, como, por exemplo, a nota que um curso de pós-graduação deveria ter para poder receber o portal de forma gratuita. Então, o responsável pelo financiamento era o Ministério da Educação, a Capes, e isso era distribuído no formato eletrônico para essas instituições. Existia uma transição do modelo impresso para o modelo eletrônico. Na ocasião, especificamente uma editora só previa que os contratos com a Capes tivessem um período de transição. Além do formato eletrônico, nós ficamos recebendo o periódico no formato impresso ainda por

uns três anos, depois do lançamento do portal. Era uma exigência de uma editora que não vendia só o eletrônico. Ela ainda atrelava o seu periódico impresso nessa negociação. Essas negociações junto aos editores era a parte mais difícil da gestão. É complicado fazer essas negociações, ainda mais quando se negocia em nome de um número grande de instituições, como é o caso da Capes. Foi por essa razão que nós sempre trabalhamos tanto com a avaliação dos conteúdos do portal com a figura das *help desks*, que são as bibliotecárias que ficam na ponta, nas instituições onde o portal é acessado. Esse grupo de *help desks* nos ajudava e nos dava suporte na escolha e no acompanhamento do material que a gente queria que estivesse no Portal de Periódicos.

É claro que tudo isso vinha com o aval dos coordenadores de áreas, que também estavam junto à Capes, conosco na diretoria de avaliação, depois o Conselho Técnico-Científico e Conselho Superior da Capes. Todos eles homologavam essas indicações, essas sugestões que vinham destas bibliotecárias, dos coordenadores de áreas, tudo era trabalhado para que a gente pudesse fazer essa negociação com os editores. E, diversas vezes, o próprio Conselho, o próprio CTC e o Conselho Superior da Capes se envolveram em algumas negociações. Até ministros se envolveram em negociações, porque o portal também fazia aquisição em moeda estrangeira, em dólar, então a gente também passa pela variação cambial que muitas vezes encarece muito — e sem o orçamento poder acompanhar o tanto que o dólar valorizou. Muitas vezes, essas negociações envolviam o presidente da Capes, o ministro da Educação. Em 2004, 2005, 2006 nós tivemos também uma participação do Ministério da Ciência e Tecnologia, que ajudou a financiar o portal, e isso tudo nos auxiliava na hora de negociar essas contratações.

Quais eram as principais editoras com que vocês negociavam, que eram as fornecedoras principais do portal?

A Elsevier era uma grande editora — e talvez ainda seja atualmente. Na época a gente tinha o Institute for Scientific Information, que é o Web of Science e o DII, uma base de patentes — hoje é a Clarivate —, mas que

naquela ocasião era muito importante. Depois tínhamos outras editoras também, como John Wiley & Sons, Springer, Wolters Kluwer. Enfim, eram muitas editoras... Incluímos também as sociedades científicas — acho que isso já foi em 2005, 2006. Quando ganhamos um pouco mais de *expertise* na hora de elaborar os contratos, passamos a buscar sociedades científicas, como a American Chemical Society e o Institute of Physics, que eram especializadas em determinados assuntos, com as quais a gente buscava negociar diretamente.

Essas sociedades tinham acervo e vendiam?

Sim, eles produziam periódicos. A Elsevier tinha — não sei o número atualmente — 2.800 periódicos em textos completos. Tinha um pouco de tudo, de todas as áreas do conhecimento. Houve um momento, porém, em que a gente começou a focar na física, e direcionamos nossa atenção para o IOP e ACS, por exemplo. No caso da engenharia, fomos para o Ieee [Institute of Electrical and Electronics Engineers]. Cada uma dessas instituições fornecia 40 a 50 periódicos, então era uma aquisição mais específica, mais focada naquilo que estava faltando ao nosso acervo. Os coordenadores de áreas tiveram um papel muito importante nisso, porque eram eles que nos passavam essas informações. E muitas vezes a gente não tinha nem representante no país dessas editoras. Realmente a gente tinha que buscar alguém pela primeira vez para poder fazer o contato e fazer essa aquisição obedecendo à legislação brasileira, e às exigências necessárias para uma contratação como órgão público federal.

Isso é que tomava mais tempo, mas o que dava mais trabalho nessa aquisição e disponibilização do conteúdo eram as negociações e a contratação. Às vezes a gente queria contratar, mas por causa do modelo de contrato a editora não assinava com a gente. A gente não podia assinar o que a editora queria, então, às vezes, demoravam três, quatro anos para sair uma contratação.

É difícil mesmo, porque os órgãos brasileiros têm certas normas de elaboração de contratos. E essas grandes empresas multinacionais e

estrangeiras não querem abrir mão de forma alguma do seu modelo de contrato. Isso gera muitas dificuldades. Você se lembra de quantas editoras ou empresas vocês negociavam naquela época?

Quando o portal foi lançado, tinha 1.800 títulos de periódicos em textos completos e eram 13 bases referenciais. Quando eu saí da coordenação, em abril de 2018, para fazer meu pós-doutorado em Lisboa, a gente já estava com mais de 42 mil títulos de periódicos em texto completo e 131 bases de referência. Já estávamos atendendo 429 instituições de ensino. Houve um crescimento enorme nesses 18 anos. Há alguns anos, tivemos mais de 100 contratos, acho que teve um ano que tivemos 130 contratos com editores. Às vezes, com o mesmo editor, você tinha mais de um contrato também. Isso é uma coisa que, ao longo dos anos, foi mudando também.

E como foi essa passagem, de um momento inicial do apego ao material físico, passando pela dificuldade de convencer as pessoas sobre a utilidade do acesso e do uso do eletrônico, até a criação do portal?

No início foi bem complicado. Veja: o portal foi lançado em dezembro de 2000, tivemos o ano de 2001, o ano de 2002, e aí vem uma mudança de governo, em 2003, quando o portal ainda era muito novo.

Esse período inicial que você está falando que o Loureiro era o diretor, e o presidente da Capes era o Abílio Baeta Neto. Depois, com o fim do governo Fernando Henrique [Cardoso], em 2002, veio o governo Lula, e o primeiro ministro da Educação foi o Cristovam [Ricardo Cavalcanti] Buarque.

Exatamente. Quando o ministro era o Cristovam Buarque, o presidente da Capes era o professor [Carlos Roberto] Jamil Cury. Mas o que aconteceu? Naquela época, havia um medo muito grande do que poderia acontecer com o portal, porque era um programa ainda bastante recente, e as pessoas estavam começando a se acostumar com essa questão do eletrônico. As pessoas tinham muito medo daquilo desaparecer do dia para a noite. Uma coisa era eu ter meu periódico aqui guardado na minha gaveta, outra

coisa era receber no formato eletrônico e no dia seguinte, eu entrar no sistema e ele não estar lá. Foi então que a SBPC, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, teve um papel muito importante com a Capes, porque ela saiu efetivamente fazendo um esclarecimento de que aquilo era o formato eletrônico, não estava apenas disponível eletronicamente, mas que a gente tinha segurança daquilo, que os nossos contratos com os editores davam uma segurança de que a gente teria acesso durante o período contratado. Mesmo que você não assinasse mais para a frente, você teria a segurança de que durante o período que você assinou, você teria acesso àqueles periódicos em texto completo. Mas isso era muito difícil. Imagina em 2003, 2004? Essa coisa não era muito difundida.

Eu imagino, porque ainda hoje vejo como as pessoas ainda resistem, têm medo. E também, naquela época, havia o problema de que muitas revistas brasileiras — e até estrangeiras — não estavam disponíveis no formato digital, certo?

Não, ainda não. Isso também foi uma coisa que foi andando em conjunto. A própria melhora da internet, dos serviços prestados, das plataformas de busca possibilitava fazer uma pesquisa e trazer mais opções. Tudo isso foi aos poucos evoluindo e permitindo que as pessoas tivessem uma segurança maior de que aquilo ia estar ali mesmo, seguro para ser pesquisado mesmo com uma eventual descontinuidade do conteúdo. Mas é um trabalho que é para sempre, porque ainda tem pessoas que preferem o formato impresso e querem mesmo guardar aquilo consigo. Logo, é um trabalho que não termina nunca. Eu acho que o importante é tentar assegurar esse acesso perene ao conteúdo, pois traz mais segurança para o pesquisador.

Você estava falando da insegurança em relação ao destino do portal nesse momento de transição do governo. Como foi isso? A saída do Abílio, a entrada do Jamil Cury...

O professor Abílio e o professor Loureiro foram muito sábios, pois deixaram contratações feitas até o final de 2003. Naquele primeiro ano do novo

governo, todo mundo queria saber o que estava acontecendo em relação aos contratos em moeda estrangeira. Eram valores elevados, envolvendo muitas pessoas, e isso sempre chama muito a atenção. Nós tivemos também muita sorte com os presidentes da Capes, que explicaram o portal para o ministro Cristovam — que ficou muito pouco tempo, não completou um ano de gestão — e depois para o ministro Tarso [Fernando Herz] Genro. E a gente — diretoria da Capes, os presidentes — ia frequentemente fazer apresentações, explicando o que era o portal, o ganho com a democratização do acesso à informação em relação ao formato impresso. Foi um processo de convencimento mesmo.

A sociedade científica, as instituições, foram muito importantes, porque elas faziam manifestações junto aos ministros e ao presidente da Capes. Dessa forma, ultrapassamos essa dificuldade de mudança de governo e a insegurança de muitas pessoas. Mas ainda havia pessoas que criticavam o portal, achavam que era muito caro e que não devia continuar; que não ia dar certo, que o impresso era o melhor. Havia um pequeno grupo que fazia algum barulho, porque não acreditava que fosse dar certo. Após dois anos de turbulência, entraram o professor Jorge [Almeida] Guimarães na Capes, em 2004, e o ministro Tarso Genro na Educação — dois gaúchos. E ninguém se conhecia antes. Isso é engraçado. Quando o professor Jorge entrou, chamava o Portal de Periódicos de “a joia da coroa”. Porque ele deu uma atenção ao Portal de Periódicos, e foi quando o portal efetivamente se consolidou. Teve antes aquela fase inicial em que o portal foi implementado, mas, quando chega o professor Jorge, é que, efetivamente, a gente desenvolveu o trabalho, institucionalizou tudo. As coleções cresceram, ele trouxe material de altíssima qualidade. O professor Jorge ia, falava com um, falava com outro, dizia: “Procura fulano, que ele vai te indicar o que precisa ser comprado para essa área, está faltando material em tal área...”. Ele realmente se esforçou muito e o programa deu um *boom* muito grande nessa época. Foi nesse contexto que nós também cuidamos da área de tecnologia do Portal de Periódicos, que passou então a ter um servidor específico para rodar, separado da Capes — antes, se caía o servidor da Capes, caía o do portal também.

Passamos a ter uma equipe especializada da área de informática que só atendia ao Portal de Periódicos.

Isso foi uma novidade nesse período, porque antes não tinha esse suporte.

Não tinha. Tanto que a sala-cofre que nós utilizávamos era uma sala na Rede Nacional de Pesquisa, em outro prédio. A RNP botou vários servidores no país para ter redundância — para o pesquisador nem sentir que tinha caído, caso isso ocorresse. Então, todas essas melhorias tecnológicas foram feitas durante o período, quando entrou o professor Jorge e ele ficou conosco 12 anos. Eu já não me lembro se foram 12 ou 14 anos. Nesse momento, a gente também fez um burilamento dessa coleção, apurando melhor aquilo que a gente estava adquirindo e disponibilizando de uma forma bastante cuidadosa essa questão tecnológica de equipamento — para a Capes e para o país todo.

Gostaria que você falasse sobre a questão dos recursos da Capes. Como funcionava antes e depois da entrada do Jorge Guimarães?

Já tinha uma definição e, paulatinamente, o orçamento foi crescendo e todos os presidentes sempre se empenharam muito em manter e até expandir esse orçamento. É lógico, até pelo tempo que o professor Jorge ficou, ele foi um grande defensor do orçamento. Os maiores aumentos foram feitos na época da gestão dele. Chegamos a ter um problema de corte na época do professor Jorge, mas ele defendeu com unhas e dentes junto ao ministro, e acabou tendo êxito porque não deixou que o orçamento fosse cortado.

Depois, quando ele saiu, tivemos um corte pequeno na época do governo de Michel [Miguel Elias] Temer [Lulia], quando o ministro da Educação era o Mendonça Filho. Mas até o ministro [Aloizio] Mercadante cortou um pouco do nosso orçamento também.

Mesmo durante a vigência do governo do PT houve alguns percalços?

Nada muito significativo, mas teve sim. A gente sempre procurou tentar não tirar completamente aquele conteúdo, mas restringi-lo para

aquelas instituições que tinham a área de atuação mais focada em assuntos que a base de dados cobria. Algumas coisas tiveram seu acesso interrompido.

Uma coisa que foi muito positiva também, tanto para a Capes como para o portal, é que houve uma continuidade. O Jorge Guimarães ficou muitos anos, e isso permitiu a continuidade das políticas que estavam sendo implementadas, com a defesa de determinados princípios e valores. Você mesma ficou muitos anos à frente do portal; entrou em 2001 e saiu em 2018.

Eu entrei e saí com o professor Abílio como presidente. Sempre brinco com ele que ele foi a minha porta de entrada e a de saída. Em 2018, quando quis fazer o meu pós-doutorado, confesso que já vinha um pouco cansada na coordenação do portal, porque é um programa muito grande, que envolve esse contato com as editoras, e não é fácil. É um jogo pesado, com órgãos de controle e falta de funcionário. Já estava achando que não estava mais fazendo aquilo como deveria ser feito mesmo. Eu quis sair para um pós-doutorado, até para abrir um pouco, me distanciar um pouco mais — porque a gente vai ficando muito monotemática naquilo [em] que está há muitos anos. Eu quis parar, me distanciar um pouco. E aproveitei que o professor Abílio estava na direção.

Você chegou a esperar a saída do Abílio?

Não. Eu fiquei receosa que depois eu não pudesse ir. Então, fui em abril. Ele ficou até dezembro. Eu comecei o meu pós-doutorado em abril, mas ficou a minha substituta na época, a Patrícia de Almeida Silva. Ela ainda ficou um ou dois anos também na coordenação do portal — e já tinha uma equipe grande. E pensar que a gente começou com sete pessoas!

Você está falando do seu pós-doutorado, mas não falou do seu doutorado. Você falou que fez a graduação em administração. Como foi sua opção de fazer o doutorado, em qual área você se especializou?

Você se licenciou? Como foi esse processo para depois ir para o pós-doutorado? Fale um pouco da sua formação.

Eu fiz administração, depois passei um ano na Espanha, onde fiz um curso de informática para administração pública, em Madri, na Universidade de Alcalá de Henares. Depois voltei e, quando comecei a trabalhar na Capes, fui fazer o mestrado na Universidade de Brasília, no CDS, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Então, já trabalhava no portal, quando fui fazer o mestrado. O tema do mestrado também foi o Portal de Periódicos da Capes, estudos sobre a sua evolução e utilização — que originou o livro que a gente fez.² O mestrado foi em 2005, 2006. Quando terminei o mestrado, achei que fosse ter um descanso, porque fazia muito tempo que não estudava. Realmente queria dar um tempo, parar. O professor Jorge organizou um convênio entre a UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul], a Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal do Rio Grande, as três universidades que fizeram um programa de pós-graduação para qualificar os funcionários da Capes em Brasília. Os professores de lá vinham, davam aula para nós, e a gente ficava trabalhando e estudando ao mesmo tempo. Isso aconteceu entre 2009 e 2013, quando fiz o doutorado, e tive o professor Jorge como meu orientador. Então, o nosso tema de estudo foi a evolução da produção científica nacional. Fizemos um foco em como o Portal de Periódicos contribuiu nessa questão da produção científica brasileira e na publicação de artigos de revisão.

Maravilha! Foi uma grande ideia do Jorge fazer isso, foi um doutorado interinstitucional.

É lógico que na época a gente quase enlouqueceu, porque eu não entendia: “Meu Deus, uma hora eu trabalho, outra hora eu estudo!”. Mas nós recebemos muito apoio: primeiro dos funcionários, que viam o nosso desespero e a nossa ansia por estar ali; e depois, obviamente, das chefias que entendiam que a gente tinha os deveres como estudante e também tinha

² ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de; GUIMARÃES, Jorge Almeida. *A pós-graduação e a evolução da produção científica brasileira*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

que trabalhar — e todo mundo em postos de coordenação. Quando acabei o doutorado, em 2014, foi um ano mais tranquilo, tivemos uma série de auditorias, acho que todos os órgãos de governo nessa época tiveram muitas auditorias. Um pouco depois, o professor Jorge saiu, e veio o professor Carlos [Afonso] Nobre, que também é um cientista, que entendia perfeitamente a importância do portal, e deu muito apoio para nós. Mas alguns cortes existiram, porque todos os setores estavam sendo cortados. Então, a gente tinha que se adequar.

Foi um momento difícil também para a economia brasileira, de uma maneira geral. A essa altura, já estamos no governo Dilma [Vana Rousseff], com muitas dificuldades.

Exato. Acho que o sucesso do portal se dá devido à questão do financiamento do programa, do orçamento. Embora a gente tivesse cortes, nunca foram enormes no Portal de Periódicos, pois havia uma compreensão por parte dos gestores que estavam à frente do Ministério e da presidência da Capes da sua importância. Nós nunca sofremos muito, pelo menos no período em que fiquei lá. A gente teve cortes, teve que renegociar, cortar conteúdos, mas nunca foi algo muito significativo.

Então você fez parte de um programa de pós-graduação interinstitucional, que oferecia mestrado e doutorado?

Sim. Era interinstitucional, tanto que o nome é doutorado em educação, ciências, química da vida e saúde. Era a Federal de Santa Maria, a Federal do Rio Grande e a Federal do Rio Grande do Sul. Por que química da vida e saúde? Não sei... Enfim, foi este programa que permitiu. E aí cada aluno ficava numa universidade, ou na Federal de Santa Maria, ou na do Rio Grande do Sul. Eu fiquei na Federal do Rio Grande do Sul. Fui lá algumas vezes. O professor Jorge ia aos finais de semana. Muitas vezes a gente fazia reunião em Porto Alegre, aos sábados de manhã, e ele me colocava com os outros orientandos dele, que eram da Federal do Rio Grande do Sul. E foi muito importante, porque eu saía um pouco do meu ambiente de trabalho aqui da Capes, e ficava mais como aluna mesmo, no meio

dos alunos dele. Foi bem interessante. É um programa que, até onde eu sei, continua funcionando bem, formando os funcionários da Capes. Um programa de qualidade, sabe? Nós publicamos artigos em revistas importantes após a conclusão. Várias pessoas da Capes foram muito bem-sucedidas nesse programa. Foi algo que deu certo, e teve continuidade. A professora Ângela [Maria] Santana [Carvalho] — eu não sei se ela ainda coordena — me disse: “Você vai fazer, Elenara”. E eu disse: “Ângela, mas eu não vou dar conta!”. “Vai dar, eu coordeno.” E eu: “Como eu vou estudar?”. E ela: “Vai, vai”. Ela foi uma pessoa fundamental nesse programa para nós.

Ela era coordenadora do programa pelo lado da Capes?

Ela não chegava a ser coordenadora do programa, mas acho que estava à frente da área de Recursos Humanos. Sei que ela botou para funcionar, trouxe gente. A gente precisava viajar, ela arrumava como a gente viajar, ela botava as coisas para a frente.

Gostaria também que você falasse um pouco da equipe do portal. Como foi a montagem? Quando você chegou, o portal tinha sido recém-criado, mas já tinha uma estrutura bem montada?

A estrutura surge a partir da coordenação da professora Zena. Vieram pessoas que estavam trabalhando com os contratos na época, que eram seis pessoas: três terceirizados, a secretária, o estagiário e a bibliotecária, que eram do quadro da Capes. E eu — que também era funcionária da instituição, desde 1997 — fui para a coordenação do programa. Estas outras pessoas eram mais antigas do que eu na Capes. Então começamos a trabalhar ali no dia a dia mesmo, vendo o que tinha para fazer. E o professor Loureiro tinha paciência com a gente, nos dava apoio. Acho que não existe mais no serviço público uma pessoa com aquele perfil de formar mesmo, como ele formou a mim e as outras pessoas. Ele sempre nos instruindo em como fazer, com leituras, com pessoas para a gente procurar, o pessoal da CBBU, o pessoal de São Paulo, eventos que a gente participava, treinamentos que a gente fazia. Fomos nos qualificando.

Algumas pessoas quiseram permanecer, mas outras não. Essa primeira bibliotecária da equipe inicial acabou se aposentando em seguida e saiu. Outras pessoas, da própria Capes, foram nos procurando para compor a nossa equipe. Só que naquela época alguém só poderia vir trabalhar com você se houvesse troca de funcionários. Só que a gente não tinha o que permutar, porque a equipe era muito pequena. Nisso o professor Loureiro nos ajudava: “Nós vamos conseguir, esse não vai com permuta”. E a equipe aos poucos foi crescendo. Nós fizemos um convênio com a RNP e com isso começamos a contratar um pessoal qualificado para trabalhar conosco, porque tínhamos determinadas demandas e não tínhamos na Capes pessoas que soubessem fazer aquilo. Então, a RNP botava um edital para selecionar pessoas que pudessem desenvolver determinadas atividades — pois era muito o trabalho dos bibliotecários. Por quê? Por exemplo: um título, quando você inclui no portal, ele tem que ser classificado nas áreas do conhecimento. Isso quem faz é bibliotecário. Nós começamos a contratar bibliotecários por meio desse convênio com a RNP, e isso foi nos salvando. Depois, a Capes fez um concurso, acho que em 2008, e nós recebemos um grupo bom com pessoas que trabalhavam com estatística, que começaram a analisar o uso do portal. Entraram dois bibliotecários concursados e a gente tinha ainda os bibliotecários do convênio com a RNP. Então já era um grupo maior. Também ocorreu o concurso que nos trouxe analistas, técnicos de nível superior — entraram quatro pessoas. Eu sei que a equipe começou a tomar corpo.

Vocês chegaram a ter quantos funcionários nessa época?

Quando eu saí, eram em torno de 30 pessoas, fora a equipe da informática, que era chefiada pelo diretor de informática — mas era dedicada só ao Portal de Periódicos.

Na gestão do Jorge Guimarães, a Capes também ampliou muito suas atividades. Houve um crescimento enorme do número de cursos de pós-graduação; e mesmo nas áreas estritamente mais acadêmicas também houve uma expansão muito grande, como a criação das pós-

-graduações para professores da Educação Básica. Como o portal lidou com isso?

No início, houve um pouco de resistência. Eu não vou dizer que não, porque eu não estaria sendo honesta. No início, a gente ficou um pouco perdido mesmo, achando que era muita coisa. Havia dúvidas sobre como íamos trabalhar, e o que o Portal de Periódicos iria apresentar para a formação de professores do Ensino Básico. Então, fomos buscar conteúdo... Havia um receio, e, no início, achávamos que não ia durar muito. Mas foi uma coisa que veio para ficar, pois se mantém até hoje. Houve um ganho de qualidade, acho que a gente até conseguiu colocar alguns conteúdos, atender algumas demandas das áreas, como por exemplo na área de ciências sociais aplicadas, entre outras.

Deve ter havido um aumento grande de demanda, porque, mesmo tirando a área de educação, nas áreas mais tradicionais e nas áreas acadêmicas, foram criados muitos programas de pós-graduação, de mestrado, de doutorado.

Sobretudo de livros. Foi uma época em que a gente adquiriu algumas coleções de livros eletrônicos. Além disso, houve a questão da língua inglesa, que era um fator que dificultava às vezes. Para solucionar, foram feitos acordos para cursos de língua estrangeira, para que as pessoas vencessem a barreira da língua. Mas foi um momento em que a gente se reconectou e buscou os conteúdos que os professores estavam querendo que fossem incluídos. Foi quando as plataformas de ensino online chegaram para a gente.

Isso ficava no portal?

Não, era na diretoria específica. A diretoria encaminhava para a gente alguma sugestão de conteúdo para ser incluído no portal. Foram alguns livros da editora John Wiley & Sons, na época, que foram incluídos. Taylor & Francis também atendeu algumas demandas dessas áreas.

E ao longo desse período que você ficou na coordenação — especialmente na segunda etapa, quando você já tinha feito o seu doutorado

e o programa já estava consolidado —, o que destacaria como uma mudança substantiva?

Acho que nos últimos anos que passei, a partir de 2013, já tínhamos um programa estabelecido, com muitas coisas funcionando. É lógico que questionamentos vão ocorrer sempre, mas já não se perguntava mais se era esse o modelo que nós iríamos seguir. Você pode questionar se os conteúdos eram os melhores, mas já não havia muitas dúvidas sobre o formato dele — isso já tinha sido superado. Da mesma forma que a gente teve uma transformação do modelo impresso para o eletrônico, também surgiram mudanças na forma de fazer os contratos. Antes, era a assinatura do periódico, a compra dele no formato impresso; depois, começa a discussão sobre acesso aberto, acordos transformativos; e agora eu não pago mais na hora de ler o periódico, eu vou financiar na hora que eu publicar o meu artigo. Então há um movimento das próprias editoras de todo o mundo, de abrir seus conteúdos e passar a fazer esses acordos, chamados acordos transformativos, que consideram o volume de conteúdo de autor brasileiro, por exemplo, na Elsevier.

Vou abrir todos os periódicos para o Brasil todo, vou passar a cobrar quantos mil artigos por ano para o brasileiro publicar na Elsevier. Até onde eu fiquei, eles nos procuravam para definir o fim do contrato para adquirir periódico, e fazer a transição para um contrato de publicação de autores brasileiros nas plataformas da Elsevier. E esse conteúdo ficaria aberto para o mundo todo, com cobrança na hora da publicação.

Houve um movimento por acesso aberto na Alemanha. Nós aqui também tivemos muita pressão numa época. A Capes apoiou o acesso aberto. Eu me lembro que o professor Abílio fez um manifesto apoiando o acesso aberto. A questão toda tem que ser avaliada com muito cuidado. Qual o custo disso? Porque o acesso aberto não é de graça. Toda opção que aparece para a gente de acesso aberto, como agora essa de pagar pela publicação, a conta é sempre maior para o lado do produtor do conhecimento, o que a gente não pode perder de vista. É o custo disso para a sociedade. É preciso que as grandes instituições produtoras de conhecimento e os autores, e a população toda tratem de fazer alguma coisa, porque as editoras são mui-

to bem-organizadas, sabem fazer o negócio, têm as melhores pessoas para isso. E a gente — especialmente no serviço público, que tem que cumprir com uma série de exigências — fica um pouco amarrado nisso. Então, é difícil também essa evolução.

Não sei qual é o futuro, como o portal será visto daqui a 10 anos, ou daqui a 25 anos, mas ele tem credibilidade. Sai uma reportagem na *Science*, na *Nature*, no *Journal of Metabolic*,³ e está tudo ali no portal. O que tem de melhor está ali, o portal tem conteúdo de excelência. E todo mundo tem acesso muito rápido, o professor e o aluno. Antigamente, o professor guardava, nem deixava o aluno ler aquilo tudo. Quer dizer, houve uma mudança significativa de cultura, com um ganho imenso para o país. Mas a gente tem que pensar nessa questão de financiamento e essas novidades todas que estão vindo pela frente; será que não vai ficar mais caro para nós? Quer dizer, é um pé para a frente e o outro cuidando, porque a gente sabe como são as editoras com quem a gente negocia. Eu acho que todo mundo que negocia com uma editora sabe exatamente qual o papel e o objetivo delas com a gente.

E como a situação da inteligência artificial vai impactar a própria produção do conhecimento?

Esses dias tomei café com o professor [Renato] Janine [Ribeiro], que também foi nosso ministro da Educação, e a gente estava comentando muito sobre isso. Como serão agora as dissertações de mestrado? Porque vai ser muito fácil fazer, até mesmo os próprios artigos científicos... Você junta daqui, junta dali e faz uma terceira coisa em segundos. Isso assusta um pouco a gente. Acho que vem para ajudar em uma série de coisas, até na própria classificação de títulos do portal, mas tem outras também que a gente fica com um pouco de receio do que vai acontecer.

Por fim, gostaria que a senhora fizesse um balanço da sua experiência na Capes.

³ *Science*, *Nature* e *Journal of Metabolic* são três das mais prestigiadas revistas acadêmicas internacionais do mundo, publicando artigos de diferentes assuntos.

Acho que foi um período de muita satisfação. Sou muito feliz de ter coordenado esse programa. Sou muito feliz com a equipe que tive, desde essas sete pessoas até as 30 e poucas pessoas com quem eu trabalhei. Aprendi demais, tive uma oportunidade única oferecida pelo professor Loureiro, que conheceu meu trabalho, minha capacidade e me convidou para assumir esse posto. Ele fez uma aposta. E apostou em alguma coisa que acabou durando quase 18 anos.

Todos os outros diretores que passaram sempre se deram muito bem comigo. Eu trabalhei com nove ministros da Educação, cinco presidentes da Capes, sendo que um, duas vezes. Nove diretores de programa. Acho que sobrevivi muito bem. Sempre fui muito respeitada e muito apoiada. O professor Jorge, meu orientador do doutorado, sempre confiou e acreditou muito em mim. Todos eles sempre me instruíram muito bem e me desafiaram a participar dos eventos importantes e de enfrentar esse grupo de editores e de buscar apoio na comunidade. Trabalhamos muito com grupos de trabalho, o que nos dava tranquilidade, porque procurávamos fazer com que esses grupos representassem todas as partes do país, e todas as áreas do conhecimento da comunidade acadêmica. Isso nos dava muita tranquilidade para implementar as contratações, e buscar os conteúdos. Poder ficar esses anos à frente do portal foi uma fase muito feliz. Eu só tenho a agradecer. Acabei indo fazer o pós-doutorado em Lisboa e, por uma questão familiar, depois que retornei e cumpri o prazo de permanência na Capes, decidi me aposentar para apoiar minha família em um momento que precisava, no início da pandemia, em 2020.

Sinto muita falta, muita saudade do meu período de Capes, das pessoas, do meu trabalho. Só tenho boas lembranças. Tem também as coisas difíceis, as brigas, é claro, mas o que eu guardo realmente são os momentos bons, os que me fizeram muito feliz dentro da Capes.

Eu acho que os funcionários da Capes são muito dedicados, a equipe é muito coesa. São pessoas realmente que fazem o diferencial lá dentro. É essa imagem que eu guardo para mim. Mas eu sinto saudade. A gente fazia

coisas muito interessantes. Foi muito bacana ter enfrentado o desafio e depois ver que funcionou. Foi muito bom mesmo.

Fico feliz de tê-la ouvido. Foi muito bom o seu depoimento.

Foi um prazer conversar com vocês.

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 12/02/2025

Patrícia de Almeida Silva

Gostaria que você falasse um pouco das suas origens familiares, onde nasceu e como foi sua formação.

Nasci no Rio de Janeiro. Vim para Brasília porque meu pai, que era funcionário da Capes, veio transferido, juntamente com outros funcionários, em 1975. Eu ingressei na Capes em 1988 como servidora pública. Minha formação é em ciências contábeis; fiz uma especialização em direito público e mestrado em políticas públicas. Trabalhei no Portal de Periódicos de 2008 a 2020. Antes disso, tive outras experiências na área de bolsas e na área administrativa.

Como você começou a sua carreira na Capes?

Entrei na Capes por concurso público, que aconteceu em 1986 ou 1987. Aprovada, fui trabalhar na área de bolsas no país. Minha coordenadora era a Ângela [Maria] Santana [Carvalho]. Em 1990, houve um fato que marcou muito a vida dos funcionários, que foi a extinção da Capes, no governo [Fernando] Collor [de Mello]. Houve uma comoção da comunidade acadêmica, que fez com que a Capes ressurgisse. A legislação da Capes, com o Collor, terminou com aqueles contratos de terceirização que existiam no governo federal há anos. E o que aconteceu? O quadro da Capes ficou ainda mais reduzido, e houve uma redistribuição de funcionários, de acordo

com a sua formação. Como eu era da área administrativa, saí da concessão de bolsas, e fui trabalhar na contabilidade. Lá fiquei por uns cinco anos e logo em seguida fui convidada para trabalhar na área de contratos da administração, onde fiquei por mais cinco anos.

Trabalhei com o Portal de Periódicos assim que ele foi criado, porque surgiu a necessidade de fazer contratos diretamente com os editores, já que anteriormente essa aquisição de conteúdos era feita de forma diferente. Nessa época, era feita licitação internacional em que os periódicos físicos eram adquiridos pela Capes, com um acompanhamento do MEC [Ministério da Educação] e de outros órgãos vinculados. Esses periódicos impressos eram distribuídos para todo o país. Porém, houve um momento em que não se conseguiu mais atender à demanda das universidades, porque os periódicos não chegavam, principalmente nas regiões mais distantes, como o Norte e o Nordeste, extremos do país, e muitas vezes, quando chegavam, eram periódicos repetidos e faltando a série das publicações.

Justamente no ano de 2000, quando a internet começou a ser utilizada, a Capes tomou a iniciativa de fazer a contratação direta com os editores. Porém, em vez de contratar o periódico impresso, passou a contratar a versão online, porque assim havia a possibilidade de eles chegarem diretamente à conta ao mesmo tempo e em todo o país. Até então, eram poucas as instituições que acessavam na época, principalmente as mais robustas, como as federais e as estaduais. Quando houve esse processo de inversão, foi necessário fazer contratos internacionais. E aí a minha equipe foi acionada para fazer a intermediação, ficando responsável pela parte burocrática de firmar contratos, fazer a negociação financeira, a publicação, enfim, toda a parte administrativa do processo. Logo, tive algum tipo de participação no portal desde o seu início, mas não imaginava trabalhar lá.

A sua atuação nesses primeiros momentos era sobretudo no apoio à realização dos contratos com as editoras.

Exatamente. Em 2008, saí da área administrativa e a professora Elenara [Chaves Edler de Almeida], que foi a coordenadora-geral por muitos anos, me chamou para continuar trabalhando na gestão dos contratos. Só que,

nesse momento, passei a trabalhar de forma mais próxima com os editores, fazendo contatos com eles com relação a conteúdos, com relação ao número de instituições, intermediando todo o processo, é claro, com a gestão da professora e dos diretores da época. Passamos a trabalhar mais próximos dos editores, não só fazendo a parte logística de contratação, mas também intermediando o que seria contratado e quais as instituições que teriam direito ao acesso.

A partir daí, comecei a tomar mais conhecimento da grandiosidade do portal, de como ele tinha um atendimento ao público em relação aos *feedbacks* que recebíamos dos bibliotecários e da própria comunidade usuária. Trabalhei no portal, na área de contratos, até o ano de 2018, quando a professora Elenara teve a oportunidade de fazer um pós-doc fora do Brasil e me convidou para assumir o portal no lugar dela. Minha participação como coordenadora foi, a princípio, interina, mas, logo em seguida, fui efetivada. Dois anos depois, em 2020, houve a mudança de governo e fui substituída pela atual coordenadora.

Gostaria que você falasse um pouco mais sobre sua experiência com as editoras e a negociação dos contratos, certamente algo muito desafiador. Você estava em uma posição estratégica, tendo de lidar com as grandes editoras internacionais e de promover um processo permanente de negociação. Como era isso?

Era um trabalho muito delicado, porque as editoras tinham perfis diferenciados. Umas tinham interesse em inserir no contrato o maior número possível de instituições por conta da característica do conteúdo, que era multidisciplinar; outras, devido ao preço do acesso e também à especificidade do conteúdo, faziam questão de limitar o acesso àquelas instituições que tinham programas de pós-graduação voltados para aquela área determinada. Então, dependendo da situação, nós tínhamos de fazer negociações para que o valor do acesso do conteúdo fosse abaixado — para que mais instituições pudessem acessar —, ou que fosse abaixado levando em conta o número de acessos que aquelas instituições limitadas faziam daquele conteúdo. Um bom exemplo é a USP [Universidade de São Pau-

lo], que tem um programa na área de física muito desenvolvido tecnologicamente. Logo, é uma usuária assídua do conteúdo. Mas a física é um conteúdo restrito a poucas instituições — pelo menos no período em que eu trabalhava. Então, não tinha como negociar nos termos de “se você aumentar o número de instituições, pode diminuir o valor?”. Tínhamos de negociar a partir do número de acessos que aquelas instituições de grande porte mantinham com relação àquele conteúdo: “Essa instituição acessa tantas vezes mais do que a instituição X no exterior”.

Nós dispúnhamos dessas informações, porque conversávamos com outros locais, porque fomos considerados um consórcio no exterior. Então, falávamos que instituições de grande porte, como a USP, a UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], a Unicamp [Universidade de Campinas], tinham um acesso muito alto àqueles conteúdos, o que justificaria uma queda do custo do acesso. Dessa forma, conseguíamos chegar a um meio-termo para que o valor final do contrato não fosse muito acima daquilo que tínhamos condições de pagar e do que era justo que pagássemos. Muitas vezes o presidente da Capes — na época, o professor Jorge [Almeida Guimarães] — tinha que interceder, fazer reuniões específicas com determinados editores para que eles entendessem qual era o nosso perfil, o volume do público que tínhamos que atender, e lembrar que éramos um país em desenvolvimento e que nossa moeda principal não era o dólar. Nós tínhamos ainda que converter para poder fazer o pagamento daquela despesa.

Era importante trazer o editor para perto de nós, expondo a nossa realidade e o nosso interesse. Muitas vezes conseguíamos, outras vezes não. Eram negociações muito árduas, que levavam meses ou até anos para fecharmos um contrato com determinadas editoras. E muitas delas não eram nem editoras, eram associações, principalmente americanas, que produziam conteúdos para áreas muito específicas e que eram de interesse dos nossos investigadores. Muitos entendiam, concordavam em fazer: tivemos contratos em que fazíamos um primeiro ano com um acesso mais restrito de instituições para provarmos a eles o interesse da Capes ou dos usuários em acessar o conteúdo. De acordo com as estatísticas de acesso,

conseguíamos inserir outras instituições nos anos subsequentes. Então, essas negociações eram bem específicas, de acordo com o conteúdo e de acordo com o editor.

Alguns exemplos de associações são as da área de química, como a American Chemical Society, composta por químicos que se reuniram para publicar periódicos. Essa associação ganhou uma dimensão enorme, com o mundo todo tendo interesse em adquirir seus materiais. No Brasil, temos a Associação Brasileira de Matemática, a Associação Brasileira de Química, a Associação Brasileira de Física, que são um espelho das internacionais e produzem periódicos de alto fator de impacto.

Essas associações brasileiras têm bancos de publicações?

Algumas têm periódicos com alta procura pelos pesquisadores nacionais, mas, dependendo da área de conhecimento, o pesquisador busca publicar em periódicos internacionais, porque eles querem ter seu nome reconhecido e sua publicação indicada. Isso acontece principalmente com os programas nas áreas de saúde, física, química e biologia, que se preocupam em externar suas publicações para que possam trocar conhecimento com pesquisadores de fora do país. A Nature é uma editora que busca reunir várias áreas, e dentro dela, há várias dessas associações. A Elsevier, que é uma editora de grande porte e reconhecida internacionalmente, também reúne no seu bojo, além de produções próprias, produções de várias associações, que, às vezes, por não terem recursos para arcar com todo o custo de publicação de um periódico, buscam leitores de grande porte para que possam publicar de forma contínua seus conteúdos. Para isso, é necessário ter uma estrutura, não só comercial, mas também tecnológica, de modo que seja possível receber e disponibilizar esses materiais.

Na Capes, temos que seguir a regra de licitações e contratos sobre a modalidade de inexigibilidade, o que nos permite comprar diretamente do fornecedor. Então, a base dessa modalidade é que, para que seja feita uma compra, é preciso que haja uma demanda. Não posso fazer nenhum gasto se o público ao qual quero atender não demandou aquele bem ou serviço. No caso do portal, é um serviço. No início do portal, foi usada a seguin-

te estratégia: “O que as instituições adquirem de forma eletrônica? O que pode ser adquirido em forma impressa?”. Dessa maneira, nós já tínhamos uma base a partir da compra que as instituições já faziam, e quando assumimos esse papel, já tínhamos a demanda. Depois que fizemos todas as aquisições eletrônicas do conteúdo que já era assinado pelas instituições, passamos a receber demandas novas.

Quando o acesso passou a ser online?

Quando começamos, nós éramos efetivamente um portal, um “pano de fundo”, onde ficavam as editoras por trás. A porta de acesso era a nossa página, e lá ela buscava qual revista ou editora desejava acessar. A partir dessa pesquisa, entrava diretamente na página da editora. Hoje, o portal oferece algumas funcionalidades que fazem com que a pessoa possa fazer um filtro melhor do que ela quer pesquisar. Se ela busca, por exemplo, por um tema, assunto, ou mesmo pela própria revista ou base de dados, ela tem uma lista dos conteúdos que pode acessar, não só daquela editora, mas também de outras. Desde 2000, o acesso passou a ser online, não por CD-ROM. Porque há revistas que têm publicações semanais, mensais, semestrais ou anuais; se for por CD-ROM, pode haver uma defasagem de informação.

Que volume de contratos você costumava negociar?

Um número bem grande, mais de 100 contratos, que venciam em períodos diferentes. Porém, procurávamos fazer uma negociação de forma única, porque tínhamos mais ou menos um padrão de contratação em termos de quanto tempo iríamos contratar. Os primeiros eram bem diferenciados e depois começamos a tentar padronizar, colocando períodos mais fixos. Passamos a contratar por cinco anos, porque, como é um trabalho muito detalhado, tínhamos cinco anos para poder coletar todos os dados para fazer a contratação dos cinco anos seguintes. Eram muitos contratos.

E como vocês controlavam o volume de acessos?

Os contratos continham uma cláusula que determinava que o editor tinha que passar para nós, mensalmente, o número de acessos feitos. Mas

esse dado não era contado manualmente, era eletrônico. Com o tempo, começamos a desenvolver uma ferramenta própria para que pudéssemos coletar esses acessos diretamente da base do editor. Assim, o acesso era por instituição, não por usuário. A cada mês, tínhamos que coletar o acesso de todos os contratos e todas as instituições. Primeiro, o editor passava por um sistema próprio, administrado por ele, e depois nós desenvolvemos uma ferramenta em que nós mesmos buscávamos esses acessos. Mas era um acesso contado estatisticamente.

Grande parte do seu período na Capes foi durante a gestão do professor Jorge Guimarães. O que você gostaria de destacar em relação à administração dele, especialmente em relação ao Portal de Periódicos?

O professor Jorge era um apaixonado pelo Portal de Periódicos. Lembro que houve uma primeira reunião no início dos anos 2000, quando a área administrativa foi convidada para participar, juntamente com a equipe do portal, para pensarmos em como seria a questão logística do processo. Ele soube que estava tendo a reunião, entrou na sala num determinado momento, e fez um discurso sobre a importância do nosso trabalho para a ciência brasileira que me deixou emocionada. Eu não conhecia muito o portal, porque estava sendo apresentada a ele naquele momento. Ali eu entendi o quanto ele era apaixonado por aquela ferramenta. Anos depois, ele foi convidado para ser presidente da Capes. Vocês podem imaginar o quanto ele investiu no Portal de Periódicos.

Mesmo com todos os problemas que podem ter acontecido, o Portal de Periódicos sempre foi prioridade para o professor Jorge Guimarães. Quando eu entrei, em 2008, ele tinha colocado metas: “Esse ano o portal vai ter que ter tantas bases, e tantos milhões de acessos”. E nós conseguimos chegar à meta que ele nos pediu. Ele sempre teve um olhar diferenciado para o Portal de Periódicos. Foi o período em que o portal mais cresceu. O nosso orçamento era razoavelmente bom no início, porque trabalhávamos com contratos internacionais, em dólares, então precisávamos ter um valor bem robusto para poder arcar com essas despesas. No decorrer do período em que ele esteve à frente da Capes, o nosso orçamento dobrou. O núme-

ro de instituições também aumentou significativamente, ultrapassando a meta que ele tinha estabelecido no início da gestão. Não tenho nada o que falar com relação à atenção que o professor Jorge nos deu no decorrer da gestão dele à frente da Capes.

Como funcionava o processo de divulgação, quando vocês adquiriam uma nova base ou publicação? Vocês tinham algum suporte para ajudar os pesquisadores a acessar esse material?

Nós tínhamos uma equipe que trabalhava especificamente com divulgação, que lançava, na própria página do portal, notícias relativas a conteúdos novos, que eram muito procurados pelos pesquisadores. De acordo com o incentivo da Capes em relação a determinadas áreas, nós fazíamos programas de demonstração de quais bases poderiam atender àqueles conteúdos, àqueles programas de pós-graduação. Fora isso, fazíamos treinamentos mensais de como acessar as bases de dados, o Portal de Periódicos. Além da nossa equipe, convidávamos editores para que eles divulgassem detalhes das bases: como acessar, como fazer uso do conteúdo e como publicar. Eram treinamentos programados mensalmente, mas que ocorriam durante todo o mês. Tínhamos uma equipe que viajava semanalmente para poder atender a todas as regiões do país.

De fato, o acesso às bases de dados não é algo trivial.

Hoje existe outra funcionalidade, porque o número de servidores não é muito grande para poder arcar com tantas viagens presenciais. Há treinamentos online todos os dias, de todas as bases do conhecimento que estão disponíveis no portal. Na área de divulgação, há um cronograma que disponibiliza os treinamentos e seus horários — matutino, vespertino e também noturno. O usuário pode escolher — nós temos bolsistas no exterior que têm o problema de fuso horário, então, muitas vezes, eles perdiam os treinamentos porque não estavam no horário correspondente ao do Brasil. Além de ter o treinamento gravado daquela editora específica, há os treinamentos online, que ocorrem nos três períodos do dia. Houve uma exceção para o treinamento online também.

Durante a sua gestão, manteve-se a tendência de priorizar as áreas médicas? Você acha que ainda é assim?

Elas foram prioritárias no início do portal. Por quê? Foram os primeiros a serem transformados na versão eletrônica, eram revistas mais antigas, com um conteúdo bem vasto. Então, na medida do possível, acredito que o conteúdo de saúde foi mantido, principalmente por conta de pequenas associações que têm conteúdos específicos da área de medicina cardíaca, da cirúrgica, entre outras. E para cada uma dessas áreas, geralmente, existe um periódico específico. Existem muitas bases da área de saúde, porque a demanda é muito intensa. Hoje em dia, está mais diversificado. Não existe somente a área de saúde nem ela representa a grande maioria; há demanda para todas as áreas de conhecimento. Depende muito da demanda do usuário.

Houve um momento em que as áreas das engenharias foram o foco do portal, porque houve uma demanda criada pelo próprio incentivo da Capes em promover os programas de pós-graduação nas áreas de engenharias. Logo, houve um aumento na aquisição de conteúdos dessas áreas. Mas, no geral, há conteúdo de todas as áreas de conhecimento. E, também, o volume de bases não é o mais importante, e sim a qualidade da base. Você pode ter uma base em uma determinada área, mas que seja a base mais procurada e mais importante para aquela área, para aquele grupo de pesquisadores. Nós consideramos que o mais importante é prezar pela qualidade, não só pela quantidade de conteúdos, porque muitos deles não são possíveis de continuar por conta ou do custo, ou por não serem da atenção de uma determinada editora. Dessa forma, ela não consegue garantir a manutenção daquele conteúdo. Existe mais esse detalhe que nós temos que negociar continuamente com o editor; se determinada base sai daquele editor, a Capes tem que correr atrás para ver para onde ela foi, para que, além da importância da procura, ela continue disponível no portal.

Quando você saiu desse cargo, continuou ainda na Capes?

Fui trabalhar na área de avaliação. Estava no final da minha carreira, prestes a me aposentar, num cargo comissionado, a princípio como interina, e

o presidente, na época, optou por convidar a professora Andreia para ficar no meu lugar. Achei por bem deixar o espaço aberto para que ela pudesse trabalhar e gerir sem nenhum tipo de interferência. Acabou que foi muito bom, porque o meu mestrado foi uma junção das duas coisas. Peguei o Portal de Periódicos como referência e as planilhas que são alimentadas na Plataforma Sucupira para ter como referência o que era publicado pela comunidade acadêmica. E, do que era publicado, em que revistas eram publicadas, o que estava no Portal de Periódicos. Fiz um cruzamento do uso acadêmico do material que estava no portal. Não deu para fazer de todos os programas, porque era um número muito grande para um mestrado e eu não teria condições de concluir. Então, peguei os cursos seis e sete, que são os de excelência, e cruzei as publicações desses cientistas com onde estava publicado e verificava se esses periódicos estavam no portal. Foi um trabalho bem árduo, mas que deu um *feedback* muito legal, eu gostei — e acabou me dando essa oportunidade. Às vezes, as coisas acontecem para o nosso bem. Acabei juntando a experiência do portal e a avaliação. E me aposentei em maio de 2024.

E como era a equipe da Capes nesse momento em que você estava na direção do portal?

Era uma equipe superempenhada, impressionante. Eram cinco ou seis funcionários; os outros eram prestadores de serviço. Por isso, tinham que trabalhar por dois, três, porque o trabalho era constante. Tive a oportunidade de tentar melhorar alguns processos, porque, como sou da área de gestão, queria trabalhar um pouco na área de processos, de como formar o contrato etc. Então, se a base da contratação é a demanda, vamos trabalhar bem na construção da demanda. Os bibliotecários tiveram que fazer uma nota técnica mais qualificada para poder identificar melhor o conteúdo que seria contratado, e abrimos um *link* para que as bibliotecas, o usuário em geral, fizessem a demanda do conteúdo para que a gente tivesse isso catalogado, registrado em processo. Foi um trabalho difícil, porque nós tínhamos poucas pessoas — mas de excelente qualidade técnica — para o volume de contratos que tínhamos que fazer.

Conseguimos fazer uma parte, mas acho que não conseguimos dar continuidade. Não sei se a Andreia conseguiu, porque houve uma redução significativa no número de funcionários desde que saí de lá, por motivos variados — ou passaram em outros concursos, ou tiveram outras prioridades e precisaram sair. Para você ter uma ideia, alguns treinamentos aconteciam dentro da Capes. Quando conseguíamos chamar pessoas de fora para fazerem treinamento lá, todos, nos intervalos, queriam conhecer a equipe do portal. Quando chegavam, era um salão bem grande: “Essa é a equipe? Cadê o resto?”. “Não, essa é toda a equipe. Não tem mais gente, somos nós.” As pessoas ficavam surpresas.

E como você vê essa discussão sobre o acesso aberto? Como ela pode impactar o portal?

Sou totalmente a favor do acesso aberto. A gente, negociando, viajando e conhecendo outros consórcios, vê que os editores inverteram o processo, passaram a ter domínio sobre o conteúdo que você quer acessar. Com base nisso, eles ditam as normas. Isso é um agravante para um país em desenvolvimento, com recursos restritos e trabalhando em moeda diferente do dólar. Tudo trabalha contra a nossa natureza, mas, pela pesquisa que fiz, existem pesquisadores com vários perfis — os da área de saúde, exatas, por exemplo — que, apesar de existirem periódicos e conteúdos nacionais ou com bases em acesso aberto, preferem e optam por publicar em revistas de acesso fechado. Por quê? Por causa do fator de impacto, das citações, de ter reconhecimento, de criar vínculos com autores internacionais. Ou seja, existe um arcabouço de justificativas que faz com que esses cientistas continuem procurando revistas internacionais. Mas existem cientistas, principalmente da nossa área, a de humanidades, que querem publicar e o público-alvo dele está aqui no Brasil mesmo. Então, procuram revistas nacionais e com baixo custo, mesmo que sejam de acesso fechado, de acordo com o perfil que até mesmo a própria instituição recomenda para a publicação — e esse fator pesa bastante. Para que haja um reconhecimento interno daquele cientista, ele tem que seguir a regra da instituição.

Assim, o acesso aberto é totalmente possível de conviver com o acesso fechado, só temos que dar uma prioridade de acordo com a nossa necessidade e com o público que precisamos atingir. Não posso fechar os olhos para um público que tem um perfil de internacionalização, quando ainda tenho um número representativo de acesso a essas revistas internacionais. Não posso fechar os olhos para o acesso nacional e para o acesso aberto, sabendo que eu tenho um público que, na minha pesquisa, está crescendo. Ainda é um público menor, em termos numéricos, pelo menos para os programas seis e sete, mas está bem próximo do público que escolhe o acesso fechado.

O que eu tenho ouvido do portal, é que estão procurando alternativas para acompanhar a questão do acesso aberto. Eu não sei em detalhes, porque saí de lá há cinco anos. Mas também tem alternativas. Você pode até mandar para uma revista internacional, mas tem políticas que você consegue ter a sua versão que já pode divulgar entre seus pares, e tem a sua versão que você pode depositar no repositório da sua instituição. Isso tudo é uma forma de acesso aberto. E há ainda as editoras que permitem que, depois de um determinado tempo, aquele conteúdo específico seja disponibilizado totalmente em acesso aberto. Então, a Capes está trabalhando em todos esses campos para tentar chegar na melhor forma possível de reduzir os custos e permitir o acesso aberto a seus usuários e pesquisadores. Eu sou a favor, e acho que a Capes está seguindo nesse caminho também. A gente está aprendendo junto com outros consórcios. Acredito que o caminho é traçarmos nossa linha de trabalho, não seguir especificamente o que um editor está traçando e dizendo que é acesso aberto, que é essa versão *golden*, que você paga para que o conteúdo saia em acesso aberto — ou seja, você está só mudando o formato, mas continua pagando para o editor. Temos que trabalhar de forma que a gente tenha condições de acessar, pague um preço justo, mas também não seja explorado por essas editoras, porque é uma relação muito desigual.

Existem vários consórcios internacionais que já acharam a fórmula de como trabalhar. Nós montamos o nosso repositório. Existe uma associação francesa que trabalha na área de física, que tem os seus próprios arti-

gos em formato de periódico, num acesso aberto. Eles pagam para que a editora que recebeu aquele artigo não cobre de um terceiro. Por exemplo, os Estados Unidos pegaram um artigo importantíssimo na área de física no periódico X, que é da Editora Elsevier. Então, falam para ela: “Nós pagamos para que esse periódico já nasça em acesso aberto. Você não vai cobrar valor algum do Brasil, México, Argentina, Canadá ou qualquer outro país para que ele acesse esse periódico”. Ele nasce em acesso aberto e não é cobrado em forma alguma a outros países. Isso aconteceu várias vezes no decorrer de nossas negociações, em que nós contratamos determinado periódico e tinha um artigo com essa questão dentro desse periódico. O que acontecia? Na hora de fechar o contrato, a editora devolvia o valor relativo ao custo daquele artigo. Foi uma alternativa que essa associação encontrou. O Brasil vai ter que encontrar a sua forma, mesmo que demore, e tem que ser favorável para o país e não para A ou B, já que os grandes grupos estrangeiros também se beneficiam muito com o material.

E você tem ideia do número de instituições e usuários do portal?

No trabalho que fiz em 2020 eram em torno de 459 mil usuários, talvez mais do que isso. Em 2019, foram 174 milhões de acessos. E, em termos de treinamento, nesse mesmo ano, foram 8.483 usuários capacitados. Os números são muito volumosos, muito representativos. Eram mais de 400 instituições que participavam na época. Nos dias de hoje, não sei. Isso é um retrato que tirei do próprio Portal de Periódicos.

O seu período na Capes foi atravessado por diferentes governos federais, certo? Como era lidar com possíveis cortes no orçamento?

Durante todo o período que estive no portal, a cada governo que entrava surgia um boato de que haveria corte no orçamento. A Capes já tinha até uma estrutura própria de técnicos para conversar com a equipe de assessores do ministro da ocasião, para demonstrar a importância do portal, qual era a natureza dos seus contratos e a forma de negociação. E todas as vezes, em todos os momentos em que estive lá até 2019 — com exceção do último governo, quando houve contingenciamento no orçamento,

e aí foi uma coisa bem séria —, tivemos nosso orçamento mantido e até aumentado de acordo com o número de contratos que precisariam arcar com as despesas.

No primeiro ano do governo [Jair Messias] Bolsonaro, começamos uma nova forma de trabalhar o orçamento, porque antes pagávamos com antecedência com receio de haver algum aumento do dólar e perdemos, em termos de reais, os nossos recursos. Então, pagávamos com o valor baixo da moeda para que pudéssemos ficar tranquilos no decorrer do ano. Nesse governo, tivemos que pagar à medida que os empenhos eram feitos, e mesmo assim o orçamento era limitado por mês. Tivemos de mudar a forma de trabalhar. E houve um momento em que foi feita uma renegociação dos valores dos contratos.

O período do Bolsonaro foi de muita instabilidade, porque os ministros da Educação eram pessoas totalmente fora do mundo acadêmico, da mesma forma que as pessoas que eles chamavam para dirigir a Capes. Deve ter sido muito aflitivo e preocupante, porque era um tipo de visão que questionava os investimentos num portal de periódicos.

A própria academia já não defendia com tanta vontade o orçamento que era disponibilizado para o portal. Então, o que nós tínhamos antes a nosso favor — toda a comunidade acadêmica — também já estava se dividindo. Quem não apoiava, argumentava que, em vez de investir em assinaturas, deveria haver uma distribuição para que eles pudessem receber recursos para pagar pela publicação do artigo.

Por exemplo, na versão *golden*, o pesquisador paga para a editora para que o acesso do seu artigo seja totalmente aberto. Então, é uma versão distorcida do acesso aberto. O pesquisador paga para que todo mundo tenha acesso àquele conteúdo gratuitamente assim que ele é publicado. Na *green*, você paga para que, em determinado período depois da publicação, ele seja transformado em acesso aberto. E tem outras cores dessas ofertas dos editores que vão permitindo ou restringindo determinadas coisas. Mas a grande procura dos pesquisadores é pela versão *golden*. E, ao mesmo tem-

po, eles reclamavam, porque o problema é que nem todos os pesquisadores tinham recursos ou tinham alguma instituição financiadora daquele recurso para que eles pudessem pagar. A reclamação do pesquisador era justamente essa: por que pagar pelo acesso fechado? Por que não criar um programa ou algum tipo de financiamento para que eu possa receber o recurso para eu pagar pela versão *golden*? Ele tinha que tirar muitas vezes do bolso para pagar para que o artigo nascesse em acesso aberto.

Independentemente de ser acesso aberto ou não, muitos pesquisadores ainda pagam para publicar seu artigo em revistas como a *Nature* e várias outras. Mesmo que seja acesso fechado, isso não importa. Exatamente. E esse processo tem várias etapas. O pesquisador, para submeter o artigo a uma editora, às vezes tem que fazer um pagamento, que é uma taxa de acordo com a editora ou de acordo com o volume de informação que existe naquele artigo, ilustrações etc. Então, ele paga. A editora aprovou essa publicação, ele tem a opção de deixar o acesso totalmente fechado — aí é por conta da editora, ele só vai ter acesso àquele conteúdo se a instituição ou a Capes disponibilizar acesso àquela revista. O pesquisador tem um *print*, mas não pode divulgar, por conta de contrato de sigilo. Ou, então, paga para submeter uma dessas versões de acesso aberto, ou pode pagar duas vezes por isso, para submeter e, sendo aprovado, para publicar em acesso aberto, se optar por essa alternativa.

E depois a Capes compra o acesso desse material. Na verdade, essas editoras se beneficiam de várias maneiras: na hora que publica, a pessoa paga para ter o seu artigo avaliado e, se for aprovado, ser publicado; e para ser publicado em acesso aberto, depois as instituições, tipo Capes e outras, contratam essas bases de dados ou esses periódicos para disponibilizar para o seu público.

Sim, existe esse risco. Se o conteúdo for em acesso fechado, e o pesquisador usou recurso público para pagar pela submissão, depois a Capes, como um órgão público, paga pela visualização daquele artigo. Ou seja, são dois pagamentos.

Essa situação não permitiu uma maior flexibilização por parte das editoras e das instituições possuidoras do controle desses materiais?

Na época em que trabalhei lá, não tínhamos acesso a ferramentas que pudessem fazer esse tipo de análise. A nossa estatística ia até a instituição, não chegava ao usuário. Eu não tinha como chegar ao usuário dentro do Portal de Periódicos e saber o que e onde ele publicou. Onde eu tenho isso? Na Plataforma Sucupira, que pode me dizer se o conteúdo foi em acesso aberto ou fechado, e qual editora publicou aquele conteúdo. O problema, no período que analisei (até o ano de 2020), é que a Plataforma Sucupira tinha muita informação poluída, incompleta, ou incorreta — ou não tinha nenhuma. Eles tinham que preencher campos. Geralmente, são os técnicos da instituição — não é o próprio pesquisador — que colocavam qual era a instituição, a editora onde publicou, para poder passar para a linha de interesse dele. Na minha pesquisa, eu ia eliminando aquelas informações incompletas. Ou seja, os dados que eu trouxe poderiam estar muito mais próximos da realidade se as informações na Plataforma Sucupira estivessem preenchidas de forma correta. Essa foi uma crítica que fiz.

Além disso, também não identifiquei — não sei se há hoje — uma comunicação direta entre a plataforma do portal e a Plataforma Sucupira, para que pudesse buscar dados dos usuários diretamente dali. A gente poderia chegar, quem sabe, no acesso por usuário, dependendo do nível de informação. Eu sei que se for colocar isso em uma apresentação, os coordenadores de programa vão me jogar tomate, porque é muito trabalhoso preencher a plataforma. Mas é uma fonte de informação que a Capes tem e que não está podendo ser bem utilizada hoje. Quando eu saí, a Diretoria de Avaliação estava elaborando uma plataforma paralela, que deve ser colocada em prática daqui a alguns anos e que traz detalhes que o próprio pesquisador vai poder inserir ali. Espero sinceramente que dê certo, porque pesquisas como essas vão poder ter um *feedback* mais próximo da realidade. Afinal, o próprio pesquisador vai ter interesse em informar, por exemplo, se a fonte de pagamento dessa submissão do artigo foi própria, da instituição de origem ou de outro órgão de fomento. Imagino o que poderíamos fazer se essa informação existisse! Se foi o CNPq [Conselho Na-

cional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], um órgão público, que pagou pela submissão, mediante uma bolsa-pesquisador, aí a gente abate do valor do contrato aquelas despesas que foram pagas preventivamente pelo pesquisador. Essa é uma possibilidade de reduzir custos.

Acredito que, com essas novas iniciativas da inteligência artificial, talvez um sistema de busca mais eficaz possa trazer benefícios.

Concordo. A gente precisa disso, porque é uma forma da Capes poder se programar e criar alguma alternativa de auxílio ao pesquisador para que ele possa publicar naquela editora que trabalha com acesso aberto, tipo o *golden*. Ele quer publicar ali, não vamos cercear a condução do trabalho do pesquisador, mas vamos ter uma fonte de recurso para poder subsidiar isso. Hoje não existe, a não ser que ele tire o recurso de sua bolsa, ou de outras fontes que ele recebe das instituições de fomento, mas que vai fazer falta para um outro tipo de despesa que ele vá ter no futuro. Porém, esse é um ponto que o coordenador de projeto ainda tem que administrar hoje. Eu queria agradecer muito pela oportunidade, pois nunca participei de um momento como esse; fui coordenadora por dois anos, mas a minha grande bagagem vem desde 2008. A Elenara sempre foi muito democrática, vamos dizer assim. Ela sempre fez com que nós tomássemos conhecimento de tudo o que acontecia e ouvia muito nossa opinião — a minha com contratos, os bibliotecários e outros técnicos de acordo com a sua área. Nunca tive a chance de falar para uma instituição ou para uma colega de outra área o que nós vivenciamos. Nosso contato era mais com bibliotecários. Se você for conversar com uma bibliotecária da FGV, talvez ela não me conheça pelo nome, mas, de alguma forma, eu tive contato com ela.

Muito obrigada pelo depoimento, professora.

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 21/02/2025

Andrea Carvalho Vieira

Gostaria de iniciar nossa conversa com você falando um pouco das suas origens familiares, onde nasceu e sua formação escolar.

Eu brinco que sou, na verdade, uma música de Chico Buarque: sou carioca, mas filha de pernambucana com cearense, e meu irmão é baiano. Morei no Rio de Janeiro até os 18 anos, e meu pai recebeu um convite para ir para Natal. Fomos para lá, mas eu já tinha iniciado em 1995 o curso de economia na PUC-Rio [Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro], então fui transferida para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Me formei, mudei para Recife, onde morei por sete anos. Lá, comecei a trabalhar na iniciativa privada. Eu sempre tive, desde nova, um espírito muito empreendedor. Acabei abrindo uma escola de inglês em Recife e tive também uma empresa de intercâmbio.

No início de 2008, fiz o concurso da Capes, e consegui passar. Entrei na Capes em novembro de 2008. Com a minha experiência com o inglês e com o intercâmbio, acabei ficando no setor de bolsas no exterior. Ali era o meu dia a dia. Fiquei por muitos anos cuidando das bolsas no exterior. Depois, comecei a cuidar do Ciência sem Fronteiras. Em 2012, assumi minha primeira coordenação na Capes, no âmbito desse programa. Em 2018, comecei na coordenação geral da cooperação no exterior. Só que, em 2017,

a Elenara [Chaves Edler de Almeida] havia me convidado para participar de um grupo de trabalho do portal.

O Portal de Periódicos tem uma característica que é segregar algumas atividades. Uma das recomendações que a CGU [Controladoria-Geral da União] havia dado para a Capes em 2017 era de que eles tivessem grupos de trabalho com servidores de outras diretorias, até mesmo para ter essas outras visões. A Elenara me convidou para esse grupo de trabalho, que fazia avaliação dos conteúdos contratados, tanto das coleções de revistas, de periódicos, quanto das bases. Nesse momento, eu era coordenadora das bolsas no exterior. Em 2018, comecei na coordenação geral da cooperação internacional, mas ainda liderando, como secretária executiva, esse grupo de trabalho, que era formado por bibliotecários das universidades, portanto, gente de fora da Capes. De dentro, só havia eu e o diretor de tecnologia da TI. Fomos fazendo todo o processo de avaliação de conteúdo, definindo métricas para que o processo ficasse mais auditável. Foi muita aprendizagem, porque eu não conhecia nada do portal, não conhecia esses detalhes de informações bibliométricas e de cientometria,¹ essas métricas para avaliar pesquisadores.

A cientometria era para avaliar os pesquisadores ou os acessos ao portal?

Para avaliar o conteúdo, as coleções. Para as revistas foi até muito fácil, porque temos muitas métricas. A gente podia usar o fator de impacto, o quartil,² então a gente tinha métricas que poderiam tornar essa avaliação muito objetiva. O nosso grande desafio foi quando chegou a parte das bases. Como avalio uma base? Foi um sofrimento coletivo. Entregamos o documento final, mas a avaliação de base era algo bem complexo. Usamos esse documento até hoje, porque ficou muito completo, tem todos os itens que nós deveríamos verificar se a base oferecia, para poder analisar. É realmente complexo, porque com base você não vai ter um indicador.

¹ Cientometria é definida como o estudo da mensuração e quantificação do progresso científico, estando a pesquisa baseada em indicadores bibliométricos.

² Um quartil é um valor que divide um conjunto de dados ordenados em quatro partes iguais.

Eu dirijo um sistema de biblioteca da FGV [Fundação Getúlio Vargas]. E esse é um grande problema também, porque a FGV, além de ser usuária do Portal de Periódicos da Capes, também contrata muitas bases que atendem especificamente às demandas dos programas de pós-graduação da Capes. Muita coisa de matemática, gestão, economia, que são demandas específicas dos cursos da FGV. O grande desafio é saber se está valendo a pena renovar essas bases. Será que elas estão sendo usadas da melhor maneira possível? Porque é muito caro. Tudo é feito na base do dólar.

Sim. Por exemplo, nós assinávamos a base da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], quem mais usava era a FGV. Você vê como é interessante: tem matérias que são ainda mais de nicho, mas não temos orçamento. A gente quer assinar, mas é tão específico que às vezes não tem orçamento para a gente alcançar. Por causa desse grupo de trabalho, acabei me aproximando do portal. Passei um tempo muito curto no MEC [Ministério da Educação], porque tivemos muitas mudanças na Capes.

Gostaria que você falasse um pouco também dessa conjuntura, que foi depois de mais de 10 anos da gestão do Jorge [Almeida] Guimarães, da coordenação geral da Elenara, e de um contexto muito favorável. Depois, temos o governo [Michel Miguel Elias] Temer [Lulia], se mantém uma posição boa com a volta do professor Abílio [Baeta Neves], uma pessoa que já tinha experiência, afinal, foi o criador do portal. De qualquer maneira, é um momento muito diferente, principalmente depois da saída dele. Como foi isso para você e para o portal?

Foi muito difícil para a Capes. Acho que para vários setores foi muito complexo, após a saída do professor Abílio, porque em quatro anos tivemos quatro presidentes. Veio o professor Anderson [Ribeiro Correia] em 2019. No ano seguinte, ele saiu e voltou para o ITA. Aí recebemos o professor Benedito [Guimarães Aguiar Neto]. Ele também ficou um ano e pouco, e aí veio a professora Cláudia [Mansani Queda de Toledo]. Então, tivemos, em

quatro anos, do Abílio à professora Cláudia, quatro gestões diferentes. A professora Cláudia saiu no início do governo Lula. Depois, veio a professora Mercedes [Maria da Cunha Bustamante], ficou um ano, e, mais recentemente, a professora Denise [Pires de Carvalho]. Foram muitas trocas num curto espaço de tempo.

Surgiu, então, uma oportunidade no Ministério da Educação, na Secretaria de Educação Básica, e eu fui. Eu estava à frente da Diretoria de Formação de Professores. Era uma experiência nova e foi muito complexo, porque fui para lá exatamente no início da pandemia. Estava uma coisa caótica.

Agendei uma reunião com o professor Benedito e ele me disse que queria que eu ficasse na Capes, e assumisse o Portal de Periódicos. Pedi um tempo para pensar. Como tinha experiência do grupo de trabalho, analisei muito, e acabei aceitando: “Vou ficar na minha casa, que é a Capes”.

Você já conhecia as pessoas.

Eu assumi um superdesafio. Por quê? Cheguei no portal no final de maio, mas só fui nomeada no final de junho. Fiquei um mês aguardando a nomeação, mas já trabalhando. Saí da Capes em março e voltei em maio de 2020, foi muito pouco tempo. Acho que foi muito importante; se eu não tivesse saído, talvez não estivesse no portal.

Durante a gestão do Bolsonaro, um dos ministérios mais problemáticos foi o da Educação, pelas trocas sucessivas de ministros, pessoas muito alheias ao que era o MEC, um ministério enorme com desafios imensos, ainda mais no contexto da pandemia. Imagino que para todos os funcionários o fato de a Capes ter tido quatro presidentes num período de tempo tão curto foi muito problemático.

Exatamente. Cheguei no portal com toda a equipe trabalhando de forma remota. Conhecia uma parte das pessoas por conta do grupo de trabalho, mas a maior parte não conhecia. Foi um conhecimento no Teams,³ com

³ Trata-se da plataforma de comunicação e colaboração Microsoft Teams, que reúne conversas, conteúdo e aplicativos em um único lugar.

todas as dificuldades com as ferramentas que não estávamos habituados. O portal começa em 2000, quando já se falava na comunidade mundial sobre o acesso aberto, com todas aquelas declarações de Berlim, de Bethesda... Mas estávamos ainda num momento só de assinatura e disponibilização de conteúdo. Tudo era contratado, tanto os periódicos quanto as bases. Na verdade, começou bem antes, com a crise de 1970, quando se começou a falar dos Big Deals, e surgiu o Archive.

A tese da Elenara, orientada pelo professor Jorge Guimarães, é fantástica, porque mostra o benefício que o portal trouxe para a produção científica do Brasil. Óbvio que não foi uma iniciativa única, porque ela veio com outras políticas de expansão da pós-graduação e de concessão de bolsas. Em 2017, a gente assinou o movimento OA2020 da Max Planck, ainda na época do professor Abílio, que era um movimento — a gente até brinca, o 20 já ficou para trás, vamos ter que mudar esse nome — cujo compromisso era deixar abertas todas as publicações até 2020. O que saísse de novo teria de estar aberto; 100% não vai ter, mas países como Holanda e Alemanha, por exemplo, têm conseguido chegar à quase totalidade dos artigos publicados em acesso aberto. Só que isso custa dinheiro.

Como isso está acontecendo?

Eles ficaram anos sem assinar. A Max Planck encabeçou esse movimento, e os países foram aderindo. Nós assinamos em 2017. Mas, de fato, o único movimento que a gente tinha de acesso aberto efetivo no Brasil era o SciELO. O Brasil foi muito inovador. Tem todo um contexto de São Paulo: a Bireme, a Opas [Organização Pan-Americana da Saúde], o apoio da Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo]. Então, você tem ali uma área de saúde.⁴ O SciELO ficou como a grande infraestrutura de acesso aberto do Brasil. Existem muitos questionamentos da

⁴ Bireme, SciELO e Opas são entidades com papéis distintos, mas interligados, na promoção da saúde e do acesso à informação em saúde na América Latina e Caribe. A Bireme (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde) é um centro especializado da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), que visa democratizar o acesso à informação em saúde, enquanto a SciELO (Scientific Electronic Library Online) é uma plataforma que publica e hospeda revistas científicas em saúde.

comunidade com relação ao acesso aberto, na perspectiva de exclusão dos pesquisadores. Por quê? Quando eu assino a revista, todo mundo está lendo, eu submeto o meu artigo, ele é aceito, todo mundo no Brasil está lendo. Mas só vai ler quem estiver assinando. E quem assina as revistas? As instituições. Quando você passa para o pagamento da taxa de processamento de artigo, onde o autor tem que pagar — mesmo que seja o autor com a instituição —; se esse autor, a instituição, não tem recurso, vai ficar excluído, e não vai publicar naquela revista. Ou ele vai se virar, tirar do bolso e pagar. E são valores altíssimos. Na verdade, o que a gente vem buscando é fazer com que as publicações estejam em acesso aberto, com licenças, que são as Creative Commons, onde os autores mantêm os direitos autorais sobre os artigos deles. Isso é outra coisa que também tenho falado muito, mas que fica um pouco apagado. Quando publico numa revista que é subscrição, entrego os direitos autorais para essa revista. Então o artigo não é mais meu. Ele pertence à revista, porque a revista vai comercializar. Quando eu faço uma licença CC BY,⁵ o direito é meu. As pessoas podem fazer o que quiserem com aquele artigo, desde que citem a fonte.

Havia uma iniciativa, que não estava no âmbito do portal da Diretoria de Programas e Bolsas, de passar um recurso para o SciELO. Quando cheguei ao portal, recebi esse processo, que dizia que o SciELO tinha que ficar junto do Portal de Periódicos. Houve resistência, porque a gente assinava revista. Falei: “Trabalhamos com comunicação científica. Seja por meio de assinatura, seja também a questão do fomento a essa infraestrutura no Brasil”. E a gente começou a trabalhar nesse sentido. Nosso início no portal foi bem difícil, por causa da pandemia. O primeiro grande problema que tivemos foi a grande desvalorização do real frente ao dólar, que chegou a 30%. Quando eu cheguei, já tinha um problema sendo trabalhado pela Capes, que era a renegociação dos contratos — 30% a mais era difícil para a Capes. Não tinha como.

⁵ CC BY é uma licença Creative Commons que permite que outros usem, copiem, distribuam e adaptem a sua obra, mesmo para fins comerciais, desde que você seja devidamente creditado à criação original.

Com a auditoria da CGU, de 2015 a 2017, uma das recomendações foi segregar as atividades, porque até 2017 o próprio Portal de Periódicos fazia o processo todo de contratação: análise do conteúdo, contratação e pagamento. Por conta disso, a diretoria de gestão ficou com a parte negocial e a nossa coordenação geral, dentro da diretoria de programas e bolsas, ficou com toda parte técnica. Na análise técnica, a gente dizia: “A gente quer assinar esse conteúdo. Manda tudo para a diretoria de gestão, eles fazem a negociação e depois fazemos o acompanhamento do contrato assinado”.

A negociação com as editoras estrangeiras não fica dentro do portal?

Não fica, por conta dessa segregação de funções desde 2017. Eu cheguei já com essa nova configuração. A diretoria de gestão, junto com a DPB, já estava nesse processo e tinha conversado com a metade dos editores. Participei da outra metade. As reuniões foram muito difíceis; só um editor, que tinha acabado de assinar o contrato com a gente, não aceitou fazer nenhum tipo de redução. Todos os outros dividiram, vamos dizer assim, o prejuízo da desvalorização com a Capes.

Quem não é acadêmico, não é cientista, não entende. Meu Deus, gastar 100 milhões de dólares com revista, que maluquice! Em 2021, fizemos um esforço de olhar detalhadamente os conteúdos para ver o que era utilizado e o que não era. Fomos extremamente conservadores, olhando conteúdo que tinha zero acesso. Não era nenhum. Se tivesse um acesso, a gente ia manter. Por que a gente quis fazer esse esforço? Porque ainda havia desvalorização — e em reais, porque o nosso orçamento é em real. A gente faz a simulação em dólar, só que de um ano para o outro ele aumenta. Então a gente está sempre em defasagem, que sempre se manteve. Então, fazemos esse levantamento, e foi o que nos salvou em 2021.

Em 2020, a gente ficou naquele processo de negociar para equilibrar o orçamento da desvalorização. Em 2021, ainda com a desvalorização, fizemos esse trabalho e demos um retorno para as editoras, querendo tirar conteúdo.

Com quantas editoras vocês estavam negociando?

Na época, tínhamos uns 92 contratos ativos. O nosso grande contrato é a Elsevier. No mundo todo, eles sempre figuram como o maior contrato.

Eles acabaram entendendo, porque explicamos que, para um órgão de controle, isso não fazia o menor sentido. Eu sei que foram 10 milhões de dólares que a gente conseguiu negociar de todos os contratos. Esse ajuste que fizemos nos ajudou a pagar as contas de 2021 e 2022. Conseguimos cumprir tudo que precisava. Os editores começaram a ficar mais engajados no processo, porque entenderam que as instituições tinham que ter ciência e também ser treinadas. Você precisa trabalhar: se você não dá visibilidade àquele conteúdo, ninguém vai acessar. Só se por acaso o professor fez uma pesquisa que tem um artigo ali dentro.

Como vocês faziam — ou ainda estão fazendo — essa avaliação dos acessos? Vocês têm uma ferramenta para fazer essa contagem?

Quando entrei a gente usava o Counter 4⁶ e depois fizemos a migração para o Counter 5. Só que as editoras nos enviam as estatísticas. Mais um motivo para a gente dizer que trabalhava em cima da estatística que elas nos forneciam. Eu adoro estatística, fiz economia, então adoro.

Sabemos que todas têm aqueles protocolos; apenas umas cinco editoras pequenas que não faziam. Posso dizer, portanto, que foi um momento até *wake up call* para todas as editoras, no sentido de que teriam de olhar esse conteúdo com mais cuidado.

Era bastante cômodo para essas editoras estabelecer valores e números de acesso sem que vocês pudessem fazer, de fato, uma verificação. Nesse sentido, vocês já usam uma ferramenta chamada OpenAlex? E a OpenAthens?

Sim, o OpenAlex é como o Web of Science e o Scopus. Ela não vai te dar estatística de acesso; ela vai te dar informação de artigo. É uma base de referência, só que aberta. Não sei se conheço a OpenAthens... A gente,

⁶ Counters são *scripts* ou *plugins* que contam e exibem o número de visitantes únicos que acessam um site.

inclusive, vem procurando a utilização dessas ferramentas abertas, nessa perspectiva do acesso aberto.

Portanto, em 2021 a gente fez esse esforço do reequilíbrio e, no ano seguinte, com um grupo de trabalho formado por professores e coordenadores de área, reescrevemos a portaria do Portal de Periódicos. Veja só que interessante: ela foi trabalhada ao longo de 2022, com várias reuniões — porque a ideia era uma reorganização do Portal de Periódicos —, mas só foi publicada em dezembro de 2023.

Qual era o significado desta portaria?

Quando a gente refez a portaria do portal, ela era praticamente a mesma desde 2006. Então tinha coisas como: “Garanta que a sua estação de trabalho tenha fax”. Acaba que a gente vai replicando sem querer. A primeira ideia da portaria era realmente revisitar tudo, tirando aquilo que não era mais desse novo tempo e também mudar os critérios. Ninguém entendia os cinco critérios das instituições que podiam acessar. As categorias um e dois eram até bem claras, mas quando chegava na três embolava o meio de campo. Esse foi o grande feito desse grupo de trabalho — repensar os critérios. Dessa forma, passamos de cinco para três critérios. Hoje, com a forma como estruturamos a categorização das instituições, temos orientações mais claras, inclusive se tivermos de cortar gastos, caso não haja orçamento. Até para a própria instituição ficou mais fácil olhar a portaria e saber onde ela se encaixa, se no grupo um, dois ou três. Essa portaria só saiu em 2023, quando houve a mudança de governo e veio uma nova presidente, que fala da necessidade de olhar o acesso aberto e os acordos que foram feitos. Na minha opinião, a ideia era que esses acordos fossem transformativos, mas eles são apenas acordos de leitura e publicação. Tenho falado isso em todos os fóruns internacionais que eu tenho chance.

Quando esse acordo transformativo foi concebido na Europa, mais ou menos em 2018, começou o cOAlition S, que é um movimento que questiona o excesso de pagamentos de assinatura — o mesmo discurso do OA2020. “Vamos fazer o que eles chamam de acordo transformativo de custo neutro. Eu pego o que eu pago de assinatura e transformo isso em ar-

tigos abertos.” Porém, as editoras se recusaram: “Se você quer colocar tudo em acesso aberto, tem um valor, que é neutro; vai ter um X aí de artigos e o resto você tem que pagar a mais”.

O cOAlition S — S de Science — passou a financiar isso. E veio para pensar essa parte da Ciência Aberta, as maneiras de tornar esse acesso aberto, algo a que inclusive a Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] se refere. Em 2021, eles divulgaram um documento sobre Ciência Aberta ainda mais amplo. Na verdade, há muito tempo que se fala que o conhecimento é um bem da sociedade, e deve estar aberto. Nesse momento, porém, veio o peso político mais forte nas declarações sobre esse assunto. Algumas editoras começaram a falar que o acesso aberto era ruim, não tinha qualidade, porque era só pagar para publicar. Quando o cOAlition S confirmou seu plano de financiamento, as editoras começaram a ter revistas híbridas, ou seja, você paga para ler. Em muitos desses casos, acho que houve o *double dipping*,⁷ porque se já estou pagando assinatura, por que vou pagar o APC para esse artigo ficar aberto? Então não faz muito sentido, mas o cOAlition S incentivou isso; a ideia era que a revista fosse se transformando em aberta. Funcionava da seguinte forma: eu pago, a revista é híbrida, quando ela chegasse a 75% de abertura dos artigos, virava *fully open*.⁸ Só que essa conta não fechava, e nem precisava ser economista para saber isso. Uma revista pode ser assinada por n pessoas. O APC é o número de artigos. Então se o meu APC é 3.500 dólares, e eu tenho 10 artigos, eu posso fazer no máximo 35 mil dólares naquela edição da revista. Assinando eu posso ter 10 mil, 15 mil, um milhão de assinantes naquela revista. Se todas as revistas virarem acesso aberto, a conta não vai fechar. Só que as editoras não queriam sair do processo. O próprio cOAlition S começou a perceber que esse negócio não daria certo, passou a retirar as revistas que não estavam indo no ritmo

⁷ No contexto financeiro, o *double dipping* é uma prática muitas vezes questionada e, dependendo do caso, até mesmo ilegal, pois envolve receber benefícios de fontes distintas que deveriam ser exclusivas.

⁸ Uma revista *fully open* (totalmente aberta) é um periódico de acesso aberto no qual todos os seus artigos, incluindo os de pesquisa, são disponibilizados gratuitamente e online, sem restrições de acesso ou custos para o leitor.

que eles queriam. Só que, de fato, os países da Europa estão começando a publicar praticamente tudo em acesso aberto. Estão chegando a 95% de abertura.

Eles estão publicando tudo em acesso aberto através das editoras? Ou estão criando plataformas próprias para colocar o acesso aberto, como o SciELO?

Sim, estão. Até 31 de dezembro de 2024, quando o Plano S ainda estava ativo, houve muita discussão sobre o fracasso do modelo que era pretendido. Posteriormente, começou a se falar nas plataformas diamantes e em infraestruturas nacionais. A Europa está trabalhando. Eles lançaram até uma iniciativa na Espanha, o lançamento de boas práticas editoriais, com a perspectiva de capacitação das revistas. Contudo, o CERN [Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire — Conselho Europeu de Pesquisa Nuclear], que tem uma política muito interessante de ciência aberta, vai lançar uma plataforma de *peer review*⁹ abertos, de *preprint*,¹⁰ uma iniciativa de 17 milhões de euros. É um financiamento pequeno, mas para uma infraestrutura diamante está bom.

Entendo que o próximo passo vai ser realmente a infraestrutura diamante e as infraestruturas locais e regionais. Porém, penso que esse movimento tem que vir dos pesquisadores: “*Nature*, eu não vou pagar 11 mil euros para publicar na sua revista. Vou publicar lá no SciELO”.

As instituições acadêmicas acabam pagando duplamente, porque o pesquisador paga para publicar nessas grandes revistas reconhecidas cientificamente, tipo *Nature*. Mas, na verdade, tem ainda que ser avaliado e aprovado — ou até mesmo pagar para ser ava-

⁹ A revisão por pares, *peer review* em inglês, é um processo de avaliação de trabalhos científicos (artigos, livros etc.) por especialistas da mesma área, antes da sua publicação ou divulgação. Os revisores analisam o trabalho, fornecendo sugestões para melhorá-lo, garantindo a qualidade e a validade do conhecimento científico.

¹⁰ Um *preprint* é uma versão preliminar de um artigo científico, que é publicada online antes da avaliação por pares (*peer review*) e da publicação em um periódico científico. É uma forma de os autores divulgarem rapidamente seus resultados de pesquisa e receberem *feedback* da comunidade científica, antes de submeter o artigo para avaliação formal.

liado. Ou seja, para mandar o artigo, ele passa por um processo de pirâmide.

Depende da revista; cada uma tem uma política editorial diferente. São muitos detalhes. A forma de comunicação também vem mudando muito rápido. No Brasil, os nossos pesquisadores são heróis, são heroínas, porque orientam, dão aula, fazem pesquisa e ainda têm que entender de comunicação científica. O que eles gostariam era que lhes dissessem quais as revistas que eles podiam submeter os trabalhos, publicar e conseguir falar com a comunidade deles. No final das contas, o pesquisador quer falar é com os pares.

Aqui na Capes são 50 áreas distintas do conhecimento. Portanto, você deve entender também as especificidades de cada área, que são diferentes e importantes, e eu não posso deixar de incluir. Estamos tentando fazer isso. Estou fazendo um resumo para entenderem que o portal vem mudando.

Acho que a maior mensagem é que o aniversário de 25 anos vai ser uma virada de chave para o portal. A partir de agora, será um novo portal, e não somente de leitura. Estamos também pagando para publicar esses artigos em acesso aberto. Mas por quê? Porque os artigos não têm mais visibilidade. A nossa ideia é que, com maior divulgação, esses artigos sejam mais citados. Consequentemente, o conhecimento produzido no Brasil vai ter uma circulação maior. Essa é uma das novidades do portal.

Nós sabemos hoje que, quando fazemos as assinaturas, acabamos privilegiando as exatas, as biológicas, mas agora também estamos financiando o SciELO e fazendo parte da editoração do CNPq. O nosso orçamento é em torno de 500 milhões de reais e passamos 3 milhões para a editoração. É muito pouco. Mas a ideia é que a gente possa fortalecer a infraestrutura do Brasil em termos de comunicação científica com essas grandes revistas que temos no país. Porém, para que elas realmente possam continuar grandes ou ficarem ainda melhores, devem ter apoio financeiro. Não se faz uma boa revista sem uma profissionalização. O que queremos construir é superaudacioso, não é algo simples. Queremos partir somente da assinatura de revistas científicas internacionais, publicar nessas revistas em acesso aberto e ainda fortalecer a infraestrutura nacional.

E como seria essa atividade do Portal de Publicação em acesso aberto? Quais seriam os critérios? Seriam artigos já publicados fora ou apenas inéditos?

Artigos inéditos. Viemos trabalhando com as revistas que já temos a assinatura para leitura. Não seriam as revistas brasileiras. Essas, do pagamento das taxas de processamento de artigos, são todas internacionais. Nosso primeiro acordo foi com o American Chemical Society, em que incluímos todas as revistas — as revistas híbridas e as revistas completamente abertas. São 82 revistas. Então, chegou um artigo aprovado que o autor correspondente, o *corresponding author*, é brasileiro, ligado a uma instituição brasileira que é elegível ao acesso ao Portal de Periódicos. Então, vem uma mensagem para a gente no sistema, dizendo: “A professora Marieta teve o artigo aprovado na revista tal”. Você dá o ok. Respondemos: “Ok, Marieta é professora de uma instituição brasileira elegível. Seu artigo vai ficar em acesso aberto, ou seja, com a licença CC BY para toda a vida”. Mas ela tem que ser publicada numa das revistas dessas coleções.

Mas isso dificulta muito, por exemplo, para as áreas de ciências sociais, que publicam muito menos no exterior. É muito difícil você publicar numa revista top no exterior. E quando você consegue o número de artigos de pessoas que são publicados, esse número é muito pequeno.

Isso explica o nosso esforço em outro braço, algo que também não surgiu da nossa cabeça. Fizemos um *workshop* colaborativo no início de 2023, quando convidamos vários atores do ecossistema. Na parte da manhã, organizamos várias palestras, inclusive com os modelos que estão sendo feitos no mundo. Convidamos a Universidade da Califórnia, e também a Colômbia, que está fazendo acordos transformativos. Tivemos ainda a presença do [Instituto] Max Planck, com uma visão bem geral — porque eles têm os dados de todos os países que estão lá. E o que aconteceu? Na parte da manhã, geramos a sensibilização da plateia. E na parte da tarde, com um especialista em *design thinking*,¹¹ colocamos em prática uma me-

¹¹ *Design thinking* é uma metodologia de resolução de problemas e desenvolvimento de soluções inovadoras que coloca as pessoas no centro da sua abordagem. Ele foca na compreensão das necessidades e desejos dos usuários para criar produtos, serviços ou sistemas que atendam às suas expectativas.

metodologia chamada *World Café*, Café Mundial, na qual separamos essas pessoas em grupos e começamos a desenhar como seria no Brasil um modelo que atendesse às nossas necessidades.

Esse modelo era mais ou menos o que a gente achava que ia sair: você tem as assinaturas — nem toda revista vai ter modelo de leitura e publicação —, mas o modelo também incluía as taxas de processamento de artigos dentro desses contratos, quando a editora tivesse esse modelo. E outro elemento seria exatamente o fortalecimento da infraestrutura nacional; inicialmente, a gente imagina, por meio do SciELO, que tem um sistema de governança muito bem estabelecido. Depois, participa do edital de editoração do CNPq, e vai aprimorando esse modelo e ampliando, porque tem áreas que vão se comunicar de forma local e regional. Logo, a forma de alcançarmos essas áreas seria por meio do fortalecimento da infraestrutura nacional. Só para você ter uma ideia de como isso é interessante, o edital de editoração tinha 6 milhões de reais. Seiscentas revistas se submeteram ao edital. Somando tudo, elas estavam pedindo de orçamento 36 milhões de reais, e a gente só tinha 6 milhões para atender. Nem todas foram contempladas, porque, obviamente, tem os critérios do edital, mas pelo menos nos dá uma dimensão. Eu diria que elas pediram 36 milhões porque já têm outros financiamentos, seja da universidade, de algum instituto, ou até do SciELO — tem gente de revista que era do SciELO, que pode concorrer.

Esse *workshop* colaborativo de maio de 2023 definiu um pouco o que vamos fazer. Logo começaram as negociações dos acordos de leitura e publicação, que estamos chamando de transformativos. Então assinamos o primeiro acordo. Ainda nesse mesmo ano, em dezembro, publicamos a nova portaria e criamos o grupo de trabalho do acesso aberto, que trouxe todos os atores para mais perto da gente. Esse movimento de aproximação é essencial, porque percebemos que estamos falando a mesma língua, querendo a mesma coisa. Acho que agora é o momento do fortalecimento da infraestrutura da comunicação científica do Brasil. Isso é coisa de pelo menos uma década: estruturar orçamento e a parte de financiamento. Se não estivermos todos juntos, esquece, não vai acontecer. Vamos continuar dependentes das editoras comerciais, fazendo a política do jeito que elas querem. E vamos

ficar excluídos, porque não vamos conseguir sustentar esse valor que está sendo cobrado, que é muito alto. A gente está tentando, de alguma forma, criar uma independência, dando visibilidade com qualidade. E agora tem a inteligência artificial, tem a questão da integridade da pesquisa, uma série de questões que vêm aparecendo e precisam ser refletidas e discutidas.

Esse grupo de trabalho do acesso aberto que criamos no final de 2023 é composto por várias instituições: MEC, MCTI [Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação], CNPq, Ibict [Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia], ANPG, Associação Nacional de Pós-Graduandos, a SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], a ABC [Academia Brasileira de Ciências]. Trouxemos os atores do ecossistema para pensar, colocando acesso aberto no âmbito do portal dos periódicos da Capes. Queríamos ouvir todo mundo. Foi fantástico. Várias discussões e reflexões. Eu assino o acordo de leitura e publicação. Vamos supor, compro mil artigos. Como divido? A que conclusão chegamos? Hoje não estamos maduros para conseguir dividir, porque a gente entende que vai perpetuar ou aumentar a assimetria entre as instituições brasileiras. Uma das decisões é que, por enquanto, só podemos assinar acordos que chamamos de ilimitados. Ou seja: aprovou, vai ficar em acesso aberto. Os três que assinamos até agora — John Wiley & Sons, Ieee [Institute of Electrical and Electronics Engineers] e a ACS [American Chemical Society] — são ilimitados. Então, não tenho que dividir. “Ah, mas a Federal do Amazonas tem 10, a Federal do Rio de Janeiro tem 100...” Não. O que entrar, teve a submissão, aprovou, acesso aberto. Só que a gente sabe que não vai conseguir negociar isso com todas as editoras. Então precisamos urgentemente pensar no plano B. Por enquanto, estamos conseguindo. A Max Planck ficou três anos sem assinar, depois acabaram assinando. A Universidade da Califórnia ficou um ano e quatro meses sem assinar Elsevier.

Os Estados Unidos resistem muito menos a esse formato dominante da Elsevier e das grandes editoras.

Eles têm orçamento e lá as universidades são muito descentralizadas. Eles não trabalham como a gente. É cada um por si. As universidades são pri-

vadas, têm aqueles *endowments*,¹² a infraestrutura permite isso. Eu fiquei meio assustada. Uma pessoa de uma biblioteca nos Estados Unidos falou comigo: “Considerando o que a gente anda vivendo, acho que a gente deveria olhar para o nosso. Cada um faz o seu, o que a sua biblioteca precisa. Nada de acesso aberto”. Respondi: “Se a gente começar a olhar só para o que eu preciso, sem se preocupar com as outras coisas, vamos retroceder. E vamos ficar nesse lugar, onde os pesquisadores são excluídos”.

Fechamos 2023 com essas duas portarias, dando a largada para começar a assinar os acordos transformativos — acordos de leitura e publicação. E também iniciamos esse grupo de trabalho do acesso aberto, que congrega os vários atores do ecossistema de ciência e tecnologia, que foi muito produtivo e que aconteceu durante 2024.

Acho que você está tendo um papel muito importante, Andrea. Você veio para o portal num momento muito difícil, em que a Capes estava com um rodízio de direção muito grande — afinal, foram quatro presidentes!

Nossa sorte é que a Zena [Martins] ficou quatro anos como diretora, mas o presidente mudava, e isso, de todo modo, desestabiliza, não tem como. Achamos que a professora Mercedes ficaria quatro anos, mas não ficou um ano. Então veio a professora Denise. Mas o que é muito positivo é que tanto a professora Mercedes quanto a professora Denise são muito entusiastas.

Obrigada, Andrea, foi um grande prazer falar com você.

Obrigada.

¹² Um *endowment* (também chamado de fundo patrimonial ou fundo filantrópico) é uma estrutura legal que permite que uma organização sem fins lucrativos (como uma universidade, museu ou fundação) gere recursos de forma sustentável e perene por meio da gestão de um patrimônio específico. Esse patrimônio, geralmente composto por doações e investimentos, rende recursos que são utilizados para apoiar as atividades da organização.

O suporte da Rede Nacional de Pesquisa (RNP)

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 25/03/2025

Claudio Fabrício de Assis Loureiro da Silva

Gostaria que o senhor nos falasse um pouco da sua trajetória pessoal: onde nasceu, onde estudou, e como se interessou pela carreira científica.

Primeiramente, gostaria de falar sobre a minha satisfação de estar participando desse projeto. Temos uma história de pelo menos 15 anos da jornada evolutiva do Portal de Periódicos, alcançando resultados e superando desafios.

Sou de Brasília. Estudei aqui até os 16 anos, depois fiz faculdade fora. Após o incidente do 11 de setembro,¹ optei por voltar para o Brasil. Antes, havia trabalhado um pouco no México, com um projeto de tecnologia que se estendeu por seis meses. Depois fui para São Paulo, onde trabalhei na Telefônica, e então voltei para Brasília para trabalhar. Fiquei atuando aqui em diversos projetos estratégicos do governo federal.

Eu sou um ser híbrido: comecei na área da computação e depois fui para as ciências sociais aplicadas. Conheço, como costumo dizer, os dois lados da moeda. O lado duro da ciência da computação, e o lado mais

¹ O 11 de setembro de 2001 ficou marcado na história como o dia em que atentados terroristas foram realizados em território norte-americano e resultaram na morte de quase 3 mil pessoas. Os terroristas responsáveis pelo atentado eram vinculados a Al-Qaeda e realizaram seus ataques contra dois alvos: o World Trade Center, localizado em Nova York, e o Pentágono, em Washington.

claro, onde a vida é mais quente, da administração. Minha primeira graduação foi em ciências da computação pela Universidade da Califórnia. Depois voltei para o Brasil — fiz também um curso de ciências da computação aqui, para revalidar a minha formação — e fiz uns sete ou oito cursos na área de pós-graduação, voltados para a parte de sistemas e também de estratégia e empreendedorismo. Fiz um mestrado na área de ciências da gestão do conhecimento, na Universidade Católica de Brasília, e depois fiz outro em empreendedorismo, inovação e estratégia, pelo Instituto de Educação Superior de Brasília.

Sua formação é realmente bem diversa! Como foi sua aproximação com a Rede Nacional de Pesquisa?

Estou na Rede desde 2010. Fui chamado à RNP devido à existência de um projeto audacioso, chamado “Portal de Periódicos da Capes”. Desde 2008, a Capes tinha a intenção de democratizar o acesso à informação científica, mas não sabia exatamente como, do ponto de vista tecnológico, poderia proporcionar isso. Foi então, nesse mesmo ano, que a RNP começou uma parceria com a Capes para estudar um modelo capaz de garantir essa democratização. No final de 2009, foi feita uma prova de conceito — eu ainda não estava na RNP — de uma ferramenta israelense chamada MetaLib, da Xlibris, para realizar exatamente esse tipo de trabalho. Ela foi testada e deu certo. O objetivo, a princípio com 12 instituições, era colocar o Portal de Periódicos em formato digital, obviamente, com algumas limitações ainda de publicações, de periódicos. Como eu já tinha alguma experiência e alguns sucessos em implantações de projetos em portais críticos — *vide* o projeto do STJ [Superior Tribunal de Justiça], o do Sistema S — e as tecnologias eram diversas, a RNP me chamou para assumir essa frente. Na verdade, era um contrato de apenas oito meses para a gente conseguir fazer isso acontecer. O desafio era grande.

A Rede fornecia suporte para o portal anteriormente?

Nesse momento, fornecíamos somente um suporte de conectividade. Costumo dizer que o Portal de Periódicos produz como resultado mais do

que acesso à informação científica. Ele gera, como resultado indireto, diversas outras frentes importantes. Por exemplo, a nossa infraestrutura de rede — se não me engano, a maior infraestrutura acadêmica do mundo, só perde, talvez, para a chinesa, em termos de dimensão territorial — só foi financiada pelo Ministério da Educação por causa do Portal de Periódicos. Na época, precisava-se justificar a colocação de valores tão elevados numa infraestrutura para o Ministério da Educação investir. Então, olhamos para todos os lados e dissemos: “Legal, tubos e conexões, a gente coloca a conectividade. Mas que tipo de serviço vai rodar em cima disso para justificar conectar os pontos, as universidades federais?”. Afinal, o papel da RNP é garantir a conectividade, aproximar os institutos de uma rede segura, de alto desempenho, para experimentações acadêmicas. Não é uma rede comercial tradicional. A RNP existe desde 1990, tem 35 anos.

O MEC [Ministério da Educação], até então, financiava parcialmente algumas conexões de alguns institutos, das universidades federais, algumas estaduais, algumas até privadas, em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Mas cada instituição pagava a sua despesa; de alguma forma, era ainda descentralizado, não havia uma centralização, uma orquestração dentro da estratégia para a educação superior. A gente precisava desse aporte e o Portal de Periódicos, como proposta de valor, foi visto como a solução que justificaria o serviço para rodar em cima dessa infraestrutura. O primeiro resultado, além de disponibilizar o conteúdo como biblioteca digital, foi fomentar enormemente a infraestrutura de conectividade das universidades brasileiras naquele momento. Foi isso que justificou o MEC a fazer esse aporte.

A partir de 2010, então, o nível de conectividade passou a ser outro, porque já existia alguma conectividade prévia?

Sim, já existia. A RNP sempre se propôs a colocar uma rede experimental, de alto desempenho. A internet no Brasil chegou por meio da RNP. A primeira conexão Brasil-Estados Unidos foi feita através da nossa fibra. A gente tinha conexão e as universidades também já tinham, embora através de tecnologias ainda precárias, com conexões e velocidades baixas — era o

que havia na época —, mas, comparado com o mercado, estávamos sempre à frente. Poderíamos evoluir cada vez mais, para centenas de megas, depois gigas, como oferecemos hoje. Naquela época, porém, a oferta ainda era muito restrita. Havia a necessidade de um investimento maciço para conectar mais de 100 pontos.

Vim para a RNP, em 2010, com esse objetivo. Meu contrato era de oito meses, podendo ser renovado por mais quatro, para implantar isso. Era um desafio muito grande, porque havia muitas tecnologias e era preciso conhecê-las. Fiz questão, juntamente com a equipe da Capes — na época, era a professora Elenara [Chaves Edler de Almeida] e o professor Jorge [Almeida] Guimarães —, de fazer uma jornada nos Estados Unidos, para conhecer como os grandes centros de pesquisa, os institutos e as universidades faziam a disponibilização de conteúdos para a sociedade, por meio de que tecnologias. Fomos à Universidade Estadual de Ohio, identificamos um grupo de bibliotecários que fazia esse serviço: separação dos metadados, quase um por um, manualmente, e depois voltava. Era um serviço que nunca acabava, já que consistia em ficar fazendo atualização de periódicos físicos, com digitação. Era um exército de 200 bibliotecários, aproximadamente. O número era muito alto, não valeria a pena para os nossos negócios, porque queríamos disponibilizar não só o que já se acessava, e sim dobrar, triplicar e até mesmo quadruplicar a quantidade de periódicos disponíveis para a sociedade. Fomos depois a Chicago, para conhecer os fornecedores de soluções de metabusca, e a Nova York, para conversar com os editores. Conversamos com a Springer, a Elsevier e outras mais, para entender como funcionava essa mecânica. Voltamos para o Brasil e chegamos à conclusão de que a melhor solução era o metabuscador da Edex Libres, que requereria, porém, um trabalho muito pesado ainda a ser feito aqui.

Assumimos o desafio de implantar essa tecnologia em 2009, e em 2010 começou o projeto, de fato, para o atendimento a todas as instituições. Subimos a versão de Portal de Periódicos, essencialmente o que ainda é hoje, com o motor de metabusca, fazendo integração com vários editores, e demos um salto para 13 ou 14 mil periódicos, mais ou menos — talvez até

15 mil periódicos com 18 mil títulos e outras coisas, mais 70 bases. Eram 194 instituições acessando em 2008, fomos para aproximadamente 269, naquele período. Houve um salto em termos de quantidade de conteúdo, atendimento das universidades e também na qualidade de serviço, porque ainda fizemos investimento na nossa infraestrutura de rede. Melhoramos a infraestrutura e implantamos um serviço de qualidade, com conteúdo de qualidade. Dali em diante, percebemos que tudo o que miramos como resultado — que era a melhoria da infraestrutura e a democratização do acesso — tinha dado certo, porque a publicação científica começou a aumentar de modo impressionante. Na época, inclusive, foi lançado um livro da coordenadora-geral e do professor Jorge, que era o presidente da Capes.²

O Brasil então entrou para a lista dos 15 países com maior número de publicações científicas no mundo e, salvo engano, nunca saiu dessa lista. Antes nem era visto, mas com a disponibilização do conteúdo, houve esse impacto positivo. Quanto mais conteúdo disponível, mais publicação de qualidade foi realizada, mais pesquisadores se beneficiaram e produziram mais trabalhos científicos.

O Portal de Periódicos é mais do que a disponibilização de conteúdo; ele impacta a vida de pessoas de uma forma impressionante, porque consegue gerar outros benefícios e produtos para a sociedade brasileira. Hoje temos mais de 1.200 pontos conectados no Brasil, onde já foram 120.

O senhor está dizendo que a melhoria da infraestrutura do portal teve um efeito indireto de beneficiar outras instituições e outros projetos, que passaram a acessar a rede que o Portal de Periódicos viabilizou?

Exatamente. A rede precisava ser melhorada para garantir qualidade no acesso ao serviço do Portal de Periódicos, e o MEC concordou em investir no portal e também na melhoria da infraestrutura que iria beneficiar a

² O depoente se refere à obra ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de; GUITARÃES, Jorge Almeida. *A pós-graduação e a evolução da produção científica brasileira*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

todos. Desde então, os investimentos acontecem via contrato de gestão. A RNP é uma organização social sem fins lucrativos, vinculada ao MCTI [Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação], fomentada pelo próprio MCTI e pelo MEC.

São esses dois ministérios que fornecem os recursos?

Sim, mas na época era só o Ministério da Ciência e Tecnologia. Foi por meio do Portal de Periódicos que o Ministério da Educação entrou. Foi nesse momento que aconteceu a virada de chave, que houve a expansão do portal e da nossa infraestrutura. O MEC é, até hoje, o grande fomentador da nossa rede. Esse é outro resultado bacana, certo? Tivemos também o desenvolvimento e o investimento em serviços. Por exemplo, a RNP precisava de uma tecnologia que permitisse ao pesquisador acessar o conteúdo do portal científico, até mesmo em áreas remotas. Havia muitos relatos de pesquisadores que estavam no meio da floresta e precisavam ter acesso ao conteúdo científico, ou a determinados estudos.

Antes, no modelo inicial de desenvolvimento, eles tinham que ir para uma universidade para fazer esse acesso, porque só lá havia o endereço IP para conseguir acessar o Portal de Periódicos, porque o conteúdo comprado não era aberto — era de acesso restrito para as universidades. Como havia essa dificuldade de deslocamento, tivemos de desenvolver uma tecnologia chamada CAFe, com abreviação, Comunidade Acadêmica Federada, que é uma autenticação remota. O pesquisador entra no Portal de Periódicos, vai em autenticação federada, faz o login, e é redirecionado para um site da universidade, onde coloca seus dados, e consegue acessar o conteúdo científico de onde estiver. Isso fomentou também esse serviço, que é hoje um dos mais utilizados pelas comunidades acadêmicas no mundo inteiro, via Portal de Periódicos. Mais um serviço financiado, patrocinado pelo Portal de Periódicos da Capes. Outro serviço, também relevante, é a conferência web. A gente precisava de um serviço de conferência — ainda não havia esses que conhecemos hoje, como o Teams, o Zoom, o Google, o Meeting — que garantisse o acesso, o treinamento, porque o Portal de Periódicos até então, como tem conteúdo de qualidade, não era uma fer-

ramenta, um portal de acesso convencional. Ele não é um Google Escola, onde eu coloco ali e vem uma pesquisa simples e um monte de conteúdo que depois, para eu fazer uma limpeza do que me interessa, vou levar quase cinco vezes o tempo que eu levaria no portal. Mas tínhamos que treinar os usuários.

Pesquisar no portal não é trivial. É preciso saber pesquisar.

Sim, precisávamos treinar e capacitar. O treinamento antes era feito de forma presencial. Os bibliotecários iam para as universidades fazer o treinamento, explicar. A RNP participou disso, juntamente com a Capes, e mandou um exército de bibliotecários fazer esse treinamento nas universidades brasileiras. Era um custo muito alto, que onerava muito. Então, por volta de 2010, desenvolvemos também, por meio do Portal de Periódicos, um serviço de conferência web, no qual foi permitido fazer treinamento do portal online, com baixíssimo custo, sobre determinadas temáticas, para todas as universidades. Dessa forma, o treinamento, em vez de semanal, ou até mesmo quinzenal, passou a ser diário. Eles ainda utilizam em boa parte a conferência web para fazer esse tipo de serviço, mas até pouco tempo, durante a pandemia, só se utilizava a conferência web. Isso gerou uma economia em escala, e o desenvolvimento de um serviço de economia em escala que, só para o Portal de Periódicos, foi — na época em que eu era gerente do Portal de Periódicos — de mais de 2 milhões e meio de reais por ano, só de treinamento. Um número impressionante e que depois foi aumentando.

Entre 2010 e 2014, a ferramenta se consolidou. Tivemos um aumento expressivo do acesso do Portal de Periódicos; era impressionante a demanda de acesso que tinha na plataforma. Precisamos desenvolver alguns serviços a mais para fazer a parte de customização, e facilitar o processo de negociação, a gestão interna. Desenvolvemos o aplicativo em 2014, mas eu vou chegar ao porquê. Houve essa sinalização: como estava crescendo demais o conteúdo, ficamos curiosos. Se o Portal de Periódicos, a princípio, é uma ferramenta, um instrumento, e o pesquisador está, essencialmente, na pós-graduação, *stricto sensu*, com mestrado, doutorado, pós-doc, por

que o acesso está tão grande? Como calcular a quantidade de público que havia nessa época?

Fomos descobrir em campo o que estava acontecendo. Pegamos as instituições que exibiam esse acesso impressionante, onde o número de acesso era alto, e começamos a conversar com os coordenadores de pós-graduação, entender um pouco a realidade deles. Descobrimos que os professores, de uma forma bem agradável, estavam sugerindo que os alunos de graduação utilizassem o Portal de Periódicos. Olha que bacana! Pensei assim: “Se a ferramenta está sendo utilizada por um público que, na época, já era formado em cerca de 30 a 40% por alunos da graduação, de acordo com uma pesquisa nossa, temos de melhorar um pouco isso aqui. Para um aluno de mestrado fazer a pesquisa qualificada no Portal de Periódicos é bom porque ele já está aprendendo. Se para um aluno de doutorado, que já sabe fazer, isso pode ser trivial, para o aluno da graduação não. E se o público é esse, temos que conversar com o nosso público”.

Em 2014, chegamos à conclusão de que o portal deveria evoluir para uma linguagem mais simples, melhorar os filtros. Fizemos questão de pesquisar por um termo, e desenvolver um aplicativo para o portal. Começamos a mudar um pouco, a colocar o Portal de Periódicos conversando mais com o seu público. Em 2014, houve o lançamento de uma nova versão. Em 2016, lançamos uma versão extremamente customizada do Portal de Periódicos também para aplicativo, que já tinha o “Meu espaço” customizado. Nessa nova versão, o professor conseguia fazer alguns compartilhamentos mais avançados; começamos a trabalhar um pouco mais também a parte de *back-office* para que o portal suportasse mais conteúdo. Logo o portal entrou em um momento de buscas de como conseguiria atender de uma forma mais dinâmica, dando menos problema para o usuário, e o acesso ao conteúdo, com melhorias contínuas nesse sentido. Isso foi a partir de 2016. Em 2018, começamos a implantar a inteligência artificial no Portal de Periódicos.

Nessa época, ainda não estava tão claro como a inteligência artificial poderia ser um instrumento para o usuário final. Já tínhamos o desafio de aumentar a quantidade de conteúdos e percebemos também que seria im-

portante depender cada vez menos da capacidade humana para atender a necessidade de catalogação de conteúdo e separação de metadados. Pela criticidade do portal, temos de depender ainda menos dos fornecedores externos das tecnologias internacionais.

Esses fornecedores externos ofereciam também os metadados? A catalogação já vinha, digamos, pronta?

Sim. mas exatamente por isso, eu pensava assim: “E se amanhã deixar de existir um fornecedor, um editor?”. Essa era sempre uma preocupação, porque era caro. Eu tinha questões: se tudo que eu pesquiso está lá, o que garante a minha segurança, minha privacidade de conteúdos que podem ser de interesse da segurança nacional? Eu não quero que os Estados Unidos saibam a temática que o Brasil está pesquisando, eu tenho que garantir isso. E mesmo que eu pesquise, ainda quero ter acesso àquele conteúdo, existindo ou não aquele editor. Nesse mercado, um editor pequeno desaparece do nada e é comprado por um editor grande, com novas regras. A gente não pode correr esse risco. Então, olhamos para a inteligência artificial e pensamos o que poderia ser feito por um bibliotecário. Precisávamos de uma solução que atendesse em escala — obviamente com a curadoria de um bibliotecário, de uma equipe, mas que não faria a operação —, de uma forma rápida, dinâmica, garantindo que o conteúdo esteja aqui. Por outro lado, tinha que conseguir pegar aquele conteúdo, capturar as informações, os metadados, classificar aquilo e colocar em um repositório. Caso acontecesse algo nesse sentido, tinha de garantir para a comunidade científica brasileira o acesso àquele conteúdo de qualquer jeito.

Fizemos algumas assinaturas de Clocks e Locks e outras por aí, mas ainda não tinha cobertura total. Foi então que fizemos um investimento pioneiro em tecnologia, juntamente com a IBM Watson, para implantar a solução de inteligência artificial no portal de periódicos brasileiros, visando a garantir essa parte. A solução simulava um comportamento humano: pegava o artigo, lia, fazia a leitura, a classificação, separava os metadados e deixava indexado em uma base, se precisássemos acessar, em caso de quebra contratual ou desaparecimento de algum editor por algum motivo.

Passamos a ter um *backup* de tudo que precisava ser garantido por acesso à comunidade científica brasileira.

Nesse período, também fizemos a indexação do Banco de Teses e Dissertações, com um trabalho forte junto de identificadores com o Ibict [Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia]. Chamamos as universidades para entender como era o repositório deles, se seria indexado ou não; algumas conversas prosperaram, outras não. Mas a verdade é que, também a partir de 2016, houve uma crise econômica forte e o Portal de Periódicos começou a sofrer com a restrição de recursos, até mesmo com o risco de suspensão.

Todo ano tinha uma novela que a gente chamava “Como será o amanhã?”. Para você ter ideia, o Portal de Periódicos como solução tecnológica representava 5% do valor dos conteúdos assinados. A cooperação Capes-RNP começou com valores em torno de 800 mil reais, depois evoluímos, e essa evolução é outro resultado direto da ampla cooperação entre as duas. O Portal de Periódicos deu sustentação ao que se tem hoje; como parceira da Capes, chegamos a 15 milhões de reais. Depois reduziu muito, o custo do Portal de Periódicos tecnológico passou para algo em torno de 5 milhões. Era uma equipe muito grande: área tecnológica, negócios, bibliotecários, especialistas, estatísticos, advogados. A RNP, dentro da política pública, faz o que a gente chama de “ponta a ponta”. Faz o mapeamento do processo do negócio, desde o início ao fim, ajuda a instituição a se equipar dos profissionais, das competências, da capacidade que se tem que ter, e coloca profissionais de referência para que o negócio comece a acontecer. Na sequência, vamos transferindo conhecimento e desligando isso aos poucos para que ele fique na instituição. O governo brasileiro, juntamente com a Capes, deve ter propriedade sobre seu próprio negócio, que estamos criando em conjunto. Comparando com o custo do portal, 5 milhões é muito barato. Na época, lembro que o portal girava em torno de assinaturas de conteúdo de 200 milhões, e o projeto era cinco — olha só o tamanho, era bem pequeno! E mesmo assim a gente passava por situações difíceis.

Eu vou citar um fato interessante, que tem a ver com a cooperação Capes-RNP. Na passagem de 2016 para 2017, a nossa cooperação evoluiu

e também começamos a atender as conexões da Universidade Aberta do Brasil. Implantamos os treinamentos de forma ainda experimental, remota, através do serviço de webconferência. Percebemos, no comportamento da rede, que alguns polos estavam demandando muita conectividade. A capacidade de conexão era muito alta. Estranho. Comportamento atípico e em regiões remotas. Fomos pesquisar o que estava acontecendo e descobrimos que as pessoas usavam aquele ambiente da UAB — que tinha também o serviço de conferência web, uma rede de alto desempenho — para compartilhar conteúdo e assistir aos jogos da seleção brasileira. Porque tem lugar que tem, tem lugar que não tem, e eles compartilhavam o conteúdo na nossa rede com esse serviço. Isso deu um *insight* interessante para o grupo. Na época, o Comitê de Avaliação de Conteúdos do Portal pensou: “Se existe um interesse tão grande nesse momento por esporte, por que a gente não começa a assinar e buscar conteúdos que tenham esse vínculo esportivo?”. Afinal, a demanda era alta.

Pensamos também que seria interessante fomentar na UAB treinamentos e capacitações para professores vinculados ao tema esportivo. Assim, o Portal de Periódicos fomentava o conteúdo para a pesquisa científica; a UAB, com a Diretoria de Educação à Distância da Capes, fazia a parte de capacitação dos professores. Tudo isso surgiu por conta desse evento atípico, de identificarmos esse comportamento na nossa rede.

O senhor, embora tivesse um envolvimento muito grande com o portal, mas não era funcionário da Capes?

Não, eu era funcionário da RNP. Era engraçado que dentro da RNP falavam que eu era o Claudio [Fabrício de Assis Loureiro da Silva] da Capes. Porque eu era 100% Capes. Confesso que tenho uma paixão pela instituição, pela fundação. Conheço as pessoas, os diretores, as presidências que assentaram lá. Tinha uma proximidade muito boa com eles, por conta dos nossos resultados, nosso comprometimento como instituição. Então, eu era da RNP, mas atuava dentro da Capes, muito próximo deles.

Na gestão da Andrea [Carvalho Vieira], começamos a pensar em como o portal, com informação científica de qualidade, poderia conversar cada

vez mais com o público, porque tínhamos o desafio de manter o número de acessos, e quanto maior a quantidade de acessos, infere-se que vai ser maior a produção de conteúdo científico. Essa era a lógica. O desafio era manter a quantidade de acessos, mesmo com recursos e conteúdos reduzidos. Tínhamos de elaborar uma ferramenta que tivesse mais familiaridade com o usuário. Por exemplo, com o uso de inteligência artificial, começamos a associar notícias com artigos científicos. À medida que a Capes assinava alguns conteúdos, associávamos esses conteúdos a uma determinada pesquisa. Lembro de uma notícia muito bacana que divulgamos sobre o comportamento dos cães. Dessa forma, o aluno de graduação via-se cada vez mais próximo do conteúdo científico e da sua importância. Conseguia-se estabelecer uma relação daquele conteúdo científico com uma aplicação prática. Acontecia e ainda acontece muito — fui professor por vários anos, só parei por agora — o aluno perguntar: “Professor, qual é a aplicação disso na prática?”. Esse é o grande desafio. E o portal estava trazendo isso de uma forma muito bacana, trazia qualquer conteúdo e notícia relevantes de algum site bacana, de referência, e conseguia fazer um vínculo com a inteligência artificial, trazendo determinados assuntos em diversas temáticas — até áreas de conhecimento, o que era muito legal. O portal começou a dialogar com o seu usuário de uma forma mais democrática. A aplicação do conhecimento científico ficou mais visível.

Ao longo desse período, o senhor mudou sua relação com a Capes? Continua com essa interação tão intensa e permanente, ou está um pouco mais distanciado agora?

Estou um pouco mais distante, porque em 2021 saí do cargo de gerência e virei diretor na RNP. No meu lugar, coloquei um gerente que assumiu essa frente, mas nunca desapeguei, nunca deixei de acompanhar a evolução dos projetos da Capes. Porque houve um momento interessante nessa relação Capes-RNP, por conta do Portal de Periódicos. Em 2014, a nossa relação estava ganhando uma proporção muito grande, por conta dos resultados, dos desafios. A gente conseguiu subir o portal, o Brasil ganhou o título de 13º publicador de conteúdos mundial, estava lá, na *hype*. E o professor

Jorge, na época o presidente, juntamente com o ministro da Educação, elogiou a cooperação e decidiu replicar essas cooperações nas vinculadas do MEC, para reforçar o papel e o resultado do que tinha ocorrido na Capes. Naquele momento, a nossa cooperação deixou de ser um projeto de atualização do Portal de Periódicos, para se tornar um programa. Um dos projetos novos foi o SisUAB, que é o sistema da Universidade Aberta do Brasil, que foi desenvolvido em parceria Capes-RNP; outro projeto novo foi a Plataforma Sucupira.

Não sabia que a RNP tinha esse envolvimento com a Plataforma Sucupira, que é a “loucura” de todos os coordenadores de pós-graduação.

Temos trabalhado com o processo para tentar facilitar o acesso à coleta de dados e evitar a repetição de lançamento de planilhas. Está sendo desenvolvido projeto de integração, modelo de dados, interagência entre Capes e CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], para facilitar isso. Esperamos que a nova Plataforma Sucupira que subiu agora já esteja com muita coisa automatizada. Para o próximo ano, há também a expectativa de um preenchimento bem rico de dados, extração, com um identificador único, utilizando o Orcid [Open Researcher and Contributor ID] e o DOI [Digital Object Identifier], todos os outros identificadores, para podermos puxar as publicações, indo na própria instituição dos repositórios de dados das instituições, buscando o dado ouro, no sistema de gestão acadêmico da instituição. Vai melhorar bastante. Esse é um outro projeto, e uma outra solução, que só foi possível acontecer por conta do sucesso do Portal de Periódicos, da dimensão da cooperação que tínhamos até aquele momento com a Capes.

Pelo que o senhor está explicando, o portal funciona como um indutor para uma série de inovações que beneficiam outras instituições públicas federais.

Exatamente. Ele tem resultado direto, que é do próprio negócio, e o indireto, que mostra que é um modelo de cooperação, por meio do investimento

em soluções para a educação, com os resultados que o governo pode alcançar. Ele, de fato, é uma referência nesse modelo.

Quais foram os desafios recentes do Portal de Periódicos?

Em 2021, durante a pandemia, o Brasil teve, pela primeira vez na história, uma queda em publicações científicas. Obviamente, sabemos dos desafios orçamentários, e também dos da pandemia. Nas universidades, as pessoas pararam. Acho que foi uma queda de quase 8% de publicação. O Brasil caiu da 13ª para a 15ª colocação. Embora o Portal de Periódicos não seja um negócio da RNP, a gente se preocupa com a causa da política pública. Então, se tem queda no resultado, a gente tenta entender, juntamente com os usuários, com os pesquisadores, o que se deve fazer para reverter e melhorar esse cenário. Concluímos que houve uma queda de assinaturas por conta das dificuldades financeiras. Mas independentemente de qualquer coisa, tínhamos que aperfeiçoar o Portal de Periódicos.

Alguns editores aperfeiçoaram suas próprias bibliotecas de pesquisa, e a gente tinha que colocar o Portal de Periódicos novamente como vitrine, como referência para a pesquisa do conteúdo científico. Então, de 2021 para cá, começamos a mudar um pouco o perfil do portal. É difícil, porque tem vários tipos de perfis que acessam o portal — alunos de graduação, pós, doutores, pesquisadores — e ainda existe muita resistência nesse meio, quando decidimos mudar. Mas a ideia é que o portal seja mais do que uma biblioteca, seja uma ferramenta para auxiliar o pesquisador no seu dia a dia, na sua pesquisa. Esperamos, por exemplo, que toda parte de bibliometria possa ser feita por meio de soluções integradas dentro do próprio portal, como ferramenta auxiliar, e depois fazer uma exportação para um arquivo dentro do padrão, seja Arpa [Advanced Research Projects Agency], seja ABNT [Associação Brasileira de Normas Técnicas], no intuito de facilitar a vida do pesquisador. E quando eu falo pesquisador, estou falando de todos os públicos: desde o pesquisador amador, que é o aluno de graduação, até mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos, que vivem pela e para a pesquisa.

Em 2020, antes ainda da pandemia, a RNP, juntamente com a Capes, desenvolveu um projeto chamado Programa dos PPGs, cujo objetivo era oferecer serviços para a pós-graduação. Fomos à Universidade Federal de Goiás, à Universidade de Brasília, à Universidade Federal de Pernambuco, para conversar com os professores, coordenadores de pós-graduação e alunos também, para entender o que poderíamos melhorar no Portal de Periódicos, para facilitar a vida deles no dia a dia e começar a desenvolver soluções e ferramentas integradas. Foi feita uma série de levantamentos, que já estão em desenvolvimento agora — algumas foram implantadas recentemente e outras estão previstas para os próximos meses. O desafio principal hoje é garantir que ele tenha atratividade, que o pesquisador, seja o nível que for, tenha facilidade ao acesso. De que adianta assinarmos um conteúdo extremamente relevante, se ele não é encontrado?

Desde o início, temos trabalhado com a melhoria do metabuscador, com o sistema de busca e com o refinamento. Na verdade, em 2023, deixamos de ser dependentes da solução da Xlibris, israelense, e que depois foi comprada pela Clarivate. Deixamos de ser dependentes para desenvolver o nosso próprio sistema de metabusca, utilizando a NGINX — o motor do Watson, que é uma inteligência artificial. Dentro dessa pegadinha, desde 2018, começamos a treinar a inteligência artificial para identificar e fazer tudo isso. Em 2023, colocamos no ar. Obviamente que isso está por trás — o usuário não vê —, mas deixamos de depender e garantimos para o pesquisador brasileiro a autonomia da pesquisa e a privacidade da soberania nacional em relação ao conteúdo da pesquisa. Os institutos militares são muito preocupados com isso. São institutos que suam muito o acesso ao conteúdo. Eles são atendidos pela RNP, utilizam o Portal de Periódicos em uma rede que ainda é privada. Mas mesmo sendo privada, essa rede garante, em parte, toda a segurança possível. Ainda assim, os pesquisadores alegam não querer que os editores saibam o que estão pesquisando. Então, começamos a criptografar conteúdo e desenvolvemos nosso próprio metabuscador, baseado em uma *engine*. Fizemos a pesquisa da *engine* da Google, da *engine* da Watson, e desenvolvemos ali, com inteligência artificial, esse metabuscador.

Mas esse metabuscador é só do portal? Ou vocês vão comercializar depois?

Não, é só do portal. Recurso do portal, desenvolvido pela RNP, é uma solução proprietária.

Como o senhor vê o papel da RNP e do desenvolvimento tecnológico no sentido de melhorar o poder de resistência do MEC, de uma maneira geral, diante das grandes editoras internacionais?

O metabuscador interno é um ganho importante, que, aliado a outro sobre o qual vou falar, vai permitir que a gente consiga, teoricamente, acessar conteúdo científico de qualidade. Por quê? Temos que desenvolver soluções que garantam que o pesquisador coloque num repositório o que ele desenvolveu. Afinal conhecemos esse mundo: a pessoa desenvolve, escreve o artigo científico, paga para submeter e depois paga para acessar e não tem acesso àquilo! E é um conteúdo financiado pelo governo brasileiro, e depois temos que pagar para acessar aquilo de novo! Se conseguimos fornecer tecnologias — e já estamos oferecendo, juntamente com o Ibict —, soluções de repositórios digitais para artigos científicos, os pesquisadores podem armazenar o artigo lá e essa solução de metabusca junto com classificadores de inteligência artificial consegue capturar e separar os metadados. Assim, conseguimos fazer integração com esses repositórios e ter acesso ao conteúdo que chamamos de acesso aberto, *open access*. Uma das formas é garantir, de forma tecnológica, soluções que fortaleçam a política de *open access*, dos acessos abertos, porque, hoje, a maior dificuldade do pesquisador é onde e o que colocar: “Eu não tenho infraestrutura para colocar tudo que é produzido, não tenho infraestrutura para fornecer, no caso do *open access*, todas as informações que são catalogadas ao longo do processo de pesquisa, onde eu coloco todas essas horas de entrevistas?”. Eles não sabem onde colocar. Então a RNP está desenvolvendo — juntamente com a Capes, o CNPq e o MCTI — soluções que, de fato, garantam essa infraestrutura em larga escala.

Recentemente, a RNP inaugurou um centro nacional de dados em Brasília e outro em São Paulo, onde uma megaestrutura vai permitir computação

de alto desempenho para os grandes centros de pesquisas. Megacomputadores que trabalham com dados em grandes volumes, mas que também vão permitir armazenamento e soluções de serviço que são armazenadas. Depois teremos que desenvolver, de fato, uma política cada vez mais forte para deixar essas chaves acessíveis no Portal de Periódicos.

A ideia é trazer os repositórios institucionais para o portal? E é um trabalho simples?

Sim, a ideia é trazer a partir do que a gente já tem, como, por exemplo, o Banco de Teses e Dissertações. Mas é trabalhoso. O grande problema é o investimento. Um dos desafios é buscar — se houver recursos para desenvolver um serviço em larga escala para atender às instituições — a economicidade gerada do outro lado, por conta dos efeitos colaterais. Ou seja, se eu tenho um conteúdo de qualidade disponível nas instituições, os editores vão ficar cada vez mais resistentes no processo de negociação. O objetivo é ficar menos dependente. A Capes está fazendo isso com os acordos transformativos, colocando os arquivos *open access*. Porém, se colocamos cada vez conteúdo de qualidade, eles ficam menos resistentes em ceder o processo de negociação. Vamos continuar gerando o acesso a conteúdo de qualidade para o pesquisador. O raciocínio do editor é o seguinte: “Eu não posso cobrar tanto, porque senão a Capes sai da negociação e a comunidade científica brasileira continua tendo acesso a conteúdo de qualidade”. Assim como tem repositório nacional aberto, também tem repositórios internacionais também abertos, cedendo acesso para a gente. Afinal, esse movimento do *open access* é mundial, para ficar cada vez menos dependente por causa dos desafios de recurso financeiro.

O senhor acha que o acesso aberto vai se expandir a ponto de ameaçar esse grande domínio das editoras?

Essa é uma boa pergunta. De certa forma sim, mas não completamente. Lembro que, quando eu ainda era gerente do portal, a expressão acesso aberto era proibida. Era proibido falar sobre isso. O portal já tinha conteúdos, fazia parte do processo de negociação disponibilizar algum conteúdo

aberto. Mas confesso que era um conteúdo que, na época, eles davam por dar: “Vou te dar acesso a alguns conteúdos, que qualquer um que acessar o Portal de Periódicos que esteja fora da instituição ou que não usa a autenticação federada, a CAFE [Comunidade Acadêmica Federada], vai conseguir acessar”. Então o usuário comum acessava. Eu aqui em casa, se acessasse o Portal de Periódicos normalmente, teria acesso a uma determinada quantidade de *open access*. Mas era irrelevante. Como esse movimento foi ganhando cada vez mais força em todos os fóruns, foi ameaçando. Então eles foram obrigados a ceder mais conteúdo e de maior qualidade, *open access*. Hoje, por exemplo, se faço acesso remoto ao Portal de Periódicos sem Autenticação Federada e fora de uma instituição autorizada, eu consigo até bastante conteúdo de qualidade em *open access*. Eles foram obrigados a ceder. Então, de certa forma, foi uma ameaça — mas não na sua completude.

Temos algumas facilidades. O governo tem que financiar cada vez mais essa frente. Sabemos também das dificuldades, porque, por um lado, só temos conteúdos para algumas áreas de conhecimento de extremo valor, e que são pagos mesmo e caros. Não dá para disponibilizá-los de forma aberta. Isso vai continuar existindo. Por outro lado, se a gente cada vez mais fomentar, através de uma política pública bem estabelecida e conhecida internacionalmente do acesso aberto, assim como outros países estão fazendo, isso tende a ter bons resultados em termos de qualidade e quantidade de conteúdos, a um custo mais baixo do portal. Mesmo que você não elimine a compra, pode fazê-la em melhores condições de negociação.

Além da RNP, o senhor trabalhou em outra instituição?

Trabalhei anos como professor na Universidade Católica de Brasília, Centro Universitário Unieuro, Iesb [Instituto de Educação Superior de Brasília], e na Unicesp [Centro Universitário Icesp].

Como funciona a RNP? Ela é uma organização social, certo?

Sim, sem fins lucrativos. Ela não está dentro da burocracia estatal, mas é uma das sete que são vinculadas ao Ministério de Ciência e Tecnologia. A RNP é responsável pela infraestrutura acadêmica do país. Mas não sofre

intervenção, por exemplo, para a escolha do presidente. A gente tem uma seleção interna, através de um processo seletivo, aberto para a comunidade, entre três nomes. Recentemente, escolhemos um colega para ser o nosso novo diretor pela gestão dos próximos quatro anos. Há um processo de renovação.

É importante dizer também que foi elaborado um catálogo por uma exigência do conselho — a RNP é regida por um conselho também, com representantes do MCTI, do MEC, da sociedade, da academia, e órgãos de representação, Andifes [Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior] e Foprop [Fórum de Pró-Reitoras e Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação]. Temos um catálogo para pesquisadores, no qual há uma série de soluções que, ouvindo o pesquisador, colocamos de forma gratuita para o pesquisador acessar. Estamos evoluindo cada vez mais. A Capes, há um tempo, queria desenvolver uma política segundo a qual a RNP criaria toda infraestrutura necessária para cada pesquisa, com um custo muito baixo, acessível a todo mundo e com alto desempenho. O pesquisador não precisaria ficar gerenciando isso depois, fazendo a gestão de patrimônio. Esse modelo de financiamento nunca vingou na prática, porque demandava muitas outras coisas e, ao longo desse período, houve muitas mudanças nos assentos da Capes, mas sempre foi visto com bons olhos. Hoje a RNP, independentemente de a Capes financiar ou não, continua nessa frente, desenvolvendo um catálogo de serviços para o pesquisador. Quem entrar no site da RNP verá uma série de soluções muito boas que não são pagas, são gratuitas, e outras que o pesquisador pode comprar, acessar, assinar, por um custo muito baixo.

Além disso, a RNP oferta, sim, serviços digitais, mas só para o nosso ecossistema. Vou citar um exemplo de uma solução de mercado, na qual a RNP faz a oferta, e executa através de contratos com a instituição. Todo mundo que faz parte do ecossistema da RNP, das universidades federais, tem acesso a uma série de serviços gratuitos, que já são fomentados pelo MEC, pelo MCTI. Isso já é pago por eles. Uma universidade que está ligada hoje a 100 gigas não paga por aquilo, porque o MEC já está fomentando isso. Tem outra série de serviços, como conferência web, autenticação, cer-

tificado digital, entre outros. Tem outros que não são serviços patrocinados e, através de negociação com parceiros e fornecedores, conseguimos um ganho de escala que é muito melhor do que o valor de mercado. Por exemplo, o Google Workspace é uma dessas soluções. Muita gente usa o Google. A RNP oferece o Moodle, que é uma solução gratuita. Já o Moodle Gerenciado é uma coisa mais sofisticada, com uma integração de uma série de soluções por trás, uma instituição já pode assinar pela RNP, com custo muito baixo mesmo. A solução de VoIP [Voice over Internet Protocol] e a Wolfram Mathematica são outros exemplos.

Muito importante o seu depoimento. Gostaria que o senhor falasse, para ficar aqui registrado, sobre a importância do Portal de Periódicos para a ciência brasileira.

O Portal de Periódicos tem fundamental relevância para a sociedade brasileira pelos resultados que ele gera, através da democratização do acesso à informação científica. Por meio desse acesso, somos capazes de produzir resultados que, de fato, mudam a vida da população brasileira, de forma direta e indireta. Elementos e produtos, serviços que podem ser aplicados à sociedade, trazendo resultados, e também de forma indireta, através de investimentos em infraestrutura tecnológica, em modelo de serviços, em outros serviços tecnológicos, que permitem equipar a ciência. Consequentemente, a ciência de um país bem equipada consegue produzir produtos e serviços para uma sociedade que gera também resultados mais proveitosos. Essa é a cadeia completa que o Portal de Periódicos ajuda a fomentar e gerar essa proposta de valor para a sociedade.

Obrigada. Foi um prazer falar com o senhor.

O prazer foi meu.

O suporte das bibliotecárias

Entrevistadoras: Marieta de Moraes Ferreira e Olívia Silveira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 30/01/2025

Norma Helena Pinheiro de Almeida

Poderia nos contar um pouco da sua biografia? Onde nasceu, onde estudou, como foi o início de sua vida profissional?

Nasci em Fortaleza, no Ceará, e sou funcionária aposentada da Petrobras [Petróleo Brasileiro S.A.]. Fiz o curso técnico de turismo da Escola Técnica Federal do Ceará e, em 1987, me formei em biblioteconomia na Universidade Federal do Ceará, onde trabalhei, primeiro, como assistente de administração e, depois, como bibliotecária. Cursei diversas especializações ligadas à profissão, como planejamento de projeto de bibliotecas virtuais e gestão do conhecimento, este último na Coppe/UFRJ [Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia/Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Na UFC, fui vice-presidente da Associação de Servidores, chefe da biblioteca de humanidades e diretora do Sistema de Biblioteca da universidade.

Como era trabalhar em bibliotecas universitárias naquela época?

No finzinho da minha carreira como chefe da biblioteca de humanidades da UFC, por volta de 1995, comecei a trabalhar com questões relativas à associação de bibliotecas universitárias. Passei a conversar com outras bibliotecárias, porque a gente tinha uma dificuldade muito grande na UFC. Naquela época, as verbas para compra de periódicos para bibliotecas

universitárias eram divididas, levando em consideração alguns critérios, como o número de cursos de pós-graduação, de professores doutores, de pesquisas, de publicações. Óbvio, naquele momento, 53% das universidades federais brasileiras se concentravam no Sul e no Sudeste. Então, o bolo de dinheiro era dividido, e carregava-se mais dinheiro para o Sul e Sudeste do que para o Norte e Nordeste. E nós fazíamos parte do Comut [Comutação Bibliográfica], que era liderado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Como o Comut funcionava na UFC?

Quando um professor pedia um artigo de revista técnico-científica que não tinha na biblioteca, eu procurava no catálogo coletivo e em microfichas, em outras universidades do país. Onde eu encontrasse o artigo, eu pedia e eles me mandavam xerox do artigo, e a forma de pagamento era por meio dos cupons do Comut. Mas a compra desses cupons também era um parto. A gente pedia ao Ibict, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, porque dependíamos da boa vontade das universidades, já que não havia dotação orçamentária para biblioteca. Então, você tinha de viver eternamente com o pires na mão. Para piorar, eu trabalhava na biblioteca de humanidades, área muito mais pobre do que a de ciência e tecnologia.

Até hoje é assim, embora não tão grave. Nós, das humanas, conhecemos bem esse processo.

Na realidade, o sistema de bibliotecas na UFC era composto por três conjuntos de bibliotecas: a de Humanas, a de Ciência e Tecnologia e da Ciência da Saúde. A de Humanas era a prima pobre. Naquela aflição de viver sempre correndo atrás de funcionário, correndo atrás de Comut, de viver correndo atrás de comprar revista para os nossos cursos de pós-graduação — que eram tão importantes quanto os de ciência e tecnologia e de saúde, mas aos quais não era dado o devido valor —, terminei conhecendo e discutindo com bibliotecárias de outras universidades. E aí eu tomei conhecimento da existência da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias.

O que era exatamente essa comissão? Quando foi criada e como funcionava?

A CBBU [Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias] foi criada em 18 de janeiro de 1987 dentro da Febab, que é a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, uma organização sem fins lucrativos que representa e defende os interesses dessas categorias. O objetivo da CBBU era promover a formulação de políticas públicas em áreas de interesse, para incentivar a cooperação, o compartilhamento de serviços e produtos, a realização de projetos e pesquisas, a elaboração e editoração de documentos técnico-científicos e a organização de eventos, visando à consolidação da educação continuada e à representação das bibliotecas universitárias junto aos órgãos governamentais e à comunidade científica brasileira. Se você visitar a página da Febab na internet, há um pequeno histórico da CBBU, mas faltam informações justamente do meu período. Vou recuperar essas informações e mandar para a Febab completar o site.

A senhora teve atuação na CBBU?

Sim, cheguei a ser presidente da instituição. Na UFC, fui a primeira bibliotecária a ocupar o maior cargo — que era um DAS [Direção e Assessoramento Superiores] — de nível superior técnico-administrativo por eleição. Não fui indicada, fui eleita pelos meus pares, pelas bibliotecárias, os assistentes e os auxiliares de biblioteca. Na época, eu tinha acabado de fazer o curso de pós-graduação de planejamento e me juntei com os professores do curso de administração da universidade para fazermos um planejamento estratégico do sistema de bibliotecas. A partir desse projeto, visitei todos os candidatos a reitor, entreguei o projeto a cada um, mostrando o que a biblioteca precisava ter para conseguir uma boa avaliação. Minha preocupação era que, quando o MEC [Ministério da Educação] chegava à universidade para avaliar os cursos de pós-graduação, sempre tinha um ponto a menos, uma reclamação a mais, que era o fato de as bibliotecas não serem dotadas de um acervo condizente. Para a pós-graduação, os periódicos técnico-científicos e os abstratos eram de fundamental

importância.¹ E sempre a biblioteca tinha um ponto negativo por conta disso. A biblioteca como um todo, e a biblioteca de humanidades mais ainda.

Um dos candidatos à reitoria, o professor Roberto Cláudio Frota Bezerra, gostou do nosso projeto e disse que, se fosse eleito, queria que fizéssemos uma lista de três profissionais para ele escolher um para ser diretor da biblioteca da UFC.

Ele cumpriu a promessa?

Sim. Fui a mais votada. Ele foi eleito reitor e me escolheu. Comecei então a trabalhar mais de perto com as outras bibliotecas universitárias do Brasil. Foi aí que entrei mesmo na roda, já que, até então, trabalhava só com a área de humanas. Como chefe-geral da biblioteca da UFC, tinha de trabalhar com todos os sistemas.

Qual a atuação da CBBU junto ao MEC e à Capes?

Naquela época, meados de 1990, realizamos o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. O professor Abílio Baeta [Neves] era secretário de Ensino Superior do MEC e presidente da Capes, simultaneamente. Eu o convidei para a abertura do congresso e, como ele era muito amigo do professor Roberto Cláudio, aceitou o convite. Consegui trazer para a abertura do congresso, além do professor Abílio Baeta, o professor José Rincon [Ferreira], que era presidente do Ibict, o senador Lúcio [Gonçalo de] Alcântara, que era senador do Ceará. Consegui fazer uma mesa de um peso político muito importante.

Na ocasião, por meio do Ibict, foi feito o lançamento do livro branco de automação do Brasil. Estávamos no início da automação, a web estava sendo aberta, o assunto estava movimentando todo mundo. Foi bastante importante.

¹ Em contexto de biblioteca, “abstrato” é um resumo conciso e informativo de um trabalho acadêmico ou científico, como um artigo, livro, capítulo ou outro documento, que permite aos leitores avaliarem rapidamente se o documento é relevante para seus interesses, permitindo-lhes decidir se devem ou não ler o trabalho completo. Os abstratos são importantes para a difusão do conhecimento, pois permitem que os pesquisadores e outros interessados se mantenham atualizados sobre as últimas pesquisas e descobertas em diversas áreas.

Houve repercussão do seminário nacional?

Sim. Pouco depois, o professor Abílio Baeta precisou fazer um corte orçamentário no MEC, afiou a tesoura e cortou um monte de periódicos técnico-científicos. Obviamente que fizeram pelo preço, não consultaram nada da importância daqueles periódicos para os cursos de pós-graduação. Acho que usaram os técnicos do MEC porque, se fossem os professores a orientar os cortes, pelo menos algumas áreas não teriam sofrido tanto. O resultado é que foi uma grita geral, saíram artigos na *Veja*, na *IstoÉ*, no *Jornal do Brasil*, no *Globo*, foi uma confusão dos infernos.

Do seminário das bibliotecas universitárias saíram recomendações para a Sesu [Secretaria de Ensino Superior], para a Capes, para as universidades, e fui a Brasília entregar o documento para o MEC e para a Capes.

Levei o documento já aberto nas folhas que eu queria que o professor Abílio lesse. Para não ir sozinha, chamei a Marisa Russo, que era a diretora do SIB, o Sistema de Informação e Biblioteca da UFRJ, a diretora da biblioteca da Universidade de Brasília, Moema Malheiros Pontes, e o professor Murilo Bastos da Cunha, da biblioteca da UnB [Universidade de Brasília], conhecido nacionalmente e superrespeitado.

Quando chegamos, informei ao professor Abílio Baeta que ali estavam as recomendações que saíram do seminário de cuja abertura ele participara. E ele respondeu: “Ah! Pensei que era mais gente para me esculhambar pelo corte de periódicos”.

Qual foi sua reação?

Retruquei: “Não, só vim lhe dizer que se o senhor tivesse chamado os bibliotecários e tivesse perguntado qual a melhor forma de fazer isso, teria feito um corte muito maior e com muito menor repercussão, porque quem sabe onde o sapato aperta é quem calça. Nós sabemos quais são os periódicos mais usados, de quais é feita mais comutação bibliográfica, nós sabemos quem tem a coleção mais completa. A gente podia ter discutido alguns critérios e tudo teria sido feito com muito mais racionalidade, economia, e sem esse carnaval que está acontecendo”.

Aí ele disse que teria de fazer outro corte e queria que, dessa vez, nós auxiliássemos. Respondi que sim, que viríamos com a CBBU e expliquei que ela

era formada por dirigentes de biblioteca, com representantes de cada região do país. Ele pediu uma relação dos representantes e seus contatos. Quando percebeu que havia um representante das universidades estaduais e um das universidades privadas, ele disse que só queria o pessoal da CBBU.

Achei que aquilo era só um discurso, mas, dias depois, telefonaram de Brasília pedindo meus dados para enviarem o convite para a reunião. Comecei a telefonar para as meninas e todo mundo estava recebendo a mesma convocação. Combinamos um horário de chegada para nos encontrarmos na biblioteca da UnB e, de lá, fomos para a reunião.

Quem foi à reunião?

Cada uma das regiões do país tinha um representante. Na reunião, mostramos como era difícil a questão da comutação bibliográfica, o tempo que se perdia entre pedir e receber documentos, e o tempo para as bibliotecárias atenderem aos pedidos, que se concentrava muito na UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais], na USP [Universidade de São Paulo], na Unesp [Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”], na Unicamp [Universidade de Campinas], na Federal do Rio Grande do Sul, na UFPE [Universidade Federal de Pernambuco]. Enfim, era o Brasil todo pedindo para as bibliotecas universitárias de São Paulo, do Rio e de Brasília. Havia uma fila, era preciso esperar, além da questão dos Correios, para mandar, para entregar os documentos. Quando a coisa era muito apressada, o professor chegava e dizia: “Estou desesperado, estou com paciente, tenho de fazer um transplante de rim e preciso de informação assim, assim, assim, assim...”. Aí a gente pedia pelo Comut, mas eu telefonava para o pessoal das outras bibliotecas e pedia para mandarem por fax. Só que o papel de fax era caríssimo, então não se podia fazer isso para todo mundo, só num caso muito urgente, mesmo. Explicamos tudo isso para os técnicos da Capes.

Vocês chegaram a algum entendimento nesse encontro?

Nessa conversa, falamos que São Paulo tinha acabado de fazer um consórcio entre as universidades paulistas para a compra de periódicos estrangeiros em CD-ROM. Todas as assinaturas delas, agora, eram em CD. E, a cada

15 dias, os fornecedores, os editores mandavam as revistas em CD, o que agilizou muito o processo para elas. Sugerimos que a Capes entrasse em entendimentos com a Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], que tinha feito a compra para as universidades paulistas, e fizesse um convênio de modo a que todo o Brasil passasse a ter acesso a todos os periódicos que São Paulo tivesse.

Essa ideia foi adiante?

Eles acharam a nossa proposta interessante, mas parece que a Fapesp não confiava muito em deixar a Capes entrar e, depois, a Capes não pagar em tempo hábil e causar alguma quebra do contrato, alguma dificuldade nessa contratação.

Como era um serviço que estava começando no Brasil todo, havia também uma discussão muito grande sobre como seria o acesso, se seria por senha, se seria só nos computadores da universidade, se teria um computador em cada laboratório ou se os computadores seriam nas bibliotecas. Havia também um questionamento sobre qual era o *backbone*² necessário para que a informação corresse livremente entre os estados, porque nem todo mundo tinha fibra ótica. A fibra ótica estava começando a entrar no Ceará, por exemplo. A discussão começou a ficar mais lenta porque havia todas essas interrogações, essas questões políticas.

Como a situação foi resolvida?

Boa parte das bibliotecas universitárias — pelo menos Pernambuco, Ceará, Minas Gerais, a própria UFRJ — tinha realizado alguns projetos para o Padict, um programa de apoio à ciência e tecnologia que nos favoreceu a compra do Chemical Abstracts Service, que é uma bibliografia básica na área de química, engenharia química, físico-química, e usava CD. Nós conseguimos esse “posto de serviço”, que eram computadores com leitores de CD que ficavam

² *Backbone* é o eixo central de uma rede de comunicação, conectando diferentes pontos, redes menores e diferentes segmentos de usuários, permitindo que os dados possam ser transmitidos de forma rápida e eficiente e garantindo a comunicação global. É fundamental para o funcionamento da internet e de outras redes de comunicação, garantindo a conectividade e a transmissão de dados entre diferentes regiões, países ou continentes.

nas bibliotecas. Os professores iam até lá, faziam as pesquisas junto com os bibliotecários ou, então, pediam aos bibliotecários, que faziam as pesquisas para eles. Isso agilizou enormemente essa área. Todo mundo que via aquilo ser feito na química ficava encantado, e dizia que seria ótimo se pudesse ser feito na engenharia, na medicina, e por aí vai.

Como era o nome dessa base de dados do programa para química?

Programa de Apoio à Disseminação de Informação Científica e Tecnológica, Padict, pelo qual foram criados os postos de serviço e informação. As universidades apresentavam o projeto, aqueles mais bem desenvolvidos eram selecionados e o programa comprava o computador, as bases de dados em CD e dava o treinamento para os bibliotecários. A UFC já tinha isso, quando passei a ser diretora da biblioteca universitária.

Baseada nessa experiência, sugerimos que a Capes fizesse o mesmo para todos os outros periódicos. A USP e a Unicamp também tinham o Padict, e foi com base na experiência do Padict que elas conseguiram sensibilizar a Fapesp para fazer o consórcio para todas as universidades estaduais de São Paulo. A Capes achou a proposta muito interessante, foi a São Paulo verificar como estava funcionando, mas não fechou acordo porque a Fapesp não aceitava incluir a Capes.

Quando a equipe da Capes voltou, nós dissemos: “Mas vocês já fizeram as contas na ponta do lápis para saber quanto vão gastar para comprar periódicos em papel? E quanto gastariam se comprassem base de dados, colocassem num computador e distribuíssem para o Brasil todo? Tem uma economia aí”. E insistimos: “Essas e essas e essas e essas revistas são comuns nessas quatro universidades. Vocês não vão comprar uma assinatura, vocês vão ter de comprar quatro assinaturas. E quatro assinaturas em papel dão para comprar uma eletrônica que, em vez de quatro, atenda a oito universidades. Existe uma economia de escala aí”.

Qual foi a reação da Capes diante desses argumentos?

Eles começaram a ver isso com outros olhos. Mas havia um *gap*, uma dificuldade de a gente discutir algumas questões. Como automação era

uma coisa muito nova, havia dificuldades técnicas que a gente não sabia como responder. Quem estava à frente da automação, da capilarização do *backbone* no Brasil todo era o Ceará, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Ceará. O responsável pela fibra óptica, que ia do Ceará para o Brasil todo, era o Mauro [Cavalcante] Pequeno, pessoa extremamente acessível e que eu conhecia. Então, quando tinha assim qualquer coisa que não entendia muito bem, anotava tudo e, no final da reunião, corria para Fortaleza e chegava no Mauro. Quando falei que era para botar os periódicos para o Brasil todo, ele ficou encantado. “Mas, Mauro, como é que a gente pode fazer isso? Tem condição?”. Ele disse que sim, com a fibra óptica, e me explicou o *backbone*.

Qualquer questão mais técnica para a automação, eu perguntava a ele, enquanto a Marisa perguntava ao pessoal do Rio de Janeiro e à bibliotecária Lígia Eliana Seteraneski, pedia ajuda ao à Federal do Paraná. E, no outro dia, era telefonema, era e-mail, vai e volta, a gente ia discutindo com os nossos pares na universidade e, quando tinha a próxima reunião, a gente se encontrava na UnB.

O comitê ia a Brasília para as reuniões na Capes?

Sim, porque o Abílio Baeta precisava assinar novos periódicos, mas não tinha dinheiro suficiente para assinar tudo que as universidades pediam. Ele queria uma solução para cortar periódicos e nós queríamos que ele comprasse os periódicos eletrônicos, porque diminuía o gasto e propiciava que todo mundo tivesse acesso aos periódicos. Foi muita discussão...

Eu preparava uma relação dos periódicos requisitados pelos cursos de pós-graduação mais bem avaliados e a literatura básica deles, e, na reunião seguinte, a gente conectava no computador uma relação no Excel e botava em ordem alfabética. Quando se fazia isso, tinha quatro, cinco, seis assinaturas da *The Lancet*, que é uma revista da área de saúde. Mostrávamos para o representante da Capes que havia seis assinaturas da *The Lancet* e perguntávamos quanto isso custava e quanto custaria comprar em formato eletrônico, o que permitiria uma economia. A partir daí, resolveram fazer uma reunião com os pesquisadores e os pró-reitores de pesquisa.

Quantos bibliotecários compunham a comissão nessa discussão?

Éramos cinco ou seis. Tinha representantes da Universidade Federal de Pernambuco, do Pará, de Mato Grosso, da Federal de São Carlos, do Rio Grande do Norte, do Paraná, e, depois, veio uma do Rio Grande do Sul por conta própria, Rejane [Ralfo] Klaes. Pedimos para ela participar, porque tinha conhecimento na Capes. Chegávamos em Brasília, ia todo mundo para a Biblioteca da UnB. Lá a Moema nos recebia e discutíamos os assuntos da reunião para sairmos de lá com uma posição fechada.

Essas eram as representantes da CBBU. Nós contávamos ainda com a ajuda das bibliotecárias da UFMG, de Santa Catarina e de outros estados do Brasil. Quando precisávamos de dados, todas entravam na roda para ajudar.

Como foram as reuniões com os pesquisadores e pró-reitores de pesquisa?

Chamaram os pesquisadores, pró-reitores de pesquisa e de pós-graduação. Tivemos uma reunião e, não sei por que cargas d'água, o reitor da UFMG foi e disse: "Não sei por que vão gastar um tanto desse porque eu tenho essa base de dados assim, assim, que foi dada de graça". Só que não foi de graça, foi um CD, que era só uma propaganda mostrando como era o acesso, e ele achou que, com aquilo, podia entrar no artigo propriamente dito.

Nesse dia, eu vi o Abílio Baeta "perder a tramontana", porque já estava tudo acertado que se ia comprar os periódicos, e quando nós dissemos que tinha de comprar também os *abstracts*, ele perdeu a paciência. Ele bateu na mesa, disse que "Essas mulheres não querem resolver isso, elas querem é complicar... Loureiro, toma conta aí que eu vou ter uma reunião", e saiu, deixando a gente com o Luiz [Valcov] Loureiro. Aí eu disse: "Marisa, e agora?". Ela pensou rápido e perguntou se tinha algum professor da física entre os pró-reitores. Não tinha. Tem da matemática? Não. Tem da biologia? Levantaram a mão dois professores, e ela engatou: "O que nós estamos discutindo aqui, que a Capes não está entendendo muito bem, é que nós queremos comprar os periódicos, mas queremos que eles comprem também o *Biological* porque, se não comprá-lo, como vocês vão ter acesso à informação?".

O que é o *Biological Abstract*?

O *Biological* é, vamos dizer, a porta de entrada dos periódicos. Você tem várias revistas na área de biologia e precisa, por exemplo, de um artigo sobre o genoma do milho. Quem escreveu sobre isso? Como é que se vai descobrir sem uma publicação que diga fulano escreveu, saiu na revista tal? Senão, você vai ter de abrir mil revistas e procurar uma por uma até achar. É como se fosse um índice geral?

Exatamente, é como uma espécie de índice. Na verdade, é uma base de dados que tem um índice e que reúne informações bibliográficas de artigos científicos em determinadas áreas. Através do resumo do artigo, você sabe o que foi escrito sobre o assunto, quem escreveu, em que revista está, quantas páginas tem etc. Ele é de grande importância para os pesquisadores.

Vou exemplificar com a medicina. Você tem um paciente com anemia profunda que precisa fazer um transplante de rim e você quer passar uma medicação XPTO, mas não sabe se aquela medicação pode causar uma hemorragia. Então você vai no índice de medicina, procura transplante de rins, transfusão de sangue, medicação, e o índice vai dizer quem escreveu sobre esses assuntos e, com o cruzamento das informações, você pode descobrir alguém que teve um caso igualzinho ao seu e como aquilo foi resolvido.

É bastante importante.

Na área de ciência e tecnologia, isso tem grande importância, porque a pessoa não perde tempo pesquisando o que já foi pesquisado, já foi visto, já foi resolvido. Na área de medicina, é fundamental, porque você pode ter de tomar uma decisão em cima de uma coisa que você não tem conhecimento profundo naquele momento. Ou seja, uma coisa não podia ser adquirida sem a outra, porque não adianta ter o índice se não tem a revista. Nesse caso, era preciso procurar no Brasil todo quem é que tinha aquela revista, para, de novo, e pelo Comut, daqui a 15 dias, o Comut te enviar... Então tinha de ser algo como remansa e correnteza, que andam juntas, a corda e a caçamba. Ou seja, uma coisa não pode ser desvinculada da outra.

Era só isso que estávamos querendo explicar para a Capes: que não se pode comprar só os periódicos, tem de comprar também os *abstracts*. Quando explicamos isso, os pró-reitores disseram que estávamos cobertas de razão. E lá fomos nós ajustar tudo, espreme daqui, corta dacolá, para ver se dava para comprar, porque não podia passar do valor.

Vocês fizeram isso sozinhas com a Capes ou tiveram alguma ajuda?

Tivemos a cooperação fundamental do Marcos Assakura. Apesar de ser vendedor de base de dados e, obviamente, querer vender as bases de dados dele, o Assakura foi muito correto. Quando a gente tinha alguma dúvida, ele dizia: “Olha, essa base de dados é muito boa, mas tem esse e esse defeito”, “A minha base de dados é excelente, mas essa daqui é melhor nisso ou naquilo por isso, por isso...”. Ele se portou como brasileiro, não como vendedor, o que nos ajudou muito porque, quando chegava a hora de discutir as bases de dados, era difícil.

Por que era difícil?

A Elsevier tem coisas maravilhosas e é uma das editoras mais fortes em nível mundial, com experiência de um século ou mais de século. Mas queria vender o pacote dela e, enganchado no material muito bom, queria botar o que não saía, vender pacote fechado, e a gente não tinha dinheiro para tanto. Eu me danava quando eles diziam “São tantos milhões”, e respondia que não podíamos ceder a esse preço. Aí era uma confusão medonha porque nós, da comissão, todas mulheres, caíamos em cima dizendo que não podia, que tinha de ter abatimento, que a gente não podia perder esse dinheiro, não podia perder essas revistas, e eles ficavam ensandecidos. Em algumas questões, acho que nós os matamos de cansaço.

Esse comitê era formado só por mulheres?

Da nossa parte, só mulheres. Tinha homem por parte da Capes, mas era fundamentalmente de mulheres. A Capes tinha uma mulher, a Elenara [Chaves Edler de Almeida], e uma outra menina cujo nome não me lembro. Era muito bom porque, quando a gente ficava estressada, às vezes, ia ao banheiro e trocava figurinhas. Havia, assim, uma cumplicidade.

Essa discussão durou quanto tempo? Vários meses, semanas?

Durou uns três meses ou um pouco mais. Foi em 1995, 1996, por aí. Finalmente, ganhamos as revistas e os *abstracts*. Quando fechamos tudo, eu disse: “Bem, agora nós só precisamos de mais uma coisa”. Aí o Loureiro balançou a cabeça e fez como quem diz “Eu não aguento mais!”. Eu falei: “Computador. Como nós vamos fazer rodar isso aí sem computador?”. O Loureiro afirmou que computador era outro projeto, e pedi que ele nos ajudasse a entrar nesse outro porque, se eu pedisse ao reitor computador para as três bibliotecas, iam me internar dizendo que eu estava doida. Porque é muita biblioteca.

Vocês entraram em outro projeto?

Sim, eles nos encaminharam para um projeto que, se não me engano, era do CNPq, que facilitou a compra dos computadores. Pediram para fazermos uma avaliação de quantos postos seriam para cada universidade e dimensionarmos a quantidade de equipamentos. Cada um correu para sua universidade, conversou com seu pró-reitor e, quando trouxe a relação, apresentou uma coisa mais assentada.

O trabalho terminou, então?

Não, porque ainda faltava a área de humanas. Foi outra batalha, mas conseguimos aumentar alguns títulos de humanas, garantir pelo menos aqueles que eram essenciais aos cursos de pós-graduação. E nos comprometemos — não com a Capes, mas um compromisso entre nós e, posteriormente, com o Ibict — a trabalhar para criar uma biblioteca virtual de teses e dissertações. Mas como eu já estava saindo da universidade, não participei tão efetivamente dessa discussão.

As compras dos periódicos e *abstracts* era de CD? Vocês compravam os CDs, as bibliotecas instalavam os CDs nos computadores e os professores iam e pesquisavam lá?

Quando começamos a discutir a compra de CDs e onde eles iam ficar, o Mauro [Cavalcante] Pequeno sugeriu que pedíssemos tudo online. Porque, embora o CD fosse um avanço, demorava no mínimo 15 dias para chegar

aqui, enquanto online chegava quando eles alimentavam o computador. Ele também disse que era viável e só precisava de dois computadores: um para receber a informação e outro para ser espelho. Se um tivesse problema, o outro iria funcionar, porque era espelho.

Mas para isso era preciso uma rede de computadores, para que todas as universidades acessassem esse material online.

Exatamente. Essa discussão da rede, do *backbone*, do tipo de computador, nós não fizemos. Deixamos para o Mauro Pequeno e quem era mais do *métier*, digamos assim. Como se estava trabalhando na implantação da automação no Brasil como um todo, e eles tinham dinheiro, compraram um computador muito grande e nele colocaram a base de dados.

Deve ser a RNP, a Rede Nacional de Pesquisa.

Exatamente. Era a Rede Nacional de Pesquisa, mesmo. Quando ganhamos o portal online, foi a Fapesp que correu, querendo se aliar à Capes para ter acesso mais rápido à informação.

Nesse momento já é a instalação do Portal de Periódicos?

Sim, foi depois da instalação do portal. Não sei como isso está hoje em dia, mas houve uma negociação para que as universidades paulistas tivessem acesso à informação online como o resto do Brasil tinha.

Em um dado momento, a senhora saiu de lá. Como foi isso? A senhora deixou esse projeto, deixou o Ceará?

Não, nós não deixamos o projeto. A discussão continuou, resolveu, ok, “Vamos comprar os periódicos, está tudo combinado”. A partir daí, depois que se decidiu a relação dos periódicos e das bases de dados, não fomos mais chamados para reunião. Cessou a nossa intervenção. E aí veio a inauguração do portal.

Qual a maior contribuição da CBBU para o Portal de Periódicos?

A CBBU teve uma colaboração de fundamental importância para o Portal de Periódicos da Capes porque, até então, eles não tinham noção de como

era o trabalho dos bibliotecários e da importância da pesquisa bibliográfica para o desenvolvimento das pesquisas no Brasil. Depois disso, começamos a trabalhar na padronização das teses e dissertações, para formar um banco de teses e dissertações. Cheguei a fazer um seminário no Ceará para discutir a questão da padronização, porque não se pode pegar as informações e jogar de qualquer forma no computador. Hoje, existe a IA, mas, naquela época, era fundamental haver uma padronização.

Quando a gente bota um termo no Google, vêm 3 mil, 4 mil informações, e você tem de encontrar, no meio delas, aquela que lhe interessa realmente. Era isso que a gente não queria que acontecesse com o banco de teses e dissertações. Tinha uma outra questão também muito preocupante, que era a segurança da informação. Porque muitas das nossas teses e dissertações acabavam apresentando descobertas, que tinham de ser protegidas, porque podiam registrar como descoberta deles e nós íamos pagar *royalties* para usar uma coisa que tínhamos sido nós a descobrir.

A senhora ficou no Ceará até quando? Porque, depois, a senhora se mudou para o Rio de Janeiro, para a Petrobras. Como foi essa mudança na sua vida?

Eu me aposentei em 1997, quando era diretora da biblioteca universitária, mas o professor Roberto Cláudio me manteve na direção da biblioteca. Em junho de 2003, acabou meu mandato de diretora; um pouco antes, tinha feito um concurso para a Petrobras. Fiz só para saber como estava no mercado de trabalho, pois não pretendia parar de trabalhar, até porque, nessa época, meu marido estava desempregado e era eu quem mantinha a casa. Minha chefia correspondia a dois terços do meu salário e, quando eu saísse da biblioteca universitária, teria um decréscimo salarial muito forte. Diante disso, estava pensando em arrumar um outro emprego. Fiz o concurso e passei. Em setembro de 2003, a Petrobras me chamou e assumi em novembro de 2003.

A senhora se tornou bibliotecária na Petrobras. Como foi essa nova fase?

No Rio, fui trabalhar na biblioteca do compartilhado.³ Aí apareceu no compartilhado um projeto de certificação nas normas de meio ambiente, saúde e qualidade. Fiz o curso e fui trabalhar na parte de documentação, de confecção dos manuais. Trabalhei nisso durante sete anos, mais ou menos, e cheguei a ser auditora do Sistema de Gestão Integrada. Depois, fiz um curso de pós-graduação da Coppe, da UFRJ, de gestão do conhecimento, e voltei para a biblioteca do Cenpes [Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Mello], que era mais ligada à área de pesquisa.

A senhora voltou para a biblioteca do Cenpes, mas não tinha mais ligação com a Capes nem com o Portal de Periódicos.

Não. Fui trabalhar na biblioteca do Cenpes e, em seguida, veio o programa de demissão voluntária. Como já estava com 41 anos de serviço, resolvi me aposentar.

Passados 25 anos da inauguração, como vê o papel do portal na atualidade? O que a senhora diria das dificuldades, que são muitas ainda hoje?

Acompanho muito subjetivamente. Se continuasse morando no Ceará, talvez estivesse mais inteirada, porque estaria vendo e ouvindo minhas colegas da biblioteca. A biblioteca da Petrobras é um outro nível, é uma outra demanda, é uma outra necessidade. Mas entendo que o acesso à informação foi muito bom para o Brasil como um todo, que melhorou, em quantidade e em qualidade, o número de pesquisas desenvolvidas no país. Sei que a informação, por si só, não é suficiente, porque os laboratórios precisam ser criados e mantidos. É preciso, também, uma política bem vigorosa para incentivo às teses e dissertações, para a disseminação dessa informação. E investir bastante em cursos de pós-graduação, de especialização para os bibliotecários, para que eles possam acompanhar e prestar

³ Os Serviços Compartilhados da Petrobras (SC) são um conjunto de serviços internos prestados a diversas áreas da empresa, com o objetivo de otimizar processos e aumentar a eficiência. Eles abrangem diversas áreas, como tecnologia da informação, recursos humanos, finanças e gestão de projetos. A biblioteca faz parte desse conjunto.

um serviço de melhor qualidade. Acredito que o Portal foi a democratização da informação tecnocientífica e que, hoje, temos uma situação muitas vezes melhor do que na década de 1990.

Digo isso porque tenho um filho que é doutor em biofísica e trabalha numa universidade privada em Altamira, no Pará, e outro é mestre, trabalha na UniRio e usufruiu bastante do Portal de Periódicos da Capes. Muitas vezes, ele me disse: “Oi, mãe, foi abençoada essa questão que vocês, bibliotecários, fizeram porque, hoje em dia, a gente tem acesso a um número muito grande de informação, a gente pode realmente pesquisar com muita rapidez e ter acesso a muitas informações que são primordiais”.

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 11/02/2025

Rosaly Favero Krzyzanowski

Professora, gostaria que a senhora falasse um pouco sobre sua trajetória — onde nasceu, onde estudou, como foi o início de sua carreira profissional.

Nasci em São Paulo, capital, em 1941. Estudei no Colégio Mackenzie até o 8º ano do Ensino Fundamental, quando mudei para o Colégio Estadual Roosevelt, onde me formei no antigo ginásio. Fiz o Ensino Médio no Colégio Experimental da USP [Universidade de São Paulo]. Eu estudava balé e piano, e, em 1960, quando terminei o Ensino Médio, estava em busca de uma profissão quando meus avós, que eram muito conservadores, me pressionaram para que eu fosse professora. Mas eu não gostava da ideia, e comecei a pesquisar profissões. Foi então que uma conhecida me falou de biblioteconomia. Como desde pequena eu gostava muito de literatura, de ler livros, resolvi entrar na Escola de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política da USP. Eu me formei em 1965, mas em 1964, ainda estudante, comecei a trabalhar como estagiária na biblioteca da Faculdade de Odontologia da USP. Como na época estava sendo formado o Serviço de Documentação e Informação da Odontologia, levei umas colegas para lá.

Como era o trabalho na biblioteca da Faculdade de Odontologia?

Eu trabalhava na parte de publicações periódicas e um pouco na parte de livros, mas o meu grande amor sempre foram os periódicos, um caminho

que segui a vida inteira, a ponto de ter feito alguns projetos de melhorias da revista da Faculdade de Odontologia. Eu era como uma técnica operacional de organização dos trabalhos científicos da faculdade. Levava esses trabalhos para uma comissão de biblioteca, que avaliava o conteúdo, fazia o contato com os pesquisadores, se necessário, e também acompanhava a editoração e, depois, a divulgação da revista para a América Latina. Também criamos os *Sumários de Odontologia*.

De que maneira era feita essa divulgação?

Tirava cópia da capa da revista e da página de sumário dos artigos, que eram impressos, e depois passavam pela gráfica, que conseguimos comprar pela W.K. Kellogg Foundation. Os *Sumários de Odontologia* eram impressos e eu os passava para todas as bibliotecas de odontologia do país e da América Latina. Esse foi o grande trabalho que fiz na odontologia e que teve uma repercussão imensa, porque era muito difícil comprar revistas estrangeiras na América Latina naquela época. Nós fornecíamos gratuitamente esses sumários.

A Faculdade de Odontologia comprava as revistas para vocês fazerem os sumários?

Comprava todas as revistas, que recebia mensalmente ou semanalmente. A cada trimestre, eu montava os *Sumários de Odontologia* e enviava para todas as faculdades. Ao mandar para as faculdades, elas solicitavam determinados artigos que os pesquisadores em suas faculdades tinham interesse em ler. Ainda não havia a web, eram os anos 60, 70. Aí alugamos uma xerox, em 1972, e começamos a tirar cópia desses artigos e mandar para os pesquisadores que os solicitavam. Esse trabalho foi muito elogiado, no início da década de 1970.

Essa iniciativa se expandiu para outras áreas?

Sim, o Instituto de Psicologia fez e a Faculdade de Saúde Pública também. Que eu saiba, na USP, eram essas duas bibliotecas que também prestavam esse serviço às demais bibliotecas de suas áreas específicas.

Era um projeto comum ou cada biblioteca fazia a sua?

Cada biblioteca fazia a sua, por sua conta, porque eram revistas que havia nas bibliotecas individualmente. Então, não tinha como fazer um trabalho centralizado.

A iniciativa da compra das revistas também era da Faculdade de Odontologia?

Sim. Eu passava pelos departamentos, conversava com os titulares, e escolhíamos as revistas que já existiam e as que eles gostariam de assinar, ou tirar algumas e incluir outras. A gente fazia uma avaliação desde aquela época, e comprávamos dos editores.

A partir de 1970, também passei a dar aula na Escola de Biblioteconomia da Fesp-SP [Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo], na parte de organização das revistas periódicas em papel: como catalogar, como organizar os dados da revista e como fazer a avaliação das revistas científicas.

Num dado momento, esse projeto se expande para incorporar outras áreas de conhecimento. Como isso aconteceu?

Expandiu individualmente, mas, nos anos 1980, publicamos a *Bibliografia Brasileira de Odontologia*, a BBO. Tínhamos contato com todas as bibliotecas de odontologia do país, que indicavam as revistas que possuíam e nós fazíamos a BBO, em conjunto com a Bireme [Biblioteca Regional de Medicina], que começou a reunir todas as revistas científicas da área da saúde no Brasil. Então, o *Sumário de Odontologia* praticamente passou a funcionar dentro da BBO, que era reunida às demais bibliotecas da área da saúde pela Bireme.

Nos anos 80, fui convidada a avaliar as bibliotecas da USP e coletar dados de livros e revistas que ficavam nos departamentos. A tendência era retirar essas revistas e livros dos departamentos e centralizar na biblioteca da unidade. Convencer os professores foi um trabalho muito pesado, muito cansativo.

Devia haver uma resistência grande a isso.

Uma resistência muito grande, principalmente na Faculdade de Direito. Os demais cursos foram compreendendo isso e formaram as bibliotecas de uma maneira mais plausível, para todos os pesquisadores. Elas não ficavam fechadas em um departamento e sem conhecimento dos demais pesquisadores da unidade.

A senhora foi chefe da Biblioteca Central da USP?

Não. Fizemos um estudo para a formação do sistema de bibliotecas da USP. Esse sistema foi criado em 1984 e fui convidada pela Maria Luiza [Rigo] Pasquarelli, que foi a primeira diretora do Sistema de Bibliotecas da USP, o SIBi-USP, para ser diretora do Departamento de Bibliotecas. Minha função era visitar as bibliotecas da USP, ver quais as suas deficiências, as melhorias desejadas, para que pudéssemos atendê-las de uma forma compartilhada. A ideia era fazer um sistema de bibliotecas realmente compartilhadas com seus acervos. Conseguimos fazer isso também com a Unicamp, informalmente. No início de 1991, produzimos um CD-ROM com os acervos de livros das bibliotecas das três universidades, o que foi publicado na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e teve uma ótima repercussão nacional. Chegamos a distribuir esse CD para todas as bibliotecas do país que se interessaram.

No final dos anos 1980, a senhora voltou para a Faculdade de Odontologia. Por quê? Algum projeto novo?

Sim. Voltei para a Fousp em 1989, porque havia a proposta de direcionar um projeto junto à W.K. Kellogg Foundation e à Bireme, para atualizar as condições dos equipamentos das bibliotecas de odontologia do Brasil, que já faziam parte da cooperação com a BBO, com vistas a agilizar a transmissão das informações sobre as publicações de seus pesquisadores para a base da BBO e, conseqüentemente, para a base da Bireme. No entanto, pelo fato de a diretoria do SIBi-USP ter mudado, continuei a contribuir com as atividades desse sistema. Em 1994, fui convidada pelo reitor da USP, professor doutor Flávio Fava de Moraes, a assumir a diretoria do DT/SIBi-USP

e lá pudemos realizar dois grandes projetos especiais. Primeiramente, para localizar nos acervos das bibliotecas do sistema os livros raros da USP, com apoio financeiro da Reitoria. Depois, esses livros foram restaurados e colocados em salas especiais para acomodá-los e expô-los devidamente. Para tanto, contamos com projeto aprovado pela Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo]. Neste projeto, tivemos a oportunidade de trabalhar com a senhora Guita Mindlin e sua equipe.

Outro projeto que preparamos nessa época, e que foi apoiado pela Fundação Andrew W. Mellon, teve como objetivo avaliar e apresentar a necessidade de melhoria nas atividades de catalogação dos livros recebidos pelas bibliotecas da USP, perante as novas tecnologias. Com o advento da internet foi possível entendimentos com a Online Computer Library Centre, em Ohio, para incluir a coleção de livros existente na base de dados *Dedalus*, no banco de dados *WorldCat*, o qual permite visualizar toda a sua coleção de bibliotecas de qualquer lugar do mundo.

Até então, seu trabalho era com bibliotecas, com livros e coleções de revistas impressas. Foi a partir daí que se começou a pensar em revistas eletrônicas?

Começou a se pensar em CD-ROM, que comprávamos dos editores ou da Web of Science, que é uma grande base de dados de artigos científicos internacional, situada na Filadélfia, e muito conhecida por todos da área.

Aí já eram contempladas todas as áreas de conhecimento?

Isso, todas as áreas de conhecimento. Em 1994, conseguimos incluir as bibliotecas do SIBi em um grande projeto da Fapesp, que queria atualizar os laboratórios das universidades e dos institutos de pesquisa de todo o estado de São Paulo. Foi quando começamos a pensar em fornecer a WOS. O reitor, professor Flávio Fava de Moraes, concordou em implantar o projeto nas bibliotecas, já que elas eram também laboratórios de pesquisa. Então fizemos o projeto da Fapesp, que levou computadores para todas as bibliotecas da USP, e eu me tornei diretora do sistema. Puxei o catálogo coletivo da antiga biblioteca central para o SIBi, que se tornou, então, um

catálogo coletivo de informação. Mas era tudo em fichário, uma loucura! Logicamente, isso se transformou com o tempo e a tecnologia, e pudemos disponibilizá-lo via web.

A senhora era responsável pelo ProBE [Programa de Biblioteca Eletrônica]. O que é exatamente esse programa?

Em 1997, as revistas eletrônicas estouraram realmente em todos os países, produzidas pelos editores, que viam que não havia mais condições de publicar revista em papel. Fizemos um projeto para a Fapesp, que foi aprovado pela diretoria científica, pela presidência. Começamos, com a USP, Unesp [Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”], Unicamp, Bireme, Unifesp [Universidade Federal de São Paulo] e UFSCar [Universidade Federal de São Carlos], a fazer um estudo para criar um consórcio que foi denominado ProBE. O ProBE teve uma repercussão muito grande após a aprovação, e o professor Francisco Romeu Landi, então diretor-presidente do Conselho Técnico-Administrativo da Fapesp, me convidou para coordenar o ProBE na Fapesp.

Na ocasião, em 1999, eu estava completando 35 anos de serviço, e, embora o ProBE já estivesse em funcionamento, o professor me pediu para trabalharmos com as universidades e fazermos um projeto maior. Fizemos, e o ProBE foi a sementinha para a criação do portal da Capes.

As pessoas falam muito da sua contribuição para o portal. Como começou a relação entre o seu trabalho na USP, em São Paulo, e a Capes, em Brasília?

Em 1999, saí da USP e fui trabalhar como assessora na Fapesp, atuando como coordenadora desse programa de revistas eletrônicas online. Começamos a visitar as bibliotecas, ter contato com os editores, fazer reuniões e convidar as bibliotecas para ouvir o que seria o ProBE. Nossa intenção era sentir o interesse de todas as bibliotecas do país. Aos poucos, fomos desenvolvendo o projeto, mas apenas em São Paulo, porque a Fapesp só atua no estado de São Paulo. Em 2000, o professor Loureiro, que era diretor da Capes, foi à Fapesp conversar com o professor Landi e comigo sobre a

possibilidade de passarmos esse *know-how* para a criação do Portal de Periódicos da Capes. Começamos a trabalhar essa ideia até a implantação do portal, em 2002. Fui liberada pela Fapesp para passar dois dias por semana na Capes, juntamente com a Elenara Chaves Edler de Almeida, que era a coordenadora do Portal.

Começamos a escolher as revistas e conversar com os editores. Começamos com a Elsevier, que era a mais forte das editoras no ProBE, e fizemos um acordo para que as 42 bibliotecas que já eram do ProBE continuassem no Portal da Capes, em princípio. E definimos critérios de avaliação, definimos normas e quem seriam os editores que começariam a trabalhar conosco: a Thomson Reuters, a Elsevier, a Gale, entre outras.

Já em associação com a Capes.

Sim. Então, em 2002, o portal do ProBE acabou e foi assumido pelo Portal de Periódicos da Capes. E, logicamente, isso foi um *boom* maravilhoso. Colaborei com a implantação do Portal de Periódicos até 2004, indo e vindo da Capes. De 2005 a 2009, participei do Conselho do Portal.

Havia também uma outra entidade, a CBBU.

Sim, a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias. A CBBU se reúne a cada dois anos para apresentação de trabalhos, discussão dos temas atuais das bibliotecas, com conferências. É essa a finalidade da CBBU. E a Capes sempre participou.

A senhora participava também desta comissão?

Sim, com certeza. Não era possível não participar. Ela foi iniciada, inclusive, no SIBi-USP. Uma reunião de algumas bibliotecárias do Rio Grande do Sul, de Brasília e de São Paulo, da Unicamp, da Unesp, e avaliamos a possibilidade de criar a CBBU. Então, a CBBU foi lançada na USP.

Qual era a missão da CBBU?

A missão da CBBU era atualizar os bibliotecários nas suas atividades profissionais. Porque já havia pessoas que davam palestras sobre tendências

modernas. O Ibict [Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia] participava muito, e estava sempre à frente, com cursos de formação de bibliotecários, de documentalistas, de ciências da informação. E também reunia o catálogo de teses e dissertações.

Então, a missão é essa: trazer modernas informações e atividades das bibliotecas, reunir os bibliotecários para discussões e conhecimento de novos bibliotecários e das suas atividades. Nos encontros, havia sempre um estande do Ibict, da própria CBBU e de editores científicos, que faziam as suas apresentações para vendas ou de novos catálogos. E também a WOS, com as suas novas bases de dados. A CBBU é, de fato, algo muito importante.

Voltando à sua colaboração com a Capes. A senhora ia a Brasília semanalmente?

Fui a Brasília até que as coisas se configurassem bem. E sempre com a aprovação do presidente da Capes, que mudou em três momentos enquanto eu estava lá. A partir daí, o Portal de Periódicos já tinha sido instalado e escolhidas as bibliotecas das Instituições de Ensino e Pesquisa, que tinham pós-graduação, enfim, que cumpriam uma série de critérios que nós definimos. Foi essa minha grande colaboração com a criação do Portal de Periódicos da Capes.

Como funcionava essa colaboração e sua relação com a Elenara?

A Elenara não era bibliotecária, tinha pouco conhecimento nessa área, e se tornou realmente uma potência muito admirada por todos porque se dedicou demais às atividades e se tornou uma pessoa de renome dentro da área, apesar de não ser bibliotecária. Muito respeitada e muito dedicada. A gente conversava muito sobre a montagem do portal da Capes.

Minha função foi a de escolher as bibliotecas, de fazer o contato com elas e, se necessário, visitá-las e convidá-las para trocar ideias com os editores. Eu fazia o contato com os editores porque os conhecia bem, em função do ProBE e porque, desde o tempo em que trabalhei na biblioteca da odontologia, trabalhava com editores dessa área. Então, pude indicar

quais os principais editores. Eles também iam a Brasília se reunir conosco para fazer contato, faziam as suas palestras. Foi um grande trabalho de contratação dos editores, como seria a participação, qual o custo, quais os títulos de importância para atender a todas as bibliotecas, a reivindicação de todas as bibliotecas... Conversávamos muito com o presidente da Capes, em função da parte financeira e técnica e da implementação do portal, porque não tinha funcionários para isso. Fomos formando pessoas para trabalhar no portal.

Era um trabalho informal?

Sim, sem normas. Em dado momento, foi montada pelo presidente da Capes uma comissão do portal da Capes. Nela estava o diretor da Capes, a Elenara, um representante de pesquisadores, que no início foi da Unicamp, e de cada área do conhecimento. Eu fiz parte porque tinha conhecimento de portal, do início do portal e do ProBE. Enfim, já tinha um pouco de experiência em formar uma biblioteca eletrônica, como é o portal da Capes.

Em São Paulo, vocês passaram a comprar os eletrônicos exatamente quando?

Começamos a comprar em 1998. Foi quase um ano de discussão com os advogados de cada universidade, com os diretores, com os reitores. Isso foi um trabalho bem pesado, mas que nos deu o conhecimento de como fazer um contrato de uso de dados das revistas científicas. Porque no ProBE pagávamos para usar as revistas no sistema online, mas não tínhamos a revista, não comprávamos a revista. Era online. Então, tivemos de fazer uma adaptação, aproveitar bem o contrato que foi iniciado com a WOS, com a Elsevier, que foi uma discussão muito forte com eles, a ponto de eu dizer: “Então paramos aqui, não vamos fazer mais, porque vocês estão trazendo muitas dificuldades para nós”. Terminamos assinando o contrato em 1999 e, em 2000, paralelamente ao ProBE, começamos com o portal da Capes. Na mesma linha de trabalhar contratos, avaliar o que era bom para a Capes e para o editor, porque tinha de haver um consenso. Quais revistas deveriam ser assinadas, uma triagem nos pedidos das universidades, que eram muito grandes.

Quais os critérios para a escolha?

Precisávamos verificar o que era de interesse para todas as universidades, porque o critério era comprar um título importante para pesquisadores de todas as universidades às quais a Capes estava abrindo o portal. Então, se a universidade pedia uma revista de cibernética, considerávamos se essa revista era importante para todas as faculdades ou especificamente para uma só. Em princípio, se fosse para uma, mas houvesse uma justificativa muito grande, fazíamos a compra. Se não houvesse, não fazíamos. Então, havia, sim, uma série de critérios para a aquisição dessas revistas.

Em 2004, quando já estava iniciado o trabalho, começamos a expandir o portal. E, hoje, temos milhões de títulos oferecidos pelo portal da Capes, com treinamento para as bibliotecas. Tem representantes da Capes que vão fazer treinamentos e representantes dos editores para treinar como usar as publicações da editora. Isso é realizado anualmente, para atualização das informações.

Hoje há uma mudança muito grande no mundo editorial, no mundo das bibliotecas, com a inteligência artificial. Como a senhora vê a IA e o impacto disso para um portal de periódicos como o da Capes?

Acho que vamos ter uma ideia para o futuro, porque, atualmente, os editores têm de disponibilizar conteúdos que são aprovados por uma comissão dentro das editoras. A revista tem de ser aprovada inteiramente, e também na sua forma, pelas editoras. Para fornecer uma revista para a Capes, a editora tem de ter uma existência efetiva, com comissão editorial, com uma formatação, com periodicidade e tudo o mais. Pode ser que o fornecimento se torne mais ágil se os editores começarem a utilizar a IA. Mas o importante é que, atualmente, alguns editores já fornecem o artigo antes de a revista ser publicada. Sendo aprovado pela comissão editorial, o artigo científico já pode ser disponibilizado para o pesquisador. Depois é que sai a revista na sua totalidade.

Não sei se a IA pode ser mais útil, mas a importância da avaliação pelo recurso humano é muito importante. Então, tem de haver um treinamento muito grande para que a IA possa ser utilizada para cumprir todas essas

instâncias pelas quais o artigo passa para ser publicado numa revista científica. Vejo isso como possibilidade futura, mas tem de ser algo muito bem preparado.

Tem alguma outra coisa que gostaria de acrescentar? Mandar uma mensagem para os nossos jovens estudantes...

Eu gostaria de dizer que a biblioteconomia se tornou algo mais importante do que uma simples biblioteca. Ela compartilha muito mais com o pesquisador, ela estreita o relacionamento com o pesquisador, com o editor, e tem de ter uma qualidade mais atualizada de informação. Daí chamarmos o curso de ciência da informação. O bibliotecário se torna um cientista da informação porque é algo que transitou do papel para o disquete, para o CD-ROM, para o eletrônico, para a informação de tudo, das teses, dissertações, como eu fazia na Biblioteca Virtual da Fapesp, que eu criei e toquei durante quase uma década.

A Biblioteca Virtual da Fapesp possui todos os projetos aprovados pela Fundação, podendo ser buscado por tema, nome do pesquisador, nome do orientador. Se for uma tese, pelo tema do mestrando, do graduado, na parte de tese e dissertação. E consegui algo que, acredito, foi muito bom: obter as informações que não existiam na Fapesp na parte de informática. Consegui levantar todos os projetos de 1962 até 1991.

Isso é fantástico!

Nós temos isso na Biblioteca Virtual. Nós tivemos de digitalizar, dos relatórios da Fapesp, todos os projetos, acrescentando dados que não existiam, para se assemelhar à Biblioteca Virtual. Foi um trabalho de formiguinha.

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 18/03/2025

Rejane Raffo Klaes

Gostaria que a senhora nos falasse um pouco das suas origens familiares, onde nasceu, quando começou sua atividade como bibliotecária, e como foi sua opção pela profissão.

Nasci em Bagé, no Rio Grande do Sul, e morei em Pelotas até os quatro anos e meio, quando minha família se mudou para Porto Alegre, onde vivo até hoje. Em 1976, fiz vestibular para engenharia química na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas, como não consegui pontos suficientes para entrar, resolvi seguir biblioteconomia. No terceiro semestre, entrei em contato com uma disciplina que tratava de informação em nível internacional, e comecei a ouvir falar em Ifla [International Federation of Library Associations and Institutions — Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias], em Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura], em organismos internacionais que tratavam da informação.

Esse lado me deixou com vontade de continuar. Depois que me formei em 1979, fiz o curso de especialização em administração de sistemas de bibliotecas na UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul] em 1982, e, em 1988, mestrado em planejamento bibliotecário na UnB [Universidade de Brasília].

Trabalhei como bibliotecária na UFRGS de 1979 a 2020, quando me aposentei. Cerca de 20 desses 41 anos, trabalhei simultaneamente com o portal da Capes.

A senhora foi chefe da Biblioteca Central da universidade? Quais eram os desafios?

Trabalhei na Biblioteca Central desde o início da minha carreira. Trabalhava com aquisição de revistas estrangeiras. Atuei 14 anos na Biblioteca Central, depois fui para a Biblioteca da Faculdade de Odontologia, quando começou a automação e informação com base de dados na área da saúde oral, junto com a Bireme [Biblioteca Regional de Medicina]. Depois, em 2000, me candidatei à direção da Biblioteca Central para o período 2000-2004, que foi a época da segunda gestão da professora Wrana [Maria] Panizzi na reitoria. Na UFRGS, temos a escolha pelos pares: um ou mais bibliotecários se candidatam, os pares indicam, e a reitoria acata sempre a indicação.

O período na direção da Biblioteca Central foi bastante interessante, porque tivemos a oportunidade de chefiar um grande sistema de bibliotecas. Somos mais de 30 bibliotecas setoriais, não temos o modelo de biblioteca central única, como muitas universidades. Além de gerenciar recursos, projetos para aquisição de materiais, desenvolvemos em parceria com o Ibict [Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia], o CPD [Centro de Processamento de Dados] da UFRGS, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, que acabou dando origem ao repositório institucional da universidade, que é o Lume. Começamos com as teses e dissertações e, hoje, o Lume é um repositório que tem uma variedade de materiais, além dos impressos.

Foi muito grande a diferença entre o trabalho na Biblioteca da Odontologia e a Biblioteca Central?

Muito. O gerenciamento de um sistema é bastante diferente do gerenciamento de uma única biblioteca setorial especializada. Essa experiência foi muito importante porque, além do contato com o sistema como um todo, nos permitiu ter uma relação mais próxima com os diretores das unidades universitárias, entender as suas demandas e os problemas que eles vinham enfrentando. Foi mais fácil ouvir os dois lados, o dos bibliotecários e a relação com a direção da unidade.

Nessa época, 2000, sendo diretora da Biblioteca Central e pertencendo à Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias, tive o privilégio de estar presente, no dia 10 de novembro, na assinatura do Protocolo de Entendimentos entre o MEC [Ministério da Educação], a Capes e representantes de editores e fornecedores de informação eletrônica, quando foi instituído o Portal de Periódicos da Capes.

Qual foi o papel da CBBU [Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias] na implantação do Portal da Capes?

Foi muito importante a participação efetiva de cada membro da CBBU, diretoras de bibliotecas universitárias do país, especialmente nos anos iniciais do portal. Naqueles primeiros anos, nós servimos de ligação entre a Capes, o portal e as universidades brasileiras, demonstrando o quanto a instituição do portal era importante naquele momento. Estávamos abrindo novas portas de acesso à informação científica, e o portal representava um importante avanço no ensino, especialmente para as pesquisas nas universidades e nas instituições de pesquisa.

Quando a CBBU foi criada e qual era o seu papel em relação ao portal?

Em 1972 foi criada uma comissão nacional de diretores de bibliotecas de universidades com o intuito de fortalecer a representatividade das bibliotecas universitárias junto às instâncias superiores do MEC. Naquele momento, era uma comissão muito ativa. Em 1973, passou a chamar-se Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias Brasileiras, com o objetivo de analisar os problemas das bibliotecas universitárias brasileiras e formular uma política nacional para o seu desenvolvimento. Essa comissão ficou um tempo inativa, mas a partir de 1978, ano do I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, cresceu o movimento para a recriação de um órgão nacional.

A decisão de reativá-la, com o nome de Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias, aconteceu em 1987, durante o V Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, ocorrido na UFRGS. Essa comissão reúne diretores de bibliotecas centrais de universidades, que dão suporte ao MEC, principalmente à Capes, em especial no momento de instituição do Portal

de Periódicos. Participei da CBBU de 2000 a 2004 e atuamos como um elo entre a universidade, as pró-reitorias de pesquisa, as pró-reitorias de pós-graduação e a Capes. Essa atuação facilitou bastante o trabalho de fundamentar a escolha dos acervos. Em função do nosso conhecimento de acervos e envolvimento com o ensino e pesquisa, ajudamos a subsidiar a Capes nas suas tomadas de decisão quanto ao acervo que compõem o Portal de Periódicos.

A senhora já trabalhava na aquisição de periódicos na era pré-portal da Capes?

Quando comecei a trabalhar, em 1979, a maioria das universidades no Brasil adquiria periódicos estrangeiros por meio de agências, normalmente localizadas no Rio e em São Paulo, que intermediavam a compra junto aos editores estrangeiros. Naturalmente, essas agências cobravam uma taxa pelo serviço prestado às universidades. Entretanto, na UFRGS, optou-se pela compra direta das revistas estrangeiras. Fizemos estudos financeiros, incluindo custo de pessoal, de material utilizado, e optamos por adquirir os periódicos diretamente dos editores. Isso dava uma economia de escala. Não era 10%, 15%, era bem mais... Além disso, para conseguir fazer com que o dinheiro rendesse, pagávamos o transporte das revistas por via marítima, porque era mais barato que a via aérea, e essa diferença nos permitia comprar alguns títulos a mais.

Tínhamos envolvimento com o Banco Central e o Banco do Brasil. Era um tempo em que se usava cheque, tudo ia por correio. Foi uma experiência bastante interessante e diferenciada, porque não lembro de outra universidade que fizesse isso. Lembro que, em 1981, no II Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, que ocorreu em Brasília, apresentamos um trabalho mostrando essa economia de escala e as vantagens de fazer aquisição direta de periódicos.

Vocês faziam a compra, recebiam por navio e disponibilizavam aos pesquisadores. Quais eram as áreas prioritárias?

Distribuíamos em todas as bibliotecas setoriais das universidades. As áreas que mais demandavam sempre foram ciência e tecnologia e saúde. Mas,

na medida do possível, as áreas de humanas também eram atendidas. Lembro que havia recursos da Bireme e da Finep [Financiadora de Estudos e Projetos], que financiavam parte das coleções de alguns cursos de pós-graduação. Eram projetos feitos especificamente por pesquisadores e professores da pós-graduação.

Como começou a sua relação com a Capes?

Começou com o advento do portal, que mudou completamente a forma de fazer pesquisa e de acessar a informação científica e tecnológica. Na época pré-portal, tínhamos acesso a um número reduzido de revistas, especialmente as estrangeiras, impressas, que demoravam a chegar às instituições. Além de limitado, o acesso também sofria um atraso temporal até que chegasse às instituições, mesmo que fossem enviadas por via aérea. Então, havia um atraso quanto ao acesso à informação dos pesquisadores do outro lado do mundo, Europa, Estados Unidos.

A concentração dos acervos, isso eu lembro bem, ficava mais nas regiões Sul, Sudeste, Centro-oeste, em função da UnB, e algumas bibliotecas do Norte e Nordeste. Como resolver isso? Por meio dos serviços de computação bibliográfica, instituídos pela Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária], pela Bireme e pelo Ibict.

O que era a Bireme e onde ela se localizava?

A Bireme era a Biblioteca Regional de Medicina, localizada em São Paulo. Hoje se denomina Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, embora continue sendo chamado de Bireme, e está vinculado à Opas/OMS [Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde]. Quando chegou o portal, foi uma revolução. Todo mundo tinha acesso às bases de dados referenciais e aos periódicos 24 horas por dia, sete dias por semana. Quer dizer, “todo mundo” eram as universidades federais e institutos de pesquisa, e depois o acesso foi sendo ampliado, gradualmente, a outras instituições. Isso revolucionou o acesso à informação, porque passamos a ter acesso simultâneo, em tempo integral, assim que as revistas eram disponibilizadas online.

E como a senhora se envolveu diretamente com o portal?

Em 2001, foi oferecido um treinamento do Portal na PUCRS [Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul], do qual participaram bibliotecários, pesquisadores e professores. A professora Zena Martins era a coordenadora do portal, na época. E, fora a apresentação do portal, que era uma ferramenta novíssima, discutiu-se como as bibliotecas se envolveriam no apoio ao uso do portal. A professora Zena sugeriu que, em cada região, fossem designadas pessoas para centralizar demandas de dúvidas em relação ao uso do portal. Eu me ofereci para ser *help desk* da região Sul. Poucas bibliotecas na região Sul tinham acesso ao Portal de Periódicos e eu me voluntariei para a tarefa para ajudar os colegas.

Simultaneamente, eu trabalhava na universidade treinando os colegas para conhecer o material, o acervo disponível no portal e a melhor forma de orientar professores, alunos e pesquisadores sobre o seu uso. Depois, a Capes passou a enviar pessoas para promover treinamentos regionais no uso do portal. Numa dessas ocasiões, creio que em 2004, houve uma reunião na UFRGS, com o pessoal da região Sul (os treinamentos ainda eram regionais), da qual participou a professora Elenara [Chaves Edler de] Almeida (ela já era coordenadora do portal nessa ocasião). Nós lhe externamos nossa preocupação com os treinamentos do ponto de vista do bibliotecário, porque os editores estavam mostrando o material que vendiam como se quisessem vendê-lo novamente, ao invés de estar mostrando como usar os recursos disponíveis (a Capes já tinha adquirido as bases de dados). Eles apresentavam o material como se fosse uma nova mercadoria, mas era uma mercadoria já adquirida e já em uso. O que precisávamos era de orientação, conhecer quais os recursos, poderíamos explorar para melhor utilizar esse material. Nesse ano, fui convidada a ir a Brasília para uma reunião com a professora Elenara.

Em que ano foi isso?

2004 e meados de 2005. Além da professora Elenara e da bibliotecária Maria de Fátima Diniz Lobo, que começou a trabalhar com ela no portal, conversamos com os representantes da Dot.Lib, uma das empresas que fornecia uma

grande quantidade de material, e de outra editora, a Elsevier. Argumentamos que precisávamos melhorar o conteúdo do treinamento, já que o acervo eletrônico estava comprado. Então, queríamos discutir como utilizá-lo da melhor forma, porque era uma novidade para todos nós. E fizemos algumas reuniões, propusemos algumas modificações e sugestões aos editores. Foi nessa época que a professora Elenara nos convidou para trabalhar como instrutoras do portal. “Vocês são bibliotecárias”, disse a professora Elenara, “proponham a nova abordagem para os treinamentos.”

Eu e a Fátima Lobo começamos, então, a organizar os treinamentos (no início, fazíamos com PowerPoint). Começamos a viajar pelo Brasil todo, ministrando treinamentos em universidades e instituições de pesquisa, mostrando os recursos, todas as possibilidades de uso para o ensino, para a pesquisa, também para os bibliotecários. Nós também servimos como um elo para eles, para capacitar o seu pessoal para trabalhar dentro de cada instituição. Foi assim que demos nossa colaboração para um melhor uso do portal, porque, de alguma forma, estávamos qualificando as pessoas e, especialmente, dirimindo suas dúvidas.

Essas pessoas que vocês treinavam eram outras bibliotecárias ou eram também professores, pesquisadores?

Professores, pesquisadores, docentes, alunos, todos... eram treinamentos abertos. A universidade sediava o treinamento, nós íamos lá e, com o passar do tempo, aumentando a quantidade de bases de dados, solicitamos à professora Elenara que os representantes das bases de dados no Brasil também disponibilizassem alguém, porque não teríamos como passar três, quatro dias falando sobre todas as bases de dados. Como cada editor tinha uma plataforma diferenciada, demandou-se sempre muito tempo e estudo sobre cada conteúdo e seu funcionamento.

Vocês informavam sobre as bases de dados e também sobre os periódicos?

Também sobre os periódicos, porque não era o uso título a título, não é? Mas, como os periódicos também eram agrupados de acordo com os seus edito-

res, então nós tínhamos American Chemical Society, American Institute of Physics, Web of Science, por exemplo, com as bases de dados, o editor Elsevier, que tinha bases de dados e periódicos, que tinha o seu site, então você clicava ali no portal e ia para o site do editor. Então, como vou dominar esses conteúdos para explicar aos diversos públicos dos treinamentos? Como vou navegar por esse site para achar a revista que me interessa? Como vou navegar para procurar, no conjunto desse acervo, os artigos que me interessam?

Nós seguimos em frente por todas as regiões do Brasil. Viajei entre 2005 e 2012, e nós vínhamos contar com todo esforço dos colegas, na universidade, nas bibliotecas, trabalhando com a pesquisa na pós-graduação, auxiliando os alunos na graduação. Tinha muito recurso do portal desconhecido ainda, inclusive por pesquisadores. Às vezes, no final de terminado treinamento, um professor comentava comigo que estava precisando de um material específico, que tratasse diretamente da sua área de pesquisa. E, daqui a pouco, descobríamos, juntos, que existia esse material. O treinamento era importante porque discutíamos o conteúdo e, vamos dizer assim, abríamos as janelinhas do portal, mostrando coisas que podiam passar despercebidas para os pesquisadores. Foi uma experiência muito gratificante porque, por outro lado, era eu, como bibliotecária, que dava um retorno para a gente também, como bibliotecária, na forma de utilizar o portal. Acho que foi benéfico para os dois lados.

Em 2008, a Capes instituiu o projeto Pró-Multiplicar, que consistia em treinamentos específicos para a pós-graduação, mas que não eram abertos. Os coordenadores da pós-graduação escolhiam alunos para se tornarem multiplicadores dentro da sua pós-graduação, auxiliando, treinando, orientando seus colegas. Muitos bolsistas da pós-graduação foram capacitados pelo projeto Pró-Multiplicar. Infelizmente, ele não continuou. Muitas universidades nos perguntavam, em algumas situações, quando teria um novo Pró-Multiplicar, mas não sei o motivo por que não houve uma segunda rodada desse projeto.

Nessas atividades todas que desenvolveu em relação ao portal, nesses diferentes momentos, a senhora contou com a colaboração de

companheiras de outras universidades, que desenvolviam atividades semelhantes?

Nesses treinamentos promovidos pela Capes, a única outra bibliotecária de universidade que trabalhou especificamente, a convite, nos treinamentos foi a bibliotecária Jane [Rodrigues] Guirado, da Universidade Federal de Minas Gerais. Nós duas fomos as únicas bibliotecárias que ministramos instrução em treinamentos promovidos pela Capes. Naturalmente, outras bibliotecárias, de outras universidades, promoviam seus próprios treinamentos, internamente. Entre 2010 e 2012, a instrutora da WOS que ministrava treinamentos online na Filadélfia ofereceu a mim e a Jane Guirado um espaço de 30 minutos para apresentarmos o Portal de Periódicos. Pedimos para a professora Elenara, uma vez que nós íamos falar sobre o portal, mas dentro de um outro programa, que era o programa da WOS. Ficamos três anos ministrando esses treinamentos online.

Mirta Guglielmoni, na época, instrutora da empresa Thomson Reuters, oferecia o treinamento da WOS e de outras bases referenciais e, dentro do programa dela, tinha o portal. Foi uma experiência bastante positiva. Depois, fazíamos a consulta aos usuários, para saber se foi interessante, se foi útil para o trabalho deles. Participavam desses treinamentos professores, bibliotecários, alunos de graduação e pós-graduação. E, nesses três anos, nós contabilizamos mais de 1.800 usuários nesse treinamento de carona. Essa nossa experiência, apresentada em 2012 num seminário de bibliotecas universitárias, que ocorreu aqui no Rio Grande do Sul, foi, acredito eu, o embrião dos atuais treinamentos que a Capes oferece online.

Atualmente não existem mais treinamentos presenciais, no formato como era, que nós viajávamos, ficávamos três, quatro dias, dependendo da instituição para onde íamos, ou ministrávamos treinamentos em mais de uma instituição na região. A instituição de treinamentos online pelo portal reduziu os custos a quase zero, porque os custos de todos esses treinamentos que participávamos nas viagens eram bancados pela Capes ou pela Rede Nacional de Pesquisa. E hoje nós temos na Capes os treinamentos online.

Qual era o papel da RNP nesse contexto?

O papel da RNP era justamente dar o suporte de internet, da rede, para que o portal pudesse ser sustentado 24 horas por dia, abrangendo o país inteiro. Claro que isso também dependia da capacidade de informática de cada universidade. Quando foi instituída a Comunidade Acadêmica Federada, as universidades puderam oferecer para os seus usuários o acesso remoto ao portal em casa ou qualquer outro lugar mediante uso de senha pessoal institucional. Até então, nós tínhamos apenas acesso dentro das instituições ao portal, porque o controle dos editores para o acesso à informação, às revistas, às bases de dados, era feito por IP, pela máquina. Por isso, só as máquinas registradas daquela instituição podiam ter acesso, uma vez que era um material adquirido que não podia ser disponibilizado livremente na internet. Porém, era aberto para qualquer pessoa que fosse à universidade consultar o portal. A pessoa podia não ter vínculo com uma instituição, mas, se fosse àquela instituição, éramos obrigados a ter máquinas para uso do público em geral.

A RNP dependia muito da capacidade instalada de informática dentro de cada universidade. Foi por isso que se instituiu a CAFE, para que pudessemos, além do acesso às máquinas da universidade, ter acesso às nossas máquinas pessoais em casa, mediante a nossa identificação como usuário da instituição à qual pertencíamos. A UFMG e a UFRGS, que, na época, estavam entre as universidades que tinham uma melhor capacidade instalada de informática, serviram como instituições-teste. Houve outras, mas os principais testes foram feitos nessas duas universidades até o acesso remoto via CAFE ser facultado às demais instituições. Esse foi um ganho muito grande para os usuários do portal.

Fora esse envolvimento direto com a Capes, no âmbito da UFRGS, enquanto eu estava na direção, criamos um grupo de estudos do Portal de Periódicos, porque, sendo um sistema de bibliotecas bastante grande, precisávamos qualificar os nossos colegas das bibliotecas, não só os bibliotecários, mas os demais colegas que atendiam o público, para, pelo menos, orientar o acesso ao Portal — onde está a base de dados, onde é só revista, onde tem revista nacional, revista estrangeira etc. Criamos um grupo de

bibliotecários de cada área, e cada um deles estudava as suas bases de dados, especialmente as referências, o conteúdo que tinha no portal daquela área, e discutíamos entre nós. Cada um apresentava, e a gente fazia críticas construtivas para melhorar, e como isso seria levado para os estudantes e para os colegas das bibliotecas. Isso também ajudou a qualificar bastante os trabalhos dos bibliotecários. Acredito que a maioria das colegas das universidades federais tenha promovido atividades semelhantes, inclusive de treinamento.

No caso específico da UFRGS, desenvolvemos um trabalho em conjunto com a Pró-Reitoria de Pesquisa, que oferecia seminários temáticos de iniciação científica semestrais, abrangendo diversos assuntos. A ideia era colocar a sementinha no aluno da graduação. Mesmo não sendo bolsista de iniciação científica, quando ele tivesse a oportunidade de ganhar uma bolsa, já estaria preparado, de alguma forma, para o uso do Portal de Periódicos. E nós sabemos que os bolsistas representam um papel importante junto aos grupos de pesquisa. Esse conjunto de ações contribuiu para as atividades de pesquisa nas universidades federais. E ações similares também. Eu lembro que na época da Comissão Brasileira de Bibliotecas, nas universidades, naqueles quatro anos, trocávamos muitas ideias sobre como implementar o seu portal.

Quem eram os seus colegas que estavam nessa?

Praticamente todas as bibliotecárias que integravam a CBBU estavam envolvidas em fortalecer o uso do Portal de Periódicos da Capes.

A senhora tinha mais contato com as bibliotecárias do Sudeste, do Sul?

Nós tínhamos reuniões regulares da CBBU para discutir. Eu tinha contato com as bibliotecárias de todas as regiões brasileiras, não apenas Sul e Sudeste. E também participava de reuniões na Capes, para ajudar na consecução do crescimento do portal. Nós levávamos demandas da pós-graduação das universidades, com sugestões para a ampliação da quantidade de títulos e de bases de dados. Tanto que a Capes, o MEC, forneceu recursos

financeiros para a compra de revistas impressas até 2002, mas a partir de 2013 o investimento de recursos em questões de interesse das bibliotecas universitárias foi só no digital.

Como foi a reação dos professores, dos pesquisadores da UFRGS em relação à implantação do portal e à própria mudança em si?

Antes do portal, a Biblioteca Central da UFRGS trabalhava com acesso a bases de dados remotas da STN [Secretaria do Tesouro Nacional] dos Estados Unidos, atendendo a área de engenharia, a área de física... O acesso era cobrado por minuto, então, a estratégia de busca na base de dados tinha que ser muito bem-feita. O resultado da pesquisa — a relação de referências daquele assunto que o usuário havia pedido — vinha pelo telex da universidade, que ficava na Biblioteca Central. Então, especialmente o pessoal da ciência e tecnologia já tinha uma experiência prévia, vamos dizer assim, em acesso a uma base de dados — embora de uma forma muito remotíssima, porque dependia da solicitação à Biblioteca Central.

Durante o nosso primeiro treinamento, que foi mais uma apresentação do portal na PUC, um professor da nossa universidade disse: “Acho que não vai dar muito certo, porque levou quase dez minutos para eu conseguir acessar a revista”. Como eu tinha experiência na compra de periódicos estrangeiros, retruquei: “Professor, não diga isso perto de mim. O senhor levava três, quatro meses para receber uma revista na biblioteca, vocês iam quase que correndo até a biblioteca para ver quem era o primeiro que punha a mão no fascículo para olhar a novidade, e o senhor está reclamando de cinco, 10 minutos para acessar o artigo que o senhor deseja. Vamos conversar com o CPD para dar um jeito de agilizar a velocidade das nossas máquinas, vamos adquirir máquinas novas, porque se fez muito esse investimento aqui na UFRGS”.

Porque para o portal ser eficaz era fundamental ter uma rede de internet.

Ter a infraestrutura necessária era imprescindível. Mas, assim, a aceitação foi boa. Porque quando eles começaram a ver que botava o dedinho ali e

aparecia, ficavam satisfeitos. Com relação a essa questão da infraestrutura, houve uma época em que a professora Elenara marcava uma reunião nossa com um pró-reitor, normalmente da pró-reitoria em que a biblioteca ou o sistema de bibliotecas estava vinculado. Eu e a Fátima Lobo fazíamos isso nas viagens. Conversávamos previamente com a bibliotecária da instituição, levávamos estatísticas daquela universidade, olhávamos dados de pesquisa, produtividade da universidade, víamos o que a bibliotecária demandava principalmente de infraestrutura física, e íamos conversar. Eu levava sempre a bibliotecária junto. “Ah, mas eu não vou pedir nada, porque eles não dão”, “Você só vai concordar com o que eu vou falar para eles, porque vim aqui fazer um meio de campo para ver se a universidade, além do que a Capes investiu, em termos de infraestrutura no início, também melhorava a qualidade e a quantidade de computadores dentro das bibliotecas para o uso, não do bibliotecário, mas do usuário que frequentava as bibliotecas”.

Nós chegávamos assim: “Professor, sua universidade tem pesquisa de ponta nas áreas XYZ, mas a consulta ao portal nessas áreas poderia ser maior” — nós tínhamos os dados e os levávamos para eles. Quando nos perguntavam por dados de outras universidades, respondíamos que não estávamos comparando. Nós não levávamos os dados das outras para não criar nenhuma situação inconveniente. “Poderia ser maior... Temos que investir mais. Talvez esteja faltando mais umas duas ou três máquinas para ampliar o uso.” Isso também contribuiu para melhorar a infraestrutura. E, à medida que o portal foi desenvolvendo, foi se ampliando também nas instituições de pesquisas o uso do portal — nós não íamos só nas universidades; passamos praticamente por todas as instituições de pesquisa — o ITA [Instituto Tecnológico de Aeronáutica], o Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais], a Embrapa, o Inpa [Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia], o Museu Paraense Emílio Goeldi, enfim, as principais instituições de pesquisa do país. O que significava para nós trabalhar o uso do portal? Era justificar a sua manutenção, porque o investimento no portal era substancial.

E como era um investimento muito elevado, sempre havia um questionamento.

Quanto custa o portal? A questão não é o quanto custa o portal, a questão é o custo-benefício. Então, abordamos esse outro lado com conversas e esclarecimentos que fizemos durante um tempo e que ajudou a fomentar o uso, justificando o investimento.

Depois de tantos anos à frente da biblioteca na UFRGS e de intensa participação na divulgação dos conteúdos do portal, como a senhora vê a discussão do acesso aberto? Como o portal se situa nessa discussão?

Não sei hoje, porque já tem cinco anos que não estou envolvida diretamente com o portal, mas acho a questão do acesso aberto extremamente importante. Desde que se começou a discutir a questão do acesso aberto, e eu sempre trabalhei com periódicos, de uma forma ou de outra, trabalhei com computação gráfica, trabalhei com a revista da Faculdade de Odontologia da UFRGS, e meus últimos oito anos de trabalho foram dedicados à *Revista Gaúcha de Enfermagem*. Sempre tive um envolvimento com periódicos durante meus 41 anos de trabalho, além de outras atividades.

A questão do acesso aberto ainda encerra um mal entendimento por parte de alguns. Algumas pessoas acham que acesso aberto é ter acesso a tudo de graça. Não existe nada de graça! Tudo que existe tem um custo para ser produzido. O acesso aberto existe porque alguém está financiando para que seja colocado à disposição de todo mundo.

Como é o caso do SciELO [Scientific Electronic Library Online], por exemplo. Todas as revistas brasileiras estão inseridas no SciELO, que é uma grande plataforma disponibilizada com o apoio de órgãos governamentais, como o CNPq, a Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo]...

O acesso aberto tem sempre alguma instituição por trás. A própria revista, para participar do acesso aberto, não paga para participar, mas para nós editarmos uma revista tem um custo. E para colocarmos essa revista online, dentro dos critérios da SciELO, tem outro custo embutido. Então, as pessoas falam: “O portal tem que ser de acesso aberto”. O conteúdo do

portal é um produto, é uma mercadoria adquirida por meio de contrato de uso. Há outras modalidades de acesso aberto. O que significa? Eu vou submeter meu artigo a uma determinada revista, que é uma revista paga; eu vou pagar, não custa barato para submeter um artigo para ser publicado. E muitos editores oferecem para o autor que pague um valor X para que o seu artigo, dentro daquela revista, fique com acesso aberto. As modalidades do acesso aberto são diversas. Eu vou publicar numa revista que não é de acesso aberto, mas ela é muito importante dentro da minha área, e vou pagar para que o meu artigo publicado nessa revista fique disponível para todos.

O acesso aberto é necessário, mas tem de ser bem entendido, porque não existe nada gratuito. Existe sempre quem financia por trás daquilo que recebo gratuitamente. Acho que tem de ser incentivado, que os órgãos governamentais e não governamentais têm de subsidiar de alguma forma, investir nisso, porque é muito importante para o desenvolvimento da ciência.

Qual mensagem a senhora gostaria de deixar para os pesquisadores, para os bibliotecários, sobre a contribuição do Portal de Periódicos da Capes, que está completando 25 anos?

São 25 anos de uma mudança radical, no bom sentido, na ciência e tecnologia, no acesso à informação nas universidades e institutos de pesquisa. O portal, para mim, é para sempre. Houve uma época em que disseminavam nas redes sociais que o portal ia acabar porque faltavam acessos. Aquilo era um inferno, porque todo mundo ligava para saber se era verdade, porque tinha alguém descontente que divulgava isso. O portal é irreversível, porque colocou os pesquisadores do Brasil no mesmo nível dos pesquisadores no mundo inteiro, dando acesso simultâneo à informação de ponta.

Embora isso não fique muito evidenciado, o portal contribuiu e contribui para a colaboração entre pesquisadores. Na medida em que o portal facilita o acesso a mais resultados de pesquisa de forma rápida, ele não só dá acesso àquela revista, àquela base de dados para fazer uma pesquisa, mas também une, de alguma forma, os seus pares, dá oportunidade para que se

conheçam e venham trabalhar em conjunto, de editar um artigo. O periódico eletrônico traz o e-mail do autor do artigo, o que facilita o contato. É o valor agregado do portal, vai além do acesso à informação. E também, de alguma forma, uniu mais também a nós, bibliotecários.

Refiro-me, inclusive, à melhoria na qualidade de prestação de serviços para os nossos usuários, para o aluno, o pesquisador, o docente, o nosso próprio colega. No portal, como *help desk*, colaborei para diminuir dúvidas de colegas, pesquisadores. O portal ajudou a qualificar o meu trabalho como bibliotecária na prestação de serviços de informação. E como usuária que sou até hoje, me colocou a informação científica na mão.

Hoje, eventualmente, ainda faço alguma pesquisa sobre demanda, e minha principal fonte de pesquisa é o Portal de Periódicos da Capes. Então, é inimaginável pensar que ele, algum dia, não esteja mais disponível. Até porque, quando fica fora do ar, quando precisa trocar alguma máquina, fazer alguma manutenção, como faz falta!

É verdade.

O portal é uma ferramenta fantástica e acredito que é preciso usar e incentivar o seu uso. As pessoas precisam valorizar o portal. Porque essa geração de agora, que entrou na universidade de 2000 para cá, não sabe o que é não ter acesso à informação na ponta do dedo.

Às vezes tem muito acesso, mas é um acesso não qualificado, de quem não sabe exatamente como pesquisar a informação necessária e útil.

Exatamente. Por isso a manutenção de treinamentos, sejam online ou presencial, é fundamental para o uso qualificado dos recursos disponíveis no Portal de Periódicos. Os 25 anos do portal representam não apenas um marco temporal, mas a afirmação de sua importância para a comunidade científica brasileira e para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

**Uma parceria
fundamental:
a comunidade acadêmica**

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 31/03/2025

Maria José Lima da Silva

Professora, agradeço a sua disponibilidade de conversar conosco. Para começar, a senhora poderia nos falar um pouco sobre as suas origens familiares, onde nasceu, e depois sobre a sua formação educacional, até o seu ingresso na universidade?

O prazer é todo meu de estar aqui.

Nasci numa pequena cidade do interior de São Paulo chamada Iracemápolis. Ela fica na região de Piracicaba, Rio Claro, Campinas. Lá eu fiz a minha educação primária, depois disso, como a cidade era muito pequena, tive que ir para a cidade vizinha cursar o Ensino Médio, na escola pública, em Limeira. De lá, fiz o vestibular para a Unesp [Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Rio Claro, e também para a Universidade Federal de São Carlos.

Como foi sua escolha por essa área?

No Ensino Médio, eu gostava muito do que a gente chamava de ciências. Então, minha escolha foi a partir desse meu gosto por ciências, por entender um pouco de plantas, de animais. Eu não tinha nenhuma aptidão pela área das exatas. Então, foi por essa vontade de entender um pouco mais da biologia, que eu optei por ciências biológicas. Na época, o vestibular não era unificado como é hoje. Tive que fazer o exame em Rio Claro e depois

em São Carlos — que, na verdade, era minha primeira opção. Porém, devido à distância, eu teria que morar lá porque o curso era integral — meus pais, com poucas condições financeiras, acharam melhor eu ficar em Rio Claro. São Carlos seria muito mais custoso para eles, mais distante.

Comecei a fazer o curso em Rio Claro e logo no início me empolguei e pedi para fazer um estágio com a professora Carminda [da Cruz] Landim e o professor Amilton Ferreira, na área de biologia celular, que, na época, a gente chamava de citologia. Foi ali que comecei, mesmo sem bolsa, a me aprofundar um pouco mais no conhecimento sobre biologia, histologia. Fiquei no estágio do segundo até o quarto ano da faculdade. O curso era de quatro anos.

O *campus* de Rio Claro pertencia à Unesp?

Nessa época, a Unesp ainda não existia. Era a Faculdade de Ciências de Rio Claro, que logo em seguida foi incorporada ao projeto Unesp, segundo o qual todas as unidades isoladas do estado de São Paulo, menos, obviamente, a Unicamp [Universidade de Campinas] e a USP [Universidade de São Paulo], entrariam para a Unesp.

Quando terminei o curso, decidi continuar, fazer uma pós-graduação. Como em Rio Claro ainda não existia a pós-graduação nessa área, fui para a Unicamp e participei do processo seletivo na área de biologia celular e estrutural. Fui aprovada e ingressei no mestrado. Ainda não tinha bolsa.

Em que ano a senhora começou o mestrado?

Em 1975. Entrei na graduação em Rio Claro em 1971, saí em 1974 e no início de 1975 participei do processo de ingresso. Como não tinha bolsa — o curso era novo, eu sou da primeira turma desse curso —, eu fazia as disciplinas de dia e à noite trabalhava na PUC [Pontifícia Universidade Católica], para poder me sustentar em Campinas. Primeiramente, trabalhei como técnica de laboratório, mas depois passei a docente. Eu lecionava no curso de biologia geral.

No segundo ano do mestrado eu fui agraciada com a bolsa da Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo]. A partir de en-

tão, pude me dedicar mais ao curso. Fui orientada pelo professor Benedicto de Campos Vidal, com a co-orientação da professora Maria Luiza Silveira Mello. Terminei o mestrado em 1977, e fui convidada a prestar um concurso para a Universidade Federal da Paraíba, que estava, então, implantando o curso de ciências biológicas.

Vim para João Pessoa, e comecei a colaborar no curso, ministrando aulas na disciplina de biologia celular. Em 1981, pedi afastamento para fazer o doutorado, novamente na Unicamp. Como lá não tinha o doutorado em biologia celular e estrutural, acabei fazendo em genética, onde tinha uma área de concentração em biologia celular. Em 1984, defendi o meu doutorado. Foi rápido. Hoje, há a possibilidade de se pedir o tempo mínimo, mas naquela época não havia. Fiz em dois anos o mestrado e em três o doutorado. Não tive bolsa, mas tinha o salário de professora, porque senão eu não conseguiria fazer o doutorado. Meu marido, José Carlos da Silva, também, só que ele era professor do Departamento de Genética. Ele saiu junto comigo para fazer o doutorado. Ele trabalhava na área de microrganismo, de controle biológico.

Ele foi para a Paraíba com a senhora?

Nós nos conhecemos no curso de biologia em Rio Claro. Ele era de Franca. Tinha muitos alunos de fora nessa época lá. Nos conhecemos, namoramos, e fomos fazer o mestrado na Unicamp. Casamos em 1977 e aí fomos convidados para vir para a Paraíba. Meus pais fizeram bastante restrição à nossa vinda para cá, porque eu era menina de uma cidade do interior, ia sair do estado, então era meio complicado. Mas a gente enfrentou tudo isso e veio para cá.

Nós ajudamos na implantação do curso de ciências biológicas, e tentamos implantar o curso de pós-graduação, o mestrado em genética. Tivemos muita dificuldade, porque não tínhamos professores da área com doutorado, e também as condições de laboratório, e até as condições bibliográficas, de consulta, eram difíceis. Hoje, esse curso já está reestruturado, também não é mais a pós-graduação em genética... Na UFPB, a minha trajetória até hoje foi, sobretudo, na parte de gestão, em atividades administrativas.

A senhora ocupou várias posições na gestão, não é?

Muitas. Elas foram gratificantes, porque a gente aprende, mas também muito desgastantes, porque a gente fica sem tempo — não estou nem dizendo de se dedicar a si próprio — de se dedicar mais à pesquisa, à orientação. Era muito difícil, principalmente nas condições aqui no Nordeste, muito carente de recursos.

Mas a Paraíba estava vivendo uma certa renovação nesse período, não é verdade, professora?

Sim. O professor Lynaldo Cavalcanti [de Albuquerque], que inclusive foi presidente do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], me convidou para vir para cá. Ele fez a interiorização do ensino superior, implantou vários *campi* da UFPB. Ele conseguiu fazer uma coisa inovadora, que era trazer pessoas mais qualificadas. Na época que eu vim, tinha só o mestrado. Mas no departamento do qual eu fazia parte, as dificuldades eram tantas que quis voltar para São Paulo (eu tinha recebido uma proposta de trabalhar na UFSCar), mas, ao mesmo tempo, eu já estava muito apegada às minhas coisas, fui fazendo amizades — o vínculo da gente passa a ser diferente. Eu resisti, e — prêmio ou castigo — me tornei chefe do Departamento de Biologia (isso para mim foi castigo), na época chamada de biologia molecular. Passei dois anos à frente do departamento, após meu doutorado. Logo que voltei, assumi a coordenação do curso de pós-graduação em genética. Depois fui coordenadora-geral da ciência e tecnologia no centro onde eu e meu marido estávamos inseridos. E como não bastasse, em 1997, assumi a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFPB, um cargo muito desafiador.

Como era o quadro da pós-graduação na UFPB na época que a senhora foi pró-reitora? Afinal, a senhora estava saindo da sua área para se ocupar de toda a universidade.

Era um quadro muito difícil. A universidade tinha pós-graduação em física, já mais consolidada. Na área de saúde, praticamente, não havia pós-graduação. Esse era o nosso primeiro desafio. Não tinha nenhuma outra

pós-graduação. A química, letras e geografia foram implantadas enquanto eu estava lá. A de história foi implantada com a Rosa [Maria] Godoy [Silveira], quando ela era a pró-reitora e eu a coordenadora-geral de pesquisa. Depois, ela saiu e eu fiquei como pró-reitora. Rosa me dava todo o apoio ali na pesquisa, mesmo depois que saiu. Ela era um braço direito nessa política de expansão da pós-graduação.

Quando fui para a coordenação-geral, eu brigava muito, porque o Pibic [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica], que estava começando a ser implantado nas instituições, tinha que ter uma contrapartida. A UFPB, que já era grande àquela altura, tinha só duas bolsas. Eu não aceitava aquilo. Já na pró-reitoria, fui com a Rosa Godoy ao CNPq, mostramos qual era a nossa situação e conseguimos aumentar o número de bolsas. A gente conseguiu implantar mais 61 bolsas. Só sei que deixei a pró-reitoria com 600 e poucas bolsas. Foi um trabalho bastante ágil. Tínhamos que cobrar o relatório dos professores, senão não teríamos a renovação. Mas foi muito bom. Os alunos se empolgavam com a pesquisa. Lembro muito bem de um aluno de direito, que recebeu um prêmio nacional. Ele foi me entregar. Eu chorava, dizendo que o prêmio era dele, mas ele me respondeu assim: “Professora, se não fosse o empenho, a dedicação da senhora...”. Tenho lembranças muito boas dessa fase. Fiquei sete anos como pró-reitora de pós-graduação, de 1997 a 2004. Foi nesse período que eu me aposentei, em 2005, da UFPB.

Enquanto fui pró-reitora, tive muitas outras participações — no conselho superior, no Consepe [Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão], no Consuni [Conselho Universitário], na universidade. Como pró-reitora, tinha que representar a universidade no Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. Lutei muito pela Fapesq-PB [Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba] — nossa fundação de apoio à pesquisa é uma das primeiras do país, mas não tinha recurso. E a gente precisava de recursos para dar uma contrapartida à instituição. Além dessas representações, fui presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação, o Foprop. Foi um período muito mais difícil, porque não tinha essa rede que a gente tem hoje, que faz o que a gente está fazendo agora, podendo entre-

vistar, podendo dar palestras, reuniões, tudo online. Na época, tínhamos que ser presenciais.

No Fórum Nacional de Pós-graduação e Pesquisa estavam representadas todas as instituições que faziam pesquisa e pós-graduação, que tinham cursos de pós-graduação já implantados, as públicas federais, estaduais, comunitárias, privadas — todas faziam parte desse fórum. Nessa época, quando o presidente da Capes era o professor Abílio [Baeta Neves], nós participávamos das reuniões, tínhamos assento enquanto presidente do fórum, no Conselho Superior e no CTC-ES [Conselho Técnico-Científico da Educação Superior]. Fiquei um ano, depois fui reeleita, fiquei mais um ano. Foram períodos bastante tumultuados.

O período do professor Abílio na Capes foi muito complicado para as universidades federais, para as públicas em geral. Houve greves muito longas. Na verdade, a gestão do Abílio na Capes foi muito profícua, mas a relação do ministro Paulo Renato [Souza] com as federais foi muito agitada.

Muito. Esse era o nosso grande problema. O professor Abílio conversava conosco, mas ele tinha esse vínculo muito estreito com o Paulo Renato, então era muito complicado. Nessa época, nós tínhamos problemas, primeiro porque os recursos da Capes eram muito pequenos. Na hora da dotação de bolsas e de alguns programas de apoio, os recursos iam mais para as universidades públicas, aí as privadas — as tradicionais, como a PUC Rio, a PUC São Paulo — reclamavam, porque não recebiam o mesmo tratamento. Era uma luta insana, a gente sempre correndo atrás. Eram muitas reuniões do Fórum Nacional, que foi criado, eu acho, em 2000, mas não tenho certeza. Havia o Fórum Regional Norte, o Fórum Regional Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, e eu, enquanto presidente, ia a todas essas reuniões, porque as demandas eram muito específicas de cada um. O Norte praticamente não tinha programa de pós-graduação — eram apenas dois lá —, então era também necessária toda uma articulação para a criação de programas regionais de incentivo. Foi aí que surgiu a figura do professor-visitante. Como ninguém queria sair do conforto para ir para

uma outra região sem ter nada adicional, um recurso, oferecemos bolsa. Lutamos muito para isso, junto ao CNPq, mas na época não conseguimos um assento.

Conseguimos no CGEE, no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Lá eu participava das reuniões, e como na época o centro era ligado à Presidência, então conseguimos um pouco mais de articulação, na expectativa de que o Ministério de Ciência e Tecnologia entrasse com recursos para apoiar a pesquisa e a pós-graduação brasileiras. Depois, houve um momento em que as estaduais quiseram se separar, criar um fórum dos pró-reitores próprio, e aí a luta era convencer esses segmentos de que só iríamos perder a força, enfraquecer e não aumentar a luta juntos. Foi bastante difícil, mas a gente conseguiu, com isso, criar os representantes das estaduais, das privadas, das comunitárias, que elas participassem dessa diretoria, pudessem sempre estar presentes em reuniões. Por exemplo, quando a gente ia conversar com a Finep [Financiadora de Estudos e Projetos], com o ministro, era difícil. Falar com o Paulo Renato era uma coisa muito difícil. Mas a gente fortaleceu, eles aceitaram, e até hoje é assim ainda, com representantes das regionais e também desses segmentos das universidades. Foi uma luta bastante grande.

Na sua gestão houve uma expansão muito grande no sentido de uma mobilização maior, de um fortalecimento da entidade, e no sentido de consolidar e de expandir a pós-graduação no país. E aí é que entra a questão do Portal de Periódicos. Gostaria que a senhora falasse sobre isso.

Os periódicos já existiam, mas eram na forma de papel. Eu mesma fiz pesquisa consultando periódicos em papel. Em 2000, com o Abílio ainda na Capes, era uma época forte da criação das bibliotecas virtuais. Então, o portal de periódicos, como é hoje, não existia; existiam as bibliotecas virtuais. Mas tínhamos a necessidade de ter alguma plataforma que desse acesso a todas as pessoas que estavam em diferentes locais também. Em 2001, foi regulamentado o Portal de Periódicos. Ele tinha, na época, acho que um acervo de 1.400 periódicos, em todas as áreas, mas com poucas

bases referenciais, não dá nem para comparar com o que temos hoje. Qual era a nossa dificuldade? A gente precisava que o acesso fosse criado às bases, inclusive para melhorar a pesquisa, ter o acesso ao conhecimento científico, tecnológico. E a nossa inserção internacional aumentaria com isso. Mas quando começou a história da implantação do portal, em 2000, os recursos da Capes — me lembro muito bem disso — foram menores do que 1999, igual aos dois anos anteriores. Então, como ia ter uma base se a gente precisava de mais recursos? Em 2000, a Capes precisava de mais recursos e os recursos financeiros eram inferiores. Essa época foi uma época... Eita! Foi um período bastante difícil.

Eu me lembro que, na época, a Fapesq ajudou bastante nisso, acho que ela tinha um convênio com a Bireme [Biblioteca Regional de Medicina], então, ela conseguiu ainda, nas instituições paulistas, implantar. No começo dos periódicos, os recursos eram repassados às instituições. Depois houve essa centralização, uma base única que ficaria na Capes. Então, as instituições poderiam acessar. Aí vem outra dificuldade, que era acessar o portal, porque as instituições tinham a rede, mas não conseguiam, tinham dificuldades de acesso. Os pesquisadores reclamavam que não tinha todos os periódicos — tinha todas as áreas, mas não todos que se precisavam naquelas áreas. Então, foi um momento bastante difícil. Entrou também o banco de dissertações e teses, que também foi um grande ganho, pois permitia recuperar os recursos, os resumos das teses e das dissertações. Essa foi a parte que eu mais participei.

Com essa base centralizada na Capes, ela passou a negociar com as editoras, conseguindo reduzir os custos dos periódicos. Então passou a ter tudo lá, e foi bastante produtivo. Logo depois disso, o número de periódicos duplicou. Era necessário para a consolidação que a gente acessasse essa base para mostrar que era importante o portal. Mas houve muita discussão; por fora a gente discutia, os pró-reitores reclamavam que os pesquisadores iam, não conseguiam acessar, os recursos eram menores. A Elenara [Chaves Edler de Almeida] era a responsável pelos periódicos, e ela estava numa luta também, conversava muito conosco. Surgia outra dificuldade, em poder usar o portal. Alguns pesquisadores acessavam. Por causa disso,

começou o treinamento das bibliotecárias no uso do portal. Isso foi fundamental, e acredito que a Capes até hoje ainda faz esse treinamento. É fantástico, porque tem que ser mantido. A base, sem dúvida, aumentou muito, e parece que os órgãos de fomento, não a agência Capes, entenderam a importância disso — a Finep, o Ministério de Ciência e Tecnologia. Como a gente tinha um acesso no CGEE, pedia isso, porque era um órgão diretamente ligado à presidência, mas era um órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia. Então, com isso, apesar de todas essas dificuldades financeiras, conseguimos avançar — nós não, os fóruns — em uma luta junto com a comunidade acadêmica, com os representantes.

O órgão que a senhora estava à frente, o Fórum de Pró-Reitoras e Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa, tinha um papel central, porque, de certa forma, era a voz dos pesquisadores que ele veiculava. E havia um consenso sobre a importância do portal, sobretudo no que diz respeito a ele passar a ser disponibilizado num formato exclusivamente digital? Como foi a recepção da ideia de se sair do papel para consultar apenas o digital?

Foi bastante desigual. A receitinha que as pessoas diziam era: “Eu prefiro ir à biblioteca da minha instituição”. Mas elas acabaram sendo convencidas, porque começamos a acessar essa base para mostrar a importância. Com isso, vários pesquisadores se interessaram por ela. Foi um trabalho bastante difícil, claro.

Os pró-reitores, em conjunto com a comunidade universitária, com os pesquisadores, alunos, pós-graduandos, tiveram bastante dificuldade de convencimento, mas hoje, depois de alguns anos, isso já está consolidado. Depois, surgiu a reivindicação de treinamento — o que a Elenara prontamente providenciou. As bibliotecárias também foram representantes importantíssimas para demonstrar a importância da centralização do fórum numa base única de periódicos. Em resumo, tivemos problema de convencimento da própria comunidade, mas logo que isso aconteceu foi fantástico, porque as próprias agências que teriam recursos entraram com isso e entenderam a importância. Afinal, é a única base de dados que nós

temos mundialmente, dessa natureza. Isso é fundamental. A história dos 25 anos é fantástica quando a gente vê de hoje; mas sua implantação e consolidação foram difíceis, assim como o diálogo com os órgãos que poderiam ajudar nesse processo.

Professora, a sua gestão coincidiu, basicamente, com o período que o professor Abílio estava à frente da Capes. Quando Jorge [Almeida] Guimarães entrou em 2005, a senhora saiu da Federal da Paraíba?

Exatamente. Na verdade, eu saí porque tinha aquela história da mudança previdenciária, que vive mudando, não é? Então decidi me aposentar, em julho de 2005. Logo fui convidada para assumir uma assessoria na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba. Praticamente seis meses depois, fui convidada a assumir a presidência da Fapesq. Lá, encontrei uma agência praticamente sem recurso nenhum. Nessa época, a Finep atuava bastante na implantação de centros multiusuários, na instalação de infraestrutura de pesquisa. Participei desses projetos para serem aprovados junto à Finep e que a comunidade pudesse utilizar.

Recebi, também, um convite da Albanita [Viana de Oliveira], que foi do CNPq, da fundação estadual de pesquisa do Rio de Janeiro, para prestar uma consultoria na Estadual da Paraíba. Depois que saiu do CNPq, ela assumiu a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da universidade.

Já no primeiro governo Lula, quando o primeiro ministro da Educação foi o Cristovam [Ricardo Cavalcanti] Buarque, e depois o Fernando Haddad, não é?

Isso, o Haddad. Fui convidada e entrei como professora visitante, para dar apoio à implantação da pós na Universidade Estadual da Paraíba. Fiquei um ano e meio com professora visitante. Aí abriram um concurso para professora efetiva na minha área. Pensei: “Até quando vou ficar visitando a instituição?”. Há 20 anos atrás eu tinha ainda muito gás. Fiz o concurso, fui aprovada, e entrei como efetiva. Pediram para eu ficar na Pró-Reitoria de Planejamento, que era uma área que eu fugia muito da minha atuação enquanto gestora, mas eu aceito desafios, e aceitei esse. A UEPB ainda não

tinha, na verdade, um PDI [Plano de Desenvolvimento Institucional]. A Finep só liberava recursos se a universidade tivesse PDI. Então eu fiz um PDI em pouco tempo. Tentei reunir com os pró-reitores, com outros membros da comunidade, mas não daria tempo de aprová-lo, porque a Finep não repassaria os recursos. Mas deu tudo certo.

A Finep tinha um papel importante na concessão de recursos para a Estadual do Paraíba?

Não, nada específico. A Finep lançou, nessa época, projetos nacionais, aos quais todos podiam concorrer. Nessa época, ela lançou projetos nas áreas de infraestrutura e pesquisa. Foi então que conseguimos, que está lá funcionando. E logo depois a Finep lançou o edital multiusuários, ao qual todas as instituições que tivessem o perfil de pesquisa e ensino poderiam concorrer. A maioria recebeu bastante investimento da Finep nessa parte. A essa altura eu já tinha feito o PDI e tinha assumido a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Fiquei lá do final de 2013 até 2020, praticamente sete anos.

Nessa gestão, procuramos bravamente aumentar o número de bolsas do Pibic. A pós-graduação já estava com uma base maior de pesquisa. Implantamos novos programas, melhoramos os conceitos dos que já existiam. E lutamos, junto à Capes, para que os mestrados profissionais, que não tinham recursos, passassem a ter. Por sua vez, a Fapesq começou a receber mais recursos do governo estadual. E lá eu participei do Fórum de Pós-Graduação de Pró-Reitores de Pesquisa, mas dessa vez na diretoria. Não queria, de jeito algum, ser novamente presidente. A experiência anterior já bastava. Porém, me colocaram como representante das regionais do Nordeste. Então, eu participava da diretoria como coordenadora das instituições regionais, tanto as públicas quanto as privadas. Fazíamos reuniões, ora em Recife, ora aqui em João Pessoa, para discutir as problemáticas do momento — que, na época, eram as bolsas. Parte desse período, durante a gestão do Jorge Guimarães na Capes.

Brigávamos pela distribuição das bolsas — acho que era a Zena [Martins] que comandava os programas de concessão de bolsas da Capes, na

Diretoria de Bolsas. Nós criamos então uma comissão para elaborar uma proposta de uma nova planilha para a distribuição de bolsas. Discutimos com a Capes e a Capes foi com a Jurídica. Enfim, avançamos um pouco nessa parte da concessão de bolsas e na definição dos critérios. Um deles permanece até hoje, que é o IDH [Índice de Desenvolvimento Humano], para a concessão. Esse foi o meu papel na Pró-Reitoria e na representação, onde fiquei dois anos. Depois fiquei mais dois anos na diretoria, representando as estaduais.

Foi à frente da diretoria que a sua relação com a Capes foi mais intensa?

Sem dúvida. E aí, durante essa fase, a gente participava durante as discussões de programas para diminuição das assimetrias regionais. Então, a Capes depois até lançou um edital para o norte, mas eu já não estava mais na diretoria. Participei dando pareceres nas propostas, me sentia feliz de ver que existiam coisas sendo implantadas para diminuir as assimetrias. Depois fiquei, durante esses quase quatro anos, na diretoria de novo, e disse: “Chega”. Em 2020, saí da pós-graduação.

Foi realmente muito tempo em que a senhora acompanhou alguns presidentes da Capes. Houve a fase do Abílio, quando estava na federal, e, depois, quando a senhora vem para a estadual, é a gestão do Jorge Guimarães.

Foram passando assim, os diretores. Foi engraçado, em 2016, teve o Fórum Nacional no Rio de Janeiro e o presidente do fórum resolveu homenagear os ex-presidentes do fórum. E quando eu chego, nós encontramos os ex-presidentes, e o Jorge virou para mim: “Você aqui de novo!”. Mas aí não era enquanto diretora, e sim enquanto homenageada lá pelo trabalho à frente da diretoria. Como disse, em 2020: “Não quero mais, vou me reaposentar”, porque aposentada eu já era. Nesse momento, a reitora pediu que eu ficasse por pelo menos mais um mandato — mas aí ligada à assessoria do gabinete dela. Então, atualmente, estou na assessoria do gabinete, procurando ajudar no que eu posso, nas demandas gerais disso tudo.

Gostaria que a senhora falasse um pouco mais sobre sua atuação como representante do Nordeste no Foprop [Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras], principalmente a partir de 2016, quando o professor Abílio retornou à presidência da Capes, já no governo [Michel Miguel Elias] Temer [Lulia], depois da saída da Dilma [Vana Rousseff]. Como a senhora vivenciou essa nova fase, dentro do Comitê do Foprop e, principalmente, a questão do portal de periódicos?

Acho que, em 2002, o portal da Capes recebeu um prêmio da Associação de Bibliotecários, que reconhecia a sua importância. Dificuldades financeiras sempre existiram, mas hoje, tanto a comunidade como os órgãos governamentais estão cientes da importância do portal. O Brasil aumentou a produção científica, chegou a ficar em 13º lugar no *ranking*, graças aos periódicos que tínhamos. Caso contrário, a gente não conseguiria ter esse aumento da produção científica nacional e mesmo a inserção internacional, que antes desses periódicos era muito aquém. O uso desses periódicos teve até impacto econômico, porque tinha que passar para as instituições. As estaduais tinham dificuldades de receber recursos do órgão federal. Nessa época, era complicadíssimo. Então, houve uma redução do custo.

A Capes sempre deu treinamento. Recebemos recentemente um treinamento. Foi importantíssimo que nós, como pró-reitores, tenhamos conseguido convencer as bibliotecárias a participarem desse processo de treinamento. Essa fase foi um pouco mais amena do que a da época da implantação. Quando a Rede Nacional de Pesquisa entrou, melhorando o sistema, a infraestrutura, ficou muito mais tranquilo.

Como a senhora vê a questão do acesso aberto dos dados de pesquisa e da produção científica, e especialmente a relação com as grandes editoras internacionais, que cobram um valor muito alto pelo acesso aos seus periódicos e às suas bases de dados?

Elas cobram mesmo muito alto! Eu acho que isso tudo é uma questão de convencimento, de entendimento da importância. É claro que as editoras não querem o acesso aberto, porque ganham muito mais. Essa é uma

nova discussão que está surgindo dentro dos portais, mas que eu acho que seja também fundamental para o acesso a toda a comunidade acadêmica. Eu não vejo isso como um empecilho, e nem pode haver uma dificuldade de entendimento do uso dessa modalidade — como foi na época da implantação do periódico, quando as instituições preferiam escanear os periódicos do que deixar numa base. Hoje o acesso livre entra também para isso e ele é importante também para a comunidade, para a sociedade.

Seu depoimento é muito importante nesse projeto. Temos poucas mulheres à frente dos órgãos de pesquisa. Sua atuação, ocupando durante tantos anos vários cargos de gestão, é muito importante para o projeto e para a sociedade brasileira. Acho muito importante ter sua fala aqui registrada.

É interessante... Você falou que foram poucas as mulheres em cargos de comando... Eu assumi a Fapesq em 2007 e fiquei lá dois anos. Até hoje, na galeria dos ex-presidentes, eu sou a única mulher! Até hoje nenhuma outra mulher assumiu a direção da fundação! Acho que ainda hoje existem restrições a que as mulheres assumam cargos de chefia, mas a gente vai à luta.

A sua área — saúde, biologia — é muito masculina, professora? É difícil uma mulher se destacar e conseguir ter um papel importante. O jogo político e as relações não facilitam muito, não é?

Muito masculina. Eu me lembro que participava das reuniões da diretoria do Insa, o Instituto Nacional do Semiárido, e só tinha eu de mulher, o resto era tudo homem. Acho que há uns dois anos eles fizeram o que chamam de “consulta à comunidade”, com os nomes de duas mulheres e um homem disputando a direção. Essa lista foi para o Ministério. Uma das mulheres teve mais votos, mas não foi a nomeada. Foi o homem, nada contra, estou só comentando. Realmente, essa dificuldade com mulheres para ocupar os cargos ainda existe e no Nordeste é ainda maior. Sei que tem mudado bastante, mas a gente ainda tem sim.

Professora, acredito que é preciso que um grande número de mulheres faça graduação nessa área, e que depois vá para o mestrado, para o doutorado, formando assim, de fato, um grupo expressivo. A partir daí é possível que as mulheres ocupem maciçamente as instâncias de gestão.

Eu estava fazendo uma análise dessa questão nas universidades. Nas universidades, primeiro era só reitor homem, agora mudou um pouco. Aqui na UEPB é uma reitora, que foi reeleita agora em 2020. Na UnB [Universidade de Brasília], também temos uma mulher. Acho que em algumas estaduais da região também temos mulheres à frente da reitoria. Enfim, esse perfil está mudando. E elas estão nesses cargos não porque são mulheres; é porque são mulheres que têm capacidade de gerir uma instituição. Felizmente isso está mudando e vamos em frente, com as novas gerações.

Para finalizar, professora, gostaria que a senhora destacasse para as novas gerações o significado do Portal de Periódicos para pesquisa.

Eu diria que o portal foi um grande avanço, e que não podemos mais retroagir nesse processo. Acho que a comunidade lutou muito para a manutenção do portal, uma ferramenta fundamental que permite até hoje o acesso à informação. O portal democratizou o acesso à informação científica, tecnológica, no país e no exterior. E ter instituído esse programa, essa ferramenta, foi, sem dúvida, um grande avanço da Capes. Eu poderia dizer às novas gerações, que talvez nem conheçam a história de todas essas dificuldades, que a gente precisa sempre lutar para termos, sem medo, uma ferramenta que possamos utilizar democraticamente.

Está ótimo, professora. Foi um prazer falar com a senhora. Muito obrigada.

Foi um prazer conhecê-la. E, quando precisar, estou sempre à disposição.

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 17/03/2025

Adalberto José Val

Gostaria que o senhor falasse sobre sua trajetória educacional e acadêmica.

Nasci no interior de São Paulo, em Campinas, numa fazenda onde meu pai e minha mãe trabalhavam. Lá tinha uma pequena lagoa e eu acabei me apaixonando pela forma e pelo hábito e hábitat dos peixes.

Fui estudar bioquímica, no nível técnico, em Campinas, e de lá fui trabalhar na Universidade Federal de São Carlos, onde permaneci oito anos. Foi nesse período que fiz graduação em biologia em Ribeirão Preto. Em 1981, com 25 anos, vim para Manaus trabalhar no Inpa [Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia], onde fiz mestrado e doutorado. Nesse tempo, a gente não tinha um regime jurídico único; éramos contratados via CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]. Eu era contratado na UFSCar, e quando vim para o instituto, fiquei algum tempo sem emprego, porque o meu contrato de CLT desapareceu no meio do caminho.

Ao terminar o doutorado, coordenei uma pós-graduação do instituto durante algum tempo e depois saí para fazer o pós-doutorado no Canadá, onde fiquei três anos. Minha área de pesquisa é a zoologia. Eu trabalho com peixes. Estudei no Departamento de Zoologia da Universidade da Colúmbia Britânica em Vancouver, com um dos maiores especialistas mundiais em fisiologia de peixes, o professor David Randall. Ele chefiou uma

das principais expedições científicas à Amazônia para estudar a fisiologia bioquímica dos peixes daqui. Foi por isso que fui estudar em Vancouver. Segui carreira estudando as adaptações dos peixes, as mudanças ambientais, e agora mais recentemente incluindo aquelas determinadas pelas mudanças climáticas.

O senhor poderia falar sobre seu trabalho no Inpa?

Aqui no laboratório, construímos quatro salas climáticas que simulam, de acordo com o painel intergovernamental de mudanças climáticas, as condições ambientais para o ano 2100, e nessas salas desenvolvemos um vasto conjunto de estudos para ver como os peixes responderiam a esses desafios ambientais. Isso se enquadra muito bem no contexto geral do Inpa, uma vez que é um dos principais institutos voltados para entender a biodiversidade na Amazônia nos seus múltiplos aspectos. A biodiversidade não se resume à cor e à forma, mas envolve, fundamentalmente, como os organismos vivos — aquáticos, terrestres, aéreos, incluindo plantas, vertebrados e invertebrados — enfrentam as condições dinâmicas e desafiadoras da Amazônia. É um instituto muito bem equipado e aparelhado para fazer esse tipo de estudo. Ele também administra uma torre na Amazônia, Amazonian Tall Tower Observatory, que é uma das maiores torres que a gente tem hoje para estudar o dossel das árvores e o que acontece com a parte alta da floresta, principalmente no que se refere à emissão de gases de uma maneira geral. O Inpa tem 72 anos e exerce um papel extremamente importante na produção de informações robustas sobre a região.

O instituto mantém vários programas de pós-graduação: biologia de água doce, genética, entomologia, botânica, ecologia, agricultura no trópico úmido, ciência de florestas tropicais, e gestão de áreas protegidas, além de outros programas que mantém em rede com outras instituições. Temos mais de 550 estudantes de pós-graduação e, portanto, exercemos um papel de destaque na região no que se refere à capacitação de pessoal. Devo assinalar que, além de coordenador da pós-graduação, dirigi o instituto por oito anos, de 2006 a 2014. Depois que saí da direção do instituto, voltei ao Canadá por seis meses e na volta do Canadá trabalhei na Capes,

em Brasília, como diretor de relações internacionais por quase dois anos, entre 2015 e 2017.

Como foi seu trabalho na Capes?

O trabalho era relacionado basicamente aos programas internacionais da Capes. Não só os programas convencionais. Naquele momento a gente estava lidando com o Ciência sem Fronteiras, e uma parte desse programa era de responsabilidade da Capes e, dessa forma, também da Diretoria de Relações Internacionais. O Portal de Periódicos também estava sob minha responsabilidade, como parte das atribuições da diretoria que eu ocupava naquele período.

Eu acompanho o Portal de Periódicos desde a sua instalação. Briguei muito, entre aspas, 25 anos atrás, até um pouquinho antes, para que tivéssemos um programa desse tipo. Conhecia muito bem a dificuldade que os estudantes de pós-graduação tinham fora dos grandes centros. Por exemplo, aqui em Manaus, no interior da Amazônia, no Centro-Oeste, no Nordeste brasileiro. Quase todos nós que estudamos nesta região tínhamos que nos deslocar para um grande centro para conseguir as cópias das referências bibliográficas que precisávamos. Eu mesmo, muitas vezes, tomei um voo que era chamado “corujão” — saía daqui de madrugada — para ir a São Paulo e coletar, na Universidade de São Paulo, cópia dos artigos que precisava para os estudos que eu desenvolvia aqui na Amazônia. Lembro de a gente viajar com a mala vazia daqui de Manaus, ir para a USP passar uma semana fotocopiando artigos científicos para trazer para Manaus — para atender não só a minha pesquisa, mas as de vários outros colegas que faziam uma listinha do que precisavam. Era a única coisa possível que a gente tinha. Não era pago por ninguém, a gente tinha que se virar por conta própria para poder buscar esses artigos todos.

O Portal de Periódicos, do ponto de vista da redução das assimetrias regionais, aproximou de forma marcante as diferentes regiões do país, sendo uma das ferramentas mais importantes para a capacitação de pessoal nas regiões mais distantes dos grandes centros do país. A gente tem acesso ao Portal de Periódicos onde quer que estejamos. Isso nos ajudou

também nas viagens de campo, quando passávamos um mês, um mês e meio, coletando material no interior da Amazônia, coletando peixes, plantas, insetos e microrganismos. A gente, dentro dos barcos ou dos nossos alojamentos nesses rincões longínquos da própria sede, tinha acesso ao portal de periódicos e era possível resolver informações, por exemplo, de classificação de animais, informações sobre os animais e plantas que estávamos coletando em tempo real por conta desse acesso. Muitas vezes nos deparávamos com situações de emergência, alguém que tinha se machucado, levado uma picada de cobra, uma mordida de peixe, ou tivesse um acidente, e dependíamos do Portal de Periódicos para ter informações com relação à primeira abordagem desses problemas. Era difícil mandar uma pessoa do interior para Manaus; às vezes, demorava dias, como manter uma pessoa numa situação assim? O Portal de Periódicos teve também um impacto social extremamente significativo. Eu devo sinalizar que nesse período não tínhamos a internet para comunicação como temos hoje. Era muito difícil, não existia praticamente telefone celular, então o Portal de Periódicos era o nosso processo de interlocução com o mundo organizado, o mundo civilizado, por meio da telefonia via satélite.

O portal, durante esses 25 anos, passou por momentos difíceis. O senhor participou de momentos assim, quando o portal esteve ameaçado?

Sem dúvida alguma. Desde o começo sempre houve, primeiro, um certo ciúme do portal de uma maneira geral e, segundo, uma ideia de que o portal era muito caro. O portal nunca foi caro; na realidade, ele é uma das ferramentas de maior importância social que reduziu o desequilíbrio regional, geográfico que a gente ainda tem no país. O Portal de Periódicos aproximou as regiões do país de forma muito significativa, então a justificativa de que o Portal de Periódicos tinha um custo muito alto não se sustentou e não vai se sustentar nunca. A gente não pode ter bibliotecas do tamanho do Portal de Periódicos espalhadas por todas as cidades do país, certo? Então o Portal de Periódicos tem um papel extremamente significa-

tivo do ponto de vista social, político e, portanto, o custo dele é diminuído por conta desta importância.

Em certos momentos, também por falta de visão, houve pressões para que mantivéssemos as assinaturas em papel de diferentes periódicos, em diferentes locais do país. Isso tinha um custo alto e com o Portal de Periódicos não havia mais necessidade para aquele processo. A gente tinha acesso aos periódicos por meio virtual. Essas pressões tiveram um papel importante, levaram a uma reorganização do Portal de Periódicos, com a inclusão de novas revistas que foram fundamentais para sua sobrevivência.

Devo sinalizar também que em 25 anos a gente viveu uma revolução do ponto de vista tecnológico, eletrônico e isso evidentemente está afetando todo o processo — não só de produção da informação científica dentro dos laboratórios, mas também da forma de veiculá-la. Hoje, temos o *open access* superavançado dentro do sistema mundial de produção de informações científicas.

Qual é a sua opinião sobre a questão do acesso aberto?

Acho que temos que caminhar no sentido de ter acesso aberto e irrestrito, porque a ciência deve ser aberta para todo mundo que tem interesse na informação científica. E vou um pouquinho além. Acho que o processo de produção da informação científica também vai mudar; não há mais espaço para o cientista ficar sentado na frente de um teclado, dias e dias digitando, um trabalho científico. Isso vai mudar completamente, seja por meio da inteligência artificial, seja por um processo otimizado de interação com pares. A informação científica lida com tabela com números, figuras, mas o que que aquilo significa? Não vai ser mais uma interpretação individual do pesquisador que produziu, vai ser uma interação com muitos outros cientistas, outros pares, por conta desse processo que temos aberto hoje no sistema, que está sendo atropelado pela inteligência artificial. Acredito que teremos um momento completamente novo e parabeno a Capes por ter feito um estudo para colocar a possibilidade do acesso aberto disponível para os pesquisadores brasileiros.

E, na sua área, como o senhor vê o portal da Capes disponibilizando materiais, como periódicos e bases de dados, por um lado, e, por outro, as grandes editoras internacionais continuando a cobrar alto para publicar trabalhos de pesquisadores, após sua aprovação?

Funciona exatamente como em qualquer outra área. Nós, brasileiros — é certo que temos uma certa limitação de financiamento, mas já foi pior no passado —, estamos vivendo um momento melhor, nos últimos anos. Mesmo assim, o custo de uma publicação científica numa revista de uma editora de alto nível — 20, 30 mil reais — é impossível para nós. Portanto, essa negociação que a Capes faz por meio do Portal de Periódicos, para que a gente tenha acesso a essas revistas, é muito importante. É verdade que estamos agora com acesso de uma só grande editora, mas acho que vai haver uma expansão, como as universidades americanas fizeram. Algumas universidades europeias já têm esse tipo de acesso para as revistas, o que facilita muito para nós em termos de publicação científica. O custo não é zero — pode ser para o pesquisador —, mas para a Capes é um custo muito significativo por conta do Portal de Periódicos.

Seriam, então, dois tipos de relacionamento; um é a aquisição do direito de consultar o material, os periódicos, as bases de dados; o outro é uma negociação que ajude a facilitar ou a baratear o custo de publicação dos *papers* e artigos aprovados?

Exatamente isso. Por exemplo, eu compro o direito de consultar uma revista de uma editora, pago uma fortuna por aquilo, mas ela simultaneamente mantém acesso aberto para algumas universidades, então não tem muito sentido eu pagar aquele volume grande de recursos para acessar a publicação quando na realidade o acesso é aberto. Então vamos negociar com essas editoras, para que esse volume de recursos que pagamos para consulta nos permita também a publicação em acesso aberto. Tivemos essa evolução nos últimos 25 anos. Houve a implantação do portal, depois ele evoluiu para que pudéssemos ter acesso nos diferentes locais no Brasil inteiro, depois tivemos um sistema chamado CAFe [Comunidade Acadêmica Federada], um sistema que permite o acesso de onde você esti-

ver. Antes eu acessava só daqui da instituição, agora o acesso é de casa, do barco, na base do interior. E temos esse novo sistema que permite acoplar as assinaturas para acesso às revistas, também para publicação do resultado científico. Houve uma grande evolução no portal.

Nesse sentido, gostaria de lembrar que antigamente os programas de pós-graduação não eram credenciados, como a gente vê hoje. Eles só eram credenciados depois que formavam doutores. Muitas vezes, alguns estudantes faziam pós-graduação em um programa que ainda não era reconhecido, então ele teria que ou revalidar o diploma dele em algum lugar ou fazer outra vez em outro programa. A própria pós-graduação brasileira também está evoluindo de forma muito prática.

Como foi sua decisão de sair de São Paulo e vir para Manaus?

Como já disse, nasci numa fazenda onde havia uma lagoa com peixes exóticos — não eram peixes nativos. Quando ia pescar, sentado na beira da lagoa, ficava olhando aqueles peixes e pensava: “O que e onde eles comem? Como respiram? Como obtêm oxigênio? Como crescem?”. Isso foi me intrigando, e decidi que um dia iria para algum lugar estudar isso. Por conta disso, a convite do professor [José Galizia] Tundisi, com quem tenho uma relação pessoal de longa data, vim para Manaus, junto com a minha namorada na época, Vera Maria Fonseca de Almeida e Val. Nós fomos andar pelo rio. “Pronto, este é o meu lugar”, pensei. Eu já estava doido com os peixes. E nós ficamos.

Começamos aqui num pequeno espaço e fomos escrevendo os primeiros projetos, publicando os primeiros trabalhos e conseguindo recursos para montar o laboratório que temos hoje — deixando esse legado para a nova geração de contratados. Eu diria para você hoje que o nosso laboratório é o estado da arte para estudo da genética, da fisiologia e da bioquímica, da bioquímica de peixes. A infraestrutura que temos aqui é comparável ao que há de melhor no mundo hoje. Estamos muito bem estruturados para estudar fisiologia, bioquímica e genética de peixes da Amazônia. Quando incluímos a parte das mudanças climáticas, com as salas que simulam as condições ambientais do ano 2100, ganhamos uma qualidade adicional e um interesse nacional e internacional muito significativos.

É uma área de imensa relevância. Também associamos isso à questão da segurança alimentar: 90% da proteína consumida pela população que vive na Amazônia têm origem nos peixes e eles são muito sensíveis às mudanças climáticas. Muitas espécies de importância na alimentação humana já estão vivendo próximo dos seus limites térmicos superiores e, portanto, pequenos aumentos da temperatura têm causado problemas extremamente sérios para os peixes, como uma mortalidade muito alta, como aconteceu em 2023 e 2024. Então isso é um problema sério, de uma maneira geral.

Imagino que haja também um grande interesse internacional pelas suas pesquisas. Como funciona sua relação com o campo internacional?

Há uma colaboração científica muito intensa no exterior. Temos colaboradores de quase todo o mundo que passam algum tempo aqui no laboratório. Sou credenciado em universidades no Canadá para orientar alunos de pós-graduação; tenho alunos estrangeiros que vêm fazer parte dos seus trabalhos em nosso laboratório.

O senhor foi também diretor do Inpa, de 2006 até 2014. Quais foram suas grandes realizações e os grandes problemas que o senhor teve de enfrentar durante esse período? Do ponto de vista da Capes, coincidiu com o período do Jorge [Almeida] Guimarães, quando havia mais recursos. Como o senhor viveu essa fase?

A nossa relação com a Capes, com o professor Jorge, sempre foi de altíssimo nível. Ele deu uma grande contribuição para a Amazônia. Parte dessa contribuição, evidentemente, foi por meio do Inpa — e não estou falando só de recursos financeiros, mas também de orientação, otimização e consolidação dos programas de pós-graduação, que foram extremamente importantes durante esse período. O desafio que tivemos naquele período era modernizá-lo, tornando-o um instituto mais ativo na produção de informações. Nós conseguimos um projeto junto ao governo federal, no governo [Luiz Inácio] Lula [da Silva] — chamado Grandes Vultos. Foi

quando produzimos um conjunto de modificações estruturais no instituto que tiveram um impacto muito significativo. Não só do ponto de vista da reforma dos laboratórios, aquisição de novos equipamentos, mas a construção de vários novos espaços dentro do instituto no sentido de otimizar a modernização. Não adianta ter infraestrutura se você não tiver massa cinzenta, não tiver quadros competentes. Como não podíamos contratar gente — até hoje temos essa dificuldade —, fomos por outro caminho, o da colaboração, da fixação de pessoal por meio de bolsas. Tanto o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] quanto a Capes tiveram um papel fundamental nisso, além da relação que mantivemos com o mundo internacional. Então a gente teve vários processos que a gente avançou. A própria Torre Atto, por exemplo, nasceu no período em que estive na direção do instituto, assim como o prédio novo da diretoria.

Qual foi o papel da Torre Atto?

A Torre Atto é um projeto, em cooperação com o governo da Alemanha, que estuda o impacto que a floresta exerce na conservação do sistema climático global. Temos uma torre maior do que a torre Eiffel, toda equipada, instrumentalizada para coletar informações da parte alta da floresta. Temos um grupo grande de pesquisadores que trabalham na base da Torre Atto e que são bolsistas do governo alemão. O Brasil também mantém um grupo de bolsistas, mas precisamos avançar, contratar mais gente para poder dar conta. O Brasil ainda continua recebendo não mais do que 4% dos investimentos em ciência e tecnologia na Amazônia. É um investimento irrisório diante da importância da Amazônia, não apenas para o Brasil, mas também para a própria região e para o mundo. Trata-se de uma situação que requer atenção urgente.

Gostaria que o senhor esclarecesse também o estatuto do Inpa. O senhor disse que quando chegou, era CLT. As pessoas eram contratadas a convite? Se o instituto não está ligado à universidade, como ele renova seus quadros?

O Inpa é um instituto de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, como são outros institutos, entre eles o Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais], que fica em São José dos Campos, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. A grande maioria fica “do outro lado da linha de Tordesilhas”. O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é uma OS, uma organização social em fase de consolidação e crescimento.

Com a Constituição de 1988, deixamos de ter um sistema celetista para contratação de pessoal e passamos para o Regime Jurídico Único. Naquele momento, todos os funcionários do instituto passaram de celetista para o Regime Jurídico Único, com uma exceção — os estrangeiros que estavam aqui não puderam passar para o Regime Jurídico Único por conta das leis brasileiras. Ainda temos alguns pesquisadores que estão no regime celetista, mas a partir daquele momento houve uma reestruturação bastante significativa no instituto para acomodar essa nova forma de administração de pessoal. Algumas características envelheceram, outras tantas novas surgiram para poder fazer essa acomodação.

O instituto tem uma evolução nesse período bastante significativa do ponto de vista da infraestrutura — não só de prédios, mas também de equipamentos. Algo que também nos conectou com a Capes foi a expansão dos programas de pós-graduação e o início de uma intensa atividade de capacitação de pessoal. A partir de então, o Inpa passou a ter um aumento significativo na produção de informação científica, porque cada tese trazia não só um conjunto de novas informações, mas também novas perguntas científicas para serem respondidas. Quando assumi o instituto, conseguimos gerar a compreensão de que a ciência para a Amazônia não poderia ser departamentalizada. Não dava para ficar estudando as coisas de acordo com o sistema convencional, acadêmico, disciplinar, departamentalizado. Precisávamos ter abordagens mais interdisciplinares do sistema. Acabamos, portanto, com os departamentos no instituto. Dentro do instituto você tem trabalhadores interagindo nos diferentes laboratórios, projetos, usando as diferentes infraestruturas necessárias para fazer isso.

Outro ponto que também devo mencionar: entendemos que a ciência é uma atividade social com fins sociais e, portanto, não pode se distanciar da sociedade. A gente não pode ter universidades, institutos de pesquisa que ficam circunscritos entre muros. Precisamos manter uma interação forte com a sociedade para trazer a sua demanda para as bancadas dos laboratórios. Eu trabalhei fortemente para poder dizer o seguinte: “Sociedade, se você quiser visitar o Inpa, venha! Venha conhecer o que fazemos aqui!”. Enquanto não colocarmos a ciência no colo da sociedade, teremos dificuldades em consolidá-la no Brasil.

Gostaria que o senhor falasse ainda um pouco sobre a sua gestão na Capes na Diretoria de Relações Internacionais, que ficou um pouco mais difícil com a saída do Jorge Guimarães, e a entrada de um novo presidente.

Conseguimos avançar em alguns aspectos e implantar algumas poucas coisas. Quando cheguei, o programa Ciência sem Fronteiras estava completamente estruturado, e funcionando como tinha sido concebido. Ainda que tivéssemos vontade de mudar alguns aspectos, precisamos continuar executando como ele tinha sido originalmente pensado. No meu entendimento, o programa foi muito importante e é uma pena que a gente não tenha conseguido reestruturá-lo. Acho que um dos aspectos era ter um tutor para grupos de alunos de cada uma das universidades para ser possível um controle mais efetivo do programa.

O Portal de Periódicos também estava superestruturado, e conseguimos avançar em alguns aspectos como a inclusão de novas revistas e *journals*, por meio de uma interlocução com os coordenadores das áreas de conhecimento. Por fim, outro ponto relevante era o acompanhamento dos nossos bolsistas no exterior, não só do ponto de vista da capacitação deles, mas também do retorno desse pessoal ao Brasil. Foi um período curto, mas no qual pudemos colocar um pouco da nossa experiência. Administrar programas grandes como esses não é trivial, é algo que depende de um conjunto de pessoas altamente treinadas. Precisamos reconhecer

que a Capes tem um conjunto de funcionários de altíssimo nível. Aprendi muito com esse pessoal.

Deve ter sido uma experiência nova, porque o senhor vinha de um centro de pesquisa. E os programas de pós-graduação da Capes, em sua grande maioria, estão inseridos nas universidades, que têm uma dinâmica um pouco diferente, certo?

Foi importante, porque eu olhava com outros olhos. Por isso pudemos emprestar uma cooperação com o sistema, que foi importante por conta desse outro olhar que eu tinha da pós-graduação, não só por conta do instituto, mas também porque trabalhei 11 anos na Capes, na coordenação das ciências biológicas. Fui membro e depois coordenador do Comitê de Ciências Biológicas 1, além de ter trabalhado com o professor João Antonio Pêgas Henriques. Dessa forma, tinha uma experiência muito significativa quando fui para a direção de Relações Internacionais, nessa interlocução da pós-graduação dentro da universidade.

Gostaria que o senhor deixasse uma mensagem para os jovens pesquisadores sobre a importância da Amazônia e do Inpa, e a colaboração do Portal de Periódicos da Capes nesse sentido.

A ciência é um processo contínuo. Partimos de verdades estabelecidas para novas verdades, e essas novas verdades acabam tendo um papel importante naquele momento. Mas também não são as verdades finais; novas verdades surgirão. O que deixo de mensagem para os jovens é que eles ajudem a buscar as novas verdades para que tenhamos ambientes mais robustos, mais conservados; que possamos contribuir para melhorar a qualidade de vida da população mundial. Não há possibilidade alguma de avançarmos sem conhecimento, sem ciência. Portanto, é necessário capacitar o pessoal, e nisso a Capes tem um papel fundamental. É necessário se apropriar das informações. Ninguém coloca uma pedra sem uma base forte para sustentar a parede. A parede do conhecimento se faz por blocos, e os blocos dependem de uma base de conhecimento sólida. A gente precisa se apropriar desse conhecimento sólido, que para nós hoje tem um nome: Por-

tal de Periódicos. Acho que é muito importante os jovens sonharem, para ajudar a construir novas verdades, e aproveitar as ferramentas que foram disponibilizadas ao longo do tempo para a ciência brasileira.

Muito obrigada, muito bonita sua fala.

Obrigado.

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 10/03/2025

Emídio Cantídio de Oliveira Filho

Antes de iniciarmos propriamente a parte sobre a Capes, gostaria que o senhor falasse um pouco sobre as suas origens familiares, onde nasceu, sua formação escolar e universitária.

Sou de Recife, Pernambuco.

Minha formação básica foi em escola pública, mas não lembro exatamente quais foram as escolas. Minha mãe era professora primária e ela me ensinou um pouco em casa.

Cursei o ginásio e o científico (na época era científico) até o segundo ano na Escola Professor Alfredo Freire. Fiz o terceiro ano em um curso mantido pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Em seguida, fiz o vestibular para engenharia agrônômica, que era o nome que se dava, à época, ao curso de agronomia.

Terminei a graduação em 1973 e no ano seguinte fiz concurso para professor — na época era comum, no Nordeste, ser professor sem uma formação mais completa. Comecei a lecionar na Rural com 21 anos.

Além da sua atividade como professor, o senhor se envolveu muito cedo na gestão da universidade. Como surgiu esse interesse?

Trabalhei na universidade por um ano e meio, e em seguida saí do país para fazer mestrado e doutorado. Nessa época, a Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária] estava enviando seus pesquisadores para

o exterior, e as universidades também entraram nesse ritmo de mandar as pessoas para fora. Fiz mestrado em irrigação e doutorado em ciência do solo, ambos na Universidade da Califórnia, em Davis, entre 1976 e 1982. Quando voltei, passei a fazer parte do grupo que tinha acabado de montar um curso de mestrado e doutorado em ciência do solo.

Dois anos depois, fui convidado para ser coordenador-geral da graduação da Rural. Na gestão do reitor que veio depois, fui convidado para ser pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação. Fui para a pró-reitoria um pouco por acaso. Eu não estava pleiteando o cargo, mas os apoiadores do reitor que tinha sido eleito me conheciam e achavam que eu devia ser pró-reitor pela minha experiência internacional. Fiquei como pró-reitor de 1991 a 1995.

Foi nesse momento que a Rural entrou numa crise profunda, porque o reitor então escolhido pela comunidade acadêmica não era uma pessoa muito querida pelo governo. Nessa época o presidente era Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Educação Paulo Renato [Souza], que tomou a decisão de não nomear o reitor eleito. Foi aí que a comunidade da pós-graduação conversou comigo e sugeriu que eu me candidatasse a reitor. Saí candidato e fui indicado reitor, numa lista sêxtupla enviada ao Marco [Antônio de Oliveira] Maciel, que era o presidente da República em exercício, e me conhecia. Fui nomeado reitor, exerci o mandato e concorri novamente, agora sim, na rua, fazendo campanha, e me reelegi. Fui reitor por dois mandatos na UFRPE.

Durante o governo Fernando Henrique houve muitas greves por conta da questão da indicação dos reitores. Eu era professora na UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro] e tivemos um problema sério com o candidato escolhido, o professor [José Henrique] Vilhena [de Paiva], que não foi aceito pela comunidade.

O fato de o Fernando Henrique não ter escolhido o candidato eleito provocou uma greve muito longa na Rural. Ele não tinha a menor condição de ser reitor, diferentemente do Vilhena (eu o conheci quando estava na reitoria), e fez muito bem em não aceitar a indicação presidencial. Acabei aceitando participar do novo processo de escolha de reitor. Entrei com a pecha de interventor, porque concorri à eleição em uma sala fechada, no

Conselho Universitário. Isso criou um problema muito grande, mas toquei em frente. Os meus colegas sempre dizem que a Rural era uma antes do Emídio Cantídio [de Oliveira Filho] e outra depois do Emílio Cantídio. Superei todas as dificuldades do primeiro mandato e fui para o segundo com muita tranquilidade. A universidade já tinha saído daquela situação de impasse. Criei um programa muito forte de formação de recursos humanos; a Rural saiu de 25% de mestres e doutores para quase 90% ao final do meu mandato, de seis cursos de mestrado para mais de 20 cursos de mestrado e doutorado. Isso fez crescer muito a graduação. A formação de recursos humanos foi a meta central da minha gestão.

Professor, como foi o seu relacionamento com a Capes, quando o senhor foi reitor da primeira vez? Era ainda o professor Abílio Baeta Neves que a presidia, um período de mudanças e também de criação do Portal de Periódicos. O senhor acompanhou a questão dos periódicos? Participou de alguma discussão?

Participei intensamente em dois momentos. O primeiro foi quando assumi a reitoria e o professor Abílio era, além de presidente da Capes, secretário de Ensino Superior do MEC: de manhã, cuidava das universidades; de tarde, ia para a Capes.

Como titular da Sesu [Secretaria de Educação Superior], ele vinha bastante a Recife, João Pessoa, Natal e outras capitais, para pensarmos a universidade. Todos os reitores do Nordeste tinham um relacionamento muito forte com o Abílio. Ele se preocupava muito com as universidades daqui, ainda pouco desenvolvidas do ponto de vista da graduação. Do outro lado, como presidente da Capes, ele nos atendia naquilo que a gente precisasse. Eu, por exemplo, montei um programa de formação de recursos humanos. Fui à Capes e ele me concedeu as bolsas. Todos os meus professores que saíram para fazer a graduação naquela época tinham bolsa garantida da Capes. Cheguei a ter 40% do meu corpo docente fora da Rural, fazendo principalmente doutorado.

Portanto, pude contar com o apoio do Abílio, tanto do lado da institucionalização da universidade quanto do apoio financeiro dele para a formação desses recursos humanos. Nesses oito anos como reitor da Rural,

a universidade experimentou um crescimento institucional significativo, feito em consonância com o professor Abílio. Fiquei muito amigo dele.

Além da questão da formação de recursos humanos, que tipo de relacionamento o senhor mantinha com a Capes?

Fui bolsista Capes desde os 21 anos, e por isso tenho uma relação muito forte com a instituição.

O Abílio mantinha comigo, de certa forma, um relacionamento de duas mãos: tanto eu trocava ideias com ele para a melhoria da Capes como ele trocava ideias comigo para melhoria da minha universidade. Fortalecemos bastante alguns programas da Capes, como o Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica, e com isso pudemos ajudar não só a UFRPE, mas todas as universidades do Nordeste em que os reitores seguiram o meu caminho na formação de recursos humanos. Esse ganho foi muito acentuado em todas as instituições do Nordeste, nas já mais avançadas, como a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal do Ceará, e também nas menos avançadas, como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que hoje é uma universidade muito bem estruturada, e que teve, naquela época, um reitor muito competente.

O senhor participou de alguma discussão sobre a criação do Portal de Periódicos da Capes?

Sim, participei. Na realidade, tudo aquilo aconteceu graças à grande capacidade de inovação do Abílio. Foi então que teve início a criação das grandes bases de dados, e nessa linha merece destaque o diretor de Programas, que eu sucedi, um professor da USP [Universidade de São Paulo] muito competente, que depois veio a se tornar diretor da Fulbright.

Sei quem é. É o professor Luís Loureiro.

Loureiro, exato. Ele foi muito importante no processo de criação do portal. Foi ele que ajudou o Abílio, que era muito ocupado...

E como o senhor via a importância do portal com a disponibilização desse acervo para a sua universidade?

Ah, não foi só pra mim. A disponibilização do acervo inicial foi fundamental pra todo mundo. Vou dar um exemplo. Naquela época, o recurso financeiro que vinha para a universidade era pouco. O dinheiro ia, basicamente, para os docentes. O investimento especializado era muito pouco mesmo. Comprávamos algumas revistas por ano, uma quantidade muito diminuta. De repente, eu me deparei com um portal com 3 mil revistas, revistas de alto nível, da Elsevier e de outras editoras. Até então, nossos docentes iam para São Paulo — parece mentira! — para pesquisar artigos no acervo da USP. Era comum o docente me pedir recursos para custear uma passagem de avião e algumas diárias para trabalhar intensamente na biblioteca da USP ou da Unicamp [Universidade de Campinas] para acessar o material necessário. O desenvolvimento do portal agilizou muito o nosso processo de fazer pesquisa. As universidades maiores receberam o portal com muitíssima alegria porque, basicamente, elas deixaram de ter dificuldade em ter acesso ao conteúdo de revistas de qualidade para começar a trabalhar.

Sabemos que a área de saúde foi muito privilegiada, mas e a sua área, a das ciências agrárias? Como funcionava especificamente?

A área de agrárias é muito parecida com as outras ciências chamadas duras. Tivemos uma melhoria significativa no conteúdo do conhecimento. Antes trabalhávamos com a organização chamada Comut [Comutação Bibliográfica]. A gente se baseava muito na solicitação ao Comut, mas demorava de seis a sete meses para se conseguir um *print*. Com o Portal de Periódicos da Capes passamos a ter uma disponibilidade bem maior, porque a própria Elsevier tem um bom conteúdo na área de agrárias. Hoje há outras revistas.

O número de programas de pós-graduação que foram criados na sua gestão foi realmente muito expressivo. Esses programas foram iniciados exatamente pela possibilidade de acesso a essa bibliografia?

Sim, foi isso mesmo.

Além da sua atuação como reitor, o senhor também teve um papel importante como diretor de Programas e Bolsas na Capes. Nesse mo-

mento, o presidente não era mais o Fernando Henrique e o Abílio não presidia mais a Capes. O senhor vai estar se relacionando com o governo do presidente [Luiz Inácio] Lula [da Silva] e com o Jorge [Almeida] Guimarães na direção da Capes. Como foi a sua aproximação com o Jorge e como foi a sua atuação como diretor de Programas e Bolsas?

Passei cinco anos na Capes, de 2007 a 2012. O Abílio foi sempre muito influente na gestão do Jorge.

Eles mantêm um relacionamento muito positivo. Conversando com ambos, percebe-se que eles interagem academicamente muito bem.

Eles são muito amigos. Eu ainda estava na reitoria quando o Jorge me fez o convite. Não estava querendo mais ser gestor público. Queria voltar para a academia, poder me dedicar à pesquisa. Quando houve essa primeira aproximação, eu estava na minha casa com o professor José Fernandes de Lima. O Abílio conversou com o Jorge e lhe sugeriu que me chamasse, até porque eu estava saindo da reitoria. Ele me fez o convite, mas eu declinei, e sugeri o nome do professor Lima para ser o novo diretor de Programas e Bolsas da Capes, diretoria responsável pelo portal.

Depois que o Lima assumiu, houve uma conversa entre nós dois e ele me convidou para ser uma espécie de assessor, sem ônus para a Capes. Como já tínhamos avançado no Nordeste, o professor Lima criou uns programas interessantes para o norte do país. Como eu, Lima também se aproveitou muito da época do Abílio.

O professor Lima era de que universidade?

Da Universidade Federal de Sergipe. Eu o ajudei a criar programas de mestrado nas pequenas universidades do norte do Brasil — Amapá, Roraima, Rondônia —, onde a pós-graduação estava começando. Por ter sido pró-reitor, eu tinha muita experiência.

Quando já tinham se passado quase três anos desse trabalho, o professor Lima foi convidado para ser secretário da Educação de Sergipe. Foi aí que o professor Jorge Guimarães me disse que dessa vez eu teria de aceitar o cargo de diretor de Programas e Bolsas. Naquela altura, eu já estava com

bastante experiência na área, todo mundo me conhecia na Capes (eu ia lá praticamente toda semana). Não pude negar. Falei com a família, porque teríamos de sair do Recife. A família autorizou, e eu fui ser então diretor de Programas e Bolsas da Capes, em Brasília.

Eu já tinha um relacionamento com o Jorge, já éramos bastante amigos, até por conta de outras posições que ele tinha ocupado no CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], no Ministério da Ciência e Tecnologia... Foram cinco anos de um trabalho extremamente tranquilo, sem nenhum aborrecimento. O Jorge é muito competente. Fiz minha vida na Capes com a participação dele.

Qual foi a tônica principal da sua gestão à frente da Diretoria de Programas e Bolsas, naturalmente em consonância com o professor Jorge? Onde vocês investiram mais?

Quando cheguei na diretoria, me entrosei bastante com a Elenara [Chaves Edler de Almeida]. Ela é uma moça muito competente e a gente tinha a capacidade de gerar coisas novas. Quando o portal tinha 4, 5 mil revistas, podia-se pesquisar por revista, não tinha nenhum problema. Mas à medida que ele foi crescendo, tracei uma diretriz — ampliar o portal e, ao mesmo tempo, simplificá-lo. Solicitei à Elenara que firmássemos um convênio com a RNP, Rede Nacional de Pesquisa, para nos dar consultoria. O Nelson Simões, seu diretor, gostou muito da ideia.

A primeira iniciativa foi criar um aplicativo para o portal. Então, fomos buscar no mundo inteiro um aplicativo que facilitasse a pesquisa. O portal era muito difícil de pesquisar porque, quando você botava o nome de uma revista, aparecia milhares de revistas até você achar a sua.

O aplicativo era um buscador. Compramos essa ferramenta fundamental de uma empresa israelense, e definimos todo um processo de como passaríamos do portal como ele era até então para o portal com busca de palavra-chave. Fomos nós que desenvolvemos o portal tal como ele é hoje. Quando aplicamos o buscador, ele permitiu a incorporação de uma enorme quantidade de revistas que antes não estavam na base. O buscador buscava revistas *open access*, revistas que não estavam sob o domínio de grandes editoras. Todas elas entraram na base do portal.

O segundo programa foi o próprio Jorge que me recomendou. Ele queria ampliar o portal de editoras importantes no mundo. Então, fomos buscar essas revistas no mundo inteiro para o portal ficar cada vez melhor. Este trabalho foi fundamental e eu o realizei seguindo sempre a orientação do Jorge.

Havia a preocupação de ampliar, digamos, o número de editoras fornecedoras de material.

Isso. Fazíamos contato com elas através de um consultor nosso. Verificamos que havia muita coisa no sistema que não prestava. Peguei o portal com cerca de 15 mil revistas e em 2012, quando saí da Capes, eram mais de 35 mil revistas, todas organizadas dentro do portal. Foi um trabalho muito bem-feito e não era muito caro, porque a gente tinha um argumento muito forte para negociar com essas pessoas. Além disso, fizemos algo muito importante, que talvez o Jorge já tenha falado para a senhora, que era transformar a revista que a gente pagava em uma revista livre para o Brasil.

Acesso aberto.

Acesso aberto, exatamente. Fizemos a database da Elsevier. Depois de um certo tempo, ela ficou aberta para qualquer pessoa pesquisar diretamente, sem que a Capes tivesse que pagar por ela. A Capes paga anualmente, mas a revista fica aberta. Outra coisa importante que fizemos no portal foi criar um repositório no Brasil. Quando a gente compra uma determinada database, aquele material é nosso, é entregue a você.

Mas a assinatura não tem de ser renovada anualmente?

Você renova anualmente, mas para trás é seu. Você já pagou por ele. Então, você tinha essa database. Então, tínhamos que ter um lugar para guardar essa informação. Isso também foi feito na nossa gestão. Ampliamos de forma significativa o treinamento no portal.

E continuam fazendo.

Sem dúvida.

Naquela época, começamos promovendo treinamentos presenciais. Ainda não era corriqueiro fazer as coisas digitalmente.

Como era o treinamento?

Em alguns casos trazíamos as pessoas para fazerem o treinamento em Brasília, mas na maioria das vezes mandávamos um técnico para o destino. Ele fazia o treinamento lá, na área de medicina, na área de engenharia e assim por diante. A ampliação do treinamento foi muito importante para o uso do portal. O portal tornou-se muito bem usado, principalmente pelos grandes cientistas, que tinham mais facilidade de usá-lo.

Com o avanço representado pela criação do aplicativo, passamos a nos preocupar com a popularização do uso do portal, porque era muito importante mostrar que um *reprint* de um jornal custava 10 vezes mais caro do que o uso daquele mesmo *reprint* no portal. Com o tempo, essa e outras vantagens foram se tornando mais visíveis. Eu trabalhava afinado com a professora Elenara, que fez um trabalho maravilhoso no portal.

Como o senhor vê, na atualidade, o acesso aberto, tema, digamos, bastante polêmico? Tem gente que é favorável, tem gente que é crítica.

Não é uma tarefa fácil. Eu ainda estava na Capes, quando começou a discussão do *open access*. Todas as editoras que trabalhavam com o *open access* visavam muito o aspecto financeiro. Eu estabeleci alguns critérios. Quando cheguei na Capes, o pensamento dominante era outro, mas eu foquei muito na questão da redução de custos. Quanto podia ser aumentado de um ano para o outro em dólar? Não podia ser um aumento muito grande.

A reforma que eu promovi funcionou. E aí veio o *open access*. Primeiro, eles queriam que a gente pagasse um valor absurdamente alto (eles não sabiam qual era o orçamento do portal) para que todos os pesquisadores brasileiros daquela área pudessem usar aquele grupo de revistas por aquele *open access*. Então, pagamos para as pessoas poderem publicar. Eu disse que isso não ia dar certo. Não posso fazer isso porque extrapola qualquer orçamento.

O que eu tenho visto é que tem aparecido muitas revistas, basicamente estrangeiras, sem qualidade, tipo caça-níqueis. Com isso, criou-se uma celeuma — os cientistas querendo publicar em qualquer revista e nós tendo que limitar a publicação às revistas de qualidade. A Capes precisa realmente estar atenta a essas revistas que não têm qualidade e que são *open access*. Publicar é caríssimo, mas felizmente há, hoje em dia, uma avaliação mais

críteriosa por parte dos nossos colegas para definir quais são as revistas em que as pessoas devem publicar.

Professor, o *open access* é uma via de mão dupla. Por um lado, através da aquisição do direito pela Capes, temos o acesso aberto para as pessoas dos programas de pós-graduação, que a agência legítima como leitores ou consultores, consultarem o portal. Por outro, temos a intenção dos pesquisadores brasileiros de publicar nessas grandes revistas, mas eles têm que pagar para publicar. Uma coisa é a consulta: a Capes compra os direitos de disponibilizar as revistas e as pessoas vão lá e consultam. Outra coisa é a publicação dos pesquisadores brasileiros nos grandes periódicos internacionais. Na sua época, essa questão já era relevante?

Comprávamos as revistas das principais editoras e essas revistas eram, geralmente, de muita qualidade, e ficavam completamente disponíveis aos nossos pesquisadores. Hoje há uma pressão muito grande de grupos que são, que você, digamos assim, tem acesso livre, quer dizer, a leitura é livre, mas o pesquisador é o responsável pelo pagamento de uma publicação. Depois que saí da Capes, criei um programa para a universidade onde trabalho no intuito de que os programas dessa universidade subam de nível. Um dos pontos que eu toquei com o reitor é a alocação de recursos financeiros para a produção científica dos programas. Eu entendo que, mesmo com o orçamento apertado, a universidade tem que colocar recursos financeiros, se quiser ter um conjunto de programas de alta qualidade reconhecido do Brasil e no mundo. Então, criei o Publicar, um dos subprogramas do meu programa chamado Programa Qualidade, onde o reitor entra em acordo comigo para colocar um recurso financeiro por ano para ajudar a pagar a publicação.

O senhor poderia explicar o que é esse programa? Eu não o conhecia. Eu criei um programa chamado Programa Qualidade da Pós-Graduação. Eu vou na instituição, o reitor, que já conhece o programa, se dispõe a contratar a minha consultoria. Aí eu converso com a equipe dele, com seus pró-reitores etc., e mostro que, para a universidade ter programas de alto nível, há que se investir. A maioria não investe nada na pós-graduação. O

reitor quer que falem da pós-graduação dele, mas investir que é bom nada. Ele recebe o dinheirinho da Capes e só bota aquilo mesmo.

Quando o reitor se decide por participar do Programa Qualidade, isso significa que ele vai ter que colocar duas ou três vezes o valor que a Capes colocou na instituição para fazer o programa. Eu não posso pedir a um professor que publique sem lhe dar nada. Não posso exigir de um programa de pós-graduação com 12, 14 professores, sem dar nada a eles. Estabelecemos, em cada programa, tantos mil reais por ano e colocamos esse dinheiro na mão do coordenador da pós-graduação para ele investir com os docentes.

Qual é a fonte desses recursos?

A fonte é a própria universidade. O reitor não pode dizer que não pode investir porque não tem dinheiro. Ele tem dinheiro para tudo, menos para a pós-graduação?! Isso não pode! A cada ano eu visito uma universidade do Nordeste. Trabalho mais por aqui.

Trata-se de uma consultoria que o senhor presta em várias universidades, é isso?

Exatamente. Contrato um trabalho via fundação de apoio da minha universidade para tornar a coisa bem legal. Faço esse contrato e eles pagam a fundação de apoio e ela, por sua vez, paga a mim e as pessoas que trabalham comigo. É um desenvolvimento que criei faz 10 anos, muito útil para todas as universidades, porque leva em conta minha experiência na pós-graduação, meu conhecimento etc. E quebramos o gelo entre a Reitoria e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Na verdade, muitas vezes o pró-reitor não tem a *expertise* necessária para fazer as coisas. Eu deixo claro para o reitor que o programa é um programa da Reitoria, não é um programa da pós-graduação. A pós-graduação é só um cargo, quem manda na universidade é o reitor. Então, se ele quiser realmente investir na pós-graduação, ele investe.

Entendi perfeitamente. Mas o Portal de Periódicos ainda incentiva o processo de publicação?

Não, pelo menos no meu tempo. Há um trabalho de regulação desses periódicos, feito pelos comitês de área, que é justamente o Qualis. Você recebe uma

indicação, para a sua área, para o seu programa de pró-reitoria, que as melhores revistas são essas etc. Não vale a pena publicar em outro lugar porque não vai contar, não vai proporcionar um desenvolvimento da sua pós-graduação. Há uma certa regulação nessa direção. O portal é capaz de ajudar muito nesse sentido, mas, no meu tempo, não tinha como interferir de forma mais direta. Ele consistia, basicamente, na aquisição das revistas, dos periódicos e das bases de dados, e na sua disponibilização para o público acadêmico.

Ouvíamos muito a comunidade. De vez em quando, eu recebia pedidos da comunidade para incorporar uma determinada base de dados, um determinado periódico. Lembro-me perfeitamente de uns periódicos da ótica que eu mandei comprar. Eram caríssimos. As editoras eram todas sociedades americanas pequenininhas, mas tinham uma, duas, três revistas de alto nível e elas vendiam caro aquilo.

Então, quando o senhor dizia que queria determinada publicação para 156 universidades, ela multiplicava 156 vezes o preço e cobrava?

Não é assim. Você tem que multiplicar depois esse número por um fator de 0,05. O cara não entendia. Era uma briga danada até a gente chegar em 0,10 e cobrar 10% da revista. Como o Brasil compra para as bibliotecas de todas as universidades, não pode pagar o valor que se paga nos Estados Unidos ou na Europa, que é para apenas uma universidade. É uma briga permanente.

Essa briga é permanente, porque o valor é altíssimo... O senhor se lembra de alguns momentos mais dramáticos relacionados à falta de recursos ou a tentativas de cortes?

Não, eu peguei uma fase muito boa. Entrei na Capes em 2007, o meu orçamento era 540 milhões de reais. Saí em 2012, com um orçamento de 2,8 bilhões de reais.

Esse montante era destinado apenas ao portal ou tinha outras finalidades?

Não. O portal era um preço fixo, em torno de 160 milhões de dólares. Não sei quanto está hoje. Talvez tenha até diminuído... A gente tinha o cuidado de comprar os dólares. Todo o dinheiro que sobrava mensalmente era

investido em dólares. Assim, conseguimos praticamente comprar o ano seguinte no ano anterior. Eu juntava o dinheiro do ano anterior, já pagava o ano seguinte, sem me preocupar se o dólar ia subir, se ia baixar. Eu comprava as revistas no ano anterior.

Foi um grande trabalho!

Eu considero o trabalho mais relevante da minha vida. Nos meus cinco anos na Capes, fizemos um trabalho maravilhoso. O pessoal da Capes é outro nível, dedicado, criativo. Vamos inventar isso, vamos inovar naquilo. Criamos, a pedido de Jorge, o PNPD [Programa Nacional de Pós-Doutorado]. Foi uma iniciativa dele. Numa viagem que fez à Índia, ele viu como era importante ter jovens recém-doutores, que, saídos do PhD [Doctor of Philosophy], entrassem logo na universidade com a garantia de cinco anos de bolsa. Eles passavam um tempo como um PNPDista e se empregavam na instituição...

O Ensino Médio e o Ensino Básico foram incorporados à Capes quando eu entrei lá. Era muita coisa, eram seis ou sete diretorias. A Diretoria Internacional também foi criada na época do Jorge. O grupo era muito unido, os diretores eram muito unidos, então eu só tenho que agradecer... E eu ainda tomava conta do portal, o que me dava muito prazer!

Na verdade, vocês tiveram sorte e sobretudo trabalharam muito. Houve uma continuidade. O professor Jorge Guimarães ficou praticamente 11 anos à frente da Capes, e diretores, como o senhor, acabaram tendo também um período longo na instituição, nessas diretorias.

Fui reitor de uma universidade relativamente pequena, muito pobre. Então, aprendi a viver com poucos recursos.

A fazer a gestão da escassez.

Exatamente, e buscar recursos em espaços que os outros não buscam. Eu buscava recursos em outros ministérios que normalmente não eram utilizados pela Capes. Fechei um contrato, por exemplo, com o Ministério da Defesa, para a criação do programa de defesa. O ministério tinha o dinheiro, eu pegava o dinheiro e o usava em bolsas para o ano seguinte.

O fato de ter passado por situações difíceis me ensinou muita coisa, fez com que eu me tornasse muito ágil, muito esperto. Eu me reunia mensalmente com a equipe e perguntava a eles o que haveria de inovação para o mês seguinte. Isso era uma rotina e a equipe gostava. A equipe da Capes gosta de inovação, e quando entra um diretor que não tem esse espírito, que fica só pagando bolsa, pagando auxílios, a coisa não funciona.

Criamos muitos eventos dentro da Diretoria de Programas, na Coordenação de Assuntos Especiais. Chegamos a alocar cerca de 25 a 30% de serviços em programas especiais — indo, portanto, além do programa principal de bolsas da Capes — em nanotecnologia, bioquímica, biofísica. Todas essas áreas passaram a ter programas específicos, recebendo aquilo que precisavam. Era gente da UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], da Unicamp [Universidade de Campinas], da Escola Paulista de Medicina, da Unifesp [Universidade Federal de São Paulo]... Conversávamos com os pró-reitores, fazíamos reuniões com os pró-reitores do Nordeste e do Norte. Ouvíamos o que eles precisavam, filtrávamos e criávamos um programa para eles.

O senhor também participou da Andifes [Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior]?

Fui presidente da Andifes.

Então fale um pouquinho sobre isso, por favor.

A minha vida dá para fazer um livro... Presidi a Andifes em 2000, 2001 por conta de uma dissidência (gosto muito de dissidências!). Assim como havia me tornado reitor da Rural, por não terem nomeado o reitor eleito, na Andifes ocorreu uma história meio esquisita. Seu presidente queria ser reeleito, mas não dizia isso a ninguém. Um belo dia, anunciaram que quem quisesse ser presidente lançasse a sua proposta. Aí eu juntei os colegas do Nordeste e de Minas Gerais (em Minas eram 12 instituições), e convidei uma pessoa muito competente, o professor Sá Barreto, reitor da UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais], mas que tinha uma certa dificuldade de lidar com as instituições dentro da Andifes, para ser meu vice-presidente. Saí candidato a presidente e ele a vice, e fomos bater chapa. E de 40 universidades daquela época, ganhei a disputa com o presidente da Andifes em 30 e ele

em seis. Ao final do meu primeiro ano de mandato, muita coisa aconteceu. Apesar das muitas dificuldades, meu mandato foi muito exitoso em termos de inovação, de solução de problemas, de como atacá-los.

Ainda como reitor da Rural, tive duas audiências com o presidente Fernando Henrique, e estive algumas vezes com o Paulo Renato [Souza]. Foi numa dessas reuniões com o presidente, em meio a uma greve muito prolongada, que ele me perguntou como a greve poderia acabar. Disse para ele liberar as vagas, porque fazia uns oito anos que o pessoal ia se aposentando, e as vagas não eram preenchidas. Pedi para ele liberar as vagas que estavam presas nas mãos dele, e aí a greve acabou.

Professor, para encerrar, com sua longa experiência na gestão universitária e tantos anos de atuação na Capes, o que o senhor diria para os novos professores, para os novos alunos, sobre a importância da pesquisa em geral e do Portal de Periódicos da Capes no momento que comemora 25 anos?

Eu diria que nunca se deve desistir de ser um pesquisador, de ser uma pessoa da ciência no Brasil. Temos uma enorme capacidade fazer as coisas bem-feitas, de ter sucesso. O Brasil enfrenta muitas dificuldades, mas no campo da ciência essas dificuldades desaparecem, porque as pessoas são focadas em fazer as coisas bem-feitas.

O portal marcou uma nova era no desenvolvimento da pesquisa brasileira. Um jovem cientista no Nordeste não podia fazer um trabalho de revisão se a universidade não o apoiasse para ir a um centro mais avançado. Pouquíssimas universidades no Brasil tinham as coleções necessárias para o desenvolvimento de um pesquisador. A partir do portal, e com o seu crescimento e desenvolvimento, isso passou a poder ser feito por qualquer pessoa, em qualquer lugar do Brasil. O portal estabeleceu um novo paradigma, tirou as diferenças entre uma instituição grande e uma instituição pequena. E isso é importantíssimo. Não podemos desistir de continuar avançando na ciência e na pesquisa no Brasil.

Agradeço muito o seu tempo, a sua disponibilidade, professor. Foi ótimo ouvi-lo.

Muito obrigado, professora. Foi um prazer.

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 24/03/2025

Cristovam Wanderley Picanço

Gostaria que o senhor nos falasse um pouco das suas origens; onde o senhor nasceu, estudou, e a sua opção pela carreira de pesquisador.

Muito obrigado, muito honrado pelo convite. Para atender a sua pergunta imediatamente, devo dizer que nasci às margens do rio Trombetas, em Oriximiná, no estado do Pará. É uma cidade pequena que fica na Calha Norte do Amazonas, para onde minha família se mudou havia muitos anos. Como toda cidade do interior, há um momento em que as escolas já não representam para você a continuidade dos estudos. Nesse momento, a gente migra para a cidade grande, Belém do Pará, e aqui, então, completo o Ensino Médio e faço o vestibular para a Faculdade de Medicina.

O senhor estudou em escola pública? Havia alguma escola religiosa nesta região?

Foi uma mistura de escolas. Eu comecei numa escola religiosa, porque os padres franciscanos montaram uma alternativa para a cidade, para que os filhos pudessem estudar os primeiros anos. E, além disso, nós tínhamos uma professora particular, dona Leonor, que complementava os esforços dos professores da escola religiosa. Depois, quando essa escolinha não podia mais oferecer progresso, nós migramos para a cidade, onde eu terminei a escola média.

Seus pais eram dessa região ou foram trabalhar lá?

Meus pais eram de duas origens diferentes. Meu pai era paraense, nascido em Belém do Pará, e minha mãe pernambucana. Meu pai herdou do pai dele, meu avô, os negócios. Meu avô, que foi um dos fundadores da Faculdade de Direito aqui em Belém, a partir de um determinado momento decidiu migrar para a região amazônica e foi se instalar no Lago do Salgado, uma pequena propriedade que ficava a três horas de onde nós morávamos no município de Oriximiná. Essa fazenda vai ter um impacto muito grande sobre a vida dos filhos dele e sobre nós, que passamos a ter no rio, nas águas, as memórias mais fortes da nossa vida. Isso vai ser determinante para a volta, quando eu completo os estudos e retorno àquela região para fazer o trabalho que eu julgava que deveria fazer, como um dever cívico, por ter tido oportunidade de estudar nas escolas públicas, na Faculdade de Medicina, inclusive. No sexto ano da Faculdade de Medicina, o professor Antonio Paes de Carvalho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o professor João Paulo [do Valle] Mendes, da Universidade Federal do Pará, criaram um projeto chamado Projeto Pará, que tinha como missão alavancar o Departamento de Fisiologia da UFPA. E nós — quando eu digo nós, eu e o professor Luiz Carlos de Lima Silveira — fomos selecionados para fazer o sexto ano na Federal do Rio de Janeiro. E lá fomos expostos, de uma maneira muito intensa, a novos referenciais acadêmicos. O professor Antonio Paes de Carvalho, pessoalmente, se ocupou de fazer-nos assistir toda a fisiologia novamente. E ele mesmo aplicava as provas para se certificar de que nós estávamos sendo preparados para o embate, que seria o retorno às terras amazônicas e o trabalho experimental que a fisiologia ia exigir de nós.

E o que era esse trabalho? Quais foram os desdobramentos dele?

Como a missão do projeto era construir ou reconstruir o Departamento de Fisiologia, nós tínhamos que aprender como o corpo humano funcionava em toda a sua amplitude. Estudávamos o coração, o cérebro, os pulmões, o tubo digestivo e assim sucessivamente. Cada módulo desses sistemas era estudado em detalhe e posteriormente avaliado pelo professor Paes de

Carvalho. Ao mesmo tempo, no final do ano, nós nos preparamos para o ingresso no mestrado na Federal do Rio de Janeiro, sob orientação agora do professor Eduardo Oswaldo Cruz, neto do velho Oswaldo Cruz, da Fundação Instituto Oswaldo Cruz. Então, a partir desse momento, o professor Eduardo Oswaldo Cruz começa um trabalho sensacional de preparação dos dois paraenses, como ele chamava, para o retorno a Belém. Isso foi em 1979. Neste ano, portanto, nós começamos esse trabalho e literalmente fomos iniciados em todas as tarefas que um laboratório de neurociências dedicado à fisiologia da visão precisava desenvolver. Fomos treinados para voltar para casa com completa independência, de modo que fôssemos capazes de replicar o que tínhamos aprendido. O professor Oswaldo Cruz nos acompanhou nos primeiros meses do nosso retorno para Belém e ficava conosco de dezembro a fevereiro, período das férias escolares. Instalado no Museu Paraense Emílio Goeldi, nos ajudou a montar o que chamamos, no início, de Laboratório de Fisiologia dos Tecidos Excitáveis no Departamento de Fisiologia da UFPA. Eduardo Oswaldo Cruz foi, certamente, uma pessoa extraordinária nesse momento. Ele nos mostrou como recuperar microscópios que estavam abandonados, nos ensinou a usar o microscópio com propriedade, a fotografar com excelência, e nós, então, começamos a missão de produzir conhecimento novo, que é o momento mais importante do nosso retorno a Belém. Quando o mestrado acabou na UFRJ, em 1980, nós voltamos para casa. Eu voltei no meio do ano de 1980 e o Luiz Carlos, no final. Começamos essa missão de construir o laboratório que estava descrevendo a você. Nós fizemos, nessa época, com Oswaldo Cruz, o primeiro registro elétrico no córtex visual de um roedor amazônico e isso foi um avanço espetacular, considerando o que havia, na época, na região. Esse esforço, então, abriu as portas do Instituto de Biofísica para que fizéssemos o doutorado em Belém do Pará. O professor Luiz Carlos Silveira fez o seu doutorado na retina dos grandes roedores e eu fiz o doutorado nas áreas visuais do córtex cerebral de um desses roedores. A cutia foi um dos animais amazônicos que usamos como objeto de investigação para desvendar os mapas corticais das várias áreas visuais do córtex dessa espécie.

A essa altura, o senhor já havia ingressado na UFPA como professor?

Sim. Eu e Luiz Carlos entramos em 1980. Na verdade, um pouco antes, porque havia um contrato temporário, que eles chamavam de professor colaborador, que foi acionado ainda quando estávamos fazendo o mestrado. Em 1980, quando voltamos para casa, nós formalizamos o ingresso na carreira, ele e eu. Durante esse período, ficou aparente que nós estávamos isolados cientificamente numa área, até então, completamente inexplorada, que era a área de neurociências. Eduardo Oswaldo Cruz percebeu que era muito importante que nós tivéssemos um período de formação no exterior. Luiz Carlos foi e eu fiquei em Belém esperando o momento oportuno para submeter-me a um treinamento semelhante. Ele foi trabalhar em Oxford, sob orientação do professor Alan Cowey. Quando ele retornou, fui trabalhar em Oxford também, só que no departamento de Neurofarmacologia Experimental, sob orientação do professor Kevan Martin, que comandava uma das Unidades do Medical Research Council. Quando voltamos para Belém, ainda padecíamos, como todos os outros pesquisadores amazônicos, de um isolamento importante, que era a falta de acesso à informação científica. Essa falta de acesso se caracterizava pela ausência de material bibliográfico atualizado nas bibliotecas das universidades, que à época tinham apenas material impresso em papel. Quando nós precisávamos de um artigo científico na área de investigação em que estávamos trabalhando, mandávamos uma carta para o exterior para que os pesquisadores autores, quando tivessem disponibilidade, remetessem seus trabalhos em papel. Isso demorava, em média, três meses entre o pedido e o retorno. Muitos dos pedidos, naturalmente, não retornavam. Vejam: nós éramos incapazes de nos atualizar em uma velocidade razoável nos temas que tínhamos escolhido para a investigação. Antes da criação do Portal de Periódicos, o acesso à informação científica era, para a maioria dos pesquisadores brasileiros, mas especialmente para a Amazônia, um verdadeiro ato de persistência. Acho que esse é o elo que vai mudar completamente o curso do desenvolvimento científico amazônico, quando o professor Abílio Baeta Neves, presidente da Capes, decide criar o portal. A criação do portal representou a ruptura com essa escassez. O conhecimento deixou de ser

privilégio de poucos e passou a ser um recurso compartilhado, acessível a poucos cliques. Foi uma virada de chave histórica. O tempo da espera deu lugar ao tempo da produção. Para nós, nas universidades amazônicas, isso significou mais do que acesso, significou inclusão científica, soberania acadêmica e a possibilidade real de dialogar com o mundo em pé de igualdade. Produzir conhecimento na Amazônia, portanto, era um ato de resistência. Nesse momento, portanto, tivemos um impacto memorável, quando todos os pesquisadores da Amazônia que tinham minimamente acesso às redes que o professor Abílio começou a instalar nas universidades amazônicas, provendo os recursos, começaram a conseguir alcançar as grandes bibliotecas, seja através do repositório que a Capes criava, seja através da internet que as universidades passaram a disponibilizar para os seus docentes pesquisadores. Nós começamos a poder nos conectar, discutir, planejar e mudar completamente a forma de fazer ciência na Amazônia a partir dessa janela de oportunidade, que depois seria expandida pelo professor Jorge [Almeida] Guimarães no período subsequente ao do professor Abílio Baeta Neves.

Após seu retorno da Inglaterra, já havia sido criado um programa de pós-graduação na UFPA?

Esse é um ponto que considero fundamental. A pós-graduação na Amazônia era extremamente reduzida. Quando nós chegamos, havia um programa de pós-graduação em zoologia, que era dado como certo de que seria extinto, porque a produção de conhecimento novo não havia decolado na proporção que se exigia nos programas de avaliação. Quando voltei da Inglaterra, em 1989, aconteceu uma coisa curiosa: eu e Luiz Carlos percebemos que a gente precisava encontrar uma maneira de salvar o programa de pós-graduação em zoologia. E o que foi feito? Vieram consultores da Capes, entre eles o professor Warwick [Estevam] Kerr, um geneticista, que nos auxiliou e mostrou a importância da pós-graduação por vários motivos — mas a mais importante era a sua capacidade de nucleação de docentes pesquisadores em domínios temáticos de interesse da Amazônia. Se isso fosse bem-sucedido, talvez conseguíssemos resolver um problema

sério, que era o financiamento espasmódico dos programas de pesquisa. Significava dizer que a gente recebia algum recurso, depois não recebia mais, e aí havia uma taxa de mortalidade acadêmica muito grande. De cada 10 doutores, à época, a gente perdia seis por isolamento, por burocracia, por insuficiência de fundos e assim por diante. Pois bem, esse esforço expandiu o programa, porque fiz um trabalho tentando mimetizar, numa escala muito menor, naturalmente, o que o professor Carlos Chagas Filho havia feito no Instituto de Biofísica da UFRJ, que foi identificar onde havia doutores produtivos nas instituições, independentemente das suas áreas de especialidade, e nós centralizamos ações em torno de um programa com o nome genérico Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas. Esse programa tinha como pré-requisito identificar no Instituto Evandro Chagas, no MPEG, na Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária], no Ipam [Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia] quais eram os doutores que estavam nessas instituições e que podiam se envolver com a formação avançada de recursos humanos e a produção de conhecimento novo. Eles, naturalmente, já faziam produção de conhecimento novo. Então, esse programa reuniu toda a competência instalada, ou quase toda, que havia em Belém. Nós tivemos pesquisadores notáveis, como o professor [José] Márcio Ayres, que criou o Mamirauá. Tivemos ainda vários professores da Embrapa que deram origem à formação de algumas linhas de pesquisa voltadas para as ciências da aplicação de agroecologia, gente trabalhando com populações indígenas e assim por diante. Então, foi uma reviravolta impressionante quando esse novo programa nasceu. O grupo de pesquisadores originário do professor Márcio Ayres, que é um personagem importante que se deve lembrar nesse momento, criou uma área de concentração em genética. As neurociências criaram uma área de concentração de pesquisas em neurociências e biologia celular, a virologia deu origem ao programa em biologia de agentes infecciosos e parasitários, e os doutores da Embrapa foram nucleados em torno de um programa de biologia ambiental. Esse programa, inicialmente criado como um guarda-chuva para abrigar a competência que estava distribuída em várias instituições, formado por esse time de especialistas, fez decolar

a pós-graduação no Instituto de Ciências Biológicas. A fisiologia no meio dela, agora voltada para neurociências, porque era, efetivamente, o que a nossa formação permitia. A materialização progressiva das diversas áreas refletiu a densidade de doutores em cada área e a área de neurociências e biologia celular só ocorreu depois do ano 2000. Em seguida, por conta desse sucesso na pós-graduação, fui guindado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Durante esse período, fiz um trabalho de agregação das pró-reitorias das universidades amazônicas em torno de um programa que o professor Abílio Baeta Neves gentilmente me lembrou que já existia e havia sido criado pelo professor José Seixas Lourenço quando da sua contribuição como reitor da UFPA, o Projeto Norte de Pesquisa e Pós-Graduação. E, sim, ele só foi possível por conta da instalação da rede de informação que acompanhou a criação do Portal de Periódicos. Nós podíamos conversar, interagir, planejar, e fazer isso que estamos fazendo agora, que são as interações online. É muito importante. Eu fui, então, da Pró-Reitoria de Pesquisa, guindado à Reitoria da Universidade. Tive o privilégio de ser o reitor da Universidade Federal entre 1997 e 2001. Previamente, eu tinha sido o pró-reitor da mesma instituição entre 1993 e 1997. Por conta disso, o professor Abílio Baeta Neves me chamou para compor o Conselho Superior da Capes entre 1997 e 2001, onde tive o privilégio de aprender muito e criticar muito para que a gente pudesse efetivamente implementar políticas integrativas regionais e programas de pós-graduação especiais para essas regiões. Entre eles, o mestrado interinstitucional e o doutorado interinstitucional. Nosso primeiro convênio foi com a UFMG, que abriu suas portas para a formação avançada de recursos humanos usando temáticas amazônicas. Nós tivemos o prazer de formar mestres e doutores em quase todos os departamentos da universidade, incluindo a área de educação.

Esse programa de mestrado e doutorado interinstitucional foi uma coisa muito importante, realmente. Eu tive a oportunidade de participar, porque fui professora durante mais de 30 anos na UFRJ. Eu sou historiadora e fixa no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, e nós tivemos um intercâmbio com Roraima. E fui muitas vezes na sua uni-

versidade, quando criamos o Profhistória, o mestrado profissional em Rede Nacional, já em 2013.

Eu acho que isso é positivo, porque dá a dimensão da importância desses programas especiais. Com isso, a universidade deu um salto no seu índice de qualificação docente. Nós conseguimos arregimentar todos os jovens em todos os departamentos que tinham interesse em melhorar o seu índice de qualificação, e eles usaram esse programa. A história usou, aqui em Belém. Isso foi uma das coisas importantes no processo. Se você, no final desse período, avaliar o que era a instituição antes desse programa dos mestrados e doutorados interinstitucionais, em termos do índice de qualificação docente, você vai poder medir bem o impacto dessa contribuição memorável que foi criada lá atrás pelo professor Abílio Baeta Neves.

Uma coisa importante dessa atuação da Capes é que, na verdade, muitos projetos se integravam e um colaborava com o outro. Esses mestrados e doutorados interinstitucionais estavam também articulados com a ideia da criação do portal, que daria subsídios acadêmicos para que esses programas pudessem ir à frente.

Exato. Aliás, talvez possa estar exagerando nas cores, mas acho que, sem o portal, isso teria sido impossível, porque a rede de comunicação nasce a partir dessa iniciativa. Eu lembro bem do momento em que se discutia se deveria ou não deveria criar o portal — eu era reitor e estava no Conselho Superior da Capes — e isso foi uma decisão muito sensata e muito apropriada para as distâncias amazônicas. Eu participei de várias reuniões na Capes em que essas coisas foram discutidas com muita propriedade. Reinaldo [Felippe Nery] Guimarães fazia parte desse mesmo conselho, o professor Esper Abrão Cavalheiro fazia parte desse mesmo conselho. Então, foi realmente um momento muito feliz de o Abílio ter enxergado as assimetrias regionais e ter encontrado uma forma integrativa de ajudar na solução delas. Elas continuam, naturalmente, por conta de vários fatores, a existir, mas, certamente, comparando com o que era e o que nós temos hoje, podemos dizer que foi uma coisa muito bem-sucedida.

E como era ser reitor da UFPA nesse momento? Porque também foi um momento politicamente difícil, durante a gestão do Paulo Renato [Souza] na Educação, certo?

Muito difícil, é verdade. Vou contar uma particularidade interessante dessa história. Eu considero o governo Fernando Henrique [Cardoso] em dois momentos. No primeiro governo, FHC fez muitas coisas interessantes. O segundo mandato do Fernando Henrique foi um fracasso, do ponto de vista acadêmico, e ele surpreende a todos, porque inicia a desconstrução do poder de fogo da academia, a importância relativa da educação superior e avançada para o país. A vida das universidades no segundo mandato foi um inferno. Eu — só para registro —, quando deixei a reitoria em 2001, fui embora para a Inglaterra para remover as sequelas e me livrar do sufoco que foi a minha gestão como reitor. Trabalhei por dois anos na Universidade de Southampton, e durante esse período o Paulo Renato fez uma coisa absurda, que foi cortar as bolsas, os salários dos professores que tinham entrado em greve. Diante disso, mandei para o presidente da Capes, que era ainda o Abílio, uma carta contando qual seria o tamanho do prejuízo com uma iniciativa daquele porte para os professores que estavam afastados no exterior, que dependiam dos salários para continuar a cuidar dos seus lá na Inglaterra, como eu, que estava de novo em Southampton. Então, foi um tempo muito difícil, eu diria que não repetiria a experiência de reitor. Foi realmente um momento de gerenciamento de conflitos, toda a minha energia foi sugada para o gerenciamento de conflitos, muito ruim esse período.

Quando retorno, começo um trabalho longo de instalação de um núcleo de pesquisa em doenças neurodegenerativas crônicas no hospital, com ênfase em um trabalho preventivo usando exercício físico. Então, nós começamos a aprender como o exercício físico influenciava o componente inflamatório das doenças, e criamos programas, primeiro experimentais, em animais, e depois em humanos. Hoje nós temos um programa que se beneficia de treinamento resistido e avalia expressões fenotípicas e genotípicas de pacientes idosos com diabetes tipo 2. Nós mostramos, muito recentemente, que é possível intervir com estimulação física e cognitiva e

recuperar grande parte do que a vida sedentária impõe para esses pacientes, sobretudo aqueles que estão em instituições de longa permanência, que passam muito do seu tempo na frente da televisão e quase não se exercitam. Há vários trabalhos que nós publicamos desde então, mostrando a possibilidade do formulador de políticas públicas de adotar medidas de intervenção para diminuir os custos associados ao cuidado desses pacientes. Para ter uma ideia, eles custam quatro vezes menos quando esses programas de intervenção física e cognitiva são implementados. De lá para cá, o que temos feito é estudar a expressão fenotípica e a expressão gênica dessas situações em que o envelhecimento e o componente sedentário são fatores de risco significativo.

Professor, voltando à questão do portal. Nesse período que o senhor está atuando na Capes e o portal está sendo implementado, como ele funcionava numa universidade como a UFPA?

Aqui nós tivemos vários ambientes diferentes. A UFPA é uma universidade que começa um programa massivo de interiorização. Vários *campi* universitários precisavam desse suporte para se beneficiar do portal. A primeira providência que nós tomamos foi descentralizar a gestão financeira e prover os meios para que eles pudessem, usando os recursos da Capes, criar suas próprias redes de intranet, ligando todos os setores dentro da universidade, e de internet, quando isso era possível. Por exemplo: eu vi *campi* universitários que se interligavam por rede de rádio. Isso era uma forma de fazer, comparativamente com o que você tem hoje, muito incipiente. Os primeiros anos foram muito difíceis. A biblioteca central da universidade, por estar situada no *campus* Belém, avançou com maior velocidade. Mas as bibliotecas setoriais e as bibliotecas do interior caminharam muito lentamente. E, ainda hoje, não fosse o portal, elas estariam certamente claudicando na atenção aos usuários. Então, os primeiros tempos foram muito duros. E, enquanto gestor, temos de apostar no futuro, alimentar que aquilo ali vai crescer, melhorar, a despeito das críticas. Porque há sempre, nesses momentos, as criaturas que acham que interiorizar uma universidade que ainda não é madura o suficiente é ruim. Mas se você olhar

hoje como eram os secretários de educação antes da interiorização, e agora, você vai ver que todos são licenciados, antes eram, no melhor cenário, professores de Ensino Fundamental ou Médio ou semianalfabetos. Eu diria o seguinte: a tomada de decisão, ainda que enfrentasse tempos muito difíceis no início, foi correta, apostava que as coisas iam melhorar, e, de fato, isso aconteceu.

A sua gestão, como pró-reitor e reitor, foi muito importante nessa virada. Vendo aqui a cronologia dos fatos, eu acho que isso fica bastante evidenciado.

Sou uma pessoa suspeita para falar. Deixe-me lhe dizer, quando assumi a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, trazia na cabeça a influência massiva do Instituto de Biofísica da Federal do Rio de Janeiro. E a primeira coisa que fiz, então, foi levantar os índices de produção de conhecimento em todos os departamentos da universidade. Isso me custou um ônus enorme, porque, ao mesmo tempo que valorizava os que produziam, você desvalorizava os que não produziam, e isso se tornava aparente. Então, a partir desse “v zero”, que seria a velocidade inicial do processo de transformação, todos os departamentos começaram a ficar assustados, porque, logo em seguida, o Paulo Renato viria com uma proposição que seria o seguinte: se você não tiver 30% dos seus docentes pesquisadores entre mestres e doutores, vai perder o *status* de universidade. Com base nessa pressão, todos os departamentos começaram a se mobilizar. Os mestrados interinstitucionais e doutorados vieram num momento oportuno, porque eles sinalizavam com uma solução para alcançar esses indicadores desejados pelo ministro Paulo Renato, e que, naturalmente, foram submetidos à avaliação da Secretaria de Ensino Superior do MEC [Ministério da Educação]. Vou dar um outro exemplo para você da mudança de cultura que estava em curso. Havia aqui, na Faculdade de Medicina, uma publicação, chamava-se *Hileia Medica*. Quando assumi a Pró-Reitoria, recebi do pró-reitor de Administração uma missão: ele queria saber se o dinheiro que a universidade estava aplicando naquela publicação era avaliado de forma positiva. Enviei, então, uns dois ou três números da *Hileia Medica*, ao pro-

fessor Antonio Paes de Carvalho, na UFRJ. Ele, de acordo com o tema de cada artigo que estava publicado, encaminhou para especialistas do Instituto opinarem. Quando as avaliações voltaram, elas não diziam o que os autores queriam ouvir. A partir daí, foi um inferno, porque, claramente, havia um descompasso entre o que se achava que era fazer academia e o que, de fato, era fazer academia. Esse foi um momento terrível, porque, por exemplo, nas áreas onde a publicação de livros era mais valorizada, eles achavam que tudo que era publicado em livro era francamente obsoleto. Havia problemas de comunicação, cultura, em choque, mas eu diria que esse momento foi de mudança, houve uma derivada positiva na UFPA.

O senhor ficou como pró-reitor de 1994 a 1997 e depois de 1997 a 2001. Como o senhor está, depois desses oito anos de gestão? Está dedicado à pesquisa?

A minha veia original é essa. Sempre gostei muito de estudar; estudei a vida inteira, mas durante esse lapso de tempo que começa na pós-graduação e termina na reitoria, esse privilégio foi me solapado pela administração. Assim que terminei a administração, respirei aliviado e retornei para o laboratório. Lá, tenho tempo para estudar, para avaliar o que preciso, ter certeza que as minhas contribuições são, de fato, originais e pertinentes. E tenho tempo para escrever. Isso muda muito a vida.

O seu tema de pesquisa hoje é trabalhar com essas doenças neurodegenerativas. Com a longevidade que a nossa geração está vivenciando, de um lado, é uma possibilidade muito interessante de você poder viver mais, mas viver mais com saúde, com qualidade de vida. E uma das grandes ameaças são exatamente as doenças neurodegenerativas. Como o senhor vê essa possibilidade, pois há uma grande quantidade de pessoas que estão tendo uma vida mais longa, mas em condições bastante problemáticas.

É verdade. Muito recentemente, eu escrevi uma revisão para uma dessas revistas, que cuida exatamente disso que você acaba de falar, chama-se “Os perigos da vida sedentária”. Nessa revisão, a gente mostra o que pode

ser feito com chance de dar certo, para postergar esse período que você menciona com muita propriedade, que está associado ao envelhecimento. Então, muito pouco você pode fazer depois que a doença se instala, porque o curso temporal das doenças neurodegenerativas é implacável. Tudo que você pode fazer é reduzir a velocidade com que ela progride. E uma vida ativa, seja do ponto de vista físico, seja do ponto de vista cognitivo, é o passo mais importante e, até o presente momento, junto com a dieta adequada, o único que lhe protege e posterga esse declínio cognitivo. Muito recentemente, começamos a romper a fronteira genética com a possibilidade de manipular a expressão gênica. Então, se você imaginar que, em breve, nós vamos poder cortar um segmento genético e inserir uma cópia saudável do gene que estava alterado, talvez a gente consiga, de certa forma, corrigir, pelo menos, segmentos que estão mais diretamente relacionados a essas alterações. Por exemplo, a inflamação; ela está presente em todas as doenças neurodegenerativas. Se a gente consegue diminuir a expressão gênica das citocinas quando elas cruzam uma determinada barreira, a gente talvez consiga diminuir o quadro inflamatório. Diminuindo o quadro inflamatório, o curso temporal das doenças neurodegenerativas diminui significativamente. Acho que a gente caminha nessa direção. Nós vamos conseguir, em breve, a partir dessas enzimas que foram descobertas recentemente, que levaram ao Prêmio Nobel,¹ editar genes. A edição de genes, no caso das doenças neurodegenerativas relacionadas à inflamação, talvez nos dê chance de viver mais e com mais qualidade de vida. Mas, para já, você já está fazendo uma parte do processo que é garantir a sua integridade cognitiva. Se associar a esse esforço o exercício regular e a uma alimentação saudável, muito provavelmente você vai estar fazendo quase tudo o que é necessário para garantir que você tenha uma vida longa e saudável.

¹ O Prêmio Nobel de Química de 2018 foi concedido a Frances Arnold, George Smith e sir Gregory Winter por suas contribuições na área da evolução dirigida de enzimas e anticorpos. Arnold foi premiada por seu trabalho em evolução dirigida, que permite criar novas enzimas e aprimorar as existentes. Smith e Winter, por sua vez, foram agraciados por desenvolver a técnica de exibição em fagos de peptídeos e anticorpos, que permite obter novos anticorpos para diversos fins, com o tratamento de doenças.

E hoje, como o senhor vê o portal e a questão do acesso aberto?

Tudo a ver. Há muitas coisas que precisam ser corrigidas. Certamente, não seremos nós a corrigi-las, mas há que, pelo menos, disparar processos de proteção para minimizar o impacto. Como eu vejo isso? Você tem grandes grupos editoriais internacionais que desenharam um sistema que se apropria da produção de conhecimento novo, que é gerado com dinheiro público, nas universidades e nos centros de pesquisa. Ao mesmo tempo, além de se apropriar disso, eles devolvem esse conhecimento cobrando um dinheiro considerável. Isso claramente é uma distorção que não tem como continuar. Recentemente, a professora Denise [Pires de Carvalho] fez uma coisa sensacional, que foi tentar minimizar o impacto das contas públicas das universidades, transferindo para a Capes os convênios com as grandes editoras, para diminuir o impacto dos custos do que eles chamaram de Programas de Apoio à Produção Acadêmica, que as universidades criaram. Então, como na maioria dos periódicos, agora, de acesso aberto, você tem que pagar para publicar, as universidades que não tinham programas de apoio não tinham como pagar. E, mesmo aquelas que tinham, não conseguiam atender à demanda completa. Quando a professora Denise criou a possibilidade de acesso — aberto e fechado, vamos dizer assim — às revistas com perfil híbrido só para quem pode pagar, ela resolveu, de certa forma, um problema crônico de algumas áreas do conhecimento. Ela trabalhou as engenharias com a I3E, trabalhou a Willey, que abriga uma boa parte dos periódicos das nossas áreas de ciências biológicas e médicas. E a impressão que dá, pelo andar da carruagem, é que ela vai tentar proporcionar essas facilidades para as outras áreas do conhecimento. Vi agora que a física está tentando um movimento nessa mesma direção.

Mas como isso se materializa? Porque não fica muito claro para as pessoas como essa negociação impacta positivamente na vida dos pesquisadores e das universidades.

Antes desse ensaio que está sendo feito, no momento de decidir se aquele artigo seria de acesso aberto ou só para quem poderia pagar, nós éramos

obrigados a escolher títulos de revistas que tivessem sempre o formato híbrido, porque a gente não podia pagar o acesso aberto. As universidades, ao tomarem ciência disso, perceberam que muitas das revistas pagas, sobretudo aquelas das grandes editoras — publicar na *Nature*, por exemplo, é um absurdo — tinham taxas de publicação que eram impagáveis para universidades como a nossa. De que forma esse movimento nos ajuda? No sentido de que transfere para a Capes uma parte do ônus dessa conta e, ao mesmo tempo, diminui do orçamento das universidades recursos preciosos que ela usava antes para sua manutenção. Portanto, isso devolve para as universidades, no seu orçamento, a possibilidade de pavimentar, por exemplo, o *campus*, que está cheio de buracos nessa época das chuvas, ou pagar a sua conta de energia, que cresceu muito por conta da necessidade da refrigeração nos tempos quentes.

Essas mudanças trazem benefícios para a universidade, mas o custo dessas publicações ainda continua sendo muito alto e fica nas mãos da Capes e do Ministério da Educação. Quer dizer, a gente não conseguiu, de alguma forma, diminuir a pressão e o impacto das grandes editoras internacionais, que continuam cobrando do mesmo jeito, ou o senhor acha que há um movimento para mudar isso?

Concordo inteiramente. Isso precisa mudar. Não sei exatamente quais serão os meios, mas tenho a impressão de que a comunidade científica precisa se organizar através das suas sociedades para que alguma pressão faça com que esses grandes grupos editoriais se ressintam se eles não fizerem o que precisa ser feito, que é um ajuste dos custos para uma coisa que seja realmente palatável. A comunidade acadêmica, através das sociedades, precisa efetivamente sair do lugar com vigor para enfrentar esses trustes. Eu não vejo outra alternativa. As agências de financiamento também. As grandes universidades que, vamos dizer assim, preservam a sua *alma mater*, têm que sair do lugar para corrigir essas distorções. Estou me reportando em escala internacional, porque pressuponho que a Europa, os Estados Unidos e a China, que efetivamente têm o maior poder de fogo, tenham uma grande contribuição para essas revistas internacionais saqueadoras

do conhecimento, porque é literalmente isso. O dinheiro público é provido, você trabalha, gera os resultados, faz avançar o conhecimento e depois você compra de volta o que você mesmo fez.

E o que o senhoralaria hoje para as novas gerações em termos de desafios, de pesquisa, de conhecimento científico em tempos tão turbulentos que estamos vivendo agora?

Eu diria que há duas questões importantes. A primeira é o renascimento da estupidez coletiva. Eu não consigo, por exemplo, entender como se consegue eleger duas vezes um personagem que deu antecedentes terríveis para o crescimento da ciência e tecnologia, como é, por exemplo, o caso dos Estados Unidos. Mas a minha impressão, para os mais jovens, é que durante esse processo de desmonte há uma geração de sequelas tão grande que é questão de tempo a reação organizada ao desmonte que ele faz hoje em ciência e tecnologia nos Estados Unidos. Não há mais espaço para que a gente testemunhe novamente esses retrocessos que se contam em décadas. Eu tenho muita dificuldade de compreender como a comunidade científica norte-americana tem sobrevivido a esse desmonte que eles estão assistindo. Essa é a primeira coisa. Esse tempo, que começa a se tornar aparente de novo, vai desaparecer. Nós já vivemos isso em alguns momentos numa escala muito menor no Brasil, e nós somos testemunhas de que esses tempos duram pouco em regimes democráticos. A segunda coisa que vejo é que os professores pesquisadores das universidades públicas sobreviveram, durante muitos anos, às dificuldades que se exigiam para desenvolver ciência e tecnologia em lugares como, por exemplo, a Amazônia. Então, a gente costumava dizer que precisávamos de quatro talentos para sobreviver aqui. O primeiro, e preliminar, era a competência naquilo que você fazia. O segundo era ter liderança acadêmica para nuclear jovens pesquisadores em torno das suas linhas de pesquisa. O terceiro era sobreviver à burocracia institucional, que sempre atrapalhava, tornando tudo muito mais difícil. E o quarto, que agora, de certa forma, foi resolvido, é o domínio da língua inglesa. Num lugar como a Amazônia, dominar a língua inglesa não é uma tarefa trivial. E, sem ela, era impossível, praticamente,

você disseminar a informação científica. Agora, com os meios que você dispõe na internet, de tradutores sofisticados, com inteligência artificial, se você souber escrever na sua língua *mater*, já é uma coisa sensacional. Acho que é possível realmente ter uma vida espetacular fazendo ciência, mesmo nos lugares onde, há muito pouco tempo atrás, era um desafio gigantesco. Recomendo que aqueles que têm vocação para a produção de conhecimento, curiosidade, brilho no olhar pelo conhecimento novo, não deixem de seguir esse sonho, porque ele é realmente uma coisa que faz diferença na sua vida. Estou com 71 anos, venho para o laboratório com a mesma alegria que tinha quando comecei aos 24. Então, tem sido sensacional poder fazer o que você quer, poder implementar os sonhos que você construiu lá atrás, na sua juventude.

Muito prazer, professor. Gostei imensamente de ter essa conversa com o senhor.

Muito obrigado, professora Marieta.

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 25/03/2025

Luiz Antonio Pessan

Gostaria que o senhor nos falasse sobre suas origens familiares e o início da sua formação.

É uma satisfação falar com vocês em um momento bastante importante para o Portal de Periódicos; 25 anos, jubileu de prata. Todo ano que se completa é importante para comemorar. Sou natural de uma cidade bem pequena, no interior de São Paulo, chamada Dourado, no centro geográfico do estado de São Paulo. Tanto que é conhecida como “Cidade Coração”. Após concluir a Educação Básica em escola pública, fui cursar engenharia de materiais na Universidade Federal de São Carlos. O curso de engenharia de materiais da UFSCar é pioneiro na América Latina e teve seu início com a própria universidade. A primeira turma do curso começou em março de 1970. Eu ingressei na metade de 1979, e me formei na metade de 1984.

Como surgiu seu interesse por essa área?

Havia duas pessoas da minha cidade que já tinham cursado engenharia de materiais e eu sempre gostei da área de exatas, e de engenharia de uma forma geral. Era um curso relativamente novo. Mesmo hoje, muitas pessoas não conhecem exatamente as definições e as formas de atuação. Em conversas com esses conhecidos, me senti atraído por fazer um curso de engenharia. Daí a opção. Mais ao final do curso, realizei o estágio indus-

trial, quando o aluno de nosso curso em engenharia de materiais passa seis meses em uma indústria. É um treinamento em interação com o setor produtivo não acadêmico, no nosso caso, empresas. Fiz estágio em uma empresa, voltei para a universidade e fui fazer o mestrado, em um programa de pós-graduação em engenharia de materiais da própria universidade.

Professor, o senhor poderia nos falar um pouco sobre suas pesquisas pessoais com seus alunos e orientandos, e sobre seu grupo de pesquisa de nanotecnologia aplicada ao agronegócio?

Essa é uma das aplicações das áreas em que trabalho. Meu mestrado foi em uma área denominada blendas poliméricas, ou do inglês *polymer blends*. Você mistura dois ou mais polímeros, obtém um novo material com propriedades intermediárias ou até superiores aos dois em separado. Depois, no doutorado trabalhei com membranas poliméricas para a separação de gases, difusão, permeação, embalagens etc. Com o tempo, apareceram nanocompósitos e nanotecnologias. Na área de agronegócios, por exemplo, você também tem aplicação destes conhecimentos, mesmo com medicamentos através de liberação controlada. Você tem um princípio ativo localizado dentro de uma cápsula, e que vai sendo liberado devagar ao longo do tempo. Fica muito mais eficaz do que a ingestão de uma única dose do princípio ativo, uma dosagem alta de uma vez só. No caso do grupo do agronegócio, na verdade é um dos grupos em que eu colaboro com o grupo de pesquisadores da Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária] — São Carlos. Eles atuam de forma bastante intensa nessa área. Eu participo com eles, devido a minha formação em permeação, difusão de moléculas através do plástico. Tenho outros grupos de pesquisa, em membranas poliméricas, em nanocompósitos e em compósitos.

Durante esse período, seja na Educação Básica ou na universidade, o senhor teve alguma militância política, se identificou com alguma linha de atuação política?

Não. Obviamente, a gente se informa, participa de todas as discussões, mas nunca tive uma atuação política. Meu foco era terminar o curso nos cinco

anos previstos para tentar alguma independência financeira o quanto antes, porque venho de família humilde. Precisava terminar o curso. A minha bolsa de estudos do mestrado foi financiada por uma empresa. Na época, meu orientador tinha bastante contato, e o tema que trabalhei era do interesse de uma empresa. Assim, eles financiaram a bolsa de estudos para o meu mestrado. No final do mestrado, interrompi essa bolsa, porque abriu concurso para professor na universidade, no mesmo departamento [de] que eu participava, e passei no concurso. Fui contratado como professor antes de terminar o mestrado. Abri mão, obviamente, da bolsa de estudos da empresa e me tornei docente efetivo a partir de abril de 1987. Fiquei um tempo dando aula até ir para os Estados Unidos — Austin, no Texas — na metade de 1989, para fazer o doutorado em engenharia química, com bolsa do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]. Retornei para o Brasil, em 1993. Como era docente, continuei a carreira acadêmica dando aula, e me credenciei na pós-graduação para orientar mestrado e doutorado.

Foi nesse período que o senhor começou a se envolver em funções na Capes ou ainda estava focado fundamentalmente nas suas atividades docentes?

Não, o envolvimento com a Capes mesmo, com a parte de gestão, começou um pouco depois. Alguns anos depois, em 1998, assumi como vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais da UFSCar durante duas gestões. Foi aí que surgiu o envolvimento com a Capes devido à atuação na pós-graduação. Meu envolvimento maior com a Capes se iniciou em 2008, quando participei da comissão de avaliação, que na época era a trienal — agora é quadrienal. Desde então, participei de avaliação mais de uma vez. Mais tarde, fui indicado e assumi como coordenador-adjunto da área de Engenharias II da Capes, onde permaneci por volta de nove anos. No final de 2022, fui indicado e nomeado coordenador da área de Engenharias II e em abril de 2024, fui convidado pela professora Denise Pires de Carvalho para assumir a Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes. Aceitei o convite e deixei a coordenação de área para assumir a diretoria.

Quando o senhor passou a trabalhar diretamente na Capes, em cargos de avaliação e gestão, qual era a sua visão sobre o Portal de Periódicos?

Quando eu fazia mestrado, me lembro que tive uma oportunidade, junto a um centro de pesquisas, de procurar referências bibliográficas de artigos que poderiam nos interessar para o trabalho de mestrado, e outros projetos. Trabalhos que não estavam nas universidades, ou cujo acesso era muito limitado. Eu fazia essas pesquisas, levantava resumos de trabalhos que eram de interesse, solicitava na biblioteca, via sistema Comut [Comutação Bibliográfica], para que eles obtivessem os artigos de modo que pudéssemos verificar se de fato eram interessantes ao trabalho de mestrado. Este processo era demorado. Sempre comento que a facilidade de acesso a artigos através do Portal de Periódicos foi fundamental para que pesquisadores desenvolvam pesquisa bibliográfica e trabalhos do mais alto nível, na fronteira do conhecimento. Coisas que antigamente tínhamos muita dificuldade em obter, e também porque demorava demais. Hoje, qualquer pessoa com celular acessa artigos, faz uma pesquisa do que está sendo feito no mundo. A dificuldade em obter informações no passado foi sendo reduzida e melhorando ao longo do tempo. Durante esse tempo [em] que me envolvi com a Capes, percebi cada vez mais a facilidade que o portal proporcionava à pesquisa, daí a sua enorme importância. Tenho certeza que o Portal de Periódicos dá uma enorme contribuição para a ciência e progresso do país.

O senhor se aproximou dos processos de avaliação e gestão na Capes num período muito positivo, em que o professor Jorge [Almeida] Guimarães era o presidente. Como o senhor via, já que também estava atuando na pós-graduação, essa gestão e a série de iniciativas novas que estavam sendo feitas? Como isso se refletia na sua área?

As iniciativas, na grande maioria, sempre foram muito positivas. Em outra época, nós tínhamos um apoio diferente do que temos atualmente, talvez porque a realidade fosse outra. O sistema de pós-graduação nacional cresceu — precisa ampliar mais, atender mais às diferentes regiões do país — e, ao mesmo tempo, não podemos descuidar da qualidade, algo que a Capes

tem feito regularmente por meio das avaliações dos programas de pós. O professor Jorge, enquanto esteve na presidência, conduziu a Capes de uma maneira bastante positiva, e creio que a evolução era visível. Foi um período de muitas atividades. Lembro, por exemplo, de quando se instituiu o Proex [Programa de Excelência Acadêmica] para os programas que obtiveram as notas seis e sete; eu estava na coordenação de programa na UFSCar, não estava participando de avaliação. Foi uma mudança muito positiva. Deu um grau maior de liberdade, autonomia e flexibilidade aos programas de pós-graduação notas seis e sete.

Foram tomadas muitas iniciativas importantes do período do Jorge, especialmente no quarto e no quinto Plano Nacional de Pós-Graduação. Uma delas era o combate à assimetria regional. Eu acho que, no caso de São Carlos, vocês não lidaram com essas dificuldades, porque são parte de um estado como São Paulo, que tinha recursos. De toda maneira, o senhor acompanhou a implementação dessa política?

Sim, e até hoje lutamos para a redução da assimetria no país. Aqui em São Paulo a Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo] sempre foi muito forte. Por 10 anos, fui da coordenação de engenharias da Fapesp. Participei bastante da instituição e de sua atuação. Se olharmos bem, mesmo em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, temos assimetrias. Lembro de programas e cursos novos propostos no estado do Rio, em região distante da cidade do Rio de Janeiro e com necessidades de um programa de pós-graduação. Da mesma forma, isso ocorre no estado de São Paulo. Mas, claro, é uma assimetria diferente da que temos no país como um todo. Essa política de redução da assimetria tem sido bem exitosa, mesmo que não ocorra na velocidade e da forma que nós gostaríamos. Porém, se olharmos o mapa de oportunidades em programa de pós-graduação no país, ele mudou muito nos últimos tempos. Em 2023, quando estive na coordenação de área e no CTC [Conselho Técnico-Científico da Educação Superior], discutimos muito sobre redução da assimetria e principalmente quando analisávamos APCNs [Avaliação de Propostas de Cursos Novos], pois um dos critérios sempre era se estariam contribuindo para

diminuir a assimetria regional e nacional, obviamente mantendo a qualidade que a Capes exige. Isso evoluiu bastante. Em apresentações sobre a Capes, constantemente mostramos um mapa da cobertura no país por programas de pós-graduação. Desejamos que a população tenha oportunidades de cursar um mestrado, um doutorado de qualidade, sem precisar percorrer grandes distâncias ou ir para os grandes centros.

No programa da UFSCar, vocês implementaram, dentro dessa linha, a política de fazer programas interinstitucionais com universidades de outros estados?

Lembro de vários programas que se iniciaram em colaboração através de Minter [Mestrado Interinstitucional] e Dinter [Doutorado Interinstitucional], juntamente com o PPGCEM/UFSCar. Além disso, havia a contribuição para a formação em nosso programa de pós-graduação em São Carlos de docentes de várias regiões do país. Recordo também de colegas que colaboraram, independentemente de Minter ou Dinter, com a criação de programas de pós-graduação em outras regiões, programas que se nuclearam. Por um bom tempo, os docentes do PPGCEM/UFSCar deram apoio, participavam com orientação, participavam dando aulas. O programa sempre contribuiu e contribui, como eu acredito que deve ocorrer, principalmente os programas notas seis e sete que devem interagir com os programas menos estruturados e mais no início de sua atuação.

O senhor falou sobre os primeiros tempos em que ficava fazendo o levantamento dos artigos e mandando buscar, e todas as dificuldades que envolveram o acesso às informações. Como foi a repercussão quando o Portal de Periódicos da Capes começou, na gestão do professor Abílio [Baeta Neves]? A UFSCar teve uma participação importante no sentido de pressionar nessa direção?

Talvez não de pressionar, mas de apoiar o estabelecimento do portal. No início, houve uma participação muito grande da própria Fapesp. Nós apoiamos totalmente, porque sabíamos da contribuição que esse portal daria em termos de facilidade de acesso e para o desenvolvimento de pesquisas de alto nível.

A consolidação do portal enfrenta até hoje muitas dificuldades, não é, professor? Volta e meia surgem vozes que consideram o custo do portal muito elevado e questionam a validade desse gasto. Como o senhor vê essa questão?

Talvez quem questione a validade esteja com um olhar apenas para um dos lados das questões e não com um olhar mais abrangente. Várias áreas do conhecimento, se não tivessem esse acesso via portal, não teriam se desenvolvido da mesma forma e com a qualidade que o fizeram. São áreas que têm grande inserção internacional e necessidade fundamental de informações globais. Outras talvez nem tanto, provavelmente porque as abordagens e discussões não envolvam tanto interações com outros países. Sim, o valor é considerado elevado, mas é preciso ponderar frente aos benefícios que justificam este investimento. De qualquer forma, estamos procurando alternativas também para reduzir essa dependência em relação às editoras internacionais, mas é um processo de longo prazo. Não podemos imaginar que vamos equacionar esta questão em um período muito curto de tempo.

É muito tensa a relação da Capes com as grandes editoras internacionais, que vendem o acesso para que esses periódicos e bases de dados possam ser disponibilizadas gratuitamente para os pesquisadores e alunos brasileiros. Como o senhor vê essa relação? O senhor tem acompanhado essas discussões?

A negociação com essas editoras nem sempre é simples. Tentamos sempre obter valores menores através de descontos e condições mais favoráveis à comunidade e por isso a negociação muitas vezes é demorada. Nos últimos tempos, temos tentado fazer também acordos de leitura e publicação. Os acordos que tivemos até recentemente eram assinaturas apenas para leitura.

Quais são as diferenças na negociação de acesso e de publicação?

Recentemente, os periódicos têm apresentado uma tendência maior ao acesso aberto, com a disponibilização de artigos. Porém, existem muitos periódicos híbridos e outros nos quais temos de pagar para ter o acesso à leitura, ou seja, apenas ler o que está sendo publicado. No entanto, o pesquisador,

para publicar nesses periódicos, tem que pagar. Esse tema vem sempre à discussão, porque são trabalhos que foram produzidos nas universidades, nos institutos de pesquisa etc. É esse cenário que esperamos, com o tempo, conseguir mudar. Os acordos de leitura e publicação que temos estabelecidos, preveem que um(a) pesquisador(a) submeta um manuscrito ao periódico e, sendo aprovado, terá o que se chama APC [*Article Processing Charges* — Taxas de Processamento de Artigo] paga pelo acordo — ou seja, o autor não irá pagar nada. Já está previsto no acordo de leitura e publicação que a Capes assinou com a editora. Qual é a importância? Se foi desenvolvido um trabalho de pesquisa de qualidade e este foi aceito em um periódico de qualidade que faz parte do acordo de leitura e publicação, o trabalho será publicado. Não será um impedimento se o pesquisador não tem recursos para pagar a APC. O acordo já estabelece que a APC será paga pela Capes. O pesquisador deverá estar vinculado às instituições cadastradas no Portal de Periódicos etc., mas não será por falta de recursos para financiar a publicação que o artigo aceito não será publicado. Em alguns casos, por exemplo, se o pesquisador tiver um artigo aceito em um determinado periódico, poderá usar recursos de algum projeto, recursos próprios, ou poderá enviar uma solicitação para a fundação estadual de apoio a pesquisa, se tiver esta linha de fomento, para que ela pague a APC para publicar aquele artigo. Por outro lado, se for um periódico que está incluído em acordo de leitura e publicação do Portal de Periódicos da Capes, existe um procedimento de orientação aos autores, e essa submissão será paga através do acordo.

Foi uma grande conquista. E desde quando essa modalidade vem sendo implementada? No período da professora Denise ou antes?

Começou um pouco antes. Eram chamados de Acordos Transformativos e havia uma discussão anterior acumulada. O primeiro acordo foi assinado recentemente em 2024 com a ACS [American Chemical Society], e já assinamos outros dois. Temos, portanto, três acordos de leitura e publicação assinados, e mais alguns em negociação. De qualquer forma, ainda é um programa-piloto. Sabemos que essa não será a solução, porque o valor para assinatura para leitura e publicação normalmente é maior do que somente

para leitura. Algumas editoras fazem um valor muito próximo. Ou seja, você acaba optando por ter leitura e publicação. Ainda assim considero uma grande contribuição. Nós já temos um número bastante elevado de artigos que foram publicados por meio desse acordo de leitura e publicação atendendo todas as regiões do país. Não importa se o pesquisador está em uma região em que ele não tenha recursos para pagar a APC para publicar. Pelo menos, temporariamente, acreditamos que é essa a solução. A longo prazo, precisamos criar alternativas.

O senhor vê alguma perspectiva de médio prazo de o Brasil se associar com outros países ou outras universidades, grandes portais com financiamento desses países, de maneira a se libertar um pouco dessa prisão que são as grandes editoras internacionais?

Um dos caminhos que estamos tentando também é a expansão do SciELO [Scientific Electronic Library Online], que hoje tem em sua base 322 periódicos. Acredito que esse número é muito pequeno diante do número de periódicos nacionais que nós temos, que deve girar em torno de 5 mil. Então, um dos projetos em que estamos trabalhando é por essa ampliação, a partir de critérios sólidos próprios, porque o SciELO é nacional, brasileiro, e exemplo para muitos países que o utilizam. Precisamos rediscutir vários detalhes, mas o SciELO, para mim, também é um selo de qualidade. Creio que uma das possibilidades de atender mais e melhor a comunidade seria a nacionalização do SciELO. Para isso acontecer, o SciELO deveria continuar sendo apoiado pela Capes, Fapesp e CNPq. Além disso, a nacionalização do SciELO teria que ter um apoio muito maior, acreditamos inclusive que deveria ser ministerial como o MCTI [Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação]. É um projeto de Estado. Tenho esperança de que esta pauta avance bem neste ano, mas depende de vários atores estarem participando. De vez em quando temos a oportunidade de ver apresentações da atuação do SciELO, e elas mostram que têm melhorado e expandido a contribuição dos periódicos, a inserção cada vez mais internacional dos periódicos que estão na base do SciELO. Claro que depende da área, maior ou menor, da característica ou do tipo de pesquisa publicada por cada uma

delas. Tem pesquisas que têm um impacto, uma penetração internacional muito maior do que outras, por características de cada área.

O Portal de Periódicos atualmente está inserido na Diretoria de Programas e Bolsas [DPB]? Essa responsabilidade é da sua diretoria?

Na verdade, a responsabilidade é compartilhada. A Coordenação-Geral do portal fica na Diretoria de Programas e Bolsas no País, liderada pela doutora Andrea Carvalho Vieira, que é muito competente, e recebe também uma atenção muito especial da presidência da Capes. Dada a importância do portal, a responsabilidade é dividida.

Como o senhor vê os desafios do portal, na atualidade?

Em minha visão, os desafios não são do portal, mas da comunidade como um todo. O portal leva cada vez mais conhecimento e informações à comunidade através de formas de pesquisa e como utilizar as ferramentas do portal. Isso tem sido realizado através de seminários, treinamentos, que o próprio portal organiza. Ou seja, a comunidade tem oportunidades e precisa aprender a utilizar cada vez mais o portal, o que ele oferece, os periódicos disponíveis, os levantamentos de dados etc. Outro desafio enorme que está vinculado ao portal se refere ao financiamento. É necessário discutir, e já iniciamos estas discussões com associações científicas brasileiras de diferentes áreas, sobre como nós podemos ter bases de dados e repositórios e criar um sistema brasileiro onde teríamos acesso aos artigos publicados, ao conhecimento publicado. Vários fatores precisam ser considerados, como se a pesquisa foi publicada em um periódico internacional, se acesso é aberto ou não é etc. Sabemos de algumas iniciativas de associações, mas ainda são iniciais perto do que é necessário para reduzir essa dependência para com as grandes editoras.

O senhor é favorável ao acesso aberto?

Sim, sou favorável. Afinal de contas, é um conhecimento gerado, se não tivermos acesso, talvez não completamos o ciclo de tornar acessível o conhecimento gerado e publicado.

Na sua avaliação, já que o portal está inserido na sua diretoria, que outras dificuldades ou pontos importantes o portal precisa enfrentar — do ponto de vista das ferramentas que ele usa para divulgar? O senhor vê algum caminho novo que facilite a busca nas bases de dados, no portal da Capes, ou até em outras bases?

Vejo sim e em várias situações. Às vezes ou quase sempre, desejamos uma resposta muito rápida, mas nem sempre o que é simples é rápido. Isso se aplica ao portal, e por isso existem os treinamentos. Mesmo com os treinamentos, os pesquisadores precisam dedicar um tempo para procurar os caminhos porque tem muita informação disponível. Os pesquisadores podem conseguir dados preciosos, mas é preciso ter treinamento e paciência para aprender os percursos para obtê-los. Mesmo pessoas que trabalham o dia todo com o sistema do portal e o conhecem muito bem, eventualmente, quando são indagadas sobre algo específico, têm que procurar o melhor caminho para obter os dados com precisão. Os pesquisadores precisam compreender que é preciso um investimento de tempo para dominar as ferramentas disponíveis. O trabalho será muito facilitado com o treinamento para depois obter as informações que o(a) pesquisador(a) necessita.

O que o senhor diria para os jovens pesquisadores em relação à importância da pesquisa científica e do portal?

Poderia dizer aos jovens (ou não tão jovens) que eles tenham sempre um sonho e busquem-no por meio das oportunidades e das ferramentas que têm. O portal é uma ferramenta muito valiosa, que permite que possamos desenvolver pesquisas de nível elevado. Quem teve a oportunidade de procurar por artigos sem o Portal de Periódicos da Capes sabe que a dificuldade era grande. Com as facilidades atuais, sabemos que é uma ferramenta de grande importância. Então, estabeleçam as metas, trabalhem duro e busquem realizar o seu sonho.

Muito obrigada, professor.

Estou à disposição.

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 02/07/2025

Helena Bonciani Nader

Gostaria de começar nossa conversa com a senhora pedindo-lhe que fale sobre local e data de nascimento, suas origens familiares, seu interesse pelas ciências, e também sobre sua formação educacional e profissional.

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de participar desse evento — que é um marco no Brasil — de comemorar 25 anos de uma iniciativa única, que é o Portal de Periódicos da Capes.

Sou Helena Bonciani Nader. Nasci na cidade de São Paulo no dia 5 de novembro de 1947. Sou professora emérita da Escola Paulista de Medicina, mas continuo trabalhando como voluntária e coordenando projetos de pesquisa.

Meus pais são primeira geração de imigrantes no Brasil: por parte de mãe, italianos de Florença; por parte de pai, libaneses. Meus pais não fizeram universidade, mas prezavam a educação como o valor mais relevante para uma pessoa. Eles foram um marco na minha vida. Minha mãe, apesar de muito inteligente e de ter tido a possibilidade de estudar gratuitamente, perdeu o pai muito cedo, quando eles moravam na Argentina. Voltou ao Brasil e meu bisavô não permitiu que ela estudasse. Ela começou a trabalhar muito cedo, aos 10 anos, fazendo bordados para ajudar no sustento da família. Uma vida dura, mas ela conseguiu que eu fizesse o científico e

minha irmã o clássico. Ela é formada em direito pela São Francisco, na USP [Universidade de São Paulo], e eu em biomedicina pela EPM.

Meu pai estudou em Itapetininga, no interior de São Paulo, e começou a trabalhar depois da adolescência. O cargo mais alto que ele chegou no emprego seria o equivalente hoje a um CEO [Chief Executive Officer]. Na minha época de estudante, a carreira de professora não era bem remunerada, mas era prestigiada, tinha o respeito da sociedade. Por isso que eu continuo na luta de trazer de volta o valor da educação e da ciência.

A senhora foi uma boa aluna?

Sempre gostei muito de estudar. Ganhei prêmios durante todo o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

O início da minha formação foi em Curitiba. O meu pai era contador e trabalhava para a Firestone. Ele foi chamado para montar a filial no sul do Brasil, então meus estudos começaram em Curitiba, num colégio de freiras que existe até hoje, o Sagrado Coração de Jesus. Depois viemos para São Paulo, e a partir do segundo ano, passei a estudar no Colégio Stella Maris, um colégio de freiras alemãs, embora lá não se ensinasse alemão. Durante esse período, havia o prêmio Marina Cintra, que era entregue ao melhor aluno de cada escola. Ganhei esse prêmio quatro anos consecutivos. Tenho até uma foto, que guardo com muito amor e carinho, em que recebi a medalha e o diploma das mãos de Ulysses [Silveira] Guimarães. No colegial, fui para o colégio italiano Dante Alighieri, com o qual mantenho relações até hoje, nas atividades de educação. Vou lá conversar com as crianças e os adolescentes sobre a importância da educação e da ciência. Quando estava no segundo ano do colegial, prestei um exame para o American Field Service e fui selecionada. Era uma bolsa inteiramente paga pelos Estados Unidos; você passava a morar na casa de uma família. Naquela época minha família não tinha telefone, então fiquei um ano sem comunicação com eles, a não ser por cartas, algo que hoje as pessoas não conseguem nem imaginar. Fiz, portanto, o terceiro colegial, na época, nos Estados Unidos. Exatamente pelas minhas notas e interesse, os avaliadores acharam que eu deveria ir para uma escola que fosse muito puxada, e

então fui para uma escola-modelo na Pensilvânia. Fiz os cursos todos no nível pré-universitário, porque lá havia essa divisão. O único curso que fiz que não era *pre-college* foi o de história, sobre problemas da democracia, um curso espetacular. Foi um aprendizado incrível.

Pude aprender muito, diria até que meu inglês era melhor do que hoje, porque como adolescente, você fala mais espontâneo. Fui muito homenageada e ganhei, por conta do meu desempenho, uma vaga na Universidade da Pensilvânia, incluindo taxa de matrícula, mensalidade e moradia. Só que decidi voltar para casa. Lá, eu seria mais uma; eu queria ser eu no Brasil. Voltei no final de julho de 1966 e, naquela época, não tinha reconhecimento do diploma. Tive que fazer um exame para a revalidação do diploma colegial dos Estados Unidos no Brasil.

A senhora já tinha, então, ideia de que queria fazer medicina?

Fiz a revalidação e depois, porque tinha decidido fazer medicina, prestei o exame do vestibular criado em São Paulo pelo querido professor Isaias Raw, o Cescem [Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas do Estado de São Paulo].

Eu gostava muito de medicina, porque o meu pai americano era médico, um *general practitioner*, que fazia de tudo — atendia desde a pediatria até a mulher grávida, fazendo o parto. Eu ia muito com ele ao consultório. Talvez ele tenha influenciado nessa minha decisão. Fiz a inscrição para medicina e pus a USP como primeira opção, a segunda a EPM e a terceira o curso de ciências biomédicas, um curso que estava no seu segundo ano e que havia sido criado na EPM. Não pus nenhuma opção fora da cidade de São Paulo, porque estava morrendo de saudades da minha família, essa que é a verdade.

Todo mundo fica feliz quando entra na universidade, mas eu chorei, porque me senti decepcionada comigo mesma, já que não havia conseguido entrar na medicina. Curiosamente, com a minha nota no vestibular para o curso de ciências biomédicas, eu estaria nas primeiras vagas do curso de medicina da USP em Ribeirão Preto — mas eu não pus essa opção. Meu pai chegou para mim e disse: “Olha, você está chorando com uma

vitória. Faz o seguinte: comece o curso. Se não gostar, sai, e se prepara com o cursinho, com o que for necessário”. Para você ter uma ideia, o curso formou 15; ao final de quatro anos o aluno podia passar direto para medicina, mas apenas dois foram.

Era um curso que hoje seria complicado de se dar. Hoje, o professor tem que ouvir como que o estudante espera que o curso deva ser ministrado, buscando melhorar cada vez mais — e às vezes não ter aulas e pedir aos estudantes que se preparem para as discussões não é bem recebido. Ninguém perguntou para nós se a gente sabia ler inglês, e os livros eram todos em inglês. Não tinha aulas, a gente preparava as discussões. A gente vivia com a mão na massa, fazendo experimentos. Então, foi um curso que me motivou de tal maneira que, quando terminei — entrei em 1967, me formei em 1970 —, defendi o doutorado direto em 1974, na EPM, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Na época, a EPM era uma escola federal, não era universidade. Ela se tornou a Unifesp [Universidade Federal de São Paulo], inicialmente apenas na área de ciências da vida, depois passou a ter todas as áreas do conhecimento.

No doutorado, comecei a trabalhar na área de glicobiologia, biologia celular de açúcares complexos, estrutura e função. Um dos compostos que eu trabalho, e para o qual dei muitas contribuições na literatura, é um composto que tem mais de 100 anos e que não foi substituído até hoje, que se chama heparina, um anticoagulante. Se você vai fazer circulação extracorpórea, você precisa heparinizar o paciente. O nosso trabalho descreveu pela primeira vez na literatura a heparina de baixo peso molecular, que hoje é usada mundialmente sem substituto. Desenvolvemos metodologia para quebrar a heparina de um maior peso molecular e mostramos que, ao fazer isso, essa heparina de menor peso molecular tinha menos atividade anticoagulante, mas tinha a mesma potência para impedir a formação de trombos. Mostramos isso por dois métodos, não patenteamos, e curiosamente a indústria farmacêutica patenteou os dois.

Que pena! Essa é uma dificuldade que a ciência brasileira enfrenta.
É verdade.

Para o pós-doutorado, eu apliquei para uma bolsa internacional, a Fogarty International Fellowship, que era coordenada pelos NIH, National Institutes of Health, e ganhei. Fui para a Universidade do Sul da Califórnia, University of Southern California, que coordena o maior hospital de Los Angeles.

Na década de 1970 — os nossos jovens não têm ideia —, o Brasil publicava 100 trabalhos internacionais por ano. Não existia o financiamento, nem essa preocupação. Com a Capes, começou a criação dos cursos de pós-graduação formais no país. Eu sou apaixonada pela Capes; tem gente que critica, mas é porque não conhece a história. Quem conhece se emociona; eu me emociono, sempre me admiro de como um país que não conseguiu até hoje acertar o Ensino Médio, acertou tanto na formação de mestres e doutores.

Tenho muito orgulho de ter participado do começo, indiretamente. O programa de pós-graduação de biologia molecular da EPM foi oficialmente criado juntamente com o de bioquímica da USP. Curiosamente, na época não podia haver dois programas com o mesmo nome na mesma cidade... As pessoas têm uma tendência a achar que molécula é DNA. E está errado, molécula é tudo. A biologia molecular estuda todas as moléculas e a bioquímica também, uma mais as reações e outra mais a função... Esses dois cursos nasceram juntos.

Eu participei, aqui em São Paulo, de um projeto que foi uma revolução. Por que o estado de São Paulo tem uma ciência tão desenvolvida? É uma pergunta que todo mundo faz. Primeiro, porque aproveitou a época em que havia bastante imigrantes, devido a problemas no Norte, seja americano ou norte-europeu, está certo? E a USP já nasceu como uma universidade de pesquisa. Não podemos esquecer isso.

Com as missões francesas, não é?

Exatamente. Ela trouxe todos os que estavam disponíveis, por causa da Primeira e Segunda Guerra Mundial. Então, isso foi um *asset* [ativo]. A outra foi a criação, por lei, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, na década de 1950 — mas ela começou somente há 60 e poucos anos atrás. Levou um tempo. O CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvi-

mento Científico e Tecnológico] e a Capes foram criados em 1951. São entidades que, hoje, o jovem pesquisador brasileiro não conhece a história. E, quando não se conhece a história — aí eu culpo muito a nós, brasileiros —, a gente não gosta de história. Eu brinco que não sou da área das humanidades, mas sou humana. Eu sou apaixonada por história.

Que bom! A senhora conhece o livro *50 anos da Capes*?

Sim! Maravilhoso, fundamental. Acho que os programas de pós-graduação deveriam, como tema inicial, contar a história da ciência brasileira. Foi com muita luta, muito sacrifício. E, logo depois, tivemos 21 anos de ditadura, gente. Não podemos esquecer. Quando voltei dos Estados Unidos, já estávamos na ditadura.

Vou te contar uma coisa. Meus professores dos Estados Unidos, na época do terceiro colegial, escreveram para o presidente da República, na época o [Humberto de Alencar] Castelo Branco, agradecendo a minha presença lá. Eu não sabia que eles tinham feito isso. Estou na minha casa, toca a campainha, era o carteiro. Tenho isso até hoje. E escondia de todo mundo, porque tinha vergonha, pois estava sendo homenageada pelo cara da ditadura. Uma carta dele, escrita de punho, assinada, me agradecendo pelo trabalho que tinha feito nos Estados Unidos em prol da divulgação da cultura brasileira. Ditadura é ditadura. Não tem ditadura branda. Não esqueço o que a gente vivenciou.

Foi grande o número de cientistas, professores e alunos que foram cassados, afastados da universidade.

Meu próprio companheiro — nunca casamos — foi meu orientador anos atrás, era formado pela Uerj [Universidade do Estado do Rio de Janeiro], médico. Durante a ditadura, ele trabalhava em Manguinhos, na Fiocruz [Fundação Oswaldo Cruz], junto com Walter Cruz, que foi cassado, e todos os outros também.

Professora, a senhora teve uma carreira brilhante, ocupou várias posições de coordenadora de pós, de pró-reitora, de presidente da

SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], e agora presidente da Academia Brasileira de Ciências. Que momentos, ou cargos, a senhora destacaria como cruciais? Não só do seu ponto de vista pessoal, mas também do ponto de vista da contribuição para o desenvolvimento da ciência e do ensino da ciência.

Colocaria bem focado, bem rápido, a Pró-Reitoria de Graduação da Unifesp. Adorei ser pró-reitora de graduação. Foi um momento em que pudemos fazer muitas mudanças, em especial no curso de medicina. Criamos novidades que foram introduzidas em outros cursos pelo país, como, por exemplo, o laboratório de habilidades médicas. Como se fosse um treinamento: em vez de aprender a tirar sangue no braço de alguém, você vai tirar no braço de um boneco. Você vai aprender todas essas práticas antes e depois você vai para o verdadeiro. Esse centro hoje leva o meu nome. Nós temos também um centro de humanização em saúde. Para criar estes dois centros, contei com o apoio de um grande brasileiro, Aloysio de Andrade Faria, médico, mas que se consolidou profissionalmente como banqueiro, dono do Banco Alfa, entre outras empresas. Levei para ele o projeto dos dois centros, apresentado pelo professor [Miguel] Srougi, conversamos, e ele financiou tudo isso.

No quinto e no sexto ano da graduação em medicina, nossos estudantes iniciam o internato e a gente espera que eles respeitem o paciente. No entanto, não tínhamos as condições para lhes ensinar, com exemplos práticos, esse respeito. Quando eles atendem no consultório privado, o espaço era um; no público, era outro. Montamos então um programa no qual o estudante seguia o paciente, nesse Centro de Humanização em Saúde, com vários consultórios, todos com privacidade para o paciente, pia para o estudante lavar a mão, todo o material para o estudante olhar o paciente como um todo. E, com 50% da população sendo mulheres, fizemos um treinamento para exames de Papanicolau, ultrassom e assim por diante. Ainda criamos um espaço para pequenos procedimentos cirúrgicos — e, o que é mais importante, tudo tem até hoje. Tenho isso como um ativo muito relevante na minha vida.

Nós levamos a SBPC por todo o Brasil. Fiz reuniões regionais em lugares muito difíceis de se chegar, como Tabatinga, na tríplice fronteira [Brasil,

Peru e Colômbia]. Durante essa reunião, perdi meu pai e não consegui chegar para o enterro, porque estava em um local que não tinha a possibilidade de sair. É por isso que eu insisto que o Brasil não conhece o Brasil. O Brasil acha que fazer ciência na Amazônia é fácil. Não sabe que não tem comunicação, não tem estrada. Para chegar é de barco ou de avião, e avião é muito caro.

Fiz outra reunião no Pará, em Oriximiná, que hoje, para se chegar lá, leva-se 10 horas de barco, a partir de Santarém. Quando eu fiz a primeira, nós fomos de avião para Manaus e de lá para Porto Trombetas, depois um barco de cinco horas, e chegamos em Oriximiná. Foi emocionante. Envolveu toda a comunidade da região, porque chegavam crianças de sete, oito, nove anos de idade, adolescentes, até universitários. Então nós tivemos que fazer um improviso na organização da reunião, porque era um público para o qual nós não estávamos preparados, organizamos na hora, e foi um sucesso. Depois até repetimos. Todo mundo disse: “Você é louca de fazer uma reunião anual no Acre!”. E tinha poucos hotéis, caiu uma chuva, que destruiu todas as estradas e pontes. Então, não tivemos hotel suficiente. Eu saí no *Estadão*, dizendo que a ciência brasileira não sabe sequer planejar uma reunião, pois estávamos usando motéis. E nós utilizamos mesmo e colocamos cartazes: “Aqui se hospeda a ciência brasileira”. Depois que a gente pegou dois ou três motéis, várias pessoas passaram a usar, porque queriam estar na SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência]. E foi um sucesso. Foi lá que começamos o Dia da Família na Ciência.¹ Me emociono só de lembrar um pai chegando para mim, emocionado, dizendo: “Professora, muito obrigada. Nunca pensei que eu ia ser trazido pelo meu filho de volta para os bancos de sala de aula”. As famílias vinham em peso. Choraram quando a gente foi embora.

¹ Iniciado em 2014, o “Dia da Família na Ciência” é uma iniciativa da SBPC, realizada no último dia das suas reuniões anuais e regionais, com o objetivo de aproximar a ciência da comunidade, especialmente de crianças, jovens e seus familiares. Este evento, gratuito e aberto ao público, oferece uma programação interativa para demonstrar como a ciência faz parte do cotidiano, incluindo experimentos, oficinas, palestras e a visita a ambientes de exposição.

Especialmente para as mulheres é muito importante, porque o ônus do cuidado com os filhos, com a família, acaba sempre recaindo sobre elas.

Exatamente.

Na ABC, fui chamada pelo Luiz Davidovich para ser sua vice. Ao término do seu mandato, o Luiz sugeriu que eu fosse candidata à presidência da ABC. Fui eleita e foi aquele auê, pois eu era a primeira mulher presidente da academia em mais de 100 anos. E na ABC, assim como fiz na SBPC, tenho lutado pelos mesmos objetivos, mas com estruturas diferentes. Na época em que eu era vice do Marco Antonio Raupp na SBPC, quem era o presidente da ABC era o Jacob Palis, que infelizmente faleceu este ano. Ele e o Raupp eram muito amigos. Em vez de competir, nós nos juntamos, viramos complementares e somos isso até hoje. Cada instituição tem o seu núcleo, mas ambas são extremamente importantes. Nenhuma é superior à outra. E isso devemos ao Raupp, que depois saiu da SBPC para ser presidente da Agência Espacial Brasileira e depois ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação. Quando ele saiu, virei a presidente porque era a primeira vice-presidente. Na SBPC, fiquei três mandatos e um pedacinho. Foi muito, muito bom, com parcerias incríveis com a ABC. Na ABC, o que eu tenho priorizado muito é a área da internacionalização.

Professora, a ABC não abre muito para as ciências humanas. A senhora, que é uma apreciadora da história, das ciências humanas, poderia dar um espaço maior, não é?

E dou. A área das ciências humanas e sociais começou neste século, numa das reformas dos estatutos da ABC — mas seus membros têm que ser indicados por gente das humanidades.

Na minha opinião, a ABC tem uma diversidade étnica pequena. A maioria ainda é branca. A ABC é maravilhosa, mas não reflete o Brasil. Ainda reflete a ciência brasileira passada. Isso me preocupa. Como a gente pode mudar isso? A gente tem buscado, porque são indicações que vêm para uma comissão de seleção, que seleciona, e vai para os membros da área votarem, e os mais votados seguem para um processo do qual par-

ticipam todas as áreas do conhecimento. A ABC não pode abrir mão da meritocracia, pois é isso que a tornou a instituição que é. Por outro lado, hoje as mulheres já estão por volta de 20%. Quando entrei como vice-presidente, o percentual era muito menor. A Academia passou a fazer busca ativa. A nossa tendência é ver o que está diretamente ao nosso redor, e se você não olhar para outros lados, nunca vai enxergar o que é a ciência. A ciência brasileira é muito diversa. Então, temos feito isso, e melhoramos na questão de gênero.

Acompanhando a sua trajetória, gostaria de saber como foi a sua aproximação e seus contatos com a Capes.

Meu contato foi como coordenadora do programa. Eu não esqueço, porque sempre admirei muito a avaliação da Capes. Antes de ser por números, a avaliação foi por letras. O nosso programa de biologia molecular sempre foi de excelência. Ele era A quando a maior nota era A. Era A+, quando tinha o “mais”. E foi 7 desde o começo, quando a nota 7 foi instituída. Participei das comissões de avaliação, cheguei a ser vice-coordenadora da Biológicas 2. O coordenador era o meu querido amigo, o professor Adalberto Ramon Vieyra, da UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Outra coisa que eu gostaria também de colocar. Sou doutora *honoris causa* de várias universidades, mas uma [de] que tenho muito orgulho é da UFRN [Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Por quê? Eu e meu companheiro criamos o primeiro programa de pós-graduação de lá, na área das biológicas e na área de bioquímica. Esse núcleo de pesquisa é hoje um programa nota 5. Quando eu era presidente da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular, motivada pelo professor Adalberto, que sempre contava as histórias do programa da biofísica-fisiologia, criamos um programa multicêntrico de pós-graduação para o Brasil, ligado diretamente à SBBq, que hoje é um sucesso.

Vimos que havia poucos programas de bioquímica e biologia molecular — nenhum no Norte, um ou dois no Nordeste, eram uns poucos espalhados também pelo Centro-Oeste, pelo Sudeste. A sede desse programa é a SBBq. O programa da UFRN foi um que eu e o Carl Peter Von Dietrich

montamos, a gente se alternava. Começamos, porque a gente achava que não era possível que só São Paulo e Rio, e Minas e Rio Grande do Sul estivessem inseridos na ciência. Então, fizemos um projeto, inicialmente sem recursos. A gente ia para lá alternadamente, levando material do laboratório aqui de São Paulo.

Na Capes, fui também do Conselho Superior na época em que o Carlos [Afonso] Nobre era o presidente (ele foi substituído por outros posteriormente). Foi um período difícil.

E qual era o seu contato com o Portal dos Periódicos da Capes?

Eu acompanhei o Portal dos Periódicos da Capes desde a discussão na época do Abílio Baeta Neves como presidente, que foi quem criou, e foi fundamental. Tive também muito contato com a Elenara [Chaves Edler de Almeida], pois eu era representante da EPM no Conselho da Bireme [Biblioteca Regional de Medicina] e ela da Capes. Isso não consta do meu CV, pois a gente acaba esquecendo de colocar tudo o que faz. Foi na Bireme que nasceu a plataforma SciELO [Scientific Electronic Library Online]. Então, eles tiveram um imbricamento numa época, porque membros do portal e do SciELO faziam parte da comissão da Bireme.

Tudo era muito inovador. Também não me esqueço das minhas frustrações, quando o MEC [Ministério da Educação] e o presidente da Capes questionaram que o portal era muito caro, e que aquele recurso poderia ser utilizado, por exemplo, para financiar atividades do Ensino Fundamental. Na minha visão, eles não estavam enxergando o Portal de Periódicos da forma correta, não estavam vendo que o portal é um dos grandes projetos nacionais para igualar as desigualdades no nosso Brasil. O portal é um grande agente social no país. O portal foi ameaçado várias vezes, inclusive mais recentemente no governo [Jair Messias] Bolsonaro. De novo aquela visão tacaña de quanto ele custa, mas se você puser pelo número de instituições e estudantes beneficiados, são centavos. O portal é equidade, é considerar um Brasil igual para todos os brasileiros. O portal não diferencia se você é gaúcho, paulista, amazonense, somos todos iguais. É para ter muito orgulho. E é único no mundo, uma criação brasileira.

Eu queria entender por que tudo que se pensa como pós-graduação deu certo. Eu sou da época que para se ter acesso a periódicos com artigos que nos interessava, tínhamos que escrever para o autor, pedindo cópia da separata, pois não tínhamos acesso às revistas. O portal mudou tudo isso. As pessoas não têm ideia da luta que tudo isso representou e representa, porque ela é sempre contínua, não se pode baixar a guarda.

A Capes é uma política de Estado. E mesmo com esses momentos de revés, com governos que praticam ações que prejudicam seu funcionamento, não chegam a destruí-la completamente. No momento seguinte, ela se recupera porque há continuidade. Mas a luta é, de fato, permanente. Outra questão, hoje, que considero muito importante e que tem a ver com a discussão do custo do portal, é o acesso aberto. Como a senhora, à frente da ABC, vê essa política? Como a Capes, por meio do portal, pode negociar ou buscar alternativas para minimizar essa relação complexa com as grandes editoras estrangeiras?

Eu vejo a Capes no caminho certo. Essas negociações são difíceis. As editoras viraram um grande negócio — os *publishers*, como eles falam. Se você olhar hoje, a gente já formata o trabalho, diz onde entra a figura, a tabela, faz a fotografia na resolução correta e a publicação é online. Então, foi o trabalho das grandes editoras: pagar salários muito bons para os seus CEOs, mas não para os revisores. Nós, os cientistas, temos essa mania; diferentemente das outras profissões, achamos uma honra — eu sou uma dessas. “É de graça, pode chamar a Helena, ela vai estar presente.” Você sabia que na Academia Americana de Ciências, de Engenharia e de Medicina e a própria AAAS [American Association for the Advancement of Science], que é equivalente à SBPC, os presidentes ganham salário? E aqui, é tudo *pro bono*. Na ciência, a gente dá parecer de graça. Hoje estamos começando a recusar, e é por isso que eles têm oferecido encontros etc. Ainda assim, é muito lucrativo para eles, e isso não é certo.

As revistas estrangeiras também não pagam nada?

Não pagam nada. Agora eles estão começando a oferecer um desconto, se você publicar na revista. É um problema. Eu até questiono, sei que muitas

pessoas não concordam comigo, mas temos de redefinir o conceito de revistas predadoras. Inicialmente, elas eram definidas por cobrarem valores elevados e por não terem corpos editoriais de alto padrão científico. Hoje, revistas de grande impacto estão cobrando de 10 a 15 mil dólares, incluindo o grupo da *Nature*. Isso pode ser considerado predador??? Dez mil dólares é um *grant* de três anos para um jovem que está iniciando no Brasil, no Edital Universal. Então, estou dizendo que a ciência é de quem tem dinheiro; para publicar, para ter acesso, deve ter dinheiro. Estou totalmente a favor do aberto. Porém, alguém tem que pagar a conta. Por isso, acho que a negociação que a Capes está fazendo está certa. Ela já conseguiu alguns acordos com esses grandes conglomerados. Outros não querem saber. Vejo que nós, cientistas, também somos culpados. Nós menosprezamos revistas que não têm o impacto de uma *Nature* ou de um *New England Journal of Medicine* — estou falando da área biológica e da saúde. A gente teria que criar outras maneiras de publicação.

Como o SciELO hoje está na Capes? A Capes está providenciando, pensando em criar um Instituto SciELO. Vai ser ótimo. Essa plataforma vai ter que ser gerenciada, poderia ser a plataforma para todos os países dos Brics [Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul], por exemplo, com vários periódicos de impacto. Você cria o impacto quando ciência de alto impacto passa a ser publicada nessas revistas. Enquanto a gente continuar achando que o valor é publicar na *Nature* e não na revista X, isso não vai mudar.

Acho que a língua, principalmente, atrapalha um pouco. Nas exatas isso é menos dramático. Mas nas humanidades, nas áreas de linguagem, literatura, a língua é um impedimento. Agora, com a inteligência artificial, as traduções e as versões estão acontecendo de uma forma muito mais rápida. Acho que isso vai facilitar. Além disso, acho que outros canais de publicação devem ser valorizados. Porque se você publica em uma revista brasileira, por exemplo, ela tem uma pontuação muito menor do que se você publica na *Nature* ou outra equivalente. Vão continuar cobrando para publicar. É por isso que estou te falando que nós somos responsáveis. Não adianta dizer que o responsável é meu vizi-

nho. Somos nós, como comunidade. Se não temos outras regras para medir, temos que criá-las. A maioria dessas revistas não começa com impacto alto. Tenho um trabalho — sempre falo isso — que publiquei nos anais da ABC, que tem mais de 400 citações. Acho que ele deveria ser bem valorizado, mas não o é. Mas a culpa é de quem? Quem fez essas regras? Nós. Quais são os nossos indicadores? É o que a Capes, inclusive, na avaliação, está tentando fazer. Mas não é fácil. Acho que o Brasil vai ter que selecionar, em cada uma das diferentes áreas do conhecimento, alguns periódicos para dizer: “Eu vou investir nesses”. O problema é que, na hora que você selecionou o A, por que deixou o B de fora? A competição interna é muito grande.

Isso fica patente nas alterações que o Qualis tem sofrido. Vejo isso na área de história. De repente todo mundo virou Qualis A. Dessa forma, você desvaloriza, não é?

Exatamente. Ou paramos para pensar e tomamos uma decisão — não do eu, mas do país —, ou vamos amargar isso para sempre. De qualquer forma, o Portal de Periódicos também adquire muitas revistas estrangeiras. E paga por essas revistas. Então, na verdade, mesmo que a Capes faça uma negociação para diminuir o custo de um pesquisador brasileiro publicar em uma dessas revistas, de outro lado, ela tem que pagar para poder colocar essa revista aberta para a comunidade brasileira. E isso é difícil. Lembro sempre do Jorge [Almeida] Guimarães, quando ainda era presidente da Capes, que dizia: “Ninguém come de graça”. Alguém paga a conta e, agora, nós temos que decidir quanto quer pagar. Ficar sem ter acesso não dá.

Estive em uma missão por quase três semanas na China e, em um dos eventos, um pesquisador chinês, falando de acesso aberto, entre outras coisas, trouxe um cálculo de quanto a China gasta em publicação — 900 milhões de dólares, só para publicar. Hoje é o país que mais publica em periódicos internacionais.

É muito dinheiro. Ele paga para revistas que já estão consolidadas, não é? Está na hora de criar outros veículos.

Isso é justamente o que a Capes está discutindo. Mas você vai ver a briga que vai ter; seremos acusados disto e daquilo... Tem instituições que, no

mesmo departamento, tem duas revistas por conta de brigas. Cabe isso? Tem de haver uma ação, investir pesado.

A senhora tinha mencionado a questão dos Brics. Existe a possibilidade de serem criados novos canais de publicação fora do domínio europeu-americano?

Está se tentando, porque seria uma forma de romper o grande monopólio desses grupos, tipo Elsevier e equivalentes, que controlam todas as publicações do mundo. Existe, sim, essa possibilidade. Vai depender de se ter qualidade, reunir um corpo editorial de peso internacional, porque criar periódicos custa. Dentro dos Brics, tivemos uma reunião, no Rio de Janeiro, em que isso foi discutido, porque o custo está muito alto para todo mundo.

Imagino. Esse valor que a senhora mencionou dos gastos da China poderia estar sendo investido em outras coisas. Claro que tem custo para você ter uma revista, que deve ter uma estrutura. Acho que essas novas tecnologias da inteligência artificial podem mudar um pouco o panorama editorial.

Acho que sim, mas se não nos prepararmos, seremos engolidos pelo que vai vir. O Brasil não está, na minha visão, discutindo em profundidade essa mudança. Com a escassez de recursos e a forma organizacional das universidades, ficou muito difícil poder inovar e enfrentar esses novos desafios que estão se colocando.

Para finalizar, gostaria que a senhora mandasse uma mensagem para os jovens que estão iniciando a universidade, os programas de pós-graduação. Como a senhora vê os desafios de fazer ciência no mundo de hoje — não apenas no Brasil —, com todos esses embates ideológicos que estamos vivendo, e também a importância do Portal de Periódicos nesse contexto?

O Portal de Periódicos é uma vitória da ciência brasileira, idealizado por pessoas incríveis. Na época, a gestão da Capes estava a cargo do professor

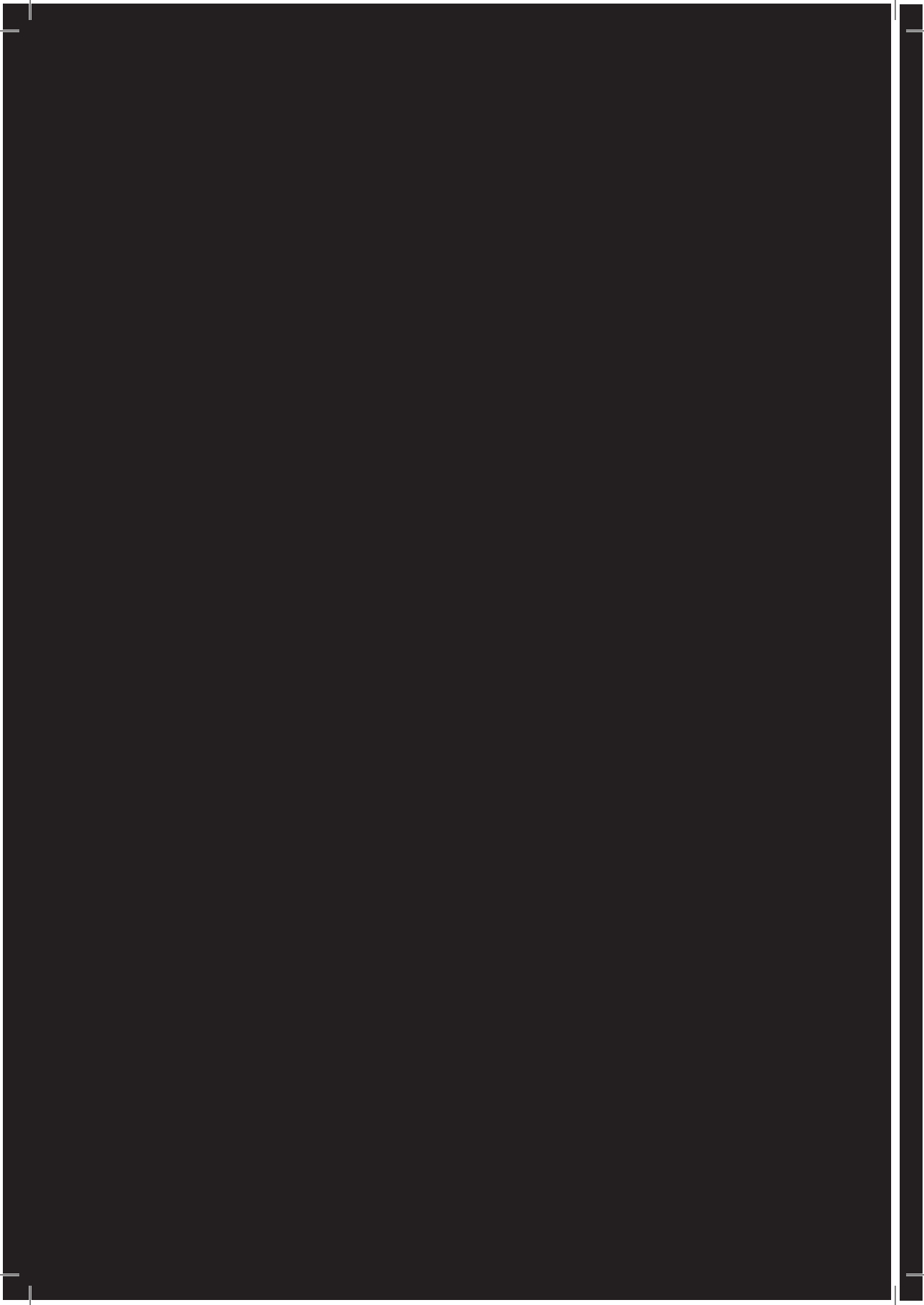
Abílio Baeta, e ele conseguiu um fato que no Brasil é, realmente, para se comemorar — sobreviver a diferentes governos, de diferentes ideologias, por 25 anos. Eu diria para o jovem aproveitar ao máximo esse portal, porque o que tem ali é a informação de grande parte do que está sendo publicado na ciência mundial, em todas as áreas do conhecimento. Isso só falando em periódicos, sem contar o que ele tem na parte de patentes, na parte de produtos. Nas bases de dados, com legislação, com dados estatísticos, há uma diversidade muito grande. Tem que saber como utilizar. Por isso eu vejo — e aqui estou falando como minha instituição —, a gente tem ainda cursos ensinando como navegar no portal e como fazer.

E, para o jovem, pode parecer que o mundo está em uma crise, mas eu diria que, com 77 anos de idade, se tivesse que repetir a minha vida, faria tudo igual. Não estou nem um pouco arrependida de nunca ter aceitado ofertas do exterior. Tive muitos convites, desde o início da universidade até contratações para os Estados Unidos ou mesmo de ir para a Europa. Achei que deveria ficar aqui no Brasil. Valeu a pena. Olho para trás e vejo como era em 1970 e onde conseguimos chegar agora em 2025. Digo, com muito orgulho, que melhoramos. A sociedade brasileira se apoderou pouco da ciência. Hoje é legal ser *youtuber*, *influencer*, mas posso garantir que são modas. Como também já foi legal ser jogador de futebol, na época em que o Brasil era campeão.

O que acredito é que educação é algo que você, jovem, vai ter para sempre. Aproveite ao máximo essa sua fase de estudo para conhecer o Brasil, para ver tudo o que esse país conseguiu fazer e dizer que a ciência vale a pena. Quando eu era criança, sonhava em comer queijo, que era importado no Brasil. Hoje nós exportamos. Frutas, a nossa mesa é farta. Tudo isso foi ciência. As pessoas morriam com 40 anos de idade. Hoje a gente vive até 75, 80, até mais, dependendo da região do nosso país. Tudo isso foi ciência. Você anda de avião, em cada voo que você faz, tem um pouco de ciência brasileira dentro daquelas aeronaves. Em especial, em aviões que são produzidos pela Embraer [Empresa Brasileira de Aeronáutica]. Então, em qualquer área do conhecimento, das humanas, das sociais aplicadas, às tecnológicas, o Brasil tem uma ótima ciência. Escolha aquela que te dá

maior satisfação pessoal. Você tem que ter prazer no que faz, senão não vai ser feliz. Isso é em tudo, para qualquer profissão, não só de cientista. Curtam e lutem por esse país. Sou uma privilegiada num país onde muita gente ainda é analfabeto funcional. Então, se você chegou até a universidade, olhe e diga: “Obrigado por ter chegado até aqui. O que posso fazer para ter mais gente chegando como eu até aqui?”. É isso.

Muito obrigado, professora.



A contribuição dos técnicos da Capes

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 03/04/2025

João Tibúrcio

Gostaria que o senhor falasse um pouco das suas origens familiares, seus primeiros estudos, e como chegou na física.

Nasci em Caçapava do Sul, no Rio Grande do Sul. Meus pais têm instrução básica. Na época em que nasci, minha mãe tinha Ensino Fundamental incompleto. Da roça, eles foram para a cidade, meu pai pedreiro. Enquanto eu era criança, minha mãe era dona de casa. Depois, ela virou auxiliar de enfermagem.

Fiz o primeiro e o segundo graus em Caçapava e depois fui para Santa Maria, para fazer física na universidade, porque era um assunto que me interessava bastante.

Quando surgiu o seu interesse pela física? Já na Educação Básica?

Não, eu tinha interesse em engenharia, tinha uma certa facilidade com matemática. O meu primeiro vestibular, inclusive, foi para engenharia elétrica. Mas eu também tinha interesse por filosofia. Então, parece uma coisa contraditória, mas não é. A questão da matemática, a questão da interpretação do mundo, acabava se casando mais com física. Então, vamos ver como é a física, como se faz essa junção das coisas, como a gente entende aquilo que está à nossa volta. E acabei cursando física.

Quando o senhor entrou na universidade?

No ano 2000. Nasci em 1981. Eu tinha 18 anos.

O senhor teve alguma militância política na universidade?

Não, nada disso. A gente entrava na graduação e já começava a participar de um grupo de pesquisa. Era o natural. Então você podia, digamos assim, experimentar diferentes laboratórios. No segundo semestre da faculdade, eu já estava num laboratório que lidava com biofísica. Fiz estágio, também, e tive uma bolsa de iniciação científica da Capes. Foi aí que conheci a Capes e o Portal de Periódicos. Lembro-me de uma pessoa me mostrando como utilizava o Web of Science. Eu trabalhava um pouco com a parte de radiação ionizante, tinha de fazer a manutenção de equipamento médico, ver se eles estavam ou não dentro dos parâmetros. Essa é uma parte que é da física e também da engenharia biomédica. Aí minha orientadora foi para a PUC-RS [Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul] e eu fui trabalhar com magnetismo em outro laboratório.

Quando o senhor terminou a graduação, foi direto para o mestrado e, depois, para o doutorado? Sempre em Santa Maria e sempre na física?

Exato. Segui o caminho normal para quem está na física — iniciação científica, mestrado, doutorado.

Como se deu seu direcionamento para trabalhar na Capes, no Portal de Periódicos, na área de estatística?

Fui professor substituto na universidade, durante um ano, enquanto estava no doutorado. No final do doutorado, o meu trabalho experimental não estava dando muito certo. Nessa ocasião, minha então namorada e o pai dela se mudaram para Brasília, porque ele é militar e foi transferido para a Presidência da República. Num fim de semana em que vim visitá-la, soube que ia ter um concurso para a Capes, e resolvi me inscrever. Acabei passando, defendi o doutorado, vim para Brasília e assumi na Capes, em março de 2009. Eu me qualifiquei, acho que no dia 1º de março. No dia 3

de março, vim para Brasília tomar posse. No mesmo dia voltei em Santa Maria para buscar as minhas coisas e, dia 16, já entrei em exercício.

Para qual cargo o senhor se candidatou na Capes?

Servidor em geral, analista em ciência e tecnologia — geral.

E logo se direcionou para o portal?

Não, fui trabalhar na Diretoria de Programas e Bolsas e, depois, no Paep, o Programa de Apoio a Eventos no País. Eu trabalhava mais ou menos com os outros programas. Como gostava muito de planilhas, dessa parte de organização, eu meio que auxiliava no Proex, o Programa de Excelência Acadêmica, no PNPd, que é o Programa Nacional de Pós-Doutorado.

O senhor trabalhava com quem na época?

Com a Ivana de Jesus Campelo Costa Ferreira e com a Zena Martins.

Esse foi o período da presidência do Jorge Guimarães, de expansão dos programas, de ampliação do arco de atuação da Capes, incluindo a Educação Básica, certo?

Foi bem nesse momento.

Como o senhor foi parar no Portal de Periódicos?

Fui para o Portal de Periódicos em 2012, e comecei a lidar com a parte de contratos. Com o passar do tempo, fui mudando esse foco. Quem gosta de números, gosta de lidar com números, não é? Então comecei a trabalhar com a estatística do Portal em 2015, de uma maneira mais formal. Era um trabalho muito desafiador, porque tem uma diversidade muito grande de conteúdos, e esses conteúdos têm características diferentes entre si. Alguns editores seguem protocolos internacionais, outros não seguem, e mesmo aqueles que seguem têm de ter a maneira certa de coletar, de agrupar a informação. É um trabalho bem meticuloso e que vai mudando ao longo do tempo, porque mudam os protocolos, mudam as formas de medição, e a gente tem de se adaptar. Digo sempre que o por-

tal é um pouco diferente dos outros setores da Capes porque, neles, é a Capes que define os padrões, mas no portal, a gente se adapta, porque é uma questão mais global.

O senhor tem de se adaptar às grandes editoras internacionais?

Não apenas a elas, porque é um acordo global. Tipo, eu vou medir uma determinada coisa do jeito X. Por exemplo, o PIB [Produto Interno Bruto] de um país, você tem de seguir as normas da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], existe uma entidade que define essas normas. No caso do portal, também tem uma entidade que define essas normas.

Para que vocês têm de seguir normas?

A gente segue aquilo que o protocolo Counter (Counting Online Usage of Networked Electronic Resources) define. É um protocolo, é um acordo global.

O senhor poderia explicar um pouco isso?

Quando a gente tem o uso de recurso eletrônico disponibilizado na web e de formato científico, existe uma forma de medir esse uso. Essa forma de medida é padronizada, e isso é expresso em um conjunto de normas chamado Counter.

A versão que temos hoje é a Counter 5, a quinta versão desse protocolo, que foi mudando ao longo dos anos. O que eles têm são as investigações, as *requests*, e é esse tipo de coisa que a gente mede, e mede através dos *logs* de acesso das instituições. É por IP [*Internet Protocol*]. Mas este é um assunto muito técnico, não acho que valha a pena entrar aí.

Em pouco mais de 10 anos que está no portal, o senhor passou por vários momentos. Como caracterizaria essas fases?

Em 2011, 2012, a gente tinha uma quantidade de recursos maior, do ponto de vista de contratação. E isso, nominalmente, até não é verdade, porque como a contratação acontece em dólar, a relação entre as moedas é muito

diferente. Naquela época, estava R\$ 2,00 por um dólar. Hoje está R\$ 5,00. Então, no fundo, mesmo sem aumentar nominalmente, a gente perdeu dois terços do orçamento. Esse é um dos pontos.

Outro ponto é que aconteceram várias transformações na própria comunicação científica. Em 2012, preocupava-se basicamente com assinatura para leitura. Hoje em dia, preocupa-se com assinatura para leitura e com publicação. Como você publica em acesso aberto? O que é aberto? Hoje, se fala muito em ciência aberta. Então, não é só publicação. A própria forma do suporte de uma publicação, em revisão por pares, periódicos predatórios... Era uma coisa muito rara e é comum hoje em dia a discussão, com a publicação em acesso aberto.

A ação dos periódicos predatórios é muito presente. Recebemos com frequência convite para participar desses periódicos e para pagar de qualquer jeito, para publicar de qualquer maneira. O senhor se ocupa da parte de negociações dos contratos com as editoras?

Não, isso é fora da minha área de atuação. Quando firmamos um contrato, é preciso fazer um levantamento das instituições que podem acessar o material. Basicamente, verificamos quais são as áreas daquele conteúdo e quais são as instituições nessas áreas. O trabalho de identificar o perfil das instituições sou eu que faço. Uma vez assinado o contrato, tenho de saber que o contrato existe, procurar as estatísticas de acesso dele, saber onde vou pegar esses dados, qual é o conteúdo que está assinado, quanto custou etc.

O senhor faz, então, um acompanhamento regular dos acessos? Nas bases e nos periódicos?

Sim. Dá para dizer dessa forma.

As coleções de periódicos é uma coisa, as bases de dados é outra. Elas reúnem estatísticas, às vezes livros...

Há muitas tipologias. Umás são como ferramentas. Por exemplo, na área da química, uma das principais é o Chemical Abstracts Service. Você diz quais são os reagentes que tem e se quer chegar em determinado local,

em determinada fórmula química, ele simula quais são as rotas que você pode fazer com aquilo. Ele tem as informações intermediárias. Tem algumas ferramentas que são bastante úteis. Depende muito da área em que estiver lidando.

Como o senhor apresentaria um quadro, para um leitor não familiarizado com o portal, do ponto de vista das estatísticas? É muito importante destacar concretamente o impacto do portal para a ciência brasileira.

A ciência é um ecossistema. O que importa é a ciência tentar entender a natureza e, se isso gerar alguma aplicação, já pode ser uma técnica, que também é feito aí. Mas precisamos da formação de pessoas. Esse é o pressuposto. Você deve ter um local que forma as pessoas. Esse local está dedicado a estudar alguma coisa. Só que estudar algo pressupõe que você saiba o que já foi feito antes, para não repetir. Porque pessoas muito inteligentes chegam às mesmas conclusões. Se uma pessoa não tiver informação, dificilmente ela vai avançar em relação àquilo que as outras já chegaram. Mas se tiver informação, ela pode fazer algo novo. O portal é fundamental para ter essa informação. Ele, por si só, não tem sentido. Ele só tem sentido porque tem pessoas estudando.

Consultar o portal não é uma coisa trivial. A pessoa tem de ter um certo nível de experiência de pesquisa para consultá-lo.

O portal fornece informação. Se a pessoa vai usar essa informação e transformá-la em conhecimento, isso não fazemos por ela. Nossa função é divulgar a informação. Do ponto de vista de estatística, quanto mais usado significa melhor? Não necessariamente. A comunicação se dá muito em periódico. Então, talvez usem mais. Hoje em dia, há um questionamento bem forte se o uso é feito por humanos, uma vez que é possível o uso por máquina, para gerar algum resultado. Uma pessoa pega uma IA e lê cinco, seis artigos, pergunta e pede um resumo. Se todo mundo fizer isso, aumenta o uso. Mas o uso realmente foi útil? Não sei. É complicado dizer que um número maior é melhor do que um número menor.

De todo modo, é importante ter o número. Qual é a média de acessos por ano do portal?

Podemos olhar esses dados de várias formas. Tem uma estatística que a gente coloca no portal. O portal, num certo sentido, é vanguardista. Ele começa junto com a comunicação eletrônica. Os protocolos foram construídos com o portal já existindo. Então, falar de acesso no ano 2000 não é necessariamente a mesma coisa que falar de acesso em 2010 ou em 2015, porque os protocolos foram sendo construídos por uma necessidade geral. Senão, cada um mediria de um jeito e não teria como comparar.

Em 2015, tivemos em torno de 113 milhões de acessos e, em 2024, esse acesso foi de 475 milhões. É possível falar que a quantidade de acessos aumentou quatro vezes, mas não é assim tão simples. Há algumas mudanças na forma de medir. Há uma questão de bases de dados, que é mais sutil. Porque a questão de acesso em bases de dados tem duas grandes formas, vamos dizer assim. Fazer a pesquisa é uma forma. Eu digito: “Quero saber tudo sobre um determinado assunto”. Aí, isso conta como um acesso. Mas cada vez que eu clico naquele mesmo resultado, conta como um outro acesso. Então, falar de bases de referência é um pouco complicado. Agora, é possível ser mais preciso quando se trata de *download* de artigos: em 2015, eu tinha 54 milhões, mais ou menos, 53,9. Em 2024, 62 milhões de *downloads*. Então, é um aumento de 15% em 10 anos, o que é bastante. É 1,5%, mais ou menos, ao ano. Esses números são muito altos, porque 1 milhão de acessos a mais equivale a 3 mil artigos por dia. É muita coisa, e a gente não teve um aumento dessa magnitude em termos de quantidade de discentes e docentes. As pessoas continuam tendo 24 horas por dia. Não tem como aumentar tanto assim a leitura. Houve um aumento significativo, mas o que não sabemos é até que ponto é um aumento humano. Um ramo de pesquisa que cresceu bastante é a chamada metapesquisa, que é quando você busca os artigos e a tua pesquisa é feita com base naqueles artigos. Basicamente, seria como um artigo de revisão. Vou pegar tudo que foi feito naquela área e fazer uma revisão, que seria como um artigo, para situar os novos pesquisadores do que existe naquela área.

Na área de história e ciências sociais, isso é chamado de balanço historiográfico.

Isso. Na física, tem uma revista muito famosa, a *Reviews of Modern Physics*, que lida com isso. São artigos grandes, em alguns casos parecem até livros. Mas, no caso da metapesquisa, não é. Alguns anos atrás, teve uma pesquisa que chamou muito minha atenção, porque fizeram o seguinte: pegaram dados de psicologia, psicomетria, e baixavam as tabelas dos artigos e viam se os testes estatísticos aplicados naquela época faziam sentido. Ou seja, se as conclusões estatísticas estavam corretas. Ou juntavam tabelas de diferentes estudos. Ou seja, é um trabalho em que a leitura do texto completo do artigo é irrelevante. Nesse caso, não. Nesse caso, apenas uma parte do artigo. Isso é feito por máquina, só que gera uma grande quantidade de acesso.

Hoje a Capes negocia com quantas editoras ou entidades que fornecem material para o portal?

Não tenho esse dado, mas poderia dizer, de uma maneira empírica, que a quantidade de contratos que temos hoje é menor do que a que tínhamos 10 anos atrás.

O que significa isso?

Significa que as editoras grandes estão ficando maiores. Está acontecendo uma concentração de mercado. Tem algumas editoras que são aquilo que a gente entende mesmo por editora. Dessas editoras, provavelmente a maior delas é a American Chemical Society, que é editora e detém todos os periódicos.

Não é a Elsevier?

A Elsevier é uma agregadora. Ela tem os periódicos dela, mas também tem os periódicos de outras editoras. Se for pegar por tamanho, provavelmente a Elsevier é a maior, sem dúvida. Mas ela não é uma editora pura. A Wiley e a Springer também não são. Elas agregam outras editoras. Anos atrás, isso não era tão forte quanto é agora.

Um artigo relativamente antigo, de 2015,¹ que fala um pouco sobre esse mercado, mostra que apenas algumas áreas conseguem sobreviver, porque têm uma intersecção forte com a indústria e são altamente financiadas. É *Química, Física e Engenharias*. Basicamente, a American Chemical Society e Ieee [Institute of Electrical and Electronics Engineers] e as grandes de física: APS [American Physical Society], AIP [American Institute of Physics] e IOP [Institute of Physics]. E também a área médica, que é um outro mundo.

Essas são as principais áreas do portal, as que têm mais material e mais acesso, não é?

O material corresponde àquilo que a comunidade vê como relevante e que dá dinheiro. Vamos colocar assim: humanidade é relevante? É. Humanidade dá dinheiro? Não. Então, no Brasil, o normal é que você tenha isso como SciELO [Scientific Electronic Library Online], como Periódicos Diamantes,² esse tipo de coisa. Medicina é relevante e dá dinheiro? Sim. Então é um editor bem fechado. Física, química e engenharia são relevantes e dão dinheiro? Sim, mas também tem a questão da própria organização das áreas.

O fato é que, quando o periódico passa a ser eletrônico, é necessária uma série de melhorias e de capacidades tecnológicas, que são caras. Vender para a Capes ou para qualquer comprador é um negócio complicado. Se a pessoa é um editor e cuida da edição, cuida do comercial, não consegue vender para a Capes, porque a gente tem uma burocracia tão grande que não rola.

Por que ela não consegue vender para a Capes?

Por não atender à burocracia, às exigências governamentais, vamos dizer assim, que são muito grandes. É preciso ter uma estrutura profissional,

¹ LARIVIÈRE V.; HAUSTEIN S.; MONGEON, P. The oligopoly of academic publishers in the digital era. *PLoS ONE*, v. 10, n. 6, e0127502, 2015. DOI:10.1371/journal.pone.0127502.

² Periódicos Diamante, também conhecidos como Acesso Aberto Diamante (Diamond Open Access), são publicações acadêmicas que não cobram taxas de submissão, processamento ou publicação dos autores nem dos leitores. São um modelo de publicação acadêmica acessível a todos, promovendo a democratização do conhecimento.

senão não consegue. Além disso, o portal exige um monte de coisas. O conteúdo tem de estar disponível 24 por sete. Online. Ela tem de me entregar a estatística no formato que eu pedi. Formato padrão. Ela tem de gerenciar IPs, um conjunto grande de universidades. Todas essas coisas têm um custo. Nada disso é fácil. Os grandes editores já desenvolveram essas coisas.

Voltando ao número de fornecedores da Capes, o senhor tinha começado a falar dos contratos.

Tenho 86 contratos, mais ou menos. Em torno de 80, porque alguns estão em negociação.

São números muito móveis, não é? São quantos periódicos? Quantas bases de dados?

Essa é uma resposta muito complicada. Vamos pegar um caso bem específico, da Ebsco [Elton Bryson Stephens Company]. Temos nove bases de dados da Ebsco no portal. Essas nove bases de dados têm um conjunto de periódicos dentro. Cada uma delas seria o equivalente, digamos, a uma WOS, só que focada em áreas específicas. Então você tem, por exemplo, uma focada em música, outra focada em educação física, outra focada em odontologia. Dentro delas, tem os periódicos, cuja quantidade varia. Porque os editores indexam o periódico e, a alguns, eles dão acesso ao texto completo, pelo qual eu consigo chegar nos artigos. Só que esses que dão o texto completo não necessariamente dão a história. Por exemplo, eu acesso a *Nature* por uns quatro ou cinco contratos. Só que eu só acesso a *Nature* de cabo a rabo com a *Nature*.

O senhor não está preocupado com o histórico daquele periódico, é isso?

Não, não é esse o ponto. Quando contrato a *Nature*, tenho todo o histórico. Quando contrato essas bases, estou preocupado em localizar. Eventualmente, elas vão ter alguns periódicos muito de nicho que nos interessam, mas não vão ter a história inteira deles. Para algum pesquisador, pode

funcionar. O normal é que o editor tenha até quatro, cinco anos para trás. Mas isso varia, às vezes é período quebrado, mas tem um custo superbaixo. Se a gente precisa mesmo de um periódico, a gente tem de contratar diretamente com o editor. Quando uma Ebsco faz uma contratação e tem outras bases, ela faz um pacote. Esse tipo de coisa é muito móvel. Então, quando se pergunta quantos periódicos tem no Portal de Periódicos, a resposta é: “Não sei”. Cada dia vai ser um número, por conta dessas bases que são móveis. Agora, quantos periódicos a gente contratou, isso dá para saber.

Quantos periódicos o senhor contratou?

Essa pergunta é sutil, porque os periódicos são vivos. Eles se dividem, eles se unem. Eu posso ter um periódico e, se eu voltar no tempo, ele pode ser um. Ou eu tenho cinco, mas, se eu voltar no tempo, ele pode ser um só também. Por exemplo, a física tinha um *Physical Review* até 1967. Hoje é *Physical Review A, B, C, D e E*. Cada um lidando com uma área específica.

E nós paramos de fazer essa medida e divulgar também, embora dê para saber indo contrato a contrato e somando. Paramos de fazer essa medida porque ela não é tão relevante assim. Ela deixa de ter valor uma vez que você tem uma quantidade muito grande de acesso aberto também.

Por que o acesso está aberto?

Porque o portal tem de fornecer informação. Se ele tem de fornecer informação, essa informação pode ser contratada ou não. Quando eu contrato, contrato só aquilo que é fechado para leitura. O que é aberto eu não contrato para leitura. Mas não é porque não contrato que não tenho de disponibilizar isso. Quando falo qual é a quantidade de títulos, também tenho de contar aquilo que é de acesso aberto. Atualmente, a gente usa o OpenAlex, que é uma base que flutua a quantidade de títulos. Então, se a pergunta for quantos títulos estão disponíveis para consulta no portal, é a quantidade do OpenAlex. Lembrando que estar disponível, indexado, no portal não significa que todos tenham acesso pois, nos contratos celebrados com os editores, são selecionadas apenas as instituições mais afins aos conteúdos.

Vocês usam o OpenAlex. É difícil.

É complicado. Internamente, temos uma discussão sobre qual é o valor do portal. O valor é a informação propriamente dita, ou seja, o texto, ou é chegar ao texto? Porque, às vezes, dependendo do que se esteja fazendo, a relação entre diferentes textos é tão importante quanto o próprio texto. Às vezes, o pesquisador está muito mais interessado em saber como um artigo se relaciona com o outro, e essa relação pode ser obtida do texto ou pode ser obtida através da cadeia de citações. Para obter a cadeia de citações, é preciso ter isso bem identificado. Dizendo de uma outra maneira, não adianta ter uma sala cheia de artigos se não consigo saber qual é a relação entre eles, porque não vou ler todos.

O que o senhor está querendo dizer é que trabalhar com essas estatísticas é muito complexo porque elas têm muitas variáveis que se pode acionar.

É. Depende do uso que você quiser. Da mesma maneira, a quantidade de títulos no portal depende da pergunta que você faz. Cada pergunta gera uma resposta em um determinado momento de tempo. Lidar com informação é isso. Qual é o retrato que você está olhando? (lembrando que um retrato é uma figura 2D de algo 3D). Quando a gente olha, está deixando um monte de coisa de fora. Por exemplo, você está me olhando na tela do computador, mas não sabe que eu sou careca, porque na minha imagem não está aparecendo a careca. Mas se estivesse olhando de cima, você veria. A pergunta é diferente, e a forma que você enxerga é diferente.

O que mais o senhor gostaria de registrar que considera relevante para o público?

O portal é uma política pública super-relevante e que está em constante transformação. Fornecer informação nos anos 2000 é muito diferente de fornecer informação hoje. Daquilo que era relevante naquele momento, algumas coisas continuam, mas outras estão mudando. A comunicação científica mudou, e a preocupação com o conteúdo de qualidade nunca foi tão importante quanto é hoje.

As falsificações e distorções aumentaram muito. Com isso, é preciso ser muito mais rigoroso na investigação.

E vai ser bem pior com a IA. A IA cria.

Com a inteligência artificial, a situação vai ficar mais complexa ainda. Em sua opinião, por que a comunicação científica mudou tanto?

A pandemia fez a ficha cair, porque a comunicação científica sempre foi pensada como algo dentro da comunidade. Tem termos técnicos e uma forma de comunicação que é restrita. No entanto, a sociedade precisa ter acesso a ela para poder se posicionar. A forma como a sociedade consome informação também mudou. Publicar artigos científicos talvez não seja suficiente. Publicar um artigo em jornal também não é suficiente. Talvez hoje se tenha de falar em *podcasts*, de fazer *posts* no Twitter... Conversar sobre ciência é necessário para todo cientista, que tem de entender que faz parte da sociedade. Há uma forma de comunicação entre os pares e há uma forma de comunicação com a sociedade, e ambas são importantes.

Hoje mais do que nunca, não é?

Mais do que nunca. Tem uma frase do Carl Sagan que é exemplar a esse respeito. Quando lançaram as sondas espaciais *Voyagers*, discutia-se como se registraria o trajeto delas. Quase todos os cientistas defenderam: “A gente pode registrar com câmeras infravermelhas ou com outro tipo de câmera, porque tem uma riqueza maior de informações”. E o Sagan disse: “Não, eu quero uma câmera normal, uma câmera visual, uma luz visível, para que a gente divulgue as fotos para as pessoas comuns”. Essa é uma forma de ver.

É verdade. De um lado, acho que a ciência se expandiu e complexificou o conhecimento científico, mas, de outro lado, as vozes que questionam esse conhecimento científico cresceram muito. Quantas pessoas hoje questionam as vacinas?

Questionar é normal. O cientista não pode nunca se sentir ofendido com um questionamento, mas ele tem de mostrar quando aquele questiona-

mento é justo e quando não é. Esse é o ponto. Questionar é uma forma correta de agir da pessoa. Eu posso questionar, no meu dia a dia, o que eu vejo? Eu vejo o sol nascer de um lado e se pôr no outro.

Uma coisa é fazer um questionamento dentro de um universo científico. Você tem uma tese, eu discordo da sua tese, ou eu discordo da maneira como você produziu seus dados. Ok. Outra coisa são questionamentos de base negacionista.

Concordo, mas esperar que um leigo entenda a diferença entre um questionamento em relação a uma técnica, se a técnica se aplica ou não se aplica, e uma questão muito mais profunda que é de negação mesmo, é mais complexo. É preciso ter as duas comunicações. Mostrar que existem coisas que são questionáveis de fato, por exemplo, qual é o escopo de um determinado experimento — eu posso falar que uma galinha pega gripe, mas não posso dizer que um determinado pássaro, uma pomba, pega gripe, porque não estava no experimento. Essa generalização pode não ser verdadeira, mas dizer que a gripe não existe na galinha é outro problema. Então é preciso separar essa discussão. A pessoa mais autorizada e que deveria cuidar disso é o cientista. É também uma responsabilidade, é também aumentar suas atribuições.

Teria mais alguma outra coisa que o senhor gostaria de mencionar?

Vamos seguir evoluindo. Agora estamos lidando com o pagamento da publicação dos artigos para os pesquisadores. Está sendo bastante desafiador descobrir como fazer esse tipo de coisa.

Isso está sendo embutido nos contratos, como uma contrapartida?

Não, porque a negociação não necessariamente é uma contrapartida, já que o custo de publicação pode até ser maior que o custo de leitura. O fato é que, num mundo ideal em que todo mundo só publicasse em acesso aberto, não existiria custo de leitura. É natural que alguns países ainda publiquem em artigo fechado, e, nesses casos, você vai ter a contratação de leitura também. O que os editores fazem é dizer: “Bom, com o valor que

você tinha mais um X, às vezes até com o mesmo valor que você tinha, você fica com leitura e publicação”. Aí tem a ver com a vantajosidade. Não é uma coisa trivial. Varia de acordo com cada editor, com a forma pela qual o pesquisador brasileiro publica, se publica, se não publica. Tem editor que nem tem essa opção. Não há uma regra.

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira

Assistente: Isabel de Moraes Ferreira

Data: 19/02/2025

Elaine Pereira de Souza

Para começar o seu depoimento, gostaria que a senhora nos desse algumas informações básicas — onde nasceu, onde estudou, início da sua vida profissional. Gostaria também de saber como a senhora chegou à Capes.

Sou goiana e fui morar em Brasília aos 12 anos de idade, quando minha mãe resolveu se mudar para lá porque as condições de trabalho eram melhores do que em Goiânia. Em Brasília, sempre estudei em escola pública, onde ingressei na quinta série. Entrei para o curso de educação artística na Faculdade de Artes Dulcina de Moraes aos 16 anos e me formei com 20. Entrei na Capes muito jovem, em 1985, com 19 anos. Fiz concurso público para o Dasp [Departamento Administrativo do Serviço Público], que me enviou para o Ministério da Educação como técnica em assuntos educacionais. Fui lotada na Capes, que era uma coordenação do MEC [Ministério da Educação].

Na Capes, sempre trabalhei na área de biblioteconomia, mesmo antes de ter feito o curso. O primeiro programa em que trabalhei foi o Comut [Comutação Bibliográfica], de comutação bibliográfica. Em função do trabalho, em 1991, resolvi voltar para a universidade, entrei na Universidade de Brasília para cursar biblioteconomia. Logo em seguida, fiz mestrado em política científica e tecnológica da UnB sobre o Qualis e, depois, fiz doutora-

do em história da ciência sobre organização do conhecimento, na PUC-SP [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].

Como foi sua aproximação com o portal?

Quando o Comut saiu das dependências da Capes e foi fisicamente para o Ibict [Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia], eu fui junto. Já trabalhava no Ibict quando ingressei na biblioteconomia. Voltei para a Capes ainda fazendo o curso, e fui trabalhar na Diretoria de Avaliação de Programas de Pós-Graduação. Ingressei diretamente no mestrado assim que me formei e, na ocasião, manifestei junto às coordenações da Capes meu desejo de atuar na área em que estava fazendo mestrado, que era a Qualis, mas acabei ingressando no portal, que estava no início, a convite da Elenara [Chaves Edler de Almeida].

A essa altura, 2001, o portal já estava instalado?

Sim, já. Inclusive, entrei escrevendo um pouco sobre o que estava acontecendo naquela época no portal. Na ocasião, eu atuava nos treinamentos regionais sobre o uso do portal organizados pela Capes.

Como funcionavam esses treinamentos?

A criação do portal foi uma iniciativa para promover o acesso das instituições à produção científica que era utilizada nas bibliotecas. Na época, havia a experiência do ProBE [Programa de Biblioteca Eletrônica], um consórcio de bibliotecas eletrônicas do estado de São Paulo. E o portal mirou muito nele. Teve apoio também da comunidade científica e da área dos bibliotecários, da CBBU [Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias]...

O portal também foi criado para sanar um problema. Até a criação do portal, a Capes financiava a aquisição de periódicos científicos impressos das bibliotecas e das instituições que tinham programas de pós-graduação. Não todas. Na época, não havia periódicos digitalizados, que surgiram antes dos periódicos eletrônicos. O periódico era impresso e, às vezes, digitalizado. Inicialmente, a Capes repassava dinheiro para as ins-

tituições adquirirem os periódicos científicos e manterem as assinaturas das bibliotecas. Depois de um tempo, ela centralizou a compra, como forma de promover uma economia de escala. Em 1999, o país passou por uma crise econômica, e estava difícil manter as assinaturas de todas as bibliotecas. Para piorar, ainda tinha alguns problemas operacionais, como a demora das instituições em mandar para a Capes as listas das publicações que queriam. Com o surgimento da internet em um modelo comercial, os editores científicos passaram a vender os periódicos eletrônicos.

Como o acesso a periódicos eletrônicos era uma ferramenta nova, a gente promovia o treinamento para as(os) bibliotecárias(os) das instituições participantes do portal, e as(os) bibliotecárias(os) replicavam para os pesquisadores. Os editores também participavam desses treinamentos, que eram organizados de forma anual.

Os editores a que a senhora se refere eram os editores estrangeiros que forneciam as bases de dados, as bases bibliográficas?

Sim. Nós dávamos o treinamento de acesso ao portal e os editores davam o treinamento de como acessar, como usar o seu conteúdo. Eventualmente, algum professor, pesquisador ou mesmo aluno que quisesse poderia participar, mas o treinamento era voltado para as(os) bibliotecárias(os). Passávamos o ano todo dando treinamento regional, uma semana em cada estado.

Isso ocorreu na gestão do Abílio Baeta Neves e da Elenara Almeida?

Isso. Saí do portal em 2005 para fazer o doutorado, quando entrou o professor Jorge [Almeida] Guimarães na presidência da Capes. Retornei à Capes em 2012, e aí já era um novo portal. A página tinha mudado, tudo tinha mudado, o número de instituições aumentou, o conteúdo aumentou. Os critérios para uma instituição participar do Programa de Aquisição de Periódicos também tinham mudado.

Então, eu reaprendi a usar o portal e hoje atuo em diversas áreas. Sou bibliotecária de desenvolvimento de coleções, faço análise dos conteúdos

que vão ser renovados ou de novos conteúdos que vão compor o acervo, e atuo também em outras áreas, como a de estatística. Atualmente, estamos trabalhando no novo portal a ser lançado. As ferramentas serão lançadas em novembro de 2025.

Qual era a plataforma tecnológica para acessar o portal?

No início do acesso à internet, o pesquisador entrava na página do portal e lá encontrava um link para entrar na página dos editores. Uma coisa que não existia naquele tempo era a busca como a gente faz hoje. Antes, se você queria pesquisar determinado assunto, tinha de conhecer o conteúdo daquele editor porque só conseguia fazer a busca na página do editor. Se você estava procurando um livro na Elsevier, só ia pegar o acervo da Elsevier. Se estivesse trabalhando com um assunto, por exemplo, combustíveis fósseis, e não soubesse qual era o editor que tinha combustíveis fósseis, tinha de entrar na página do editor e, se não encontrasse ali, saía da página do editor, voltava para a página do portal, entrava em outro editor e fazia a busca.

Era muito trabalhoso, não é?

Muito! Ao longo do processo, com as inovações tecnológicas, chegamos a ferramentas que conseguiam fazer a busca diretamente no Portal de Periódicos.

Qual era a plataforma usada na Capes? Qual era a ferramenta de busca?

Tínhamos, em 2012, o buscador da ProQuest, mas implementamos o novo buscador há uns dois anos.

Qual é o buscador agora?

O buscador foi desenvolvido pela nossa TI e, de fundo, ele usa o Watson, que compramos da IBM [International Business Machines Corporation]. O Watson foi uma ferramenta para que a nossa TI desenvolvesse o próprio buscador.

Quando a senhora volta, em 2012, encontra o portal com todas as mudanças de que falou, mas como era a equipe? A Elenara ainda era coordenadora?

Sim, era ela. Nós tínhamos bibliotecárias servidoras e bibliotecárias(os) que eram consultoras(es), que foram para o portal como consultores pela *expertise* de portal, pessoas que atuaram, inclusive, no início do portal, como a Maria Carmen Romcy de Carvalho, a Clarimar, [Almeida Valle] que era da UnB, a [Maria de] Fátima [Diniz] Lobo, do Ibict [Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia]. Os bibliotecários da equipe eram a Katyusha [Madureira Loures de Souza], a Cristiane e eu.

Ou seja, tinha um núcleo da Capes, as três bibliotecárias que eram servidoras da Capes, e os demais eram consultores de outras universidades.

Sim, eram de outras instituições e universidades. Além dos outros servidores, porque tem a parte de estatísticas do portal, a de acesso ao portal, que faz a ponte entre as instituições, editores e o Portal de Periódicos, e que estabelece também a comunicação com servidores, que é um link Capes, é a instituição, Capes e editor. Tem a equipe de contratação, que é responsável pela aquisição dos conteúdos, pela assinatura dos conteúdos que vão ser disponibilizados, a equipe de desenvolvimento de coleções, que faz análise de conteúdo e que também atua no processamento técnico, que é a ativação e desativação de conteúdos no portal. Ou seja, há servidores de outras áreas que atuam nessas frentes.

Depois da saída do Jorge Guimarães, houve uma série de mudanças. Como ficou o portal nesse novo momento?

O impacto com a mudança de gestão não foi tão grande como o impacto da crise orçamentária, do aumento do dólar. Os nossos contratos sempre foram pagos em dólar e todas as grandes fornecedoras do portal são editoras estrangeiras. Assim, a variação do dólar nos impacta muito mais. O único momento em que houve uma melhoria foi quando o dólar e o real era um a um. Foi aí que conseguimos incrementar a coleção do portal.

Em 2020, tivemos de fazer um saneamento tanto nas instituições como na coleção.

Esse saneamento significava excluir certas instituições?

Excluir instituições e excluir títulos. Aquelas instituições que não tinham determinado número de acessos, em determinado conteúdo, foram excluídas da lista de IES [Instituição de Ensino Superior] daquele conteúdo. A gente via o tamanho da pós-graduação, o tamanho da instituição, a quantidade de docentes e discentes para poder tirar determinado conteúdo. O uso do portal foi o que determinou a retirada. Assim como as instituições que passaram um ano sem acessar o conteúdo, zero acesso. Isso foi feito em 2020, bem próximo da pandemia.

Além dos problemas que independem do político, independem do ministro da Educação ou do presidente da Capes, como a questão da taxa do dólar, existe também o engajamento do ministro da Educação, presidente da Capes, em acreditar que o portal é importante para a ciência no país. No governo [Jair Messias] Bolsonaro, houve uma sucessão de trocas de ministros? Como isso repercutiu na Capes e no portal?

No governo Bolsonaro, o impacto maior foi a falta de apoio à ciência, de uma forma geral, do que as mudanças de gestão. O portal é uma ferramenta bem consolidada, legitimada pela comunidade científica, que baliza as nossas ações. Alguma coisa que respingue no portal de forma muito firme, a comunidade científica se mobiliza. Tivemos impacto grande nas assinaturas, nas renovações, mas foram muito mais questões orçamentárias por conta da política de baixo apoio à ciência no Brasil do governo Bolsonaro. Não foi pontual no portal, foi uma falta de apoio à ciência de uma forma geral, que impactou as universidades em todos os níveis: graduação, mestrado, doutorado. Mas essas questões políticas acabam não respingando no trabalho que a gente faz, porque temos de continuar avaliando o conteúdo, renovando o conteúdo e até mesmo retirar. Porque para o conteúdo entrar no portal tem de atender critérios de qualidade. São avaliados os in-

dicadores internacionais, indicadores nacionais, o uso pela comunidade científica, se existe alguma demanda pela comunidade científica para um conteúdo entrar no portal...

Há uma demanda das comunidades universitárias por determinadas bases de dados, determinadas bases bibliográficas?

Sim. Atualmente, só podemos fazer aquisição e renovar sob demanda. Quando está no período de renovação ou de aquisição de novos conteúdos, os bibliotecários e os pesquisadores encaminham uma demanda de aquisição para a Capes. É uma demanda qualificada, na qual se especifica qual é o conteúdo desejado, por que a instituição precisa daquele conteúdo, a qualidade do conteúdo. Lógico que isso tudo vai ser analisado na Capes — questão de qualidade, de uso, de tamanho da pós-graduação.

Como é a estrutura do portal e como ele funciona hoje? Como são tomadas as decisões? Existe algum conselho interno, alguma coordenação?

Atualmente, o portal é gerido pelo Programa de Apoio à Disseminação da Informação Científica e Tecnológica. Antes da sua criação, nós tínhamos o Programa de Aquisição de Periódicos, uma ação conjunta entre a Capes, o MEC e o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]. O portal sempre foi um programa do PAP, posteriormente, do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos e atualmente do Padict.

O que é Paap?

Paap é Programa de Apoio e Aquisição de Periódicos, que passou recentemente por uma mudança e virou Padict. O programa tem um conselho formado pelo presidente da Capes, representante da comunidade científica, representante da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias, a CBBU. Este conselho é que delibera sobre as aquisições, renovações, essa coisa toda. Ao estabelecer critérios de avaliação, critérios de qualidade para o portal, formamos um grupo de trabalho, porque os critérios que

o portal usa para selecionar conteúdo para o seu acervo são publicizados, estão no *Diário Oficial*.

O grupo de trabalho é interno da Capes?

Não, é formado por especialistas e por bibliotecários(as), indicados pela presidência da Capes e pela comunidade científica. Nossa atuação é muito próxima desta comunidade e nossas decisões são balizadas por ela, até porque é um trabalho que desenvolvemos para ela. Assim como a avaliação da Capes é realizada pela comunidade científica, também é ela que norteia as ações do portal.

O portal usa alguma ferramenta para fazer a avaliação dos acessos?

Sim, porque os acessos falam a verdade, é o que diz o que foi usado e o que não foi usado. Para isso, usamos o Counter 4 ou superior e o protocolo Sushi [Standard Usage of HL7 Interfaces].¹ As instituições e os editores têm de apresentar os dados estatísticos no padrão Counter² e Sushi para que o nosso setor de estatística consiga coletar as estatísticas de acesso.

Vocês usam a ferramenta Teams, que acompanha os acessos?

Quem faz as estatísticas de acesso é outra equipe, não é o bibliotecário. Pedimos aos editores para nos apresentarem nesse formato. Desconheço as ferramentas que eles usam para filtrar ou organizar essa informação.

Como está a discussão sobre o acesso aberto na Capes? Há toda uma demanda, de um lado, da comunidade científica, por reivindicar o acesso aberto, mas, por outro lado, as grandes editoras não desejam isso porque querem vender os seus conteúdos.

A Capes está envolvida nas discussões sobre acesso aberto desde que o debate começou no Brasil. Existe o movimento dos editores em relação ao

¹ Trata-se de um protocolo utilizado para padronizar a troca de informações sobre o uso de recursos em bibliotecas digitais, como o acesso a artigos científicos ou outros materiais.

² Conhecido como Código de Práticas, o padrão Counter significa que editores, agregadores e provedores de tecnologia podem fornecer métricas de uso confiáveis, consistentes e comparáveis para bibliotecas e consórcios em todo o mundo.

acesso aberto, porque eles têm de manter os seus contratos. O que percebemos por parte dos editores foi um aumento do número de títulos em acesso aberto. Do lado da Capes, temos feito *workshops*, estudos, reuniões, capacitação dos servidores, para nos capacitarmos e implementarmos o acesso aberto.

Experimentamos, recentemente, a contratação da taxa de processamento de artigos da *Article Processing Charge*.³ Nós já temos assinados contratos com a American Chemical Society e com o Institute of Electrical and Electronics Engineers para que os pesquisadores brasileiros tenham acesso ao pagamento da taxa de processamento de artigos publicados nos títulos dessas editoras.

Como funciona isso?

Para você publicar um artigo em uma revista, em acesso aberto, paga-se uma taxa, algumas muito caras. Dentro da nossa capacitação, estudamos também as experiências internacionais. O acesso aberto é uma discussão muito grande na Europa, que tem uma política de acesso aberto muito mais adiantada que a nossa. Vimos que as instituições, de uma forma geral, começaram a transformar os seus contratos de assinatura de acesso. O contrato que a instituição tinha com o editor para acessar determinado conteúdo passou a ser um contrato em pagamento de taxa de processamento de artigo. Ou seja, o contrato que ela tinha anteriormente, em que pagava para acessar, ela desmembrou em acessar e pagar a taxa de processamento de artigo. Não temos experiências muito próximas dessas. O que mais se aproximou dos nossos estudos para que começássemos a implementar foi a experiência da Colômbia, que era o que mais se aproximava da nossa realidade e forma de contratação. Então, começamos também a fazer o que chamam de acordo transformativo, no qual você transforma a assinatura de acesso em pagamento de taxa de processamento de artigo.

³ A *Article Processing Charge* (Taxa de processamento de artigo) é uma taxa cobrada para publicar um artigo em revistas de acesso aberto (*open access*), ou em periódicos híbridos.

A taxa de processamento de artigo é a preparação do artigo?

Envolve todo o processo de editoração até a publicação do artigo.

O que é o processamento, então?

Todo o processo de elaboração do artigo é do autor. Ele escreve o artigo e o submete à editora. Ao submeter o artigo, ele tem o seu artigo aceito ou não. Digamos que o artigo é aceito. Aí a revista diz que ele é elegível a uma taxa de processamento de artigo pela Capes em função da instituição em que ele está. Cada editor define o que está embutido nessa taxa, como a editoração, a formatação, a avaliação pelos pares, essa coisa toda. Nem a Capes nem as instituições de ensino superior têm ingerência sobre o processo realizado pela editora até o aceite do artigo.

Ou em quem vai ser aceito para uma taxa de processamento de artigo?

Sim! Isso é uma questão das editoras, e uma forma de manter transparente esse processo. Sendo aceito o artigo, o editor avisa: “Você é elegível a ter essa taxa de processamento de artigo pago”. O autor pode aceitar ou não, porque ele pode ter acesso a outro tipo de financiamento.

Se ele for publicar numa revista de acesso fechado, não precisa pagar essa taxa?

A Capes só financia a publicação em acesso aberto.

Isso é uma novidade, não é?

Sim. Colocamos na página do portal todas as iniciativas em que trabalhamos. Há um link na página do portal que é para a comunidade, de uma forma geral, conhecer o que a Capes está fazendo em prol do acesso aberto, que é uma tendência mundial na qual temos, de alguma forma, que ingressar.

O portal sempre esteve à frente de acesso à informação, de democratização da informação. Então, não tinha como ficarmos de fora do acesso aberto. Tivemos servidores participando de eventos internacionais para discussão do acesso aberto.

Existe uma entidade chamada Coar [Confederação de Repositórios de Acesso Aberto], certo?

É isso sim. Temos participado de conselhos, grupos, comitês, para a implementação do acesso aberto no Brasil. Estamos firmando agora contratos com os editores para o acesso aberto. Vamos transformar a nossa taxa de assinatura de acesso em taxa de processamento de artigo. Mas faremos diferentemente da Colômbia, que tem um número limitado de taxa de processamento de artigo para as suas instituições. O número APC (*Article Processing Charge*) atualmente acordado pelo Portal e que tem normativa vigente é para o acesso ilimitado.

Quem paga a taxa de processamento de artigo? A Capes ou os programas de pós-graduação?

É a Capes que paga. Por isso que eu disse que o autor, ao ser informado que pode usufruir dessa taxa, pode aceitar ou não, porque às vezes ele já tem um financiamento da sua instituição ou da fundação de amparo à pesquisa do seu estado.

Essa discussão é importante, e acredito que a tendência é de ampliação.

Percebemos o movimento das editoras na manutenção dos seus contratos, daí estarmos trabalhando nisso, em transformar a assinatura de acesso, para manter o acesso à comunidade científica a esse novo modelo de publicação.

A senhora mencionou várias vezes aqui o novo portal. O que está sendo feito neste ano em que o portal está completando 25 anos?

Estamos implementando novas ferramentas e novos serviços. É uma coisa que demora um pouco. Queremos que o portal continue uma ferramenta muito usada e que atenda realmente à demanda da comunidade. Temos um investimento muito alto e precisamos fazer jus a ele. O conteúdo é de qualidade e tem de ser usado. O simples dar acesso à publicação científica, ao longo dos anos, tornou-se pouco. É por isso que o portal tem feito e

participado de inúmeros eventos, *workshops*, para saber do acesso aberto, que é um serviço que prestamos à comunidade científica.

Também temos feito inúmeros treinamentos, não só online, não mais um treinamento no portal e no acesso ao conteúdo dos editores. É lógico que esse treinamento ainda existe porque o usuário precisa se capacitar para usar determinado conteúdo. Entretanto, há muitos outros treinamentos especiais, em que a gente dá uma pincelada sobre diversos temas, como indicadores científicos, como publicar um artigo, discussões, inclusive sobre acesso aberto, busca por indicadores científicos, como é montado o indicador científico, como é calculado o indicador científico pelas editoras. São feitos por especialistas da comunidade científica e também dos editores, para tratarmos de assuntos tão diversos de interesse da comunidade científica. Esses treinamentos promovem um incremento no uso do portal. É mais um serviço que o portal presta.

Vocês usam o *open acess*, uma ferramenta que permite quantificar os acessos?

Não sei qual é a ferramenta que o setor de estatística usa para quantificar. Ele coleta e nós temos os acessos ao conteúdo referencial, ao conteúdo de texto completo. Temos esses números por instituição e por conteúdo.

Essas informações dão a rota para vocês tomarem decisões do que renovar, do que não renovar?

Sim, essas e outras informações, prioritariamente a demanda da comunidade.

Como a senhora vê o futuro do portal? Qual é a sua perspectiva em relação a ele?

Minha expectativa é que o portal atenda cada vez mais às demandas da comunidade científica, não só no que diz respeito ao acesso à informação científica de qualidade, mas também que ofereça serviços que incrementem o acesso e o uso dessas informações, que impactem na visibilidade nacional e internacional da nossa produção científica.

O custo do portal é muito alto e os olhares sobre ele são muito intensos. Por ser caro, precisa sempre demonstrar a sua utilidade para a comunidade científica.

No início do portal, não existia o termo *fake news*. Chegávamos aos treinamentos e lá vinha um professor perguntar: “É verdade que o portal vai acabar?”. E a gente vivia dando esclarecimentos, dizendo que o portal não ia acabar. A comunidade tinha medo de perder essa ferramenta que havia democratizado o acesso à informação.

Quando o portal surgiu, todas as instituições que tinham programas de pós-graduação passaram a ter acesso a todo o conteúdo do portal de forma igualitária e online. Antigamente, como são compras internacionais, para chegar no Brasil, os periódicos estavam sujeitos a inúmeros atrasos. Vinham de navio, ficavam presos na Alfândega, e até chegarem a uma instituição lá no extremo Norte, demorava muito. Às vezes, um periódico chegava na prateleira da biblioteca com seis meses de atraso! Hoje não é assim. Com o portal, todas as instituições acessavam o mesmo conteúdo ao mesmo tempo. O portal é uma ferramenta legitimada na comunidade.

Hoje é por área, não é?

Exatamente. A instituição que acessa o conteúdo, inclusive demanda o conteúdo, é aquela que tem programas de pós-graduação na área relacionada à sua pesquisa. Hoje é assim que funciona.



Lista de personalidades

Abel Parker é especialista em desenvolvimento de projetos de gestão de informação e conhecimento científico. Cofundador, com Rogério Meneghini, do SciELO e diretor do Programa SciELO/Fapesp (2010-...), foi diretor da Bireme/Opas/OMS (1999-2010).

Abigail Lisboa de Oliveira Carvalho foi advogada e professora universitária. Diplomou-se em direito pela UFMG, onde lecionou e chefiou o Departamento de Ciências Administrativas. Foi também diretora do Ibct e diretora de Avaliação da Capes.

Adalberto Ramon Vieyra é um médico, pesquisador e professor universitário nascido na Argentina. Membro da ABC, é professor emérito da UFRJ. Seus estudos se concentram na biofísica de processos e sistemas.

Adib Jatene foi médico cardiologista. Formado pela USP, foi membro de diversas associações médicas e da ANM. Secretário municipal de Saúde de São Paulo (1979-1982), foi mais tarde ministro da Saúde (1992; 1995-1996).

Alain Touraine foi um sociólogo francês e um dos mais importantes autores das ciências sociais da segunda metade do século XX. Sua vida acadêmica foi marcada pelos estudos sobre o movimento operário, criando o campo da sociologia do trabalho.

Alan Cowey foi um cientista e acadêmico britânico. Professor emérito de psicologia fisiológica na Universidade de Oxford, destacou-se na pesquisa.

Alaor Silvério Chaves é físico, professor universitário e pesquisador. Professor emérito da UFMG e membro da ABC, lecionou no Instituto de Ciências Exatas, na área de física da matéria condensada, teórica e experimental. Presidiu a SBF (2007-2009).

Albanita Viana de Oliveira é médica. Professora aposentada da Uerj. Foi vice-diretora da Fiocruz (1993), diretora-adjunta do CNPq (1997-2000) e presidente do Conselho Superior da Faperj (2007).

Alberto Carvalho da Silva foi médico e professor universitário, nascido em Portugal. Cofundador da Fapesp (1962), depois de afastado da diretoria científica pela ditadura militar (1969), trabalhou na Fundação Ford. Foi diretor-presidente da Fapesp (1984-1993), presidente de honra da SBPC e professor emérito da USP.

Alexis Stepanenko foi sociólogo e professor universitário, tendo lecionado na UFJF e na UFRJ. Foi ministro do Planejamento (1993-1994) e de Minas e Energia (1994) durante o governo Itamar Franco.

Alice Rangel de Paiva Abreu é socióloga, professora emérita da UFRJ. Foi vice-presidenta do CNPq (1999-2002) e diretora do Escritório de Educação e Ciência e Tecnologia da OEA (2003-2006), em Washington.

Alicia Juliana Kowaltowski é médica e pesquisadora na área de metabolismo energético. Professora titular do Instituto de Química da USP, é membro da ABC e da Aciesp.

Aloísio Teixeira foi economista e professor universitário. Opositor do regime militar instalado no país em 1964, ficou preso durante seis meses em 1969. Ingressou no Instituto de Economia Industrial da UFRJ nos anos 1980, do qual viria a se tornar professor titular. Foi reitor da UFRJ (2003-2011).

Aloizio Mercadante é economista, professor universitário e político. Professor da PUC-SP, filiou-se ao PT, pelo qual elegeu-se deputado federal (1991-1995; 1999-2003) e senador (2003-2010). Foi também titular do MCTI (2011-2012), da Casa Civil (2014-2015) e do MEC (2015-2016). Tornou-se presidente do BNDES em 2023, no terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva.

Aloysio de Andrade Faria foi banqueiro e empresário. Dono do Banco Real, vendido ao Santander em 1998, fundou o Conglomerado Alfa, que reunia um banco e mais de uma dezena de empresas.

Amilton Ferreira é biólogo e professor universitário. Fez toda a sua carreira no Instituto de Biociências, da Unesp de Rio Claro. É professor titular do Departamento de Biologia daquela universidade.

Anderson Ribeiro Correia é engenheiro e professor universitário. Professor titular do ITA. foi também presidente da Capes (2019) e reitor do ITA (2020-2023). É diretor-presidente do IPT (2024-...).

André Forster foi sociólogo, professor universitário e político. Formado pela UFRGS, presidiu a AGS e lecionou na Unisinos. Foi vereador em Porto Alegre pelo PMDB (1983-1988) e secretário de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (1988-1989).

Ângela Maria Santana Carvalho é analista em Ciência e Tecnologia na Capes e foi coordenadora-geral de Gestão de Pessoas da instituição (2008-2010).

Anísio Teixeira foi advogado e educador. Mestre pela Universidade de Colúmbia, nos anos 1930 presidiu a Associação Brasileira de Educação. foi o primeiro reitor da UnDE, por ele criada. Conselheiro da Unesco em Paris (1946), em 1951 tornou-se secretário-geral da Capes e diretor do Inep. Foi reitor da UnB (1963-1964). Afastado da reitoria pelo golpe militar de 1964, passou dois anos nos Estados Unidos como professor residente. De volta ao Brasil em 1966, em 1970 recebeu o título de professor emérito da UFRJ.

Antonio Paes de Carvalho foi médico e cientista. Professor emérito da UFRJ, criou o Laboratório de Eletrofisiologia Cardíaca, que leva seu nome. Foi ainda

LISTA DE PERSONALIDADES

assessor da Diretoria de Tecnologia e coordenador da área de Ciências Biológicas da Faperj.

Aspásia Camargo é socióloga e cientista política. Primeira mulher eleita presidente da Anpocs (1991), foi também secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (1989), presidente do Ipea (1993) e secretária executiva do MMA (1995).

Barack Hussein Obama é advogado e político norte-americano. Filiado ao Partido Democrata, foi o primeiro afro-americano a ocupar o cargo de presidente dos Estados Unidos (2009-2017).

Benedicto de Campos Vidal é biólogo, pesquisador e professor universitário. Figura de renome internacional na área de biologia celular, é professor titular emérito da Unicamp.

Benedito Guimarães Aguiar Neto é engenheiro e professor universitário. Foi reitor da UPM (2011-2020) e presidente da Capes (2020-2021).

Bolívar Lamounier é sociólogo e cientista político. Foi membro da Comissão de Estudos Constitucionais (1985) que preparou o anteprojeto da Constituição de 1988 e do Conselho de Orientação Política e Social da Fiesp (1989-2001). Coordenou o programa de estudos sobre a revisão constitucional do IEA da USP (1992-1993).

Bruno Alípio Lobo foi médico e professor universitário. Decano do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ (1975-1981) e especialista em histologia, foi professor emérito daquela universidade.

Camilo Sobreira de Santana é engenheiro agrônomo e político. Filiado ao PT desde 2004, começou sua trajetória política como deputado estadual do Ceará, exercendo o governo do estado por dois mandatos (2015-2018; 2019-2022). Elegeu-se senador em 2022, licenciando-se do mandato em 2023, para assumir o MEC.

Carl Peter Von Dietrich foi médico e pesquisador. Especialista em bioquímica, criou grupo de pesquisa embrião do Departamento de Bioquímica da EPM. Foi responsável pela implantação do Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas (Biologia Molecular) da Unifesp, um dos primeiros do Brasil.

Carl Sagan foi um cientista, astrônomo, escritor, divulgador científico, professor universitário e ativista norte-americano. Autor de mais de 600 publicações científicas e de diversos livros de ciência e ficção científica, foi um dos primeiros cientistas a estudar o efeito estufa em escala planetária, mediante suas observações da atmosfera de Vênus. Passou grande parte da sua carreira docente na Universidade Cornell, onde dirigiu o Laboratório de Estudos Planetários.

Carlos Afonso Nobre é engenheiro, meteorologista e pesquisador. Destacado estudioso do aquecimento global, foi secretário de Políticas e Programas de

Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI (2011-2015) e presidente da Capes (2015-2016). É membro da ABC.

Carlos Antônio Levi da Conceição é engenheiro e professor universitário. Professor titular da Escola Politécnica e do Coppe, foi pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento (2006-2011) e reitor da UFRJ (2011-2015).

Carlos Chagas Filho foi médico, pesquisador e professor universitário. Um dos fundadores do Instituto de Biofísica da UFRJ, além de presidente da Pontifícia Academia de Ciências do Vaticano e da ABC (1965-1967), tornou-se membro da ABL em 1974.

Carlos Maria Antonio Hubinger Tokarnia foi veterinário e professor universitário. Fez carreira na UFRRJ, onde foi professor-adjunto na área de anatomia patológica veterinária.

Carlos Roberto Jamil Cury é filósofo e professor universitário. Professor titular (aposentado) da Faculdade de Educação da UFMG, na qual foi também pró-reitor adjunto de Pesquisa, é professor adjunto da PUC-MG. Foi presidente da Capes (2003).

Carmina da Cruz Landim é professora aposentada do Instituto de Biociências da Unesp. Foi presidente da Câmara Central de Pós-Graduação da Unesp (1986-1989) e diretora do Instituto de Biociências daquela universidade (1987-1991).

Célia Regina Ribeiro da Silva Carlini é bioquímica. Professora titular do Departamento de Bioquímica do ICBS da UFRGS, é membro da ABC e da TWAS.

Clarimar Almeida Valle é bibliotecária. Consultora do Portal de Periódicos da Capes desde 2007, foi diretora da Biblioteca Central da UnB (2001-2005).

Claude Lévi-Strauss foi um grande antropólogo francês. Formado em direito e filosofia e produtor de uma vasta obra, foi o idealizador da antropologia estrutural.

Cláudia Mansani Queda de Toledo é advogada. Foi reitora do Centro Universitário de Bauru e presidente da Capes (2021-2022).

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque é engenheiro, economista, professor universitário e político. Depois de anos no exílio, retornou ao Brasil, fixando-se em Brasília, vindo a lecionar na UnB. Foi reitor da UnB (1985-1989), governador do Distrito Federal (1994-1998), ministro da Educação (2003-2004), e senador pelo DF (2004-2010; 2011-2018).

Darcy Ribeiro foi antropólogo, educador e político. Graduado em etnologia (1944), trabalhou no Serviço de Proteção aos Índios e lecionou etnologia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Durante o governo João Goulart, foi o primeiro reitor da UnB (1961-1962), ministro da Educação e Cultura (1962-1963) e chefe do Gabinete Civil (1963-1964). Após o golpe militar, foi para o exílio, só retornando definitivamente ao país em 1976. Com a redemocratização, foi vice-governador do Rio de Janeiro (1983-1986) pelo PDT,

LISTA DE PERSONALIDADES

liderado por Leonel Brizola. Senador pelo Rio de Janeiro (1991-1997), tornou-se membro da ABL (1992).

Dilma Vana Rousseff é economista e política. Militante política durante a ditadura militar, esteve presa entre 1970 e 1972. Após anos filiada ao PDT, pelo qual exerceu diversos cargos na administração pública porto-alegrense e gaúcha, filiou-se ao PT em 2001. Ministra da Casa Civil (2005-2006) e de Minas e Energia (2006-2010), foi a primeira mulher a exercer a presidência do Brasil (2011-2016).

Donald Trump é empresário, personalidade televisiva e político norte-americano. Filiado ao Partido Republicano, foi presidente dos Estados Unidos (2017-2021), iniciando novo mandato em 2025.

Doris Rosenthal é biofísica. Aposentada desde 2002, continua sendo professora-pesquisadora do Laboratório de Fisiologia Endócrina do Instituto de Biofísica da UFRJ. É membro da ABC.

Eduardo Moacyr Krieger é médico e pesquisador destacado no campo da fisiologia cardiovascular. Foi presidente da ABC (1993-2007).

Eduardo Oswaldo Cruz foi professor da UFRJ e ficou conhecido por suas pesquisas nos campos da fisiologia e da anatomia comparada do sistema visual.

Eline Sant'Anna Prado foi professora assistente de bioquímica na EPM. Foi também pesquisadora do Instituto Butantan e do Instituto Biológico.

Elisa Maria da Conceição Pereira Reis é socióloga e cientista política. Depois de fazer carreira no Iuperj e no IMS/Uerj, ingressou em 1995 na UFRJ, da qual se tornou professora titular. Presidente da Anpocs (1997-1998), é membro da ABC e da TWAS.

Elisaldo Carlini foi médico e professor universitário. Professor emérito da EPM/Unifesp e um dos maiores especialistas em entorpecentes do Brasil, foi um dos organizadores do 5º Simpósio Internacional Maconha — Outros Saberes, realizado em 2018, em São Paulo.

Eloi de Souza Garcia é veterinário e biólogo. Pesquisador titular aposentado da Fiocruz e seu presidente (1997-2001), foi professor da UFF e da UFRRJ. É membro da ABC.

Elza Salvatori Berquó é estatística e matemática. Membro da ABC e doutora em bioestatística pela Universidade de Columbia, foi pioneira no uso da demografia no estudo das transformações no comportamento e na saúde dos brasileiros. Professora da USP, foi aposentada compulsoriamente pelo AI-5 (1968). Para dar continuidade às suas pesquisas, foi uma das fundadoras do Cebrap (1969).

Esper Abrão Cavalheiro é médico e pesquisador. Professor emérito da Unifesp, onde lecionou no Departamento de Neurologia e Neurocirurgia da EPM, foi secretário de Políticas e Programas de Ciências e Tecnologia do MCTI (1999-2001) e presidente do CNPq (2001-2003).

Esther Pilar Grossi é matemática, professora, educadora e política. Filiada ao PT, foi secretária municipal de Educação de Porto Alegre (1989-1992) e deputada federal pelo Rio Grande do Sul (1995-2002).

Eunice Ribeiro Durham foi antropóloga. Professora emérita da USP, presidente da Capes (1990-1991) e secretária nacional de Educação Superior (1992) e de Política Educacional (1995-1997) do MEC, foi uma das responsáveis pela elaboração da LDB, aprovada em 1996.

Fernando Braga Ubatuba foi um médico, bioquímico e pesquisador. Membro da ABC, foi um dos 10 cientistas do IOC compulsoriamente aposentados pela ditadura militar em 1970 e impedidos de trabalhar em qualquer instituição pública do Brasil, no evento conhecido como “Massacre de Mangueiras”.

Fernando Collor de Mello é economista, empresário e político. Foi prefeito nomeado de Maceió (1979-1982), deputado federal por Alagoas (1983-1987) e governador do estado (1987-1989). Primeiro presidente eleito diretamente após o final da ditadura militar, foi empossado em 1990 e afastado da presidência em 1992, após um processo de *impeachment* no Congresso, denunciado por corrupção. De volta à política, foi senador por Alagoas (2007-2015; 2015-2023).

Fernando Gabeira é jornalista e político. No final dos anos 1960, ingressou na luta armada contra a ditadura militar. Preso e exilado, voltou ao Brasil com a anistia, no final de 1979. Em 1989, foi candidato a presidente da República. Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro (1995-2011).

Fernando Haddad é advogado, economista, professor universitário e político brasileiro. Filiado ao PT, foi ministro da Educação (2005-2012) e prefeito de São Paulo (2013-2016). Foi candidato à presidência da República em 2018, tendo como companheira de chapa Manuela d’Ávila. Assumiu a pasta da Fazenda no terceiro mandato presidencial do Luiz Inácio Lula da Silva (2023-...).

Fernando Henrique Cardoso é sociólogo, professor universitário e político. Professor da USP, saiu do país após o golpe militar de 1964. De volta ao Brasil, foi um dos professores da USP aposentados compulsoriamente pelo AI-5. Em 1969, foi um dos fundadores do Cebrap. Com a redemocratização, filiou-se ao PMDB, pelo qual elegeu-se, em 1982, senador por São Paulo. Já filiado ao PSDB, foi ministro das Relações Exteriores (1992-1993) e da Fazenda (1993-1994), na gestão de Itamar Franco. Um dos criadores do Plano Real, foi presidente da República em dois mandatos (1995-1998; 1999-2002).

Fernando Spagnollo foi um educador. Analista de Ciência e Tecnologia da Capes (1980-2005), foi coordenador-geral do Programa da Capes/MRE “Capacitação de Docente e Ensino da Língua Portuguesa em Timor-Leste” (2005-2009).

Flávio Fava de Moraes foi dentista e professor universitário. Diretor do Instituto de Ciências Biomédicas da USP (1981), diretor científico da Fapesp (1985-1993)

LISTA DE PERSONALIDADES

e reitor da USP (1993-1997), foi também secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Paulo (1998) e diretor executivo da Fundação Seade (2000-2003).

Florestan Fernandes foi sociólogo, professor universitário e político. Um dos mais destacados intelectuais brasileiros da segunda metade do século XX, foi professor de sociologia da USP, de onde foi afastado, em 1968, pelo AI-5. Foi professor-visitante na Universidade de Columbia e professor titular na Universidade de Toronto, Canadá. Elegeu-se deputado federal constituinte pelo PT em 1986, reelegendo-se em 1990.

Francisco César de Sá Barreto é físico e professor universitário. Professor da UFMG, foi reitor dessa universidade (1998-2002) e secretário da Sesu (2002). É membro da ABC e da SBPC.

Francisco Correia Weffort foi cientista social e professor universitário. Formado pela USP, foi um dos fundadores da Anpocs (1977), da qual foi presidente, e do PT (1980). Secretário-geral do PT (1983-1987), desfilou-se da legenda em 1994, para assumir o MinC, cargo que ocupou nos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Francisco Jeronymo Salles Lara foi professor universitário. Membro da ABC, foi na USP, onde chegou a professor titular de biologia molecular, que fez a maior parte da sua trajetória acadêmica. Foi também responsável pela organização da pós-graduação em bioquímica da USP.

Francisco de Paula da Rocha Lagoa foi médico e político. Pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) desde 1942, apoiou decididamente a ditadura militar instalada no Brasil em 1964. Nesse mesmo ano, assumiu a direção do IOC. Foi ministro da Saúde (1969-1972).

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira foi sociólogo e professor universitário. Graduado em ciências sociais pela Universidade do Recife (atual UFPE), saiu do país após o golpe militar de 1964, retornando no final da década. Integrante do grupo fundador do Cebrap, por onde publicou seus trabalhos mais relevantes, tornou-se professor da PUC-SP e mais tarde da USP. Foi um dos fundadores do PT, com o qual rompeu em 2003.

Francisco Romeu Landi foi engenheiro, pesquisador e professor universitário. Professor da Escola Politécnica da USP, presidiu a Fapesp (1996-2004) e o Fórum Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa.

Gerhard Jacob foi físico teórico, pesquisador e professor universitário. Membro da ABC, foi reitor da UFRGS (1988-1990) e professor emérito da mesma universidade.

Getúlio Vargas foi advogado e político. Um dos mais influentes políticos brasileiros da história republicana, começou sua carreira política como deputado

estadual no Rio Grande do Sul, eleito pela primeira vez em 1909 e reeleito três vezes. Deputado federal (1926-1927), ministro da Fazenda (1926-1928), foi em seguida presidente (governador) do Rio Grande do Sul (1928-1930). Chegou à presidência com a Revolução de 1930, da qual foi o chefe civil. Permaneceu no poder durante 15 anos seguidos (1930-1945), oito dos quais com poderes ditatoriais (1937-1945), no chamado Estado Novo. Voltou ao poder por meio do voto popular em 1950. Quatro anos mais tarde, pressionado a renunciar, suicidou-se.

Gilberto de Oliveira Castro foi médico e professor universitário. Fez toda a sua carreira na UFRJ, no Instituto de Biofísica, do qual se tornou professor titular e diretor. Foi membro da ABC, de diversas sociedades médicas e da SBPC.

Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa foi socióloga e professora universitária. Professora do Departamento de Sociologia da Unicamp, foi secretária-executiva do MEC (1995), ministra da Educação interina e assessora especial do ministro da Educação Paulo Renato (1999-2002).

Glaucius Oliva é engenheiro, bioquímico e professor universitário. Professor do Instituto de Física de São Carlos da USP (IFSC-USP), foi diretor (2010) e presidente (2011-2015) do CNPq e um dos fundadores do Conselho Administrativo do Conselho Global de Pesquisas. É membro da ABC.

Godofredo de Oliveira Neto é escritor e professor universitário. Formado em letras e relações internacionais na Universidade de Paris, é professor do Departamento de Línguas Vernáculas da UFRJ. Tornou-se membro da ABL em 2022.

Guita Mindlin foi empresária e bibliófila. Especialista em restauração de livros, juntamente com o marido José Mindlin, reuniu uma das maiores coleções particulares de livros e manuscritos brasileiros, origem da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da USP.

Haity Moussatché foi médico, bioquímico, pesquisador e professor universitário brasileiro, nascido na Turquia. Trabalhou na Secção de Farmacodinâmica da Fiocruz. Perseguido por motivos políticos durante a ditadura militar, foi obrigado a deixar a Fiocruz, estabelecendo-se na Venezuela. Em 1985, foi convidado a retornar ao Brasil, para reorganizar o Departamento de Fisiologia e Farmacodinâmica da Fiocruz. Foi fundador da International Society of Toxicology e da Sociedade de Biologia do Brasil e membro da ABC.

Hélio Barros foi diretor da Capes nas décadas de 1970 e 1980.

Heloísa Schreiner é bibliotecária. Foi chefe da Biblioteca do Instituto de Informática da UFRGS (1972-1974) e posteriormente da Biblioteca Central daquela universidade.

Herch Moysés Nussenzveig foi físico, pesquisador e professor universitário. Diretor do Instituto de Física da USP (1978-1982), foi professor emérito do Institu-

LISTA DE PERSONALIDADES

to de Física da UFRJ, membro da ABC e da APS. Foi também fundador da Acal, em 1982.

Hiroaki Ikemoto é médico e professor universitário aposentado. Lecionou e fez pesquisa no Laboratório de Bioquímica da UnB, sobretudo na área de química de proteínas.

Horácio Cintra de Magalhães Macedo foi químico e professor universitário. Professor da Escola Nacional de Química, após o golpe militar, foi preso e teve seus direitos políticos cassados. Com a redemocratização, retomou sua trajetória docente. Foi o primeiro reitor eleito da UFRJ, exercendo o mandato entre 1985 e 1989.

Humberto de Alencar Castelo Branco foi militar e político. Chefe do Estado-Maior do Exército (1963-1964), assumiu a presidência da República após o golpe militar que derrubou João Goulart. Governou o Brasil entre 1964 e 1967.

Iara Glória Areais Prado é historiadora. Secretária da Educação Fundamental do MEC (1995-2002), foi militante da resistência à ditadura militar e uma das criadoras da Comissão Nacional da Verdade, em 2012.

Isaias Raw foi médico, bioquímico, pesquisador e professor universitário. Professor da USP, foi preso após o golpe militar de 1964, só sendo libertado por pressão da comunidade científica internacional. Após a edição do AI-5, teve de deixar o país, passando 10 anos fora, primeiro em Israel e depois nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, ingressou no Instituto Butantan, do qual viria a ser diretor (1991-1997).

Itamar Augusto Cautiero Franco foi engenheiro e político. Prefeito de Juiz de Fora (1967-1971), elegeu-se em 1974 senador por Minas Gerais, reelegendo-se em 1982, em chapa encabeçada por Fernando Collor de Melo. Assumiu a presidência em 1992, após o *impeachment* de Collor, concluindo seu mandato em 1994. Foi ainda embaixador em Portugal (1995-1996), governador de Minas Gerais (1999-2002) e embaixador do Brasil na Itália (2004-2005).

Iván Izquierdo foi um médico e pesquisador argentino naturalizado brasileiro. Pioneiro no estudo da neurobiologia da memória e do aprendizado, foi professor da PUCRS, com atuação nos Programas de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica e em Medicina e Ciências da Saúde.

Ivana de Jesus Campelo Costa Ferreira é analista em Ciência e Tecnologia da Capes. Foi coordenadora de Programas de Apoio à Excelência da instituição.

Jacira Felipe Beltrão é servidora da Capes. Foi do Conselho Editorial do InfoCapes e vice-presidente da SBGf (1997-1999), representando a Capes.

Jacob Palis foi matemático. Presidente da SBM (1979-1981) e vice-presidente da SBPC (1993-1996), dirigiu o Impa (1993-2003). Foi ainda presidente da ABC (2007-2016), da IMU (1999-2002) e da TWAS (2007-2012).

Jair Messias Bolsonaro é militar e político. Acusado de ser um dos autores de um plano que previa a explosão de bombas em unidades militares, foi transferido para a reserva em 1988. Nesse mesmo ano, elegeu-se vereador no Rio de Janeiro e em 1990 deputado federal, sendo sucessivamente reeleito. Exponente da extrema-direita no Brasil, elegeu-se presidente da República em 2018. Empossado em 2019, exerceu o mandato até 2022.

Jairo Jorge da Silva é jornalista e político. Secretário-executivo do MEC (2005-2006), foi prefeito de Canoas (RS) por três mandatos (2009-2012; 2013-2016 e 2021-2024).

Jane Rodrigues Guirado é bibliotecária da UFMG. Em 2009, venceu na categoria destaque na divulgação da base WoS do Prêmio Thomson Reuters de Produtividade e Impacto Científico.

Jânio Carlos Endo Macedo é advogado. Foi secretário de Educação Básica do MEC (2019- 2020).

Jerson Lima Silva é biofísico e professor universitário. Professor titular no Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ. Foi diretor científico da Faperj (2003-2018) e seu presidente (2019-2024).

João Antônio Pêgas Henriques é farmacêutico, bioquímico, pesquisador e professor universitário. Professor aposentado, orientador em programas de pós-graduação da UFRGS, é docente da UCS e da Ulbra. Foi diretor-presidente da Fapergs.

João Paulo do Valle Mendes foi médico e professor universitário. Professor emérito da UFPA, da qual também foi vice-reitor (1981-1985), foi um dos primeiros bolsistas da história da Capes, tendo sido selecionado após entrevista com o próprio criador da instituição, Anísio Teixeira.

Johanna Liesbeth Kubelka Döbereiner foi uma engenheira agrônoma tcheca, naturalizada brasileira. Pioneira em biologia do solo e responsável pela descoberta das bactérias fixadoras de nitrogênio, foi a primeira mulher a integrar a direção da ABC.

Jorge Luís Nicolas Audy é analista de sistemas, administrador e professor universitário. Professor titular da Faculdade de Informática e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da PUC-RS e pesquisador nessa área, é presidente da Anprotec).

José Arthur Gianotti foi filósofo e professor universitário. Professor da USP, foi aposentado compulsoriamente em 1969, por força do AI-5. Naquele ano, foi um dos fundadores do Cebrap, do qual viria a ser presidente (1984-1990; 1995-2001). Com a redemocratização, depois de lecionar por alguns anos na PUC-SP, retornou à USP em 1979. Lecionou também na Unicamp.

LISTA DE PERSONALIDADES

José Carlos da Silva foi biólogo e professor universitário. Professor aposentado da UFPB, exerceu suas atividades acadêmicas no Departamento de Biologia Molecular.

José Fernandes de Lima é físico e professor universitário. Professor emérito da UFS, onde foi chefe do Departamento de Física (1992-1994) e reitor (1996-2004), foi ainda diretor de Programas da Capes (2004-2006) e secretário de Educação de Sergipe (2007-2010).

José Galizia Tundisi é ecólogo, pesquisador e professor universitário. Professor da Escola de Engenharia de São Carlos e professor titular da USP, fundou o IEE, em São Carlos. Presidiu o CNPq (1995-1998). É membro da ABC.

José Goldemberg é físico e professor universitário. Foi presidente da SBF (1975-1979) e reitor da USP (1986-1990). Durante o governo de Fernando Collor, foi secretário da Ciência e Tecnologia (1990-1991), ministro da Educação (1991-1992), ministro da Saúde (1992) e secretário do Meio Ambiente (03-07/1992). É membro da ABC.

José Henrique Vilhena de Paiva é filósofo e professor universitário. Foi reitor da UFRJ (1998-2002).

José Leal Prado de Carvalho foi médico, químico e professor universitário. Pesquisador com destacada atuação na seção de endocrinologia do Instituto Butantan, participou ativamente na estruturação do curso de biomedicina no Brasil.

José Márcio Ayres foi primatologista e conservacionista. Fundou as Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (1996) e Amanã (1998), localizadas no Amazonas.

José Marcos Chaves Ribeiro é médico, biofísico, pesquisador e professor universitário. Professor da Universidade de Harvard e pesquisador do Laboratório de Entomologia Médica do Niaid, dos EUA, é membro da ABC e da NAS, dos EUA.

José Mendonça Bezerra Filho é um administrador e político. Foi ministro da Educação (2016-2018) e deputado federal por Pernambuco.

José Moura Gonçalves foi médico e educador. Pioneiro da Bioquímica no Brasil, destacou-se por suas pesquisas na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) da USP, sobretudo na análise de proteínas de venenos de serpente.

José Rincon Ferreira é bibliotecário. Foi presidente do Ibict (1992-1999).

José Roberto Alves Correia é contador e administrador de empresas. No serviço público federal, trabalhou no CNPq, na Sema, no Ibama e na Capes, onde ocupou a Diretoria de Planejamento, Administração e Finanças.

José Roberto Boisson de Marca é engenheiro, pesquisador e professor universitário. Professor da PUC-Rio, foi presidente mundial do Ieee, membro da ANE e do Conselho Consultivo do MCTIC (2017). É membro da ABC.

José Seixas Lourenço foi físico e professor universitário. Responsável pela implantação do Núcleo de Ciências Geofísicas e Geológicas da UFPA, foi diretor do Museu Goeldi (1982-1985) e reitor da UFPA (1985-1989). Foi ainda membro do Conselho Superior da Capes (1990-1994), diretor do Inpa (1992-1995) e primeiro reitor da Ufopa (2009-2013).

Juarez Rubens Brandão Lopes foi sociólogo e professor universitário. Professor titular da USP, foi um dos fundadores do Cebrap. Ocupou diferentes cargos na administração federal, entre os quais os de diretor do CNPq, secretário-adjunto da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e vice-presidente do Ipea.

Jürgen Döbereiner foi um veterinário alemão, naturalizado brasileiro. Pesquisador da Embrapa (1976-2010), lecionou nos cursos de mestrado e doutorado da UFRJ e da USP.

Katyusha Madureira Loures de Souza é bibliotecária. Foi chefe da Divisão de Gerenciamento de Projetos na Diretoria de Avaliação da Capes. É bibliotecária do Portal de Periódicos e integrante do Comitê Consultivo do Observatório da Ciência Aberta no Brasil.

Kevan Martin é psicólogo e neurobiólogo. Foi professor e diretor do Instituto de Neuroinformática da Universidade de Zurich, e professor da Universidade de Oxford. Destacou-se por suas pesquisas dos vínculos entre estrutura e função no córtex cerebral.

Leônicio Martins Rodrigues foi sociólogo, cientista político e professor universitário. Pioneiro nos estudos da sociologia do trabalho no Brasil, foi um dos criadores do Cebrap. Professor titular da Unicamp e da USP, era membro da ABC.

Leonel Brizola foi engenheiro e político. Foi prefeito de Porto Alegre (1956-1959), governador do Rio Grande do Sul (1959-1963) e deputado federal pela Guanabara (1963-1964). Cassado pelo regime militar, exilou-se no Uruguai em 1964, retornando ao Brasil após a decretação da anistia em 1979. Regressando à vida pública, elegeu-se duas vezes governador do Rio de Janeiro (1983-1987; 1991-1994).

Leopoldo de Meis foi médico, pesquisador e professor universitário. Italiano radicado no Brasil, foi professor emérito aposentado do IBqM da UFRJ. Foi membro da ABC.

Lidovino Fanton foi advogado e político. Exerceu os mandatos de deputado estadual (1963-1975) na Assembleia Legislativa gaúcha e de deputado federal (1975-1982).

Lígia Eliana Seteraneski é bibliotecária e especialista em administração universitária e políticas públicas. Foi vice-diretora do Sistema de Bibliotecas da UFPR.

Lívio Amaral é físico e professor universitário. Professor titular do Departamento de Física da UFRGS, foi diretor de Avaliação da Capes.

Louis Althusser foi filósofo e professor universitário. Teórico do marxismo estrutural, foi um dos pensadores marxistas mais influentes do século XX, destacando-se por seus estudos sobre ideologia e pela reinterpretação metodológica do estruturalismo.

Lúcio Gonçalo de Alcântara é um médico, político e escritor. Foi senador pelo Ceará (1994-1998) e governador do estado (2003-2007).

Luiz Alberto Horta Barbosa é economista. Analista de C&T do CNPq, foi diretor de Administração da Capes no final da década de 1990 e início da seguinte.

Luiz Carlos Bresser-Pereira é economista, cientista social, administrador de empresas e professor universitário. Professor da FGV-SP desde 1959, foi ministro da Fazenda (1987), da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998) e da Ciência e Tecnologia (1999). É considerado um dos principais expoentes do desenvolvimentismo no Brasil.

Luiz Carlos de Lima Silveira foi médico, biofísico e professor universitário. Professor titular da UFPA, foi diretor-geral do Núcleo de Medicina Tropical e fundador do Programa de Pós-Graduação em Neurociências e Biologia Celular, ambos na UFPA. Foi também coordenador da IBN-Net (2007-2010) e membro da ABC.

Luiz Davidovich é físico e professor universitário. Professor emérito do Instituto de Física da UFRJ e especializado em óptica quântica. Foi presidente da ABC (2016-2022).

Luiz Fernando Salgado Candiota é engenheiro e professor universitário. Lecionou na PUC-Rio.

Luiz Inácio Lula da Silva é político. Uma das mais destacadas figuras da história contemporânea do Brasil, foi operário metalúrgico e dirigente sindical. Um dos fundadores do PT, foi deputado federal constituinte por São Paulo e candidato à presidência da República por essa legenda em diversas oportunidades. Na quarta tentativa, em 2002, elegeu-se presidente, sendo reeleito em 2006. Elegeu-se mais uma vez em 2022, assumindo seu terceiro mandato presidencial em 2023.

Luiz Werneck Vianna foi advogado, sociólogo e professor universitário. Professor do IUPERJ durante 30 anos, presidiu a Anpocs (2003-2004). Foi também professor da PUC-Rio.

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque foi engenheiro. Considerado um dos precursores do campo da ciência, tecnologia e inovação, foi membro do Conselho Deliberativo da Capes (1973-1974) e reitor da UEPB (1973-1975). Foi presidente do CNPq (1980-1985).

Manuel Ayres foi médico e professor universitário. Professor emérito da UFPA, em 1966, fundou o Laboratório de Genética da universidade, pioneiro na Amazônia. Secretário de Saúde do Pará (1975-1979), foi também o criador do BioEs-

tat, um software amplamente utilizado na área de Bioestatística para aplicações nas ciências biomédicas.

Manuela d'Ávila é jornalista, escritora e política. Filiada ao PCdoB (2001-2024), foi deputada federal pelo Rio Grande do Sul (2007-2015), deputada estadual (2015-2019) e candidata a vice-presidente da República em 2018, em chapa encabeçada por Fernando Haddad.

Marcel Bursztyn é economista, planejador urbano e professor universitário. Professor titular do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, foi presidente da Capes (2004).

Marco Antônio de Oliveira Maciel foi advogado, professor universitário e político. Deputado federal por Pernambuco (1971-1979), governador do estado (1979-1982) e senador (1983-1985; 1987-1994), foi também ministro da Educação (1985-1986) e da Casa Civil (1986-1987). Foi vice-presidente do Brasil nos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002).

Marco Antonio Raupp foi físico e matemático. Diretor-geral do Inpe (1985-1989), foi presidente da SBPC (2007-2011) e titular do MCTI (2012-2014).

Marcos Assakura é sócio da Dot Lib Informação Profissional Ltda, especializada em atividades de consultoria em gestão empresarial.

Marcos Luiz dos Mares Guia foi bioquímico e professor universitário. Professor titular da UFMG, foi presidente do CNPq (1991-1993).

Maria Carmen Romcy de Carvalho é bibliotecária. Foi diretora adjunta e coordenadora-geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados do Ibict e diretora do Sistema de Bibliotecas da UCB.

Maria de Fátima Diniz Lobo é bibliotecária. Técnica de informação do Departamento de Tecnologia da Informação do Ibict, foi instrutora da equipe do Portal de Periódicos da Capes.

Maria Helena Guimarães de Castro é socióloga e professora universitária. Professora aposentada da Unicamp, foi presidente do Inep (1995-2002) e secretária executiva do MEC (2016-2018).

Maria Luiza Rigo Pasquarelli é uma bibliotecária, professora e pesquisadora IV do Centro Universitário Fieo. Foi a primeira diretora do Sistema de Bibliotecas da USP, o SIBi-USP.

Maria Luiza Silveira Mello é bióloga e professora universitária. Professora titular emérita da Unicamp, especializou-se em genética animal e biologia celular.

Mário Pederneiras é biólogo e professor universitário. Lecionou no Departamento de Genética da UFPR e foi membro do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

LISTA DE PERSONALIDADES

Mariza Russo foi bibliotecária e professora universitária. Uma das responsáveis pela implantação do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação na UFRJ, também foi coordenadora do SiBI da universidade.

Mauro Cavalcante Pequeno é engenheiro, especialista em ciência da informação e professor universitário. Professor titular da UFC, presidiu a Comissão de Política de Tecnologia da Informação da universidade.

Max Weber foi um sociólogo, jurista e economista alemão. Considerado um dos pais da sociologia, foi autor dos clássicos *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905), *Economia e sociedade* (1910) e *A ciência como vocação* (1917).

Mercedes Maria da Cunha Bustamante é bióloga e professora universitária. Professora titular da UnB, fez carreira na Capes, onde foi coordenadora-geral de Gestão de Ecossistemas (2011-2012), diretora de Políticas e Programas Temáticos do MCTI (2012-2013) e presidente (2023).

Metry Bacila foi médico, pesquisador e professor universitário. Na UFPR, da qual foi professor emérito, participou da criação do Instituto de Bioquímica, do Centro de Estudos do Mar e das pós-graduações em bioquímica e em ciências veterinárias. Um dos idealizadores do Programa Antártico Brasileiro, foi membro da ABC.

Michel Miguel Elias Temer Lulia é um advogado, professor universitário e político. Deputado federal por São Paulo, presidiu a Câmara dos Deputados (1997-2001). Foi vice-presidente (2011-2016) e presidente do Brasil (2016- 2019), após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Miguel Srougi é médico e professor universitário. Considerado um dos mais completos especialistas em urologia do país, é professor titular de urologia da Escola Paulista de Medicina da Unifesp (1996-2005) e na Faculdade de Medicina da USP.

Mirta Guglielmoni é profissional da área de suporte, treino e informação. Representante da Thomson Reuters, dá palestras e treinamentos sobre o uso de ferramentas da empresa.

Moema Malheiros Pontes é bibliotecária. Foi diretora da Biblioteca Central da UnB (1999-2001).

Murílio de Avelar Hingel foi geógrafo e professor universitário. Foi diretor da Faculdade de Filosofia e Letras da UFJF e de outras instituições de ensino, exercendo também cargos técnicos e administrativos na prefeitura de Juiz de Fora e no governo de Minas Gerais. Foi ministro da Educação (1992-1995) durante a gestão Itamar Franco.

Murilo Bastos da Cunha é bibliotecário e professor universitário. Professor titular aposentado da UnB, onde foi chefe do Departamento de Ciência da Informação e Documentação e diretor da Biblioteca Central (1985-1990; 1997-1999). Foi também presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Nelson Simões da Silva é engenheiro de computação. Diretor-geral da RNP (2002-...), foi conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2002-2010), e diretor da Clara (2003-2014).

Newton Sucupira foi advogado, filósofo e professor universitário. Membro do Conselho Federal de Educação, atual Conselho Nacional de Educação, foi professor da FGV e da UFRJ. Presidiu o grupo de trabalho que elaborou a Lei da Reforma Universitária no Brasil, em 1968. Ficou conhecido como patrono da regulamentação da pós-graduação brasileira.

Nicos Poulantzas foi um pensador marxista e membro do Partido Comunista da Grécia. Crítico da experiência soviética, dialogou com ideias de Lênin e Foucault.

Octavio Ianni foi sociólogo e professor universitário. Um dos mais destacados sociólogos do Brasil, lecionou na USP, PUC-SP e Unicamp. Membro da equipe de pesquisadores do Cebrap, participou da chamada Escola de Sociologia paulista, que, entre outras contribuições, traçou um novo panorama sobre o preconceito racial no Brasil.

Olaf Malm é biólogo, biofísico, pesquisador e professor universitário. Professor emérito da UFRJ, foi professor titular, chefe do Laboratório de Radioisótopos Eduardo Penna Franca e diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho daquela universidade.

Oscar Niemeyer foi arquiteto. Um dos maiores nomes da arquitetura moderna mundial, deixou um legado de mais de 600 obras, caracterizadas pelo emprego do concreto, vidro, curvas e vãos livres. Projetou os prédios mais emblemáticos de Brasília, entre os quais o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal, o Palácio do Itamaraty e a Catedral Metropolitana.

Paul Singer foi economista e professor universitário austríaco, naturalizado brasileiro. Aposentado compulsoriamente da USP por força do AI-5, juntamente com outros professores, foi um dos fundadores do Cebrap. Fundador e filiado ao PT, atuou em diferentes cargos administrativos em gestões petistas.

Paulo Maluf é engenheiro, empresário e político. Iniciou sua carreira política durante a ditadura militar, sendo prefeito indicado de São Paulo (1969-1971) e governador de São Paulo eleito pela Assembleia Legislativa paulista (1979-1982). Foi deputado federal por São Paulo (1983-1987) e novamente prefeito de São Paulo, dessa vez por eleição direta (1993-1996).

Paulo Renato Souza foi economista e professor universitário. Secretário da Educação de São Paulo (1984-1986; 2009-2010) e reitor da Unicamp (1986-1990), foi ministro da Educação nos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) e deputado federal pelo PSDB (2006-2009).

LISTA DE PERSONALIDADES

Pedro Jorge Simon é advogado e professor brasileiro. Ao longo de mais de 50 anos de vida política, exerceu mandatos de vereador, deputado estadual e senador pelo Rio Grande do Sul. Foi governador do estado (1987-1990).

Pedro Paulo Poppovic foi jornalista e sociólogo. Trabalhou na Editora Abril por muitos anos e foi secretário de Educação à Distância nos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002).

Pierre Bourdieu foi um dos grandes intelectuais das ciências humanas do século XX. Formado em filosofia, desenvolveu importantes trabalhos de etnologia, antropologia, e especialmente em sociologia, com os conceitos de *habitus*, campo e capital social.

Regina Silva Viotto Monteiro Pacheco é arquiteta e professora universitária. Professora da FGV-SP desde 1988, foi coordenadora executiva do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC (1990-1992) e presidente da Enap (1995-2002).

Reinaldo Felipe Nery Guimarães é médico e professor universitário. Foi diretor da Finep e membro do Conselho Superior da Capes. Também foi sub-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Uerj, diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde e vice-presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Fiocruz.

Renato Janine Ribeiro é filósofo e professor universitário. Professor titular da USP, foi diretor de Avaliação da Capes (2004-2008) e ministro da Educação (2015). Foi presidente da SBPC (2021-2023).

Ricardo Gattass é médico, pesquisador e professor universitário. Professor emérito da UFRJ, desenvolveu trabalhos na área de neurociências. É membro da ABC.

Rita Barradas Barata é médica e professora universitária. Na Capes, foi coordenadora da Área de Saúde Coletiva (2008-2010; 2011-2014), representante na Grande Área da Saúde no Conselho Técnico Científico da Educação Superior (2008-2014) e representante do CTC-ES no Conselho Superior (2011-2014) e diretora de Avaliação (2016-2018).

Roberto Átila Amaral Vieira é jornalista, advogado, professor universitário e político brasileiro. Opositor da ditadura militar, com a redemocratização, participa da refundação do PSB, do qual se desfilia em 2016. Foi ministro da Ciência e Tecnologia (2003-2004) durante o primeiro governo Lula.

Roberto Cardoso de Oliveira foi antropólogo. Criador do curso de especialização em teoria e pesquisa em antropologia social, no Museu Nacional, transferiu-se para a UnB, onde lecionou no Departamento de Estudos Latino-Americanos (1990-2006).

Roberto Cláudio Frota Bezerra foi engenheiro agrônomo, pesquisador e professor universitário. Foi reitor da UFC (1995-2003).

Roberto da Matta é antropólogo e professor universitário. Um dos mais importantes antropólogos brasileiros, foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (1972-1976) e professor de antropologia da Universidade de Notre Dame (Indiana, EUA) (1987-2004), da qual se tornou professor emérito. Professor titular de antropologia social da PUC-Rio. É membro da ABC.

Rodrigo Fortunato é médico e professor universitário. Pesquisador do Instituto de Biofísica da UFRJ, e estudioso das disfunções endocrino-metabólicas, foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas (Fisiologia) da UFRJ (2022-2025).

Rogério Meneghini é químico e professor universitário. Foi cocriador, com Abel Parker, do Programa SciELO, iniciado em 1998 como um projeto da Fapesp. Foi diretor científico e membro do Colegiado da Fapesp até o final de 2019. É professor titular aposentado do Instituto de Química da USP.

Ronaldo Mota é físico e professor universitário. Titular da cátedra em inteligência artificial no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, foi secretário nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCT, secretário nacional de Educação Superior, secretário nacional de Educação a Distância e ministro interino da Educação.

Rosa Maria Godoy Silveira é historiadora e professora universitária. Lecionou na UFPB, (1976-2003), por onde se aposentou.

Rossieli Soares é advogado e educador. Foi secretário de Educação Básica do MEC (2016-2018) e titular da pasta (2018). Assumiu a Secretaria de Educação de Minas Gerais em 2025.

Ruth Correia Leite Cardoso foi antropóloga e professora universitária. Docente e pesquisadora na USP, no Cebrap e no Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi primeira-dama do Brasil durante a presidência do marido Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Nesse período, criou o Programa Comunidade Solidária e presidiu seu conselho.

Sandoval Carneiro Junior é engenheiro e professor universitário. Foi diretor do Coppe (1982-1985) e diretor-geral da Capes (1991-1992). Professor aposentado da UFRJ. É membro da ABC.

Sergio Camargo foi um importante escultor, ligado à corrente construtivista. Suas obras estão expostas no Palácio do Ministério das Relações Exteriores (Brasília), na sede do Banco do Brasil de Nova York, na Faculdade de Medicina de Bordeaux e na Praça da Sé (São Paulo).

Sônia Nair Bão é bióloga e professora universitária. Professora titular do Departamento de Biologia Celular da UnB, foi membro do Conselho Superior (2017-2020) e diretora de Avaliação (2018-2020) da Capes. É membro da ABC.

LISTA DE PERSONALIDADES

Tarso Fernando Herz Genro é advogado e político. Filiado ao PT, foi duas vezes prefeito de Porto Alegre, ministro da Educação (2004-2005), das Relações Institucionais (2006-2007) e da Justiça (2007-2010) durante os governos Lula e governador do Rio Grande do Sul (2011-2015).

Tuiskon Dick foi bioquímico, pesquisador e professor universitário. Lecionou na UFRGS, de onde foi vice-reitor (1988-1990) e reitor (1990-1992).

Ulysses Silveira Guimarães foi um político e advogado. Um dos principais opositores à ditadura militar, foi presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) e um dos principais artífices do restabelecimento da ordem democrática no Brasil.

Vera Maria Fonseca de Almeida e Val é bióloga e pesquisadora. Desenvolve pesquisas no Inpa desde 1981, atuando no Laboratório de Ecofisiologia e Evolução Molecular da instituição.

Vilmar Faria foi sociólogo, professor titular da Unicamp e pesquisador do Cebap, do qual foi presidente. Presidente da Anpocs (1989-1990), foi secretário de Coordenação da Câmara de Política Social, do Conselho de Governo e da Presidência da República e assessor chefe da Assessoria Especial (1996-2001) nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

Waldimir Pirró e Longo foi engenheiro militar e professor universitário. Professor emérito da UFF, de onde foi professor titular, foi vice-presidente da Finep, pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFF e diretor do Observatório Nacional (2002-2003).

Walter Araújo Zin é médico e professor universitário. Professor emérito da UFRJ, foi presidente da SBFis (2004-2006). É membro da ABC e da ANM.

Walter Oswaldo Cruz foi médico e cientista. Filho caçula do renomado pesquisador Oswaldo Cruz, um dos membros fundadores da SBPC (1949), também participou da criação da UnB (1960). Chefe da Divisão de Patologia da Fiocruz (1962-1964), após o golpe militar de 1964 foi perseguido pela nova direção da Fiocruz, sendo acusado, em 1966, de malversação de verbas e atividades subversivas e demitido do cargo de chefia.

Wanderley de Souza é médico e professor universitário. Professor titular do Instituto de Biofísica da UFRJ, foi reitor da Uenf (1994-1996), secretário de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (1999-2002), secretário executivo do MCTI (2003-2004) e secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro (2004-2006). É membro da ABC.

Warwick Estevam Kerr foi engenheiro agrônomo, geneticista, entomologista e professor universitário no Brasil e nos Estados Unidos. Primeiro diretor científico da Fapesp (1962-1964), foi ainda presidente da SBPC (1969-1973) e diretor do Inpa (1975-1979; 1999-2002).

Wrana Maria Panizzi é socióloga e professora universitária. Professora titular da UFRGS. Nessa universidade, foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (1981-1983), pró-reitora de Administração (1992-1993) e de Planejamento (1992-1994) e reitora (1996-2004).

Zeferino Vaz foi médico e professor universitário. Fez carreira docente na USP, tendo sido o criador da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, da qual foi o primeiro diretor. Reitor da UnB (1964-1965), foi o principal responsável pela criação, implantação e desenvolvimento da Unicamp, da qual foi reitor (1966-1978).

Lista de instituições, empresas e bases de dados

Academia Americana de Ciências é uma corporação norte-americana cujos membros servem para o bem público, como “conselheiros da nação em ciência, em engenharia e em medicina”.

Academia Brasileira de Ciências (ABC) é uma entidade independente, não governamental e sem fins lucrativos, que divulga e fomenta a produção científica no Brasil. Fundada em 1916 e sediada no Rio de Janeiro, tem liderado e influenciado a criação de diversas instituições científicas, viabilizado publicações científicas, desenvolvido programas e eventos científicos, firmado convênios internacionais e disponibilizado recursos para entidades acadêmicas.

Academic Press é uma editora norte-americana de livros científicos, fundada em 1941. Foi comprada pela Elsevier em 2000.

Agência Espacial Brasileira (AEB) é uma autarquia do MCTI, responsável pelo programa espacial do Brasil. Criada em 1994, opera um espaçoporto em Alcântara (MA) e uma base de lançamento espacial na Barreira do Inferno (RN).

Amazonian Tall Tower Observatory (Observatório da Torre Alta da Amazônia — Projeto Torre Atto) está localizado no meio da floresta amazônica, na Reserva Biológica de Uatumã, a 150 km de Manaus. Seu objetivo é registrar continuamente dados meteorológicos, químicos e biológicos, como a concentração de gases de efeito estufa, a fim de verificar como a Amazônia interage com a atmosfera acima e abaixo do solo. Foi inaugurado em 2015.

American Association for the Advancement of Science (Aaas) é uma organização sem fins lucrativos que promove a ciência, a engenharia e a inovação. Fundada em 1848, é a maior sociedade científica multidisciplinar do mundo.

American Chemical Society (ACS) é uma organização sem fins lucrativos que promove a investigação científica na área da química. Fundada em 1876, produz e fornece, por meio da editora ACS Publications, mais de 85 periódicos de química, artigos de pesquisa científica e informações em todos os campos da química.

American Institute of Physics (AIP) é uma organização sem fins lucrativos, que tem como objetivo disseminar o conhecimento da física. Fundada em 1931, publica jornais, revistas e livros científicos, além de fornecer dados sobre educação e emprego na área.

American Physical Society (APS) é uma organização sem fins lucrativos de profissionais em física e disciplinas relacionadas. Fundada em 1899, seu objetivo é a difusão do conhecimento da física.

Article Processing Charges (APC, ou Taxas de Processamento de Artigo) são mecanismos que visam a facilitar a transição para o acesso aberto na publicação científica. Como seu suporte, as instituições de ensino e pesquisa e agências, como a Capes no Brasil, negociam com editoras para cobrir ou descontar as taxas de publicação para autores afiliados, em troca de acesso a um portfólio de periódicos.

Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias Brasileiras (ABBU) foi criada em agosto de 1973, com o objetivo de formular uma política nacional para o desenvolvimento das bibliotecas universitárias. Na década de 1980, foi elaborado o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) no âmbito do MEC, política pública expressamente dirigida a essas bibliotecas.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, fundada em 1977. Reúne mais de 100 centros de pós-graduação e pesquisa em antropologia, ciência política, relações internacionais e sociologia de todo o Brasil.

Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) é a entidade representativa dos pós-graduandos brasileiros. Foi fundada em 1986 com o objetivo de defender os interesses e direitos de mestrandos, doutorandos e demais pesquisadores do Brasil.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) é a representante oficial das universidades federais junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, as associações de técnico-administrativos, de professores, de estudantes e da sociedade em geral. Foi criada em 1989.

Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN) é um procedimento instituído pela Capes em 1976 para avaliar e aprovar a abertura de novos cursos de mestrado e doutorado, visando a assegurar a qualidade e a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Badesul) é uma agência de fomento vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul. Foi criada em 1973, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social gaúcho.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma instituição financeira criada em 1959 nos Estados Unidos, com o objetivo de promover o desenvolvimento na América Latina e no Caribe.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) é uma instituição financeira pública de fomento, controlada pelos governos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Fundada em 1961, seu objetivo é apoiar projetos de desenvolvimento e sustentabilidade na indústria, no agronegócio,

na infraestrutura e na cultura, nos estados da Região Sul e em outros, como Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

Boeing é uma empresa aeroespacial norte-americana que oferece serviços para o setor de aviação comercial, sistemas de defesa e espaciais para diversas partes do mundo. Foi fundada em 1916, em Seattle.

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) é uma instituição de pesquisa criada em 1968, em São Paulo, por um grupo de professores universitários afastados da cátedra pela ditadura militar, com o objetivo de subsidiar, mediante a produção de conhecimento crítico e independente, a formulação de políticas públicas para o país.

Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) é uma unidade acadêmica da UnB, criada em 1995, que promove a sustentabilidade por meio de ensino, pesquisa e extensão.

Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal (CEUDF) foi criado em 1967, em Brasília, e é a primeira instituição privada de ensino superior da capital do Brasil.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) é uma organização social brasileira, vinculada ao MCTI. Criada em 2001, tem como missão promover e realizar estudos em ciência, tecnologia e inovação, e avaliar o impacto de políticas públicas na área para subsidiar a tomada de decisões.

Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes) é o órgão responsável pelas pesquisas que sustentam estratégias de negócio e geram valor para a Petrobras. Desenvolve soluções tecnológicas e assistência técnica voltadas à exploração e produção de óleo e gás, relacionadas a geociências, engenharia de reservatórios, elevação e escoamento, poços, tecnologias submarinas e de superfície, além das áreas de refino, gás e energia, logística e desenvolvimento de produtos para comercialização e sustentabilidade.

Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas do Estado de São Paulo (Cescem) foi um dos primeiros exames vestibulares unificados e de múltipla escolha do Brasil, criado em 1964 pela USP para a área de biológicas. Foi seguido por dois outros vestibulares unificados — o Cescea (para as humanas) e o Mapofei (para as exatas). Os três exames foram integrados em um só em 1976.

Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme/Opas/OMS) é um centro especializado da Opas/OMS, estabelecido em São Paulo desde 1967. Sua missão é contribuir para o desenvolvimento da saúde na América Latina e no Caribe, democratizando o acesso, a publicação e o uso de informação, conhecimento e evidência científica.

Centro Universitário Euroamericano (Unieuro) é uma instituição de ensino superior privada localizada em Brasília, fundada em 1998.

Centro Universitário Icesp (antiga **Unicesp**) é uma instituição de ensino superior privada localizada em Brasília, fundada em 1995.

Chemical Abstracts Service é uma divisão da Sociedade Americana de Química que produz os *Chemical Abstracts*, um índice da literatura científica sobre a química e os ramos coligados, publicado desde 1907, e mantém também o registro CAS, uma base de dados de substâncias químicas.

Ciência sem Fronteiras (CsF) foi um programa criado em 2011, durante o primeiro governo Dilma Rousseff. Financiado pela Capes, CNPq e empresas parceiras, visava expandir e internacionalizar a ciência, a tecnologia e a inovação. Nos primeiros anos, ofereceu bolsas de estudo para iniciação científica em universidades fora do país. Foi encerrado em 2017, em função de problemas financeiros.

“Clocks e Locks” refere-se, na tecnologia da informática, a dois conceitos diferentes: *clocks* (ou relógio/*clock*) são os pulsos elétricos que sincronizam o funcionamento do processador e medem sua velocidade, enquanto *locks* são mecanismos em bancos de dados que impedem alterações simultâneas a um mesmo dado por diferentes usuários, garantindo a integridade da informação.

cOAlition S é um consórcio internacional de organizações de financiamento e execução de pesquisa que apoiam o Plano S, iniciativa lançada em 2018 para garantir que as publicações científicas resultantes de pesquisas financiadas por fundos públicos sejam disponibilizadas em acesso aberto.

Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) foi criada em 1987, durante a realização do V Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, em Porto Alegre. É um órgão assessor da Diretoria Executiva da Febab e tem como finalidade promover o desenvolvimento das bibliotecas universitárias brasileiras.

Comissão Fulbright é um desdobramento do Programa de Intercâmbio Educacional e Cultural do Governo dos Estados Unidos, criado em 1946, por lei do senador J. William Fulbright, com o objetivo de ampliar o entendimento entre os EUA e outros países. Presente no Brasil desde 1957, oferece bolsas de estudos para o intercâmbio de estudantes de pós-graduação, professores e pesquisadores brasileiros.

Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) é um programa mantido e disponibilizado pela RNP desde 2010. Reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras, no intuito de facilitar o acesso a diversos recursos tecnológicos oferecidos pelas instituições membros da federação.

Comutação Bibliográfica (Comut) é um programa do Ibict que permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos em bibliotecas do Brasil

e internacionais. Criado em 1980, sob a responsabilidade da Capes, funciona como uma rede de bibliotecas que facilita o acesso a materiais de pesquisa (artigos, teses, dissertações e anais de congressos), mediante um processo de solicitação e fornecimento de cópias do original.

Confederação de Repositórios de Acesso Aberto (Confederation of Open Access Repositories — Coar) é uma associação internacional com mais de 150 membros e parceiros de todo o mundo, representando bibliotecas, universidades, instituições de pesquisa, financiadores governamentais e outros. Criada em 2009, reúne repositórios individuais e redes de repositórios para desenvolver capacidade, alinhar políticas e práticas e atuar como uma voz global para a comunidade de repositórios.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) é um órgão colegiado responsável por assuntos acadêmicos em universidades e instituições de ensino superior, com funções normativas, consultivas e deliberativas. Sua atuação visa fortalecer a excelência acadêmica e garantir que as atividades sejam realizadas de forma transparente e alinhada às necessidades sociais.

Conselho Europeu de Pesquisa Nuclear (Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire — Cern) localizado em Meyrin, no cantão de Genebra, é o maior laboratório de física de partículas do mundo e estuda suas estruturas fundamentais. Criada em 1954, a organização é composta por 23 Estados-membros.

Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) é uma instituição não governamental internacional ligada à Unesco, criada em 1967. Reúne 806 centros de pesquisa e pós-graduação na área de ciências sociais e humanas em 51 países da América Latina e de outros continentes.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma agência pública vinculada ao MCTI. Criada em 1951, seu objetivo principal é fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação, e promover a formação de recursos humanos para a pesquisa.

Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) é um órgão colegiado da Capes responsável pela avaliação e aprovação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Foi criado em 1977.

Counter (Counting Online Usage of Networked Electronic Resources) — ou apenas Counter — é uma organização internacional sem fins lucrativos de bibliotecas, editoras e fornecedores.

Dedalus é um catálogo online e banco de dados bibliográficos da USP que permite a busca e localização de livros, teses, dissertações, artigos e a produção intelectual dos seus docentes no seu acervo. Oferece também funcionalidades para usuários com vínculo com a USP, como renovação e reserva de empréstimo. Foi implantado em 1985.

Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) foi um órgão criado em 1936 pelo presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de centralizar e racionalizar os serviços públicos federais, promovendo a seleção e o aperfeiçoamento dos servidores públicos por meio do sistema de mérito e inspecionando os órgãos e a execução do orçamento. Em 1967, seu nome foi alterado para Departamento Administrativo do Pessoal Civil, retomando a antiga denominação em 1975. Em 1985, deixou de ser o órgão de assessoramento imediato do presidente da República, sendo extinto em 1986.

Dot.Lib é uma empresa brasileira em operação desde 1991, dedicada à disseminação da informação científica por meio do fornecimento de acesso online a livros digitais, periódicos eletrônicos e bases de dados nas principais áreas do conhecimento.

Doutorado Interinstitucional (Dinter) é um programa da Capes de apoio à criação de turmas de doutorado em instituições de ensino superior em regiões mais distantes, com o objetivo de reduzir desigualdades regionais e fortalecer as linhas de pesquisa locais. Foi instituído em 2012.

Elsevier é uma empresa editorial holandesa, criada em 1880, especializada em conteúdo científico, técnico e médico.

Elton B. Stephens Company (Ebsco), empresa que deu origem à EBSCO Industries, fundada em 1944 por Elton Bryson Stephens Sr. e Alys Robinson Stephens, e que fornece recursos de informação e serviços para bibliotecas, instituições acadêmicas, hospitais e empresas. Seu foco principal é disponibilizar bases de dados de pesquisa, periódicos eletrônicos, e-books e outros recursos informacionais. A plataforma EBSCOhost é uma ferramenta online popular para pesquisa acadêmica, permitindo que os usuários acessem artigos científicos, livros e outros materiais para seus estudos e pesquisas.

Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) é uma empresa de aviação, criada pelo governo brasileiro em 1969. Privatizada em 1994, é uma das maiores fabricantes mundiais de jatos comerciais.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é uma empresa pública de pesquisa e desenvolvimento no setor agrícola, criada em 1973 e vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Tem como objetivo promover pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura no Brasil.

Escola Agrotécnica foi a denominação dada ao Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Simões Lopes, órgão da Universidade Rural do Rio de Janeiro (depois Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) entre 1955 e 1963.

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) é uma divisão da FGV, voltada para a formação superior em administração pública e

privada. Foi criada em 1952, fruto de uma parceria entre a FGV e a ONU. Primeira escola de administração pública da América Latina, teve sua sigla original — Ebap — alterada para Ebape em 2002, refletindo sua atuação no setor privado.

Escola Nacional de Administração Pública (Enap) é uma instituição pública, sediada em Brasília e criada em 1986. Vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, seu objetivo é formar agentes públicos, por meio de cursos, na maioria gratuitos, na área de gestão.

Escola Paulista de Medicina (EPM) é uma instituição universitária, fundada em 1933, responsável pela manutenção e operação do Hospital São Paulo, o primeiro hospital-escola do Brasil a ser construído com essa finalidade, inaugurado em 1940. Em 1956, foi federalizada e, em 1994, passou a integrar o *campus* São Paulo da Unifesp.

Escola Técnica Federal do Ceará foi a denominação dada em 1968 à antiga Escola de Aprendizes e Artífices, instituída em 1909 e rebatizada em 1941 como Liceu Industrial do Ceará. Em 1994, a escola passou a chamar-se Cefet/CE, ocasião em que o ensino foi estendido ao nível superior e suas ações acadêmicas, acrescidas das atividades de pesquisa e extensão, e, em 2008, o Instituto Federal do Ceará congrega as unidades do extinto Cefet/CE e as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e Iguatu.

Faculdade de Artes Dulcina de Moraes é uma instituição privada de ensino superior, responsável pela formação de artistas e arte-educadores sobretudo na região Centro-Oeste. Foi fundada em 1982, pela renomada atriz Dulcina de Moraes.

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (Febab) é uma sociedade civil fundada em 1959, sediada em São Paulo. Constituída por associações e sindicatos de bibliotecários e cientistas da informação e instituições filiadas, visa desenvolver atividades que promovam as bibliotecas e seus profissionais e atuar como centro de documentação, memória e informação das atividades da área.

Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (International Federation of Library Associations and Institutions — Ifla) é a principal organização internacional de profissionais de biblioteconomia e informação e de seus utilizadores. Fundada em 1927 e sediada em Haia, Holanda, promove a cooperação, o debate e a investigação na área bibliotecária, defendendo o acesso à informação e promovendo boas práticas profissionais em nível mundial.

Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) é uma agência pública ligada ao MCTI, que financia projetos e programas de inovação e desenvolvimento de instituições e empresas. Foi criada em 1967 e está sediada no Rio de Janeiro.

Fórum de Pró-Reitoras e Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa (Foprop)

é uma entidade que reúne cerca de 250 instituições, públicas, privadas e comunitárias, de todas as regiões do país. Criado em 1985, promove a pesquisa, a pós-graduação, a tecnologia e a inovação, identificando as necessidades nessas áreas e propondo políticas para agências de fomento.

Fundação Andrew W. Mellon, conhecida como Mellon Foundation, tem sede em Nova York. Fundação privada, fundada em 1969, é um dos maiores financiadores de artes, cultura, ensino universitário e humanidades nos EUA.

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj)

é a agência de fomento à ciência, à tecnologia e à inovação do Rio de Janeiro. Criada em 1980, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, visa estimular atividades nas áreas científica e tecnológica e apoiar projetos e programas de instituições acadêmicas e de pesquisa sediadas no estado.

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap)

foi criada em 1990 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do estado por intermédio da pesquisa científica e de sua aplicação sob as formas de tecnologia e inovação. É vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará.

Fundação Cesgranrio (ou apenas **Cesgranrio**) é uma fundação com sede no Rio de Janeiro, responsável pela organização de exames vestibulares e concursos públicos no país. Teve origem no Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio, criado pelo MEC em 1971. Foi constituída como fundação privada em 1973.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)

é uma instituição pública de fomento à pesquisa ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Embora prevista na Constituição estadual de 1947, foi formalmente criada em 1960 e começou a funcionar em 1962, tornando-se, assim, a primeira agência estadual de amparo à pesquisa do país. Concede auxílios a pesquisa e bolsas em todas as áreas do conhecimento e financia outras atividades de apoio à investigação, ao intercâmbio e à divulgação da ciência e da tecnologia em São Paulo.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

(Fapergs) foi criada em 1964, sendo a segunda fundação de amparo à pesquisa a ser fundada no Brasil, depois da Fapesp. Vinculada à Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia, tem, entre outras atribuições, a promoção da inovação tecnológica do setor produtivo, o intercâmbio e a divulgação científica, tecnológica e cultural, o estímulo à formação de recursos humanos, o fortalecimento e a expansão da infraestrutura de pesquisa no Rio Grande do Sul.

Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq-PB) é a agência fomentadora da pesquisa e da inovação na Paraíba tanto em empresas quanto em universidades. Criada em 1992 e vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior, está instalada em Campina Grande.

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) é uma instituição de ensino e pesquisa, criada em 1933 com o nome de Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Pioneira no ensino e na prática das ciências sociais, foi reconhecida como instituição de utilidade pública pelo governo estadual em 1938.

Fundação Ford foi criada em 1962, com o objetivo, entre outros, de fortalecer a democracia e enfrentar a pobreza no Brasil, na perspectiva de cooperação internacional. Durante a ditadura, financiou pesquisas e treinamento em educação, desenvolvimento, saúde e ciências sociais, tendo papel relevante na criação e no apoio a diversas instituições de pesquisa.

Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi fundada em 1944 no Rio de Janeiro, com o objetivo de qualificar pessoal para a administração pública e privada. Com o passar do tempo, começou a oferecer cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento. Do seu núcleo original surgiram, sucessivamente, o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) (1951), a Escola Brasileira de Administração Pública (Ebpap) (1952), a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp) (1954), o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (1961), depois Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) (1966), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) (1973) e a FGV Editora (1974). Mais recentemente, foram criadas as Escolas de Direito do Rio de Janeiro e de São Paulo (2002) e a Escola de Matemática Aplicada (EMAp) (2011).

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição de ensino e de pesquisa, desenvolvimento e produção de medicamentos e vacinas, com foco na saúde pública. Criada em 1900, é vinculada ao Ministério da Saúde e atua em diversas áreas, desde a pesquisa científica até a formação de recursos humanos para o SUS. Mantém 16 unidades técnico-científicas localizadas em diversos estados brasileiros.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é uma autarquia vinculada ao MEC, criada em 1968, com o propósito de transferir recursos financeiros e prestar assistência técnica aos estados, municípios e Distrito Federal, para garantir uma educação de qualidade a todos os brasileiros.

Gale (ou **Gale Research**) é uma editora e fornecedora global de recursos de pesquisa e aprendizagem digital para bibliotecas, escolas e empresas. Com sede nos Estados Unidos, integra o Cengage Group desde 2007.

IBM Watson é um conjunto de tecnologias e serviços baseados em inteligência artificial (IA) da IBM. Originalmente conhecido por seu supercomputador, capaz de entender e responder a perguntas complexas, foi lançado em 2011.

Institute for Scientific Information (ISI) é uma base de dados que indexa revistas científicas internacionais e fornece informações sobre pesquisas. Criada em 1960, nos Estados Unidos.

Institute of Electrical and Electronics Engineers (Ieee) é a maior associação profissional de engenheiros do mundo. Foi criada em 1963, nos Estados Unidos, para promover o avanço da tecnologia, da inovação e da excelência tecnológica, em todos os aspectos dos campos elétrico, eletrônico e informático e áreas relacionadas.

Institute of Physics (IOP) é uma sociedade científica e profissional de física, com atuação no Reino Unido e na Irlanda. Fundada em 1874, seu objetivo é promover a pesquisa e as aplicações da física.

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) é uma unidade de pesquisa do MCTI que apoia o desenvolvimento da infraestrutura de informação em ciência e tecnologia, visando à produção, socialização e integração do conhecimento científico-tecnológico no Brasil. Criado em 1954, com o nome de Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), é referência no movimento do acesso livre ao conhecimento.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é uma organização social, ligada ao MCTI. Criado em 1999 e localizado no Amazonas, tem como objetivo o uso sustentável da biodiversidade amazônica, o desenvolvimento econômico e social de comunidades ribeirinhas e a produção de conhecimento científico.

Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb) é uma instituição de ensino superior privada localizada em Brasília, fundada em 1998.

Instituto de Medicina Social (IMS) foi criado no fim da década de 1960, por um grupo de professores da Faculdade de Ciências Médicas, da atual Uerj, com o objetivo de aprofundar e sistematizar reflexões sobre as questões de saúde. Em 1974, foi criada a pós-graduação em medicina social, denominada, em 1987, Saúde Coletiva. Em 2021, o IMS acolheu Hesio Cordeiro no seu nome.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) é uma organização científica, não governamental, que desde 1995 trabalha pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia. Sua meta é produzir conhecimento, implementar iniciativas locais e estimular políticas públicas, de forma a impactar o desenvolvimento econômico, a igualdade social e a preservação do meio ambiente.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento. Criada em 1964 e sediada em Brasília, fornece suporte técnico e institucional às ações go-

vernamentais para a formulação/reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

Instituto Evandro Chagas (IEC) é uma instituição científica vinculada ao Ministério da Saúde, sediada em Belém e com laboratórios em Ananindeua, na área metropolitana da capital paraense. Foi fundada em 1936, tendo como primeiro diretor científico o próprio Evandro Chagas, filho mais velho de Carlos Chagas. Seus objetivos incluem pesquisa científica, apoio à vigilância e ao ensino voltados para a produção, disseminação e divulgação de conhecimentos na área da saúde.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal, vinculada ao MEC e sediada em Brasília. Criado em 1937, realiza estudos, pesquisas e avaliações periódicas sobre a educação brasileira, a fim de contribuir para a formulação de políticas públicas na área educacional. Suas ações mais conhecidas são o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) é uma instituição científica criada em 1952 e implementada em 1954, vinculada ao MCTI. Sediada em Manaus, promove estudos científicos do meio físico e das condições de vida da região amazônica com o objetivo de promover o bem-estar humano e o desenvolvimento socioeconômico regional. É referência mundial em biologia tropical.

Instituto Nacional do Semiárido (Insa) é uma unidade de pesquisa do MCTI que tem como objetivo promover inovação tecnológica e social para o Semiárido brasileiro. Foi criado em 2004 e está localizado em Campina Grande.

Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) é uma instituição pública de ensino superior da Força Aérea Brasileira, vinculada ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial. Criado em 1950, teve suas atribuições definidas em 1954. Está localizado em São José dos Campos (SP) e é uma das principais escolas de engenharia do Brasil.

Institutos Max Planck são centros de pesquisa integrantes da Sociedade Max Planck, instituição de pesquisa independente, fundada na Alemanha em 1948. Encontram-se organizados por diversas áreas: astronomia e astrofísica, biologia e medicina, material e tecnologia, meio ambiente e clima, e humanidades.

John Wiley & Sons é uma editora norte-americana multidisciplinar, mais conhecida como Wiley, responsável por importantes publicações científicas, técnicas, acadêmicas e médicas. Foi fundada em 1807, em Nova Jersey.

Journal Storage (JSTOR) é um sistema online de arquivamento de revistas acadêmicas. Sediado nos Estados Unidos, foi criado em 1995.

Mestrado Interinstitucional (Minter) permite que um programa de pós-graduação já consolidado e aprovado pela Capes ofereça uma turma especial de

mestrado em outra instituição parceira. Seu objetivo central é formar mestres em regiões que não possuem programas consolidados. Foi criado em 2012.

MetaLib é uma tecnologia de busca federada ou metabuscador, desenvolvida pela Ex Libris Group, que permite a realização de pesquisas simultâneas em múltiplas bases de dados e recursos de informação, como catálogos de bibliotecas, artigos de periódicos e outras fontes online, por meio de uma única interface de pesquisa.

Movimento Democrático Brasileiro (MDB) é uma agremiação política fundada em 1966, após a implantação do bipartidarismo, como partido de oposição consentida ao regime militar implantado em 1964. Em 1980, por imposição da ditadura, o MDB passou a se denominar Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 2017, o partido excluiu o “P” e voltou a se chamar MDB.

Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) foi uma organização política marxista, de origem universitária, que participou da luta armada contra a ditadura militar.

Museu Nacional é uma instituição autônoma, integrante do Fórum de Ciência da UFRJ. Criado por d. João VI em 1818, no Rio de Janeiro, é a mais antiga instituição científica brasileira. Na condição de museu universitário, desenvolve atividades de pesquisa e ensino, voltadas para a produção e a disseminação do conhecimento nas áreas de ciências naturais e antropológicas. É considerado o maior museu de história natural e antropologia da América Latina.

Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), popularmente conhecido como Museu Goeldi, é uma instituição museológica e científica pública, vinculada ao MCTI. Fundado em Belém, em 1911, é o primeiro parque zoobotânico do Brasil.

National Institutes of Health (NIH) são a principal agência do governo dos Estados Unidos para pesquisa biomédica e em saúde pública. Compreendem 27 institutos e centros de pesquisas e sua criação data de 1887, financiam e realizam pesquisas sobre prevenção, diagnóstico, tratamento e cura de doenças, com foco no câncer, doenças cardíacas e doenças mentais.

New England Journal of Medicine é uma publicação científica da área da Medicina, publicada semanalmente pela Massachusetts Medical Society. Foi fundado em 1812.

NGINX é um *software* de código aberto e de alto desempenho, criado em 2004, e que funciona como servidor web, proxy reverso, balanceador de carga e cache de conteúdo.

Online Computer Library Center (OCLC) é uma organização norte-americana sem fins lucrativos, fundada em 1967 em Ohio. Fornece serviços de tecnologia para bibliotecas e é mais conhecido por manter o WorldCat, o maior

catálogo mundial online, que ajuda bibliotecas em todo o mundo a localizar, adquirir e preservar materiais.

OpenAlex é uma base de dados bibliométricos — um catálogo aberto de artigos científicos, autores, fontes e instituições — mantida pela organização sem fins lucrativos OurResearch. Entrou em operação em 2022 e seu nome faz referência à antiga Biblioteca de Alexandria.

OpenAthens é um serviço de gerenciamento de identidade e acesso fornecido pela Jisc, uma empresa britânica de serviços de tecnologia da informação sem fins lucrativos. Foi concebido em 1995, na Universidade de Bath, na Inglaterra, e em seguida lançado no mercado.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) é agência especializada da ONU, criada em 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e a segurança por meio da colaboração internacional nos campos da educação, da ciência, da cultura e da comunicação.

Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) é uma organização internacional especializada em saúde. Criada em 1902 e sediada em Washington, é a mais antiga agência internacional de saúde do mundo. Voltada para a melhoria das condições de saúde dos países das Américas, atua como escritório regional da Organização Mundial da Saúde. Mantém escritórios em 27 países, além de três centros especializados

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização econômica intergovernamental criada em 1961 e sediada em Paris. Reúne 38 países, em sua maioria desenvolvidos, e tem por objetivo estimular o progresso econômico e o comércio mundial.

Partido dos Trabalhadores (PT) é uma agremiação política brasileira fundada em 1980, em São Paulo, que esteve no poder durante os mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016) e novamente de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-...).

Plano Nacional de Educação (PNE) é um plano estratégico de 10 anos que define diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a educação brasileira, visando a melhoria da qualidade e a expansão da oferta. O primeiro PNE foi sancionado em 2001.

Plataforma Sucupira é um ambiente online da Capes, em parceria com a UFRN, lançado em 2014. Conecta usuários e conteúdos relacionados às avaliações do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), coletando dados sobre o funcionamento e a produção científica dos cursos de pós-graduação brasileiros.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) foi fundada em 1946, a partir da união de instituições acadêmicas católicas do ensino superior. Em 1969, criou o primeiro curso de pós-graduação do país e em 1971

estruturou o ciclo básico de ciências humanas, iniciativa igualmente pioneira. Colocando-se na defesa das liberdades democráticas, nos anos 1970 contratou professores que tinham sido afastados das universidades públicas pela ditadura militar.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) é uma instituição de ensino superior privada confessional, fundada em 1941. Reconhecida oficialmente como universidade em 1946, no ano seguinte recebeu o título de pontifícia. Uma das primeiras universidades brasileiras no ensino do empreendedorismo nos cursos de graduação, mantém dentro do seu *campus* a incubadora de empresas Gênesis.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) é uma instituição de ensino superior privada confessional, a maior do Rio Grande do Sul, com *campus* localizado em Porto Alegre. Fruto da reunião de quatro faculdades católicas, foi autorizada a funcionar como universidade em 1948.

Programa Biblioteca Eletrônica (ProBE) foi criado em 1999, na forma de um consórcio que reuniu a Fapesp, as cinco universidades públicas paulistas — USP, Unicamp, Unesp, Unifesp e UFSCar — e o Bireme/Opas/OMS. Iniciativa pioneira no país, seu objetivo é implementar o uso de publicações eletrônicas no meio acadêmico.

Programa Capes/Cofecub foi criado em 1978, por meio de um acordo entre os governos do Brasil e da França. Parceria internacional mais antiga da Capes, tem por objetivo incentivar o intercâmbio entre instituições de ensino superior e institutos ou centros de pesquisa e desenvolvimento públicos dos dois países.

Programa Casadinho é uma iniciativa tomada em conjunto pela Capes e pelo CNPq em 2011. Seu objetivo é consolidar programas de pós-graduação *stricto sensu* por meio da cooperação e da mobilidade de docentes e discentes entre diferentes instituições de pesquisa.

Programa de Excelência Acadêmica (Proex) é um programa de financiamento que destina recursos aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) com conceitos 6 ou 7 na avaliação da Capes. Foi instituído em 2004.

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do MEC, instituída em 2004. Visa oferecer aos discentes na primeira metade da licenciatura um contato com o cotidiano das escolas públicas de Educação Básica e com o contexto em que estão inseridas. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por instituições de educação superior, em parceria com as redes de ensino.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) é um programa do CNPq criado em 1987 e que oferece bolsas a estudantes de gradua-

ção para se envolverem em projetos de pesquisa em universidades e instituições de pesquisa. Seu objetivo é fomentar a formação de novos pesquisadores, incentivando o desenvolvimento do pensamento científico e a iniciação à pesquisa.

Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) é um programa adotado por diversas instituições de ensino superior no Brasil, com o objetivo de aprimorar a qualificação dos seus docentes e técnicos por meio da formação continuada, especialmente em níveis de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), para melhorar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Programa Institucional de Internacionalização da Capes (PrInt) foi criado em 2017, com o objetivo de oferecer bolsas de estágio em pesquisa de doutorado e pós-doutorado no exterior, além de apoiar a vinda de pesquisadores de instituições estrangeiras ao Brasil.

Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBu) foi a primeira política pública especificamente voltada para as bibliotecas universitárias. Apresentado pela Sesu em 1986, foi fomentado pelos bibliotecários universitários, com o apoio de agências de fomento e órgãos como a Biblioteca Nacional, a Febab e o próprio MEC.

Programa Nacional de Pós-Doutorado da Capes (PNPD/Capes) foi lançado em 2014, oferecendo bolsas para estágios pós-doutorais no Brasil, visando fortalecer os programas de pós-graduação e a pesquisa no país por meio da inserção de doutores. As instituições de ensino e pesquisa são responsáveis por abrir editais, selecionar os bolsistas e encaminhar a documentação, enquanto a Capes realiza o financiamento.

ProQuest é uma empresa global de tecnologia e conteúdo de informação com sede em Ann Arbor, Michigan. Foi fundada em 1938 como University Microfilms International.

Qualis, Qualis-Periódicos ou **Qualis/Capes** é um sistema de avaliação de periódicos mantido pela Capes que relaciona e classifica os veículos utilizados para a divulgação da produção intelectual dos programas de mestrado e doutorado quanto ao âmbito da circulação (local, nacional ou internacional) e à qualidade (A, B, C), por área de avaliação.

Rede Nacional de Pesquisa (RNP) foi criada em setembro de 1989 pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD). Seu objetivo era construir uma infraestrutura nacional de rede de internet de âmbito acadêmico e disseminar o uso de redes no país.

Reviews of Modern Physics é uma revista científica publicada pela American Physical Society. Foi lançada em 1929.

Science Finder, CAS SciFinder (originalmente, **SciFinder**) é uma plataforma de bases de dados e ferramentas de pesquisa desenvolvida pelo Chemical

Abstracts Service, uma divisão da ACS. Contém o maior acervo de informações sobre química e ciências afins, incluindo dados sobre substâncias químicas, registros de patentes e literatura especializada.

Scopus é a maior base de dados mundial de resumos e citações de literatura científica revisada por pares. Lançada em 2004 e desenvolvida pela Elsevier, reúne artigos científicos, livros, registros de patentes e publicações de conferências, abrangendo áreas como ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais, artes e humanidades.

Secretaria de Ensino Superior (Sesu) é uma secretaria do MEC que tem por atribuição planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior. Em conjunto com o FNDE, é responsável pela política da oferta e financiamento e de apoio ao estudante do ensino superior. Outras duas importantes atribuições são o desenvolvimento de ações e políticas de formação para profissionais de educação básica junto às instituições da rede federal de ensino superior. Foi instituída em 2010.

Sistema Único de Saúde (SUS) é um sistema de saúde público no Brasil criado pela Constituição de 1988, que garante acesso integral, universal e gratuito à saúde para toda a população, independentemente de sua condição social ou econômica. Constitui um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo.

Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (SBBq) é uma sociedade científica, sem fins lucrativos, criada em 1967 com o objetivo de incentivar e promover a pesquisa científica em geral. Sediada em São Paulo, congrega bioquímicos, biólogos moleculares e cientistas de áreas correlatas.

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) é uma organização sem fins lucrativos voltada para o desenvolvimento científico, tecnológico, educacional e cultural do Brasil. Criada em 1948 e sediada em São Paulo, promove desde 1949 reuniões anuais que reúnem um grande número de cientistas, professores, pesquisadores e estudantes de todo o país.

Springer Nature é uma editora teuto-britânica de periódicos científicos criada em 2015, fruto da fusão de quatro grandes grupos empresariais da área editorial. É uma das principais editoras mundiais da sua área e pioneira no campo da pesquisa aberta.

Taylor & Francis é uma editora de origem inglesa de livros e periódicos acadêmicos. Fundada em 1852, é uma das maiores e mais antigas editoras acadêmicas do mundo.

The Lancet é uma revista médica geral semanal, publicada pelo grupo de mesmo nome. Fundada em 1823 por Thomas Wakley, é uma das revistas científicas mais antigas e de maior impacto do mundo. É propriedade da Elsevier desde 1991.

Thomson Reuters é uma empresa multinacional de tecnologia e informação fundada no Canadá, fruto da aquisição da britânica Reuters pela canadense Thomson Corporation em 2008.

Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa do MEC que oferece cursos de graduação e pós-graduação na modalidade Educação à Distância. Por intermédio da Capes, o MEC firma parcerias com universidades públicas para oferta de cursos. Foi criada em 2005 e instituída oficialmente em 2006.

Universidade Católica de Brasília (UCB) é uma instituição de ensino superior católica, filantrópica e comunitária, fundada na capital federal em 1974 com o nome de Faculdade Católica de Ciências Humanas. Foi reconhecida pelo MEC como universidade em 1994.

Universidade da Califórnia (University of California — UC) é um sistema público de universidades fundado no estado norte-americano da Califórnia em 1868, com o objetivo de oferecer educação superior acessível e de qualidade. Atualmente, conta com 10 *campi* espalhados pelo estado, cada um com suas especializações, corpo docente qualificado e uma ampla gama de cursos de graduação e pós-graduação.

Universidade da Colúmbia Britânica (University of British Columbia — UBC) é uma das principais instituições de ensino superior do Canadá. Fundada em 1908, possui dois *campi* — um em Vancouver e outro em Okanagan — e 17 faculdades. Conhecida por sua excelência acadêmica, investe mais de US\$ 600 milhões anuais em pesquisa e recebe estudantes de cerca de 140 países.

Universidade de Alcalá foi fundada em 1499 na cidade espanhola de Alcalá de Henares. Durante os séculos XVI e XVII, converteu-se no grande centro de excelência acadêmica do país, recebendo, entre alunos e professores, nomes como Ignacio de Loyola e Lope de Veja. Seu prestígio foi determinante para que servisse de modelo às universidades fundadas pela Espanha nas colônias americanas. Em 1998, a Universidade de Alcalá foi declarada pela Unesco Patrimônio da Humanidade.

Universidade de Brasília (UnB) é uma instituição federal de ensino superior, criada em 1962, dois anos após a inauguração de Brasília. Seus principais mentores — o antropólogo Darcy Ribeiro, o educador Anísio Teixeira e o arquiteto Oscar Niemeyer — pretendiam desenvolver uma experiência pedagógica que unisse pesquisa tecnológica de ponta com uma produção acadêmica que contribuísse para a transformação do país. A instalação da ditadura militar em 1964 frustrou a concretização desses planos. A universidade foi invadida algumas vezes, seus professores cassados ou afastados sumariamente. A democracia foi restaurada em 1984, com a eleição de Cristovam Buarque como reitor. A

UnB conta com quatro *campi*: o principal, no Plano Piloto, e três em outros núcleos urbanos do Distrito Federal.

Universidade de São Paulo (USP) é uma das maiores e mais importantes instituições de ensino superior do Brasil e da América Latina. Foi criada pelo governo de São Paulo em 1934, a partir da união da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com cinco estabelecimentos universitários já existentes. Compreende 10 *campi*, três na capital São Paulo e os demais no interior do estado. O *campus* principal em São Paulo, denominado Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, possui uma área de quase 3,7 milhões de m². A USP está envolvida no ensino, pesquisa e extensão universitária em todas as áreas do conhecimento e é responsável por metade de toda a produção científica paulista e mais de 25% da brasileira.

Universidade de Southampton (University of Southampton) é uma universidade britânica situada na cidade de Southampton. Faz parte do Russell Group, associação de 24 universidades públicas britânicas com foco em pesquisa. Criada em 1862, só viria a ganhar o *status* de universidade em 1952. Mantém sete *campi*, cinco dos quais localizados em Southampton.

Universidade do Arizona (University of Arizona — UoA) é uma universidade pública norte-americana de ensino e pesquisa, sediada na cidade de Tucson. Fundada em 1885, destaca-se por sua contribuição nas áreas de engenharia e astronomia.

Universidade do Brasil foi a denominação dada à atual Universidade Federal do Rio de Janeiro entre 1937 e 1965.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) é uma universidade pública estadual, sediada na cidade do Rio de Janeiro. Sua origem remonta a 1950, quando foi criada a Universidade do Distrito Federal, a partir da fusão de quatro unidades de ensino superior cariocas. Rebatizada em 1958 como Universidade do Rio de Janeiro, e em 1961 como Universidade do Estado da Guanabara, após a transferência do Distrito Federal para Brasília, ganhou a denominação atual em 1975, após a fusão do antigo estado do Rio com a Guanabara. Nesse mesmo ano, a Uerj incorporou um estabelecimento de excelência, a Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi), e 35 anos depois, em 2010, o pioneiro Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), então denominado Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iepes). Possui *campi* na capital e em mais oito municípios fluminenses.

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) é uma instituição de ensino superior, fundada pelos jesuítas em 1969. Localizada na cidade gaúcha de São Leopoldo, abriga o maior polo de informática do Rio Grande do Sul. Em 2004, tornou-se a primeira universidade latino-americana a ser agraciada com

a certificação ISO14001, atribuída a organizações comprometidas com o meio ambiente.

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) foi criada em 1966 como uma autarquia da Prefeitura de Campina Grande, com o nome de Fundação Universidade Regional do Nordeste. Foi estadualizada em 1987, passando a se chamar Universidade Estadual da Paraíba. Sediada em Campina Grande, mantém sete *campi* em todo o estado.

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) surgiu na década de 1960, tendo à frente o médico Zeferino Vaz, apoiado pelo renomado físico César Lattes. A proposta inicial era criar uma instituição que não apenas formasse profissionais, mas também produzisse conhecimento científico de relevância mundial. A Unicamp foi oficialmente criada em 1966 e sua primeira unidade foi a Faculdade de Medicina. Na década de 1980, já contava com mais de 19 institutos e faculdades. Além do *campus* de Campinas, conta com mais três *campi* no interior paulista.

Universidade Estadual de Ohio (The Ohio State University) foi criada em 1870, voltada inicialmente para o ensino e a pesquisa agrícolas. Ao longo do tempo, consolidou-se como uma das mais importantes universidades estaduais dos Estados Unidos. Seu *campus* principal está situado em Columbus, capital de Ohio. Mantém mais cinco *campi* no interior do estado.

Universidade Estadual do Ceará (Uece) foi oficialmente criada em 1975, mediante a incorporação de diversos estabelecimentos de ensino superior já existentes na época, e instalada dois anos depois. Sediada em Fortaleza, possui 11 *campi*: um na capital cearense e 10 espalhados por todo o estado.

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) é uma universidade pública brasileira sediada em Campos dos Goytacazes (RJ). Foi criada em 1991, por iniciativa do então governador Leonel Brizola e do antropólogo e educador Darcy Ribeiro, secretário extraordinário de Educação do governo fluminense. O projeto arquitetônico da Uenf ficou a cargo do consagrado arquiteto Oscar Niemeyer. Primeira universidade brasileira a possuir 100% de professores doutores. A Uenf mantém um *campus* em Macaé, além do de Campos.

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) foi fundada em 1976, a partir da reunião de institutos isolados de ensino superior existentes em diferentes regiões do estado e criados, em sua maioria, em meados da década de 1950 e início da de 1960. Mantém unidades em 24 municípios do estado — 23 *campi* no interior e um na capital. Uma dessas unidades, a Unesp Rio Claro, teve origem na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, criada pelo governo paulista em 1958.

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é uma instituição de ensino superior pública federal com sede em João Pessoa, três *campi* no interior da Paraíba e unidades na Grande João Pessoa. A instituição foi fundada em 1955 como Universidade da Paraíba, sob responsabilidade do governo estadual, a partir da reunião de 11 cursos de nível superior já em funcionamento no estado. Em 1960, passou para a alçada do governo federal, com o nome de Universidade Federal da Paraíba.

Universidade Federal de Goiás (UFG) é uma instituição de ensino superior pública, sediada em Goiânia. Uma das primeiras universidades da região Centro-Oeste, foi fundada em 1960, com base na reunião de cinco escolas de ensino superior que funcionavam na capital. A UFG mantém seis *campi*, dois em Goiânia e quatro no interior do estado.

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) é uma instituição de ensino superior pública, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais. Foi criada em 1960, a partir da agregação de unidades de ensino superior federais já em funcionamento em Juiz de Fora, tornando-se a segunda universidade federal brasileira instalada numa cidade do interior. Além do *campus* principal, em Juiz de Fora, conta com um *campus* avançado em Governador Valadares (MG).

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é uma instituição pública de ensino superior, sediada em Belo Horizonte. Seu ponto de partida foi a Universidade de Minas Gerais, estabelecimento privado fundado em 1927, resultado da união de quatro escolas de nível em funcionamento na capital mineira, e subsidiado pelo governo estadual. Foi federalizada em 1949, quando incorporou ao seu patrimônio uma extensa área na região da Pampulha, onde foi instalado seu *campus* principal. A denominação Universidade Federal de Minas Gerais foi adotada em 1965. A UFMG conta com dois *campi* em Belo Horizonte e dois no interior do estado.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) é uma universidade pública, sediada em Belo Horizonte. Sua origem é a Universidade do Recife, instituição criada em 1946 a partir de um conjunto de estabelecimentos de ensino superior em funcionamento na capital pernambucana, entre os quais a centenária Faculdade de Direito do Recife. Após ser federalizada, ganhou sua denominação atual em 1965. Além do *campus* do Recife, a UFPE conta com mais três *campi* no interior do estado.

Universidade Federal de Roraima (UFRR) é uma instituição de ensino superior pública criada em 1989. Com três *campi*, todos na capital estadual, Boa Vista, foi a primeira universidade federal a implementar cursos de graduação para os povos indígenas.

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi criada no início de 1960, constituindo a primeira universidade federal localizada fora de uma capital es-

tadual. Além do *campus* de Santa Maria, a universidade conta com *campi* em mais três municípios gaúchos.

Universidade Federal de São Carlos (UFScar) foi criada em 1968 e suas atividades tiveram início dois anos depois. Primeira universidade federal instalada no interior do estado de São Paulo, a UFScar destaca-se pela excelência acadêmica, sobretudo nos cursos de engenharia. Além do *campus* de São Carlos, dispõe de três *campi* em municípios próximos.

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) é uma instituição de ensino superior pública brasileira localizada no estado de São Paulo. Formada por sete *campi* distribuídos pelo estado, eles estão localizados nas cidades de Diadema, Guarulhos, Osasco, Santos, São José dos Campos e São Paulo (com *campus* São Paulo e *campus* Zona Leste). A Escola Paulista de Medicina, que deu origem à universidade, foi fundada em 1933 como uma escola de medicina privada na Vila Clementino. Em 1938, foi inaugurada no mesmo bairro a Escola Paulista de Enfermagem e, em 1940, o Hospital São Paulo, que ainda é o hospital-escola dos estudantes que são formados no *campus* São Paulo. Com o passar dos anos, a instituição se sustentou por meio de recursos privados e subsídios governamentais, até ser federalizada em 1956. Somente em 1994 foi fundada a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), instituição de ensino superior especializada em ciências da saúde.

Universidade Federal de Sergipe (UFS) é uma instituição pública de ensino superior, localizada no município de São Cristóvão. Foi criada em 1968, a partir da reunião de quatro estabelecimentos de ensino superior isolados já em funcionamento no estado. Além do *campus* principal em São Cristóvão, a universidade mantém um *campus* na capital Aracaju e mais quatro *campi* no interior do estado.

Universidade Federal do Amazonas (Ufam) é uma instituição pública de ensino superior, sediada em Manaus. Sua origem remonta a 1909, quando foi fundada a Escola Universitária Livre de Manaus, denominada posteriormente de Universidade de Manaus. Federalizada em 1965, recebeu a denominação de Universidade Federal do Amazonas em 2002. Mantém um *campus* em Manaus e cinco *campi* no interior.

Universidade Federal do Ceará (UFC) é uma instituição universitária pública, criada oficialmente em 1954, com o nome de Universidade do Ceará, mediante a incorporação de quatro unidades de ensino superior preexistentes, duas públicas (federais) e duas privadas. Em 1965, recebeu a denominação atual. A UFC conta com três *campi* em Fortaleza e cinco no interior do estado.

Universidade Federal do Pará (UFPA) é uma instituição pública de ensino superior. Foi criada em 1957 como Universidade do Pará, a partir da união de diversas faculdades isoladas em funcionamento em Belém. Além do *campus*

instalado na capital paraense, a UFPA dispõe de mais 11 *campi*, espalhados pelo interior do estado.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é a primeira instituição oficial de ensino superior do Brasil. Sediada na cidade do Rio de Janeiro, sua origem remonta à Universidade do Rio de Janeiro, criada pelo governo federal em 1920. A universidade surgiu da reunião de alguns estabelecimentos instalados na então capital federal, algumas delas fundadas no final do período colonial, entre as quais a Escola Politécnica, oriunda da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, e a Faculdade Nacional de Medicina, criada pelo príncipe regente dom João como Academia de Medicina e Cirurgia. A Universidade do Rio de Janeiro, de importância crucial na implantação do ensino de nível superior no país, passou a se denominar, em 1937, Universidade do Brasil. Na década de 1950, a pesquisa na universidade foi institucionalizada, abrindo caminho para a implantação de institutos de pesquisa, docência em tempo integral, formação de equipes docentes especializadas e assinatura de convênios com agências financiadoras nacionais e internacionais. Em 1965, ganhou a denominação atual, conforme a padronização dos nomes das universidades federais brasileiras. Seus principais *campi* estão situados na cidade do Rio de Janeiro — o histórico *campus* da praia Vermelha e a Cidade Universitária, que abriga o Parque Tecnológico, na ilha do Fundão.

Universidade Federal do Rio Grande (Furg) é uma universidade pública, com sede em Rio Grande (RS). Foi fundada em 1969, com base na fusão de quatro unidades de ensino superior da cidade, tendo como entidade mantenedora a Fundação Universidade do Rio Grande (Furg). Desde 2008, sua denominação oficial passou a ser Universidade Federal do Rio Grande. A universidade conta com quatro *campi*: um em Rio Grande e três em municípios próximos.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) é uma instituição de ensino superior pública, com sede em Natal. Criada em 1958 pelo governo potiguar como Universidade do Rio Grande do Norte, foi federalizada dois anos depois. Possui cinco *campi*: um em Natal e quatro no interior do estado. É o principal centro de estudos sismológicos do Brasil.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi fundada pelo governo gaúcho em 1934, com o nome de Universidade de Porto Alegre, fruto da reunião de várias escolas superiores independentes de Porto Alegre, criadas entre o fim do século XIX e início do século XX. Em 1947, com a incorporação de unidades de ensino superior de Pelotas e Santa Maria, passou a denominar-se Universidade do Rio Grande do Sul. Foi federalizada em 1950 e a partir de então experimentou grande expansão. Mantém nove *campi* — quatro em Porto Alegre e cinco no interior do estado.

Universidade Federal Fluminense (UFF) é uma universidade pública com sede em Niterói (RJ). Foi fundada em 1960, mediante a incorporação de 11 estabelecimentos de ensino superior, federais e estaduais. Com a federalização, passou a ser conhecida como Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, adotando o nome de Universidade Federal Fluminense em 1965. Mantém três *campi* em Niterói, oito *campi* no interior do estado e uma unidade avançada em Oriximiná (PA).

Universidade Federal Rural de Pernambuco (Uferpe) originou-se de uma instituição privada confessional de ensino superior, fundada em 1912 e subsidiada pelo governo estadual. Em 1936, com o nome de Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, passou à alçada do governo pernambucano. Denominada Universidade Rural de Pernambuco em 1947, foi federalizada em 1956, ganhando a denominação atual em 1974. Mantém, além do *campus* de Recife, mais seis *campi* no interior do estado.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) está localizada no município de Seropédica (RJ). Possui o maior *campus* da América Latina, com cerca de 3 mil ha. Sua história remonta a 1910, quando o governo federal criou a Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária. Passou por frequentes mudanças de nome, localização e vinculação institucional ao longo dos anos. Denominada Universidade Rural em 1943 e Universidade Rural do Brasil em 1963, ganhou o nome atual em 1967, quando os órgãos de ensino vinculados ao Ministério da Agricultura passaram à alçada do MEC. A UFRRJ conta, além do *campus* principal em Seropédica, com *campi* em mais três municípios fluminenses.

Universidade Harvard (Harvard University) é a mais antiga universidade norte-americana e uma das mais prestigiadas dos Estados Unidos e do mundo. É um estabelecimento privado, fundada em 1636, na cidade de Cambridge, Massachusetts. Suas atividades estão distribuídas em três *campi*.

Universidade La Salle é uma instituição de ensino superior privada confessional e seu *campus* está localizado no município gaúcho de Canoas. Iniciou suas atividades em 1976.

University of Southern California (Universidade do Sul da Califórnia) é uma das principais instituições privadas de ensino superior dos Estados Unidos. Fundada em 1880 e localizada em Los Angeles, é uma das universidades com maior número de alunos estrangeiros do país, ficando atrás apenas da New York University.

Voice over Internet Protocol (VoIP) é uma tecnologia que permite fazer chamadas telefônicas através de uma ligação à internet, convertendo o sinal de voz em pacotes de dados digitais. Em vez de usar redes telefônicas tradicionais,

utiliza a internet (ou outras redes de dados) para transmitir chamadas de voz e vídeo. Foi desenvolvido em meados da década de 1990.

Web of Science (WOS) é uma base de dados bibliográfica multidisciplinar, criada em 1997. Reúne artigos de revistas científicas, livros, relatórios, conferências e outros trabalhos acadêmicos. Fornecida pela Clarivate, é uma ferramenta para a comunidade científica global.

W.K. Kellogg Foundation (Fundação W.K. Kellogg) é uma fundação filantrópica norte-americana, fundada em 1930 por Will Keith Kellogg, o criador da marca de cereais Kellogg's. Seu objetivo principal é apoiar crianças, famílias trabalhadoras e comunidades equitativas, investindo em educação, saúde, segurança alimentar e desenvolvimento econômico, com foco em regiões específicas nos EUA, México, Haiti e Brasil.

Wolfram Mathematica é um programa de computador originalmente concebido por Stephen Wolfram e continuamente desenvolvido pela empresa Wolfram Research. Foi lançado em 1988.

Wolters Kluwer é uma empresa de origem holandesa especializada em edição e serviços de informação. Fundada em 1987, atua em diversos segmentos — jurídico, comercial, financeiro e assistência médica, entre outros — e é líder mundial em conteúdo científico eletrônico para pesquisadores e acadêmicos.

WorldCat é a denominação atual do OCLC Online Union Catalog and Shared Cataloging, extenso catálogo online, que reúne informações sobre os acervos de milhares de bibliotecas, incluindo livros, revistas e vídeos. Permite encontrar materiais em bibliotecas de todo o mundo, além de ser uma ferramenta para bibliotecários e o público em geral. Começou a operar em 1971.

Lista de ministros da Educação

Paulo Renato Souza: 01/01/95 a 01/01/2003

Cristovam Buarque: 01/01/2003 a 27/01/2004

Tarso Genro: 27/01/2004 a 29/07/2005

Fernando Haddad: 29/07/2005 a 24/01/2012

Aloizio Mercadante: 24/01/2012a 02/02/2014

José Henrique Paim Fernandes: 03/02/2014 a 01/01/2015

Cid Gomes: 02/01/2015 a 19/03/2015

Renato Janine Ribeiro: 06/04/2015 a 04/10/2015

Aloizio Mercadante: 05/10/2015 a 11/05/2016

José Mendonça Bezerra Filho: 12/05/2016 a 06/04/2018

Rossieli Soares da Silva: 06/04/2018 a 31/12/2018

Ricardo Vélez Rodrigues: 01/01/2019 a 09/04/2019

Abraham Weintraub: 09/04/2019 a 19/06/2020

Milton Ribeiro: 16/07/2020 a 28/03/2022

Victor Godoy Veiga: 18/04/2022 a 31/12/2022

Camilo Santana: 01/01/2023 a atual



Lista de presidentes da Capes

Abílio Afonso Baeta Neves: 1995-2003

Carlos Roberto J. Cury: 2003

Marcel Bursztyn: 2004

Jorge Almeida Guimarães: 2004-2015

Carlos Afonso Nobre: 2015-2016

Abílio Afonso Baeta Neves: 2016-2018

Anderson Ribeiro Correia: 2019

Benedito Guimarães Aguiar Neto: 2020-2021

Cláudia Mansani Queda de Toledo: 2021-2022

Mercedes Maria da Cunha Bustamante: 2023

Denise Pires de Carvalho: 2023-atual

